



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**FABIANA DA SILVA PESSÔA**

**URBANIZAÇÃO, SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E TURISMO NA ZONA COSTEIRA  
DO PIAUÍ**

**FORTALEZA**

**2020**

FABIANA DA SILVA PESSÔA

URBANIZAÇÃO, SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E TURISMO NA ZONA COSTEIRA DO  
PIAUI

Tese apresentada a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira.

Coorientador: Prof. Dr. Enos Feitosa de Araújo.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

P567u Pessoa, Fabiana da Silva.  
Urbanização, segundas residências e turismo na zona costeira do Piauí / Fabiana da Silva Pessoa. – 2020.  
339 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira.

Coorientação: Prof. Dr. Enos Feitosa de Araújo.

1. Urbanização. 2. Segundas residências. 3. Turismo. 4. Zona costeira do Piauí. I. Título.

CDD 910

---

FABIANA DA SILVA PESSÔA

URBANIZAÇÃO, SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E TURISMO NA ZONA COSTEIRA DO  
PIAUI

Tese apresentada a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

---

Profa. Dra. Cristina Pereira de Araújo  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

---

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha  
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

À minha filha, Marília Dutra Pessôa, que nasceu e cresceu junto a esta tese, sendo parte dela.

Ao meu esposo, João Dutra de Araújo Neto, que tanto me apoiou ao longo desta jornada.

À minha mãe, Francisca Gonçalves da Silva Pessoa, a grande responsável pelas minhas conquistas.

E a todos os mestres, familiares e amigos, que direta e indiretamente contribuíram para a elaboração desta tese.

## AGRADECIMENTOS

Esta tese é resultado de uma caminhada de muito aprendizado e não poderia ter sido realizada sem o generoso auxílio de incontáveis pessoas que compartilharam comigo seus conhecimentos e me apoiaram ao longo desta jornada. Por isso, só tenho a agradecer pela contribuição, amizade e atenção que foram destinadas a mim nessa caminhada. Dessa forma, agradeço:

A Deus, pelo dom da vida e pelas oportunidades que me foram dadas, por ter me concedido sabedoria para superar os vários momentos difíceis vividos e que serviram de aprendizado e motivação para alcançar meus objetivos.

Aos meus pais, Miraci Alves Pessôa e Francisca Gonçalves da Silva Pessôa, especialmente à minha mãe, que é um exemplo de vida, de garra e superação. Obrigada por todo amor, dedicação e apoio destinados a mim e ao meu irmão para a realização de nossos sonhos. Ao meu irmão, Fábio da Silva Pessôa, que, do seu jeito, me apoiou e me incentivou na realização deste sonho.

Ao meu esposo, João Dutra de Araújo Neto, por todo o apoio e incentivo, por me guiar e dar tranquilidade nos momentos mais difíceis, por acreditar no meu potencial, por me ajudar e auxiliar nas pesquisas de campo, na análise e discussão dos dados, além da formatação do trabalho. É impossível expressar com palavras toda a felicidade e gratidão por tê-lo ao meu lado.

À minha princesa, Marília, que surgiu como o melhor presente-surpresa da minha vida, durante o doutorado, que me tornou uma pessoa melhor e me deu forças para continuar e finalizar esta tese.

Aos professores do curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), que me acompanharam durante a graduação, aos que fazem parte do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), pelo aprendizado que me proporcionaram durante o mestrado, e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), responsáveis pelos ensinamentos e orientações que foram fundamentais durante o doutorado.

Ao meu orientador, Alexandre Queiroz Pereira, pela orientação dada durante a confecção desta tese, marcada pela construção e desconstrução de conceitos geográficos e dos caminhos metodológicos, fundamentais para a finalização deste trabalho, pois sempre pude contar com sua precisa leitura, disponibilidade e interesse em contribuir com a pesquisa.

Ao meu coorientador, Enos Feitosa de Araújo, pelas suas observações primordiais e auxílio durante a qualificação deste trabalho, além da disponibilidade e presteza em ajudar no enriquecimento desta tese.

De modo particular, agradeço ao professor Antonio Cardoso Façanha, que me acolheu desde o mestrado e me ajudou com muita dedicação durante o doutorado, principalmente nos momentos mais difíceis com palavras de incentivo, no esclarecimento de dúvidas e pelas críticas construtivas.

Um agradecimento mais que especial à Regina Balbino, que tanto me ajudou na elaboração dos mapas e gráficos, além das discussões e observações importantes que foram de crucial importância para a finalização deste trabalho. Ao Nayrison, que também foi essencial na coleta de dados secundários e na elaboração de mapas.

Aos amigos do Programa de pós-graduação da UFPI e UFC, Roneide, Francílio, Lidiane, Glauco, Karine e Regina. Aos amigos do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), pelos ricos momentos de compartilhamento de ideias, sugestões e experiências. À Ana Natália, Kaian e Anderson, que me ajudaram na pesquisa de campo através da aplicação de questionários.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, tornaram possível a realização deste trabalho.

O presente trabalho foi realizado com o Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Gratidão a todos!

## RESUMO

O Piauí, único Estado nordestino que não tem sua capital localizada no litoral, possui uma linha de costa de apenas 66 km de extensão, pertencente a quatro municípios piauienses: Cajueiro da Praia, Ilha Grande do Piauí, Luís Correia e Parnaíba, que juntos compõem a Zona Costeira do Piauí. Apesar da reduzida linha de costa, este território tem papel de destaque nos contextos econômico, histórico e social do Estado desde sua ocupação e formação, que remontam à segunda metade do século XVIII. Na atualidade, este detém atrativos e serviços que o colocam em destaque nos segmentos lazer, turismo – ecológico, de negócio e de sol e mar –, comércio, saúde, educação, energia, extrativismo, entre outros, que propiciam a (re)produção de espaços urbanos e as dinâmicas no processo de urbanização. Logo, é importante entender o processo de urbanização da Zona Costeira piauiense ocorrente nos espaços urbanos, segundo o qual podem ser identificados vetores urbanos, quais sejam: os aspectos físico-espaciais, as segundas residências e o turismo. Mediante a essa determinação, estabeleceu-se a problemática da pesquisa: como os vetores – aspectos físico-espaciais, segundas residências e turismo – atuam na urbanização e produção de espaços urbanos na Zona Costeira piauiense? Dessa forma, objetivou-se analisar os referidos vetores urbanos na configuração da urbanização, valorização e (re)produção dos espaços urbanos da Zona Costeira piauiense. Para a análise dos vetores estabelecidos foram utilizadas metodologias distintas e adequadas a cada vetor. O vetor “aspectos físico-espaciais” foi analisado a partir de dados referentes ao recorte temporal de 1990 a 2018 dos espaços urbanos dos municípios que compõe a ZC piauiense, sendo organizados em cinco categorias: fatores populacionais, econômicos, sociais, estruturais/locacionais e institucionais. O vetor “segundas residências” foi analisado através de dados do IBGE sobre domicílios de uso ocasional, bem como por meio da pesquisa de campo e da aplicação de questionários aos proprietários e/ou ocupantes destes domicílios. O vetor “turismo” foi analisado a partir de pesquisa de campo, que identificou os tipos e formas de ocupação da Zona Costeira voltadas para o turismo, como também por meio da aplicação de questionários a proprietários e/ou funcionários dos meios de hospedagem. No tocante à estrutura, esta tese foi organizada em 5 capítulos, além da introdução e conclusão, os quais contextualizam e analisam a formação territorial e a urbanização, bem como os aspectos físico-espaciais da Zona Costeira piauiense e seus processos produção e reprodução do espaço.

**Palavras-chave:** Urbanização. Segundas residências. Turismo. Zona costeira do Piauí.



## ABSTRACT

Piauí, the only northeastern state that does not have its capital located on the coast, has a coastline of only 66 km in length, belonging to four Piauí municipalities: Cajueiro da Praia, Ilha Grande do Piauí, Luís Correia and Parnaíba, which together make up the Piauí Coastal Zone. Despite the reduced coastline, this territory has a prominent role in the economic, historical and social contexts of the State since its occupation and formation, which date back to the second half of the 18th century. Nowadays, it has attractions and services that make it stand out in the leisure, tourism - ecological, business and sun and sea segments -, commerce, health, education, energy, extraction, among others, which provide for (re) production urban spaces and dynamics in the urbanization process. Therefore, it is important to understand the urbanization process of the Piauí Coastal Zone occurring in urban spaces, according to which urban vectors can be identified, namely: the physical-spatial aspects, second homes and tourism. Through this determination, the research problem was established: how do vectors - physical-spatial aspects, second homes and tourism - act in the urbanization and production of urban spaces in the Piauí Coastal Zone? Thus, the objective was to analyze the aforementioned urban vectors in the configuration of urbanization, valorization and (re) production of urban spaces in the Coastal Zone of Piauí. For the analysis of the established vectors, different and appropriate methodologies were used for each vector. The vector "physical-spatial aspects" was analyzed from data referring to the time frame from 1990 to 2018 of the urban spaces of the municipalities that make up the Piauí ZC, being organized into five categories: population, economic, social, structural / locational factors and institutional. The "second homes" vector was analyzed using IBGE data on households for occasional use, as well as through field research and the application of questionnaires to the owners and / or occupants of these households. The "tourism" vector was analyzed based on field research, which identified the types and forms of occupation of the Coastal Zone aimed at tourism, as well as through the application of questionnaires to owners and / or employees of the lodging facilities. Regarding the structure, this thesis was organized in 5 chapters, in addition to the introduction and conclusion, which contextualize and analyze the territorial formation and urbanization, as well as the physical-spatial aspects of the Piauí Coastal Zone and its processes of production and reproduction of space.

**Keywords:** Urbanization. Second homes. Tourism. Coastal zone of Piauí.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da localização dos municípios que compõem a Zona Costeira piauiense.....	25
Figura 2 - Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba.....	26
Figura 3 - Distribuição de recursos do PRODETUR/NE I entre os polos turísticos do Nordeste.....	68
Figura 4 - Regiões Turísticas do Piauí.....	105
Figura 5 - Capitania independente de São José do Piauí.....	116
Figura 6 - Delimitação aproximada da Vila de São João da Parnaíba (1762-1833)....	128
Figura 7 - Croqui de trecho do Delta do Parnaíba, evidenciando o núcleo original da povoação do Porto das Barcas e de Testa Branca em 1762.....	129
Figura 8 - Mapa da Vila de São João da Parnaíba em 1798.....	131
Figura 9 - Evolução da divisão territorial da Zona Costeira do Piauí (1760-1960).....	136
Figura 10 - Faixas descontínuas de terras entre o Piauí e o Ceará (questão de litígio)...	138
Figura 11 - Evolução do território político-administrativo da Zona Costeira do Piauí (1991-2010).....	152
Figura 12 - Mapa da hierarquia urbana de Parnaíba.....	158
Figura 13 - Porto dos Tatus.....	168
Figura 14 - Mapa da Evolução da Mancha Urbana de Ilha Grande do Piauí (1990-2018).....	168
Figura 15 - Mapa da Evolução da Mancha Urbana de Parnaíba (1990-2018).....	170
Figura 16 - Loteamentos localizados a margem da BR-343 sentido a Luís Correia.....	171
Figura 17 - Loteamentos localizados a margem da BR-343 sentido a Luís Correia.....	171
Figura 18 - Residencial de casas populares localizado à margem da BR-343, sentido Luís Correia.....	172
Figura 19 - Residencial de casas populares localizado à margem da BR-343, sentido Luís Correia.....	172
Figura 20 - Loteamento à Margem da BR-343, sentido Teresina.....	173
Figura 21 - Mapa da Evolução da Mancha Urbana de Luís Correia (1990-2018).....	174
Figura 22 - Mapa da Evolução da Mancha Urbana de Cajueiro da Praia (1990-2018)..	175
Figura 23 - Vista aérea e entrada do maior Cajueiro do Mundo no Piauí.....	176

Figura 24 -	Vista aérea e entrada do maior Cajueiro do Mundo no Piauí.....	176
Figura 25 -	Vista aérea e portal de entrada do maior Cajueiro do Mundo no Rio Grande do Norte.....	177
Figura 26 -	Vista aérea e portal de entrada do maior Cajueiro do Mundo no Rio Grande do Norte.....	177
Figura 27 -	Rede de transportes dos municípios da Zona Costeira do Piauí.....	194
Figura 28 -	Mapa dos equipamentos urbanos na sede do Município de Cajueiro da Praia/PI.....	200
Figura 29 -	Mapa dos equipamentos urbanos na sede do Município de Cajueiro da Praia/PI.....	200
Figura 30 -	Mapa dos equipamentos urbanos nos espaços litorâneos da zona rural de Cajueiro da Praia/PI.....	201
Figura 31 -	Mapa dos equipamentos urbanos do Município de Ilha Grande/PI.....	203
Figura 32 -	Mapa dos equipamentos urbanos nos espaços litorâneos da zona rural de Luís Correia/PI.....	204
Figura 33 -	Mapa dos equipamentos urbanos públicos do Município de Parnaíba/PI....	206
Figura 34 -	Mapa dos equipamentos urbanos privados do Município de Parnaíba/PI....	206
Figura 35 -	Casa de veraneio em Luís Correia/PI.....	212
Figura 36 -	Casa em condomínio fechado em Luís Correia/PI.....	212
Figura 37 -	Condomínio fechado de apartamentos em Luís Correia/PI.....	212
Figura 38 -	Segundas residências na Praia Pedra do Sal – Parnaíba/PI.....	214
Figura 39 -	Praias do Litoral do Piauí.....	215
Figura 40 -	Segunda residência em Barra Grande – Cajueiro da Praia/PI.....	216
Figura 41 -	Turismo e marcos sociais.....	252
Figura 42 -	Colônias de Férias dos servidores do Estado do Piauí e dos servidores da Prefeitura Municipal de Teresina.....	255
Figura 43 -	Mapa dos usos atuais dos espaços urbanos de Ilha Grande.....	294
Figura 44 -	Projeto do Novo Porto dos Tatus em Ilha Grande.....	297
Figura 45 -	Mapa dos usos atuais dos espaços urbanos de Parnaíba.....	298
Figura 46 -	Agentes produtores e usos do território da Comunidade Pedra do Sal.....	300
Figura 47 -	Mapa dos usos atuais dos espaços urbanos de Luís Correia.....	304
Figura 48 -	Mapa dos usos atuais dos espaços urbanos de Cajueiro da Praia.....	308

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Percentual no número de domicílios de uso ocasional em relação ao total de domicílios permanentes recenseados.....	97
Gráfico 2 -	Crescimento percentual da população, dos domicílios e da taxa de urbanização da Zona Costeira do Piauí (1991-2019).....	154
Gráfico 3 -	Evolução da densidade demográfica na ZC do Piauí (1991-2018)	165
Gráfico 4 -	PIB Total (x R\$1000) dos Municípios da Zona Costeira do Piauí (2000-2017).....	179
Gráfico 5 -	PIB per <i>capita</i> dos municípios da Zona Costeira do Piauí (2000-2017)....	180
Gráfico 6 -	VAB Agropecuário.....	181
Gráfico 7 -	VAB Indústria.....	182
Gráfico 8 -	VAB de Serviços (x1000).....	183
Gráfico 9 -	IDH dos municípios da ZC piauiense (1991-2010).....	188
Gráfico 10 -	IDHM de Educação, Longevidade e Renda nos municípios da Zona Costeira piauiense (2010).....	189
Gráfico 11 -	População em domicílios com água encanada nos municípios da ZC do Piauí (1991-2010) (%).....	190
Gráfico 12 -	População em domicílios com coleta de lixo nos municípios da ZC do Piauí (1991-2010) (%).....	191
Gráfico 13 -	Índice de atendimento nos municípios da ZC do Piauí (2013) (%).....	192
Gráfico 14 -	População em domicílios com energia elétrica nos municípios da Zona Costeira do Piauí (1991-2010) (%).....	193
Gráfico 15 -	Perfil etário e de gênero dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências.....	221
Gráfico 16 -	Nível de escolaridade por gênero dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências.....	224
Gráfico 17 -	Profissões dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências.....	224
Gráfico 18 -	Renda familiar mensal dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências.....	225
Gráfico 19 -	Origem dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências.....	226
Gráfico 20 -	Principais meios de transporte dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências.....	227

Gráfico 21 -	Motivos da escolha para adquirir uma segunda residência.....	228
Gráfico 22 -	Bairros ou praias próximas às segundas residências.....	229
Gráfico 23 -	Frequência com que utiliza a segunda residência.....	230
Gráfico 24 -	Período de permanência na segunda residência.....	231
Gráfico 25 -	Relação contratual com a posse do imóvel.....	231
Gráfico 26 -	Tempo de aquisição da segunda residência.....	232
Gráfico 27 -	Forma de aquisição da segunda residência.....	233
Gráfico 28 -	Com quem está a viajar.....	234
Gráfico 29 -	Disponibilização da segunda residência a terceiros.....	235
Gráfico 30 -	Modalidade de disponibilização da segunda residência.....	235
Gráfico 31 -	Locais que os vilegiaturistas costumam visitar durante a permanência.....	236
Gráfico 32 -	Pontos positivos da Zona Costeira piauiense.....	238
Gráfico 33 -	Pontos negativos da Zona Costeira piauiense.....	239
Gráfico 34 -	Meio pelo qual tomaram conhecimento da área.....	240
Gráfico 35 -	Como avaliam a infraestrutura da Zona Costeira piauiense.....	241
Gráfico 36 -	Ano de fundação do meio de hospedagem.....	260
Gráfico 37 -	Quantidade de unidades habitacionais dos meios de hospedagem.....	262
Gráfico 38 -	Ampliação dos meios de hospedagem.....	263
Gráfico 39 -	Período da ampliação do meio de hospedagem.....	263
Gráfico 40 -	Serviços oferecidos no meio de hospedagem.....	264
Gráfico 41 -	Meios de divulgação dos meios de hospedagem.....	265
Gráfico 42 -	Cadastro e/ou meio de reserva.....	265
Gráfico 43 -	Capacitação ou atualização dos funcionários.....	266
Gráfico 44 -	Parcerias com outras empresas.....	267
Gráfico 45 -	Atrativo do meio de hospedagem.....	268
Gráfico 46 -	Categoria do meio de hospedagem.....	268
Gráfico 47 -	Perfil etário dos proprietários dos meios de hospedagem.....	269
Gráfico 48 -	Nível de escolaridade do proprietário.....	270
Gráfico 49 -	Formação profissional dos proprietários dos meios de hospedagem.....	270
Gráfico 50 -	Procedência do proprietário do meio de hospedagem.....	271
Gráfico 51 -	Período de maior taxa de ocupação.....	272
Gráfico 52 -	Eventos que promovem o aumento da taxa de ocupação dos meios de hospedagem.....	273

Gráfico 53 -	Ações do poder público em benefício do setor de hospedagem e turismo	274
Gráfico 54 -	Dificuldades que o setor turístico enfrenta.....	275
Gráfico 55 -	Futuro do setor turístico.....	276
Gráfico 56 -	Perfil etário das turistas.....	277
Gráfico 57 -	Sexo predominante dos turistas.....	278
Gráfico 58 -	Nível de escolaridade do turista.....	278
Gráfico 59 -	Perfil profissional do turista.....	279
Gráfico 60 -	Perfil do turista quanto a procedência (Nacional x Estrangeiro).....	280
Gráfico 61 -	Procedência do turista estrangeiro.....	281
Gráfico 62 -	Procedência do turista nacional.....	281
Gráfico 63 -	Renda mensal (salário mínimo – SM) familiar do turista.....	283
Gráfico 64 -	Atrativos e/ou demanda turística.....	284
Gráfico 65 -	Período de permanência do turista.....	284
Gráfico 66 -	Frequência do turista.....	285
Gráfico 67 -	Com quem está viajando?.....	286
Gráfico 68 -	Pontos positivos da Zona Costeira piauiense.....	287
Gráfico 69 -	Pontos negativos da Zona Costeira piauiense.....	288
Gráfico 70 -	Meio pelo qual tomaram conhecimento dá área.....	289
Gráfico 71 -	Avaliação da infraestrutura.....	289

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Síntese Metodológica.....	32
Quadro 2 -	Primeiras ações governamentais para promoção do turismo nos Estados do Nordeste (1960-1980).....	70
Quadro 3 -	Categorias de análise das características gerais da urbanização.....	94
Quadro 4 -	Níveis de centralidade das cidades (REGIC 2007).....	156
Quadro 5 -	Infraestrutura física no entorno das vias de acesso à sede e às localidades com praias dos municípios da ZC Piauiense.....	196
Quadro 6 -	Distinções dos espaços urbanos ao longo da ZC piauiense.....	218
Quadro 7 -	Categorias de análise do perfil dos proprietários de segundas residências em Parnaíba.....	242
Quadro 8 -	Equipamentos turísticos nos espaços urbanos da Zona Costeira do Piauí...	257

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área, dados populacionais e socioeconômicos dos municípios que compõem o litoral piauiense.....	28
Tabela 2 - População e Amostra.....	37
Tabela 3 - Recursos financeiros do PRODETUR/NE I por Estados Nordestinos.....	58
Tabela 4 - Dados territoriais referentes à Zona Costeira dos Estados Nordestinos.....	74
Tabela 5 - Dados gerais populacionais referentes à Zona Costeira dos Estados do Nordeste.....	76
Tabela 6 - Dados sobre Domicílios de Uso Ocasional referentes à Zona Costeira dos Estados do Nordeste.....	80
Tabela 7 - Dados sobre Turismo referentes à Zona Costeira dos Estados do Nordeste	85
Tabela 8 - Dados sobre Turismo referentes à Zona Costeira dos Estados do Nordeste	86
Tabela 9 - Número de domicílios de permanente X os domicílios de uso ocasional nos municípios da Zona Costeira do Piauí (1991-2010).....	96
Tabela 10 - Amostra por município da Zona Costeira do Piauí.....	99
Tabela 11 - População e Amostra dos meios de hospedagem dos municípios da Zona Costeira piauiense.....	109
Tabela 12 - Crescimento populacional e de domicílios em Parnaíba e Luís Correia (1872-1960).....	139
Tabela 13 - Crescimento populacional e de domicílios em Parnaíba e Luís Correia (1960-1991).....	148
Tabela 14 - Evolução do número de habitantes e domicílios na Zona Costeira do Piauí (1991-2019).....	153
Tabela 15 - Número de empresas e outras organizações na Zona Costeira do Piauí.....	155
Tabela 16 - Crescimento populacional e taxa de urbanização (1991-2010).....	163
Tabela 17 - Número de empresas total e por setor nos municípios da Zona Costeira do Piauí (1996-2017).....	184
Tabela 18 - Número de empregos formais total e por setor nos municípios da Zona Costeira do Piauí (1996-2017).....	185
Tabela 19 - Número de vilegiaturistas/proprietários entrevistados por gênero e município.....	220



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Associação Comercial de Parnaíba
APA	Área de Proteção Ambiental
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BID	Bancos Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CRAS	Centros de Referências de Assistência Social
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOU	Diário Oficial da União
DUO	Domicílio de Uso Ocasional
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FIEPI	Federação das Indústrias do Estado do Piauí
FMI	Fundo Monetário Internacional
HEDA	Hospital Regional Dirceu Arcoverde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes e Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPI	Instituto Federal do Piauí
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
REGIC	Região de Influências das Cidades
SEMAR	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado do Piauí
SRF	Secretaria da Receita Federal
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UBS	Unidades Básicas de Saúde
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFDPAR	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
VAB	Valor Adicionado Bruto
ZC	Zona Costeira
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>1.1</b>	<b>Aspectos introdutórios: justificando a pesquisa.....</b>	<b>23</b>
<b>1.2</b>	<b>Caracterização do Recorte Espacial.....</b>	<b>24</b>
<b>1.3</b>	<b>O problema da pesquisa.....</b>	<b>28</b>
<b>1.4</b>	<b>Objetivos e hipóteses.....</b>	<b>29</b>
<b>1.5</b>	<b>O percurso metodológico.....</b>	<b>31</b>
<b>1.6</b>	<b>Marco teórico.....</b>	<b>37</b>
<b>1.7</b>	<b>A análise dos vetores.....</b>	<b>39</b>
<b>1.8</b>	<b>A estrutura textual da tese.....</b>	<b>40</b>
<b>2</b>	<b>A ZONA COSTEIRA PIAUIENSE.....</b>	<b>42</b>
<b>2.1</b>	<b>Zona Costeira, Urbanização e Práticas Marítimas Modernas.....</b>	<b>47</b>
<b>2.2</b>	<b>Urbanização, segundas residências e turismo: elementos de produção do espaço urbano.....</b>	<b>59</b>
<b>2.3</b>	<b>As nuances da Zona Costeira piauiense: um comparativo com a Zona Costeira dos Estados nordestinos.....</b>	<b>71</b>
<b>2.4</b>	<b>A Zona Costeira do Piauí e a (re)produção de espaços urbanos: os caminhos metodológicos.....</b>	<b>88</b>
<b>3</b>	<b>FORMAÇÃO TERRITORIAL E URBANIZAÇÃO DA ZONA COSTEIRA DO PIAUÍ.....</b>	<b>112</b>
<b>3.1</b>	<b>Bases histórico-econômicas da formação territorial.....</b>	<b>112</b>
<b>3.2</b>	<b>As fases da urbanização.....</b>	<b>125</b>
<b>3.3</b>	<b>Parnaíba: o centro urbano polarizador.....</b>	<b>155</b>
<b>4</b>	<b>ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS DA ZONA COSTEIRA PIAUIENSE.....</b>	<b>162</b>
<b>4.1</b>	<b>Fatores populacionais.....</b>	<b>163</b>
<b>4.2</b>	<b>Fatores econômicos.....</b>	<b>178</b>
<b>4.3</b>	<b>Fatores sociais.....</b>	<b>186</b>
<b>4.4</b>	<b>Fatores estruturais/locais.....</b>	<b>193</b>
<b>4.5</b>	<b>Fatores institucionais.....</b>	<b>198</b>
<b>5</b>	<b>SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E TURISMO: AS PRÁTICAS MARÍTIMAS MODERNAS NA URBANIZAÇÃO DA ZONA COSTEIRA PIAUIENSE...</b>	<b>209</b>
<b>5.1</b>	<b>Segundas residências.....</b>	<b>210</b>

5.2	Turismo.....	246
5.3	<b>O Território usado: uma análise integrada dos vetores que induzem a urbanização nos municípios da Zona Costeira.....</b>	290
6	<b>CONCLUSÃO.....</b>	310
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	316
	<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA PROPRIETÁRIOS DE SEGUNDAS RESIDÊNCIAS.....</b>	334
	<b>APÊNDICE B - ENTREVISTA COM PROPRIETÁRIOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM.....</b>	336
	<b>APÊNDICE C - ENTREVISTA COM PROPRIETÁRIOS DE IMOBILIÁRIAS.....</b>	340

## 1 INTRODUÇÃO

A Zona Costeira (ZC) e a valorização de seus espaços litorâneos têm ganhado notoriedade no meio acadêmico desde os estudos de Corbin (1989), que resultaram na publicação da obra *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. A partir deste estudo, a ZC, que já se configurava como um território importante para entender a presença e a ocupação das primeiras comunidades litorâneas, através dos sambaquis<sup>1</sup>, para a defesa de um território contra invasores de outras nações, para a locomoção de pessoas e objetos pelos portos, dentre outras importantes funções, passou a ser um território utilizado para outros fins, mediante mudanças econômicas e tecnológicas ocorrentes em escalas globais. Estas mudanças alteraram o imaginário social e tornaram esse território em espaços recreativos.

A ZC é um espaço que, no passado, encontrava-se permeado de um sentimento de medo e repulsa, pois era destinado às práticas marítimas tradicionais (pesca, portos, comércio e marinha nacional). Entretanto, a partir do século XX, nos trópicos, houve uma mudança de mentalidade do homem em relação ao mar que surgiu como reflexo das representações de costumes orientais voltados ao lazer, e que modernamente tem proporcionado a intensificação do processo de urbanização no litoral (DANTAS, 2010). A urbanização que, em geral, é entendida como o resultado de um processo marcado por crescimento e/ou concentração populacional associado à prestação de diversos tipos de serviços públicos e/ou privados, bem como por implantação de infraestrutura básica, será aqui entendida como um fenômeno complexo, não restrito aos limites da cidade.

Para Lefebvre (1970; 1975), a urbanização deve ser entendida como expressão das relações sociais resultantes de uma condensação entre os processos sociais e espaciais, que se estendem para além dos limites da cidade e permitem que o capitalismo se mantenha e produza relações essenciais de produção. Compartilhando do pensamento de Lefebvre (1970; 1975), entende-se que a urbanização é dinâmica e, em escalas menores, possui particularidades naturais, sociais, econômicas e históricas que, mesmo inseridas em um processo econômico global, produzem espaços urbanos distintos, que se estendem para além da cidade e envolvem diversos agentes e/ou elementos que interferem na produção destes, com distintas funções e intensidades no tempo e no espaço.

---

<sup>1</sup> Tipo de formação calcária conhecido como sambaqui, termo tupi que significa “monte de concha”. A interpretação mais comum para a existência de sambaquis é que a sucessão de comunidades litorâneas com dieta marcada pelo sistemático consumo de peixes e frutos do mar, os povos sambaquis, que foram responsáveis pela acumulação de conchas, ossos de peixes e outros restos de alimentos próximos a vestígios arqueológicos de moradias e ossadas humanas. Os sambaquis atingem 10 a 20 m de altura e são encontrados, além da costa brasileira, em algumas zonas fluviais interiores.

No Brasil, diversos estudos apontam que o início da atividade turística está vinculado à chegada da Família Real e pela abertura dos portos às nações amigas, em 1808. Neste momento, a família real chegou ao país e se surpreendeu com a falta de hospedagem e de restaurantes em todo o território imperial e, por isso, somado ao crescimento da entrada de visitantes no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, novas hospedarias foram construídas, restaurantes se tornaram mais apresentáveis, novas rotas de trem foram estabelecidas e novos costumes foram assimilados, entre eles, banhar-se em águas termais ou salgadas e recorrer-se aos locais de veraneio, a fim de se evitar a proliferação de doenças (COLANTUONO, 2015).

Contudo, quando se avalia os passos constitucionais da atividade turística no Brasil, a década de 1930 apresenta-se como marco inicial com a criação da “Divisão do turismo”, considerada o primeiro organismo público do turismo nacional, com a função de vistoriar as agências de viagem (ENDRES, 2012). Neste contexto, frente às exigências e aos obstáculos de uma industrialização voltada para o exterior, onde o Estado tentava romper com a dependência externa por meio da “substituição de importações<sup>2</sup>”, inicialmente, a urbanização se consolidou nas capitais metropolitanas – São Paulo e Rio de Janeiro –, tendo se expandido, ao longo do tempo, para ZCs próximas e/ou distantes da metrópole.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2014), várias são as razões que justificam a importância estratégica da ZC brasileira, inicialmente para o povoamento e defesa do território e, tradicionalmente, para instalações portuárias, por concentrar recursos naturais, que atraem indústrias e, por extensão, concentração populacional. No contexto contemporâneo da globalização e do avanço tecnológico, outros novos interesses são inseridos ao território costeiro nacional, quais sejam: o interesse recreativo, o interesse energético, o interesse ambiental, o interesse científico, o interesse geo-histórico, entre outros (MMA, 2014). Todas essas demandas, tradicionais e/ou contemporâneas, resultam, seja de forma planejada ou desordenada, na reprodução e expansão de espaços urbanos ao longo do processo de urbanização.

O tema “urbanização” despertou interesse a mim desde a infância, quando habitava um bairro da periferia de Teresina/PI. Ao longo da minha adolescência, tornou-se, além do bairro mais populoso da cidade, um subcentro urbano, dispondo de uma diversidade de serviços públicos e privados. Como pesquisadora, ainda na graduação, realizei uma pesquisa que resultou na monografia, cujo objetivo era analisar as consequências da urbanização da

---

<sup>2</sup> O processo de substituição de importações pode ser caracterizado por uma industrialização fechada, ou seja, voltada para dentro visando, prioritariamente, o mercado interno e dependente de políticas governamentais que protegessem a indústria nacional em relação aos seus concorrentes internacionais. No Brasil, esse processo teve início no governo de Getúlio Vargas.

cidade de Teresina para o Rio Parnaíba e as ações do poder público municipal na gestão do mesmo, entre as décadas de 1970 a 2008.

A produção da dissertação de mestrado (PESSOA, 2015) também colocou a temática da “urbanização” em evidência. A pesquisa objetivou analisar a execução das políticas e instrumentos de planejamento e gestão urbana no Rio Parnaíba, considerando as cidades de Teresina/PI e Timon/MA, a partir da discussão da legislação existente voltada para o planejamento e gestão urbana e ambiental dos recursos hídricos, e as ações práticas diante da dimensão socioespacial das cidades em questão.

A urbanização litorânea é uma temática que me despertou interesse quando passei a residir, a partir de 2010, na cidade de Parnaíba, localizada na ZC piauiense, e perceber a intensa dinâmica urbana ocorrente através dos novos serviços e estabelecimentos de capitais locais, regionais e nacionais, públicos e privados, além da expansão horizontal do espaço urbano da cidade. Contudo, os estudos voltados ao processo de urbanização litorânea iniciaram em 2016, com a entrada no Doutorado em Geografia, e com a proposta inicial de analisar o processo de urbanização da cidade de Parnaíba.

A partir desse período, participei de reuniões do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR – UFC), onde se discutiam estudos sobre urbanização e Zona Costeira sob diversas escalas. Outrossim, cursei disciplinas que permitiram ampliar a visibilidade sobre o processo de valorização do espaço litorâneo piauiense e, sob orientação do Professor Dr. Alexandre Queiroz Pereira, decidimos ampliar o recorte da pesquisa para analisar o processo de urbanização em toda a ZC do Estado.

O novo recorte da pesquisa evocou várias questões a serem analisadas e discutidas: Por que estudar o Piauí? Por que a ZC piauiense? Por que entender o atual processo de urbanização neste território? Essas questões e suas temáticas são relevantes e ao mesmo tempo instigantes para a construção da presente pesquisa.

### **1.1 Aspectos introdutórios: justificando a pesquisa**

O Piauí encontra-se localizado na região Nordeste do Brasil, possui uma população em torno de 3.119.150 habitantes, distribuídos em uma área de 251.529, 186 km<sup>2</sup>, com 224 municípios e uma densidade demográfica de 12,4 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Este faz fronteira ao Norte com o Oceano Atlântico; a leste com o Maranhão; a Oeste com Ceará e Pernambuco; e ao Sul com a Bahia e o Tocantins.

Segundo Santana (1995), o território piauiense foi povoado com atraso e prosseguiu vagarosamente, sem obedecer a quaisquer diretrizes, nem controle de sua ocupação, partindo do interior para o litoral com a implantação da atividade pecuária, que desempenhou papel importante na ocupação e povoamento do Estado. Este possui a menor linha de costa entre os Estados costeiros do Brasil e a menor densidade demográfica do Nordeste.

Sua primeira capital foi Oeiras, fundada na segunda metade do século XVIII, no interior, às margens do Riacho da Mocha, a centenas de quilômetros de distância do litoral. Segundo Sousa (2016), os cursos d'água orientavam a movimentação populacional no Estado, pois foi às margens dos rios, riachos e lagos que se instalaram as primeiras fazendas, freguesias, vilas e, posteriormente, as primeiras cidades piauienses e a atual capital do Estado, Teresina. O Piauí, único Estado nordestino que não tem sua capital localizada no litoral, possui uma linha de costa de apenas 66 km de extensão, pertencente a quatro municípios piauienses: Cajueiro da Praia, Ilha Grande do Piauí, Luís Correia e Parnaíba.

Estes municípios, considerando a delimitação da ZC determinada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2018), através da Portaria nº 461 de 2018, compõem a ZC piauiense, que dista cerca de 330 km da capital. Apesar da reduzida linha de costa, a ZC piauiense tem papel de destaque no contexto econômicos, histórico e social do Estado desde sua ocupação e formação, que remonta à segunda metade do século XVIII.

Na atualidade, este território detém atrativos e serviços que o colocam em destaque sob diversos segmentos, dentre eles: o lazer, o turismo – ecológico, de negócio e de sol e mar –, comércio, saúde, educação, energia, extrativismo, entre outros, que propiciaram a produção e reprodução de espaços urbanos. É sob esta conjuntura que se justifica a importância da presente pesquisa, intitulada “Urbanização, segundas residências e turismo na Zona Costeira do Piauí”.

## **1.2 Caracterização do Recorte Espacial**

A ZC piauiense abrange quatro municípios do Estado (Figura 1) e, segundo a regionalização elaborada pela Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN-PI), em 2007, está inserida na macrorregião denominada Litoral no território de desenvolvimento da planície litorânea<sup>3</sup>, no aglomerado 1 (AG 1), composto pelos municípios de Cajueiro da

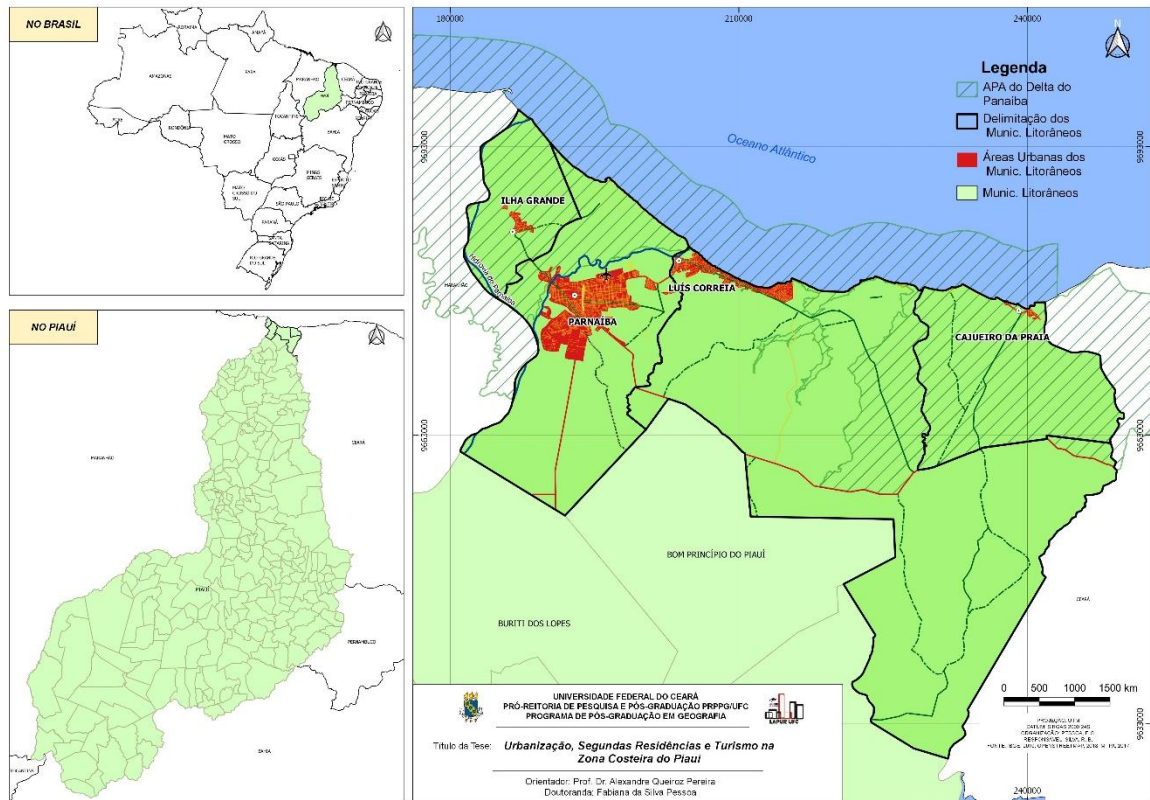
---

<sup>3</sup> A Planície litorânea é um dos territórios de desenvolvimento determinado pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí de 2007, composto por 28 aglomerados, distribuídos em 12 territórios de desenvolvimento, inseridos em 4 Macrorregiões. Está inserida na Macrorregião 1, denominada “Litoral” que



Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba. Está localizada na Planície Litorânea piauiense, na porção norte do Estado e no nordeste setentrional do Brasil, e apresenta uma linha de costa de 66 km (sentido Leste-Oeste), que vai da Baía das Canárias, no Delta do Parnaíba, até o limite com o Ceará, na foz dos rios Ubatuba e Timonha (BAPTISTA, 1981; CEPRO, 1996).

Figura 1 – Mapa da localização dos municípios que compõem a Zona Costeira piauiense



Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Este recorte abrange a Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba (APA) (Figura 2) que é uma unidade de conservação de uso sustentável, com extensão de 3.138,00 km<sup>2</sup> de superfície e compreende parcela dos territórios dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará. No Piauí, os quatro municípios costeiros estão totais ou parciais na área da APA do Delta (COSTA, 2009). O Delta do Parnaíba, em toda sua extensão, possui cerca de 80 ilhas fluviais, constituídas por praias despoluídas, dunas com mais de 40 metros de altura e uma densa vegetação de mangue, que juntos configuram um ecossistema complexo e único. Essas

abrange apenas o Território de Desenvolvimento 1. A “Planície Litorânea” onde estão inseridos os Aglomerados 1 (AG 1) e 2 (AG 2) compreende os municípios de Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba (AG 1) e Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves e Murici dos Portelas (AG 2).

características tornam o Delta do Parnaíba propício para o desenvolvimento do ecoturismo, turismo que preserva a natureza e gera renda para as comunidades locais, que atrai turistas que gostam do contato com a natureza e de admirar áreas preservadas (SILVA, 2004).

Figura 2 – Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba



Fonte: Base Cartográfica ICMBio (2018, *apud* SANTOS *et al.*, 2019, p. 858).

Frente a esse potencial, o Delta se configura como um produto turístico somado à diversidade de atrativos existentes no litoral piauiense, pois suas características: diferenciam o Estado; consolidam e geram novas demandas turísticas; possuem atrativos, demanda e equipamentos turísticos; e necessitam de bases de sustentação planejadas (roteiros, núcleos, centros de atração, centros de recepção e distribuição).

Dessa forma, o Delta passa a ser visto, analisado e planejado sob diversas escalas, como polo ecoturístico denominado de Polo Costa do Delta. Contudo, é importante ressaltar que os polos ecoturísticos são delimitados por ecossistemas, e não por limites políticos, ou seja, não necessariamente obedecem às delimitações dos Estados e/ou municípios. Essa lógica também é utilizada na criação das unidades de conservação, que também é o caso do Delta do Parnaíba, pois, mediante sua diversidade e complexidade biológica, foi instituída como unidade de conservação de uso sustentável na categoria de Área de Proteção Ambiental para garantir a proteção desse ecossistema.

A APA do Delta do Parnaíba criada pelo Decreto Federal s/n. em 28.08.1996, e abrange 10 municípios distribuídos entre três Unidades Federativas localizadas em áreas costeiras: Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande, no Estado do Piauí; Paulino Neves, Tutóia, Araloses e Água Doce, no Maranhão; Chaval e Barroquinha, no Ceará (ICMBIO, 1998).

Mediante esse contexto, é verdadeiro afirmar que, na ZC piauiense, o turismo ecológico e/ou o ecoturismo também se configura como um vetor importante no processo de urbanização deste território, devido à presença de uma foz que desagua no oceano atlântico através de cinco braços fluviais originados e abastecidos pelas águas de um único rio, o Parnaíba, formando o único delta em mar aberto das Américas.

Todos os municípios da ZC piauiense têm seus territórios, de forma total e/ou parcial, inseridos na Área de Proteção Ambiental do Delta. Dessa forma, fica evidente a especificidade dos ecossistemas existentes na ZC do Piauí, pois, além do delta, são encontradas as sub-bacias hidrográficas dos rios Portinho-Camurupim e Longá, praias de grande beleza natural, muitas em estado natural com dunas fixas e móveis, diversas lagoas naturais, entre elas: a Lagoa do Portinho, de Sobradinho e do Peba, campos de dunas móveis e vegetação rasteira e arbustivas (PDITS, 2012<sup>4</sup>).

As usinas eólicas também se configuram como elementos relevantes no processo de urbanização e na configuração dos espaços urbanos e litorâneos da ZC piauiense, pois estão concentradas em territórios pertencentes à APA do Delta nos municípios de Ilha Grande e Parnaíba, dadas suas características naturais. Elas são observadas, ao longo da pesquisa em campo, como elementos componentes da região ZC piauiense, mas, apesar de sua importância energética, não geram empregos formais para a população local, e, portanto, não alteram significativamente na paisagem urbana no entorno dos parques eólicos.

Quanto aos dados de área, populacionais e socioeconômicos (Tabela 1), os municípios da ZC piauiense possuem uma área de 1.912,53 km<sup>2</sup>, que corresponde a apenas 0,76% do território do Estado. A população é de 190.188 habitantes, e correspondente a 6,1 % da população do Piauí, com densidade demográfica de aproximadamente 99 habitantes por km<sup>2</sup>, sendo que 160.274 habitantes (84,3%) se concentram nas áreas urbanas.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios costeiros, Parnaíba, segunda maior cidade do Estado, apresenta o IDH médio, equivalente à média Estadual, enquanto os demais municípios possuem baixo IDH (IBGE, 2010). Quanto ao PIB total em relação à participação percentual no Estado, esses municípios somam 5,09% da economia estadual, ressaltando que Parnaíba sozinha detém de 4,23% da economia estatal (CEPRO, 2011).

---

<sup>4</sup> Documento disponível na sede do PRODETUR em Teresina/PI, 2012.

Tabela 1 – Área, dados populacionais e socioeconômicos dos municípios que compõem o litoral piauiense

<b>Características/ Municípios</b>	<b>Cajueiro da Praia</b>	<b>Ilha Grande</b>	<b>Luís Correia</b>	<b>Parnaíba</b>
<b>Área por km<sup>2</sup></b>	271.71	134.32	1.070.93	435.57
<b>IDH</b>	0,546	0,563	0,541	0,687
<b>Índice de Gini</b>	0,63	0,51	0,59	0,57
<b>PIB per capita (2015)</b>	8.825,77	6.542,03	7.926,17	11.983,14
<b>PIB total (2011)</b>	31.240	41.568	138.125	1.040.166
<b>População Rural</b>	4.464	1.469	15.761	8.220
<b>População Total</b>	7.163	8.914	28.406	145.705
<b>População Urbana</b>	2.699	7.445	12.645	137.485
<b>Renda per capita (em R\$)</b>	210.45	214.09	266.01	211.44

Fonte: Adaptada de IBGE (2010; 2011; 2015).

A economia da ZC do Estado é bastante diversificada, pois, segundo Planap – TD1 (2004), são várias as atividades econômicas desenvolvidas, dentre elas: pesca artesanal, extração do caranguejo, extração da carnaúba, artesanato, fruticultura irrigada, agroindústria de derivados do leite, carcinicultura e produção de energia. Contudo, os setores que mais se destacam atualmente, gerando um maior número de empregos formais, são o comércio, os serviços públicos e/ou privados, o turismo e a administração pública (RAIS/MTE, 2017).

Essas atividades, sejam de forma direta ou indireta, têm propiciado uma nova configuração ao processo de urbanização na ZC piauiense e a valorização de seus espaços litorâneos. Sob essa conjuntura se embasam as principais questões norteadoras da presente pesquisa.

### 1.3 O problema da pesquisa

Na presente pesquisa, a problemática envolve a atuação dos vetores que atuam com maior veemência sobre o processo de urbanização da ZC do Piauí que, conseqüentemente, promovem a valorização dos espaços litorâneos do Estado. Diante a gama de vetores existentes na dimensão do recorte espacial da pesquisa, recorreu-se ao conhecimento empírico, observação de campo e pesquisas documentais que apresentassem dados referentes a aspectos urbanos, bem como a visitas técnicas a órgãos públicos diversos, visitas a *sites* e *blogs* locais para, posteriormente, identificar quais os vetores urbanos que atuam com maior veemência na produção e reprodução dos espaços urbanos da ZC piauiense.

Frente a esse estudo prévio, chegou-se à conclusão de que, na contemporaneidade, há três vetores urbanos que se sobressaem na produção e reprodução dos espaços urbanos do

território costeiro do Estado, quais sejam: os aspectos socioespaciais<sup>5</sup>, as segundas residências e o turismo. Frente a essa determinação é que se estabeleceu a problemática principal da presente pesquisa que: “Na dimensão da urbanização e valorização dos espaços litorâneos, como os vetores – aspectos socioespaciais, segundas residências e turismo – atuam na urbanização e produção de espaços urbanos na Zona Costeira piauiense?”.

Essa problemática, a discussão inicial sobre as particularidades, a justificativa da pesquisa e a caracterização do recorte espacial suscitaram uma série de outros questionamentos fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, além da problemática principal, e que aqui foram denominadas de questões secundárias, expostas a seguir:

- a) Quais características, em síntese, são particulares à ZC piauiense no que diz respeito aos aspectos socioespaciais, segundas residências e turismo, se comparada aos demais territórios costeiros do Nordeste?
- b) Quais principais atividades econômicas promoveram, ao longo do tempo, a urbanização do território que atualmente corresponde à Zona Costeira piauiense?
- c) Como se caracterizam os municípios da Zona Costeira piauiense quanto aos seus aspectos socioespaciais?
- d) Como as segundas residências promovem a urbanização e/ou implantação de formas urbanas na Zona Costeira piauiense?
- e) Como o turismo se caracteriza na Zona Costeira piauiense como promotor de urbanização e/ou formas urbanas?

#### **1.4 Objetivos e hipóteses**

Para entender essas indagações, objetiva-se, de modo geral, analisar os vetores urbanos – aspectos urbano-espaciais, segundas residências e turismo – na configuração da urbanização, valorização e produção dos espaços urbanos da Zona Costeira piauiense. Para alcançar tal objetivo, foi necessário delimitar metas mais específicas que, somadas, permitiram o alcance do objetivo primaz. São elas:

---

<sup>5</sup> “[...] existe a possibilidade de dupla grafia – o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante. “Socioespacial”, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade)” (SOUZA, 2009, p. 24-25).

- a) Apresentar as nuances da Zona Costeira piauiense em paralelo com tal território do Nordeste quanto aos aspectos socioespaciais, segundas residências e turismo;
- b) Entender o processo histórico da formação territorial e as principais atividades econômicas que promoveram, ao longo do tempo, a urbanização da Zona Costeira piauiense;
- c) Analisar as características socioespaciais dos municípios que compõem a Zona Costeira piauiense;
- d) Analisar a atuação das segundas residências e do turismo como influenciadores da urbanização e/ou formas urbanas na Zona Costeira piauiense.

As questões e os objetivos aqui definidos perpassaram, respectivamente, pelas seguintes premissas:

- a) A Zona Costeira piauiense, apesar de possuir apenas 66 km de costa, apresenta índices crescentes de urbanização, contudo com baixo contingente populacional, poucas indústrias, inserida dentro de uma área de proteção ambiental, e por essa razão possui beleza natural preservada distinguindo-se, por exemplo, dos demais espaços costeiros nordestinos;
- b) A urbanização da Zona Costeira piauiense está diretamente relacionada a Parnaíba pois, ainda sob o status de vila, abrangia territorialmente toda a Zona Costeira piauiense, e ao longo do tempo concentrou inúmeros serviços públicos e privados se configurando como um centro polarizador ao norte do Piauí; assim exercendo grande influência na urbanização dos demais municípios costeiros;
- c) Os municípios que compõem a Zona Costeira piauiense possuem uma proximidade espacial e fácil acesso entre eles, contudo suas diferenças socioespaciais são significativas quanto a aspectos populacionais, sociais, econômicos e institucionais mesmo compondo uma mesma região de desenvolvimento com interesses e potencialidades similares;
- d) As segundas residências da Zona Costeira piauiense ocorrem paralelamente as formas urbanas implantadas, que por sua vez atraindo e produzindo espaços urbanos ao longo dos espaços litorâneos piauienses, sendo destinadas ao ócio e lazer dos proprietários e de seus amigos e familiares, e não como um investimento que irá propiciar uma fonte de renda;

e) A Zona Costeira piauiense possui grande potencialidade turística, seja quanto a aspectos históricos e/ou naturais, e atrai uma grande quantidade de turistas durante os meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro, advindos principalmente da capital Teresina e de outros municípios piauienses.

Diante desta contextura, tem-se como hipótese principal que as segundas residências e o turismo, apesar de ser não ocorrerem de forma tão intensa se comparados a destinos turísticos consolidados localizados na ZC nordestina, são vetores que induzem com veemência a urbanização deste território e (re)produzem espaços urbanos.

### **1.5 O percurso metodológico**

A pesquisa científica, para ser desenvolvida, precisa obedecer a etapas e normas diversas, mas pré-estabelecidas, como a definição de uma ou várias questões que ajudem a conhecer e compreender melhor sobre um determinado fenômeno a ser pesquisado, quais objetivos devem ser alcançados no decorrer desta pesquisa e, principalmente, definir um caminho instrumental-metodológico que permita alçar os objetivos propostos. Nesse sentido, é inviável trabalhar todas as questões frutos da realidade existente no recorte espacial em questão, os espaços urbanos da ZC piauiense, pois há uma série de variáveis possíveis de serem pesquisadas. Por isso, baseando-se na problemática principal e nos objetivos desta pesquisa, e embasando-se em leituras diversas de dissertações, teses e artigos sobre a temática “Urbanização, valorização e produção de espaços urbanos em territórios costeiros”, foram definidos os caminhos metodológicos percorridos ao longo desta pesquisa, cujo foco constitui os vetores “aspectos socioespaciais, segundas residências e turismo”.

Para a análise desses vetores foram definidas as principais variáveis e os indicadores representativos para o processo de urbanização, valorização e produção dos espaços urbanos da ZC piauiense, apresentados de forma sucinta no Quadro 1:

Quadro 1 – Síntese Metodológica

<b>VETORES</b>	<b>VARIÁVEIS</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>FONTE</b>
<b>Aspectos Urbanos Espaciais</b>	<b>Populacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• População total, urbana e rural</li> <li>• Densidade demográfica</li> <li>• Taxa de urbanização</li> <li>• Mancha urbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IBGE</li> <li>• CEPRO</li> </ul>
	<b>Econômicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produto interno bruto (PIB)</li> <li>• PIB per capita</li> <li>• Valor adicionado bruto (VAB) total e por setor</li> <li>• Quantidade de estabelecimentos</li> <li>• Geração de empregos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IBGE</li> <li>• MTE</li> <li>• RAIS</li> </ul>
	<b>Sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Índice de desenvolvimento humano (IDH)</li> <li>• Renda per capita</li> <li>• Educação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atlas Brasil</li> <li>• PNUD</li> </ul>
	<b>Estruturais/ Locacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede de transporte</li> <li>• Sinalização</li> <li>• Vias</li> <li>• Transporte</li> <li>• Saneamento básico e limpeza,</li> <li>• Energia</li> <li>• Telecomunicação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa de campo</li> <li>• Secretarias municipais de infraestrutura</li> <li>• INFRAERO</li> <li>• Imagens de satélite</li> <li>• DNIT</li> <li>• ANTT</li> <li>• SIDRA-IBGE</li> </ul>
	<b>Institucionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviços públicos básicos e privados</li> <li>• Comércio</li> <li>• Instituições de ensino</li> <li>• Estabelecimentos de saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Google Maps</li> <li>• Pesquisa de campo</li> </ul>
<b>Segundas Residências</b>	<b>Expansão e Caracterização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concentração da população em domicílios de uso ocasional</li> <li>• Indicação de áreas de ocupação e expansão recente</li> <li>• Valorização dos lotes e segundas residências</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IBGE</li> <li>• Google Earth</li> <li>• Observação de campo</li> <li>• Visitas técnicas em imobiliárias</li> </ul>
	<b>Perfil dos Proprietários</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfil dos vilegiaturistas (proprietário e/ou ocupante)</li> <li>• Percepção dos vilegiaturistas sobre a ZC piauiense</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa direta (aplicação de questionários)</li> </ul>
<b>Turismo</b>	<b>Meios de Hospedagem</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfil dos meios de hospedagem</li> <li>• Perfil dos proprietários dos meios de hospedagem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação de campo</li> <li>• Ministério do Turismo</li> <li>• IBGE</li> <li>• PRODETUR NE</li> <li>• RAIS/MTE</li> <li>• PIEMTUR</li> <li>• SETUR-PI</li> <li>• SIDRA-IBGE</li> <li>• Pesquisa direta (aplicação de questionários)</li> </ul>
	<b>Atividade Turística</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Características da atividade turística na ZC piauiense</li> <li>• O perfil do turista</li> <li>• Percepção dos turistas sobre a ZC piauiense</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa direta (aplicação de questionários)</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).



Assim, a pesquisa foi dividida em três fases, apresentadas a seguir:

- **Fase I – Levantamento dos Dados e Organização:** em que foi realizado um levantamento bibliográfico, documental, estatístico e cartográfico direcionado aos temas: Piauí, litoral piauiense, espaços litorâneos, espaços urbanos, Zona Costeira, urbanização, vilegiatura marítima, práticas marítimas modernas, em áreas metropolitanas e não metropolitanas.

Foram consultadas diversas fontes de dados disponíveis nas bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual do Piauí (UESPI), SESC Caixerai (Biblioteca-Parnaíba), e diversas outras bibliotecas públicas em Teresina e Parnaíba; e em documentos disponíveis em *sites* do Banco do Nordeste (BNB), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da CEPRO, Fundação Monsenhor Chaves, Secretaria de planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN), entre outros. Além disso, foram consultados diversos livros, teses, dissertações, monografias, artigos de periódicos, e repositórios de diversas universidades.

Nesta fase foram construídos quadros estruturais e metodológicos que permitiram a organização da pesquisa e possibilitaram visualizar a estrutura do sumário da pesquisa, além do caminho metodológico com a apresentação do tema, dos vetores e/ou processos, das variáveis, dos indicadores e principais fontes de dados da pesquisa.

- **Fase II – Análise dos Dados:** Nesta, foi realizada a interpretação, tabulação e representação dos dados primários e secundários obtidos no levantamento bibliográfico, cartográfico e pesquisa de campo inicial. Nesta etapa também foram definidos e elaborados mapas temáticos com informações coletadas ao longo da pesquisa.
- **Fase III – Propositiva:** Essa se constituiu na construção da tese, onde foram feitas pesquisas de campo para analisar os principais vetores que constituem o processo de urbanização na ZC, entrevistas em órgãos públicos quanto às ações voltadas a organização do espaço urbano do recorte em questão, visitas e entrevistas em estabelecimentos de meios de hospedagem e proprietários e/ou ocupantes de segundas residências para identificação dos principais agentes que promovem e

usufruem do litoral piauiense e também qual o capital utilizado na produção e reprodução do espaço urbano da ZC do estado, além da produção cartográfica a partir de dados obtidos ao longo da pesquisa.

Para a análise dos vetores aqui estabelecidos (aspectos sócio-espaciais, as segundas residências e o turismo), foram utilizadas metodologias distintas, mas adequadas para cada vetor, e detalhadas a seguir.

O vetor “aspectos sócio-espaciais” foi analisado a partir de dados referentes ao recorte temporal de 1990 a 2018, dos espaços urbanos dos municípios que compõem a ZC piauiense, que foram organizados em cinco categorias, quais sejam, fatores populacionais, econômicos, sociais, estruturais/locacionais e institucionais, e posteriormente analisados. Na categoria “fatores populacionais”, foram utilizados dados do IBGE sobre população total, urbana, rural, densidade demográfica e taxa de urbanização, além de dados do Google Earth para identificar a expansão da mancha urbana no recorte temporal já definido. Na categoria “fatores econômicos” foram utilizados dados do IBGE referente ao Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, Valor Adicionado Bruto (VAB) total e por setor, além da quantidade de estabelecimentos e geração de empregos baseados em dados do RAIS/MTE. Na categoria “fatores sociais”, a partir de informações do IBGE e PNUD, foram utilizados dados sobre o IDH, renda *per capita* e educação.

Quanto à categoria “fatores estruturais/locacionais”, a partir de dados do DNIT, da CEPRO e do IBGE, foram analisadas informações sobre a rede de transporte existente, além de pesquisa de campo para identificar as condições da sinalização, vias, transporte, saneamento básico e limpeza, energia e telecomunicação. Na categoria “fatores institucionais” foram utilizados dados do IBGE, CEPRO e de pesquisa de campo para identificar a presença de serviços públicos básicos, comércio e serviços privados, dados do INEP sobre instituições de Ensino Fundamental, Médio e Superior, bem como dados do DATASUS sobre os estabelecimentos de saúde. A apresentação dos dados a serem coletados permite a análise do crescimento urbano ocorrente nos municípios costeiros piauienses onde será possível a construção de quadros explicativos que apresentam o perfil intraurbano destes.

O segundo vetor de análise, as segundas residências, foram inicialmente analisadas através de dados do IBGE sobre domicílios de uso ocasional, além de pesquisa de campo para indicação das áreas de ocupação e expansão recente, valorização dos lotes e segundas residências. Neste, a análise também se utilizou de dados obtidos a partir da aplicação de

questionários aplicados a proprietários e/ou ocupantes destes domicílios, com o intuito de identificar o perfil destes proprietários e/ou ocupantes.

O terceiro vetor analisado foi o turismo. A identificação de dados se deu através de questionários aplicados a proprietários e/ou funcionários dos meios de hospedagem, cujo objetivo foi identificar o perfil dos empreendedores destes estabelecimentos e dos turistas que os frequentam. Além da aplicação de questionários, foi realizada uma pesquisa de campo que identificou os tipos e formas de ocupação da Zona Costeira voltadas para o turismo, apresentadas em forma de quadro, o qual apresenta os tipos de meios de hospedagem predominantes nas principais localidades urbanas estabelecidas nesta pesquisa. Assim, foi possível apresentar a organização espacial dos equipamentos turísticos presentes ao longo da Zona Costeira piauiense.

A partir das informações apresentadas sobre o percurso desta investigação, é importante estabelecer a população ou universo da pesquisa, que faz referência à totalidade dos indivíduos e/ou elementos em estudo. Neste estudo foram consideradas duas populações distintas, mas igualmente importantes, para se alcançar os objetivos propostos. São elas: os domicílios de uso ocasional e os meios de hospedagem. A obtenção de informações a respeito das populações analisadas ocorreu a partir de uma abordagem quali-quantitativa, através de sondagem realizada por meio da aplicação de questionários. A aplicação de questionários requer a definição da amostragem, que consiste na parcela, um subconjunto, da população que efetivamente será investigada. Com base no valor da população e/ou universo, foi realizado um cálculo amostral que seguiu os seguintes parâmetros:

- a) **Erro Amostral:** Índice de variação dos resultados de uma pesquisa. Um erro amostral de 5% indica que o resultado poderá variar para mais 5% ou menos 5%;
- b) **Distribuição da População:** Grau de homogeneidade da população. Quanto menos variada é a população, menor é a amostra necessária;
- c) **Nível de Confiança:** Representa a probabilidade de a amostra coletada refletir a população total.

Os parâmetros utilizados foram 5% de erro amostral com uma distribuição homogênea e um nível de confiança de 90%, a partir da seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)} \quad (1)$$

Onde:

n = Amostra Calculada;

N = População;

Z = Variável normal padronizada associada ao nível de confiança;

p = Verdadeira probabilidade do evento;

e = Erro Amostral.

A partir dos parâmetros apresentados, a população total dos domicílios de uso ocasional, baseada nos dados do último censo demográfico (IBGE, 2010), corresponde a quatro mil oitocentos e noventa e dois domicílios, mas a amostra correspondeu a 168. Seguindo o parâmetro anterior, a população total dos meios de hospedagem foi definida a partir de uma pesquisa realizada nas plataformas de hospedagem como Trivago, Booking, Hotel Urbano, além do Google Maps e observação de campo, na qual foi identificada uma população de 175 hotéis e pousadas, que resultou em uma amostra corresponde a 88.

A quantidade de questionários a serem aplicados em cada município foi proporcional ao percentual da população de domicílios de uso ocasional e de meios de hospedagem identificados, ou seja, foi aplicada uma “regra de três simples” para identificar a quantidade de questionários a serem aplicados em cada um dos municípios costeiros do Piauí.

O cálculo seguiu a seguinte equação:

$$A / X = B / C \rightarrow X \times B = A \times C \rightarrow X = (A \times C) / B \quad (2)$$

Onde:

A = Amostra Total dos domicílios e/ou de hotéis e/ou pousadas;

X = N° de questionário a serem aplicados nos domicílios e/ou em hotéis e/ou pousadas no município X;

B = 100% (percentual total de domicílios e/ou hotéis e/ou pousadas);

C = Percentual da quantidade de domicílios e/ou hotéis e/ou pousadas no município X.

Seguindo esses parâmetros, a Tabela 2 mostra, em síntese, as populações e amostras estabelecidas nesta pesquisa, considerando o percentual proporcional correspondente a cada município da ZC piauiense.

Tabela 2 – População e Amostra

<b>Parâmetros de Análise/Municípios</b>	<b>Cajueiro da Praia</b>	<b>Ilha Grande</b>	<b>Luís Correia</b>	<b>Parnaíba</b>	<b>Total</b>
População total de segundas residências (DUO)	227	61	3065	1539	4892
Percentual de domicílios correspondente a ZC do Piauí	4,6%	1,3%	62,6%	31,5%	100%
<b>Amostra das segundas residências (DUO)</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>105</b>	<b>53</b>	<b>168</b>
População total dos meios de hospedagem	62	3	64	46	175
Percentual dos meios de hospedagem correspondente a ZC do Piauí	35,4%	1,7%	36,6%	26,3%	100%
<b>Amostra dos meios de hospedagem</b>	<b>31</b>	<b>2</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>88</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

## 1.6 Marco teórico

Qualquer questionamento, estudo e/ou pesquisa parte de um pressuposto, ou seja, de algo já existente. Entendendo este raciocínio julga importante apresentar nesta parte introdutória os principais autores e seus respectivos estudos, os quais representam a base de conceitos e categorias em análise desta pesquisa. Pois anteposto a definição dos elementos da pesquisa (problemática, recorte espacial, objetivos, metodologia) foram realizadas leituras de estudos de Milton Santos (1985; 1994; 1998; 2005; 2012a; 2012b; 2012c; 2013), Alexandre Queiroz Pereira (2006; 2012; 2014; 2015), Eustógio Dantas (2004; 2010), Antônio Carlos Robert de Moraes (2006; 2007), Enos Araújo (2012; 2015), dentre outros, para compreender conceitos e categorias centrais de análise e as questões que o recorte espacial em estudo suscitou.

No que diz respeito aos estudos de Milton Santos, vários foram os conceitos e categorias utilizados para o embasamento desta pesquisa, como: espaço, técnica, território usado, urbanização, entre outros. Agregados a estes, deu-se significativa importância a categoria de periodização, pois nesta Santos explica que em cada momento da história (um período) há um conjunto de variáveis sob diversas escalas que combinam e interagem entre si

(re)produzindo um determinado território. Esta linha de pensamento permite pensar o espaço a partir da compreensão do tempo enxergando a evolução das variáveis e compreendendo a totalidade de um território.

Santos (1998) explica que a árdua tarefa de encontrar uma definição única para espaço ou território, pois nestes atuam uma diversidade de processos e formas que produzem coerência e lógica particular a uma unidade. Para o autor, o espaço é compreendido como um conjunto de formas representativas resultantes de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que acontecem e se manifestam através de processos e funções. Pois, “o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”; é um fator social, uma instância da sociedade, e não apenas um reflexo desta, pois é “a utilização do território pelo povo que cria o espaço” (SANTOS, 1998, p. 122). Assim, entende-se que um território por conter muitos atores e muitas relações sociais que o transformam de forma contínua e tornam sua compreensão algo complexo.

Santos (1998) elege as categorias forma, função, estrutura, processo e totalidade como principais na análise geográfica do espaço; para assim compreender um território em sua totalidade. A partir dos conceitos e categorias apresentados sob um viés miltoniano, do recorte espacial e do objetivo da pesquisa recorreu-se conceitos e categorias chaves estudadas por Moraes (2007), que trata de forma clara sobre planejamento, gestão, usos dos espaços litorâneos e da ZC do Brasil, Dantas (2010; 2011), que embasa seus estudos nas práticas marítimas modernas vinculadas à vilegiatura marítima, veraneio, dentre outras práticas vinculadas as novas relações da sociedade com o mar.

Pereira (2014) também é referência nesta pesquisa, pois no contexto das práticas marítimas modernas estuda sobre as dinâmicas socioespaciais promovidas pela vilegiatura marítima e pelo turismo através das segundas residências e/ou empreendimentos turísticos imobiliários nas metrópoles nordestinas. Araújo (2015), utilizando-se uma base teórica próxima a de Dantas e Pereira, foca na configuração socioespacial dos espaços turísticos localizados no litoral e no entorno das capitais nordestinas não metropolitanas. Contudo, é importante ressaltar que esta pesquisa se distingue das demais por se tratar de um estudo sobre urbanização, segundas residências e turismo em um território costeiro, que detêm de um centro sub-regional, distante da capital e sem potência de metropolização.

## 1.7 A análise dos vetores

Apesar dos vetores – aspectos socioespaciais, segundas residências e turismo – serem parte de uma mesma pesquisa e suas análises convergirem para um objetivo comum, ao longo da pesquisa foi necessário utilizar metodologias distintas para realizar a coleta de dados adequada, correspondente a cada um deles. Nesse sentido, a análise dos dados referentes a cada vetor demandou recursos.

No vetor “aspectos socioespaciais”, a análise adotada foi baseada no “modelo de análise do crescimento urbano-regional”, proposto por Muller (1974) e Souza e Muller (2007), mas com algumas alterações que atenderam melhor às propostas da presente pesquisa. Muller (1974) considera que as dinâmicas urbanas ocorrentes em um território, num determinado período, podem ser analisadas considerando cinco categorias, que denominou de fatores populacionais, econômicos, sociais, estruturais/locacionais e institucionais. Na análise desse vetor, a partir dessas categorias, foi utilizado o recorte temporal de 1990 a 2018, buscando, a partir dos dados disponíveis (Indicadores e Variáveis – Quadro 1) e coletados, mostrar as dinâmicas socioespaciais dos municípios que compõem a ZC costeira piauiense, organizados e apresentados através de quadros, gráficos, mapas e tabelas.

No vetor “segundas residências”, os dados estatísticos do IBGE referentes aos DUO foram associados à observação de campo e à aplicação de questionários aos vilegiaturistas que, no momento da pesquisa direta, se encontravam em tal domicílio. Quanto aos dados estatísticos, observou-se a evolução do número de DUO entre os censos de 1991 e 2010 nos municípios costeiros piauienses; na observação de campo foram identificadas quais as áreas, bairros ou praias concentravam um maior número de segundas residências, evidenciando em quais trechos há um processo de consolidação, expansão e estagnação desse fenômeno, além do perfil desses domicílios – casas, *flats*, condomínios ou apartamentos. Na aplicação dos questionários, identificou-se o perfil dos vilegiaturistas da ZC piauiense que, em geral, tratou-se do proprietário e de familiares próximos, bem como foi investigada a percepção destes em relação à Zona Costeira piauiense.

No vetor turismo, a análise dos dados considerou a definição da amostra mediante busca no “Google Maps”, plataformas de hospedagem e em pesquisa de campo, e posterior aplicação de questionários. Na pesquisa de campo, além de ter sido um recurso para o estabelecimento de uma amostra, também foi importante para identificar as áreas de maior concentração de meios de hospedagem, os tipos de equipamentos – hotéis, pousadas, *resorts*, colônia de férias, barracas de praia, restaurantes, bares, componentes de apoio ao turismo – e

a sua organização espacial. Com a aplicação de questionários nos estabelecimentos de meios de hospedagem foi possível identificar o perfil dos empreendedores desses estabelecimentos e o perfil dos turistas que os frequentam, além de identificar as ações do poder público e da iniciativa privada na promoção do turismo na ZC piauiense.

### **1.8 A estrutura textual da tese**

No tocante à estrutura, esta tese foi organizada em 5 capítulos, além da introdução e conclusão, intitulados: (i) A Zona Costeira piauiense; (ii) Formação territorial e urbanização da Zona Costeira do Piauí; (iii) Aspectos socioespaciais da Zona Costeira piauiense; (iv) Segundas residências e turismo: as práticas marítimas modernas na urbanização da Zona Costeira piauiense. O capítulo intitulado “A Zona Costeira piauiense”, cujo objetivo foi apresentar as nuances da ZC piauiense em paralelo com tal território do Nordeste quanto aos aspectos socioespaciais, segundas residências e turismo, está organizado em quatro seções: (i) Zona costeira, urbanização e práticas marítimas modernas (ii) Urbanização, segundas residências e turismo: elementos da produção do espaço urbano; (iii) As nuances da Zona Costeira piauiense: um comparativo entre os territórios costeiros dos estados nordestinos; (iv) A Zona Costeira do Piauí e a (re)produção de espaços urbanos: os caminhos metodológicos.

No primeiro, é apresentada uma discussão conceitual, baseada nos principais autores que embasaram esta pesquisa. Nele foi feita uma discussão dos conceitos-chave utilizados como embasamento teórico e metodológico deste estudo, tendo como destaque: os espaços litorâneos, a Zona Costeira, a urbanização, o espaço geográfico, o território usado, os espaços urbanos e socioespaciais, as práticas marítimas modernas, dentre outros. No segundo subcapítulo, apresenta-se uma breve discussão sobre as segundas residências e o turismo como atividades econômicas que se constituem nos espaços urbanos promovem sua valorização e urbanização. No terceiro subcapítulo foram apresentados alguns dados referentes aos aspectos socioespaciais, às segundas residências e ao turismo da ZC costeira dos Estados nordestinos, a partir dos quais foram apontadas algumas particularidades da ZC piauiense frente a tal território nordestino. E no quarto e último subcapítulo, discorreu-se de forma detalhada o processo metodológico utilizado na análise de cada vetor em estudo nesta pesquisa.

O capítulo seguinte, “Formação territorial e urbanização da Zona Costeira do Piauí”, que objetivou entender o processo histórico da formação territorial e as principais atividades econômicas que promoveram, ao longo do tempo, a urbanização na ZC piauiense, está



organizado em três subcapítulos: (i) Bases histórico-econômicas da formação territorial; (ii) As fases da urbanização; e (iii) Parnaíba: o centro urbano polarizador. Nestes, são apresentados, respectivamente, o processo histórico-econômico de formação territorial da ZC piauiense, as fases da urbanização, apresentada em períodos, tendo como referência as principais atividades econômicas responsáveis pela produção e reprodução dos espaços urbanos da ZC e, por fim, os dados elementares que categorizam a cidade de Parnaíba como centro polarizador urbano da ZC do Estado.

Em seguida, há o capítulo intitulado “Aspectos socioespaciais da Zona Costeira piauiense”, cujo objetivo foi analisar as características gerais da urbanização nos municípios que compõe a Zona Costeira piauiense, e que está dividido em cinco subcapítulos: fatores populacionais, fatores econômicos, fatores sociais ou socioculturais, fatores estruturais/locacionais e fatores institucionais – referentes às categorias propostas por Muller (1974) e Souza e Muller (2007), em suas propostas metodológicas nomeadas de “Modelo de Crescimento Urbano”. Neste, considerando o recorte temporal 1990-2018, foram analisados os dados obtidos a partir de leituras, pesquisa de campo, coleta de dados secundários e questionários, relacionados a indicadores e/ou variáveis pré-determinadas.

O último capítulo é intitulado “Segundas residências e turismo: as práticas marítimas modernas na urbanização da Zona Costeira piauiense”, cujo objetivo principal foi analisar a atuação das segundas residências e do turismo como influenciadores da urbanização e/ou formas urbanas na Zona Costeira piauiense. Este foi organizado em três subcapítulos: (i) Segundas residências; (ii) Turismo; (iii) O Território usado: uma análise integrada dos vetores que induzem a urbanização nos municípios da Zona Costeira. No primeiro subcapítulo são apresentados um olhar sobre a (re)produção do espaço urbano pelas segundas residências; o perfil do vilegiaturista e/ou proprietário e um tópico que coloca em questão o município de Parnaíba. No segundo subcapítulo foi empregado um olhar sobre a (re)produção do espaço urbano pelo turismo e pontuado o perfil dos empreendedores e turistas. Por fim, o terceiro e último subcapítulo apresentou uma análise integrada dos vetores que induzem a urbanização nos municípios da Zona Costeira, buscando destacar as peculiaridades e relações existentes entre os municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia.

## 2 A ZONA COSTEIRA PIAUIENSE

São diversas as definições de Zona Costeira (ZC) existentes. Algumas são baseadas nas características físicas, enquanto outras compreendem aspectos demográficos, ecológicos e geográficos. Como explica Lavalle *et al.* (2011), a ZC, em termos gerais, é percebida como uma interface terra-mar, mas é difícil estabelecer uma definição universal, pois a delimitação de suas fronteiras geográficas depende dos objetivos do estudo e da legislação de cada país.

Numa perspectiva de gestão e proteção ambiental, estudos apontam que o conceito de ZC surgiu em âmbito global como uma das recomendações do Plano de ação pelo Meio Ambiente, resultante da Conferência de Estocolmo em 1972, e posteriormente considerado pelo Conselho Econômico e Social da ONU como um bem nacional de grande valor. Frente a estes acontecimentos, vários países costeiros passaram a estabelecer suas definições e delimitações de ZC, além de seus próprios instrumentos de proteção e gerenciamento deste território. Como explica Arruda Júnior (2015, p. 19), ao analisar criticamente a efetividade dos instrumentos de proteção norte americano, português e brasileiro, respectivamente:

O primeiro possui o Sistema CZMA (*Coastal Zone Management Act*) elabora programas de gerenciamento e desenvolvimento que considerem valores ambientais, históricos e culturais, além da necessidade de desenvolvimento econômico. Para isso, terão consideração prioritária os usos dependentes da zona costeira. O CZMA, entre outros objetivos, objetiva assegurar o acesso público ao litoral, a recuperação do patrimônio estético e histórico da orla, a restauração dos portos entre outros; Já Portugal, por meio do Decreto-Lei 302/1990 dita os planos de ordenamento do território, assim como as áreas de desenvolvimento urbano prioritário, as áreas de construção prioritária, os planos de ordenamento e expansão dos portos e os planos de ordenamento das áreas protegidas classificadas no Decreto-Lei nº 613/1976. Assim sendo, o limite de altura das construções novas, a ser fixado em relação à altura média das construções existentes em determinada rua/quarteirão; por fim, no Brasil foi introduzido pela Lei 7661/88 sendo considerada o marco de atuação normativa da zona costeira. Embora no país existam inúmeros regramentos de proteção ambiental, no que se refere à temática em comento, na verdade, é fruto da mesma tendência observada em outros países, no sentido de serem implantados sistemas de controle das atividades humanas sobre esse espaço reconhecidamente frágil e raro.

Então, nota-se que nesses países, mesmo detendo olhares diferenciados – os Estados Unidos da América com um olhar mais de gestão financeira de recursos, ao passo em que Portugal com uma visão de limitação administrativa e o Brasil com um sistema híbrido-protecionista (gestão ambiental e limitação administrativa) – todos, convergiam para um mesmo objetivo, gestão e a proteção da Zona Costeira.

Segundo a US Commission on Marine Sciences (1969, s./p., *tradução nossa*), a ZC é “a parte da terra afetada por sua proximidade com o mar e a parte do mar afetada por sua

proximidade com a terra, em que medida as atividades terrestres do homem exercem uma influência mensurável na química da água e na ecologia marinha”. Para Rodríguez e Windevoxhel (1998, p. 2), é uma unidade territorial que se estende “desde o limite da Zona Econômica Exclusiva<sup>6</sup> (ZEE) até o limite terrestre afetado pelo clima marítimo”.

No Brasil, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) considera como ZC o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo a:

- a) **Faixa Marítima:** faixa que se estende até as 12 milhas náuticas estabelecidas de acordo com a convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- b) **Faixa Terrestre:** faixa do continente formada pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na Zona Costeira, a saber:

a) os municípios defrontantes com o mar, assim considerados em listagem desta classe, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE); b) os municípios não defrontantes com o mar que se localizem nas regiões metropolitanas litorâneas; c) os municípios contíguos às grandes cidades e às capitais estaduais litorâneas, que apresentem processo de conurbação; d) os municípios próximos ao litoral, até 50 km da linha de costa, que aloquem, em seu território, atividades ou infra-estruturas de grande impacto ambiental sobre a Zona Costeira, ou ecossistemas costeiros de alta relevância; e) os municípios estuarinos-lagunares, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar, dada a relevância destes ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea; e f) os municípios que, mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos seus limites estabelecidos com os municípios referidos nas alíneas anteriores (CIRM, 1997, p. 2-3).

Para Moraes (2007, p. 22), “a Zona Costeira, em relação ao conjunto das terras emersas, circunscreve um espaço dotado de especificidades e vantagens locais, um espaço finito e relativamente escasso”. Contudo, o autor ressalta que “a questão não permite uma só resposta pois tal tema remete a uma variedade de situações que deveriam ser contempladas numa boa definição” (MORAES, 2007, p. 22), e explica que a delimitação exata da ZC deve ser definida a partir elementos e/ou variáveis condizentes com os fins pretendidos.

Frente a tal diversidade de elementos e/ou variáveis que podem ser consideradas na delimitação de uma ZC, julga-se importante deixar em evidência o propósito desta pesquisa, que é o de analisar os vetores que atuam com veemência na urbanização da ZC piauiense, e, por extensão, apresentar os elementos em análise, que neste estudo foram denominados de

---

<sup>6</sup> A Zona Econômica Exclusiva (ZEE) é uma faixa que se estende por até 200 milhas marinhas (ou náuticas), situada para além das águas territoriais, sobre a qual cada país costeiro tem prioridade para a utilização dos recursos naturais do mar, tanto vivos como não-vivos, e responsabilidade na sua gestão ambiental.

vetores, isto é, características gerais de urbanização, segundas residências e turismo, para o alcance de tal objetivo.

A delimitação da ZC determinada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), aprovada através da Portaria nº 461<sup>7</sup>, de 13/12/2018, e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 17/12/2018, será aqui considerada como referência por melhor atender aos fins desta pesquisa (MMA, 2018). Assim, o recorte espacial desta compreende os municípios de Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba, que juntos formam a ZC do Estado do Piauí.

Diante de tal consideração, julga-se importante ressaltar que, apesar da urbanização geralmente estar associada à concentração de pessoas e disponibilidade de serviços diversos, seja público ou privado, a delimitação legal deste território obedece ao Decreto-Lei nº 311, de 02/03/1938 (BRASIL, 1938), que instituiu a distinção entre zona urbana e rural a partir de

---

<sup>7</sup> Faz referência à relação dos municípios abrangidos pela faixa terrestre da Zona Costeira brasileira que contempla 274 municípios de 17 Estados brasileiros, são eles: AMAPÁ: Amapá, Calçoene, Macapá e Oiapoque; PARÁ: Augusto Corrêa, Bragança, Chaves, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Quatipuru, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João de Pirabás, Soure, Tracuateua e Vizeu; MARANHÃO: Água Doce do Maranhão, Alcântara, Apicum-Açu, Araioses, Bacuri, Barreirinhas, Cândido Mendes, Carutapera, Cedral, Cururupu, Godofredo Viana, Guimarães, Humberto de Campos, Icatu, Luís Domingues, Mirinzal, Paço do Lumiar, Paulinho Neves, Porto Rico do Maranhão, Primeira Cruz, Raposa, Santo Amaro do Maranhão, São José de Ribamar, São Luís, Serrano do Maranhão, Turiaçu e Tutóia; PIAUÍ: Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba; CEARÁ: Acaraú, Amontada, Aquiraz, Aracati, Barroquinha, Beberibe, Camocim, Cascavel, Caucaia, Cruz, Fortaleza, Fortim, Icapuí, Itapipoca, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante e Trairi; RIO GRANDE DO NORTE: Areia Branca, Baía Formosa, Caiçara do Norte, Canguaretama, Ceará Mirim, Extremoz, Galinhos, Grossos, Guamaré, Macau, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Pedra Grande, Porto do Mangue, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino, Tibau, Tibau do Sul e Touros; PARAÍBA: Baía da Traição, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Lucena, Marcação, Mataraca, Pitimbu, Rio Tinto e Santa Rita; PERNAMBUCO: Barreiros, Cabo de Santo Agostinho, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Jaboatão Guararapes, Olinda, Paulista, Recife, Rio Formoso, S. José Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré; ALAGOAS: Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coruripe, Feliz Deserto, Japaratinga, Jequiá da Praia, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Paripueira, Passo de Camaragibe, Piaçabuçu, Porto de Pedras, Roteiro e São Miguel dos Milagres; SERGIPE: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Estância, Itaporanga D'Ajuda, Pacatuba e Pirambu; BAHIA: Alcobaça, Belmonte, Cairu, Camaçari, Camamu, Canavieiras, Caravelas, Conde, Entre Rios, Esplanada, Igrapiúna, Ilhéus, Itacaré, Ituberá, Jaguaripe, Jandaíra, Lauro de Freitas, Maraú, Mata de São João, Mucuri, Nilo Peçanha, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Salvador, Santa Cruz Cabrália, Uma, Uruçuca, Valença e Vera Cruz; ESPÍRITO SANTO: Anchieta, Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Guarapari, Itapemirim, Linhares, Marataízes, Piúma, Presidente Kennedy, São Mateus, Serra, Vila Velha e Vitória; RIO DE JANEIRO: Angra dos Reis, Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Macaé, Magé, Mangaratiba, Maricá, Niterói, Paraty, Quissamã, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São Francisco do Itabapoana, São Gonçalo, São João da Barra e Saquarema; SÃO PAULO: Bertioga, Cananéia, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Ilhabela, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Sebastião, São Vicente e Ubatuba; PARANÁ: Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Pontal do Paraná e Pontal do Sul; SANTA CATARINA: Araquari, Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Balneário Gaivota, Balneário Piçarras, Balneário Rincão, Barra Velha, Biguaçu, Bombinhas, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Imbituba, Itajaí, Itapema, Itapoá, Jaguaruna, Joinville, Laguna, Navegantes, Palhoça, Passo de Torres, Paulo Lopes, Penha, Porto Belo, São Francisco do Sul, São José e Tijucas; RIO GRANDE DO SUL: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, Tavares, Terra de Areia, Torres, Tramandaí e Xangrilá.

critérios políticos-administrativos e estabeleceu que todas as cidades e vilas, também denominadas de sedes de municípios e distritos, compõem os espaços urbanos, e o que lhes é externo compõe os espaços rurais, cujos limites são determinados por leis municipais.

Tais critérios vêm recebendo críticas de importantes estudiosos, principalmente os ligados à Geografia, como, por exemplo, Aroldo de Azevedo, na obra “Vilas e cidades do Brasil colonial” de 1956 (republicada pela revista *Terra Livre*, em 1992) que, ao tratar do Decreto-Lei nº 311 (BRASIL, 1938), explica:

Evidentemente, seria um erro afirmar que esses 1.890 centros urbanos devem ser considerados verdadeiras cidades, de acordo com o conceito geográfico desta palavra, pois a grande maioria não apresenta as características culturais e sociais, a estrutura, as características demográficas e as funções geralmente apontadas pelos geógrafos para que possam ser como tais classificados (AZEVEDO, 1992, p. 5-6).

Seguindo a ideia de Azevedo (1992), a análise dos vetores provedores da urbanização da ZC piauiense não obedecerá aos limites legais da zona urbana definidos pela legislação dos municípios que compõem o território em questão, mas aos espaços que possuem concentração populacional e/ou de residências, infraestrutura pública básica, como água, energia, coleta de lixo, pavimentação, além de serviços públicos e privados diversos.

Na ZC nacional e, por extensão, na piauiense, tais aspectos ultrapassam os limites legais da zona urbana e se estendem ao longo dos espaços litorâneos<sup>8</sup>, que além da concentração populacional, apresenta concentração de segundas residências, de estabelecimentos de meios de hospedagem e de serviços voltados para o turismo e o lazer, além de outras diversas atividades econômicas.

É frente a tal discussão que se estabelece o recorte espacial da pesquisa, os espaços urbanos da ZC piauiense, definido após várias leituras, diálogos com moradores, donos de pousadas e gestores técnicos, além de pesquisa de campo e de observação, que aqui foram estabelecidos como as zonas urbanas legais somados aos espaços litorâneos.

A Zona Costeira, nesta pesquisa, foi considerada território usado, sinônimo de espaço geográfico. Tal consideração baseia-se no pensamento de Santos (2012a, p. 138), o qual explica que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Nesse sentido, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto de análise social” (SANTOS, 2012a, p. 137). Assim, o território usado se apresenta como peça-chave para entender o presente, uma vez que “o

---

<sup>8</sup> Espaços litorâneos é um dos conceitos-chave desta pesquisa e será discutido na subseção denominada “Espaços litorâneos, Zona Costeira e urbanização: notas conceituais e metodológicas”.

processo territorial se desenvolve no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território” (RAFFESTIN, 2009, p. 31).

Segundo Santos e Silveira (2001, p. 11), são as técnicas que dão o indicativo de como o território é usado: como, onde, por quem, por que, para quê; permitindo, assim, contar a história de um determinado território através de períodos e seus respectivos contextos, pois:

Somente estes permitem enxergar a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação, reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade. A cada período podemos, assim, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina no que já existia.

Seguindo tal raciocínio, esta pesquisa considera a ZC piauiense como possuidora de condicionantes históricos, socioculturais, econômicos e políticos, cuja análise dos vetores, também denominados de variáveis, fomentadores da urbanização, reconhece as heranças deste território por estas serem cruciais na compreensão do atual cenário urbanístico no recorte em questão.

Nesse sentido, esta pesquisa objetiva, nesta primeira seção, apresentar as nuances da ZC piauiense em paralelo com tal território do Nordeste quanto aos aspectos urbano-espaciais, segundas residências e turismo. Assim, será apresentada nesta seção inicial uma discussão dos conceitos-chave utilizados como embasamento teórico e metodológico da pesquisa, para, posteriormente, prosseguir a alguns dados referentes aos aspectos urbano-espaciais, às segundas residências e ao turismo da ZC costeira dos Estados do Nordeste, que apontam algumas particularidades da ZC piauiense frente a tal território nordestino, considerando os vetores em questão.

É importante ressaltar que tais vetores estão relacionados a uma tendência recente que tem transformado as relações sociais, as atividades econômicas e, conseqüentemente, a configuração socioespacial de territórios costeiros, em especial, os localizados em regiões de clima tropical, frente à nova relação da sociedade com o mar e com o marítimo. A Zona Costeira piauiense também está inclusa neste fenômeno global, mas detendo condicionantes, os quais são importantes de serem analisadas, para melhor serem planejadas, produzidas e valorizadas as suas particularidades.

Então, para apresentar os resultados obtidos nesta primeira etapa da pesquisa, a partir do objetivo inicialmente proposto, o capítulo foi estruturado em três subcapítulos: (i) Zona Costeira, Urbanização e Práticas Marítimas Modernas; (ii) As nuances da Zona Costeira piauiense; (iii) A Zona Costeira do Piauí e a (re)produção de espaços urbanos.

## 2.1 Zona Costeira, Urbanização e Práticas Marítimas Modernas

A urbanização é um processo que envolve o crescimento da população e a extensão territorial das cidades, geralmente, alinhado a atividades econômicas diversas, com destaque para o comércio e serviços. Na contemporaneidade, a ZC brasileira vivencia tal processo, que se estende para além da zona urbana, sede da cidade e seu entorno, se estabelecendo, também, nos espaços litorâneos.

O processo de urbanização na ZC, especialmente nas localizadas em áreas de climas tropicais, se diferencia das demais áreas continentais, pois além das práticas marítimas tradicionais, exclusivas destes territórios, surgem novas práticas sociais e econômicas que se direcionaram para tais frente às novas relações da população com o mar, aqui tido como maritimidade.

Estas novas relações permitem a implementação das práticas marítimas modernas (os banhos de mar, a vilegiatura marítima e o turismo), resultantes da “tomada de consciência sobre a existência de uma intercomplementaridade entre os aspectos de ordem social, econômica e tecnológica associados a uma dimensão simbólica” (DANTAS, 2010, p. 21).

Nesse quadro, encontra-se grande parcela da ZC nacional, dentre esta, a pertencente ao Estado do Piauí, que compreende o território, em sua totalidade, dos quatro municípios piauienses defrontantes com o mar – Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia – que, juntos, somam 66 km de linha de costa, correspondente a pouco menos de 1% da extensão costeira nacional.

A ZC do Piauí, mesmo com uma pequena extensão de costa litorânea, possui uma considerável diversidade natural de ecossistemas que, desde o início do seu processo de ocupação e formação territorial, vem sofrendo alterações no âmbito da organização espacial, domínio de território e em seus aspectos paisagísticos, refletidos diretamente na urbanização particular deste território.

Assim, é importante ressaltar que a urbanização das regiões costeiras é uma tendência presente não apenas em escala nacional e/ou regional, mas global. Contudo, é válido esclarecer que, mesmo frente a comportamentos e tendências globais, o processo de urbanização das ZC se particulariza diante das diversas variáveis.

É neste sentido que aqui se julga importante analisar os vetores que atuam com veemência na urbanização da ZC piauiense, pois são estes, junto às características naturais, econômicas, sociais e políticas, do passado e do presente, que permitirão a análise da urbanização deste território. Os vetores aqui estabelecidos para análise, definidos a partir de

leituras sobre urbanização em zonas costeiras, observação de campo e discussão com especialistas em urbanização litorânea, são: os aspectos sócio-espaciais da urbanização, as segundas residências e o turismo – que apesar de suas distinções, juntos promovem a urbanização e a (re)produção de espaços urbanos na ZC do Piauí.

O texto até aqui exposto não oferece dúvidas sobre o recorte espacial da presente pesquisa, qual seja, os espaços urbanos da ZC piauiense. Contudo, a definição de tal recorte se estabeleceu frente a diversas leituras sobre as temáticas “urbanização litorânea” e “urbanização costeira” e, por isso, julga-se importante esclarecer aqui os fundamentos utilizados nesta escolha.

Comumente, os termos litoral, espaços litorâneos e Zona Costeira são tidos como sinônimos. Entretanto, apesar de indissociáveis, essas palavras possuem definições e delimitações distintas, variáveis segundo os países ou segundo a ciência que os abordam. Estando ciente da diversidade de definições referentes a litoral, espaços litorâneos e Zona Costeira, será apresentada, a seguir, uma discussão conceitual pertinente à abordagem teórica utilizada nesta pesquisa para o alcance dos objetivos aqui propostos.

Referente ao termo “litoral”, por exemplo, alguns dicionários o definem como extensão de território ao longo da costa, das bordas do mar, isto é, um termo que designa a faixa de terra junto à costa marítima que engloba cerca de 50km para o interior, dependendo da legislação de cada país, ou parte que fica próxima ao oceano, ao mar. Para alguns estudiosos, o litoral faz referência à faixa de terra situada entre a maré baixa e a maré alta; outros estendem essa faixa para alguns quilômetros em direção ao continente e/ou em direção ao mar.

Na perspectiva geográfica, Moraes (2007, p. 20) define o litoral como o espaço em interface com o mar e no seu entorno se apresentam os espaços litorâneos, o qual define como “as bases terrestres imediatas de exploração de todos os recursos marinhos”. Em uma linha de pensamento similar, o grupo de trabalho que elaborou as “Bases para a Estratégia da Gestão Integrada das Zonas Costeiras” entende o litoral como “termo geral que descreve porções do território que são influenciadas directa e indirectamente pela proximidade do mar” (GOMES, 2007, p. 84).

Esse território dispõe de uma infinidade de recursos naturais e, quase sempre, de características geográficas favoráveis a uma concentração de atividades econômicas, dentre elas uma boa parte das instalações industriais no mundo que hoje atraem para esses espaços litorâneos um denso contingente populacional, produzindo espaços, em geral, com perfil



urbano. Assim, os espaços litorâneos estão sujeitos a “grandes pressões demográficas, interesses econômicos e, nas últimas décadas, a interesses imobiliários” (SILVA, 2007, p. 5).

Dantas, Pereira e Panizza (2008) afirmam que, desde o final do século XIX e início do século XX, a valorização dos espaços litorâneos é um fenômeno em ascensão, tanto no contexto global, quanto no nacional, e que desde o final do século XX tem despertado atenção especial de estudiosos desejosos em compreender sua lógica de valorização. No entanto, a compreensão das transformações ocorridas nos espaços litorâneos mediante sua valorização perpassa pela análise de diversos aspectos, dentre eles, socioeconômico, culturais, simbólicos, tecnológicos e ambientais (DANTAS; PEREIRA; PANIZZA, 2008; DANTAS, 2010).

Estes aspectos são dinâmicos e promovem contínuas transformações nos espaços litorâneos, a partir de novas destinações de usos. Assim, alimentam e são alimentados pela valorização desses espaços, destacando-se a predominância do fenômeno das segundas residências (vilegiatura marítima) e do turismo, que impõe características urbanas à paisagem (COSTA, 2012).

Dessa forma, os espaços litorâneos serão aqui entendidos como o entorno do litoral, onde se realizam as práticas marítimas tradicionais e modernas, que promovem a urbanização e/ou formas urbanas nesses espaços, e que não necessariamente estão localizados na zona urbana dos municípios costeiros ou ao longo de todo o território municipal.

Quanto à definição de Zona Costeira, apesar de estar associada aos espaços litorâneos se distingue conceitualmente do mesmo. Algumas definições de Zona Costeira (ZC) já foram apresentadas na parte inicial deste capítulo, porém, ainda é importante ressaltar que no contexto acadêmico é consenso entre os estudiosos a Zona Costeira ser um espaço complexo, em constante modificação, resultante não apenas da interação dos processos naturais, mas destes com relação à escala temporal e à ação humana.

No entanto, mediante diversas leituras e discussões anteriores sobre este território, é notória a existência de múltiplas definições, sob diversas perspectivas, as quais não conseguem de forma consensual padronizar seus limites. Macedo justifica que a falta de padronização quanto à limitação da Zona Costeira se “deve ao fato deste tipo de região abrigar uma grande diversidade de ambientes, cujos ecossistemas muito variados e complexos estão em constante interação, tornando imprecisos seus limites” (MACEDO, 1999, p. 174).

O autor acima mencionado explica que “a definição precisa de Zona Costeira está sempre atrelada a necessidades conjunturais, ou seja, ao estabelecimento de um plano de manejo, de uma linha de ação econômica e política, etc., que exigem para esta ou aquela situação a precisão de áreas determinadas de atuação” (MACEDO, 1999, p. 174).

A Zona Costeira, em sua configuração, apresenta diversos ecossistemas que se alternam entre mangues, praias, campos de dunas, estuários, entre outros, o que a torna um ambiente de significativa riqueza natural (DIAS; OLIVEIRA, 2013). É neste sentido que Moraes (2007) caracteriza a Zona Costeira como um espaço finito, relativamente raro, dotado de especificidades e vantagens locais que exercem atratividade e valorização a esses espaços.

Assim, em geral, as zonas costeiras possuem perfil urbano, em que concentram denso contingente populacional e atividades econômicas, dentre elas, uma boa parte das instalações industriais hoje no mundo, além do turismo e do veraneio, consideradas indústrias litorâneas de maior dinamismo na atualidade (MORAES, 2007). Este panorama nos faz refletir e retomar o pensamento de Milton Santos (1988) sobre urbanização, o qual entende que esta é multidimensional – envolve sociedade, cultura, economia, etc. – cuja compreensão é quase impossível se abstraída do fator espacial. Santos (1988) explica que, a partir da década de 1960, frente às tendências de construção de estrada de rodagens e a criação de uma rede vicinal, é visível a integração e fluidez do território, e o espaço – categoria principal para entender o território – “torna-se fluido, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, o dinheiro, o capital, etc., passem a ter uma grande mobilidade. Tudo isso naturalmente aumenta o movimento, aumentando, por conseguinte, as possibilidades de troca” (SANTOS, 1988, p. 90-91). Isso tem como consequência um novo aumento da circulação em paralelo ao crescimento da urbanização que demonstram como os aspectos territoriais são fundamentais para explicar as diversas formas de evolução da sociedade, pois:

O território é rugoso, resultado das condições naturais e históricas; assim, a evolução social, econômica e política não lhe é indiferente. Por isso, a urbanização só é realmente inteligível a partir de sua regionalização. Através desta, verificamos como agiram aqui e ali os elementos de mudança. Apresentando-se segundo particularidades e singularidades (SANTOS, 1988, p. 92).

Entende-se que, para Santos (1988), a urbanização é uma racionalidade, e não a ampliação de uma linha delimitadora entre campo e cidade; ela ocorre sob uma lógica a partir da qual está inserida uma sociedade globalizada, com densidades e luminosidades para o capital. Mesmo não sendo o objetivo central da pesquisa, é importante ressaltar que este contexto permite uma reflexão sobre a noção de que o Brasil é mais ou menos urbano do que se imagina: será o Brasil um país urbano? Qual o sentido de “urbano”? Contudo, aqui, entende-se que as cidades não acolhem todo o urbano, e que estes estão concentrados na ZC.

Segundo estimativas de Dussen (1999, *apud* GRUBER *et al.*, 2003), ainda nas primeiras décadas do século XXI, 80% das atividades humanas estarão concentradas na Zona Costeira. Com relação à América Latina, por exemplo, dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apontam que 60% dos habitantes deste território, de um total aproximado de 475 milhões, vivem em províncias ou estados costeiros, onde 60 das 77 maiores cidades são costeiras (LEMAY, 1998).

No caso do Brasil, seguindo uma tendência mundial, além de fatores históricos relacionados à ocupação do território brasileiro, a Zona Costeira continental é formada por 400 municípios, com 16 regiões metropolitanas, distribuídos pelos 17 Estados costeiros; com 7.367 km de linha de costa, sem levar em consideração os recortes litorâneos – baías, reentrâncias, golfões, etc. – que ampliam essa extensão para aproximadamente 8.500 km, e 470.000 km<sup>2</sup> de área costeira, correspondente a 5,2% das terras emersas do território nacional (IBGE, 2011).

Os Estados costeiros do Brasil, juntos, possuem 17,4 milhões de domicílios, dos quais 9,2 milhões são de uso ocasional, e, aproximadamente, 26,6% da população nacional, equivalente a 50,7 milhões de habitantes. Destes, 73,1% residem em municípios com mais de 100 mil habitantes (IBGE, 2011). Esse contexto se soma às informações do MMA (2007), as quais mostram que a Zona Costeira brasileira concentra quase um quarto da população do país, com uma densidade média de 87 hab/km<sup>2</sup>, cinco vezes superior à média nacional (17 hab/km<sup>2</sup>).

Outros dados importantes com relação à Zona Costeira brasileira a serem ressaltados são o percentual de habitantes concentrados nas áreas urbanas que, já em 1991, correspondia a 87,6% do total, destacando-se ao fato de que entre as 17 capitais dos Estados litorâneos, 13 estão situadas a beira-mar, e também as atividades econômicas costeiras, responsáveis por cerca de 70% do PIB nacional (BRASIL, 2007).

Frente a tal quadro da Zona Costeira nacional, a região Nordeste é destaque por compreender nove Estados, todos costeiros – Bahia, Sergipe, Piauí, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão –, e possuir 3.306 km de extensão costeira, equivalente a 45% da linha de costa brasileira, e quase 160.000 km<sup>2</sup> de área, correspondente a 34% da Zona Costeira nacional (MORAES, 1995).

A região Nordeste concentra 216 municípios costeiros – o que representa 54% do total, à frente da região Sul, com 77 municípios (19,25%); da região Sudeste, com 69 municípios (17,25%); e da região Norte, com 38 municípios (9,5%) (MMA, 2018). Igualmente, concentra a maior proporção da população total residindo na Zona Costeira, onde

estão localizadas 8 regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Fortaleza, Natal, São Luís, Maceió, João Pessoa e Aracajú), além de diversas atividades econômicas:

[...] com indústrias importantes (produção de aço, fabricação de produtos eletrônico, calçado, têxteis), com agricultura (que, além da de subsistência, inclui a da cana do açúcar, o algodão, a do caju e a fruticultura), com pecuária (com maior destaque para o gado bovino), com explorações mineiras (designadamente de gesso), com a aquicultura (que envolve, entre outros, a piscicultura, a carcinicultura e a malacocultura), com a exploração petrolífera (tendo a primeira jazida brasileira de petróleo sido descoberta em Lobato, Salvador, na Bahia, sendo o petróleo atualmente explorado no litoral e na plataforma continental de vários estados da região), com a exploração de energia hidroelétrica (de onde ressaltam as barragens de Três Marias, Sobradinho, Paulo Afonso e Xingó, na bacia do rio São Francisco) (BARBOSA, 2008, p. 8).

Somam-se a estas, as atividades associadas ao lazer e/ou ao turismo, pois, mediante a beleza natural da Zona Costeira, marcada por litorais arenosos e rochosos, também inclui, entre muitos outros aspectos, estuários, deltas, restingas, manguezais, recifes de coral e ilhas, além de Mata Atlântica (floresta tropical úmida típica do Brasil). Ainda, a simpatia da população em relação a estes espaços, agregada ao clima e às águas quentes, transformam a Zona Costeira nordestina, em especial os espaços litorâneos, em um destino turístico, não apenas regional e/ou nacional, mas internacional e em pleno desenvolvimento (DIAS *et al.*, 2008).

Atualmente, o Nordeste brasileiro está integrado às grandes rotas mundiais do turismo, com amplo destaque para o turismo de sol e praia, marcado por grandes investimentos em infraestruturas com modernos aeroportos, unidades hoteleiras, estradas e crescente valorização no segmento imobiliário desenvolvimento (DIAS *et al.*, 2008). Nesse sentido, é notório que o Nordeste, em especial a Zona Costeira, seja um território marcado por uma ampla e complexa malha de interesses, principalmente, econômico, mas, em geral, sem compatibilização com desenvolvimento sustentável.

Esse conjunto de dados e informações mostram que, sob diversas escalas, a Zona Costeira é predominantemente urbanizada com forte concentração demográfica, intensas atividades industriais, comerciais e de serviços, ou seja, é reconhecida por apresentar diversos usos dos espaços e dos recursos naturais, com distintas formas de ocupação e desenvolvimento de diversas atividades humanas.

Contudo, é importante ressaltar que a Zona Costeira brasileira, mesmo concentrando a maior parcela populacional do país, é marcada por desequilíbrios populacionais, sociais e econômicos, que geograficamente se distinguem em dois grupos principais, sendo:

a) o primeiro, que compreende boa parte da costa oriental atlântica, desde o estado do Rio Grande do Sul até a região metropolitana de Fortaleza, caracteriza-se pela ocupação predominantemente urbana e pela valorização do uso do solo, inclusive nos espaços intersticiais ao urbano, decorrentes da manutenção de estoques de terras para fins mercantilistas no médio e longo prazo. No entanto, persistem nesse segmento da costa brasileira grandes extensões de terra com baixa densidade demográfica, decorrentes de atividades econômicas como a silvicultura, a orizicultura, a agricultura e pecuária extensivas; b) o segundo, compreende o restante do litoral setentrional, desde a região metropolitana de Fortaleza, no estado do Ceará, até o estado do Amapá, na divisa com a Guiana Francesa. Caracteriza-se pela ocupação mais rarefeita constituída, principalmente, por comunidades tradicionais extrativistas e coletoras, grandes áreas desocupadas, dezenas de municípios com pequena densidade demográfica, mas com destaque para importantes pólos de centralidade regional como Parnaíba (PI) e Macapá (AP), e as concentrações metropolitanas de Belém (PA) e São Luís (MA) (MMA, 2014, s./p.).

Mesmo diante de características populacionais, sociais e econômicas bem distintas, os dois grupos citados são marcados pela urbanização e/ou pela presença de formas urbanas. Em geral, o processo de urbanização, seja em áreas costeiras ou não, está associado a atividades industriais, mas, no contexto recente, esse quadro tem apresentado significativas alterações, em especial na Zona Costeira nordestina, onde a urbanização se manifesta, ultrapassando os limites da cidade, de forma acelerada com crescente expansão de casas de veraneio, resorts, pousadas, hotéis, entre outros equipamentos relacionados à especulação imobiliária e à atividade turística.

A urbanização da Zona Costeira nordestina se apresenta de forma complexa e diferenciada diante da diversidade de vetores e/ou variáveis que atualmente interfere nesse processo e se estabelece em diversas escalas, em espaços metropolitanos e, também, não metropolitanos. Assim, sua compreensão exige uma análise que vai além de uma simples expansão do tecido urbano das grandes metrópoles, pois as possibilidades e escalas da urbanização são diversas e se dão em várias intensidades.

A complexidade do atual processo de urbanização está relacionada a causas diversas, como legado histórico, cultural, econômico, político e territorial, que se manifestam, mesmo no atual contexto da globalização, de formas distintas e particulares nos diferentes continentes e até mesmo dentro de cada país (GOMES, 2013).

Este pensamento está vinculado ao processo de urbanização explicado por Milton Santos (2013, p. 79) da seguinte forma:

[...] a urbanização compreende um complexo processo de mudança, marcado não só pela produção, mas pela transformação do estilo de vida que emerge do urbano, imprimindo na vida das pessoas uma forma diferenciada de pensar e agir que corresponde aos ideais e às necessidades dominantes do universo citadino.

É nessa linha de pensamento que o atual período, denominado por Santos e Silveira (2016) de período técnico-científico-informacional, o qual se caracteriza frente ao processo de globalização, apresenta à Zona Costeira brasileira uma nova dinâmica urbana frente a ações promovidas por agentes econômicos, políticos, culturais e sociais que provocam fortes e evidentes alterações nestes territórios mediante a presença de novos vetores urbanos, os quais não se limitam apenas as cidades.

São diversos os novos vetores urbanos que se estabelecem e dinamizam a Zona Costeira em diversas escalas, dentre quais se destacam a urbanização e as práticas marítimas modernas (caminhadas, banhos de sol, banhos de mar, veraneio – segundas residências, turismo, etc). Estes revelam a notória transformação deste território, que no passado era tradicionalmente associado às práticas marítimas tradicionais (os portos, a defesa nacional e a pesca artesanal), as quais promoviam pouco contato entre a sociedade e o mar.

São as práticas marítimas modernas que transformam o antigo sentimento de repulsão da sociedade em relação ao mar por atração que, segundo Dantas (2010), surge entre 1750/1840 com a invenção das praias, local onde foram instaladas estações balneárias favorecendo a moda do banho terapêutico, destinado a tentar curar doenças pulmonares e a melancolia, sendo as práticas terapêuticas inicialmente desenvolvidas no litoral europeu e associadas às classes sociais de maior poder aquisitivo.

As formas de ver o mar se distinguem no tempo e no espaço. Nos trópicos, por exemplo, a ocupação e a valorização das zonas de praia pelas classes mais abastadas no final do século XX ocorreram com a mudança de mentalidade do homem em relação ao mar. É neste contexto que surge a maritimidade, que faz referência às dinâmicas ocorrentes na forma da sociedade com relação ao mar e ao marítimo, conforme Dantas (2009).

O autor acima mencionado apresenta dois tipos de maritimidade no litoral brasileiro: a tradicional e a moderna. A maritimidade tradicional está relacionada a atividades como pesca, portos, comércio e marinha nacional, enquanto a moderna é reflexo das representações de costumes orientais que são voltadas ao lazer, que permitiram a valorização de espaços litorâneos e a intensificação de seu processo de urbanização denominado de vilegiatura marítima (DANTAS, 2009).

No Brasil, a consolidação da vilegiatura marítima ocorreu no século XX e impulsionou a organização dos espaços litorâneos em função do urbano (PEREIRA, 2012). Segundo Dantas e Pereira (2010), até a primeira metade do século XX, essa prática se concentrou nas capitais nordestinas e implantou uma nova lógica de ocupação do espaço

litorâneo associadas ao lazer, que ao mesmo tempo gera conflitos com a maritimidade tradicional (pescadores) e com migrantes vindos do sertão em busca de habitação.

É evidente que a nova tendência da maritimidade está ligada ao espaço do consumo, onde a natureza é transformada em mercadoria e a população local é, em geral, expulsa e relegada a espaços menos valorizados. Assim surge a praia moderna, fundamental para o ócio, lazer e investimentos imobiliários, propiciando a valorização econômica e sociocultural, bem como as desigualdades sociais, que desenham uma nova configuração territorial dos espaços litorâneos tropicais (SANTOS, 2017).

É a partir da década de 1970 que a vilegiatura marítima, através dos vilegiaturistas, se expande para municípios vizinhos das capitais. Nesse período o Estado, através da implantação de órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e universidades públicas, houve a atribuição de novas funções que valorizam ainda mais as zonas de praia, assim como atraem, cada vez mais, moradias permanentes, proporcionando a busca de espaços fora das capitais (DANTAS; PEREIRA, 2010).

No entanto, é importante compreender que a Zona Costeira, em especial os espaços litorâneos, e seu processo de urbanização geralmente são produzidos e reproduzidos sob uma lógica capitalista, as quais são resultados da interação entre formas e conteúdo, que se distinguem no tempo e no espaço e produzem espaços heterogêneos e contraditórios (PEREIRA, 2015).

Sob essa lógica, é correto afirmar que na Zona Costeira brasileira a urbanização e as práticas marítimas modernas se estabelecem com formas e intensidades distintas em seu extenso território costeiro, ao mesmo tempo em que seguem tendências globais e/ou nacionais, produzindo espaços heterogêneos e contraditórios em escala local, regional e nacional. Este fato recebe atenção diferenciada do poder público, além de investimento de capital estatal e privado. Esses contrastes são perceptíveis sob diversos aspectos, comprovados em diversos estudos científicos e governamentais, não restritos ao território nacional, mas à realidade que se estende a territórios costeiros de outros países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento. Gomes (2007, p. 84), por exemplo, ao fazer referência à ZC de Portugal, afirma que neste território:

Existem ocupações, usos e actividades económicas muito importantes à escala nacional e local que se desenvolvem na Zona Costeira e que beneficiam dessas especificidades biofísicas. Destacam-se as infra-estruturas portuárias e os transportes marítimos, o turismo e as actividades balneares e de lazer, a náutica de recreio, as pescas, a apanha, a aquacultura e a salicultura, bem como a utilização de recursos

minerais e energéticos. A Zona Costeira tem uma importância estratégica em termos ambientais, económicos e sociais. A resolução e mitigação dos seus problemas assume essa mesma importância estratégica no âmbito de uma política de desenvolvimento sustentável, necessitando de ser enquadrada numa gestão integrada e coordenada destas áreas, através do reconhecimento... Da existência de diversos conflitos de interesses na Zona Costeira, com sistemas abertos, muito dinâmicos, complexos, heterogêneos, de interface, frágeis, com elevadas oportunidades sociais e económicas e, por conseguinte, fortemente polarizadores de actividades.

No que diz respeito à temática da presente pesquisa, a heterogeneidade da Zona Costeira nordestina é comprovada, dentre outros trabalhos científicos, nos estudos de Araújo (2015) e Pereira (2012), respectivamente, sobre o turismo e a vilegiatura marítima no Nordeste, os quais revelam a heterogeneidade e as contradições presentes em algumas áreas da Zona Costeira nordestina.

O primeiro autor faz uma análise na perspectiva da urbanização com foco na produção espacial turística, das regiões metropolitanas de João Pessoa (PB), Maceió (AL) e Aracajú (SE), ambas localizadas no Nordeste brasileiro; e no decorrer do seu estudo, divide o Nordeste em três grandes áreas e/ou categorias, são elas:

- a) os estados do Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco são integrantes da principal área de maior fluxo turístico em razão dos maiores investimentos do planejamento governamental, como também da articulação das elites nacionais e estaduais, e da “herança espacial” de infraestrutura mais avançada, com a sua economia;
- b) os estados da Paraíba, Alagoas e Sergipe são a área secundária dos fluxos turísticos que, por possuírem infraestrutura básica, mais deficiente e ações do planejamento governamental dispersas e desiguais perante os demais, não conseguem “concorrer” nos maiores empreendimentos e investimentos governamentais e da iniciativa privada;
- c) os Estados de Maranhão e Piauí são aqueles que se apresentam de forma mais dispersa do planejamento governamental, determinado, entre outros motivos, pela dependência de outras metrópoles, tanto quanto por possuírem características diferenciadas. Há “áreas turísticas” em ambos os estados, mas por receberem menores investimentos, o planejamento governamental turístico é “disperso” e ineficiente. Apesar disso, temos “enclaves turísticos” como os Lençóis Maranhenses e Parnaíba, por exemplo. Nota-se exatamente aqui, a lógica da “produção espacial turística”, que coloca localidades como áreas propícias a pertencerem a uma rede turística da região Nordeste.



Nesta classificação, os contrastes são evidentes ao revelarem que o fluxo turístico está ligado diretamente a investimentos públicos e privados, infraestrutura e, também, articulações políticas entre as esferas global, nacional, estadual e municipal junto à iniciativa privada. Pereira (2012), em seu estudo sobre vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas, aponta vários condicionantes que podem refletir na intensidade e dispersão desse fenômeno na Zona Costeira, com destaque para:

- a) a proximidade a cidade primaz da metrópole;
- b) o melhoramento de vias de acesso e infraestruturas urbanas;
- c) a instalação de complexos de lazer;
- d) a invenção de novos destinos conforme processo de efeito moda;
- e) as características das normatizações urbanísticas municipais;
- f) a variação dos preços da terra e dos imóveis;
- g) a elevação de demandas de usuários estrangeiros.

Estes condicionantes podem confluir em determinados lugares, em diferentes intensidades, proporcionando a heterogeneidade da manifestação da vilegiatura no contexto marítimo (PEREIRA, 2012). Deste modo, é notório que ambos os estudos convergem para um ponto em comum: a heterogeneidade da urbanização ocorrente na Zona Costeira nordestina, resultante, especialmente, da ação do poder público, que planeja e implanta infraestrutura, e assim atrai investimentos da iniciativa privada, seja de capital local, nacional ou internacional.

Neste contexto é válido afirmar que as práticas marítimas modernas, juntamente com as práticas marítimas tradicionais, alteram de forma significativa a configuração dos espaços urbanos na Zona Costeira. No contexto nordestino, tais práticas foram intensificadas a partir da década de 1980 até a contemporaneidade, mas se dividem em dois momentos: (i) de 1980 à primeira metade de 1990, momento em que as práticas marítimas modernas eram exercidas pelas populações citadinas; e (ii) da segunda metade de 1990 à contemporaneidade, faixa de tempo em que tais práticas são geradas de uma demanda nacional/estrangeira, resultado da implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) (PEREIRA, 2012).

É consenso entre estudiosos que o PRODETUR/NE I se configura como um marco temporal na configuração urbana da Zona Costeira nordestina por investir recursos em infraestrutura básica nos Estados nordestinos, predominantemente em áreas litorâneas, em

sete segmentos: Desenvolvimento Institucional, Saneamento Básico, Proteção e Recuperação Ambiental, Transportes, Recuperação de Patrimônio Histórico, Melhoramento de Aeroportos e Elaboração de Estudos e Projetos, predominantemente em áreas litorâneas (BNB, 2005, *apud* ARAÚJO, 2015).

O PRODETUR/NE I criado em 1991, de forma conjunta pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), para financiar inúmeros investimentos de infraestrutura básicas nos Estados nordestinos, e assim, criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística e da vida das populações dos municípios alcançados, em sua maioria, localizados na ZC nordestina.

Estes investimentos também atraíram capital nacional e estrangeiro pertencente à iniciativa privada. No entanto, estes foram proporcionais à distribuição dos recursos entre os Estados nordestinos (Tabela 3) que, por sua vez, foram distribuídos de forma desigual. Dentre os Estados Nordestinos, a Bahia e o Ceará juntos receberam um percentual aproximado de 57% do total dos recursos disponibilizados pelo programa, enquanto o Piauí recebeu o menor percentual equivalente a 3,38% do total.

Tabela 3 – Recursos financeiros do PRODETUR/NE I por Estados Nordestinos

<b>Estado</b>	<b>Recursos em milhões US\$</b>	<b>Total dos recursos (%) no NE</b>	<b>Extensão do litoral</b>	<b>Principais cidades que receberam investimentos do PRODETUR</b>
Alagoas	43,36	6,90	229	Maceió
Bahia	215,01	34,33	932	Salvador e Porto Seguro
Ceará	142,26	22,72	573	Fortaleza, Caucaia e São Gonçalo do Amarante
Maranhão	40,94	6,53	640	São Luís
Paraíba	32,78	5,24	117	João Pessoa
Pernambuco	41,97	6,70	187	Olinda e Recife
Piauí	21,12	3,38	66	Parnaíba
Rio Grande do Norte	38,24	6,10	410	Natal e Parnamirim
Sergipe	50,75	8,10	163	Aracajú

Fonte: Adaptada de BNB (2005).

Essa desproporcionalidade, em parte, é explicada por uma das normas do programa, o qual impõe que a contrapartida do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Nordeste do Brasil (BNB), responsáveis pelos recursos, só poderia ser efetivada mediante projetos elaborados pelo governo estadual. Assim, dentre diversas razões que justificam o percentual recebido pelo Estado do Piauí frente aos demais estados nordestinos,

destaca-se: o fato dos recursos priorizarem regiões litorâneas, sendo que a principal cidade litorânea do Estado, Parnaíba, se localiza a uma distância de aproximadamente 330km da capital; e, também, o fato de o Estado possuir a menor extensão de linha de costa do Brasil.

Dessa forma, o Piauí se distingue dos demais Estados nordestinos que têm suas capitais localizadas no litoral e, por extensão, na Zona Costeira, classificadas como regiões metropolitanas, constituindo-se como áreas de grande importância econômica capaz de atrair maior atenção do governo e, também, da iniciativa privada.

Neste âmbito, a discussão conceitual e argumentos apresentados deixaram em evidência os contrastes existentes quanto à urbanização na Zona Costeira nacional, em especial, a nordestina; sendo estes resultantes da junção de questões sociais, econômicas e políticas, associadas aos aspectos naturais, responsáveis pela produção de distintos espaços urbanos.

## **2.2 Urbanização, segundas residências e turismo: elementos de produção do espaço urbano**

Na contemporaneidade, diversos são os territórios transformados, adaptados e ressignificados, em espaços que além de vividos passaram a ser vendidos e, conseqüentemente, consumidos. Nesse contexto, os espaços litorâneos se sobressaem por serem espaços privilegiados, raros e, em geral, de grande beleza natural, que passaram a fazer parte do imaginário da sociedade europeia entre 1750-1840 (DANTAS, 2009), que foi importado para o cotidiano brasileiro no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX (SILVA, K. O., 2012).

A adesão da sociedade brasileira aos banhos de mar, atividade puramente ligada ao lazer da família, ainda que de modo particular conforme cada lugar, passou a atrair um número cada vez mais crescente de pessoas que buscavam ócio e lazer nos períodos de férias e feriados, apreciando as amenidades litorâneas (SILVA, K. O., 2012). Assim, a consolidação do imaginário social passou a ser utilizada pelo capital imobiliário, que começou a oferecer ao consumidor/cidadão a chance de obter uma das melhores localizações para usufruir da praia e do mar (RAMOS, 2009), e agregar a estes espaços infraestrutura capaz de promover a valorização e, conseqüentemente, a (re)produção de novos espaços urbanos em territórios costeiros.

É nesse contexto que o fenômeno das segundas residências, associadas a algumas práticas marítimas modernas – a vilegiatura marítima e o turismo litorâneo – passam a ser um

importante vetor de urbanização de áreas costeiras por promover várias transformações nesses territórios. Tais transformações são induzidas pela especulação e, conseqüentemente, pelo capital imobiliário que é composto, entre outros elementos:

pela localização dos terrenos, instalação de infraestrutura urbana, investimentos privados, a pavimentação de vias e a abertura de avenidas e a proximidade de áreas de amenidades naturais como praias, por exemplo. (CORRÊA, 2016, p. 295)

### **Segundas residências e urbanização**

A vilegiatura marítima é aqui entendida como um fenômeno social relacionado ao hábito de morar ocasionalmente em territórios litorâneos, na maior parte das vezes, durante o verão (popularizando o termo veraneio) para práticas de ócio e lazer, sem qualquer finalidade rentável do ponto de vista econômico (SILVA, K. O., 2012), ao passo em que as segundas residências são as principais formas de ocupação relacionada a esta prática.

Segundo Assis (2012), as segundas residências são habitações temporárias de lazer que se localizam, em geral, em áreas dotadas de atrativos naturais (campo, praia, montanha) não muito distante da primeira residência. Sob essa lógica, entende-se que a proximidade entre a primeira e segunda residência permite uma utilização recorrente e que, segundo Araújo (2011, p. 202), pressupõe um elo com o lugar, pois:

Trata-se de um alojamento particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer por pessoas que têm domicílio permanente em outro lugar; o tempo de permanência nas segundas residências geralmente ocorre em função da disponibilidade financeira e de tempo livre, além da distância do domicílio principal.

Corroborando este pensamento, Tulik (2011) afirma que as segundas residências estabelecem um claro elo “origem/destino” entre as cidades emissoras e as cidades receptoras. Araújo (2011) explica que a cidade emissora há de deter de infraestrutura como rodovias e estradas em bom estado, que possibilitem a emissividade, e as cidades receptoras necessitam de atrativos turísticos que justifiquem o vínculo deste tipo de turista com este lugar, que geralmente estabelece relações socioculturais com aquela comunidade. Hiernaux-Nicolas (2005) explica que estas residências, em geral, se encontram num destino ou em uma localidade que não é propriamente turística, mas que se tem posse por meio da compra, aluguel ou empréstimo de um imóvel onde pernoitam e realizam atividades de ócio e entretenimento.

Inicialmente, as segundas residências eram adquiridas com a finalidade principal de serem habitações temporárias diretamente relacionadas ao prazer do proprietário, de seus familiares e amigos, associadas ao tempo livre para usufruir do alojamento. Outrossim, estava associada também às condições financeiras para adquirir e manter um imóvel como tal, que pode ser alugado, emprestado ou arrendado – geralmente ocupado por famílias, casais com filhos, e havendo certa regularidade entre partida, chegada e retorno, de forma que a frequência permita a criação de um *link* entre os usuários e o local onde se localiza o domicílio de uso ocasional (FONSECA; LIMA, 2012).

No contexto atual, o fenômeno das segundas residências passa a incorporar o turismo, também denominado de “turismo de segunda residência”, e assume novas funções atreladas ao setor da construção civil, ao mercado imobiliário e ao investimento de capital excedente. Assim, o lazer deixa de ser a finalidade quase que exclusiva das segundas residências, passando-se a considerar outros motivos ou razões para adquirir este tipo de habitação, que assume novas configurações:

[...] com as estruturas de imóveis de uso compartilhado, residencial e locacional, condomínios com estruturas de resort, incluindo a oferta de serviços típicos da hotelaria. Ao mesmo tempo, persistem as formas tradicionais de residências secundárias, baseadas em unidades uni ou multifamiliares que abrigam proprietários motivados por diversos fatores para o investimento em uma área privada para lazer, em destinos com atrativos que atendam a esse requisito. (ARONSON, 2004 *apud* ABRAHÃO; TOMAZZONI, 2017, p. 146)

Neste sentido, é correto afirmar que as segundas residências em territórios litorâneos servem para a vilegiatura marítima e para o turismo residencial, que, em geral, se distinguem pela distância e permanência. Segundo Maria Natasha de Freitas Silva (2013), a vilegiatura marítima, através do veraneio, é uma prática comum à classe média local, que possui uma segunda residência próxima à sua primeira, e é normalmente usada para fins de semana, férias e feriado. Quanto ao turismo residencial, a segunda residência se configura como uma tipologia não hoteleira de hospedagem turística voltada para o turista residencial.

Seguindo esses pensamentos, Abrahão e Tomazzoni (2017, p. 89-90), cruzando referências nacionais e internacionais, identificam duas grandes vertentes relacionadas às segundas residências:

A primeira delas expressa uma perspectiva mais tradicional, representada pela edificação de moradias que possibilitam usufruir turisticamente do espaço, seja no campo ou na cidade, em áreas de montanha ou litorâneas. Os espaços tornam-se desejados para essa finalidade, em decorrência de seus atributos turísticos, que podem ser naturais ou artificiais. A demanda por eles também cresce, fortemente

associada à ampliação da mobilidade humana contemporânea (Paris, 2006; Aronson, 2004; Duval, 2004; Laar, 2011). Essa modalidade, em que pese a classificação de tradicional, continua presente e em expansão, tanto no Brasil, como em outros países, incluindo aqueles que possuem longa tradição nessa área. A segunda vertente está associada às novas e potencializadas formas de mobilidade humana, que beneficiam parcelas da população mundial que passaram a demandar um novo estilo de vida, intitulado por alguns autores como turístico (Duval, 2004; Assis, 2012). Um dos aspectos mais fortes na sua distinção é a vinculação com a lógica financeirizada do capitalismo, que altera as formas de produção e de oferta das unidades de hospedagem, além de promover uma mescla entre a hospedagem hoteleira e não hoteleira. O perfil da segunda residência contemporânea tem dirigido a expansão de investimentos nesse segmento turístico, e, sua proeminência se apresenta em diversos contextos espaciais, na Costa Sul da Espanha, na América Central e mesmo no Brasil, com mais ênfase na região nordeste.

Abrahão e Tomazzoni (2017) explicam que, no século XXI, estas motivações podem ser sistematizadas em três categorias: (i) emocionais/psicológicas, cuja finalidade é a busca pela natureza, pela paz, por identidade familiar, ambiente favorável para as crianças, além da necessidade de prestígio; (ii) lazer e recreação: especialmente em função da busca por espaços privativos de lazer; (iii) comerciais ou de investimento: relacionados à busca de valorização e renda por meio de locação de imóveis. Então, a partir dessa análise, entende-se que o fenômeno da segunda residência, o qual incorporou através da lógica capitalista o lazer, o capital imobiliário e, no contexto mais recente, o turismo; assim, as motivações para adquirir uma segunda residência também passam a estar relacionadas ao investimento e retorno financeiro, e não somente ao descanso e/ou lazer.

No Brasil, esse processo de transformação dos espaços litorâneos e/ou zonas de praia em mercadoria nobre através da especulação imobiliária ocorreu inicialmente no Rio de Janeiro, e se expandiu rapidamente por grande parte do litoral brasileiro. Na atualidade, os espaços litorâneos nordestinos, mediante suas características físicas, as políticas públicas de incentivo ao turismo, e a implementação de infraestrutura e investimentos da iniciativa privada, têm promovido significativo aumento de segundas residências e de serviços voltados à atividade turística.

A expansão desse fenômeno ao longo dos territórios costeiros do Brasil tem gerado impactos diversos, como: conflitos em comunidades de pescadores, alteração de ecossistemas costeiros, pressões sobre esses espaços a partir da dinâmica do mercado imobiliário, que tem avançado com o mercado de terras, com a construção de condomínios, clubes, resorts e loteamentos. “Assim, a expansão do turismo e das segundas residências nos espaços litorâneos se desenvolve de modo contraditório, provocando impactos que se refletem principalmente na vida da população que habita comunidades tradicionais” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 5).

Estes equipamentos e serviços têm se estendido por grande parte do território costeiro do Nordeste, contudo, Dantas (2010) explica que a organização espacial das zonas de praias nordestinas está sob a dependência direta das capitais e sem a mediação dos centros urbanos intermediários, por serem núcleos que concentram infraestrutura – aeroportos, vias de acesso, dentre vários outros equipamentos inseridos nesta rede urbana, mas capazes de alterar territórios costeiros próximos e distantes. Nesse contexto, é correto afirmar que:

A implementação desta lógica transforma as zonas de praias em mercadorias nobres, dado que implica na modificação radical da paisagem litorânea. Com o turismo litorâneo, associado à vilegiatura marítima que o antecede, as paisagens ligadas à pesca e ao porto encontram-se abaladas. Uma zona marcada pela presença dos portos e dos vilarejos de pescadores é afetada atualmente pela construção de novas formas (dos estabelecimentos turísticos somando-se às residências de veraneio marítimo), ao longo de toda linha costeira, provocando a inserção de novos atores e a expulsão dos antigos habitantes, bem como, paradoxalmente, o fortalecimento dos movimentos de resistência (DANTAS, 2010, p. 49).

Dessa forma, a segunda residência não se configura apenas como mero alojamento para a vilegiatura ou para o turismo, mas como elemento materializado que constitui o urbano e redefine novos espaços (PEREIRA, 2006). É vista como uma atividade econômica associada às operações imobiliárias, que promovem a construção e venda de imóveis turísticos-residenciais, agregados a infraestruturas urbanas, mesmo em zonas não urbanas, promovendo a valorização desses espaços, ao mesmo tempo em que rompe com as relações sociais tradicionais anteriormente existentes.

### **Turismo e urbanização**

O turismo é um fenômeno social de ampla expansão no mundo contemporâneo, fruto das gigantescas e aceleradas transformações promovidas pelo processo de globalização, responsáveis pela produção e reprodução de espaços urbanos, especialmente, em territórios costeiros. Perante essa conjuntura, o Brasil não está à margem, pois além de deter uma imensa linha de costa e, conseqüentemente, um grande território costeiro localizado em uma região marcada pelo clima tropical, com grande diversidade da fauna, da flora, das formas de relevo e de corpos de águas, que propiciam ao país possuir um belíssimo cenário natural e peculiar, além do seu rico patrimônio histórico-cultural.

Mediante tais características físico-geográficas e histórico-sociais, a ZC brasileira constitui-se num território favorável e atrativo para o turismo. Este, por sua vez, além de um fenômeno social, é uma atividade econômica que gera empregos ao atrair investimentos do

poder público e da iniciativa privada, respectivamente, por meio da implantação de infraestrutura e prestação de serviços, resultante na produção de espaços urbanos.

Segundo Cruz (2009), a prática do turismo, em diversas escalas, é desenvolvida em espaços previamente ocupados, em lugares que as populações se estabelecem e vivem suas vidas cotidianas. Em geral, estes espaços estão localizados em territórios costeiros que, segundo Moraes (2007, p. 20), têm localização diferenciada: “em qualquer quadrante do globo, apresenta características naturais e de ocupação que lhe são próprias, circunscrevendo um monopólio espacial de certas atividades”. Na modernidade, esses territórios costeiros, além de favorecer atividades tradicionais como as portuárias, industriais, dentre outras, também se particulariza:

[...] por uma apropriação cultural que o identifica como espaço de lazer, por excelência, e os espaços preservados são, hoje, ainda mais valorizados nesse sentido. Isto sustenta uma das indústrias litorâneas de maior dinamismo na atualidade, qual seja a que serve às atividades turísticas e de veraneio. Identifica-se, assim, mais um campo onde a posição em tela apresenta, se não exclusividade, pelo menos uma grande favorabilidade locacional... onde cerca de dois terços da humanidade habitam em zonas costeiras, localizando-se à beira-mar boa parte das metrópoles contemporâneas (MORAES, 2007, p. 21).

Assim, reforça-se que as ZC são territórios que detêm características e recursos diversos e particulares, que atraem diversas atividades econômicas, os quais arrebatam um grande contingente populacional que usa e se apropria destes espaços. Esse processo de uso e apropriação do espaço resulta no que Henri Lefebvre (1970; 1975) denominou de produção do espaço, promovida pelos agentes produtores do espaço.

Os agentes são aqui entendidos como aqueles que exercem uma ação e atuam no processo de construção de espaços urbanos, que por sua vez, é entendido como condição geral de realização do processo de reprodução do capital, além de produto desse processo, ou seja, como produto de contradições emergentes do conflito entre as necessidades da reprodução do capital e as necessidades da sociedade como um todo (CARLOS, 1994).

Em consonância com tais referências, entende-se que o turismo, principalmente em áreas costeiras, por suas características físicas, históricas e econômicas particulares, vem adquirindo uma posição privilegiada pelo poder público, no que concerne às articulações com outros agentes impulsionadores da atividade através dos crescentes investimentos públicos para o setor. Isso ocorre por ser considerado uma atividade econômica crescente e de elevada visibilidade em escala mundial, assim promovendo a urbanização nesses territórios.



Mesmo quando se trata de espaços preservados que, segundo Moraes (2007), são atualmente os mais valorizados, o processo de urbanização é incorporado através da melhoria de vias de acesso, modernização dos meios de transporte, pela inovação dos meios de comunicação, da necessidade de mão de obra qualificada, da diversidade de serviços, da geração de empregos, e etc.; que se estabelecem como instrumentos necessários e oferecidos por destinos turísticos. Nesse sentido, segundo Henriques (1996), os destinos turísticos preferenciais são aqueles que oferecem boas condições de infraestrutura, notadamente no setor de transporte associado a uma rede de serviços que auxiliam a atividade turística.

Perante esse cenário, entende-se que o turismo, além de um fenômeno social, é uma atividade econômica de grande representatividade, responsável pela crescente urbanização de territórios que despontam como destinos turísticos, os quais, em geral, são reestruturados inicialmente pelo poder público, que dota esses territórios de infraestrutura e, posteriormente, atrai investimentos da iniciativa privada através da implantação de hotéis, pousadas, agências de turismo, restaurantes, parques, dentre outros. Assim, esses espaços se tornam atrativos para a atividade turística, que “sedia os encontros, a informação, a diversão, negócios, serviços, compras, sendo cada uma dessas categorias subdivididas em inumeráveis possibilidades de atração turística” (YAZIGI, 2003, p. 72).

No Brasil, o turismo passou a ter mais representatividade no processo de urbanização nacional quando instituído como atividade econômica de grande relevância para algumas regiões brasileiras, principalmente para o Nordeste, a partir da década de 1990, em que ações do governo se voltaram para o turismo tem em vista o sucesso dessa atividade em cidades mexicanas, como Cancun e Acapulco, onde o turismo teve como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões (ARAÚJO, 2018). A autora explica que:

Diferentemente dos países desenvolvidos, no Brasil, não eram pensadas políticas públicas nacionais referentes às potencialidades turísticas, já que a prioridade nos anos 1980 era de desenvolver o país através do crescimento industrial. Somente no fim dos anos 1980, a atividade turística recebe especial atenção nas políticas de desenvolvimento turístico. Dessa maneira, em 1992 é criado o PRODETUR/NE I, que só veio a ser implementado em 1994. Com o apoio do Governo Federal e financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o programa teve como finalidade de promover o desenvolvimento socioeconômico da região Nordeste, tendo o turismo como principal atividade dinamizadora (ARAÚJO, 2018, p. 104).

No Brasil, o turismo foi inicialmente promovido por meio da vilegiatura marítima, especialmente com o surgimento e expansão do fenômeno das segundas residências, impulsionada pela elite, concentradas nas áreas litorâneas. Como já exposto no capítulo

anterior, foi a partir do fenômeno das segundas residências, no início do século XX, incorporado à especulação imobiliária e integrado às políticas regionais que envolvem as esferas nacional, estadual e municipal, que o turismo, ainda voltado a uma demanda regional, passou a produzir e reproduzir espaços urbanos, especialmente, em territórios costeiros, através da instalação de equipamentos de hospedagem e demais serviços, e estruturas urbanas – rodovias, saneamento, energia elétrica, etc e outros investimentos. Este fenômeno ocorreu, inicialmente, nas regiões Sudeste e Sul do país e, posteriormente, expandida para a região Nordeste.

O mais relevante programa de incentivo ao turismo no Nordeste elaborado a partir de uma política governamental foi o PRODETUR, criado em 1991, o qual permitiu a intensificação da urbanização, principalmente, dos territórios costeiros, que são incorporados à lógica de valorização turística, a qual gera uma demanda nacional e estrangeira, resultante de uma parceria público-privada e cujo objetivo é o desenvolvimento da atividade turística. Contudo, é importante ressaltar que o Brasil da década de 1990 encontrava-se em um momento de instabilidade política e econômica, estando em recessão<sup>9</sup>. Apesar disso, os estados nordestinos e a união, a fim de atrair financiamento para a promoção de infraestrutura do Nordeste, em especial nos espaços litorâneos, e desenvolver o turismo em um modelo internacional na região, por ser atividade dinâmica que se destaca nas metrópoles, mas também ocorrentes em centros urbanos de médio e pequeno porte, criaram o PRODETUR/NE I.

Segundo o relatório final do PRODETUR/NE I, o objetivo principal do programa foi reforçar a capacidade da região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico regional através de investimentos em infraestrutura básica e serviços públicos em áreas atualmente de expansão turística (BNB, 2005). Especificamente, os objetivos do programa, segundo (BNB, 2005), foram:

---

<sup>9</sup> “A década de 1980, também denominada de década perdida, foi caracterizada pelo esgotamento do processo de industrialização por meio da substituição das importações, no qual o Estado era a força motriz para a implantação de um diversificado parque industrial nacional, por vezes assumindo diretamente a posição de investidor direto, como nos casos da siderurgia e da infraestrutura. Os *déficits* públicos crescentes, a dificuldade do Estado em garantir a estabilidade e a provisão de serviços sociais básicos (educação, saúde e segurança) e o ônus imposto por sua agenda de empreendedor direto originaram, ainda na década de 80, um processo de redefinição do papel do estado na economia que viria a amadurecer nos anos 90. De fato, durante boa parte da primeira metade da década de 90, o Brasil teve: a) inflação elevadíssima e crescente; b) déficit fiscal, medido pelas necessidades de financiamento do setor público; c) taxa cambial bastante desvalorizada, reflexo ainda da crise da dívida dos anos 80, em que o crédito externo tinha desaparecido; mas que com a deflagração do Plano Real, nota-se mudanças econômicas o amadurecimento da economia nacional” (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999, p. 17).

- a) Atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor padrão;
- b) Gerar oportunidades de emprego;
- c) Melhorar os níveis de renda;
- d) Aumentar as receitas públicas;
- e) Beneficiar a população de baixa renda das áreas selecionadas com disponibilização dos serviços de abastecimento de água, esgotos e acessos pavimentados;
- f) Aumentar a capacidade dos Estados beneficiados de acompanhar a demanda por serviços básicos.

Para alcançar tais objetivos, os governantes dos estados nordestinos e da união, envolveram diversas instituições financeiras mundiais (FMI, BIRD e BID), além da participação de órgãos e instituições nacionais, como Sudene, BNB, Embratur, Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI-NE) e Comissão de Financiamentos Externos do Governo Federal (COFIEX) e dos Estados, através de projetos turísticos e de um fundo de participação (PEREIRA, 2014).

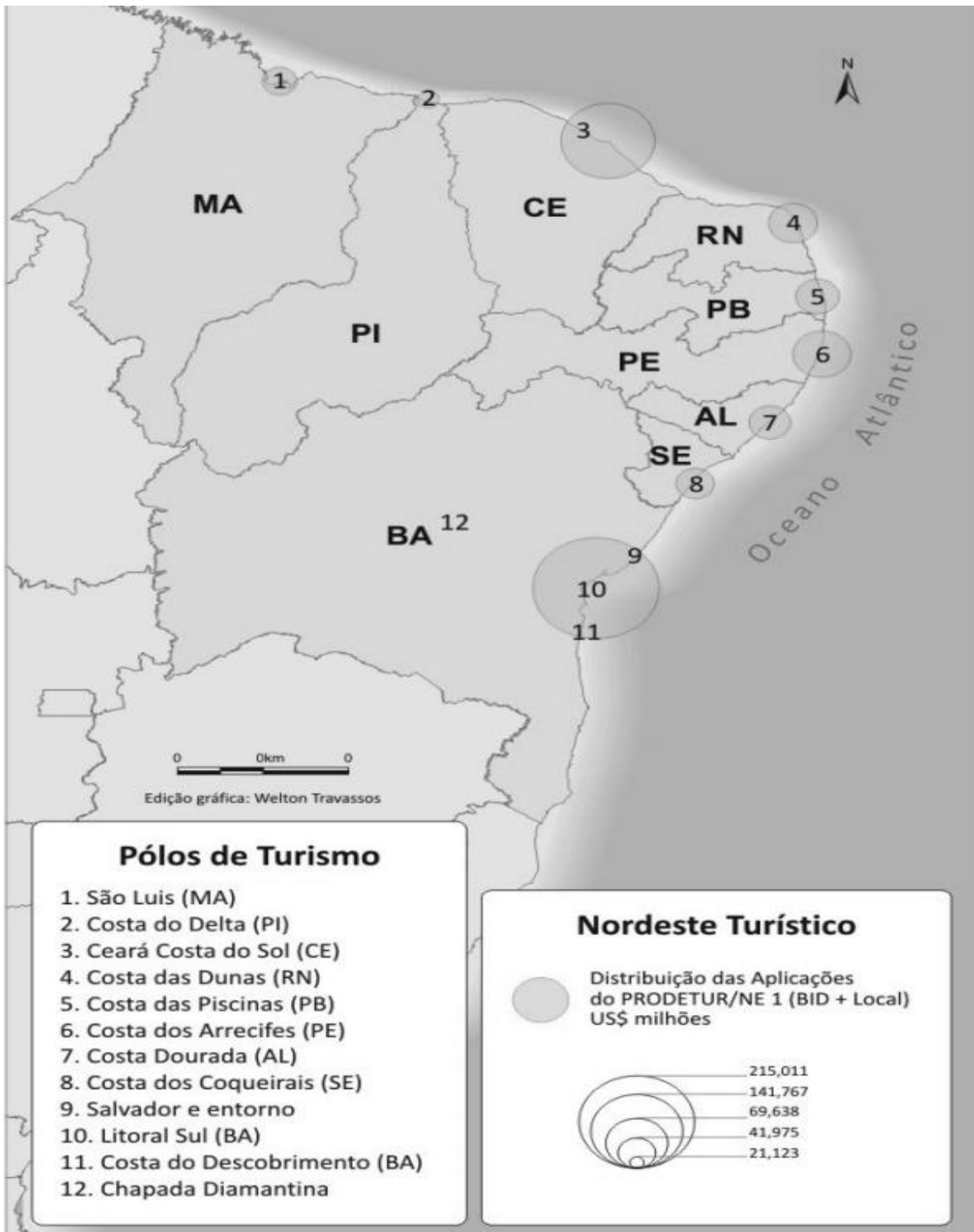
Mesmo com a participação de todos os Estados nordestinos, a adesão destes ao programa ocorreu em períodos distintos, pois, para estarem aptos a aderir ao programa e adquirir empréstimos, deveriam seguir diretrizes estabelecidas pelo programa, tendo início em 1995, com os Estados da Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte; seguidos pelo Ceará, Pernambuco e o município de Alagoas em 1996; a Paraíba e o Maranhão em 1997; o Piauí em 1999 e Alagoas em 2002 (BNB, 2005).

Os recursos do programa foram espacialmente distribuídos conforme a criação de 12 polos turísticos (Figura 3), dos quais apenas um não está localizado no litoral, que se conformam:

a partir do agrupamento de municípios considerados áreas propícias à expansão da atividade turística, encontrando-se em condições bem diversificadas: uns com alguma infraestrutura e dinâmica turística, outros em condição bastante incipiente. Sobremaneira, a localização dos polos indica o modelo de turismo receptivo adotado (PEREIRA, 2014, p. 122).

Na Figura 3, é fácil evidenciar que o foco principal do PRODETUR/NE I era território costeiro da região, mas sem priorizar uma distribuição proporcional de recursos entre os polos.

Figura 3 – Distribuição de recursos do PRODETUR/NE I entre os polos turísticos do Nordeste



Fonte: Dantas (2010, p. 50).

Essa desproporcionalidade, em parte, influencia diretamente na distribuição de recursos entre os estados nordestinos e entre os segmentos de infraestrutura. No que diz respeito à distribuição entre Estados, segundo dados do relatório final do BNB, a Bahia e o

Ceará receberam a maior parcela dos recursos (300 milhões e 160 milhões de reais, respectivamente), equivalente 51% do volume total, seguidos dos Estados de Sergipe (76 milhões de reais), Maranhão (74 milhões de reais), Alagoas (71 milhões de reais), Pernambuco (64 milhões de reais), Paraíba e Piauí (54 milhões reais cada) e o Rio Grande do Norte (47 milhões de reais) (BNB, 2005). Quanto aos segmentos de infraestrutura, Araújo detalha que:

No total, foram investidos cerca de US\$ 670 milhões, sendo financiados 384 projetos. Os investimentos foram distribuídos da seguinte forma: aeroportos (34%), transportes (12%), saneamento básico (24%), recuperação de patrimônio histórico (5%), estruturação, capacitação, modernização (4%), preservação e proteção ambiental (3%), dedicados a outros (18%) dos quais não houve especificação. (ARAÚJO, 2018, p. 105)

Este cenário justifica parcialmente a concentração de recursos públicos, infraestrutura e, por conseguinte, do capital privado, refletidos geralmente na instalação de grandes empreendimentos. Mediante as diversas leituras de estudos e documentos institucionais sobre políticas voltadas ao turismo, depreende-se que a outra parcela que justifica a concentração de recursos e equipamentos em alguns Estados está diretamente relacionada às políticas e ações estatais e municipais, destinadas à promoção do turismo, considerando as potencialidades particulares de seus respectivos territórios. Pois, como já posto em momentos anteriores do texto, a contrapartida do BID e do BNB, responsáveis pelos recursos PRODETUR/NE, só era efetivada mediante projetos elaborados pelo governo estadual.

Neste contexto é importante ressaltar que, desde a década de 1960, os Estados nordestinos, por iniciativas próprias, promoviam as primeiras ações governamentais voltadas para a atividade turística em seus respectivos territórios, em geral, mediante a criação de órgãos turísticos ou articulação a outros existentes a fim de fomentar o turismo. Sobre essas ações, Araújo (2015), entende que, entre as décadas de 1960 e 1980, as ações turísticas nos Estados nordestinos se dividem em dois períodos, cujas características são distintas:

A primeira corresponde ao período de 1960 -1970 e caracteriza-se pela criação e agregação de órgãos governamentais relacionados ao turismo quanto à escala estadual, executando o pioneirismo de Maceió que já tinha um plano específico da capital em 1961; b) Refere-se ao 1970-1980, que assinala, principalmente, a formação de planos e programas específicos que priorizam entre outros lugares, os espaços litorâneos e aqueles que possuíam patrimônios históricos, em especial, as cidades de Salvador (BA), João Pessoa (PB), Recife e Olinda (PE) (ARAÚJO, 2015, p. 112-113).

A partir das colocações de Araújo (2015) e das principais ações governamentais do turismo no Nordeste brasileiro (Quadro 2), depreende-se que estas ações se direcionavam para uma demanda estadual e/ou regional, que se apresentavam de forma pontual e desarticulada, ou seja, não havia uma integração entre as políticas setoriais, que apesar de existentes, em geral, não possuíam objetivos, metas, prioridades e metodologias definidas em escala nacional, regional, estadual e local.

Quadro 2 – Primeiras ações governamentais para promoção do turismo nos Estados do Nordeste (1960-1980)

<b>Anos</b>	<b>Estado</b>	<b>Escala Governamental</b>	<b>Ação Específica</b>
1961	Alagoas	Estadual	Plano Turístico de Maceió
1962	Maranhão	Estadual	Departamento de Turismo e Promoções do estado do Maranhão
1966	Bahia	Estadual	Departamento de Turismo
1967	Pernambuco	Estadual	Empresa de Turismo de Pernambuco
1968	Alagoas	Estadual	Conselho Estadual de Turismo
1968	Pernambuco	Estadual	Empresa Metropolitana do Turismo de Recife
1970	Pernambuco	Estadual	Centro Permanente de Turismo
1971	Ceará	Estadual	Empresa Cearense de Turismo S/A
1971	Piauí	Estadual	Empresa de Turismo do Piauí S/A
1972	Rio Grande do Norte	Estadual	Empresa de Promoção do Turismo do Rio Grande do Norte
1972	Bahia	Estadual	Empresa Estadual de Turismo da Bahia
1973	Maranhão	Estadual	Plano de Desenvolvimento Turístico
1974	Bahia	Estadual	Centro de Convenções do Turismo
1975	Paraíba	Estadual	Empresa Paraibana de Turismo
1976	Paraíba	Estadual	Plano de Desenvolvimento Turístico
1976	Maranhão	Estadual	Empresa Maranhense de Turismo
1979	Ceará	Estadual	Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará

Fonte: Adaptado de Araújo (2015), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas (2019), Secretaria de Estado de Turismo do Maranhão (2019), Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (2019), Secretaria de Turismo e Lazer de Pernambuco (2019), Secretaria do Turismo do Ceará (2019), Secretaria de Estado do Turismo do Piauí (2019), Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte (2019), Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba (2019) e Secretaria de Estado do Turismo de Sergipe (2019).

Porém, mesmo desarticuladas, as ações que estavam concentradas no entorno das capitais, localizadas em territórios costeiros – com exceção da capital do Piauí – e cidades do litoral promoveram transformações urbanas relevantes, principalmente, em infraestrutura e serviços; e que ao longo da década de 1980 e, especialmente, de 1990, permitiram o aumento do fluxo de turistas nesses territórios. Dessa forma:

A urbanização litorânea – atrelada à atividade turística – se consolida em quase todo o Nordeste brasileiro, agregando cidades e localidades litorâneas que são formadas e/ou adaptadas aos novos fluxos turísticos que se vinculam também às outras escalas econômicas, como a lógica imobiliária através dos empreendimentos turísticos como segundas residências e/ou imóveis de uso ocasional, representativos da vilegiatura marítima (ARAÚJO, 2015, p. 114).

Dessa forma, a urbanização litorânea se fortalece quando os vários territórios costeiros do Nordeste – as metrópoles, e de forma secundária, as grandes e médias cidades, começam a adotar estratégia de cooperação entre municípios para criar fluxos turísticos integrados, propostos por programas e planos governamentais do governo federal na década de 1990, geralmente utilizando-se de infraestruturas urbanas já existentes e que resultam na (re)produção do espaço urbano/regional.

Apesar das diversas políticas e ações voltadas para a promoção do turismo apresentadas ao longo deste capítulo, esclarece-se que o objetivo deste trabalho não é realizar um apanhado histórico sobre tais políticas. Contudo, entende-se que o processo de urbanização na Zona Costeira brasileira e, principalmente, a nordestina, perante a atividade turística, está diretamente vinculado às ações efetivas e contínuas resultantes de políticas públicas, seja em escala nacional, regional, estadual e local.

Os diversos dados e fundamentos aqui apresentados apontam para a importância fundamental dessas políticas e ações promovidas pelo poder público para implantação de planejamento e infraestrutura adequada. Estes atraem pessoas, capitais e serviços, elementos fundamentais para o crescimento urbano, para a expansão das segundas residências e para desenvolvimento da atividade turística. Revelam, também, a heterogeneidade existente na (re)produção dos espaços urbanos ao longo da ZC nordestina, mesmo diante as similaridades naturais.

### **2.3 As nuances da Zona Costeira piauiense: um comparativo com a Zona Costeira dos Estados nordestinos**

Compreende-se que a ZC é território complexo, diversificado e de transição ecológica reconhecido pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II), pela diversidade e importância da qualidade ambiental da ZC para as comunidades litorâneas e a necessidade de práticas integradas, cooperativas e participativas de gestão (CIRM, 1997). O PBMC (2016),

um relatório síntese sobre impactos, vulnerabilidade e adaptação aos extremos da variabilidade e mudanças climáticas em áreas urbanas costeiras do Brasil, revela que:

No Brasil, a população das zonas costeiras é responsável pela geração de cerca de 30% de toda a riqueza nacional (IBGE, 2014). Os Estados do Piauí, São Paulo e Paraná, por exemplo, apresentam população residente na zona costeira inferior a 10% da população estadual, sendo que nestes estados a porcentagem do PIB da zona costeira é equivalente à porcentagem da população. Situação semelhante ocorre nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde as porcentagens de participação da população e do PIB são 40% e 25% respectivamente. No caso dos estados do Amapá e Rio de Janeiro, existe num patamar entre 80% a 90%, o que significa que, as atividades econômicas são extremamente vulneráveis às mudanças climáticas e, conseqüentemente, toda a economia dos Estados estará comprometida em cenários futuros. O Estado do Pará apresenta a menor proporção entre a população e o PIB gerado nos municípios costeiros: 37% dos habitantes residem na zona costeira, gerando em torno de 32% da riqueza total. Para os demais Estados costeiros (MA, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES), a zona costeira possui uma participação percentual no PIB superior à participação populacional (PBMC, 2016, p. 14).

Estes dados evidenciam que a ZC brasileira e seus municípios são de extrema importância para a geração de riquezas de seus respectivos Estados, além de sua posição estratégica. É notório também que, na maioria dos Estados nordestinos, a economia gerada na ZC é superior à participação populacional, entendendo que há uma significativa presença de atividades que se utilizam de tecnologias avançadas reduzindo a participação de pessoas no processo de produção. As atividades econômicas que englobam a maior parcela dessa população, direta ou indiretamente, e que configuram o uso e a ocupação desse espaço estão ligadas:

à urbanização, à industrialização (petróleo e gás, os complexos industriais e portuários), à exploração turística e imobiliária (implantação de loteamentos, condomínios verticais e horizontais para fins de segunda residência, grandes empreendimentos turísticos) e à maricultura (OLIVEIRA; NICOLINI, 2012, p. 91).

Assim, a complexidade da ZC envolve aspectos diversos que influenciam na diversidade de atividades que induzem a (re)produção de espaços urbanos, não exclusivamente a nível de Brasil, mas em escala global. No contexto contemporâneo brasileiro e, especialmente no nordestino, os principais vetores que transformam e promovem a urbanização em sua ZC são a urbanização, as segundas residências e o turismo. Contudo, é importante salientar que esses vetores atuam em intensidades distintas e produzem espaços heterogêneos ao longo desse território.

É sobre essa heterogeneidade que este subcapítulo apresenta, de maneira sucinta, uma análise comparativa entre os territórios costeiros dos Estados nordestinos, para assim destacar



as particularidades da ZC piauiense. A análise comparativa tem como referência dados do IBGE e do CADASTUR, sobre indicadores associados aos vetores em estudo, que são: as características gerais da urbanização, as segundas residências e o turismo.

### **Características gerais da urbanização**

As características gerais da urbanização têm como referências os indicadores que refletem alguns aspectos urbanos da ZC pertencente aos Estados nordestinos. Dentre eles destacam-se: a área territorial da Zona Costeira, a extensão costeira, o número de município na Zona Costeira, a população estimada, a população urbana, rural e total, a densidade demográfica e o grau de urbanização.

A área territorial do Nordeste de 1.515.991,426 km<sup>2</sup>, que equivale a cerca de 18% do território nacional, é composta 9 Estados que somam um total de 1.794 municípios e uma população de 53.081.950 habitantes, que corresponde a 28% da população brasileira (IBGE, 2010).

Esta região, marcada por grande diversidade social, cultural, política, econômica e natural, possui 3.306 km de linha de costa, que corresponde a cerca de 45% do total da linha de costa nacional e 113.581,925 km<sup>2</sup>, referentes à extensão territorial da ZC. Assim, equivalente a apenas 7,5% do território nordestino. A ZC nordestina é composta por 216 municípios, 12% do total de municípios do Nordeste, e uma população total de 20.424.328 habitantes, que equivale cerca de 38,5% da população total do Nordeste (IBGE, 2010; MMA, 2018).

Frente a esse conjunto de dados, é notória a importância da ZC nordestina, pois nesta se encontram 8 regiões metropolitanas<sup>10</sup>, tendo 3 metrópoles como cidade nuclear, com grande concentração de atividades econômicas, principalmente, do setor secundário e terciário, e populacional. Contudo, aqui, julga-se importante apresentar dados que revelem as características gerais da urbanização nas ZCs de cada Estado nordestino, para verificar a

---

<sup>10</sup> Região Metropolitana é formada por um conjunto de municípios que possuem estrutura ou aglomeração urbana interligada entre si ou em torno de uma cidade principal, que não necessariamente é uma metrópole, a qual oferece uma diversidade de serviços públicos e privados de alta e média complexidade e possui uma população superior a um milhão de habitantes. No caso do Nordeste, considerando os dados do Censo Demográfico de 2010, apenas Salvador, Recife e Fortaleza são classificadas como metrópole. Contudo, todas as demais capitais nordestinas localizadas na ZC são cidades núcleo que polariza seu entorno e formam regiões metropolitanas. Assim, a ZC nordestina possui 8 Regiões Metropolitanas (RM): RM de São Luís, RM de Fortaleza, RM de Natal, RM do Rio Grande do Norte, RM de João Pessoa, RM de Recife, RM de Maceió, RM de Aracajú e RM de Salvador.

heterogeneidade entre esses territórios e, principalmente, as particularidades referentes ao território pertencente ao Piauí (Tabela 4).

Tabela 4 – Dados territoriais referentes à Zona Costeira dos Estados Nordestinos

Estados Nordestinos	Área territorial do Estado		Área territorial da ZC		Extensão de linha de costa		Municípios inseridos na ZC	
	km <sup>2</sup>	%	km <sup>2</sup>	%	km	%	Nº	%
Alagoas	27843295	1,8	5268050	4,6	229	6,9	21	9,7
Bahia	564722611	37,3	35910815	31,6	932	28,2	46	21,3
Ceará	148894757	9,8	17248086	15,2	573	17,3	30	13,9
Maranhão	329642170	21,7	32500759	28,6	640	19,4	35	16,2
Paraíba	56467239	3,7	2139097	1,9	117	3,5	13	6,0
Pernambuco	98068021	6,5	4344294	3,8	187	5,7	21	9,7
Piauí	215616823	14,2	1915834	1,7	66	2,0	4	1,9
Rio Grande do Norte	52809602	3,5	9635455	8,5	399	12,1	28	13,0
Sergipe	21926908	1,4	4619535	4,1	163	4,9	18	8,3
<b>Total</b>	<b>1515991426</b>	<b>100,0</b>	<b>113581925</b>	<b>100,0</b>	<b>3306</b>	<b>100,0</b>	<b>216</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Adaptada de IBGE Cidades (2008) e Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2018).

Quanto à extensão territorial da ZC nordestina, a Tabela 4 expõe dados que comprovam a discrepância desses territórios entre os Estados nordestinos, revelando que não existe uma relação de proporcionalidade entre a extensão territorial do Estado com sua ZC. Por exemplo, a Bahia é o Estado com o maior território do Nordeste, com cerca de 565.000,0 km<sup>2</sup> de extensão, seguido do Maranhão, com aproximadamente 330.000,0 km<sup>2</sup>. Contudo, os territórios costeiros de ambos os Estados possuem dimensões similares.

Seguidos destes, o Ceará e o Rio Grande do Norte possuem, respectivamente, as maiores extensões territoriais referentes à ZC, porém, essas dimensões não são proporcionais à extensão de seus Estados. Essa desproporcionalidade também ocorre entre os territórios piauienses, pois é o Estado com menor extensão de ZC, não apenas em relação ao Nordeste, mas a nível nacional. Todavia, sua extensão territorial é a 3º maior do Nordeste.

Tal desproporcionalidade é similarmente evidente quando se compara a extensão costeira, também denominada de linha de costa, dos Estados nordestinos. Porém, quando se compara as colunas referentes à área territorial da ZC com os dados referentes à extensão costeira, nota-se uma relação de proporcionalidade, pois os Estados com maiores linhas de costa detêm os maiores territórios costeiros. Logo, à medida que a linha de costa é menor, a área territorial da ZC também é menor.

Essa relação de proporcionalidade também é verificada, em parte, quando se compara os dados referentes à extensão da linha de costa e ao número de municípios da ZC de cada Estado. Porém, é possível verificar algumas peculiaridades nesta relação. Dentre estas, é possível observar os Estados do Pernambuco e de Alagoas com medidas distintas de linha de costa, com uma diferença superior a 40km, mas com quantidades similares de municípios que compõem suas respectivas ZC. O Estado de Sergipe tem uma diferença de 66km de linha de costa, equivalente à linha de costa do Piauí, em comparação a Alagoas, mas com uma diferença de apenas 3 municípios.

Contudo, quando se transformam estes dados referentes à ZC em porcentagem, a relação de proporcionalidade é alterada. Sob esta perspectiva, percebe-se que os Estados do Rio Grande do Norte, de Alagoas e de Sergipe possuem uma relação similar quanto aos dados observados. Nota-se que o percentual referente ao número de municípios da ZC nordestina supera o percentual da área territorial da ZC, que por sua vez supera o percentual referente à extensão costeira, bem como o percentual relativo à área territorial do Estado.

Os dados referentes aos Estados da Paraíba e do Pernambuco apresentam, em parte, uma relação similar aos Estados do Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. A distinção está no percentual da área territorial dos Estados, que são superiores ao percentual da ZC e da linha de costa. No Ceará, o destaque é para o percentual referente à área territorial da Zona Costeira e sua linha de costa, que são superiores, ao mesmo tempo, ao percentual equivalente à área territorial do Estado e do número de municípios da ZC.

A Bahia e o Maranhão apresentam uma relação inversa, apesar de coerente, onde o primeiro possui cerca de 37% do território nordestino e o segundo 22%. No entanto, no que diz respeito à área territorial costeira de ambos, estas são similares com uma diferença de apenas 3%. Mas, juntos, concentram cerca de 60% do território e da ZC nordestina e 48% da linha de costa da região, que equivale a 1.572,0km. Dentre a relação desses indicadores em cada Estado, é notório que o Piauí se diferencia bastante dos demais por apresentar um percentual elevado quanto à extensão territorial do Estado. Mas, quando o foco são os dados percentuais relativos à ZC, este possui as menores proporções da região, e quando comparadas entre si, se apresentam relativamente homogêneas.

No que se refere à população da ZC dos Estados Nordestinos, os dados em análise são: a população urbana, população rural, população total (IBGE, 2010) e população estimada 2019 (IBGE, 2019), densidade demográfica e grau de urbanização, apresentados no Tabela 5.

Tabela 5 – Dados gerais populacionais referentes à Zona Costeira dos Estados do Nordeste

Estados Nordestinos	População da ZC (2010)			População estimada total (2019)		Densidade Demográfica da ZC (hab/Km <sup>2</sup> )	Grau de urbani- zação da ZC
	Pop. Urb. ZC	Pop. Rur. ZC	Pop. Total ZC	UF	ZC	(hab/Km <sup>2</sup> )	%
Alagoas	1263546	82831	1346377	3337357	1465098	191,77	93,85
Bahia	4222130	430470	4652600	14873064	5051310	94,48	90,75
Ceará	4057305	435374	4492679	9132078	4425256	143,18	90,31
Maranhão	1362924	598735	1961659	7075181	2139208	70,29	69,48
Paraíba	1070501	65511	1136012	4018127	1234433	776,34	94,23
Pernambuco	3747276	163619	3910895	9557071	4239381	263,1	95,82
Piauí	160274	29914	190188	327327	200457	113,44	84,27
Rio Grande do Norte	1461783	183358	1645141	3506853	1867661	67,08	88,85
Sergipe	973093	115684	1088777	2298696	1236117	280,81	89,37
<b>Total</b>	<b>18318832</b>	<b>2105496</b>	<b>20424328</b>	<b>57071654</b>	<b>21858921</b>	<b>2000,45</b>	<b>89,69</b>

Fonte: Adaptada de IBGE (2010; 2019).

Nos dados populacionais, exposto acima, é possível visualizar que na ZC de todos os Estados Nordestinos a população urbana é superior à rural. Em números, o Maranhão, a Bahia e o Ceará são, seguindo uma ordem decrescente, os Estados que apresentam um maior número de pessoas residindo na zona rural.

A Bahia, o Ceará e Pernambuco, apesar da grande diferença entre a área da ZC e a quantidade de municípios inseridos nestes territórios, e também quanto à extensão de costa, possuem número populacional semelhante, com a população urbana próxima ou superior a quatro milhões de habitantes. No entanto, é perceptível um ponto em comum entre tais Estados: suas capitais – Salvador, Fortaleza e Recife – são metrópoles, ou seja, possuem mais de um milhão de habitantes e oferecem uma gama de serviços de alta e média complexidade, ligados a uma rede de municípios vizinhos que constituem suas respectivas regiões metropolitanas.

As demais capitais nordestinas, unidas ao seu entorno, também formam suas regiões metropolitanas, mas não alcançam de forma isolada um milhão de habitantes. Neste grupo, a população urbana da ZC varia entre 1 milhão e 1,5 milhões, com exceção do Piauí, único Estado nordestino que tem sua capital no interior, e possui em toda sua ZC uma população total de aproximadamente 200 mil habitantes.

São várias as razões que explicam, em parte, o baixo contingente populacional da ZC piauiense. Dentre esses se destacam: sua extensão territorial, linha de costa e números de

municípios ínfimos, se comparados às ZC dos demais Estados nordestinos e, principalmente, a distância deste território até a capital, em torno de 300km.

Outra observação interessante refere-se aos dados do Ceará que, entre o censo de 2010 e a estimativa populacional de 2019, teve uma redução em seu contingente demográfico, distinguindo-se dos outros Estados, que mesmo em ritmos evolutivos distintos, apresentam um crescimento populacional em suas ZC. Assim, ficam evidentes os contrastes existentes quanto à distribuição populacional na ZC nordestina.

Esses contrastes também são óbvios no que diz respeito à densidade demográfica dos territórios em estudo. Nos dados referentes à densidade demográfica, é notório que em todos os Estados a densidade demográfica da ZC é significativamente superior à do Estado. Porém, variam de Estado para Estado sem, aparentemente, haver uma relação entre o tamanho do território costeiro e sua densidade demográfica.

A título de exemplo, pode-se observar os dados da Paraíba, Estado que é destaque nesse aspecto por ter em sua ZC uma densidade demográfica que se aproxima de 800 hab/km<sup>2</sup>, bem superior a Pernambuco, com aproximadamente 260 hab/km<sup>2</sup>, o qual possui um território costeiro pequeno, mas com a 3º maior população da região Nordeste.

Nesse sentido, verifica-se uma relação inversamente proporcional entre o tamanho do território e a densidade demográfica nestas ZC, pois os Estados com pequenos territórios costeiros, como Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e até mesmo o Piauí têm densidades demográficas relativamente superiores aos Estados detentores das maiores parcelas do território costeiro e com grande contingente populacional.

Quanto ao grau de urbanização, estes se configuram de forma diferenciada da maioria dos indicadores já apresentados até o momento por demonstrar uma relativa homogeneidade tanto no que diz respeito aos territórios estaduais quanto nas suas ZC. Apenas o Piauí e o Maranhão possuem percentuais inferiores à média dos Estados, ambos em torno de 65%. Porém, quando a referência é o grau de urbanização da ZC, nota-se apenas que o Maranhão apresenta um percentual aproximado a 70%, enquanto os demais têm percentuais próximos ou superiores a 85%, sendo a média do grau de urbanização dos Estados do Nordeste e de suas ZCs correspondentes, respectivamente, 73% e 90%.

Perante o conjunto de dados até aqui analisados, é possível concluir que, de modo geral, a urbanização ao longo da ZC se distingue a nível de Estado e, também, a nível de municípios. De igual forma, é possível depreender que a urbanização da ZC nordestina é dinâmica, crescente e desigual, possuindo relações com os condicionantes histórico-econômicos de cada Estado, em que as maiores populações (e as maiores economias)

desenvolveram importantes papéis econômicos ao longo da configuração do território nordestino e brasileiro. Como destaca Strohaecker (2009, p. 62), ao se referir à urbanização da ZC nacional:

[...] é um fenômeno que se consolida como uma tendência nacional e, inclusive, internacional de valorização da costa por razões históricas, econômicas e, mais recentemente, culturais e ambientais. Os antecedentes histórico-econômicos reforçaram o caráter concentrador da urbanização na Zona Costeira. No entanto, é importante frisar que, no espaço de uma década, amplia-se o número de regiões metropolitanas no País de 9 para 28 e na Zona Costeira, em particular, de 5 para 16.

Isso confirma a crescente urbanização e concentração populacional nas regiões metropolitanas, e que, no caso do Brasil, a maioria se concentra na ZC. Mas, apesar da importância de dados quantitativos, estes não são suficientes para compreender de forma detalhada os condicionantes que explicam a urbanização de um determinado território. Isso significa que a ZC piauiense é um território que foi (re)produzido a partir de suas próprias características, que estão vinculadas aos seus condicionantes históricos, econômicos e políticos. Estes se diferem dos demais territórios costeiros do Nordeste e exercem funções distintas ao longo da sua formação. Então, para entender o processo de urbanização ocorrente na contemporaneidade e analisar os vetores que atuam com maior veemência neste processo é necessário um estudo a nível dos municípios que compõem este território, que é objetivo da presente pesquisa, e que serão apresentados adiante.

### **Segundas Residências ou Domicílio de Uso Ocasional (DUO)**

No Brasil, o fenômeno das segundas residências surge na década de 1950 no contexto político-econômico denominado “nacional-desenvolvimentismo”, responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão das rodovias como principal matriz de transporte e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos, que começaram a incorporar entre seus valores socioculturais a ideologia do turismo e do lazer (BECKER, 1995).

Estas primeiras ocupações eram feitas por famílias residentes próximas aos maiores aglomerados urbanos, em praias geralmente de difícil acesso e adjacentes às vilas de pescadores, e que logo em seguida foram atendidas por alguns serviços e equipamentos básicos (asfaltamento e melhorias de acesso, pousadas e comércios, etc.), os quais valorizaram o território litorâneo e atraíram a atenção de especuladores imobiliários (ASSIS, 2012).

É neste sentido que as segundas residências são aqui entendidas como um importante vetor no processo de urbanização da ZC por atrair infraestrutura, promover relações econômicas e (re)produzir espaços urbanos mesmo em territórios distantes das grandes cidades e/ou metrópoles. Vários estudos e dados institucionais apontam, na contemporaneidade, para o crescimento das segundas residências na ZC brasileira e, conseqüentemente, na nordestina.

De acordo com o último censo demográfico, o Brasil possui 3.933.271 segundas residências, que correspondem a 5,8% do total de domicílios recenseados. Deste total, quase 32% estão localizadas nas regiões metropolitanas, que têm seu território total ou parcial localizado na ZC brasileira, o que, por sua vez, representa uma extensão terrestre de aproximadamente 514.000km<sup>2</sup>, equivalente a apenas 6% do território nacional (IBGE, 2010).

O Nordeste detém 966.263 DUO. Destes, 36,5% localizam-se na ZC, que possui uma extensão territorial aproximada de 113.582km<sup>2</sup>, referente a 7,5% do território nordestino (IBGE, 2010). O crescimento de DUO no Nordeste entre 2000 e 2010 foi de 75%, enquanto o percentual nacional de crescimento no mesmo período foi de 46,5% (IBGE, 2000; 2010).

Esse conjunto de dados confirma a ascensão no número de DUO, especialmente, na ZC do Nordeste. Contudo, o foco desta pesquisa é entender como as segundas residências participam e/ou intervêm na (re)produção de espaços urbanos e na urbanização da ZC piauiense. Mas, antes de fazer uma análise mais detalhada da atuação desse vetor na urbanização deste território, julga-se importante apresentar uma análise comparativa, e não evolutiva, da quantidade de segundas residências presentes na ZC dos Estados nordestinos, para primeiro evidenciar em termos quantitativos os traços da ZC piauiense sob tal aspecto, frente aos mesmos territórios dos demais Estados do Nordeste.

Os dados de referência são os de Domicílios de Uso Ocasional (DUO), disponibilizados no censo demográfico de 2010, correspondente a cada Estado nordestino e suas respectivas ZC. Nos dados sobre DUO, assim como vários dos indicadores referentes às características gerais da urbanização, será possível evidenciar as desproporcionalidades entre os Estados nordestinos e, também, entre ZCs (Tabela 6).

Tabela 6 – Dados sobre Domicílios de Uso Ocasional referentes à Zona Costeira dos Estados do Nordeste

Estados Nordestinos	Domicílios de Uso Ocasional por UF		Domicílios de Uso Ocasional na ZC por UF		
	Total	% em Relação ao NE	Total	% em Relação ao NE	% em Relação à UF
Alagoas	44014	4,6	15044	4,3	34,2
Bahia	333793	34,5	118259	33,6	35,4
Ceará	113146	11,7	54687	15,5	48,3
Maranhão	74550	7,7	17492	5,0	23,5
Paraíba	71409	7,4	24766	7,0	34,7
Pernambuco	143567	14,9	59652	16,9	41,5
Piauí	72394	7,5	4892	1,4	6,8
Rio Grande do Norte	66448	6,9	37000	10,5	55,7
Sergipe	46942	4,9	20564	5,8	43,8
<b>Total</b>	<b>966263</b>	<b>100,0</b>	<b>352356</b>	<b>100,0</b>	<b>36,5</b>

Fonte: Adaptada de IBGE (2010).

Neste é perceptível que a Bahia concentra o maior número de DUO do Nordeste, que equivale a cerca de 1/3 do total da região. Essa proporção também é correspondente ao número de DUO na ZC, o que seria condizente com a extensão territorial do Estado, da ZC e de sua linha de costa.

Contudo, Pernambuco, que dentre os Estados nordestinos não está entre os que detêm as maiores extensões territoriais, e possui um dos menores territórios costeiros (estando à frente apenas da Paraíba e do Piauí), concentra o 2º maior número de DUO do Nordeste, dos quais cerca de 1/3 localizam-se na ZC. Assim, Pernambuco supera, em números expressivos, os Estados do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte, que depois da Bahia, detêm os maiores territórios costeiros e extensões de linha de costa do Nordeste.

Outra particularidade observada é a quantidade de DUO do Maranhão, que mesmo possuindo grande extensão territorial e uma imensa ZC, possui números similares ao Estado do Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, que gira em torno de 70 mil domicílios. Destes, apenas cerca de 18 mil estão localizados na ZC. Assim, o número de DUO da ZC maranhense é inferior ao número correspondente a ZC dos Estados do Paraíba e do Sergipe, e similar à ZC de Alagoas.

O Piauí possui em todo seu território um número de DUO similar ao do Maranhão, Rio Grande do Norte e da Paraíba. Todavia, estes domicílios estão concentrados no interior do Estado, principalmente, na capital Teresina. Na ZC piauiense, esse número gira em torno de apenas 5 mil domicílios.



Em termos percentuais, os dados sobre DUO de cada Estado em relação ao Nordeste, à ZC nordestina e às suas respectivas ZC reforçam a desproporcional distribuição destas residências ao longo do território nordestino. Verifica-se, por exemplo, que a soma do número de DUO da Bahia e de Pernambuco, e de suas ZC, corresponde a cerca de 50% do total do Nordeste e da ZC nordestina.

O Piauí possui percentuais de DUO no Estado similares ao do Maranhão, Rio Grande do Norte e Paraíba, mas quando se observa os percentuais relacionados à sua ZC, o Estado tem as menores taxas do Nordeste. O número de domicílios localizados na ZC Piauiense em relação à ZC nordestina é de aproximadamente 1,5%, e os DUO localizados na ZC piauiense representam apenas 7% do total do Estado. Esses parâmetros se distinguem dos demais Estados da região, que, em geral, possuem percentuais que variam entre 35% a 55%, com exceção do Maranhão que concentra em torno de 24% dos DUO do Estado em sua ZC.

Esses dados revelam que as segundas residências na ZC do Nordeste são vetores significativos no processo de urbanização deste território, e assim como as características gerais já apresentadas anteriormente, entende-se que as desproporcionalidades evidenciadas anteriormente têm íntima relação com os condicionantes históricos, econômicos e sociais, já que a concentração populacional e de serviços, as indústrias e as segundas residências, apesar das distinções, atuam em um mesmo processo – a urbanização – que, por sua vez, impõe diversos e variados usos num determinado território.

No entanto, os dados quantitativos por Estado, apesar de importantes para o planejamento e gestão do poder público para promoção de ações efetivas para o desenvolvimento do território, não são capazes de revelar em detalhes o perfil dos proprietários, os tipos de investidores e as características da urbanização e relações econômicas que intervêm na (re)produção urbana e nos usos destes territórios.

Esses pormenores só são entendidos a partir de estudos mais específicos, em escalas pequenas de um município, de um bairro ou zona, com a utilização de dados e de outras ferramentas, como aplicação de questionários e entrevistas, observação de campo, conhecimento empírico, entre outros. Somente essas ferramentas permitiriam o entendimento das relações econômicas, das atividades, dos agentes e capitais envolvidos na (re)produção dos espaços urbanos e dos usos e funções do território mediante seu processo de urbanização.

## **Turismo**

O turismo, segundo a Organização Mundial de Turismo (2001), é definido como atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos daqueles em que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros. Nas últimas décadas, o turismo é uma atividade em ampla ascensão em todo o globo, sendo o sol e o mar os elementos naturais que mais atraem turistas para uma determinada área.

O crescimento da atividade turística no mundo foi amplamente observado, com grande um fluxo de pessoas em direção as áreas litorâneas durante o verão. A gestão pública federal do Brasil, com objetivo de reduzir as desigualdades sociais e econômicas no país, lançou o PRODETUR/NE I, no início da década de 1990. Este programa destinou recursos, mediante projetos viáveis elaborados pelos governos estaduais, para a promoção do Turismo na região Nordeste, frente às potencialidades da região: diversidade e riqueza natural, cultural e histórica ao longo de todo seu território, além deter uma grande extensão da linha de costa nacional e sol durante todo o ano.

Assim, a partir da década de 1990, o Nordeste passou a fazer parte dos roteiros turísticos nacionais e internacionais, o que promoveu a abertura de diversos serviços públicos e privados, que por sua vez ocasionaram a implantação de formas urbanas e a promoção da urbanização, principalmente nas áreas costeiras, para atender essa nova demanda que permitiu a criação de inúmeros postos de trabalho. Assim, o turismo é aqui considerado um vetor que promove urbanização no Nordeste, sobretudo, ao longo da ZC nordestina.

Todavia, as atividades e equipamentos relacionados às atividades turísticas não se apresentam de forma homogênea entre os Estados nordestinos, nem ao longo de suas ZC. Seguindo as mesmas tendências da urbanização e das segundas residências, o turismo também está vinculado à urbanização ocorrente em territórios costeiros. O planejamento e a gestão desta atividade também estão vinculados ao interesse do poder público em escalas menores, como os Estados e municípios que, associados aos programas e ações promovidas pela União, por sua vez, atraem investimentos provenientes da iniciativa privada.

O Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) é uma das diversas ações do Ministério do Turismo (MTUR), em parceria com órgãos oficiais de turismo das Unidades da Federação. Segundo o MTUR, a efetivação do cadastro gera inúmeros benefícios para o prestador de serviços turísticos, dentre eles: (i) Visibilidade para o seu negócio, por meio dos *sites* [www.cadastur.turismo.gov.br](http://www.cadastur.turismo.gov.br) e [www.viajelegal.turismo.gov.br](http://www.viajelegal.turismo.gov.br); (ii)

Oportunidades de qualificação, por meio dos programas e projetos oferecidos por diversas áreas do MTUR; (iii) Acesso a linhas de crédito junto a bancos oficiais; (iv) Classificação dos meios de hospedagem; (v) Oportunidades de negócios e acesso a mercados nacionais e internacionais; (vi) Credibilidade de que a empresa está formalizada e que está operando de acordo com as leis brasileiras; e (vii) Informações e apoio por meio de um Ambiente de Negócios online restrito aos prestadores que estão com o cadastro regular.

O cadastro possui 15 atividades elegíveis, sendo que os acampamentos turísticos, as agências de turismo, os guias de turismo, os meios de hospedagem, as organizadoras de eventos, os parques temáticos e as transportadoras turísticas são equipamentos cujo cadastro é obrigatório. Mas é sabido, através conversas com gerentes do SEBRAE, de reportagens sobre a importância do CADASTUR e confirmadas pela pesquisa de campo realizada nos municípios em estudo que, apesar da obrigatoriedade, grande parte dos estabelecimentos não possui tal cadastro, geralmente por temerem uma fiscalização mais efetiva e elevação dos custos do estabelecimento.

Contudo, os cadastros existentes permitem verificar, de forma ampla, mas superficial, as disparidades na distribuição dos estabelecimentos turísticos entre Estados e municípios brasileiros. Para esta pesquisa, optou-se por analisar os equipamentos que visivelmente mais atraem turistas para a ZC nordestina, quais sejam: as agências de turismo, os meios de hospedagem, os parques aquáticos e parques temáticos (Tabelas 7 e 8).

Quanto às agências de turismo, foram catalogadas 5.190 agências em todo o Nordeste. Destas, 3.897 estão localizadas na Zona Costeira, ou seja, cerca de 75% do total. Esse dado percentual, que não corresponde de forma individual a todos os Estados nordestinos, converge com estudos diversos sobre urbanização litorânea, os quais indicam que no Nordeste predomina o turismo “de Sol e Mar”.

Os percentuais referentes à quantidade de agências de turismo são apresentados por Estados, e mostram em termos quantitativos a discrepância na distribuição desse tipo de estabelecimento. Os dados também mostram que Pernambuco lidera o número de agências no Nordeste, seguido pelos Estados da Bahia e do Ceará, enquanto o Piauí assume a última posição, com números discrepantes comparados aos demais Estados nordestinos. Pernambuco e Bahia, juntos, concentram mais de 40% do total das agências da região Nordeste, enquanto a soma do percentual dos Estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe gira em torno de 30%.

No entanto, há uma conformidade entre todos os Estados: os maiores percentuais das agências de turismo estão concentrados na ZC. No Piauí, a ZC detém cerca de 35% das

agências de turismo, enquanto que na Paraíba essa concentração é de 58%, e nos demais Estados esse percentual varia entre 75% a 88%.

Com relação aos meios de hospedagem, foi identificado no CADASTUR 3.714 estabelecimentos cadastrados no Nordeste. Destes estabelecimentos, 2.711 estão localizados na ZC, que representa 73% do total de estabelecimentos.

Tabela 7 – Dados sobre Turismo referentes à Zona Costeira dos Estados do Nordeste

Estados Nordestinos	Agências de turismo					Meios de hospedagem				
	Total por UF	% em Relação ao NE	Total por ZC	% em relação a ZC do NE	% em relação a UF	Total por UF	% em Relação ao NE	Total por ZC	% em relação a ZC do NE	% em relação a UF
Alagoas	524	10,1	451	11,6	86,1	417	11,2	309	11,4	74,1
Bahia	1118	21,5	806	20,7	72,1	1127	30,3	845	31,2	75,0
Ceará	711	13,7	621	15,9	87,3	664	17,9	527	19,4	79,4
Maranhão	421	8,1	336	8,6	79,8	293	7,9	165	6,1	56,3
Paraíba	419	8,1	243	6,2	58,0	224	6,0	149	5,5	66,5
Pernambuco	1211	23,3	878	22,5	72,5	426	11,5	332	12,2	77,9
Piauí	137	2,6	48	1,2	35,0	114	3,1	43	1,6	37,7
Rio Grande do Norte	345	6,6	259	6,6	75,1	329	8,9	253	9,3	76,9
Sergipe	304	5,9	255	6,5	83,9	120	3,2	88	3,2	73,3
<b>Total</b>	<b>5190</b>	<b>100,0</b>	<b>3897</b>	<b>100,0</b>	<b>75,1</b>	<b>3714</b>	<b>100,0</b>	<b>2711</b>	<b>100,0</b>	<b>73,0</b>

Fonte: Adaptada de CADASTUR (2019).

Tabela 8 – Dados sobre Turismo referentes à Zona Costeira dos Estados do Nordeste

Estados Nordestinos	Parques Aquáticos					Parques Temáticos				
	Total por UF	% em Relação ao NE	Total por ZC	% em relação a ZC do NE	% em relação a UF	Total por UF	% em Relação ao NE	Total por ZC	% em relação a ZC do NE	% em relação a UF
Alagoas	3	11,1	2	14,3	66,7	1	11,1	0	0,0	0
Bahia	3	11,1	3	21,4	100,0	0	0,0	0	0,0	0
Ceará	6	22,2	3	21,4	50,0	2	22,2	2	100,0	50
Maranhão	2	7,4	1	7,1	50,0	1	11,1	0	0,0	0
Paraíba	1	3,7	1	7,1	100,0	0	0,0	0	0,0	0
Pernambuco	5	18,5	1	7,1	20,0	2	22,2	2	100,0	50
Piauí	0	0,0	0	0,0	0,0	1	11,1	0	0,0	0
Rio Grande do Norte	4	14,8	2	14,3	50,0	0	0,0	0	0,0	0
Sergipe	3	11,1	1	7,1	33,3	2	22,2	0	0,0	0
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0</b>	<b>14</b>	<b>100,0</b>	<b>51,9</b>	<b>9</b>	<b>100,0</b>	<b>4</b>	<b>44,4</b>	<b>100</b>

Fonte: Adaptada de CADASTUR (2019).

Nota-se, por exemplo, que a Bahia, o Ceará, o Pernambuco e o Alagoas, nesta sequência, lideram o *ranking* quanto à quantidade de meios de hospedagem no Nordeste, mesmo possuindo diferenças significativas entre si quanto ao tamanho do território do Estado, à extensão da ZC, à linha de costa e ao número de municípios. A Bahia e o Ceará detêm, juntos, quase 50% destes estabelecimentos, enquanto o Piauí, a Paraíba e o Sergipe concentram cerca de 12% do total da região.

Com relação à ZC, em que se verifica uma distribuição similar ao dos Estados, a Bahia e o Ceará concentram cerca de 50% dos estabelecimentos de hospedagem, enquanto Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe, juntos, concentram cerca de 26%. Os dados percentuais também revelam que, com exceção do Piauí e do Maranhão, que possuem cerca de 38% e 56%, respectivamente, do total dos meios de hospedagem do Estado localizados em suas ZCs, os demais Estados possuem percentuais próximos ou superiores a 70%.

Quanto aos parques aquáticos, foram catalogados 27 estabelecimentos em todo o Nordeste, sendo 14 localizados na ZC, distribuídos de forma desigual. Verifica-se que o Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte são os Estados que detêm o maior número de parques aquáticos no Nordeste, que somados correspondem a quase 55% do total de empreendimentos deste tipo região, sendo estes, em sua maioria, localizados no interior. Os Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, mesmo distintos sob diversos aspectos anteriormente apresentados, possuem números equivalentes de parques aquáticos.

Na ZC, o maior número de parques aquáticos está localizado nos Estados do Ceará e da Bahia, que, juntos, somam quase 43% do total correspondente à ZC. Neste conjunto, os Estados do Rio Grande do Norte e Alagoas também são destaque por deter 14,3% cada, e superam os Estados do Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, cujos percentuais equivalem a 7% cada.

Nota-se que apenas a Bahia, a Paraíba e o Alagoas concentram os parques aquáticos do Estado em sua totalidade ou em maioria na ZC. Nos demais Estados que possuem esse tipo de estabelecimento, o percentual varia entre 20% a 50%. Assim, esses dados refletem que o poder público, junto com a iniciativa privada, através da implantação desses parques no interior dos Estados, busca promover a ampliação do fluxo de turistas para territórios além da ZC. Essa lógica também é perceptível quanto à distribuição dos parques temáticos na região. Em todo o Nordeste, foram identificados 9 parques temáticos, sendo 4 localizados na ZC. A Bahia, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, que se configuram como Estados de destaque na atividade turística, não possuem estabelecimentos cadastrados nessa categoria.

Diante dos dados expostos, são notórias as disparidades na distribuição de equipamentos turísticos ao longo da ZC nordestina, sendo que de maneira lógica, estão em maior concentração nas metrópoles nordestinas – Salvador, Fortaleza e Recife – e em suas respectivas regiões metropolitanas. Contudo, há Estados que, mesmo sem um grande contingente populacional e sem uma elevada extensão territorial costeira, se destacam frente ao número e diversidade de equipamentos turísticos, como é o caso de Alagoas e Rio Grande do Norte.

A partir desta análise, entende-se que o turismo não está estreitamente vinculado ao tamanho do território e à diversidade de recursos naturais, mas à atuação efetiva do poder público junto à iniciativa privada, pois a demanda turística, especialmente em zonas de praias e/ou em territórios costeiros, agrega em seus roteiros diversas outras atividades, não limitadas às visitas às praias, como:

[...] a visita a monumentos históricos, feiras de artesanato, restaurantes típicos e manifestações artísticas e culturais. Assim, permite que um destino diversifique ainda mais a sua oferta turística, apresentando as diversas possibilidades de contato e de conhecimento da cultura local e da diversidade da fauna e da flora existentes. (MTUR, 2010, p. 19)

Tais informações apontam que a pouca quantidade e diversidade de estabelecimentos turísticos na ZC piauiense não deve estar relacionada a apenas a sua reduzida linha de costa e a sua extensão costeira, mas à efetividade no planejamento e gestão da atividades turísticas de forma conjunta e participativa entre os poderes públicos, iniciativa privada e comunidade. Assim, poderá possibilitar a qualidade dos serviços, o aumento do fluxo de turistas, o crescimento da atividade turística, a qualificação da comunidade, a geração de emprego e renda, a melhoria da qualidade de vida da comunidade e conseqüentemente, na (re)produção de espaços urbanos, com diversos e variados usos do território.

#### **2.4 A Zona Costeira do Piauí e a (re)produção de espaços urbanos: os caminhos metodológicos**

Os conceitos anteriormente abordados, junto a outros associados a eles, serão aqui discutidos a partir do viés miltoniano, por considerar na análise de um território sua dinâmica espacial, social, econômica e política em etapas e/ou períodos, assim, possibilitando a análise da urbanização da Zona Costeira piauiense de forma sistemática, mas tendo como destaque os vetores em análise – os aspectos urbano-espaciais, as segundas residências e o turismo.



Estes vetores serão aqui considerados as variáveis explicativas fundamentais que promovem, com maior veemência, no presente, a urbanização na região costeira do Estado do Piauí. Santos e Silveira (2016) argumentam que a escolha dessas variáveis deve levar em conta diversas escalas de manifestação da realidade dentro de uma situação e/ou período, sendo a delimitação dos períodos a ferramenta crucial que permite enxergar a evolução das variáveis, reconhecer heranças, intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade, de forma sistemática. Sob essa lógica, Santos (2012a, p. 254-255) explana que:

A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das variáveis presentes depende estritamente das condições gerais do sistema em que se situam [...]. Dessa maneira, [...] o espaço se define por uma combinação integral de variáveis [...] cada variável é inteiramente desprovida de significação fora do sistema ao qual pertence [...]. A reconstrução de sucessivos sistemas temporais e dos sistemas espaciais sucessivos é um dado fundamental quando se busca uma explicação para as situações atuais.

O autor acima citado aponta para a preocupação de pensar o espaço relacionado à compreensão do tempo, condição fundamental para compreender a natureza do espaço e sua totalidade. A totalidade, neste contexto, não necessariamente está relacionada ao território global, mas sim ao fato de que qualquer acontecimento espacial depende das outras estruturas constitutivas do espaço. Ou seja, “não há diferença entre escolher uma porção do espaço ou uma questão específica referente a todo território. O objeto de estudo passa a ser uma categoria analítica da totalidade” (SANTOS, 2014, p. 50).

É diante tal discussão que a presente pesquisa será desenvolvida, levando em consideração a Zona Costeira piauiense como porção do espaço ou território em análise, tendo como variáveis centrais os aspectos urbano-espaciais, as segundas residências e o turismo. Contudo, estes não serão analisados de maneira isolada, mas de forma sistemática, levando em consideração o contexto social, econômico e político na análise da situação atual, junto às dinâmicas espaciais, da urbanização costeira piauiense.

A partir desse contexto, o espaço será entendido como um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento, que o transformam a partir das técnicas, as quais correspondem a um tempo determinado pela produção de uma sociedade. Assim, é correto afirmar que o espaço é dinâmico e a inter-relação dos objetos – geográficos, naturais e sociais – se combinam, de forma particular em cada porção em que se instalam e permitem a entrada de novas variáveis que promovem novas combinações, e consequentemente, alterando o arranjo espacial de um território.

A íntima relação da tríade espaço, tempo e técnica se apresenta como crucial para a compreensão sistemática da situação atual de um território, pois é resultado de combinações de variáveis novas e antigas, que apresentam uma superposição de objetos de tipos e idades diferentes. Assim, nota-se a importância do método de periodização que é uma necessidade central, pois a noção de tempo deve ser inseparável da noção de sistema.

Nesse contexto, o espaço é considerado um conjunto indissociável de objetos que, de um lado, compreende certo arranjo de objetos geográficos, naturais e sociais, e, de outro, a sociedade em movimento (SANTOS, 2014). Assim, o espaço geográfico é definido como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2012a, p. 63), em que sua compreensão deve partir das relações sociais do passado e presente, as quais se manifestam através de processos e funções que produzem desigualdades espaciais frente à relação espaço-tempo.

As técnicas, um conjunto de meios instrumentais e sociais, por meio das quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo cria espaço (SANTOS, 2012a), se apresentam como peças importantes na compreensão da relação espaço-tempo, pois permitem identificar e classificar os elementos dispostos num dado território, num dado período.

Esses elementos são dados históricos [...] Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação [...] a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas: uma história geral, uma história local. (SANTOS, 1985, p. 48-49)

Deste modo, as técnicas se apresentam como elementos de explicação da sociedade, e de cada um dos lugares geográficos, pois são estas que nos “indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por que, para quê” (SANTOS; SILVEIRA, 2016, p. 11). Assim, o “território usado”, diferentemente do território em si, se estabelece como uma categoria de análise, pois, é o uso do território, e não as formas, que o torna objeto de análise social (SANTOS, 1994).

Santos (1994) dá ao território um *status* de escala geográfica, enquanto o território usado é constituído pelo espaço material, denominado de território-forma, mais o espaço social, formado pelo seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização dos diversos agentes que o compõe: as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas.

As firmas são as empresas privadas, sociedades anônimas, sociedade de economia mista, sociedades limitadas que têm a função de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias e serviços; as instituições são representadas pelos órgãos estatais, as associações, as organizações filantrópicas e as organizações não governamentais, que produzem normas, ordens e informações; as pessoas são os seres humanos em geral, a população ou parte dela que compõe as firmas e as instituições (SANTOS, 1985).

Destarte, o território usado, sinônimo de espaço humano, espaço habitado e espaço geográfico, compõe-se de objetos e ações (SANTOS, 2012a), cuja análise deve levar em consideração a configuração territorial, uma materialidade cumulativa desigual de tempos, que se desenvolve partindo de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território (RAFFESTIN, 2009).

Tal discussão evidencia que o território usado como categoria de análise permite a compreensão complexa do espaço como um conjunto indissociável de objetos e ações, que estão em contínua transformação. Nesse sentido, Almada (2014, p. 13-14) explica que:

A cada momento da história o espaço possui uma realidade material, aqui identificada como configuração territorial e essa só é passível de análise a partir de seus usos, a partir do território usado. O espaço é em movimento, ou seja, suas formas e funções estão constantemente em transformação, a cada nova forma de se usar o território criam-se novas formas ou refuncionalizam-se as antigas, ou seja, para cada território usado há uma configuração territorial específica.

É neste sentido que Santos, em suas obras, insiste na análise do espaço geográfico a partir da relação espaço-tempo, por considerar que esta permite a análise dos tempos históricos e das coexistências que ocorrem no espaço. Nesta abordagem, o espaço possui técnicas de idades diferentes que foram introduzidas em uma sociedade mediante interesses de atores sociais e de atores hegemônicos, presentes num determinado lugar, em determinado período. Assim, a técnica tem papel central, e permite a empiricização do tempo, porque o espaço é sincrônico e assincrônico ao mesmo tempo, de modo a possuir técnicas de diferentes idades, mas que se completam.

A empiricização do tempo, entendida como a base de uma sistematização, é solidária com as características de cada época e permite a datação dos lugares. Segundo Milton Santos (2013), empiricizamos o tempo tornando-o material e o assimilando-o ao espaço, que não existe sem a materialidade. Assim, “todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos” (SANTOS, 2012a, p. 96).

Desse modo, a técnica, na empiricização do tempo, entra como um traço de união histórica e epistemológica, equivalente a uma medida de tempo (SANTOS, 2004). O tempo, aqui tratado como variável geográfica, é capaz de ser medido, mas é importante ressaltar que a “medida aqui não é obrigatoriamente um sinônimo de quantificação rígida e imutável, mas de existência empírica” (SANTOS, 2012a, p. 252).

Constata-se que a proposta de empiricização do tempo, elaborada por Milton Santos, se configura como um método que permite estudar essa categoria relacionando-a ao lugar, a partir de recortes temporais, através do recurso das periodizações, identificando os lugares pela implantação diferencial e não simultânea das técnicas, pelo acúmulo sempre diverso de modos de produção dominantes e subalternos (SILVA, 2012).

Nesta perspectiva, o espaço e o tempo possuem relações complexas e devem ser analisados segundo duas premissas essenciais, estabelecidas por Santos, em que:

a) O tempo não é conceito absoluto, mas relativo, ele não é resultado da percepção individual, trata-se de um tempo concreto; ele não é indiferenciado, mas dividido em seções, dotada de características particulares. Somos, desse modo, levados a encontrar uma periodização, baseada em parâmetros capazes de ser empirizados e considerar esses parâmetros não como dados individuais, mas em suas inter-relações. Seguindo essa linha, chegaremos à identificação de sistemas temporais; b) As relações entre períodos históricos e a organização espacial também devem ser analisadas; elas nos revelarão uma sucessão de sistemas espaciais na qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no correr da história (SANTOS, 2012a, p. 253-254).

Essas premissas serão consideradas, nesta pesquisa, para entender a situação atual da urbanização da Zona Costeira piauiense, onde a análise histórica do processo de urbanização dessa área será dividida em períodos, apresentados no capítulo seguinte. Estes, terão como parâmetros principais as atividades econômicas desenvolvidas ao longo do tempo no recorte em questão, as quais foram capazes de estabelecer mudanças, não apenas no arranjo espacial dos objetos que compunham esta porção do espaço e no processo de urbanização, mas também no comportamento da sociedade.

Antes de discutir sobre a análise histórica do processo de urbanização da ZC piauiense, será agora apresentada uma discussão conceitual e metodológica sobre os vetores aqui investigados como atividades que induzem com veemência a urbanização no território costeiro do Piauí – as características gerais da urbanização, as segundas residências e o turismo.

## **As características gerais da urbanização**

Os diversos estudos sobre urbanização demonstram que nos diferenciados espaços urbanos há múltiplos e distintos vetores e agentes que intervêm na (re)produção e nos usos de um determinado território, e que com maior ou menor intensidade interagem com outros territórios distintos, baseando-se na lógica do capitalismo e da globalização. Essa interação gera distintas distribuições espaciais das atividades produtivas e da população que assumem um novo formato e configuram novos padrões de urbanização no bojo da reestruturação do território (LIMONAD, 1996).

Entende-se que as transformações de um território são resultantes de tendências globais em curso, mas que se apresentam de forma específica e particular em cada território, em escala regional ou local, e por essa razão o processo de urbanização e (re)produção de espaços urbanos não ocorre de forma homogênea, atingindo de forma igual todas as partes de um território.

A urbanização é parte de um processo de estruturação do território e não se atém à cidade propriamente dita, extrapolando fronteiras e limites físicos da aglomeração que, por sua vez, podem se apresentar como estratégias da mobilidade espacial do trabalho frente à mobilidade do capital (SOJA, 1993). Neste sentido, a urbanização seria uma forma de estruturação do território, onde o peso dos lugares varia historicamente em função dos condicionantes e processos sociais, econômicos, políticos e, por vezes, culturais que tomam corpo (LIMONAD, 1996).

Segundo Muller (1974), um núcleo urbano sofre modificações quantitativas e/ou qualitativas em sua população quando ocorrem modificações quantitativas e/ou qualitativas em suas funções. Em paralelo à linha de pensamento de Muller (1974), é importante ressaltar que um núcleo urbano, por menor que seja, está inserido num sistema econômico global, o capitalismo, podendo sofrer alterações mediante interesses de um ou mais grupos, que detêm poder econômico seja a nível local, regional, nacional e global.

Seguindo tal pensamento, é importante compreender esses vários aspectos e processos ocorrentes em um território para que se possa entender o atual processo de urbanização da ZC piauiense. É nesse sentido que aqui serão analisadas as várias funções urbanas que estiveram presentes no território, que atualmente se constitui como ZC piauiense, tendo como base os fatores fundamentais para a análise do processo histórico de urbanização de um território,

proposto por Muller (1974) e Souza e Muller (2007), denominado de “Modelo de Crescimento Urbano”<sup>11</sup>.

Este modelo propõe o estudo do processo histórico de um núcleo urbano, cidade e/ou território por meio de uma periodização e análise sistemática, relacionando um núcleo urbano ao seu entorno ou região, e este, a outras regiões. Nesse processo, cada período deve ser analisado a partir fatores – populacionais, econômicos, socioculturais, institucionais e locacionais – considerados fundamentais. Aqui, esses fatores<sup>12</sup> serão entendidos como elementos e/ou variáveis que foram alterados frente à evolução e/ou crescimento urbano de um território, que neste estudo refere-se à ZC piauiense, alterando assim suas funções urbanas.

Neste, considerando o recorte temporal 1990-2018, foram analisados os dados obtidos a partir de leituras, pesquisa de campo, coleta de dados secundários e questionários, relacionados a indicadores e/ou variáveis pré-determinadas (Quadro 3).

Quadro 3 – Categorias de análise das características gerais da urbanização

<b>FATORES POPULACIONAIS</b>	População total, urbana e rural,	<b>FATORES ECONÔMICOS</b>	Produto Interno Bruto (PIB),	<b>FATORES SOCIAIS</b>	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),	<b>FATORES ESTRUTURAIIS/LOCACIONAIS</b>	Rede de transporte	<b>FATORES INSTITUCIONAIS</b>	Serviços públicos básicos e privados
	Densidade demográfica,		PIB per capita,		Renda per capita,		Sinalização,		Comércio
	Taxa de urbanização,		Valor Adicionado Bruto (VAB) total e por setor,		Educação.		Vias,		Instituições de ensino,
	Mancha urbana		Quantidade de estabelecimentos,				Transporte,		Estabelecimento de saúde.
	Geração de empregos.						Saneamento básico e limpeza,		
							Energia,		
							Telecomunicação		

Fonte: Adaptado de Muller (1974).

Para entender a urbanização, seja para determinar a aceleração, seja definir o retardamento na expansão da mesma e influir na direção que se toma no conjunto urbano, na

<sup>11</sup> Esta metodologia foi utilizada no estudo de Souza e Muller (2007), sobre a evolução urbana de Porto Alegre-RS, o qual propôs, por meio de uma periodização, a análise do processo histórico da capital relacionado à sua região e a outras.

<sup>12</sup> Neste estudo, os fatores fundamentais propostos por Muller (1974) e Souza e Muller (2007) para análise da evolução urbana de um território serão a base de análise de cada período correspondente às funções urbanas exercidas pelas cidades que compõe a ZC piauiense ao longo do seu processo de formação territorial. No entanto, esta pesquisa não segue a metodologia aplicada nos trabalhos das autoras.

configuração do território usado é importante explicar os aspectos físico-espaciais da cidade e dos espaços urbanos, “pois todos os demais aspectos tem seu reflexo e sua expressão material neste substrato físico-espacial; a sua análise pode tornar-se elucidativa do processo de crescimento” (MULLER, 1974, p.30)

### **As segundas residências**

Como já discutido anteriormente, as segundas residências ao longo do tempo, nas mais diversas escalas, vêm adquirindo um papel central no processo de urbanização de territórios costeiros e na valorização de espaços litorâneos. Na ZC piauiense, mesmo não compreendendo a capital do Estado, a expansão das segundas residências é um vetor relevante na promoção da urbanização deste território.

Contudo, é importante ressaltar que Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia, os municípios que compõe a ZC do Piauí, apesar de possuírem características físicas similares e serem próximos uns dos outros, seus aspectos urbanos e urbanização são distintos, cada um com suas particularidades históricas, sociais, econômicas, políticas e naturais. Estas distinções refletem diretamente na forma de atuação do fenômeno das segundas residências nos municípios da ZC do Estado, que ocorrem de forma singular.

A base de dados de referência para análise desse fenômeno nos municípios da ZC do Piauí são as disponíveis nos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 coletados pelo IBGE, na variável “Domicílios de Uso Ocasional” (DUO), referente a domicílios que servem ocasionalmente para uso com a finalidade de descanso de fim de semana, férias e outras finalidades relativas ao tempo livre familiar, não distinguindo se esse uso se restringe aos proprietários e familiares, amigos ou locatários (IBGE, 2010). Essa variável foi adotada pelo IBGE desde o censo de 1991, não havendo nenhuma base oficial que se disponibilize de tal informação.

Mediante tais informações, justifica-se a importância de adotar outras metodologias capazes de revelar de forma mais detalhada a ocorrência do fenômeno das segundas residências nos municípios da ZC Piauiense, agregados aos dados estatísticos, expondo as particularidades deste território. De modo geral, os últimos censos do IBGE mostram que as segundas residências são um vetor em expansão na ZC piauiense (Tabela 9).

Tabela 9 – Número de domicílios de permanente X os domicílios de uso ocasional nos municípios da Zona Costeira do Piauí (1991-2010)

Municípios	Total de domicílios Particulares e coletivos			Domicílios particulares de Uso Permanente			Domicílios particulares de Uso Ocasional		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Cajueiro da Praia	*	1594	2284	*	1325	1819	*	156	227
Ilha Grande	*	1939	2599	*	1747	2200	*	59	61
Luís Correia	7496	8343	11035	5392	5172	7.060	1500	2575	3065
Parnaíba	29072	34125	43681	25610	30101	38609	490	743	1539

\* Dados oficiais não disponíveis.

Fonte: Adaptada de IBGE (2019).

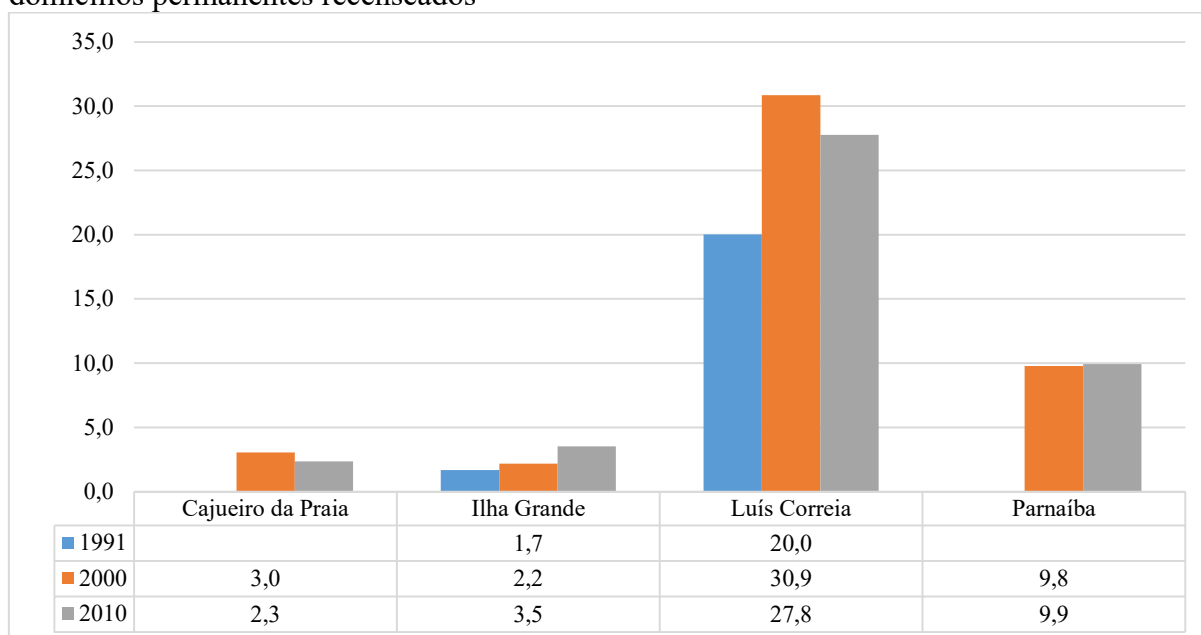
A partir da Tabela 9 verifica-se que, em 1991, a ZC piauiense detinha cerca de 1990 residências de uso ocasional ou segundas residências. No ano de 2000, o total de segundas residências era de 3.533 e em 2010, vindo a alcançar 4.892 unidades. Esses dados revelam que, entre as décadas de 1990 e 2010, o número de DUO na ZC piauiense teve um crescimento de 145,8%. Contudo, quando se analisa individualmente os dados de cada município, nota-se que apesar de todos os municípios apresentarem aumento, estes não ocorrem de forma homogênea.

Considerando as informações contidas na Tabela 9, estas revelam que entre os anos de 2000 e 2010, Parnaíba se destaca com relação ao crescimento de domicílios de uso ocasional, equivalente a 107,1%, seguido de Cajueiro da Praia com aumento de 45,5%, Luís Correia com 19% e, Ilha Grande, com apenas 3%. Nota-se que Luís Correia apresenta um pequeno crescimento percentual em detrimento a Parnaíba e Cajueiro da Praia, porém, é importante ressaltar que o fenômeno das segundas residências neste município já estava consolidado anteriormente à década de 1990, pois no censo de 1991 foram identificadas 1500 habitações de uso ocasional – número três vezes superior ao equivalente em Parnaíba, com 490 unidades.

Além do quantitativo e crescimento no número de domicílios de uso ocasional, outro dado observado é a relação percentual entre o número total de domicílios recenseados ao percentual do número deste tipo de domicílio nos municípios da ZC piauiense, como pode ser observado no Gráfico 1, abaixo. Neste é possível observar que todos os municípios da ZC, de modo geral, apresentam crescimento percentual no número de DUO. Contudo, os dados referentes a Luís Correia despertam curiosidades pelo elevado percentual, próximo a 30% do total de domicílios. Cajueiro da Praia, apesar da recente emancipação, também apresenta índices significativos de DUO.



Gráfico 1 – Percentual no número de domicílios de uso ocasional em relação ao total de domicílios permanentes recenseados



Fonte: Adaptado de IBGE (1991; 2000; 2010).

No entanto, a análise de um fenômeno transcende a meros dados estatísticos e necessita estabelecer caminhos metodológicos capazes de alcançar os objetivos propostos mediante as problemáticas em questão. Nesta fase da pesquisa, cujo objeto de estudo é o fenômeno das segundas residências na promoção da urbanização da ZC piauiense, os dados estatísticos do IBGE referente aos DUO foram associados à observação de campo e à aplicação de questionários aos vilegiaturistas que, no momento da pesquisa de campo, se encontravam em tal domicílio.

Na observação de campo buscou-se identificar quais as áreas, bairros ou praias concentravam um maior número de segundas residências, evidenciando em quais trechos houve processo de consolidação, expansão e estagnação desse fenômeno e qual o perfil desses domicílios – casas, *flats*, condomínios ou apartamentos. A aplicação dos questionários teve como objetivo identificar o perfil dos vilegiaturistas da ZC piauiense, seja ele proprietário, familiares, amigos ou turistas, a relação desses com os imóveis e a percepção destes com relação aos aspectos gerais da Zona Costeira piauiense.

Assim, as entrevistas foram organizadas em duas categorias: dados do entrevistado e dados sobre a Zona Costeira piauiense (ANEXO). Na categoria “dados do entrevistado”, o questionário buscou identificar o perfil dos vilegiaturistas – proprietários e/ou ocupantes – das segundas residências a partir de questões sobre: idade, sexo, escolaridade, profissão, renda familiar mensal, local de origem e meio de transporte. Outrossim, buscou saber também da

relação do proprietário com a segunda residência, a partir de questões sobre: motivos para aquisição da segunda residência, permanência, frequência, relação contratual com o imóvel, com que estar a viajar, disponibiliza o imóvel a terceiros e locais que costumam visitar durante a permanência.

Na categoria “dados sobre a Zona Costeira piauiense”, as questões buscaram identificar a percepção dos proprietários no que diz respeito à ZC piauiense, quanto aos: Pontos positivos, Pontos negativos, as Formas pelas quais tomaram conhecimento da área e Infraestrutura.

Para definir a amostra, ou seja, o subconjunto da parcela da população a ser investigada, foram utilizados os dados disponibilizados pelo IBGE no censo de 2010, referentes à quantidade de DUO existentes nos municípios da ZC piauiense. Esses números foram utilizados em uma calculadora amostral, para definir o tamanho da amostra. Os parâmetros utilizados no cálculo amostral foram 5% de erro amostral, com uma distribuição homogênea e um nível de confiança de 90%, a partir da seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)} \quad (3)$$

Onde:

n = Amostra calculada;

N = População;

Z = Variável normal padronizada associada ao nível de confiança;

p = Verdadeira probabilidade do evento;

e = Erro Amostral.

Assim, seguindo tais parâmetros e a população total dos DUO, baseada nos dados do último censo demográfico (IBGE, 2010), correspondente a quatro mil oitocentos e noventa e dois domicílios, foi obtido como amostra o número corresponde a 168 DUO, onde foram aplicadas as entrevistas, distribuídas percentualmente de acordo com o número de DUO de cada município, ou seja, foi usada uma “regra de três simples” para identificar a quantidade de questionários a serem aplicados em cada um dos municípios costeiros do Piauí.

O cálculo seguiu as seguintes equações:

$$A / X = B / C \rightarrow X \times B = A \times C \rightarrow X = (A \times C) / B \quad (4)$$

Onde:

A = Amostra total dos domicílios e/ou de hotéis e/ou pousadas;

X = Nº de questionário a serem aplicados nos domicílios e/ou em hotéis e/ou pousadas no município X;

B = 100% (percentual total de domicílios e/ou hotéis e/ou pousadas);

C = Percentual da quantidade de domicílios e/ou hotéis e/ou pousadas no município X.

Os dados estão detalhados por município, na Tabela 10:

Tabela 10 – Amostra por município da Zona Costeira do Piauí

<b>Parâmetros de Análise/Municípios</b>	<b>Cajueiro da Praia</b>	<b>Ilha Grande</b>	<b>Luís Correia</b>	<b>Parnaíba</b>	<b>Total</b>
População total de segundas residências (DUO)	227	61	3065	1539	<b>4892</b>
Percentual de domicílios correspondente a ZC do Piauí	4,6%	1,3%	62,6%	31,5%	<b>100%</b>
Amostra – Número de entrevistas a serem aplicadas	8	2	105	53	<b>168</b>
<b>Amostra – Número de Entrevistas Aplicadas</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>117</b>	<b>*</b>	<b>133</b>

\* Utilizou-se outra metodologia mediante as dificuldades de identificação de segundas residências.

Fonte: Adaptada de IBGE (2010).

Como pode ser observado na Tabela 10, não foi possível aplicar as entrevistas determinadas na amostra correspondente ao município de Parnaíba, pois em campo houve grande dificuldade de identificar quais residências dos municípios eram DUO e onde estas estavam concentradas. Contudo, para alcançar o objetivo desta parte da pesquisa, foram buscados outros informantes-chave, aqui determinados como funcionários de imobiliárias e construtoras, corretores de imóveis e funcionários de condomínios.

Estes informantes aqui são considerados elementos-chave capazes de informar sobre o fenômeno das segundas residências no município de Parnaíba por terem contato direto e/ou

indireto com os proprietários desses domicílios. Contudo, supõe-se que estes informantes, por questões éticas e profissionais, não se sentiriam à vontade em disponibilizar informações pessoais de seus clientes e/ou patrões. Então, para evitar constrangimentos de ambas as partes, entrevistado e entrevistador, optou-se por realizar entrevistas gerais sobre a ocorrência, expansão e áreas de concentração das segundas residências no município e o perfil geral dos proprietários, questionando-se apenas as motivações para aquisição de uma segunda residência no município, a renda média familiar, qual a área de atuação profissional destes proprietários e o local da primeira residência.

Em observação de campo e pesquisa no Google Maps, foram identificadas 19 imobiliárias, 9 construtoras e 11 condomínios fechados<sup>13</sup>, cujas residências são de proprietários distintos que adquiriram a residência por meio da compra e não da locação. Nesse pequeno universo com características físicas e funcionais similares, optou-se pela aplicação de entrevistas a uma amostra correspondente a 30% do universo de cada grupo de informantes-chaves, que representariam de forma eficiente todo o universo do município com relação ao fenômeno das segundas residências.

Segundo tal raciocínio, foram realizadas entrevistas em 6 imobiliárias, 3 construtoras e 4 condomínios, cujas informações obtidas foram analisadas a partir da técnica “análise de conteúdo”. Segundo Bardin (2006), a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens. Eles são capazes de enriquecer a leitura de dados coletados, com o objetivo de “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

Para Minayo (2001), a análise de conteúdo constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, com duas funções: verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Jugando-se ser a técnica mais adequada para a presente etapa da pesquisa, optou-se por seguir a etapas técnicas elencadas por Bardin (2006), que organiza a análise de conteúdo em três fases: (i) Pré-análise; (ii) Exploração do material; e (iii) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

---

<sup>13</sup> Parnaíba, por ser uma cidade universitária, disponibiliza de dezenas de condomínios fechados, cujas residências são do tipo quitinetes, voltadas, em geral, ao público estudantil através de locação. Porém, estes tipos de domicílios não integram o objeto de estudo da presente pesquisa.

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise. (BARDIN, 2006 *apud* MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 735)

Após seguir tais etapas, o texto foi desmembrado em categorias, de forma progressiva, ligadas às temáticas propostas na pesquisa, organizadas em quatro categorias finais: (i) atrativos para expansão das segundas residências; (ii) público que adquire uma segunda residência; (iii) origem dos proprietários de segundas residências e (iv) áreas de expansão e concentração de segundas residências.

## **O turismo**

O turismo é uma atividade que assume papel relevante não somente na escala social, apesar de se reproduzir em nossas consciências por meio dos sentidos ou fenômenos internalizados no psicológico do turista (CAMARGO, 2001), mas na (re)produção de um determinado território, ou seja, em seu processo de urbanização. Neste sentido, compartilha-se com o entendimento de Dias (2003, p. 61), o qual afirma que:

O turismo é um consumidor do espaço, e a referência a este é permanente, pois o turista desloca-se do espaço de sua residência para outro em que permanecerá durante algum tempo; por outro lado há o espaço onde ocorre o deslocamento de um ponto a outro. Desse modo, podemos considerar a existência de três espaços fundamentais para ocorrer o fenômeno turístico e que dependem do agente fundamental do turismo, o turista: o espaço de origem do fluxo de visitação, o espaço onde ocorre o deslocamento do fluxo de visitantes e o espaço de destino do fluxo de visitantes.

Em complemento com este pensamento, Cruz (2001, p. 17) considera que são diversos os elementos que caracterizam a relação entre o turismo e o território, sendo o espaço com seus objetos e ações, com seus fixos e fluxos, e conclui que:

Nenhuma outra atividade consome, elementarmente, espaço, como faz o turismo e esse é um fator importante da diferenciação entre turismo e outras atividades produtivas. É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos.

A autora acrescenta que as:

idades podem ser incorporadas, espontaneamente, ao circuito das localidades turísticas, devido à sua valorização (cultural) pela atividade, ou, então, induzir o desenvolvimento do turismo, por meio de políticas e do planejamento da atividade, caso essa incorporação espontânea não ocorra, direcionando os equipamentos urbanos já construídos e aqueles a construir, em função de uma urbanização para o turismo. (CRUZ, 2001, p. 25)

Considerando tais pensamentos é que aqui se entende que o turismo se insere no contexto da transformação do espaço urbano e no processo de urbanização que não necessariamente se limita à cidade, mas que se desenvolve efetivamente através da predisposição da administração pública, da iniciativa privada e da comunidade local de forma conjunta.

No Brasil e, especialmente, no Piauí, as políticas públicas são um fenômeno relativamente recente. Em ascensão, a consolidação desta atividade nos municípios potencialmente destinados ao turismo necessita da participação de atores públicos para a efetiva implementação dessas políticas, visto que é o apoio destes o que possibilitará condições para os equipamentos e serviços disponíveis ao público sejam oferecidos com qualidade.

Nesse sentido, compete às políticas públicas estabelecer diretrizes orientadoras através do planejamento de estratégias, identificando necessidades e problemas nos mais variados segmentos. Nesse ínterim, em escala estadual e municipal impõe-se a elaboração de políticas públicas aplicáveis às localidades, aproveitando seus potenciais através da participação ativa da comunidade e dos órgãos públicos (CASTRO, 2004; VIEIRA, 2011).

Nesse sentido, Ruchmann (1997) reconhece que, de forma planejada, a atividade turística é capaz de desenvolver áreas com economia incipiente e torná-las regiões de entrada de divisas estrangeiras na medida em que modifica a situação socioeconômica, explorando, sustentavelmente, seus patrimônios naturais e culturais. Assim:

Apesar de não ser considerada uma atividade ideal, não impactante e não poluente, o turismo bem planejado tem a capacidade de gerar empregos aproveitando o capital humano local, incentivando a produção cultural e atraindo pessoas que efetuarão gastos e alavancarão a economia. Provoca também o dinamismo da produção local de bens e serviços, melhorando a infra-estrutura. Por esse motivo, torna-se tão importante a preocupação com o planejamento da atividade e a avaliação das políticas públicas criadas para orientar sua execução. (VIEIRA, 2011, p. 29)

Por essa razão, entende-se que as políticas públicas e ações propostas por estas devem ser bem planejadas, pois são elas que determinarão as prioridades das ações em cada

localidade, e em cooperação com as empresas privadas, assim trilhando caminhos que alçarão um objetivo comum, o desenvolvimento da atividade turística.

No Piauí, as políticas públicas de turismo, mesmo seguindo, em parte, as tendências nacionais e detendo de elevado potencial, ocorreram de forma desarticulada e tardia, sem planejamento e sem ações contínuas e eficazes. A primeira iniciativa oficial no Piauí surgiu em 1971, com a criação da Empresa de Turismo do Piauí S/A (PIEMTUR), pelo então governador Alberto Silva. Porém, segundo Correia (2015, p. 13), a atividade turística do Estado teve início bem antes, como argumenta:

A partir de 1929, iniciativa privada já atuava, principalmente em Parnaíba, com os hidroaviões da Condor, e os navios do Lloyd Brasileiro, Companhia Nacional de Navegação Costeira, Companhia Comércio e Navegação ,Booth & C., The Northern Pan American, Lamport&Holt Line Ltda, além dos aviões da Cruzeiro do Sul, Panair do Brasil, Varig, Real, e Paraense, que transportavam passageiros e cargas do litoral do Piauí para o Brasil, Europa e Estados Unidos. Já existiam, também, os primeiros hotéis, como o Hotel Carneiro de José Antonio Carneiro, Parnaíba Hotel de Manoel Branco, e Grande Hotel em Teresina, fundado por Nestor Castelo Branco.

Como aponta Correia (2015), o turismo anterior à década de 1970 era promovido pela iniciativa privada. A participação oficial do poder público só veio ocorrer com a criação da PIEMTUR, a empresa de fomento ao turismo do Piauí, cujo objetivo era incrementar o desenvolvimento da indústria de turismo no Estado, seguindo o modelo da Política Nacional do Turismo elaborado pela EMBRATUR. A PIEMTUR, mesmo com a criação da secretaria de Turismo do Estado (SETUR) em 2007, ainda continuou atuando na promoção do turismo no Estado, sendo extinta em 2010, através de cursos e aperfeiçoamento dos recursos humanos, incentivos a abertura de agências de viagens e na melhoria de hotéis e gestão hoteleira (Hotel Piauí – Teresina e Atalaia Motel – Luís Correia).

Em 1977, na tentativa de formular uma política integrada de desenvolvimento do turismo, mediante a adoção e articulação de planos, projetos e programas de interesse, os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão criaram o Projeto CEPIMAR. Apesar de desconhecidas as ações efetivas deste projeto, nota-se uma iniciativa de promover o turismo na região de forma integrada, descentralizada e participativa, por envolver a PIEMTUR, a EMCETUR e a MARATUR. Esse projeto foi reavaliado pelos Estados envolvidos e pelo SEBRAE, aprimorado resultando no roteiro turístico internacional “Rota das Emoções” (CORREIA, 2015).

Outras políticas e/ou programas que vão dar impulso ao turismo no Nordeste e, por extensão, no Piauí, foram as promovidas a partir do PRODETUR/NE I através da iniciativa

do Governo Federal e dos Governos Estaduais por meio da SUDENE e EMBRATUR em 1991. No Caso do Piauí, devido a problemas institucionais, só houve recebimento de recurso do Programa a partir de 1999, priorizando o pagamento de consultorias para elaboração de planos e programas necessários para alcançar as metas propostas pelo PRODETUR/NE, que estavam direcionadas, em maior parte, para os municípios litorâneos. Dentre as principais ações promovidas com recursos do PRODETUR/NE na ZC do Piauí, segundo dados do relatório da Unidade Executora Estadual (UEE, 2002 e 2012), destacam-se:

**a) PRODETUR/NE I (1994-2002)**

- Elaboração do Projeto de Controle Ambiental das dunas da Lagoa do Portinho;
- Plano Diretor do litoral;
- Atualização e adequação do Projeto de Esgotamento Sanitário;
- Elaboração de mapas cartográficos para o Litoral;
- Elaboração do Projeto Orla da Atalaia;
- A construção da Rodovia PI 301/302 – Entroncamento BR-402 entre Camurupim e Barra Grande;
- Sistema simplificado de Abastecimento d'água e tratamento primário de esgoto sanitário através de fossas sépticas;
- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Polo Costa do Delta.

**b) PRODETUR/NE II (2005-2012)**

- Contenção das dunas-lagoa do Portinho/Parnaíba;
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário – Parnaíba;
- Elaboração do Plano Diretor Participativo de Luís Correia;
- Elaboração do Plano de Gestão municípios do Polo Costa do Delta;
- Elaboração do Projeto de recuperação e Revitalização do Porto das Barcas;
- Urbanização da Orla de Atalaia – Luís Correia.

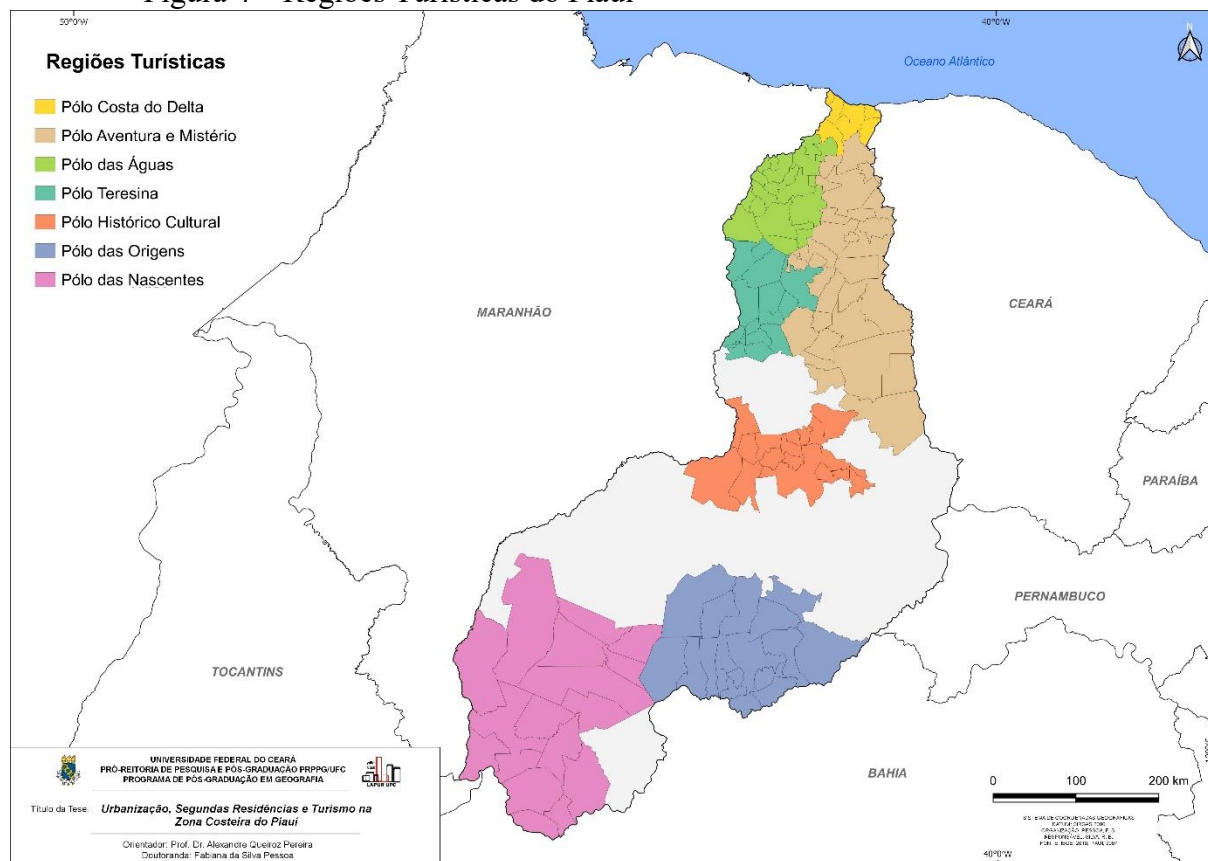
Em 2005, o Estado reformulou e deu uma nova dinâmica à PIEMTUR, cuja função era propiciar o fortalecimento e o crescimento do turismo no Estado do Piauí, visando intensificar sua contribuição para a geração de renda, ampliação do mercado de trabalho, elevação dos padrões de bem-estar social, integração nacional e valorização do patrimônio natural, cultural



(Lei Estadual nº 5.426 de 2005). Em 2007, criou a Secretaria Estadual de Turismo do Piauí – SETUR, através da Lei Estadual nº 83 de 2007, com a competência de coordenar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Estadual de Turismo; orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos projetos de qualificação dos serviços turísticos, estruturação e diversificação da oferta turística e de incentivo ao turismo no mercado interno, compreendendo a divulgação dos produtos turísticos piauienses no mercado nacional e internacional; além de apoiar a diversificação da oferta turística, mediante o incentivo à produção associada ao turismo.

As ações da PIEMTUR e da SETUR tiveram um novo impulso através do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado oficialmente pelo Ministério do Turismo em 2004, que mapeou 200 regiões turísticas no Brasil, sendo o Piauí contemplado com 7 regiões (Figura 4). Neste contexto, é importante ressaltar que a política de turismo propõe uma descentralização do turismo com intuito de promovê-lo não apenas no litoral, mas no interior dos Estados, onde por uma coordenação estadual, os municípios possam se agrupar em polos e propor roteiros turísticos e estratégias de implementação (BNB, 2010).

Figura 4 – Regiões Turísticas do Piauí



Fonte: Adaptado de SEPLAN (2007).

O Programa Roteiros do Brasil serviu de base para “O Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento turístico regional”, uma das metas do PNT 2007-2010, cujo objetivo era estruturar 65 destinos com padrão de qualidade internacional, através de um estudo atualizado sobre a infraestrutura geral, transportes, acesso, equipamentos e serviços turísticos, *marketing*, sustentabilidade, entre outros elementos. Estes nos permitem conhecer a conjuntura de destinos que chamamos, de acordo com o Plano Nacional de Turismo (PNT 2007-2010), de indutores do desenvolvimento turístico no nosso país. Ressaltando que:

Caberá a nós, Poder Público (nas três instâncias: federal, estadual e municipal), iniciativa privada e terceiro setor, com base no conhecimento que estamos obtendo no Relatório Brasil, somar esforços para aprimorar as condições desses destinos, visando a ampliação de sua competitividade e assim oferecer um atendimento de qualidade internacional a turistas brasileiros e de todas as partes do mundo. (BARBOSA, 2008, p. 7)

No Estudo de competitividade sobre núcleos indutores do turismo regional, dos 65 destinos indutores, o Piauí foi contemplado com 3 núcleos, quais sejam os municípios de Parnaíba, Teresina e São Raimundo Nonato, cujos estudos têm produzidos relatórios desde 2008, sendo que o último relatório produzido até a presente pesquisa data de 2015. Mediante esse cenário, compartilha-se do entendimento de Rocha (2015, p. 2), ao pesquisar sobre o “Programa de Regionalização do Turismo no Estado do Piauí” e afirmar que:

De acordo com o Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico (2010) Teresina, Parnaíba e São Raimundo Nonato no Estado do Piauí, não acompanham de forma contínua os objetivos da política em turismo, não monitoram os impactos econômicos, sociais e ambientais, não há pesquisa de oferta atualizada, instância de governança, plano de desenvolvimento turístico integrado e plano de marketing. É importante destacar que a não realização destes fatores inviabiliza a tomada de decisões na esfera pública e privada para o setor e desconsidera a vocação turística de cada destino. Diante do exposto, diz-se que a persistência da problemática resulta na impossibilidade de desenvolvimento turístico nos destinos analisados. Segundo o Serviço Nacional de Apoio à Pequena e Micro Empresa – SEBRAE/PI (2012, p. 13) o Estado do Piauí não possui um posicionamento turístico bem definido, sendo praticamente desconhecido. Entende-se que essa situação é uma consequência do planejamento da atividade turística no Estado não ter atingido o desenvolvimento desejável.

Ao se deparar com estudos, documentos e dados mais recentes, é visível que esse quadro de desenvolvimento do turismo no Piauí não apresenta significativas alterações. Nota-se que a Zona Costeira piauiense, seja de forma total ou parcial, está inserida em planos e políticas públicas regionais e nacionais, mas cujas ações de execução não ocorrem. Em entrevista concedida por Eneas Barros – ex-funcionário da PIEMTUR – ao Professor

Francisco Correia, autor da obra “Turismo no Piauí”, este questionou ao entrevistado “Por que o Estado não consegue planejar as ações a médio e longo prazos no setor de Turismo?”, que respondeu:

Eu diria que o Estado consegue, sim, planejar. Padecemos de um problema crônico chamado “projeto executivo”. Depois do planejamento, parece que tudo volta à estaca zero, porque não conseguimos executar aquilo que foi planejado. Já chega de tanto planejamento! Entristece-me ver que, ainda hoje, fevereiro de 2014, o Estado paga consultorias para a elaboração de planos. O empresário sempre se queixa da falta de ações, da execução de projetos. O que atrapalha essa condução é a mudança de governo, que tende a descartar o que o antecessor fez. (CORREIA, 2015, p. 97)

Este relato converge com as considerações de Correia (2015, p. 122), que ao final de sua pesquisa conclui que:

A atividade turística no Piauí encontra-se estagnada pela descontinuidade de ações, e falta de uma política de Turismo. Há décadas, governadores fazem nomeações equivocadas para pasta, com raríssimas exceções. Geralmente, a questão política interfere negativamente no planejamento e nas ações do setor. A iniciativa privada segue, de forma independente, e de forma heroica, sobrevive a ausência de parceria e falta de ação do poder público. A Secretaria de Turismo do Piauí – SETUR teve, nos últimos seis anos, nada menos que cinco secretários e diversos diretores. Sem concurso público, como manda a Lei de criação do órgão; frequentemente a equipe é alterada sem que se saiba nada de concreto a ser realizado. Existe um Plano de Marketing que foi iniciado pela PIEMTUR há oito anos, e que até hoje não foi finalizado... O Parque Nacional Serra da Capivara, patrimônio da humanidade, sofre com a falta de recursos e todos os envolvidos no setor de Turismo aguardam ansiosos pela inauguração do aeroporto internacional, em obras há dezessete anos! A capital, Teresina, apesar da crescente demanda, carece também de estratégias de marketing e visibilidade. Parnaíba, principal cidade turística do Piauí, a capital do Delta, apesar de dezenas de opções num raio de 60 km, teve sua Secretaria Municipal de Turismo transformada em Superintendência. Sem recursos necessários e concurso público, o Turismo funciona como uma “geração espontânea”, pontuado com algumas ações do SEBRAE na Rota das Emoções, projeto que se iniciou em 1977, com o PROJETO CEPIMAR (Ceará, Piauí e Maranhão). Com nova roupagem, o SEBRAE, em parceria com Estados e municípios, tenta dinamizar a oferta e estimular a demanda. Outra obra emblemática que nunca chega ao fim é a urbanização e padronização dos restaurantes da Praia de Pedra do Sal, considerada pelo Guia Quatro Rodas como uma das vinte praias mais bonitas do país.

Frente a tal conjuntura, entende-se que, para compreender a atuação do vetor turismo na produção e reprodução dos espaços urbanos da ZC piauiense, é necessária uma pesquisa direta com participação dos principais atores envolvidos na atividade turística do território costeiro do Estado, já que a urbanização não se realiza por meio apenas de objetos e formas urbanas, mas através das pessoas, do movimento, do fluxo promovido por estas, que no caso são os turistas.

Considerando tal pensamento, em um primeiro momento foram pensados os proprietários de bares e restaurantes e turistas para a aplicação de questionários, cujo objetivo

final era compreender a atuação da atividade turística no processo de urbanização ocorrente na ZC do Piauí. Todavia, devido à ausência de dados oficiais anuais e/ou mensais sobre o real fluxo de turista nestes municípios, ficou impossibilitada a adoção de uma amostra adequada para a realização da pesquisa. Com relação a bares e restaurantes, por funcionarem, em grande parte, em períodos de alta temporada e/ou finais de semana, também estava dificultada a definição da amostra e a aplicação dos questionários, já que os mesmos estariam abertos nos períodos de maior fluxo de clientes.

Por essa razão e em diálogo com o orientador da presente pesquisa, entendeu-se que os proprietários e/ou funcionários dos meios de hospedagem são informantes-chave sobre a atividade turística ocorrente na ZC piauiense, pois estes estão abertos de forma diária e contínua, tendo períodos de maior e menor fluxo, os quais têm contato direto com os turistas. Assim, dispõem de conhecimento relevante sobre o perfil dos turistas que consomem o território costeiro do Piauí, das ações do poder público e da iniciativa privada neste setor, podendo levar a entender a atuação do vetor turismo na (re)produção de espaços urbanos e na urbanização costeira do Piauí.

A metodologia adotada para análise desse vetor é similar à adotada para a análise do vetor segundas residências, em que inicialmente se realizou uma busca no “Google Maps”, em plataformas de hospedagem e em pesquisa de campo, conferindo a existência de tais estabelecimentos não sendo contabilizados mais de uma vez. Assim foi possível definir a real população da pesquisa, ou seja, o total de estabelecimentos de meios de hospedagem para, a partir deste, definir uma amostra, nas quais foram aplicados os questionários.

Em um segundo momento, foi realizada uma observação de campo nas áreas de maior concentração de meios de hospedagem em todos os municípios da ZC do Estado para identificar os tipos de equipamentos – hotéis, pousadas, Resorts, Colônia de férias, barracas de praia, restaurantes, bares, componentes de apoio ao turismo – e a sua organização espacial.

E, posteriormente, foi realizada a aplicação de questionários nos estabelecimentos de meios de hospedagem com o objetivo de identificar o perfil dos empreendedores destes e dos turistas que frequentam estes estabelecimentos, além de identificar as ações do poder público e da iniciativa privada na promoção do turismo no recorte em estudo. Na busca da população total do vetor turismo realizada no Google Maps, em plataformas de hospedagem e em pesquisa de campo, foram contabilizados um total de 175 meios de hospedagem no mês de julho de 2019.

A obtenção de informações a respeito das populações analisadas utilizou uma abordagem quali-quantitativa, através da sondagem realizada a partir de questionários. A

definição da amostragem no vetor turismo adotou os parâmetros similares aos utilizados nas no vetor segundas residências, com 5% de erro amostral, com uma distribuição homogênea e um nível de confiança de 90%, utilizando-se da mesma fórmula já apresentada no subtópico anterior.

Seguindo estes parâmetros, a população total dos meios de hospedagem, definida a partir de uma pesquisa realizada nas plataformas de hospedagem como Trivago, Booking, Hotel Urbano, além do Google e observação de campo, identificou uma população total de 175 equipamentos, na qual a amostra correspondeu a 88 questionários, aplicados em cada município de forma proporcional ao percentual da população de meios de hospedagem identificados. Seguindo esses parâmetros, serão aplicados em cada município da Zona Costeira as seguintes quantidades de questionários:

Tabela 11 – População e amostra dos meios de hospedagem dos municípios da Zona Costeira piauiense

<b>Parâmetros de Análise/Municípios</b>	<b>Cajueiro da Praia</b>	<b>Ilha Grande</b>	<b>Luís Correia</b>	<b>Parnaíba</b>	<b>Total</b>
População total de meios de hospedagem	62	3	64	46	<b>175</b>
Percentual correspondente por município	35,4	1,7	36,6	26,3	<b>100</b>
<b>Amostra por município</b>	<b>31</b>	<b>2</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>88</b>

Fonte: Adaptada de Google Maps (2019).

Os questionários aplicados aos proprietários e/ou funcionários de “meios de hospedagem” (ANEXO) (hotéis e/ou pousadas) foram organizados em seis categorias: (i) dados sobre o meio de hospedagem; (ii) dados do proprietário; (iii) dados do entrevistado; (iv) sobre o turismo na Zona Costeira; (v) perfil do turista; e (vi) principal relato dos turistas sobre a Zona Costeira piauiense.

Na categoria “dados sobre o meio de hospedagem”, o foco foi identificar o crescimento e o perfil dos meios de hospedagem presentes na Zona Costeira piauiense a partir de informação sobre:

- a) Ano de fundação;
- b) Quantidade de unidades habitacionais;
- c) Ampliação;
- d) Serviços oferecidos;
- e) Meio de divulgação do estabelecimento;

- f) Meios de reserva;
- g) Atualização e treinamento de funcionários;
- h) Parcerias com outras empresas;
- i) Atrativos do meio de hospedagem.

Nas categorias “dados do proprietário” e “dados do entrevistado”, o objetivo foi traçar o perfil dos empreendedores e trabalhadores do ramo de hospedagem que atuam na Zona Costeira piauiense a partir de perguntas sobre:

- a) Idade;
- b) Sexo;
- c) Escolaridade;
- d) Profissão/Qualificação profissional;
- e) Procedência;
- f) Razões para investir no ramo.

Na categoria “sobre o turismo na Zona Costeira”, o objetivo foi entender a atividade turística a partir de questões sobre:

- a) Os períodos com maior taxa de ocupação;
- b) Eventos que promovem o aumento da taxa de ocupação;
- c) Ações do poder público que beneficiam o setor;
- d) As dificuldades do setor;
- e) O futuro da atividade turística.

Na categoria “perfil do turista”, o objetivo foi identificar qual o perfil dos turistas que frequentam a Zona Costeira piauiense. Para alçar tais informações, foram feitas perguntas aos proprietários e/ou funcionários dos meios de hospedagem sobre os turistas que se hospedam nestes estabelecimentos, sobre:

- a) Idade;
- b) Sexo;
- c) Escolaridade;
- d) Profissão/Qualificação profissional;

- e) Procedência;
- f) Renda mensal familiar;
- g) Meios de transporte que utilizam;
- h) Demanda turística;
- i) Atrativos;
- j) Permanência;
- k) Frequência;
- l) Com quem estar a viajar;
- m) Meio de reserva.

Na categoria “principal relato dos turistas sobre a Zona Costeira”, para identificar a percepção do turista sobre a Zona Costeira, as questões fizeram referência aos:

- a) Pontos positivos;
- b) Pontos negativos;
- c) Como tomaram conhecimento da área;
- d) Como avaliam a infraestrutura;
- e) Pretensões sobre retorno.

A aplicação dos questionários, a tabulação dos dados e a organização destes em tabelas, figuras e gráficos permitiram a compreensão da atuação da atividade turística na produção e (re)produção dos espaços urbanos da ZC piauiense.

### **3 FORMAÇÃO TERRITORIAL E URBANIZAÇÃO DA ZONA COSTEIRA DO PIAUÍ**

Na subseção anterior, os dados dos estados nordestinos e de suas respectivas ZC, referentes aos vetores urbano-espaciais, segundas residências e turismo permitiram a visualização da heterogeneidade ocorrente na produção e reprodução dos espaços urbanos da ZC nordestina. Frente a tais dados, foi possível evidenciar diversos aspectos particulares da ZC piauiense, cuja compreensão exige conhecer os antecedentes históricos ocorrentes no território responsáveis pela atual configuração urbana.

Perante esse fundamento, julga-se importante entender o processo histórico da formação territorial e as principais atividades econômicas que promoveram, ao longo do tempo, a urbanização na ZC piauiense. Assim, para alçar tal objetivo, este capítulo foi dividido em três seções: (i) Bases histórico-econômicas da formação territorial; (ii) As fases da urbanização e (iii) Parnaíba: o centro urbano polarizador, nas quais são apresentados, respectivamente, o processo histórico-econômico de formação territorial da ZC piauiense, as fases da urbanização, apresentadas em períodos, tendo como referência as principais atividades econômicas responsáveis pela produção e reprodução dos espaços urbanos da ZC, e, por fim, os dados elementares que categorizam a cidade de Parnaíba como centro polarizador urbano da ZC do Estado.

#### **3.1 Bases histórico-econômicas da formação territorial**

O processo de ocupação do que hoje é estabelecido como território piauiense é explicado por duas principais e distintas correntes de estudos: uma que apresenta o processo de colonização iniciado pelo interior a partir da segunda metade do século XVII, nos vales dos rios Piauí e Gurguéia, e posteriormente direcionado para o litoral, e outra, mais recente, elaborada por Pe. Cláudio Melo, baseado em arquivos portugueses, o qual afirma que as primeiras penetrações do colonizador em terras piauienses começaram pelo litoral, ainda no século XVI, quando Nicolau de Resende naufragou no Delta do Parnaíba em 1571, passando a conviver pacificamente com nativos Tremembés por 16 anos.

Assim, considerando a ordem cronológica dos acontecimentos, a apresentação da evolução histórico-econômica da Zona Costeira piauiense tem como ponto de partida os estudos do Pe. Cláudio de Melo, o qual declara que o naufrágio da embarcação comandada



por Nicolau de Resende marca as primeiras notícias registradas sobre o litoral do Estado do Piauí.

Tal episódio é retratado com detalhes na obra *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de autoria de Gabriel Soares de Souza, sobre a costa do rio do Maranhão até o rio de Jagoarive, passando pelo rio Grande dos Tapuias, denominação dada ao rio Parnaíba naquela época. O autor descreve que:

Deste rio do Meio<sup>14</sup> à baía do Ano Bom<sup>15</sup> são onze léguas, a qual está na mesma altura de dois graus, aonde entram navios da costa e tem muito boa colheita, a qual baía tem um grande baixo; no meio e dentro dele se vem meter no mar o Rio Grande dos Tapuias, e se navega em grande espaço pela terra dentro e vem de muito longe; o qual se chama dos Tapuias por eles virem por ele abaixo em canoas a mariscar ao mar desta baía, da qual à baía da Coroa são dez léguas; e está na mesma altura onde entram e surgem caravelões da costa. Da baía da Coroa até o Rio Grande são três léguas; e corre-se a costa até aqui leste-oeste [...]. Como fica dito o Rio Grande está em 2 graus da parte do sul, o qual vem de muito longe e traz muita água, por se meterem nele muitos rios; e segundo a informação do gentio nasce de uma lagoa em que se afirma acharem-se muitas pérolas. Perdendo-se, haverá dezesseis anos, um navio nos baixos do Maranhão, da gente que escapou dele que veio por terra, afirmou um, Nicolau de Resende, desta capitania, que a terra toda ao longo do mar até este Rio Grande era escalvada a maior parte dela, e outra cheia de palmares bravos, e que achara uma lagoa muito grande que seria de vinte léguas pouco mais ou menos; e que ao longo dela era terra fresca e coberta de arvoredo; e que mais adiante achara outra muito maior e que não vira o fim, mas que a terra que vizinhava com ela era fresca e escalvada, e que em uma e outra havia grandes pescarias de que se aproveitavam os tapuias que viviam por esta costa até o Rio Grande: dos quais disse que recebera com os mais companheiros bom tratamento. Por este Rio Grande entram navios da costa e tem nele boa colheita, o qual se navega com barcos algumas léguas. (SOUZA, 2013, p. 49-50)

A descrição acima revela que as áreas do atual litoral piauiense e entorno eram conhecidas pelo europeu desde o século XVI, frequentados por piratas, contrabandistas, entre outros exploradores que adentravam o rio Parnaíba e contrabandeavam as riquezas presentes nessa área. Esta já era habitada, anteriormente à chegada dos europeus, por índios Tremembés, também denominados de Tapuias, famosos por serem ágeis nadadores, rígidos com inimigos e bravos guerreiros.

Esse ponto de vista, também é compartilhado por Castro (2008), ao esclarecer que em 1527 já existiam mapas que apresentavam com detalhes formações geodésicas e inúmeras ilhas do litoral piauiense, o que torna evidente o conhecimento detalhado que o europeu possuía desta região costeira ainda na primeira metade do século XVI. Além de relatar sobre a

<sup>14</sup> Segundo Costa (1974), o rio do Meio é o braço do Parnaíba que desagua entre as ilhas dos Poldros e das Canárias.

<sup>15</sup> Segundo o mesmo autor, a baía do Ano Bom faz referência a atual Tutoia/MA.

presença de missionários no norte piauiense em períodos muito anteriores às missões ocorrentes nos vales dos rios Piauí e Gurguéia.

Vários são os mapas e documentos antigos que comprovam a colonização do Piauí tendo início pelo litoral, os quais são utilizados como referências por estudiosos que defendem essa tese, dentre eles: Abdias Neves (*Aspectos do Piauí*), Pe. Cláudio Melo (*A Prioridade do Norte no Povoamento do Piauí*, 1985), Barbosa Lima Sobrinho (*O Devassamento do Piauí*, 1946), Claudete Dias (*Balaios e Bem-Te-Vis*, 2002) e Paulo Machado (*As Trilhas da Morte*, 2002).

Embora apresentados documentos e mapas que comprovam essa proposição, muitos historiadores adotam a versão tradicional da colonização piauiense, da ocupação partindo do interior em direção ao litoral. Isso se dá provavelmente pelo fato da colonização partindo do interior estar associada ao processo de ocupação e povoamento da província do Piauí. No entanto, tomando como referência os estudos de Bosi (1992, p. 5) sobre a colonização, “[...] sempre que se quer classificar os tipos de colonização, distinguem-se dois processos: o que se atém ao simples povoamento, e o que conduz à exploração do solo”.

Neste sentido, é correto afirmar que a colonização do Piauí teve início pelo litoral, ainda no século XVI, mas de forma tímida e sem muitos registros por ter sido explorado, principalmente, por invasores europeus não portugueses, piratas e contrabandistas. Isso se deu porque, apesar da riqueza da região, o litoral piauiense tem uma profundidade relativamente baixa, que impedia a entrada de médias e grandes embarcações, empecilho para os portugueses que possuíam maior interesse em algumas áreas pontuais da zona da mata como Recife-Olinda e Salvador, por exemplo.

A visão dos portugueses em relação ao que hoje se constitui como território da Zona Costeira piauiense era o fato de este território possuir um litoral de difícil acesso e vegetação, que não atraía interesses para os colonizadores. Esse quadro se estendeu até o final do século XVII, onde tal território não possuía povoação significativa ou atrativos que justificassem a atracação de embarcações (IPHAN, 2008).

O interesse por esse território se deu somente a partir da determinação do Conselho Ultramarino de Portugal em 1699, ordenando o Governador de Pernambuco a realizar uma sondagem no rio Parnaíba e em sua foz, além de estudar a viabilidade da construção de um porto e do erguimento de uma vila no entorno das diversas barras do Parnaíba. Tal sondagem foi realizada pelo Capitão-Mor do Ceará e abriu espaço, durante toda a primeira metade do século XVIII, para uma intensa frequência de navios estrangeiros e portugueses na região deltaica do rio Parnaíba (MENDES, 2008).

Contudo, é importante ressaltar que o intervalo correspondente à segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, no território que posteriormente se constituiria como Capitania de São José do Piauí, foi marcado pelo movimento de europeus presentes região costeira e no interior. Neste contexto, seguia-se o processo de expansão e interiorização da colônia, promovido pela Coroa Portuguesa, com o objetivo de encontrar terras favoráveis para a criação de gado.

Esse cenário explica a entrada dos europeus no sertão nordestino e o alcance destes aos vales dos rios Piauí, Gurguéia e Parnaíba, localizados ao sul do atual território piauiense. Foram dois os movimentos de expansão em direção ao sertão: um partindo da Bahia em direção ao “Sertão de Dentro” e outro de Pernambuco, atravessando o “Sertão de Fora”.

A ocupação das terras do Piauí, as quais correspondiam a uma parte da área do “Sertão de Dentro” [...] ocorreu na segunda metade do século XVII, e se iniciou pela costa leste e sul do território, pelas margens dos rios Piauí, Canindé, Paraim e Gurguéia. Não demorou muito para a atividade criatória atingir também o Parnaíba, ultrapassando rapidamente para o lado ocidental de sua bacia, já em território maranhense. (ALVES, 2003, p. 58)

Perante tais acontecimentos, ocorreu a independência da Capitania de São José do Piauí através do alvará assinado por D. João V em 1718, mas sem instalação de governo que veio ser efetivado apenas em 1758, e oficialmente criado em 1761, juntamente com sua capital Oeiras e suas seis vilas (Figura 5): Jerumenha, Parnaguá Valença, Campo Maior, São João da Parnaíba e Marvão (ASSIS; CINTRA, 2016).

Figura 5 – Capitania independente de São José do Piauí



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (1760, *apud* ASSIS; CINTRA, 2016, p. 66).

Esses eventos são usados como justificativa por muitos historiadores na defesa da versão mais tradicional da ocupação do Piauí, a qual defende que a penetração dos colonos se iniciou no interior e, ao longo do tempo, se direcionou ao litoral. Pois foi ao sul da Capitania de São José do Piauí que se fixou, de forma efetiva, os aglomerados populacionais que promoveram a ocupação e povoamento do Estado.

São João da Parnaíba era a denominação da vila instalada ao norte da Capitania de São José do Piauí, abrangendo em sua totalidade o território que atualmente se constitui como Zona Costeira piauiense. Pouco tempo após a sua criação, São João da Parnaíba já se mostrava promissora tanto em aspectos populacionais, quanto em aspectos econômicos.

Tal informação se confirma mediante a citação de Figueiredo (2001) sobre um documento do século XVIII, feito pelo ouvidor-mor Antônio José de Moraes Durão e intitulado “A descrição da Capitania de São José do Piauí” (1772):

Igualmente devemos noticiar a V. Exa. que das seis vilas desta Capitania, criadas no ano de 1762 só a de S. João da Parnaíba, fundada na margem oriental do braço do

Igaraçu, tem tido aumento e promete cada vez mais não só pelo negócio do porto de mar que se lhe introduziu, senão também pelas fábricas e manufaturas com que se acha; as mais estão no mesmo estado em que se lhes deu aquele nome, conhecendo-se unicamente por vilas em razão de terem Pelourinho, ou um pau cravado na terra a que se deu aquele apelido. (FIGUEIREDO, 2001, p. 19)

Este escrito corrobora o fato da vila de São João da Parnaíba ser localizada nas proximidades da costa litorânea piauiense, desde o século XVIII, já possuindo destaque frente à capitania do Piauí, sendo o rio Parnaíba e o mar os elementos cruciais para seu desenvolvimento. No século seguinte surge a Amarração, um novo povoado de grande importância para a configuração do território da Zona Costeira piauiense, localizado no entorno da primeira barra da região deltaica do Parnaíba, chamada de barra de Amarração<sup>16</sup>.

Pertencente à vila de São João da Parnaíba, a Amarração<sup>17</sup>, durante a Guerra dos Balaios<sup>18</sup>, por sua posição estratégica, tornou-se local de desembarque das tropas que combatiam os revoltosos (IBGE, 2008). A partir de então, a população da região manteve forte contato com a população do Estado vizinho do Ceará e passou a ser assistida por padres de Granja e Viçosa, além de parte de sua população ser descendente de cearenses retirantes que fugiam das constantes secas que atingiram o Estado vizinho. O contato entre Amarração e o Ceará foi ampliado a tal ponto que a Assembleia Provincial do Ceará a elevou, em 1865, à categoria de Distrito, e em 1874, à categoria de vila, denominada Vila de Nossa Senhora de Amarração.

A vila de Nossa Senhora de Amarração desenvolveu-se com rapidez e no seu porto marítimo atracavam pequenos vapores vindos do Maranhão, Pará, Ceará e Pernambuco, além de navios em trânsito entre a Guiana Francesa e Inglaterra (IBGE, 2008). Este movimento portuário contribuiu para que as companhias de navegação construíssem sólidos e espaçosos armazéns, mas que ao final da década de 1880 grandes marés e o intenso movimento de dunas

---

<sup>16</sup> A denominação “Amarração” está relacionada ao fato de os pescadores utilizarem essa área para amarrar suas embarcações.

<sup>17</sup> Embora pertencente ao Piauí, foi assistida por padres de Granja, no Estado do Ceará, passando os habitantes do povoado a fazerem transações comerciais e a pagarem os impostos naquela cidade. O fato motivou a Assembleia Provincial do Ceará, em 1865, a elevar o povoado à categoria de Distrito, com limites fixados em 1870. Em 1874, por deliberação cearense, Amarração foi elevada à categoria de Vila. O Governo do Piauí reivindicou seu território, readquirido em 1880, por determinação do Governo-Geral, em troca de dois importantes Municípios, Independência e Príncipe Imperial, hoje Crateús (IBGE, 2008).

<sup>18</sup> A Guerra dos Balaios, também conhecida como Balaiada, foi um movimento social ocorrido no Piauí, Maranhão e Ceará, do final de 1838 a fins de 1841. De um lado, grandes proprietários de terra e de escravos, autoridades provinciais e comerciantes; de outro, vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos e pequenos fazendeiros (mestiços, mulatos, sertanejos, índios e negros) sem direito à cidadania e acesso à propriedade da terra, dominados e explorados por governos clientelistas e autoritários formados pelas oligarquias locais que ascenderam ao poder político com a “proclamação da independência” do país.

destruíram parte da localidade e obrigaram os habitantes a deixarem suas casas e o próprio lugar (IBGE, 2008).

Nota-se que os territórios que hoje compõem a Zona Costeira piauiense, São João da Parnaíba e Amarração, sob *status* de vila, tiveram rápida prosperidade econômica mesmo distante da capital, sendo o mar e o rio Parnaíba elementos cruciais para tal prosperidade, pois permitiram a implantação de portos e, conseqüentemente, o comércio e a navegação – e por extensão, fábricas, grandes armazéns e manufaturas que se conectavam com o interior da província, com outras capitanias costeiras e até mesmo com a Europa.

São João da Parnaíba, na segunda metade do século XVIII, se estabelecia como porta de entrada para um grande rio “O Parnaíba”, navegável, adentrava o interior e dividia a Capitania do Piauí e Maranhão (MENDES, 2001). Esta vila possuía características naturais e posição geográfica estratégica favorável às margens do Parnaíba e próxima à foz que se liga ao Atlântico, tendo maior destaque frente à publicação da Carta Régia de 1701, a qual determinava que a criação de gado só era permitida à distância de dez léguas do litoral.

Tal Carta Régia deslocou a criação de gado para o interior do continente, promovendo a expansão e crescimento das fazendas e currais de forma a alcançar o interior da Capitania do Piauí e, por extensão, a Vila de São João da Parnaíba. Nestas, a atividade criadora encontrou condições favoráveis ao seu desenvolvimento, sendo estas:

a) a disponibilidade de terras, que foram repartidas em grandes propriedades, quase todas elas servidas de cursos d'água e pastagens naturais permanentes; b) chuvas mais abundantes e com melhor distribuição; c) as facilidades de instalações das fazendas para as quais despendiam poucos esforços, não somente de equipamentos, mas também de recursos humanos, na medida em que com um número reduzido de pessoas era possível colocar em funcionamento uma fazenda de criação de gado. (ALVES, 2003, p. 66-67)

Essas características, citadas por Alves (2003), justificam a grande potencialidade do Piauí para a prática da pecuária que se proliferou rapidamente pela capitania. Mott (2010) mostra que no ano de 1697 o Piauí possuía 129 fazendas de gado instaladas e, no ano de 1772, esse número já era de 578 fazendas, ou seja, em um intervalo de 75 anos o crescimento no número de fazendas foi superior a 400%.

Assim, o Piauí, ainda no século XVIII, se tornou uma das mais importantes zonas produtoras de gado vacum e cavalariço do Brasil, abastecendo mercados de Pernambuco, Bahia, Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro (ALVES, 2003). Dentre esses mercados, havia comerciantes e contrabandistas do Pará, Bahia e

Pernambuco que preferiam fazer o transporte do gado por via fluvial e marítima, ou seja, pelo Rio Parnaíba que desagua no mar (MENDES, 2001).

Estas afirmações reforçam e justificam a posição estratégica da sede da Vila de São João da Parnaíba, que cresceu mediante a atividade pecuária e a indústria do charque, como explica Mendes (2001, p. 17) sobre as consequências da Carta Régia na Zona Costeira piauiense, mediante a proibição de gado no litoral. Reforça:

[...] uma penetração subindo o rio Parnaíba, criando a necessidade de erguimento de um entreposto para guarda de animais e de mercadorias que seriam usadas na troca. Esse ponto de apoio foi estrategicamente escolhido: ficaria no meio do caminho entre o oceano e o local onde ocorre a confluência das braços de rios e igarapés do delta. Esse entreposto, que passou a ser chamado de Porto das Barcas, desenvolveu-se em função da necessidade de acondicionamento da carne bovina que seria levada para regiões distantes e consumidas por populações das zonas mineradoras e sertanejas, nascendo ali a indústria do charque, que consistia no abate do gado e na secagem ao vento e ao sol da carne e sua posterior prensagem.

O Porto das Barcas, feitoria com estabelecimento de charqueadas, foi construído onde, posteriormente seria a sede da vila de São João da Parnaíba. Em seu entorno, ocorria significativo movimento comercial oriundo da indústria do charque, e o estabelecimento crescente e ativo de casas, armazéns e população, além de uma pequena capela fundada pelos habitantes da localidade (DURÃO, *apud* RÉGO, 2010).

De acordo com Mavignier (2005), o gado piauiense, até meados do século XVIII, era comercializado, principalmente, na Bahia e Pernambuco, quando João Paulo Diniz, negociante da vila de São João da Parnaíba, com suas charqueadas, ampliou esse comércio para Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Pará. Em 1768, chegou à vila de São João da Parnaíba, procedente do Rio Grande do Sul, o português Domingos Dias da Silva, trazendo grande fortuna, e em 1773 começou a produzir charque (MENDES, 2003).

Além do comércio e da indústria em torno das charqueadas e do couro (subprodutos da pecuária) e da estrutura do Porto das Barcas, o governo da Capitania estipulou o valor de quatorze mil réis a ser cobrado como imposto, que deveria ser pago à Câmara Municipal pelas embarcações que atracassem no Porto.

Esse contexto permitiu que São João da Parnaíba, em uma década, se tornasse a mais promissora vila da Capitania do Piauí com caráter autonomista. Pois, no ano de criação da vila em 1762, São João da Parnaíba possuía 16.224km<sup>2</sup>, com uma população de 2349 habitantes (população livre + escravos) e 334 residências. Com pouco mais de uma década, a vila já contava com 2694 habitantes e 444 casas (MAVIGNIER, 2005).

Com a chegada de Domingos Dias da Silva e a instalação de suas charqueadas, a vila teve expressivas mudanças econômicas e sociais. Este, com grande capacidade realizadora e comercial, construiu casas, igrejas e edifícios, com destaque para “Casa Grande da Parnaíba”, palco das reuniões sociais e políticas. Ele também desenvolveu o comércio, a indústria do charque, do sal, do couro, da sola, de embarcações, além de comercializar diretamente com Lisboa (MAVIGNIER, 2005).

Em 1793, com o falecimento de Domingos Dias da Silva, o destino da vila de São João da Parnaíba passou para as mãos de seu filho legítimo, Simplício Dias da Silva, um jovem portador de grande inteligência. Este foi um grande nome na história da formação da cidade de Parnaíba, e, mesmo sendo mulato e filho de escrava, prosseguiu e expandiu as atividades econômicas desenvolvidas por seu pai se utilizando de mão de obra escrava. Simplício herdou uma grande fortuna, recebeu educação aprimorada, incluindo estudos na Europa.

Em 1826 Parnaíba era o segundo centro mais importante da província do Piauí; o comércio fluvial marítimo era intenso, devido ao impulso econômico dado pelos grandes comerciantes europeus da época mediante a produção de charque para exportação (KNOX, 1986).

Além do charque e do couro, produzidos a partir dos rebanhos de gado existentes na região, merece destaque também o comércio de outros produtos de origem extrativista, como o algodão, fumo, couro e sementes. Porém grande parte deste comércio era feita de forma ilegal, pois apenas em 1834 entrou em atividade a Alfândega de Parnaíba (IPHAN, 2008, p. 20).

Em 1831, Parnaíba era uma vila com 4.324 habitantes, e sua proximidade com o litoral e a ligação com outras províncias e com o reino tornava-a um ambiente com vida intelectual, social e política bastante diferenciada, se comparada a outras vilas piauienses (MENDES, 2007). Esses elos, a comunicação com a elite do Ceará, da Bahia e de outras províncias e, também, do Reino, fez da vila de São João da Parnaíba um universo urbano sofisticado e de ideias progressistas.

Contudo, foi nesse momento que a vila de São João da Parnaíba começa a passar por um momento de estagnação econômica. Em 1824, sob o espírito liberal e revolucionário da elite parnaibana, e a inspiração do juiz e presidente da Câmara Municipal, Dr. João Cândido de Deus e Silva, junto ao líder político da região, Cel. Simplício Dias da Silva, Parnaíba rebelou-se e proclamou a república, aderindo à Confederação do Equador. Este movimento foi nascido em Pernambuco, contrário à Constituição de 1824 (MENDES, 2007).



As consequências da aventura republicana que Parnaíba ousara experimentar foram: prisão do Juiz Dr. João Cândido de Deus e Silva, suspensão de toda Câmara Municipal [...] e o fim da amizade, admiração e do prestígio que Simplício Dias da Silva, desfrutava junto à figura do Imperador Pedro I. O ostracismo político e o agravamento de suas finanças, a última de suas charqueadas deixou de funcionar em 1827, marcaram os últimos anos de vida de Simplício Dias da Silva, que faleceu em 17 de setembro de 1829 (MENDES, 2007, p. 24).

Knox (1986), neste contexto, acrescenta que os mercados tradicionais para onde seguiam as boiadas do Piauí estavam em decadência e o nível econômico dos povoados piauienses era baixo, não havendo absorção pelo mercado interno. Dessa forma, é evidente que, ao final da década de 1820, a vila de São João da Parnaíba vivenciava sua decadência econômica<sup>19</sup> e o fim do ciclo do charque e seus subprodutos.

A partir de 1840, a vila de São João da Parnaíba retomou o seu crescimento econômico, tendo na navegabilidade do rio Parnaíba a prioridade para o seu futuro econômico. Dentre as principais medidas para viabilizar essas atividades, tem-se: a volta das atividades portuárias e fluviais no rio Igarapé<sup>20</sup>, a discussão da construção de um porto marítimo, e a criação da Resolução nº 129, em 1841, que autorizava o presidente da província a conceder privilégios exclusivos por 25 anos a qualquer companhia que estabelecesse um serviço de navegação por todo rio Parnaíba, por meio de barcas a vapor (MENDES, 2007).

Essas medidas, juntamente com a ausência e precariedade de estradas de rodagem no Piauí, que dificultava o escoamento da produção, recebimento de mercadoria e comunicações de um modo geral, levou à junção do governo da província, comerciantes e pecuaristas na viabilização do rio Parnaíba como “Estrada Natural” que integrava toda a província.

Em 1852, a mudança de capital da província de Oeiras para Teresina, localizada às margens do rio Parnaíba, também contribuiu para se estabelecer uma regularidade no transporte de carga e de passageiros no Parnaíba e formar uma companhia de navegação, criada em 1858 e denominada de Companhia de Navegação a vapor do Rio Parnaíba.

A navegabilidade do Parnaíba trouxe prosperidade às cidades localizadas nas suas margens, como explica Araújo (2008, p. 200): “A via de transporte mais eficiente era o Rio Parnaíba que além de navegável em todo o curso, corre ao lado de toda área produtora”. Parnaíba, agora sob a categoria de cidade, e com posição geográfica estratégica próxima ao

---

<sup>19</sup> Tal crise econômica é reflexo do processo de independência do Brasil desejado pelas diversas classes sociais por todo o Brasil que, mesmo heterogêneas, se uniam perante o desejo de ser brasileiro, diferente de ser português, de expulsar o elemento estrangeiro que representava os problemas existentes em suas vidas, e ter liberdade de conduzir seus próprios interesses, ou seja, libertar-se do domínio português (DIAS, 1999).

<sup>20</sup> Faz referência ao primeiro braço do Rio Parnaíba, que desagua no oceano atlântico em foz delta, que margeia a cidade de Parnaíba.

mar, retoma sua importância econômica transformando-se no empório comercial da Província.

Logo, começou a atrair comerciantes que fixaram casas comerciais e instituições que seriam base para a navegação e economia de toda a província. Nesse cenário, a partir de 1860, Parnaíba consolidou-se como principal entreposto comercial do Piauí e como importante centro do comércio internacional, graças ao espírito empreendedor de suas lideranças empresariais, estimulado certamente por ter oportunidade de contato com o resto do mundo (MENDES, 1995).

É importante ressaltar que barcos de grande porte não conseguiam alcançar o Porto das Barcas e, por essa razão, a crescente economia parnaibana tinha no Porto de Amarração, que agora estava sob domínio da Província do Ceará, e no Porto de Tutóia (MA), um fluxo constante de negociações. Este, por sua vez, propiciou o aquecimento do comércio local, bem como o desenvolvimento estrutural e logístico, que tornou Parnaíba um grande centro comercial ligado ao interior das províncias do Piauí e Maranhão, assim como à sua costa, a outras províncias como Pará, Ceará e Pernambuco, as guianas francesas e inglesas, além da Inglaterra, onde negociava a Casa Inglesa, pertencente à família Clarck.

Amarração, que em 1880 voltou a pertencer ao Piauí, também foi marcada pela prosperidade e teve no Porto de Amarração sua base econômica. Em 1911, foi elevada à categoria de município e em 1922 foi inaugurada a Estrada de Ferro Central do Piauí. Contudo, em 1931, através do decreto estadual de nº 1279, foi extinta e anexada ao território de Parnaíba como simples distrito. Em 1938, todavia, já com denominação de Luís Correia, retomou sua autonomia administrativa, desmembrado de Parnaíba.

A prosperidade econômica na Zona Costeira piauiense se faz presente até a primeira metade do século XX, onde o comércio parnaibano se beneficiou, especialmente, dos produtos pertencentes ao extrativismo local como: a cera de carnaúba, óleo do babaçu e borracha de maniçoba. Neste contexto, foi criada, em 1917, a Associação Comercial de Parnaíba (ACP) com o objetivo de administrar o comércio e reverter esta expansão econômica em benefícios para a sociedade.

Sob o comando da Associação, o comércio local atingiu seu ápice, sendo que neste momento iriam se destacar grupos comerciais como os de Moraes Correia, Frakilin Veras, a Casa Inglesa e a Casa Marc Jacobs, que comandavam o próspero comércio local e exportava a produção de algodão herbáceo e arbóreo, couros secos de boi, amêndoas de babaçu, nozes de tucum, cera de carnaúba, borracha de maniçoba, bagas de mamona e borracha de mangabeira (MASCARENHAS, 2009, p. 22).

Em paralelo à próspera atividade comercial, Parnaíba vivenciou um desenvolvimento sociocultural, sendo a Praça da Graça, em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, e seu entorno, símbolo e palco das mais diversas práticas comerciais, culturais, religiosas, econômicas e até de encontros afetivos. Ao redor desta estão localizados, além da Igreja Matriz, a agência do Banco do Brasil (1917), a Empresa dos Correios e Telégrafos (1892), o Cine Teatro Éden (1924), a implantação da primeira linha de bonde (1891), a Santa Casa de Misericórdia (1896), a Instituição Educacional União Caxeiral (1918), o Jornal do Comércio (1922), o Cassino 24 de Janeiro (1925), entre outros (ARAÚJO, 2005).

A partir da década de 1930, na Zona Costeira piauiense implementou o ciclo da carnaúba e do babaçu, e, sob nova administração, a ACP e o poder público implantaram calçamentos nas principais vias, ruas e avenidas da cidade. Até por volta da década de 1950, no litoral piauiense, os ares foram embalados pelo desenvolvimento econômico propiciado pelo comércio e pela qualificação de mão de obra, mas a partir da década de 1960, a região mergulhou numa era de retrocesso por interferência das crises econômicas ocorrentes em âmbito nacional, iniciadas na revolução de 1930<sup>21</sup> e com o fim da República Velha<sup>22</sup> (SILVA FILHO, 2007).

O recorte temporal entre as décadas de 1930 e 1950 foi marcado pelo auge da economia parnaibana, onde a cidade teve um crescimento urbano oriundo do incremento econômico local, alavancado pelo crescimento das exportações dos produtos regionais, sendo a cera de carnaúba o principal produto, dentre outros (TOURINHO, 2015). Assim, a Zona Costeira piauiense integra-se ao contexto das atividades econômicas estimuladas pela comercialização em larga escala de produtos extrativistas, destaque em localidades do norte e nordeste brasileiro.

---

<sup>21</sup> Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas, e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório em 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil.

<sup>22</sup> Até 1930 a política no Brasil era conduzida pelas oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, por meio de eleições fraudulentas e que mantinham o país sob um regime econômico agroexportador. As elites paulista e mineira alternavam a presidência da República elegendo candidatos que defendiam seus interesses. Este sistema político ficou conhecido como "política do café com leite" ou política dos governadores. O modelo funcionou até os demais estados brasileiros crescerem em importância e reivindicarem mais espaço no cenário político brasileiro. Por outro lado, a Crise de 1929, atingiu a economia brasileira, provocando desemprego e dificuldades financeiras. O fato de o Brasil ser um país de monocultura cafeeira fez que a crise fosse profunda, pois as exportações do produto caíram vertiginosamente.

Tal como Manaus e Belém, São Luís e outra localidades, Parnaíba entrou nessa ciranda de negócios, tendo um grande impulso entre os anos de 1920 a 1950, sendo o ponto propulsor da economia do Piauí, com investimentos nos negócios de exportação de variados produtos – a cera de carnaúba, babaçu, mamona, algodão e couro (com mais evidência); e outros produtos de menor expressão: gergelim, goma, farinha de mandioca, cera de abelhas, crinas de animal, sementes de algodão, jaborandi, jalapa, resinas de jatobá e angico, peles de cabras, ovelhas e animais silvestres, polvilho, fibra de paco-paco, oiticica e cereais – além de empreender também a extração da borracha de maniçoba (TOURINHO, 2015, p. 37).

A regressão da economia era uma realidade presente em quase todo o país entre as décadas de 1950 a 1980<sup>23</sup>: reflexos do fim da 2ª Guerra Mundial e do poder ditatorial implantado no Brasil (1964-1985) influenciaram diretamente nas exportações brasileiras e, conseqüentemente, na quebra da economia piauiense, e por extensão, a parnaibana. Com o intuito de reverter esse quadro de regressão econômica nacional, o governo passou a se utilizar de um discurso desenvolvimentista.

A nível nacional, o discurso de desenvolvimento foi bastante utilizado no governo de Getúlio Vargas (1951-1953) e de Juscelino Kubitschek (1956-1960), e tendo continuidade no Regime Militar (1964-1985). No contexto piauiense, tal discurso teve maior representatividade durante os governos de Jacob Gaioso e Almendra (1955-1959) e Chagas Rodrigues (1959-1962), com implantação de empresas de economia mista<sup>24</sup>, e tendo seguimento no governo de Alberto Silva<sup>25</sup> (1971-1975), durante a euforia do milagre econômico brasileiro (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2005).

A nível estadual, a providência tomada para a reversão desse quadro de regressão foi a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado do Piauí, no início da década de 1950, cujo objetivo era elaborar planos de longo prazo para a administração estadual através da modernização da máquina administrativa (NASCIMENTO, 2004). Com a mesma finalidade, a Federação das Indústrias do Estado do Piauí – FIEPI (1954) foi implantada em Parnaíba,

<sup>23</sup> O Brasil viveu no período de 1950 a 1980 sob forte instabilidade político-institucional. Da ascensão de Getúlio Vargas à presidência em 1951, até a definitiva implantação do Regime Militar no governo Médici, a partir de 1969, as nuances observadas foram muitas e diversas. O regime autoritário, sob tutela dos militares, implantado no Brasil em 1º de abril de 1964 foi o ponto de convergência de um processo que se arrastou desde décadas anteriores.

<sup>24</sup> São elas: Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), em 1957; Banco do Estado do Piauí S/A (BEP), em 1958; Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), em 1959; Agroindústria do Piauí S/A (AGRIPISA), em 1959; Telefones do Piauí S/A (TELEPISA), em 1960; e Águas e Esgotos do Piauí (AGESPISA), em 1962.

<sup>25</sup> Alberto Silva firma sua imagem pessoal através de um grande número de obras pelo Estado. Foi durante os primeiros anos da década de 70 que o governo de Alberto Silva construiu as grandes obras na capital e no interior do Piauí, tais como o estádio de futebol Albertão, o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, o Prédio da Companhia Energética do Piauí (CEPISA), o asfaltamento das Avenidas Miguel Rosa e Frei Serafim, o Hospital de Doenças Infecto Contagiosas (HDIC), que atualmente denomina-se Hospital de Doenças Tropicais Natan Portela, a Universidade Federal do Piauí, O Hotel Piauí, a Maternidade Dona Evangelina Rosa, o Monumento da Batalha do Genipapo, entre outras. Em Parnaíba, seus grandes feitos foram a instalação da televisão em Parnaíba e de um *campus* da Universidade Federal do Piauí (UFPI), bem como a construção da ponte Simplício Dias.

também marcada pela perda do poderio econômico, para reestruturar a indústria e contornar a crise que assolava o norte do Estado.

Neste, o discurso desenvolvimentista prevalece na cidade de Parnaíba, em especial, sob a administração do Prefeito Lauro Correia de Andrade (1963-1966), com a implantação da primeira administração planejada tomando a iniciativa de leis relacionadas com o código de postura municipal e o plano diretor da cidade, além da construção de símbolos que representassem a identidade da cidade como a instituição do Dia da Parnaíba, o Hino, a Bandeira e o Selo de Parnaíba.

Em Luís Correia, no mesmo contexto temporal, apesar da proximidade de Parnaíba, as atividades de destaque eram primárias, como: a produção de sal marinho, cera de carnaúba e farinha de mandioca, que eram comercializadas, principalmente, em Parnaíba. Neste contexto, Luís Correia também era já era considerada como opção de lazer, através dos banhos de mar, principalmente dos parnaibanos.

No decorrer desta sucinta apresentação sobre o processo histórico-econômico ocorrente ao longo do tempo, resultante na formação territorial e na configuração socioespacial da ZC piauiense até o final da década de 1980, é notória a importância geográfica, política e econômica da Zona Costeira piauiense pela sua posição estratégica, às margens de um grande rio e banhada pelo mar.

Em tal discussão apresentada foi possível identificar as várias ações políticas e atividades econômicas, dentre elas: as práticas marítimas e, também, fluviais tradicionais relacionadas a atividades portuárias, navegação, comércio e defesa do território, além da pecuária – charqueadas – e extrativismo, que promoveram a urbanização na ZC piauiense no decorrer do seu processo de formação territorial.

Além disso, esta discussão permitir entender o processo de formação deste território, pois o contexto histórico aqui apresentado será importante para a compreensão das fases da urbanização ocorrentes no decorrer do processo de formação territorial da ZC do Piauí, explicando, assim, a recente conjuntura socioespacial e urbana deste território, desenhada entre as décadas de 1990 e 2018, e que tem como principais vetores da urbanização os aspectos urbano-espaciais, as segundas residências e o turismo.

### **3.2 As fases da urbanização**

Frente às diversas leituras referentes ao processo histórico de formação territorial do que hoje se estabelece como ZC piauiense, entende-se que compreensão da evolução e

funções urbanas deste território é melhor entendida se considerarmos uma periodização que tenha como referência as atividades econômicas que propiciaram a urbanização e a definição da função urbana do território, em um determinado período.

Assim, as atividades econômicas se apresentam como elementos centrais capazes de explicar a evolução urbana ocorrente em determinado território. Nesta contextura, a evolução urbana da ZC piauiense será aqui apresentada em quatro períodos, determinados a partir das principais atividades econômicas que promoveram significativas alterações na configuração urbana do território em questão, e impuseram ao território uma função urbana.

Assim, o processo de urbanização nesta ZC será apresentado em quatro períodos, quais sejam: (i) as charqueadas (1762-1840); (ii) a navegação e o comércio extrativista (1841-1960); (iii) o comércio e os serviços (1961-1990); e (iv) o setor terciário, segundas residências e turismo. Contudo, vale ressaltar que o recorte de tempo estabelecido em cada período considera a atividade econômica de maior destaque num intervalo de tempo, onde uma atividade econômica não era extinta frente à ascensão de uma outra, não necessariamente nova.

Em cada período, será apresentada, de forma sucinta, a relação que os municípios da ZC piauiense possuíam com outros territórios, pois entende-se que “nenhuma modificação em um núcleo se dá isoladamente, mas sempre em estreita inter-relação com sua região ou com fatos ocorridos em outras regiões” (SOUZA; MULLER, 2007, p. 19). Ainda tendo como base a metodologia de Muller (1974) e Souza e Muller (2007), será apresentado um quadro síntese de cada fase e/ou período em análise, posterior a um texto interpretativo onde foram apresentados fatos e aspectos que levaram à urbanização do território, com a apresentação de dados e informações populacionais, econômicas, socioculturais, institucionais e locacionais relevantes que expliquem a função urbana do território sob determinado recorte temporal.

### **As charqueadas<sup>26</sup> (1762-1840)**

Em geral, é consenso entre os historiadores que a pecuária foi a principal atividade responsável pelo desbravamento do interior do Nordeste e também pelo desenvolvimento de alguns núcleos importantes no litoral, especialmente no Piauí e Ceará. Com relação ao litoral do Piauí, precisamente no que viria a se tornar a Vila de São João da Parnaíba, há estudos que

---

<sup>26</sup> Neste recorte temporal São João da Parnaíba, posteriormente denominada Parnaíba, é tida como única referência no processo de urbanização da ZC piauiense, pois detinha toda linha de costa pertencente ao Estado do Piauí. E por volta de 1880, seu território teve sucessivos desmembramentos.

apontam que as atividades comerciais ligadas à pecuária, à carne e à coureira já eram realizadas desde 1711 pelo português Pedro Barbosa Leal (RÊGO, 2010). Das fazendas deste produtor tais itens seguiam para Belém, Maranhão, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro e Lisboa (SANTANA, 2008).

Nesse contexto, o Brasil era colônia de Portugal e tinha como principais atividades econômicas o cultivo da cana de açúcar e a mineração, sendo o comércio regido pelo Pacto Colonial<sup>27</sup>, a partir do qual as atividades econômicas desenvolvidas pela colônia buscavam atender aos interesses da metrópole. É importante ressaltar que, na segunda metade do século XVIII, o cultivo da cana de açúcar, primeira grande atividade econômica implantada por Portugal no litoral brasileiro, estava em decadência perante a concorrência holandesa, e o ouro em ascensão, mediante a descoberta de reservas no interior das Minas Gerais, passou a atrair um grande contingente populacional.

A pecuária se apresenta como uma atividade secundária, mas importante, para atender, principalmente, uma demanda interna. As vilas de São João da Parnaíba, no Piauí, e Aracati, no Ceará, se destacavam na produção do charque, por apresentar condições climáticas ideais para tal atividade, como calor intenso, vento seco e a fácil extração de sal, bem como uma posição geográfica estratégica, próxima ao Oceano Atlântico e na foz de grandes rios, respectivamente, o Parnaíba e o Jaguaribe.

Na Vila de São João da Parnaíba, o comércio do charque era transportado basicamente por vias fluviais e marítimas, que alcançavam outras províncias e até mesmo o continente europeu. Assim, esta atividade econômica propiciou o crescimento populacional e urbano da vila, sendo a sua economia a mais promissora de toda a Capitania de São José do Piauí, superando até mesmo a capital Oeiras.

Nota-se que, mesmo diante de um sistema de transporte fluvial e marítimo, além das várias barreiras impostas pela comunicação, a vila de São João da Parnaíba é destaque no contexto nacional e internacional, o que permite o seu crescimento e a determinação da sua função urbana, aqui analisadas a partir dos fatores populacionais, econômicos, socioculturais, institucionais e locais, relevantes que marcam o período das charqueadas.

São João da Parnaíba, apesar de conhecida e frequentada por homens da coroa portuguesa, comerciantes, contrabandistas, piratas, dentre outros desde o século XVI, esta recebeu o *status* de vila somente em 1762, sendo pertencente à província de São José do Piauí. A vila, segundo Costa (1974), no sentido oeste fazia fronteira com a província do

---

<sup>27</sup> O Pacto Colonial eram um conjunto de leis e normas que instituía a exclusividade do comércio externo da colônia em favor da metrópole que o colonizou.

Maranhão, separada pelo rio do Meio, braço do Parnaíba que desagua entre as ilhas dos Poldros e das Canárias, e no sentido leste fazia limite com Ceará, separada pelo Rio Timonha (Carta Régia de 1697), representado pela Figura 6.

Figura 6 – Delimitação aproximada da Vila de São João da Parnaíba (1762 1833)



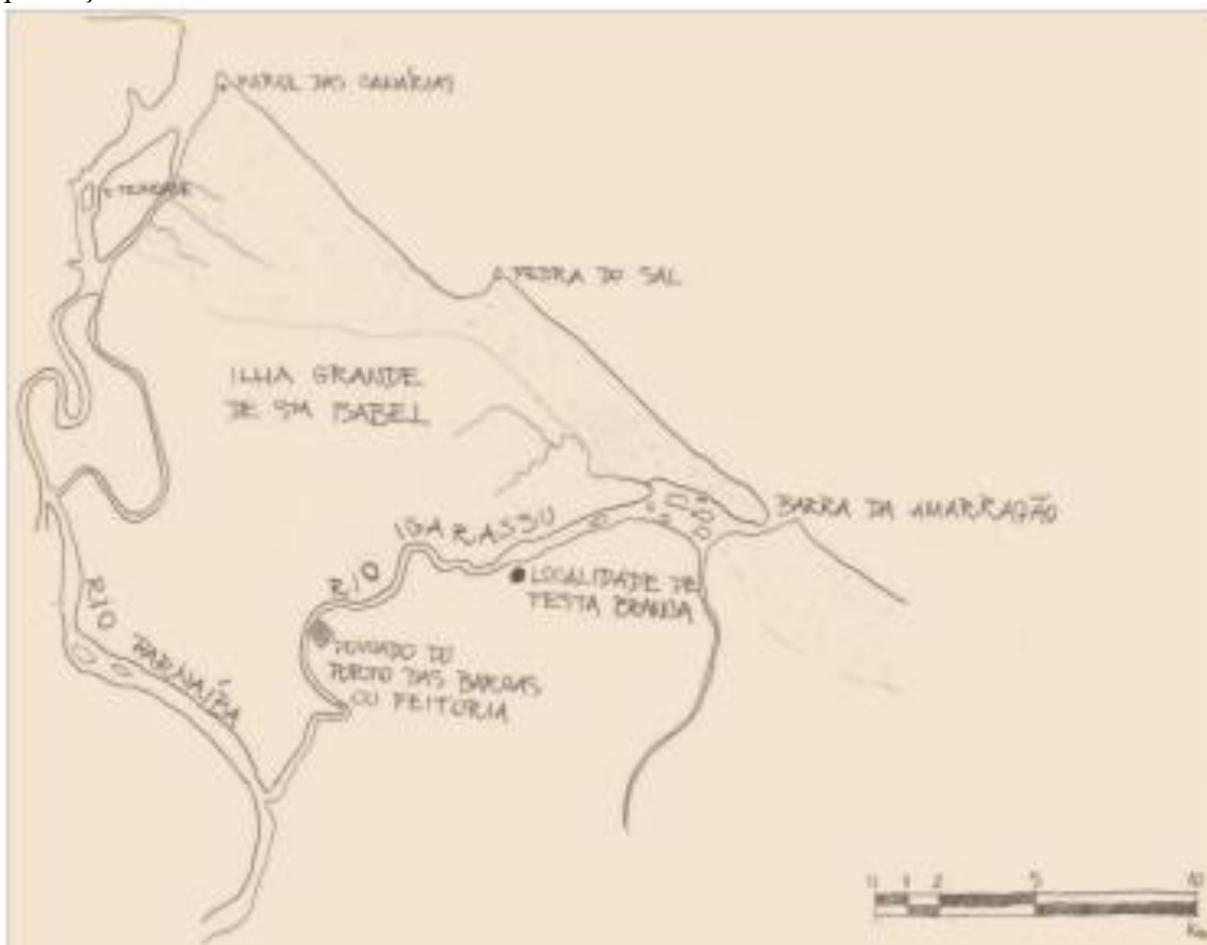
Fonte: Adaptado do Atlas Escolar do Piauí (ARAÚJO, 2010, p. 30).

Os estudos estatísticos, até o início do século XX, embora raros e insuficientes, mostram que em 1762, João Pereira Caldas, o primeiro governador da Província de São José do Piauí, fez um levantamento em todas as vilas e na capital da quantidade de fogos, fazendas, pessoas livres e escravos. Neste levantamento, a Vila de São João da Parnaíba já se mostra promissora frente às demais, pois no seu ano de criação já possuía um total de 2.368 habitantes (brancos livres + escravos), composta por 334 fogos, 84 fazendas e 613 escravos, sendo ultrapassada apenas pela capital Oeiras (FIGUEIREDO, 2001).

É importante ressaltar que a Vila de São João da Parnaíba, fundada em 1762, tem como sede a povoação Testa Branca (Figura 7), local escolhido pelo governador da província, o qual não possuía igreja, sendo formada apenas por quatro casas residenciais, oito brancos livres e onze escravos, mas era um local salubre, distante das áreas alagadiças (FIGUEIREDO, 2001).



Figura 7 – Croqui de trecho do Delta do Parnaíba, evidenciando o núcleo original da povoação do Porto das Barcas e de Testa Branca em 1762



Fonte: Ferreira (2010, *apud* VERAS, 2014, p. 69).

Nesse ínterim, Rego (2010) explica que a escolha de José Pereira Caldas era devida às boas condições geográficas que contribuía para a comunicação com o exterior e com outras províncias, bem como à facilidade na fiscalização dos impostos de exportação do charque e de outros produtos, à aplicação direta desses impostos nos serviços da nova vila, além de ser um local sem problemas de saúde pública, por ser limpo, alto e próximo à foz do Rio Igarauçu.

Contudo, a opção de escolha da sede pelo governo não foi atendida, pois na povoação Porto das Barcas já se encontrava uma próspera indústria e comércio de charques que abastecia províncias como Pará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro (PAULA NETO, 2000). No entanto é importante ressaltar que o Porto das Barcas era um ambiente insalubre, com constantes alagamentos no período chuvoso, propício para a disseminação de epidemias, como explica Mott (2010, p. 41):

Como o principal negócio que nela se consiste nos gados que se matam nas feitorias e estas ficam arrimadas à Vila, é natural padeçam as epidemias que quase todos os anos experimenta, porque o fétido que causa o sangue espalhado e mais miúdos de

tatos milhares de reses que se matam num pequeno espaço de um até dois meses, corrompe o ar com muita facilidade e produz o dano apontado. As moscas e outras savandijas são tão inumeráveis que causam inexplicáveis moléstias aos habitantes, e isto mesmo há de suportar precisamente toda a pessoa que vai de fora porque só no tempo do verão pode caminhar por aquele distrito, pois de inverno por ser baixo, e alagadiço, se cobre de lagoas e faz absolutamente impraticáveis os caminhos de sorte que o povo se tem visto na consternação de padecer algumas fomes por aquela causa, no referido tempo a assim é o da matança da referida vila.

Nota-se que os administradores portugueses, na tentativa de seguirem um modelo de desenvolvimento urbano sancionado pela Coroa, nem sempre levavam em consideração os costumes locais. Neste contexto, a povoação Porto das Barcas não possuía características prescritas como modelo de organização urbana pela Coroa. Nesse sentido, segundo Vieira (2010), essa povoação era marcada por um espaço urbano acanhado, com ruas irregulares, cheias de curvas e sem orientação, e o comércio era realizado principalmente através do rio Parnaíba e por animais, remetendo uma ideia de predomínio do rural. Contudo:

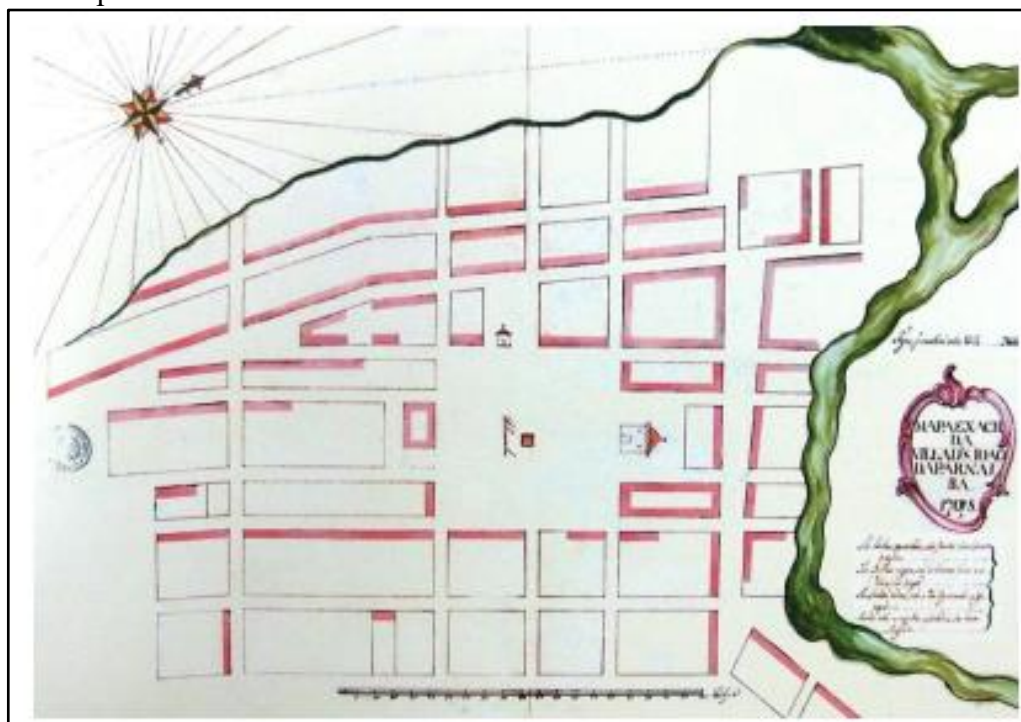
Incontestavelmente o povoado do Porto das Barcas oferecia mais vantagem para o assento da nova vila; era então uma feitoria com estabelecimentos de charqueada, cujos produtos se exportavam para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Pará, deixando grande interesse as rendas públicas, pelo movimento comercial que resulta de semelhante indústria, com uma população crescente e ativa, algumas casas e armazéns e uma pequena ermida fundada pelos habitantes da localidade (COSTA, 1974, p. 152).

E em 1770 se efetivou a transferência da sede da Vila de São João da Parnaíba para o Porto da Barcas, que sob tal função deveria seguir posturas urbanísticas que obedecessem a uma planificação arquitetônica imposta pela Coroa Portuguesa com avenidas largas, ruas alinhadas, praças, igrejas e casarios. Assim, Parnaíba se torna a primeira vila da Capitania a ter um plano regulador previamente implantado, mas com algumas distinções importantes a serem destacadas:

- a) O urbano em Parnaíba é anterior aos templos e estes por sua vez se subordinam ao traçado regulador; que tem caráter exclusivo por ter a existência de duas igrejas no entorno de uma mesma praça. Mesmo não sendo o fato causador da cidade, foi a base geradora do tecido físico e “elemento divino” de garantia espiritual, durante os séculos XVIII e XIX (BRITO, 2015);
- b) “A evolução urbana ocorreu sob a influência de dois núcleos: o porto das Barcas – prefixação portuária de origem comercial; e a Praça da Matriz – pós fixação da

natureza institucional, na qual se concentrava a autoridade religiosa e o poder civil” (Figura 8) (SILVA FILHO, 2007, p. 36).

Figura 8 – Mapa da Vila de São João da Parnaíba em 1798



Fonte: Silva Filho (2007, p. 81).

Junto à melhoria do urbano, acrescenta-se o crescimento econômico, mediante o movimento do recebimento anual de dezenas de navios, “sumaca de 130 toneladas, escuna de mais de 80 toneladas, inclusive de firma francesa” (KNOX, 1986, p. 17) e populacional, observado no recenseamento da província realizado em 1772, dez anos após fundação da vila, que identificou 444 fogos, 2694 almas, 79 fazendas e 47 fazendas em todo o seu território, sendo o perímetro urbano composto por 78 fogos, 337 almas e 19 sítios (KNOX, 1986).

A partir desses dados, é notório o significativo crescimento urbano ocorrido em um curto espaço de tempo, correspondente a um aumento populacional (almas, que correspondem a habitantes) de 1773% e residencial (fogos) de 1950%. No censo geral da província de 1826 e 1831, referente respectivamente a dados residenciais e populacionais, é possível identificar no espaço urbano da vila uma população de 4.324 habitantes e 350 fogos (KNOX, 1986), que correspondem respectivamente a 45,7% e 44,6% do total da vila.

O significativo crescimento, principalmente, dos espaços urbanos, é resultado do importante comércio que ali se processava, onde dezenas de barcos e botes faziam a navegação pelo rio Parnaíba e trabalhavam com carga e descarga das grandes embarcações

marítimas, “cerca de 60 canoas de vários tamanhos serviam na vila, e em seu termo, a lavradores, pescadores e negociantes. Produtos do interior eram levados ao mar (algodão, fumo, couro, sola) e de lá trazidos produtos de outras regiões” (KNOX, 1986, p. 18).

Parnaíba passara a se distinguir nos finais do séc. XVIII graças ao intenso comércio que por ela se operava (comércio legal e contrabando) e as charqueadas existentes. As embarcações pagavam não só os proprietários das terras, como a Câmara Municipal, com destino a obras públicas e despesas do Conselho, o valor de 14\$000 cada uma. Sendo assim Parnaíba a única vila que teve ganhos próprios desde a fundação (KNOX, 1986, p. 18).

Esse contexto justifica o interesse dos comerciantes parnaibanos por uma alfândega com o objetivo de reduzir custos e aumentar a fiscalização sobre produtos contrabandeados, além de permitir que a exportação destes fosse feita diretamente sem passar pelo Maranhão ou Pernambuco, assim reduzindo o preço dos produtos e impulsionando a economia. No final de século XVIII, Parnaíba perdeu a condição de Feitoria e os barcos piauienses passaram, obrigatoriamente, a pagar os seus impostos no entreposto de São Luís, Maranhão, em detrimento da economia piauiense, operação que onerava os produtos exportados pelo Piauí entre 30 e 40% (MAVIGNIER; MOREIRA, 2007).

A Alfândega de Parnaíba foi criada em 1817, valorizando o desenvolvimento da agricultura e do charque através da exportação da carne salgada, couro, peles, chifre, algodão, fumo, açúcar e arroz. Contudo, era a indústria do charque em São João da Parnaíba que colocava o Piauí, juntamente com Ceará e o Rio Grande do Norte, entre os principais produtores de carne seca (KNOX, 1986).

No entanto, ao final da primeira metade do século XIX, o Rio Grande do Sul desponta em termos quantitativos na produção e no comércio nacional e internacional do charque, enquanto o Piauí vinha enfrentando, além da falta de incentivo do governo à produção do charque no NE, as contínuas secas, a comunicação precária e a perda de mercados, o que explica a decadência de São João da Parnaíba (KNOX, 1986).

Frente a essa conjuntura, é correto afirmar que a base da economia parnaibana resumia-se à agricultura de subsistência, para abastecimento dos mercados internos, e à pecuária extensiva, juntamente com a indústria do charque, destinado para o mercado interno e externo, o que justificava o estilo de vida parnaibano e os arranjos urbanos da vila essencialmente rural, mesmo identificando várias funções urbanas, como comercial, administrativa e industrial.

De modo geral, é evidente que, mesmo predominantemente rural, o comércio e a produção do charque eram as atividades que mais influenciavam no perfil urbano existente na Zona Costeira piauiense, com atividade comercial intensa interna e externa, devido à produção do charque. A localização geográfica da sede da vila, de fácil comunicação com rio Parnaíba e com o mar, também foi crucial para Parnaíba se tornar um grande entreposto comercial após o declínio das charqueadas ao final da década de 1820, propiciando à vila de São João da Parnaíba um momento de estagnação econômica que prevalecerá até a década de 1840.

### **Navegação e o comércio extrativista (1841-1960)**

O recorte temporal em análise é marcado por diversos fatos, ocorrentes na esfera global, nacional e regional, que influenciaram direta e indireta na configuração urbana da Zona Costeira piauiense. Dentre estes é importante destacar a chegada da família real ao Brasil (1808), que decretou o fim do pacto colonial, a abertura dos portos e a permissão para a produção de manufaturas, a proclamação da república (1822), e várias rebeliões ocorridas em várias partes do país, devidas à instabilidade política e às condições de vida precária da população pobre.

Esses acontecimentos promoveram significativas mudanças nos campos político, social e econômico, que alteraram, principalmente, a conjuntura urbana das cidades brasileiras durante a segunda metade do século XIX. Dentre estes, destaca-se, entre 1850 e 1860, o “surto industrial”, devido à inauguração de 70 fábricas que produziam chapéus, sabão, tecidos de algodão e cerveja, assim como a fundação de 14 bancos, 20 companhias de navegação a vapor, oito estradas de ferro, além de empresas de mineração, transporte urbano, gás, etc. (QUEIROZ, 1998).

Nas décadas seguintes, ocorreu a Proclamação da República (1889), a promulgação da Constituição da República (1891), a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, o crescimento das cidades junto ao crescimento das indústrias, além da modernização nas fazendas de café e em outras lavouras brasileiras.

O Piauí e Parnaíba também alteram sua conjuntura política econômica, social e territorial diante da influência dos acontecimentos a nível nacional, buscando a integração. Este processo, no Piauí, resultou na transferência da capital da Província de Oeiras para a Vila Nova do Poti, agora denominada de Teresina, com o objetivo de retomar o crescimento

econômico piauiense, sendo que o rio Parnaíba representava a principal via de progresso do Estado, pois:

No Piauí, estava claro para alguns políticos, desde meados do século XIX, que a realização do objetivo nacional de integração no âmbito da divisão internacional do trabalho, por meio da exportação de produtos agrícolas, só seria possível na medida do aproveitamento das áreas situadas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes. Esta proposta estava visceralmente ligada à tese de que a abertura de vias de comunicação e maiores facilidades de transporte seriam os elementos indutores do processo de inserção da economia piauiense ao contexto nacional e internacional (QUEIROZ, 1998, p. 15).

Entendia-se que o desenvolvimento econômico e a integração do Piauí ao contexto capitalista passavam pela mudança da capital para o entorno do rio Parnaíba. Parnaíba, por estar às margens deste rio de mesmo nome, próxima do oceano e detendo de certa estrutura portuária, institucional e com infraestrutura urbana, foi alvo de insistentes propostas que a tornavam a cidade ideal para se implantar a nova sede da província.

Mas esta não foi contemplada, segundo o governador da província Sousa Ramos, por se encontrar em uma das extremidades da província, sendo um empecilho para adoção de meios mais rápidos de comunicação que abreviassem a distância entre a vila e o restante da província (RÊGO, 2010). Contudo, a Vila do Poti, mesmo apresentado problemas por ser suscetível a enchentes e a grandes inundações do rio Poti<sup>28</sup>, apresentou vários atrativos, dentre eles, destaca-se, o fato de ser a única via de escoamento das riquezas do Estado para o Maranhão pela proximidade com a cidade de Caxias<sup>29</sup> (NUNES; ABREU, 1995). Este fator possibilitava a ampliação do comércio do Piauí com Caxias, além de ser próximo à Parnaíba, aspecto que incentivava o desenvolvimento da navegação sobre o Rio Parnaíba (SANTANA, 1964).

Assim, a nova capital nascia com condições de se afirmar tanto como centro urbano, quanto entreposto comercial, já que estava situada quase no meio da Província, circundada pelos rios Parnaíba e Poti, o que favorecia a unificação do território (RÊGO, 2010) e que através da navegação ligava-se a todos os municípios da província e a todos os grandes centros de civilização do império (GANDARA, 2008).

---

<sup>28</sup> O Rio Potí é um rio considerado de regime perene, que nasce na Serra da Ibiapaba – Divisa do Piauí com o Ceará – e desagua na Margem direita do Rio Parnaíba em Teresina. Possui uma extensão total de 538km e no período das chuvas sua foz é propícia à ocorrência de enchentes e inundações, tornando a vila do Poti insalubre, propensa à disseminação de doenças.

<sup>29</sup> A vila de Caxias, atual Caxias, fora no século XVIII um vigoroso centro comercial de compra e venda de gado e de produtos agrícolas, principalmente arroz e algodão, localizado às margens do Rio Itapecuru, tendo importante participação na economia do Estado do Maranhão.

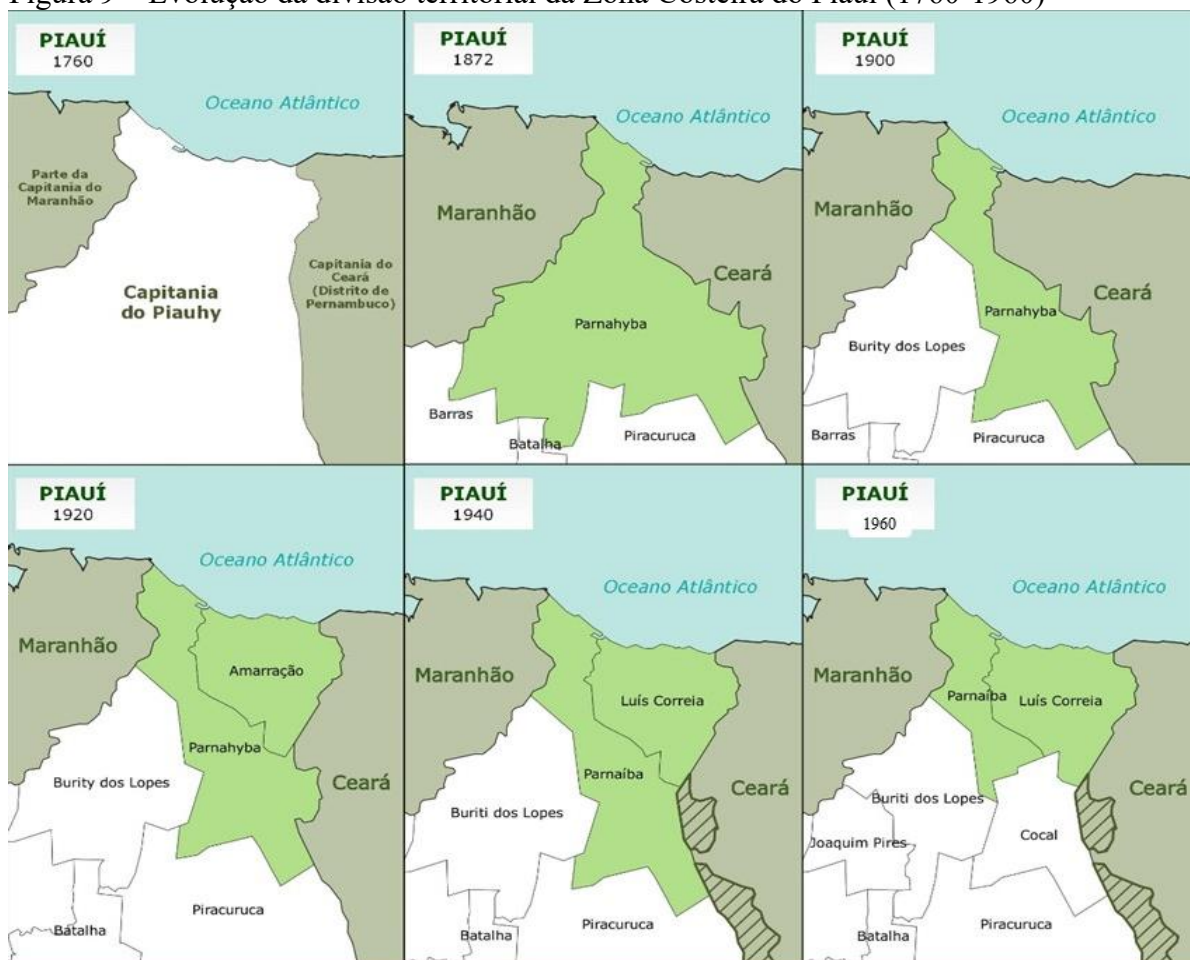
Parnaíba, apesar de não ser escolhida para ser a nova sede da Província, era a porta de entrada do comércio que florescia através na navegação sobre as águas do rio Parnaíba e possuía um porto fluvial e marítimo, assim se configurando como o:

[...] principal centro comercial importador e exportador do Piauí, além de propiciar a integração interna da Província, também integrou a Província ao comércio nacional e internacional. Por aí se fazia o escoamento da produção das riquezas do Piauí de forma mais efetiva, rápida, eficiente e barata, e através de Parnaíba viria, do restante do Brasil e do mundo, o progresso. [...] sem Parnaíba na ponta do delta, fazendo a conexão da produção do interior com seu porto do mar, não teria sido possível o desenvolvimento econômico, político, social e cultural tão almejado para o Piauí (RÊGO, 2010, p. 79).

As colocações acima mostram algumas medidas tomadas pelos gestores da Província do Piauí para acenderem a economia piauiense e Parnaíba se destaca, nesse contexto, por sua localização estratégica, pela pacificação dos balaios, pela volta das atividades portuárias e fluviais no rio Parnaíba, a concessão de privilégios a companhias que estabelecessem serviços de navegação no rio Parnaíba por meio de barcas a vapor, a elevação de sua categoria de vila para cidade, e também percas territoriais.

Todos esses acontecimentos permitem que Parnaíba, a partir da década de 1840, retome seu crescimento econômico mediante um novo ciclo econômico promovido pela navegação do rio Parnaíba e pelo extrativismo vegetal. Contudo, é importante ressaltar que a cidade, até 1865, estendia-se do segundo braço do Delta do rio Parnaíba, que margeia a Ilha das Canárias, até a barra do rio Timonha, que atualmente separa os municípios de Cajueiro da Praia/PI e Barroquinha/CE, como mostra a Figura 9, na imagem referente ao ano de 1760.

Figura 9 – Evolução da divisão territorial da Zona Costeira do Piauí (1760-1960)



Fonte: Adaptado de Galúcio (1760, *apud* ASSIS; CINTRA, 2016, p. 66) e IBGE Séries Históricas (1760-1960).

É sabido que na contemporaneidade há a existência de áreas em litígio entre os Estados do Piauí e Ceará resultantes de uma troca de território entre ambos os Estados, determinada pelo Governo Geral em 1880, em que Vila de Nossa Senhora de Amarração, naquele momento pertencente ao Ceará, passaria a pertencer ao Piauí em troca de Independência, assim como Príncipe Imperial, hoje Crateús, agora pertencente ao Ceará. Baptista (1986) explica que o litígio existente entre o Piauí e o Ceará se deu pela ocupação de um povoado piauiense de pescadores, Amarração, pela expedição do cearense Andrade Pessoa alegava proteger os moradores de uma possível batalha com as tropas de Fidié, por ocasião das lutas pela independência.

Com o seu desenvolvimento o povoado foi apadrinhado pelo estado do Ceará, que o converteu em uma freguesia, a de Nossa Senhora da Amarração. Posteriormente a freguesia serviu como mercadoria de troca, quando o Ceará devolveu Amarração para o Piauí em troca da região de Crateús (LIMA; LIMA, 2016, p. 5).

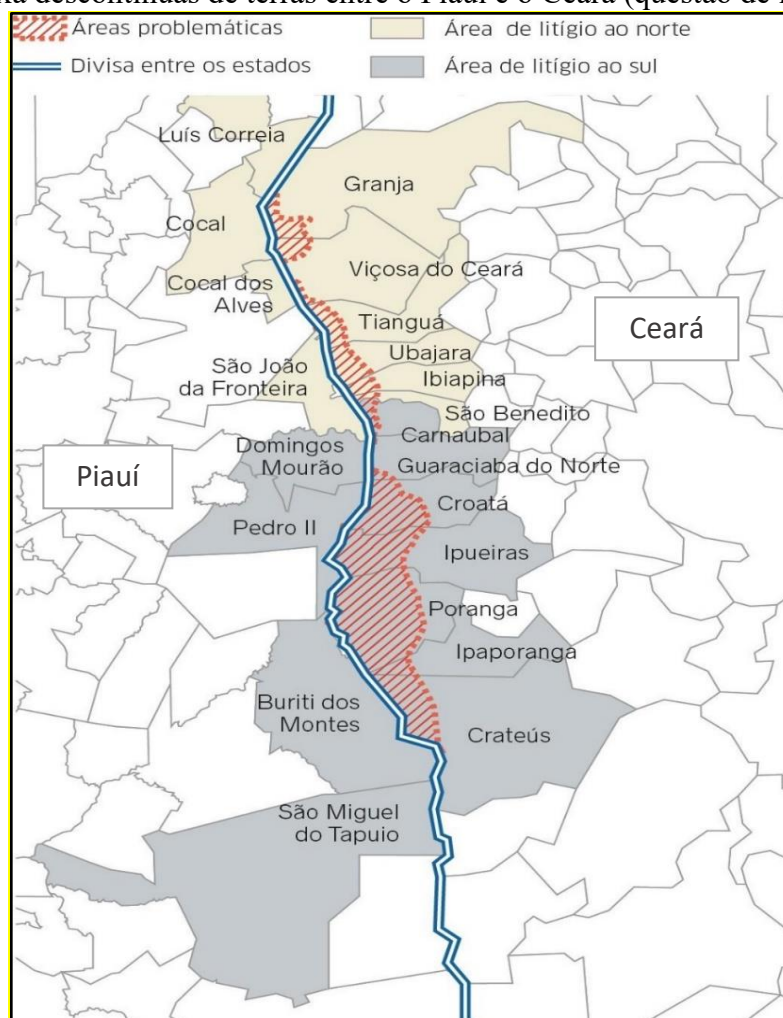


Esta troca resulta na atual questão de litígio entre o Piauí e Ceará, pois como Costa (1909) relata que Dom Pedro II assinou um decreto régio que definia como:

linha divisória das duas províncias a serra Grande ou da Ibiapaba, sem outra intervenção além do Poti, no ponto do boqueirão e pertencendo à província do Piauí, todas as vertentes ocidentais da mesma serra e à do Ceará, as orientais (COSTA, 1909, p. 347).

Pontes, Albuquerque e Medeiros (2012) compreendem que este decreto possui falhas, pois nos escritos alguns trechos da divisa e elementos cartográficos são referidos de forma incompleta e/ou equivocada, gerando pendências técnicas e/ou descontinuidade no traçado dos limites. Estas falhas resultaram no surgimento de uma outra questão de litígio nas terras pertencentes a Amarração, correspondentes a uma faixa de terras descontínuas localizada na Cuesta da Ibiapaba, ainda sem limites definidos até o presente momento (Figura 10).

Figura 10 – Faixa descontínua de terras entre o Piauí e o Ceará (questão de litígio)



Fonte: Adaptado de Diário do Nordeste (2019).

Frente a esta sucinta contextura, entende-se que em 1865, a povoação de Amarração, que até este ano pertencia ao município de Parnaíba, foi usurpada pela Assembleia Provincial do Ceará através da Lei nº 1.177, de 29 de agosto de 1865, que criou uma Freguesia pertencente à Vila de Granja. Em 1874, por meio da Lei Estadual nº 1.596, de 5 de agosto de 1874, elevou-se a freguesia à categoria de Vila de Nossa Senhora de Amarração.

Tal afirmação converge com os estudos de Costa (1974) em sua Obra “Chronologia Histórica do Estado do Piauí”, ao analisar a Cartas Régias de 8 de janeiro de 1697 direcionadas ao governador de Pernambuco e do Maranhão, as quais indicam com precisão os limites entre o Piauí e o Ceará, e afirma:

De ambos os documentos citados, vê-se claramente que os limites do Piauí com o Ceará, pelo litoral, nessa época, eram pelo rio Timonha acima, em direção à serra da Ibiapaba, em cujas fraldas nasce aquele rio; e que o território da Amarração, ^ portanto, pertencia ao Piauí, cujo prolongamento constituem esses campos gerais, que ficavam da outra parte da serra da Ibiapaba, na própria fraseologia dos régios

documentos citados. Consoantemente com esses documentos, figura ainda o rio Timonha como limite traçado entre o Ceará e o Piauí em todo o seu curso, na Carta geográfica da capitania do Piauí e das extremas das suas limitrofes, — levantada em 1761 peio capitão de engenheiros Henrique António Galúcio, trabalho oficial, bem como em mais outros documentos, que agora não vem ao caso mencionar. Estas considerações se referem à espoliação de que foi vítima o Piauí da não pequena zona que se estende entre toda a margem esquerda de rio Timonha, até chegar ao Igaráu, e que constitui o termo da vila da Amarração, para depois, anos decorridos, reavê-la, mas em troca de um vasto e riquíssimo território, que constituía uma de suas mais importantes comarcas, a do Príncipe Imperial, com o ubérrimo termo da vila da Independência (COSTA, 1974, p. 56-57).

Assim, Parnaíba e, por extensão, o Piauí perde significativa parcela do litoral e, conseqüentemente, da ZC do Piauí. Mas, mediante a ascensão da economia piauiense e a necessidade de se ter um porto com capacidade de receber grandes embarcações, o Piauí reivindicou a devolução de Amarração para ampliar seu litoral e deter impostos arrecadados pelo porto. Tal reivindicação foi concedida por determinação do Governo Geral, em 1880, em troca de dois importantes municípios piauienses, Independência e Príncipe Imperial, hoje Crateús.

Além da questão de Amarração, no extremo norte do Piauí ocorreram diversas alterações territoriais no recorte temporal em análise. Dentre estas, destacam-se: a emancipação da povoação de Piracuruca (1833), a de Buriti dos Lopes (1890) e a de Cocal (1948), que resultaram na redução territorial da ZC piauiense. Contudo, essa redução do território não resultou, necessariamente, na diminuição da população da ZC do Estado, como podemos observar na Tabela 12.

Tabela 12 – Crescimento populacional e de domicílios em Parnaíba e Luís Correia (1872-1960)

Ano	Parnaíba			Amarração/Luís Correia		
	População Urbana	População total	Nº de Domicílios	População Urbana	População Total	Nº de Domicílios
1872	*	9.826	1.618	*	*	*
1890	*	9.108	*	*	4347	*
1900	*	9.960	*	*	4.691	*
1920	*	23.929	*	*	8.096	*
1940	*	42.062	*	*	14.586	*
1950	30.900	50.426	*	1.489	20.701	*
1960	39.951	63.496	11.100	1.523	14.808	2.383

\* Dados oficiais não disponíveis.

Fonte: Adaptada de IBGE (1872; 1900; 1920; 2017) e de Memória Estatística do Brasil (1890).

A partir da Tabela 12 se depreende que Parnaíba, dentre os municípios da ZC do Piauí, se destaca no crescimento populacional e, conseqüentemente, no urbano frente à importante

função de entreposto comercial da Província, adquirida com a navegação e o extrativismo vegetal. Contudo, é importante ressaltar que Parnaíba, quando elevada à categoria de cidade, em 1844, já possuía em sua sede características urbanas importantes, expostas por Alencastre, como: “183 casas de telha, inclusive alguns sobrados, uma boa igreja de Nossa Senhora do Rosário, ainda por concluir, a alfândega, que foi criada em 1811, e duas escolas de instrução primária para ambos os sexos” (ALENCASTRE, 1974, p. 76).

Enquanto isso, Amarração, em 1867, ainda sob a jurisdição da Província do Ceará, era descrita por David Caldas como uma “povoação de 30 casas de telhas e várias de palhas, situadas em um terreno arenoso que é em parte alagado pela maré. Dista 18 kilometros de Parnahyba, que lhe fica a O.S. O e jaz em ponta formada pelo Rio Igarauçu [...]” (JORNAL NORTISTA, 1901 *apud* BAPTISTA, 2019, p. 45).

No último quartel do século XIX, já sob a jurisdição do Piauí, Amarração é descrita por Constantino de Moraes Corrêa em resposta ao questionário elaborado pelo Dr. Alfredo Moreira Pinto, autor da obra “Apontamentos para o Diccionario Geographico do Brasil”, publicado em 1887, como:

[...] A villa, cujo terreno é em parte alagado pela maré, possui, pouco mais ou menos, cem casas cobertas de telhas e outras tantas de palha, dispostas em arruamento pouco regular, não havendo um sobrado siquer. Tem uma Igreja matriz de sofrível aparência construída em 1878 pelos emigrantes do Ceará, um posto fiscal da alfândega de Parnahyba, dous trapiches para carga e descarga dos navios, 3 mangas para embarque de gado, cemitério, duas cadeias públicas de instrução primária, do primeiro grão, frequentados por cerca de 80 meninos de ambos os sexos. Estima-se a população de 3 mil habitantes, sendo mil na villa (PINTO *apud* BAPTISTA, 2019, p. 46).

É notório que a transferência de Amarração, da província do Ceará para o Piauí, propiciou significativo crescimento populacional, habitacional e infraestrutural, principalmente relacionado ao porto de Amarração, mas de forma incipiente, isto é, não bastante para caracterizá-la como detentora de um espaço urbanizado. Assim, Parnaíba se destacava como importante centro urbano frente a toda a província do Piauí, não se limitando apenas ao norte do Estado.

A navegação sobre as águas do rio Parnaíba, o extrativismo vegetal<sup>30</sup>, sobretudo da carnaúba e do babaçu, se consolidaram comercialmente permitindo a exportação por grandes

---

<sup>30</sup> Entre 1900 e 1915, a extração e a comercialização da Maniçoba, planta nativa do Piauí e uma das matérias primas para a fabricação da borracha, material secundário, mas bastante necessário em algumas aplicações, marcaram o período áureo da exportação. Entre 1907 e 1960 houve a intensificação da exportação da cera de carnaúba, utilizada para a fabricação de graxas de sapato, discos, ceras de assoalho, etc.; e entre 1911 e 1960, o babaçu entrou no mercado internacional destinado a fins alimentícios, higiene, limpeza e cosméticos.

empresas comerciais: A Casa Inglesa<sup>31</sup>, sob razão social Andrew Miller & Co, fundada em 1849; Casa Marc Jacob, fundada em 1875; Morais S.A, fundada em 1904 e Poncion Rodrigues & Comp., fundada em 1915.

Os grandes comerciantes, estrangeiros com espírito empreendedor, deram impulso econômico para o desenvolvimento das atividades comerciais por meios marítimo e fluvial na cidade de Parnaíba, e em outras cidades piauienses localizadas as margens do rio Parnaíba, com destaque para Teresina e Floriano. Sobre esses comerciantes estrangeiros, Gandara (2008, p. 119) destaca que:

Na cidade de Parnaíba, havia a presença de estrangeiros que haviam estabelecido suas empresas e filiais nas cidades de Teresina e Floriano. Dentre eles, destacam-se as famílias do inglês de Liverpool James Frederick Clarck que tem seu nome ligado a “Casa Inglesa” e a do francês Roland Gabriel Jacob que comandou a “Casa Marques Jacob” operando na exportação da cera de carnaúba, algodão, couros e babaçu e na revenda de derivados de petróleo, tendo fundado as lojas “Rosimary”.

No início do século XX, movidos por uma ideia de progresso, os comerciantes parnaibanos buscaram se organizar em classe e possibilitar introduzir Parnaíba no processo de industrialização brasileiro. Embalados pelo espírito cooperativista e progressista, os empreendedores de visão se reuniram em número de setenta e oito, e no dia 28 de janeiro de 1917 realizaram a assembleia de fundação da Associação Comercial de Parnaíba (ACP) (MENDES, 1994).

É importante ressaltar que Parnaíba encontrava-se em sentido contrário ao contexto mundial e nacional, respectivamente, marcado pela guerra na Europa e pelas crises econômicas nacionais, marcadas por greves operárias. A ACP teve participação decisiva para o desenvolvimento econômico e social da cidade, como destaca Mendes:

A Associação ofereceu valorosa colaboração à economia e ao progresso da cidade em suas reivindicações no ano de sua fundação (1917), principalmente aquelas que envolviam exportações e suas transações, tais como: conseguir que os vapores da companhia “Lloyd Brasileiro”, que mantinham linhas para os Portos da América do Norte, fizessem escala no Porto de Tutóia para levar os produtos do Estado; representação sobre a Lei Municipal que tratava do fechamento obrigatório do Comércio, cobranças de taxas sobre gêneros de exportação procedentes de outros municípios, passagens públicas, imposto de consumo, imposto de indústria e profissão; solicitação a Companhia Booth Line, no sentido de mandar um de seus vapores ao porto do Cajueiro, receber carga do nosso comercio, destinada ao Porto de Liverpool na Inglaterra; a implantação de um ramal da Estrada de Ferro de Parnaíba à boca do Igaráçu, dentre muitas outras interferências no âmbito socioeconômico (MENDES, 1994, p. 11).

---

<sup>31</sup> Casa Inglesa – Empresa que existia em Liverpool, Inglaterra, desde 1813. No Brasil, suas filiais existiam como firmas autônomas em Manaus, Belém, São Luís, Parnaíba, Fortaleza e Recife.

Em paralelo com as interferências socioeconômicas, são perceptíveis principalmente com novas edificações, uma preocupação maior com o saneamento e com a estética, dando um novo aspecto a cidade. Vieira (2010) explica que o parâmetro de remodelamento do espaço urbano e a reorientação das condutas sociais seguiam os moldes da civilização europeia, tidos como referência de beleza, higiene e ordenação espacial.

O período da navegação e do extrativismo vegetal propiciou novos elementos ao urbano, como: calçamentos, casarões, lojas comerciais, telégrafos, bancos, escolas, rodovias, ferrovias, etc. A hidrovía do Parnaíba, as rodovias e a ferrovia constituíam meios de transporte e comunicação importantes para consolidar Parnaíba como entreposto comercial.

Assim, a partir da primeira metade do século XX, as ferrovias<sup>32</sup> instaladas no norte do Estado, apesar dos poucos quilômetros existentes, permitiram uma maior integração das mercadorias entre algumas cidades da região. Vieira explica que:

A ferrovia, quando em funcionamento, representou um importante meio de transporte para os produtos da economia piauiense, pois partia de Parnaíba, estendendo-se, em 1923, até Piracuruca, onde eram embarcadas diversas mercadorias (tucum, mamona, cera de carnaúba, óleo de babaçu, mandioca, etc.) e levadas, pelos trilhos, as cidades dotadas de estações ferroviárias, como Cocal, Piracuruca e, muitos anos depois, Piripiri (1937), Campo Maior (1952) e Teresina (1969) (VIEIRA, 2010, p. 19).

As ferrovias e a navegação, através do Porto de Amarração, também foram responsáveis, durante a primeira metade do século XX, por significativas mudanças urbanas, econômicas, sociais e políticas em Amarração. A estrada de ferro e a estação de Amarração foram inauguradas em 1922, com a finalidade de facilitar o escoamento das mercadorias que deveriam sair do Estado pelo Porto de Amarração.

O Porto de Amarração, requisitado pela classe política, industrial e comercial durante o século XIX e XX, inicialmente, para facilitar o comércio do charque e posteriormente, considerado símbolo do progresso que permitiria a inserção do Piauí no contexto nacional e internacional através da navegação e exportação de produtos extrativistas, passou a promover a modernização na Província. Contudo, Baptista evidencia que o porto:

[...] que esteve em funcionamento em Amarração ao longo da segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, não se refere ao porto solicitado pelos políticos e comerciantes piauienses. Tratava-se de um pequeno ancoradouro

---

<sup>32</sup> A construção da ferrovia no Piauí era justificada como complemento à navegação do rio Parnaíba, principal elemento de comunicação e transporte do Estado, que enfrentava, no período, problemas de navegabilidade provocados pelas estiagens (VIEIRA, 2010).

no qual os navios necessitavam aportar na costa aguardando rebocadores para buscalos em função da baixa profundidade da Barra da Amarração (BAPTISTA, 2019, p. 71).

No entanto, mesmo se tratando de um porto com estrutura simples de ancoradouro e com pequena profundidade, possuía um movimento marítimo significativo, como comprova Baptista (2019), que contabiliza em três jornais – *A Época* (1883), *Nortista* (1901) e *Semana* (1910 e 1911) – vinte e cinco embarcações distintas que atracaram no porto de Amarração, embarcando e desembarcando passageiros e cargas.

Assim, os vapores e o trem se materializam como elementos da modernidade que se inserem nos municípios litorâneos do Piauí, promovendo transformações significativas no âmbito social e urbano. Em Amarração, os vapores tiveram grande representatividade quanto às mudanças sociais, pois a chegada deles com figuras conhecidas e respeitadas pela sociedade era motivo de festas e comemorações, com a presença de banda de música, que transformava o porto em um local de encontro e sociabilidades na medida em que várias pessoas iam à Barra em vapores ou lanchas particulares (BAPTISTA, 2019).

Em 1922<sup>33</sup>, a chegada da ferrovia e a construção da estação alteraram ainda mais o contexto social de Amarração, estas permitiram que os espaços litorâneos amarraçõenses passassem a ser usufruídos para o lazer, recreação e melhoria da saúde através dos banhos de mar por pessoas que compunham a classe abastada do Piauí, principalmente de Parnaíba. O trem também promoveu alterações no urbano amarraçõense, pois em seu conjunto trouxe a ponte de ferro sobre o Rio Portinho, que facilitou a locomoção terrestre, seja através do trem ou de outros meios de transporte terrestre, aumentando o fluxo de pessoas e mercadorias e, conseqüentemente, de infraestrutura, que de modo geral foi concentrada no entorno da área onde foi construída a estação central. Assim, inicialmente,

[...] ocupadas e constituídas por um matagal, sem qualquer tentativa de benfeitoria, e por uma profunda e extensa depressão do terreno, onde as águas pluviais se reuniam formando uma ampla lagoa, muito apreciada, nessa ocasião, pelas lavadeiras. A comissão da Estrada saneou o local, ajardinou em parte e começou suas primeiras edificações (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, *apud* CERQUEIRA, 2015, p. 26).

Nesse contexto, é válido ressaltar as alterações político-administrativas ocorridas em Amarração, a qual foi criada sob a categoria de distrito:

---

<sup>33</sup> Anterior a 1922, as várias leituras sobre Amarração apontam que esta, apesar da presença do Porto, tinha a maioria da sua população vivendo da agricultura de subsistência, da pesca, do extrativismo, principalmente, da carnaúba e da produção de sal.

[...] pela Lei provincial do Ceara nº 1.360, de 5 de novembro de 1870, e o Município pela Lei provincial do Ceara nº 1.596, de 5 de agosto de 1874. Em cumprimento ao Decreto do Governo Geral nº 3.012, de 22 de outubro de 1880, o Município passou a integrar a Província do Piauí, tendo perdido sua autonomia pelo Decreto estadual nº 1.279, de 26 de junho de 1931. O distrito foi incorporado ao Município de Parnaíba. Em 4 de setembro de 1935, pelo disposto na Lei estadual nº 6, o distrito teve seu topônimo mudado para Luís Correia. A autonomia municipal foi restabelecida por força do Decreto-lei estadual nº 107, de 26 de julho de 1938, com o nome de Luís Correia (IBGE, 2008, s./p.).

Dentre as sociabilidades já citadas, ocorridas em Amarração (atual Luís Correia), há vários outros elementos implantados nos municípios costeiros do Piauí, especialmente em Parnaíba, que representam a inserção de novos elementos ilustradores da modernidade e do progresso sob a influência da cultura europeia. Devido às relações econômicas com a Europa, a classe abastada de Parnaíba passou a mandar seus filhos para estudarem em colégios europeus, os quais, ao retornarem, traziam práticas culturais europeias, dentre elas: o *football*, introduzido na cidade no início do Séc. XX, que teve apoio especial de duas instituições comerciais – Casa Inglesa e a Companhia de Navegação Booth-Lin – que em menos de uma década fundou dois clubes, o Internacional Athletic Clube e o Parnahyba Sport Club (RÊGO, 2010).

A Associação Comercial de Parnaíba, que integrava os mais diversos produtores, exportadores e comerciantes em torno de uma instituição que lhe desse maior representatividade e dinamismo de ações, ou seja, que legitimasse as aspirações da classe comercial com espírito progressista e cooperativista, também impôs mudanças sociais e urbanas nas sedes dos municípios costeiros (CERQUEIRA, 2015).

Neste contexto, a educação passou a ser entendida pela classe comercial como um investimento necessário e urgente por representar uma significativa ação progressista, necessária para o crescimento da cidade. Assim, em 1922 foi criado o Grupo Escolar Miranda Osório, e em 1927 foi fundada a Escola Normal de Parnaíba e o Ginásio Parnaibano, que adotaram o programa de ação de instrução pública municipal, elaborado pelo professor Luiz Galhanone, cujo objetivo era reorganizar a educação primária, criar a educação secundária e estabelecer o ensino Normal e Comercial (RÊGO, 2010).

O cinema também tem representatividade nas mudanças sociais e urbanas no território em análise. Em 1916, a firma Ferreira & Irmão, criada por uma família libanesa, inaugurou o cinema em Parnaíba, inicialmente, com projeções feitas nas ruas utilizando lençóis esticados; mas em 1924 inauguram o Cine Édén, com instalações sonoras modernas com capacidade para receber 1.200 pessoas, destinadas à exibição de filmes, peças de teatros, *shows* artísticos, e entre outros espetáculos (CERQUEIRA, 2015).



O Almanaque da Parnaíba, cuja primeira edição foi publicada em 1924, foi fundado e editado por Benedito dos Santos Lima, que registrou os novos modos e modas da elite local, as transformações urbanas, os principais produtos consumidos e os fatos mezinhos do cotidiano, se configurando como um veículo modernizador que procurou instituir um padrão de gosto e consumo a partir do culto à civilidade, ao progresso e aos bons costumes (SILVA, M. M. M., 2013).

Segundo Finger *et al.* (2010), a população parnaibana tinha um permanente contato com as culturas europeias, americanas e do sul do Brasil que, associadas à cultura sertaneja e nordestina, deram à cidade um aspecto cosmopolita e de grande diversidade cultural, evidenciados na arquitetura e no novo estilo de vida urbana da população parnaibana, agora, com hábito consumista combinado com a produção de novos bens de consumo.

Nesse período, Parnaíba assistiu ao surgimento de novas instituições e a implementação de uma infraestrutura, que a tornou predominantemente urbana. Dentre essas, Gandara (2014, p. 1121) destaca:

[...] uma linha de bonde (1891), o telégrafo (1892), a Santa Casa de Misericórdia (1896), o vice-consulado Britânico (1913), a agência do Banco do Brasil (1917), um corpo militar do Tiro de Guerra (1917), uma Associação Comercial (1917), uma linha aérea da “Nirba Line” que utilizava hidroaviões (1930), dentre outras.

Diante desse contexto, é notório que Parnaíba e Amarração, atual Luís Correia, entre 1840 e 1950, inseriram em seus espaços urbanos elementos que representam a modernidade e o progresso, relacionados ao contexto econômico, promovidos pela inovação dos meios de transporte que buscavam atender às novas demandas. Eram necessárias novas vias de acesso para a circulação de pessoas e mercadorias, assim alterando os espaços urbanos e as relações sociais. O Almanaque da Parnaíba (1937, p. 283) traz um resumo dessas transformações naquele período:

Parnaíba, cidade situada ao lado direito do Igarapu (braço do Parnaíba), nasceu de uma fazenda de gado. Na parte urbana há 15 ruas, 12 travessas, com 8 praças sem fazer menção dos Bairros. A iluminação é elétrica. Toda calçada, no perímetro urbano. Possui 3 igrejas e 2 capelas, bons prédios particulares, 6 Grupos Escolares, Ginásio e Escola Normal, com uma população de mais de 35000 habitantes. Possui cerca de 9.000 casas.

Contudo, ao final da primeira metade do século XX, é perceptível um processo de estagnação econômica da cidade, como pontuado abaixo:

Parnaíba vivenciou a deteriorização de sua arquitetura, de seus símbolos culturais, do seu legado social e econômico, construído desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX. Atônita pela força da desaceleração econômica, a população se sentiu abandonada pelo poder público estadual e municipal, este em particular se viu disputado por grupos políticos que se estabeleceram no poder criando forças políticas que se petrificavam na gestão do executivo municipal (MASCARENHAS, 2009, p. 63).

De acordo com o IPHAN (2008), a implantação de uma malha rodoviária e as dificuldades da navegação sobre o Rio Parnaíba, principalmente no período de estiagem, resultaram no declínio do comércio através do rio, ocasionando a perda de importância e usabilidade do porto e de toda região em seu entorno. Sobre esse período de estagnação econômica, que passa a se fazer presente na cidade de Parnaíba, Melo (2011, p. 55) explica que:

Em 1950, a quantidade e o número de tipos de produtos exportados aumentaram bastante, por conseguinte o tamanho das embarcações. As novas dimensões dessas vias de transporte, o assoreamento do rio e, com isso, a necessidade de guinchos rebocadores em muitos trechos do percurso e o alto custo de manutenção aliado aos elevados encargos sociais, foram fatores que contribuíram para a mudança da forma de transporte dessas mercadorias que, aos poucos, foi substituído pelo ferroviário, e por fim pelo rodoviário... Com o fim da Segunda Guerra Mundial ocorre um decréscimo intenso do extrativismo vegetal e de exportações parnaibanas e piauienses, principalmente da cera de carnaúba e do babaçu. A borracha de maniçoba perdeu espaço para a borracha produzida na Malásia; em 1946, a empresa Casa Marc Jacob transformou-se em sociedade anônima com o nome de Casa Marc Jacob S.A.107 e a Casa inglesa também se modificou, transformando-se em Estabelecimentos James Frederick Clark S.A. – Casa Inglesa, mas com sede ainda em Parnaíba. O fim do período extrativista e o surgimento das rodovias contribuíram para que a cidade perdesse força como porta de entrada e saída de gêneros.

O pós-Segunda Guerra Mundial foi acompanhado por mudanças econômicas em escala global, nacional, regional e local que propiciaram a abertura de novos mercados e predomínio de transportes rodoviários, por meio dos quais a indústria passou ser o elemento definidor de um novo processo de urbanização, que também foi acompanhado pela expansão e diversificação do comércio e dos serviços públicos e privados.

### **Comércio e Serviços (1961-1990)**

O grande acontecimento ocorrido neste recorte temporal foi o golpe militar, na década de 1960, que instaurou no Brasil o início da Ditadura Militar, a qual se estendeu por mais de 20 anos, adotando uma política baseada na “Doutrina da Segurança Nacional e Desenvolvimento” (BURATO, 2015).

Esta política foi adotada para mudar a administração do país com a intenção de atender às necessidades e aos interesses internacionais, pois é por meio dos acontecimentos globais que os soberanos se alinham a uma lógica de gerenciamento e administração dos seus interesses sob uma perspectiva de poder no Sistema Internacional (MORGENTHAU, 1948, *apud* GOBO; ZETTERMANN, CALADO, 2018). Cervo (2012) entende que a política externa brasileira, durante a ditadura militar, se utilizava do cenário internacional para ampliar a dimensão e fortalecer o exercício do poder nacional, sendo posto a serviço do desenvolvimento com coerência doutrinária e prática.

Nesse contexto, as hidrovias e ferrovias perderam importância como meio de transporte de pessoas e mercadorias, abrindo espaço para o transporte rodoviário e, conseqüentemente, para a abertura de estradas pavimentadas, que nesse período eram entendidas como sinônimo de integração e desenvolvimento. No Nordeste, sob o comando da SUDENE, a partir de 1970, a infraestrutura de transporte e energia permitiu uma conexão inter e intrarregional, que ocasionou mudanças no sentido dos fluxos e comunicações internas e externas e no relacionamento hierárquico entre suas cidades e seu poder de influência na sua hinterlândia.

Por volta de 1973, Teresina não somente polarizaria, através das BR's 316, 343 e 226, a circulação interna de passageiros provenientes dos centros urbanos do sul, norte e leste do estado, como constituiria um dos principais nós de ligação transversal do interior nordestino, assim como na articulação entre o Nordeste Oriental, o Maranhão e a Amazônia. A cidade de Parnaíba e a área de influência imediata passariam a integrar, indiretamente, um eixo transversal de importância econômica secundária na economia regional nordestina, que liga Fortaleza-Açailândia-Marabá (BR-222), atravessando o norte dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, no sentido leste-oeste, até Santa Inês (MA), inflectia, a partir daí, para sudoeste e conectava-se, em Açailândia (MA), com a Belém-Brasília e, em Marabá (PA), com a Transamazônica. Somente em Piripiri, esse eixo da BR-222 se conecta com a BR-343, alcançando Teresina ao sul e, para o norte, chegando à Parnaíba (MMA, 2001, p. 19).

Diante das informações, nota-se que o norte do Estado e, principalmente, Parnaíba, assumiram, a partir da década de 1970, uma posição marginal e/ou secundária. No entanto, mesmo num momento de retrocesso econômico, principalmente entre as décadas de 1950 e 1991, dados do IBGE (2007) revelam um significativo crescimento populacional, que segue durante toda segunda metade do século XX. Este período abrange o recorte temporal ora análise, que se estende entre as décadas de 1960 e 1990, marcado por significativo aumento no número de habitantes e de domicílios em Parnaíba e Luís Correia.

Tabela 13 – Crescimento populacional e de domicílios em Parnaíba e Luís Correia (1960-1991)

Ano	Parnaíba				Luís Correia			
	População		Nº de Domicílios		População		Nº de Domicílios	
	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total
<b>1960</b>	39.951	63.496	*	11.100	1.523	14.808	*	2.383
<b>1970</b>	57.030	79.216	9.508	13.181	2.148	20.521	353	3.384
<b>1980</b>	79.256	102.174	14.447	18.480	3.589	25.626	616	4.349
<b>1991</b>	105.104	127.929	21.269	25.610	8.277	28.835	1.511	5.392

\* Dados oficiais não disponíveis.

Fonte: Adaptada de IBGE (2019).

Ao analisar a Tabela 13, verifica-se que, em quarenta anos, a população total de Parnaíba e Luís Correia cresceu, respectivamente, 101,5% e 94,7%, e a urbana, em 163,1% e 443,5%. Nota-se que, com relação à população total, ambos os municípios apresentam crescimentos similares, mas quando se observa o crescimento da população urbana, Luís Correia apresenta um número quase três vezes superior ao de Parnaíba. Contudo, mesmo diante de tal crescimento, Luís Correia é um município essencialmente rural, por sua população urbana corresponder a apenas 28,7% do total em 1991<sup>34</sup>.

Parnaíba, que traz consigo heranças de grande centro econômico do Estado, desde a década de 1950, tem sua população urbana superior à rural. Entre as décadas de 1960 e 1990, aumentou consideravelmente sua taxa de urbanização de 62,9% para 82,2%. Esse crescimento foi resultado da urbanização e da estrutura econômica voltada para o setor secundário e, principalmente, o terciário, que resultaram no aumento considerável nas taxas de urbanização, distinguindo do contexto das demais cidades do Estado, em que, até a década de 1980, cerca 52,09% do seu contingente populacional do Piauí residia na zona rural (PIAÚÍ, 1979; INOVAÇÃO, 1985<sup>35</sup>).

Durante a Ditadura Militar, o discurso dominante era o desenvolvimentismo. Em Luís Correia, o símbolo deste discurso foi a inauguração da pavimentação asfáltica da BR 343<sup>36</sup>,

<sup>34</sup> Através das leituras sobre o município, da observação de campo, das conversas informais com a população local e da aplicação das entrevistas referente a esta pesquisa, é possível afirmar que a população urbana é menor que rural, mas estas em sua maioria encontram-se nos espaços litorâneos, ou seja, no entorno da linha costa, que ao longo do tempo recebeu infraestrutura como asfalto, água, energia, escolas, restaurantes, bares, hotéis, pousadas, dentre outros, que são elementos que caracterizam o urbano.

<sup>35</sup> Versões impressas encontradas no Instituto Histórico, Geográfico e Geneológico de Parnaíba (IHGGP), Parnaíba.

<sup>36</sup> A BR 343 é uma rodovia diagonal do Estado do Piauí que liga a cidade de Luís Correia à Bertolândia. É muito importante para o desenvolvimento do estado, pois liga a capital do estado (Teresina) ao litoral, além de interligar o Piauí ao Ceará, no entroncamento com a BR-404. Esta já era rota de pessoas desde o período colonial e, a partir do Brasil império, teve obras de manutenção e no programa governamental de combate à seca de 1932, o trecho Campo Maior a Piripiri teve obras na estruturação da rodagem pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). O trecho de Luís Correia a

em 1973, integrando por rodovias o extremo norte do Estado ao sul, passando pela capital Teresina e pelos Estados vizinhos. Em Parnaíba, o símbolo do chamado desenvolvimento era representado pela ponte Simplício Dias, inaugurada em 1975 com o objetivo de integrar a parte parnaibana insular ao continente, e que objetivava trazer melhorias para a população residente no povoado da Ilha (que em parte foi emancipado na década de 1990) e para o turismo ao facilitar por terra o acesso à praia Pedra do Sal<sup>37</sup>.

Contudo, em escala nacional e/ou local, é evidente que no contexto da ditadura a economia ascendeu de forma relevante, mas não foi acompanhada de desenvolvimento, ou seja, a grande parcela da população, principalmente aquela que dispunha de poucos recursos, não foi beneficiada por tal crescimento.

Em Parnaíba e Luís Correia, no mesmo sentido da conjuntura nacional, o “milagre econômico” não foi sentido por toda a população. Mesmo com a construção da ponte Simplício Dias e a pavimentação da BR 343, símbolos do “milagre” em terras parnaibanas e luís-correieenses, os jornais da época denunciam o agravamento dos problemas sociais enfrentados pelos mais pobres. O jornal “Folha do Litoral”, por exemplo, em um editorial do ano de 1978, afirma que era “elevado o número de desempregados existente nesta praça”.

Mesmo frente à situação exposta, Parnaíba herdou um conjunto de estruturas, instituições e/ou empreendimentos do seu passado de glória que atraía habitantes temporários e/ou permanentes oriundos da zona rural do município, e de municípios vizinhos do próprio Estado e de outros Estados como Maranhão e Ceará, para fazer compras, vender mercadorias, buscar trabalho e estudar.

O turismo também foi ponto de discussão em âmbito nacional nas décadas de 1970 e 1980, mediante estudos da Embratur e no discurso do Ministro Reis Velloso, parnaibano que estava à frente do Ministério do Planejamento, mas que, com o passar do tempo se mostrou ineficaz. O que é de visível destaque, mediante leituras e vivências, é o setor educacional em todos os níveis – primário, secundário, profissionalizante e até mesmo superior – que foram ampliados mediante investimento público na ampliação da escolarização, principalmente a gratuita.

Segundo o relatório do IBGE (1971), Parnaíba, na década de 1960, apresentava um número considerável de estabelecimentos de ensino, dentre eles: 8 cursos secundários, 2 cursos normais e 1 comercial. No mesmo relatório, verifica-se o movimento migratório para

---

Piripiri teve o asfaltamento inaugurado pelo presidente Garrastazu Médici, em 2 de abril de 1973 (PASSOS, 1982).

<sup>37</sup> A praia Pedra do Sal é atualmente a única pertencente ao município de Parnaíba, distante cerca de 15km do centro da cidade.

Parnaíba na busca de instrução, oriundo de cidades piauienses de Luís Correia, Buriti dos Lopes, Cocal e Piracuruca; e das maranhenses, como Araioses, Tutóia, São Bernardo, Brejo, bem como da cidade de Chaval, no Ceará.

Na década de 1970, em Parnaíba, foi criada a Universidade Federal do Piauí, oferecendo inicialmente o curso de administração, além de escolas particulares voltadas para os filhos da elite parnaibana. Nessa década também foi criada, em Parnaíba, uma escola especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Ao final da década de 1980, Parnaíba possuía 118 unidades escolares em todo o município, sendo 28 escolas estaduais, 66 municipais e 24 particulares; dentre estas, 85 eram localizadas na zona urbana e 33 na zona rural (ANUÁRIO PI, 1993).

A década de 1990 também é marcada pela expansão urbana, pelo crescimento populacional, além da ampliação da atividade comercial e de serviços – os quais serão analisados posteriormente nesta pesquisa por fazerem parte do recorte temporal da mesma. Em resumo é notório, através dos dados e fatos ocorridos entre as décadas de 1960 e 1990, que Parnaíba é marcada por funções comerciais e administrativas que dispõem de variadas formas de prestação de serviços públicos e privados, enquanto Luís Correia ainda tinha como base econômica as atividades inseridas no setor primário. Contudo, é importante ressaltar que o turismo e as segundas residências já se evidenciavam como vetores presentes e em crescimento.

### **Setor terciário, segundas residências e turismo (1991-2018)**

Este intervalo de tempo é marcado por diversos acontecimentos, de ordem política, econômica e sociocultural nas mais diversas escalas. A partir da década de 1990, o Brasil, seguindo tendência mundial, mudou sua política econômica para assumir um novo modelo de desenvolvimento que integra a economia nacional à mundial.

Belluzzo e Almeida (2002) explicam que essas mudanças seguiram a cartilha imposta pelos órgãos multilaterais, principalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), conhecido como consenso de Washington, no qual os preceitos básicos são: a abertura comercial, financeira, estabilidade econômica (de preços e credibilidade) e a reforma patrimonial do Estado, com ascensão dos processos de privatizações.

Esse momento, marcado pela ascensão da democracia, da globalização e do capitalismo global, no Brasil foi materializado, respectivamente, pela queda de regimes

totalitários, pela expansão da informatização, principalmente do setor terciário, e pela implantação do Plano Real<sup>38</sup>, que na época se igualava em paridade com o dólar.

Na ZC, especialmente nos espaços litorâneos, além da inserção de atividades relacionadas à ampliação e à informatização do setor terciário, também foram significativas as ampliações de segundas residências e das atividades ligadas ao turismo e ao lazer. As ampliações desses novos vetores, principalmente nas ZC, estão relacionadas à ascensão da informatização e pelo novo comportamento da sociedade, por influência europeia, que vê nas práticas marítimas modernas o ócio e o lazer.

No Nordeste, essas práticas tiveram apoio financeiro do poder público através do PRODETUR/NE, programa criado mediante portaria conjunta pela SUDENE e EMBRATUR, em 1991, estruturado em sete componentes de investimentos, sendo eles: Desenvolvimento institucional, Saneamento, Proteção e Recuperação ambiental, transporte, recuperação do patrimônio histórico, melhoramento de aeroportos e elaboração de estudos e projetos (BNB, 2005, *apud* ARAÚJO, 2012).

Esses investimentos permitiram a melhoria da infraestrutura, principalmente em áreas litorâneas localizadas em Estados com maiores economias e já detentoras de razoável infraestrutura, além de maiores populações, evidenciando a interferência política aliada à força econômica (CRUZ, 1996). Tal infraestrutura, somada ao contexto atual da globalização, atraiu interesses da iniciativa privada internacional e nacional, voltados não apenas para a atividade turística, mas para empreendimentos destinados às segundas residências.

Na escala da ZC piauiense, nesse recorte temporal, é importante destacar que além da expansão do setor terciário, das segundas residências e do turismo, que se apresentam como os principais vetores promotores das transformações ocorrentes nos seus espaços urbanos, houve mudanças político-administrativa com a criação de três novos municípios: Bom Princípio, Ilha Grande e Cajueiro da Praia.

Bom Princípio foi desmembrado em 1992, abrangendo territórios pertencentes aos municípios de Parnaíba, Luís Correia e Buriti dos Lopes, enquanto Ilha Grande e Cajueiro da Praia, criados em 1997, foram desmembrados respectivamente de Parnaíba e Luís Correia, detendo parte da costa piauiense (Figura 11).

---

<sup>38</sup> Com o objetivo de integrar a financeirização da economia nacional à global através da implantação de uma moeda forte e valorizada no contexto mundial, tornando o Estado um agente comprometido com os interesses do mundo das finanças.

Figura 11 – Evolução do território político-administrativo da Zona Costeira do Piauí (1991-2010)



Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Contudo, é notório, a partir de dados do IBGE e de outras instituições governamentais, que mesmo esses municípios estando próximos geograficamente, possuindo aspectos naturais similares, pertencendo a um mesmo Estado e compondo o Polo Turístico Costa do Delta<sup>39</sup> e a ZC do Piauí, estes se distinguem significativamente quando são considerados os aspectos populacionais, econômicos, socioculturais, locais/infraestruturais e institucionais.

Quanto ao fator populacional, é notório que os municípios que compõem a ZC piauiense se distinguem, dentre diversos aspectos, em relação ao número total de habitantes e de domicílios particulares, e em relação à distribuição destes entre a zona urbana e rural, como pode ser observado na Tabela 14. Nesta, verifica-se que, ao longo de quase três décadas, a população de toda a ZC piauiense<sup>40</sup> cresceu 27,9%, considerando os dados estimados de 2019, e 21,3%, com base nos dados do censo de 1991 e 2010, enquanto o crescimento da população urbana é de 41,4%. Porém, a análise individual da população total e urbana de cada município, que compõe o território em estudo, revela sua heterogeneidade.

Luís Correia é o município da ZC com menor crescimento percentual da população total (5,1%), mas apresenta o maior crescimento da população urbana (52,8%). Em Cajueiro da Praia, o crescimento percentual da população total e urbana é similar (24,8% e 22,6%), enquanto em Ilha Grande, apesar de apresentar um crescimento da população total similar ao de Parnaíba (19,5%), os percentuais referentes à população urbana são destoantes, tendo esta um crescimento de 14,4% e Parnaíba 30,8%.

<sup>39</sup> Programa de Regionalização do Turismo (PRT), elaborado pela Secretaria de Turismo do Estado do Piauí (SETUR), composto por Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia, Cajueiro da Praia e Buriti dos Lopes, cujo objetivo é articular e integrar a atividade turística no litoral do Estado.

<sup>40</sup> Aqui considerados os municípios piauienses defrontantes com o mar.



Tabela 14 – Evolução do número de habitantes e domicílios na Zona Costeira do Piauí (1991-2019)

<b>Municípios</b>	<b>Aspectos</b>		<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2019*</b>
Cajueiro da Praia	População	Total	**	6122	7163	7642
		Urbana	**	2201	2699	**
	Número de Domicílios	Total	**	1325	1819	**
		Urbano	**	494	714	**
Ilha Grande	População	Total	**	7890	8914	9426
		Urbana	**	6505	7445	**
	Número de Domicílios	Total	**	1747	2200	**
		Urbano	**	1468	1859	**
Luís Correia	População	Total	28835	24253	28406	30311
		Urbana	8277	10297	12645	**
	Número de Domicílios	Total	5392	5172	7060	**
		Urbano	1511	2172	3044	**
Parnaíba	População	Total	127929	132282	145705	153078
		Urbana	105104	124988	137485	**
	Número de Domicílios	Total	25610	30.101	38606	**
		Urbano	21269	28580	36595	**

\* Estimativas.

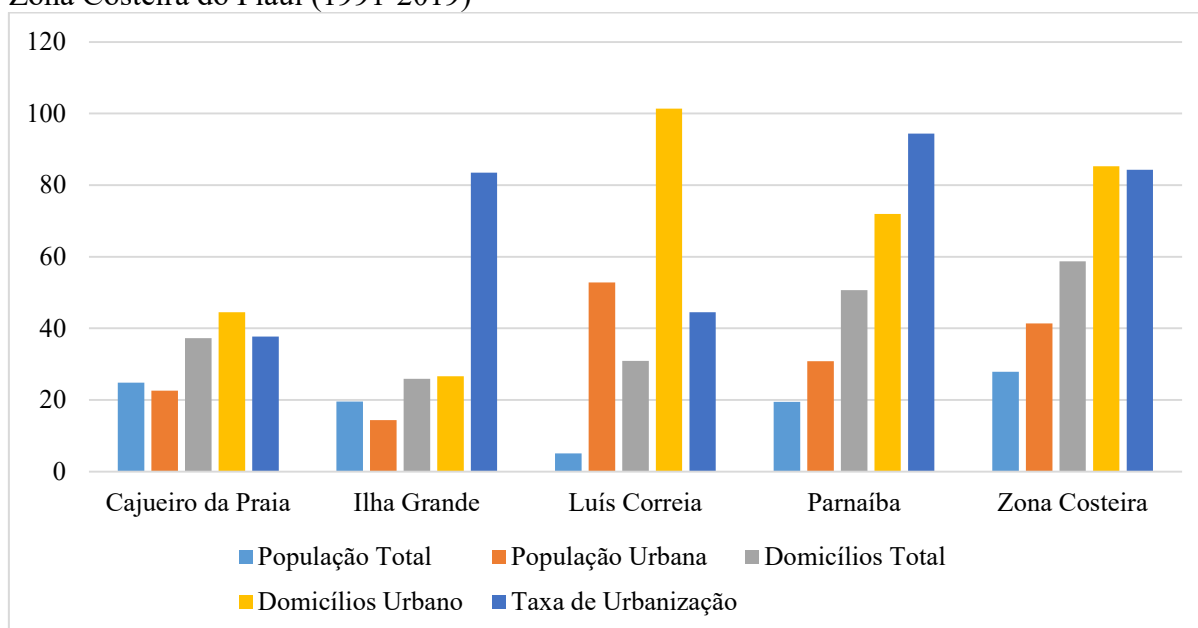
\*\* Dados oficiais não disponíveis.

Fonte: Adaptada de IBGE (2019).

A Tabela 14, além do crescimento populacional total e urbano, também apresenta dados dos quais é possível depreender sobre o aumento do número de domicílios dos municípios, totais e urbanos, e taxa de urbanização da ZC piauiense, do todo e das partes, referente aos municípios que compõe a ZC do Estado. Nota-se que todos os aspectos analisados, seja do todo, seja das partes entre 1991 e 2019, apresentaram crescimento, mas com significativas disparidades, como observado no Gráfico 2.

A análise conjunta da Tabela 14 e do Gráfico 2 permite observar que a ZC do Piauí, em 1991, possuía uma taxa de urbanização de 72,3%, elevada para 84,3% em 2010. Desses percentuais, é possível depreender que este território tem elevado grau de urbanização. Contudo, as análises individuais dos municípios refletem significativa heterogeneidade, pois, enquanto Cajueiro da Praia e Luís Correia são essencialmente rurais, com taxas de urbanização de 37,7% e 44,5%, respectivamente, Ilha Grande e Parnaíba detêm taxas de 83,5% e 94,4% (IBGE, 2010), podendo assim ser classificadas como essencialmente urbanas.

Gráfico 2 – Crescimento percentual da população, dos domicílios e da taxa de urbanização da Zona Costeira do Piauí (1991-2019)



Fonte: Adaptado de IBGE (1991; 2000; 2010; 2019).

Tais disparidades, observadas nos dados referentes à população e à taxa de urbanização também são visíveis quanto aos domicílios. Estes, na ZC piauiense, apresentam um crescimento de 58,7% quanto ao total de domicílios, e de 85,3% quanto aos domicílios urbanos. Assim, pode-se afirmar que o aumento do número de domicílios na ZC está concentrado na zona urbana.

Analisando individualmente cada município, nota-se que, apesar das diferenças percentuais, em todos eles o crescimento percentual de domicílios urbanos é superior ao percentual do total. Contudo, é importante esclarecer que, mesmo mediante a ampliação do urbano, os dados revelam a heterogeneidade na distribuição de domicílios entre os municípios e, também, entre suas zonas urbanas e rurais.

Outra consideração importante a ser feita é quanto à análise da relação entre o crescimento percentual populacional e de domicílios, pois, de modo geral, o crescimento populacional gera uma demanda por domicílios, que cresce em paralelo à população. No caso da ZC piauiense, essa relação se opõe ao geral, pois o crescimento percentual de domicílios é significativamente superior ao da população. Em Parnaíba e Luís Correia, o crescimento percentual dos domicílios é de, respectivamente, 2,6 e 6 vezes maior que o percentual populacional. Esse significativo crescimento do número de domicílios em detrimento da população deixa evidente a expansão de segundas residências, também denominadas de domicílios de uso ocasional, na ZC, especialmente, em Parnaíba e Luís Correia.

Quanto à questão econômica, Parnaíba concentra a maior número de empresas dos mais diversos setores, e conseqüentemente, o maior número de pessoas ocupadas, como pode ser observado na Tabela 15. Frente a esses dados, é verdadeiro afirmar que Parnaíba é o centro econômico polarizador da ZC piauiense. Contudo, é visível o crescimento do número de empresas nos demais municípios, principalmente, em Cajueiro da Praia, cujo crescimento foi de 175%, muito superior à Ilha Grande (52,8%), Luís Correia (64,1%) e Parnaíba (20%).

Tabela 15 – Número de empresas e outras organizações na Zona Costeira do Piauí

<b>Municípios</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2017</b>
Cajueiro da Praia	*	32	42	52	88
Ilha Grande	*	36	39	60	55
Luís Correia	173	192	186	355	315
Parnaíba	1758	2154	2346	2670	2586

\* Dados oficiais não disponíveis.

Fonte: Adaptada de IBGE (2020).

Nesse aspecto, a ZC piauiense apresentou, entre 1996 e 2017, um aumento de 109,6% no número de empresas, sendo os setores do comércio, serviços, alojamento e alimentação os de maior representatividade (IBGE-CEMPRE, 1996; 2000; 2006; 2010; 2017). Comparando esses percentuais aos dados referentes ao crescimento da população total e urbana, nota-se que o aumento do número de empresas, com exceção de Parnaíba, é muito superior ao crescimento populacional, entendendo, assim que essas empresas não buscam atender somente à população local, mas se direcionam, principalmente, para o atendimento da demanda turística.

Esse conjunto de dados e informações mostram que, no contexto atual, os principais vetores responsáveis pela atual urbanização na Zona Costeira piauiense são as atividades ligadas ao setor terciário, as segundas residências e o turismo, sendo Parnaíba o centro polarizador do território com atividades econômicas diversas e melhor infraestrutura.

### **3.3 Parnaíba: o centro urbano polarizador**

O destaque de Parnaíba frente aos demais municípios da ZC do estado, apresentados da subseção anterior, confirma o fato desta cidade ser o centro de rede urbana de escala menor, classificada pela “REGIC 2007” (IBGE, 2008) como Centro Subregional A (Quadro 4). Contudo, a REGIC 2007, publicada em 2008 (IBGE, 2008), com o objetivo de estudar a hierarquia da rede urbana brasileira, tem como referência dados de 2004, 2005 e 2006; os

quais, ao longo de quase quinze anos, foram alterados promovendo dinâmicas na hierarquia urbana que resultaram no surgimento, redução ou ampliação de novos polos de atração regional, tornando os dados da REGIC 2007 defasados.

A REGIC 2007, com o intuito de definir a hierarquia dos centros urbanos brasileiros, classificou as cidades em cinco grandes níveis de centralidade que, por sua vez, foram subdivididos em dois ou três subníveis (Quadro 4).

Quadro 4 – Níveis de centralidade das cidades (REGIC 2007)

<b>Níveis/Subníveis</b>	<b>Características</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Metrópoles</b>	Centros urbanos do país que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta.	12
Grande Metrópole Nacional	Está alocada no primeiro nível da gestão territorial.	1
Metrópole Nacional	Estes centros estão no primeiro nível da gestão territorial e constituem foco para centros localizados em todo o país.	2
Metrópole	Constituem o segundo nível da gestão territorial.	9
<b>Capital Regional</b>	Elas se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Possui capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, possuem área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades por um grande número de municípios.	70
Capital regional A	Possuem medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos.	11
Capital regional B	Totalizam 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos.	20
Capital regional C	Possuem medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.	39
<b>Centro Sub-Regional</b>	São centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais.	169
Centro sub-regional A	Possuem medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos.	85
Centro sub-regional B	Possuem medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.	

<b>Níveis/Subníveis</b>	<b>Características</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Centro de Zona</b>	São cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares.	556
Centro de Zona A	Possuem medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Predominam os níveis 5 e 6 da gestão territorial (94 e 72 cidades, respectivamente) com nove cidades no quarto nível e 16 não classificadas como centros de gestão.	192
Centro de Zona B	Cidades com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. A maior parte, 235, não havia sido classificada como centro de gestão territorial, e outras 107 estavam no último nível daquela classificação.	364
<b>Centro Local</b>	Centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população dominante inferior a 10 mil habitantes.	4473

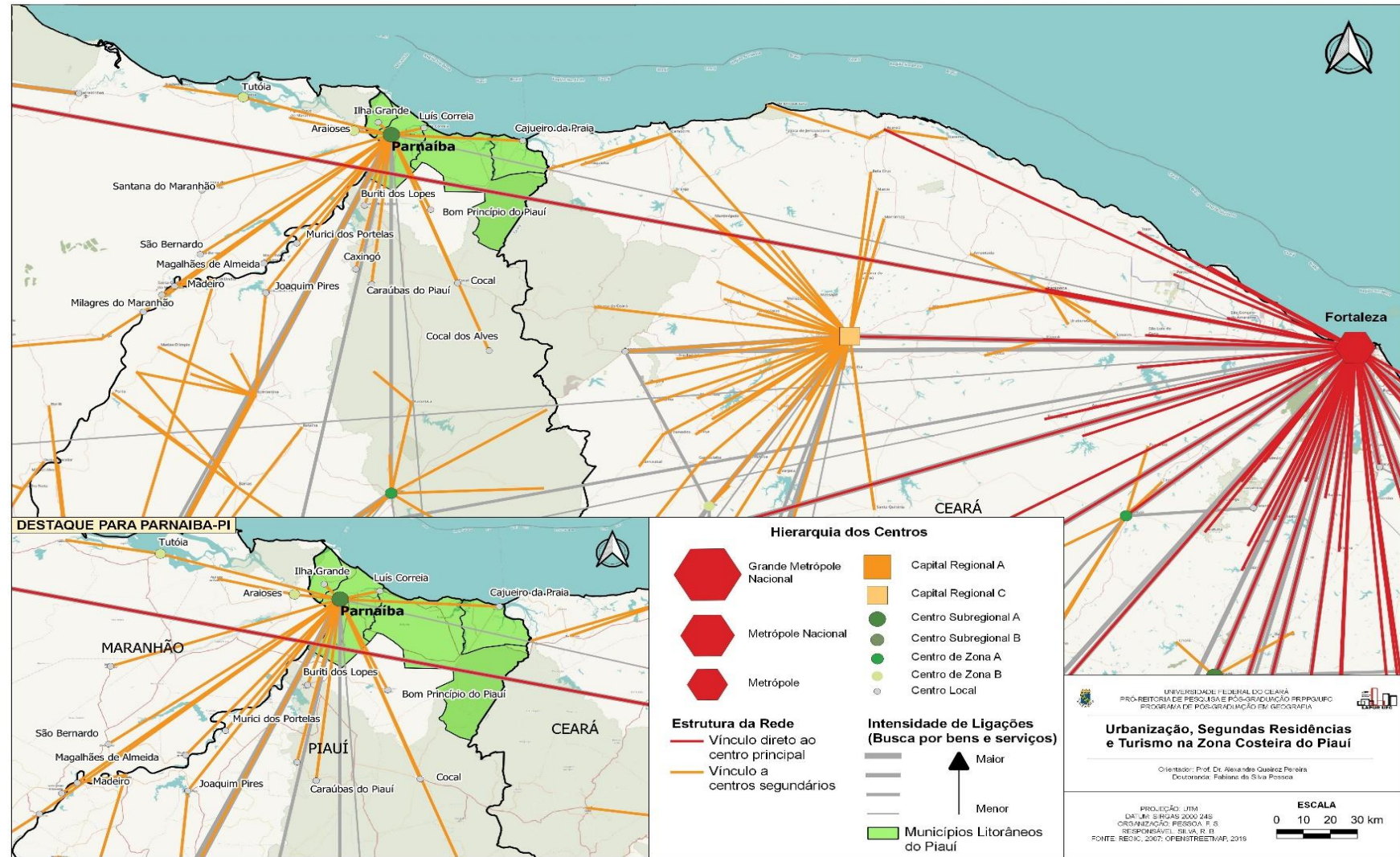
Fonte: Adaptado de IBGE (2008).

Na hierarquização da REGIC está contida a relação das centralidades urbanas com os aspectos de gestão federal e empresarial e a dotação de equipamentos e serviços. A análise desses aspectos é realizada através de dados disponibilizados em plataformas de desenvolvimento urbano e regional. Entre as principais plataformas, estão: aeroportos, compras, cursos de Ensino Superior, lazer e saúde.

Ao analisar dados recentes disponibilizados por tais plataformas, são notórias as dinâmicas urbanas ocorridas em Parnaíba e nos demais municípios que integram a Zona Costeira piauiense, principalmente, ao incremento de equipamentos e serviços – atividades de comércio e serviços, atividade financeira, Ensino Superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo.

De acordo com a REGIC 2007 (IBGE, 2008), Parnaíba é classificada como centro sub-regional A, cuja área de influência abrange 11 municípios piauienses e 6 municípios maranhenses. Contudo, após doze anos da publicação do REGIC 2007 (IBGE, 2008), teve significativas mudanças, principalmente, quanto à gestão empresarial e na dotação de equipamentos e serviços.

Figura 12 – Mapa da hierarquia urbana de Parnaíba



Fonte: REGIC 2007 (IBGE, 2008).

A localização de órgãos públicos, sejam eles pertencentes à esfera federal, seja à estadual e/ou municipal, tende levar em consideração a possibilidade de acesso da população ao serviço, indicando assim, certo grau de centralidade. A instalação de órgãos ligados à gestão federal, de acordo com a análise da REGIC 2007 (IBGE, 2008), indica a centralidade de uma cidade e sua área influência, onde os órgãos que melhor refletem essa centralidade são: o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Secretaria da Receita Federal (SRF), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral.

Através de pesquisa de campo, foi possível identificar que Parnaíba concentra uma diversidade de serviços públicos representados por órgãos e/ou agências de nível federal como: INSS, SRF, MTE, Justiça Federal, IBGE, Polícia Federal, dentre outros, na escala Estadual e municipal,

Quanto à gestão empresarial, em observação de campo, foi possível verificar a existência de várias filiais e/ou franquias de empresas nacionais e internacionais instaladas em Parnaíba como: Lojas Americanas, Riachuelo, Renner, Farmácias Globo e Pague Menos, Bob's, Subway, Magazine Luiza, dentre outros. Quanto à dotação de equipamentos e serviços, Parnaíba possui oito agências bancárias de atuação nacional, cento e noventa e oito estabelecimentos de saúde que oferecem vinte e cinco serviços especializados e cento e dezenove equipamentos de alta complexidade, além de trinta leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) (DATASUS, 2020).

Referente ao Ensino Superior, possui dezenas de cursos superiores que contemplam onze grandes áreas de conhecimento e sete cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos em instituições públicas (INEP, 2017). Frente aos dados, é notória a evolução das condições sociais e econômicas de Parnaíba, principalmente quanto ao comércio, à educação e aos serviços de saúde.

Essa polaridade de Parnaíba também foi confirmada através de pesquisa de campo e da realização de entrevistas a funcionários de órgãos federais e Estaduais, localizados na cidade, como: Receita Federal, INSS, Hospital Regional Dirceu Arcoverde (HEDA), Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí, dentre outros. Estes órgãos e/ou instituições são responsáveis pelo atendimento de cerca de 23 municípios piauienses, além de uma dezena de municípios maranhenses e de forma mais tímida atendem também à população de municípios cearenses próximos a Parnaíba.

Essa gama de equipamentos fixados na cidade de Parnaíba a transforma num polo de atração de pessoas que buscam um, dois ou mais serviços oferecidos na mesma, além da

população que busca se estabelecer de forma permanente devido às diversas oportunidades disponíveis na cidade. Além da pesquisa de campo, foram coletados dados disponíveis no Google e Google Maps, os quais não abrangem a totalidade de equipamentos existentes na cidade, mas permitem a visualização da diversidade de serviços oferecidos em diversos ramos do setor terciário, dentre os quais se destacam: o comércio, o setor educacional, o setor de saúde e o turismo.

Quanto ao comércio, é possível identificar a presença de três redes de supermercado, que vendem no atacado e no varejo, além de diversos supermercados e mercadinhos locais; franquias internacionais (Bob's, Subway, Carmen Stefans); Nacionais (Lojas Americanas, Riachuelo, Renner, Farmácias Pague menos e Globo) e filiais varejistas de eletrônicos e móveis como Magazine Luiza, Liliani, entre outros.

O comércio automobilístico também é destaque com a presença de concessionárias que vendem veículos produzidos no Brasil e no exterior. O setor imobiliário também é de significativo destaque mediante as políticas habitacionais atuais, que facilitam o financiamento e estimulam a aquisição da casa própria; além do setor de alimentos, bastante diversificado com a presença de diversos restaurantes, pizzarias, padarias e lanchonetes.

A instalação de um *shopping center* exige grande capital privado e depende de uma aglomeração de comércio, serviços e lazer oferecidos em um mesmo espaço e um fluxo contínuo de pessoas e/ou consumidores que contribuam para o movimento da estrutura e, conseqüentemente, para o retorno financeiro compensatório ao investimento. Parnaíba possui dois *shopping centers* – Parnaíba Shopping e Dunnas Shopping – que também confirmam a polaridade comercial que a cidade exerce na região Norte do Piauí, pois a construção destes depende do fluxo de pessoas e do mercado consumidor que a cidade oferece.

No que diz respeito aos equipamentos privados do setor educacional, Parnaíba oferece uma gama de escolas entre berçários, creches, escolas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio, além do Ensino Superior presencial e à distância, e pós-graduação *lato senso*. Quanto aos equipamentos privados no setor da saúde, é possível observar várias clínicas que ofertam atendimentos em várias especialidades médicas, além de clínicas de fisioterapia, psicologia e laboratórios, que também atraem pessoas de várias cidades vizinhas em busca de tratamento de saúde, geralmente, de baixa e média complexidade.

No setor turístico, os principais equipamentos privados em destaque são os hotéis e pousadas e as agências de turismo. Contudo, dentro desse contexto, o lazer não é atividade exclusiva, destacando-se também o ecoturismo e o turismo de eventos e negócios ligados, principalmente, às faculdades, universidades, conselhos profissionais e grandes empresas –



congressos, encontros, jornadas, simpósios, treinamento, capacitação, formação, dentre outros.

Associados aos equipamentos urbanos públicos, destacam-se as instituições de segurança, de educação e saúde de escalas federal, estadual e municipal. Dentre os equipamentos de segurança, destacam-se a Polícia Federal, o Departamento da Polícia Rodoviária Federal, as Delegacias das Polícias Civil e Militar, a Penitenciária estadual e os Bombeiros. Na Educação, os destaques são as instituições de Ensino Superior: Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Instituto Federal do Piauí (IFPI); os centros estaduais de Ensino Médio e profissionalizantes. Na saúde, destacam-se o hospital regional do estado e maternidade (HEDA); bem como diversas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros de Referências de Assistência Social (CRAS). Outros órgãos importantes para o planejamento e gestão nacional e estadual também estão presentes em Parnaíba, como: Instituto Chico Mendes e Biodiversidade (ICMBio), INSS, IBGE, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Receita Federal, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), entre outros. Os vários dados e informações aqui apresentados confirmam a polaridade de Parnaíba, frente aos municípios localizados em seu entorno.

Contudo, o objetivo principal desta pesquisa é analisar os vetores urbanos que atuam com maior veemência na urbanização da Zona Costeira piauiense, quais sejam: os aspectos físico-espaciais, as segundas residências e o turismo, os quais serão analisados respectivamente nos capítulos seguintes. Os vetores urbanos serão aqui entendidos como atividades, variáveis e/ou processos que promovem e/ou conduzem a urbanização.

#### 4 ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS DA ZONA COSTEIRA PIAUIENSE

A urbanização é um processo dinâmico que, na contemporaneidade, tem apresentado diversas novas formas, capazes de promover a (re)produção dos espaços urbanos. Na Zona Costeira, esse processo apresenta particularidades importantes a serem analisadas e, por isso, reconhecer o percurso histórico é ferramenta fundamental para entender a urbanização de um território, pois engloba a análise de diversos fatores de ordem sociocultural, populacional, econômica, político-institucional e locacional que estão refletidos no substrato físico-espacial.

Nesse contexto, entende-se que a urbanização é um processo social promovido por interesses políticos e econômicos que se expressam, sob forma material e abstrata, a partir das interações humanas e assim transformam um território. Tal transformação é contínua, resultado de inúmeras mudanças, influenciadas por fatos ocorrentes em escala global, nacional, regional e local, e sob as mais diversas questões, principalmente a econômica.

É nesse sentido que se reforça a importância do capítulo anterior, que apresenta em períodos as dinâmicas ocorrentes na urbanização da ZC piauiense e os principais vetores que atuaram neste processo, que por diversas vezes moldaram o território para promoverem o crescimento das atividades econômicas em evidência, em um determinado contexto, atendendo aos anseios de uma elite.

Como já explicado anteriormente, na contemporaneidade, entende-se que os principais vetores que influenciam na urbanização e na (re)produção dos espaços urbanos no território costeiro do Estado são os aspectos gerais do urbano, as segundas residências e o turismo. Nesta parte da pesquisa, cujo o objetivo é analisar as características gerais da urbanização nos municípios que compõe a Zona Costeira piauiense, o vetor em análise são os “aspectos socioespaciais”, que serão analisados de forma metodológica similar à utilizada na subseção denominada “Fases da urbanização” da ZC piauiense, cujas referências são os fatores de análise urbana propostos no “Modelo de Crescimento Urbano”, elaborado por Muller (1974) e Souza e Muller (2007), que, por sua vez, consideram cinco fatores: populacionais, econômicos, sociais ou socioculturais, estruturais/locacionais e institucionais.

Nesta pesquisa, cada fator, também entendido como categorias de análise dos aspectos gerais da urbanização, foi analisado a partir de indicadores aqui considerados cruciais para obtenção de uma caracterização socioespacial urbana de todos os municípios inseridos no território em estudo. Para se alcançar a caracterização e a análise deste vetor recorreu-se a leituras, pesquisa de campo, coleta de dados, entrevistas e/ou questionários, indicadores e/ou variáveis pré-determinadas, levando em consideração dados equivalentes ao recorte temporal

da pesquisa que se estende da década de 1990 até 2018, que se apresentam como processos indutores do atual processo de urbanização ocorrente na ZC piauiense.

#### 4.1 Fatores populacionais

A análise dos fatores populacionais tem como base os dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, referentes à população total, urbana, rural, densidade demográfica e taxa de urbanização, além da análise da evolução da mancha urbana entre a década de 1990 e 2018, obtida a partir da elaboração de mapas, cuja base referencial é composta das imagens de satélite, históricas e presentes.

Com relação aos dados censitários referentes à população total, urbana e rural, além da taxa de urbanização, apresentados na Tabela 16, nota-se que Parnaíba, dentro do território da ZC piauiense e de todo o Estado do Piauí, se apresenta como núcleo polarizador com os maiores números de habitantes e taxa de urbanização. O capítulo referente ao processo de formação da ZC do Piauí revelou que Parnaíba segue uma tendência nacional, desde as décadas de 1970 e 1980, em que várias cidades brasileiras com maior infraestrutura receberam um grande número de pessoas, que anteriormente habitavam em zonas rurais, em busca de oportunidades de trabalho. Por essa razão, Parnaíba se apresenta como o município com maior concentração populacional e grau de urbanização da ZC.

Tabela 16 – Crescimento populacional e taxa de urbanização (1991-2010)

<b>Municípios</b>	<b>População</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Cajueiro da Praia	Total	*	6122	7163
	Urbana	*	2201	2699
	Rural	*	3921	4464
	Taxa de urbanização (%)	*	35,9	37,7
Ilha Grande	Total	*	7890	8914
	Urbana	*	6505	7445
	Rural	*	1385	1469
	Taxa de urbanização (%)	*	82,4	83,5
Luís Correia	Total	28835	24253	28406
	Urbana	8277	10297	12645
	Rural	20558	13956	15761
	Taxa de urbanização (%)	28,7	42,5	44,5
Parnaíba	Total	127929	132282	145705
	Urbana	105104	124988	137485
	Rural	22825	7294	8220
	Taxa de urbanização (%)	82,2	94,5	94,4

\* Dados oficiais não disponíveis.

Fonte: Adaptada de IBGE (1991; 2000; 2010).

A partir da Tabela 16 é notório que entre 1991 e 2010 todos os municípios apresentaram crescimento populacional, especialmente nas áreas urbanas, o que eleva suas taxas de urbanização e, conseqüentemente, a densidade demográfica. Luís Correia é a única exceção, se considerado o crescimento total da população, devido à emancipação de parte de seu território, que deu origem ao município de Cajueiro da Praia. Mesmo perante esse condicionante, esse município apresenta relevante crescimento populacional e territorial do urbano.

Neste recorte, Parnaíba também teve perda de parte de seu território, o qual deu origem ao município de Ilha Grande. Contudo, ainda assim, seu contingente populacional total e urbano se apresentou crescente. Outra observação importante é que o crescimento da população rural de Cajueiro da Praia é superior ao urbano. No entanto, observa-se que, a partir dos dados apresentados, associados à observação de campo, mesmo não havendo um crescimento populacional em todos os municípios, é fato que a taxa de urbanização foi crescente em todos, o que em parte indica que uma parcela da população que vivia no campo possa ter sido transferida para a zona urbana. Conseqüentemente, a área urbana pode ter sido ampliada, uma vez que houve crescimento natural tanto no rural, quanto no urbano. Ficou evidenciado pela pesquisa em campo, ainda, que o crescimento populacional resulta também da chegada de migrantes provenientes de outros municípios e estados vizinhos. No caso de Cajueiro da Praia também há uma significativa presença de estrangeiros, especialmente, europeus e de Estados brasileiros mais distantes.

Outros indicativos importantes são com relação a Cajueiro da Praia e Luís Correia, que entre 2000 e 2010 apresentaram, respectivamente, crescimento de 2% e 16% na taxa de urbanização, e concentram 62% e 55%, cada um, da população em áreas rurais. Estes dados indicam, de modo geral, a importância do setor primário para a economia destes municípios, contudo, considerando as observações de campo, é notório que as segundas residências, hotéis e pousadas, e também a carcinicultura, são objetos e/ou atividades que estão concentradas ao longo dos espaços litorâneos, mas em territórios legalmente rurais.

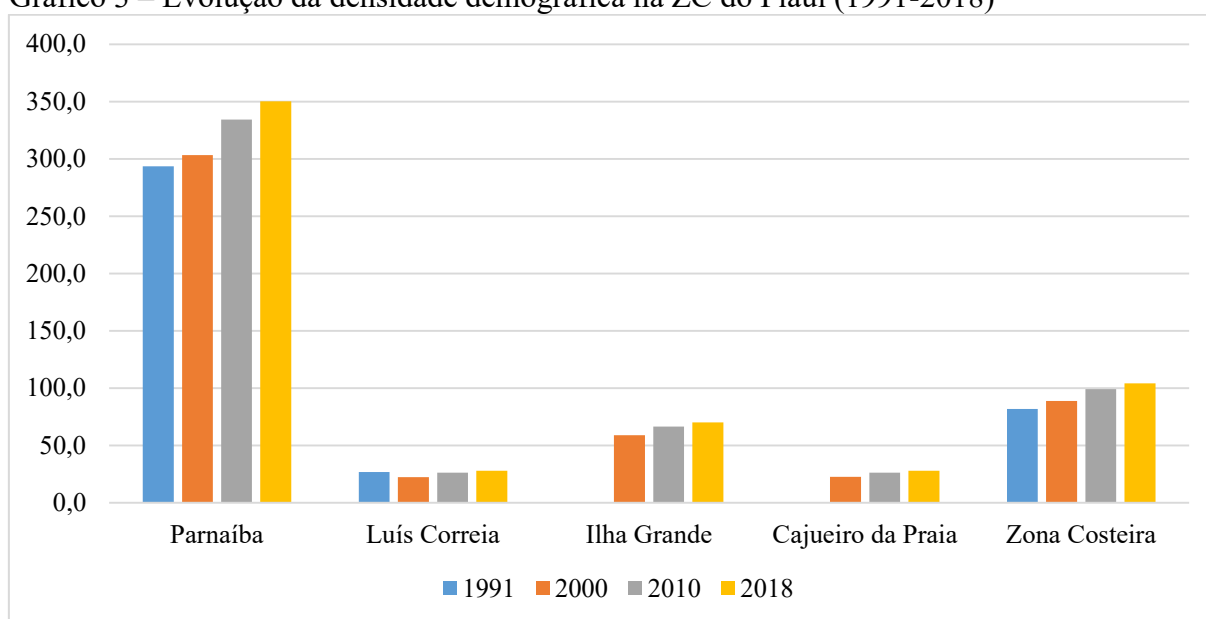
Esta análise converge, com algumas ressalvas, com os estudos de Strohaecker (2009), ao caracterizar a dinâmica socioespacial do segmento costeiro, que se estende do Estado do Amapá ao Estado do Piauí, os quais afirmam que tal território apresenta uma ocupação incipiente, com baixas densidades demográficas e população majoritariamente rural. Entretanto, Strohaecker (2009, p. 10) ressalta que:

[...] no conjunto dos estados o número significativo de emancipações municipais ocorrido nas últimas duas décadas. No Amapá (Cutias, Itaúbal, Santana), no Pará (Marituba, Quatipuru, Santa Bárbara do Pará, São João da Ponta, São João de Pirabas, Tracuateua), no Maranhão (Água Doce do Maranhão, Apicum-Açu, Bacabeira, Bacurituba, Paulino Neves, Porto Rico do Maranhão, Raposa, Santo Amaro do Maranhão e Serrano do Maranhão), no Piauí (Cajueiro da Praia e Ilha Grande).

A autora acrescenta que, neste território, a maior parcela dos novos municípios apresenta taxas de crescimento demográfico superiores a 3% ao ano e indica a polarização que esses indicadores passam a exercer frente aos fluxos migratórios intra-regionais, geralmente relacionados à lógica mercantilista da terra urbana, que gradativamente vai se disseminando através da implantação de pousadas, hotéis e loteamentos esparsos nas principais praias da região (STROHAECKER, 2009).

A densidade demográfica da ZC piauiense, de acordo com o Gráfico 3, apresenta-se elevada por ter, aproximadamente, o equivalente a 105 hab/km<sup>2</sup> em seu território. Porém, ao observar a densidade dos municípios, nota-se que Luís Correia e Cajueiro da Praia possuem densidade próxima a 28 hab/km<sup>2</sup>. Parnaíba, por sua vez, apresenta densidade em torno de 350 hab/km<sup>2</sup>, responsável por elevar o índice de todo o território costeiro. Ilha Grande, apesar de possuir cerca de 70 hab/km<sup>2</sup>, não influenciaria de forma significativa na densidade da ZC por possuir poucos habitantes, correspondente a 4,7%, e uma pequena extensão territorial, de apenas 134 km<sup>2</sup>, que equivale a 7% do território total.

Gráfico 3 – Evolução da densidade demográfica na ZC do Piauí (1991-2018)



Fonte: Adaptado de IBGE (1991; 2000; 2010; 2018).

Outra questão observada no Gráfico 3 é a pequena evolução da densidade demográfica dos municípios costeiros, sendo Cajueiro da Praia o município que apresentou o maior crescimento (24%), superando Parnaíba e Ilha Grande, ambos com 19%, e Luís Correia (5%). Assim, é verdadeiro afirmar que crescimento populacional, a taxa de urbanização e a densidade demográfica entre os municípios da ZC do Estado não ocorrem de forma homogênea, tendo a urbanização como processo não limitado ao que a legislação municipal reconhece como zona urbana.

Assim, entende-se que Parnaíba e Ilha Grande se enquadram como municípios com densidades médias de ocupação (de 50 a 200 hab/km<sup>2</sup>), predominantes no segmento costeiro do Estado do Ceará até a parcela norte do Estado da Bahia, com exceção do litoral sul baiano (baixa densidade) e das regiões metropolitanas (alta densidade), enquanto Cajueiro da Praia e Luís Correia são caracterizados com densidades baixas, mas que seguem tendências econômicas relacionadas à vilegiatura (segundas residências) e à atividade turística, que são os principais vetores de dinamização econômica e demográfica do segmento costeiro do Estado do Ceará até a parcela norte do Estado da Bahia (STROHAECKER, 2009).

As distinções entre os municípios da ZC piauiense também são visíveis nas Figuras 14 e 15, adiante, que apresentam a evolução urbana destes municípios entre 1990 e 2018. Nas mesmas, é possível observar que as sedes municipais e o seu entorno estão voltadas para os rios Parnaíba<sup>41</sup>, Ubatuba e Timonha<sup>42</sup>, o que revela que, até meados da década de 1990, a concentração urbana na Zona Costeira piauiense seguia caminhos fluviais. Este fenômeno é coeso com o cenário do passado brasileiro, especialmente durante o período colonial e imperial, em que os rios foram bastante utilizados como estradas fluviais para a ocupação do interior, para exploração de recursos naturais, para comercialização de mercadorias, para a realização da agricultura e também para consumo humano.

Almeida e Corrêa (2012, p. 115) explicam que esse cenário não era particular ao território brasileiro e afirmam: “Desde as primeiras civilizações hidráulicas até as áreas urbanas mais desenvolvidas da atualidade, os rios foram e são usados para os mais distintos fins e propósitos”. Assim, entende-se que os rios, especialmente os que integram o espaço urbano, são como símbolo histórico, cultural, econômico e político, além de serem

---

<sup>41</sup> Rio que possui foz em delta, cujo seu primeiro braço é denominado de Rio Igaracú que margeiam as cidades portuárias de Parnaíba e Luís Correia, respectivamente, pela presença do Porto das Barcas, também denominado de Porto Salgado, e do Porto de Amarração; o segundo braço margeia a cidade de Ilha Grande, onde está localizado o Porto dos Tatus, atualmente, local de saída de embarcações que fazem rotas para diversas ilhas do Delta, com fins turísticos e também de transporte da população local.

<sup>42</sup> A sede de Cajueiro da Praia está localizada próximo à foz dos rios Ubatuba e Timonha, na margem esquerda, entre os Estados do Piauí e Ceará, compondo a fronteira natural entre os municípios de Cajueiro da Praia (PI) e Barroquinha (CE).

responsáveis pelo surgimento de várias cidades e pelo seu desenvolvimento econômico (PESSÔA, 2015).

Os grandes rios localizados, total ou parcial, em territórios costeiros e que desaguam no mar, também possuem grande representatividade na formação de importantes núcleos urbanos do passado e do presente, como é o caso, por exemplo, do rio Jaguaribe com a cidade de Aracati-CE; do Rio Coreaú com a cidade de Camocim-CE; do rio Capibaribe com a cidade de Recife-PE; e também do Rio Parnaíba com a cidade de Parnaíba.

Contudo, essa conexão tem tido alterações mediante a nova lógica imposta pelo capitalismo, especialmente, nas ZC. Estes espaços são atualmente vistos e utilizados pela sociedade em geral pelas práticas de ócio e lazer<sup>43</sup>, e têm sido marcados pela expansão das segundas residências e das atividades turística. Tal conjuntura justifica a alteração da direção da expansão da malha urbana na ZC piauiense, que a partir da década de 1990 tem crescido seguindo a lógica imposta pelo capitalismo a partir das práticas marítimas modernas.

Em Ilha Grande e Parnaíba as configurações da evolução de suas malhas urbanas não seguem paralelamente suas respectivas linhas de costa (Figuras 13 e 14). Ambas as cidades fluviais foram criadas defronte a canais fluviais do Parnaíba, sendo suas sedes distante, em torno de 10 a 15km, de suas respectivas linhas de costa. Contudo, a malha urbana de Ilha Grande e de Parnaíba expande em torno das rodovias estaduais e federais, que são as principais vias de acesso às praias do litoral piauiense, podendo assim inferir já que, além do comércio e serviços, as segundas residências e o turismo também exercem influência na produção de novos espaços urbanos desses municípios.

Na Figura 14, referente ao município de Ilha Grande, nota-se que até 1990 a mancha urbana, que na época ainda encontrava-se sob a jurisdição de Parnaíba, apresentava-se paralela a um dos diversos caminhos fluviais do Delta do Parnaíba, indicando que a base econômica e a população desse território possuem uma íntima relação com o rio através da pesca, da cata do caranguejo e também da retirada da palha de carnaúba. Nas manchas referentes aos anos 2000 e 2010, pode-se notar o aparecimento de uma nova área urbana, localizada a noroeste da mancha primaz, onde se localiza o Porto dos Tatus (Figura 13), conhecido como “a porta de entrada do Delta do Parnaíba”, e de onde saem diariamente embarcações de pequeno e médio porte, principalmente, para a realização do passeio ao Delta.

---

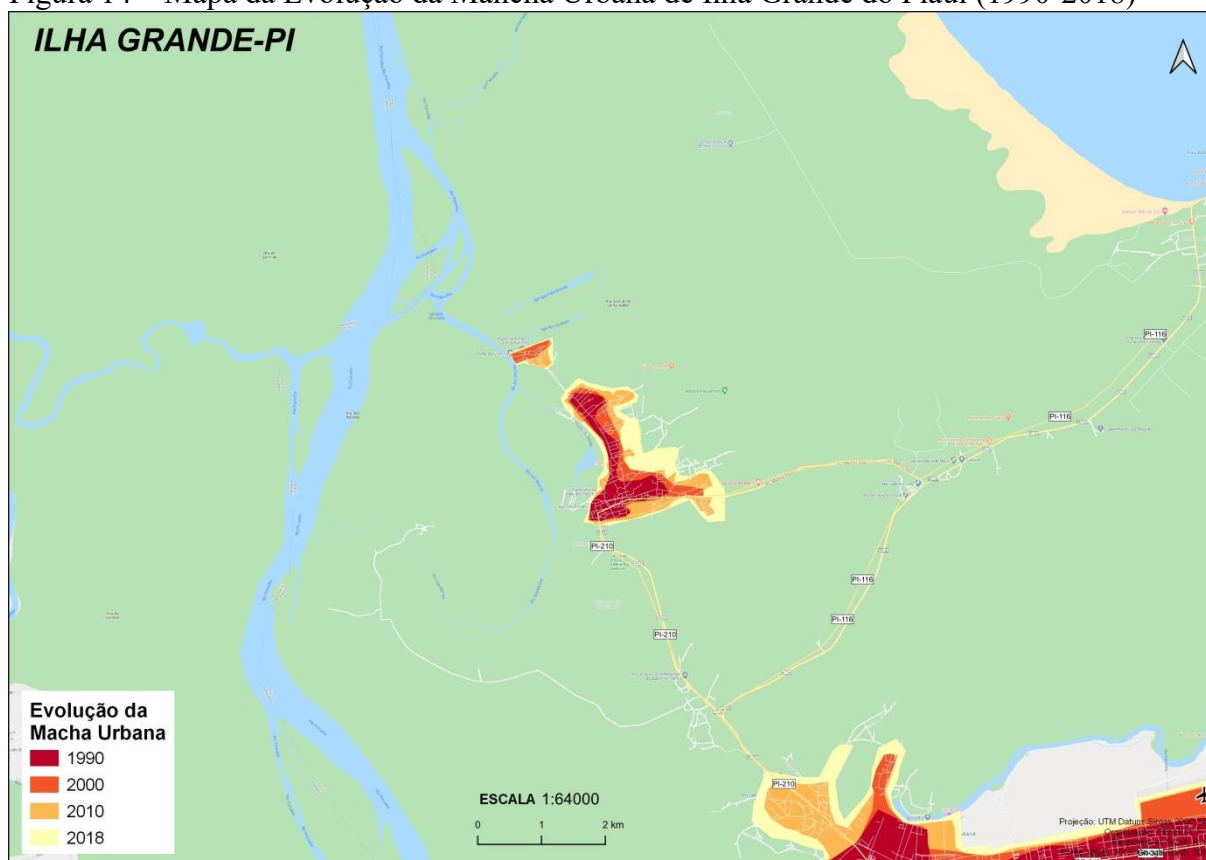
<sup>43</sup> Juntamente com os banhos de mar são denominadas de práticas marítimas modernas.

Figura 13 – Porto dos Tatus



Fonte: Blog do Silva (2016).

Figura 14 – Mapa da Evolução da Mancha Urbana de Ilha Grande do Piauí (1990-2018)



Fonte: Adaptado de IBGE (2015) e de Google Earth (2019).

Assim, é correto afirmar que as manchas de 2000 e 2010 apontam para o surgimento de um outro vetor, o turismo, o que não exclui a permanência das atividades anteriormente desenvolvidas no território. Apesar da ascensão da atividade turística e da elevada taxa de



urbanização, Ilha Grande detém poucos serviços e equipamentos urbanos, inclusive os turísticos como bares, restaurantes, hotéis, pousadas e segundas residências.

Ao sudeste da Sede também é notório um relativo crescimento da mancha urbana, que segue paralela às vias que ligam Ilha Grande a Parnaíba, indicando um fluxo diário entre os dois municípios, realizado especialmente pela população ilha-grandense em busca de serviços básicos. Depreende-se, assim, que apesar da limitação imposta pelas barreiras naturais, especialmente pelo rio, o crescimento da mancha urbana ocorreu em direções e razões distintas, e ambas não alcançaram a costa litorânea do município.

Observa-se que, ao norte do município, onde se localiza a costa, não há nenhuma estrutura ou atividade urbana notória e nem vias de acesso terrestre que liguem a parte urbanizada do município à sua beira-mar. Entende-se que este litoral está inserido em uma APA, mas o que fica mais evidente é a pouca atuação do poder público, que em geral se limita à implantação e à pavimentação de vias de acesso, que permitem a ligação entre municípios, e a prática de alguns serviços básicos para população, mais sem incentivo eficaz e efetivo para a atividade turística, que para atrair o capital privado requer uma contrapartida do poder público em infraestrutura.

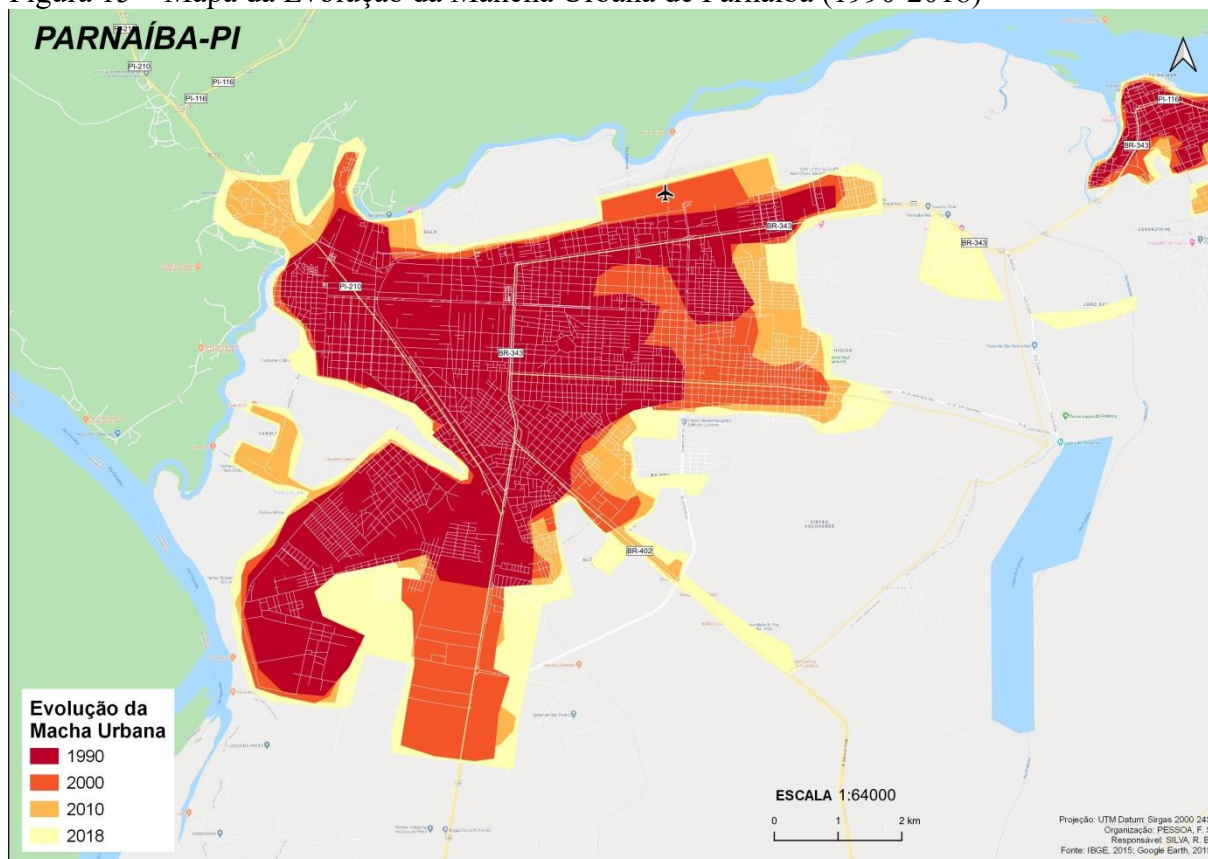
A Figura 13, referente à evolução da mancha urbana de Parnaíba, mostra que em 1990 sua mancha já era significativamente expressiva, mas relacionada à margem direita do rio Igarauçu, primeiro braço do Delta do Parnaíba inserido em território piauiense, bem como as vias terrestres de acesso a Luís Correia, inicialmente presentes por meio da ferrovia e posteriormente por rodovias, resultantes do processo de histórico-econômico do município.

No mapa também é notório que o Rio se configura como uma barreira natural que impede a expansão da mancha urbana no sentido Norte e Noroeste do município, onde se localiza sua costa litorânea, apesar de haver vias de acesso terrestre pavimentadas, que ligam o perímetro urbano até a beira-mar. Esses fatores indicam que o rio Igarauçu não se configura como a única barreira para a urbanização da área localizada à sua margem esquerda, podendo a composição dessa urbanização ser influenciada por questões políticas, ou seja, pela pouca atuação, integração e comunicação entre todas as esferas do poder público.

Nesse ínterim, cumpre lembrar que este se trata de um território marcado por conflitos relacionados à posse e à proteção ambiental, em que a comunidade residente não possui documentação de suas terras, o que seria um empecilho para a atuação do capital imobiliário. Por ser uma área de proteção ambiental, que requer planejamento e ações sustentáveis, apesar de possuir três empreendimentos eólicos. A energia eólica, mesmo sendo considerada por muitos estudiosos e governantes como energia limpa, gera impactos ambientais e sociais

diversos como desmatamento, poluição audiovisual, aplainamento das dunas, etc. Estas questões são indicativos que também podem justificar ausência de empreendimentos residenciais e hoteleiros no local.

Figura 15 – Mapa da Evolução da Mancha Urbana de Parnaíba (1990-2018)



Fonte: Adaptado de IBGE (2015) e Google Earth (2019).

Nota-se que, nas últimas décadas, a expansão da mancha urbana ocorre em sentidos – leste, sudeste e sul, e com intensidades distintas. A leste do mapa é notória a maior intensidade de expansão do urbano, principalmente no entorno da BR 343, indo de encontro com as principais vias municipais paralelas no sentido leste-oeste a BR-343, que são a Av. São Sebastião e a Av. Dr. João Silva Filho – ambas com acesso a Luís Correia. No entorno da BR-343 há uma concentração de empreendimentos imobiliários – loteamentos, residências e condomínios fechados – (Figuras 16 e 17) que atendem, principalmente, a um grupo social que possui renda mais elevada, mas que não exclui a presença de empreendimentos voltados ao público popular (Figuras 16 e 17) e empreendimentos privados diversos, comerciais e de prestação de serviços (Figuras 18 e 19).

Figura 16 – Loteamentos localizados a margem da BR-343 sentido a Luís Correia



Fonte: OLX (2020).

Figura 17 – Loteamentos localizados a margem da BR-343 sentido a Luís Correia



Fonte: Conviver Urbanismo (2020).

Figura 18 – Residencial de casas populares localizado à margem da BR-343, sentido Luís Correia

**2ª Etapa**

**Últimas unidades - casas prontas para morar**

**Caminho da Alvorada**  
RESIDENCIAL

A construtora Estrela da Manhã lança para vender a segunda etapa do Caminho da Alvorada Residencial. Localizado entre o melhor de Parnaíba e ao lado de Luís Correia. No caminho da praia, perto do shopping Dorcas, da Faculdade Recursos da Pessoa, shopping e um polo do centro da cidade.

Área Construída: 74,87m<sup>2</sup>  
 3 dormitórios  
 2 banheiros  
 Cozinha ampla  
 Garagem  
 Área de Serviço

Para comprar ou pagar  
 Os juros de terreno, onde o comprador usufrui a redução e investimento. Casa de acabamento bom.  
 O Alvorada Residencial tem tudo que você precisa para morar, com família e no seu bairro.

Últimas unidades casas prontas para morar

Compre um imóvel com tranquilidade de que as prestações não irão pesar no seu orçamento familiar. É a oportunidade que você esperava para ter uma casa em Parnaíba, no caminho da praia.

Aproveite o subsídio (desconto) enquanto existe. As despesas de Cartório e Construtora pago pra você.

Parcelas a partir de **R\$ 420,00**  
(até 30 de abril de 2020)

Excelente investimento

ESTRELA DA MANHÃ  
Construtora

Subsídio de até **R\$ 17.960,00**

Última renda familiar

Atendimento de qualidade. Pós-Contrato PE 31. Equipamentos elétricos e hidráulicos. Todos PVA Integramente. Seguro contra incêndio - Pava do PNC.

Fonte: Estrela da Manhã Construtora (2020).

Figura 19 – Residencial de casas populares localizado à margem da BR-343, sentido Luís Correia



Fonte: Acervo da autora (2018).

No sentido sudeste, a mancha urbana segue o alinhamento da BR-402, sentido Chaval – CE, onde se destacam atividades comerciais diversas, dentre outros empreendimentos públicos e privados, havendo também a presença de poucos imóveis residenciais. No sentido sul, saída para a capital Teresina, também é notória a presença de diversos e variados estabelecimentos comerciais e de serviços e empreendimentos imobiliários – loteamentos (Figura 20).

Figura 20 – Loteamento à Margem da BR-343, sentido Teresina

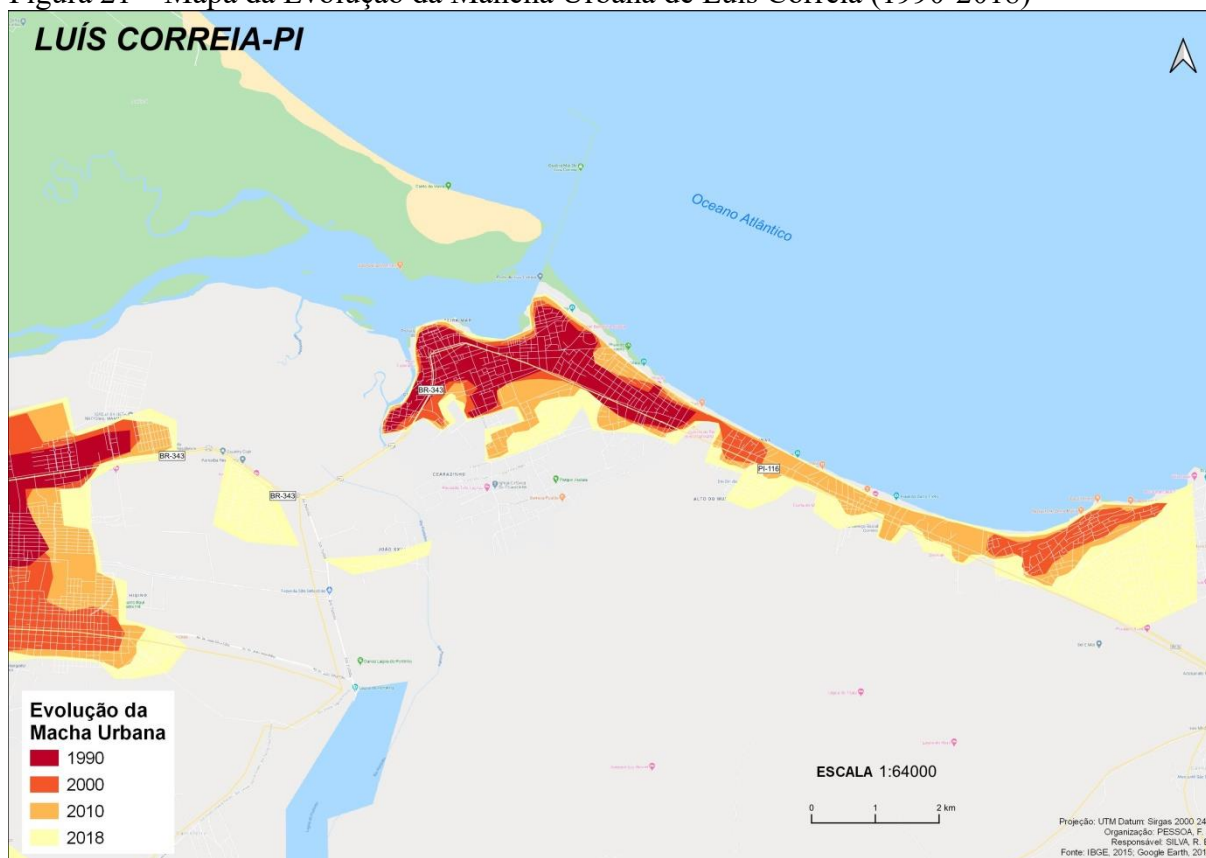


Fonte: Loteamento Morada dos Ventos (2020).

Assim, o mapa e a pesquisa de campo indicam que Parnaíba tem apresentado expressiva expansão da mancha urbana, mas que apesar de possuir parte da costa litorânea piauiense, sua urbanização está atrelada ao crescimento populacional, resultante do crescimento natural e da migração, assim como do crescimento de estabelecimentos públicos e privados que oferecem serviços diversos, principalmente, os comerciais, de saúde e educação, sendo que o turismo não se apresenta como uma atividade econômica de destaque no município. Nesse cenário, a malha urbana se expande em torno das vias federais, estaduais e municipais, que são as principais vias de acesso às praias de Luís Correia e Cajueiro da Praia, além da proximidade entre esses municípios, em torno de 15km e 60km respectivamente, é possível inferir que, além do comércio e dos serviços, as segundas residências e o turismo também exercem influência na produção de novos espaços urbanos desse município.

Luís Correia e Cajueiro da Praia, em relação à evolução da mancha urbana, se diferem nitidamente de Ilha Grande e de Parnaíba. Nestes municípios são nítidas as relações entre a expansão da malha urbana e os espaços litorâneos. É possível observar que a expansão da mancha, além de paralela à costa litorânea, também segue o alinhamento da PI-116, via que corta todo o município de Luís Correia no sentido Leste-Oeste e possui acesso a todas as praias de Luís Correia.

Figura 21 – Mapa da Evolução da Mancha Urbana de Luís Correia (1990-2018)



Fonte: Adaptado de IBGE (2015) e Google Earth (2019).

Em campo é possível observar que, ao longo de toda a costa, predominam casas de veraneio, também denominadas de segundas residências (casas, apartamentos, condomínios fechados), além de hotéis, pousadas, bares e restaurantes. Tais informações indicam que em Luís Correia a mancha urbana, observada na Figura 21, ou seja, a (re)produção de espaços urbanos, está diretamente vinculadas às práticas marítimas modernas – vilegiatura e turismo – incentivadas pelo poder público, com a implantação e manutenção de vias que permitem o fluxo de pessoas, e da iniciativa privada, geralmente se utilizando de capital local e regional, através de estabelecimentos de pequeno e médio porte, distribuídos ao longo de toda a costa, voltados para atender uma demanda turística.

Por sua vez, Cajueiro da Praia possui, aparentemente, uma expansão da mancha urbana similar à de Luís Correia, por seguir paralela à costa e seguir o alinhamento de uma via de acesso – em pedra tosca – que permite o acesso entre a sede do município e o Povoado de Barra Grande localizado às margens da praia de mesmo nome (Figura 22). Contudo, é possível observar que a mancha referente a 1990 equivale ao atual perímetro urbano do município, com poucos estabelecimentos, serviços básicos e economia baseada na atividade pesqueira, apesar de na sede estar localizada a base do Peixe-Boi Marinho, sob o

monitoramento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e o maior cajueiro do mundo (Figuras 21 e 22), segundo pesquisadores das Universidades Federal e Estadual do Piauí (UFPI e UESPI).

Figura 22 – Mapa da Evolução da Mancha Urbana de Cajueiro da Praia (1990-2018)



Fonte: Adaptado de IBGE (2015) e Google Earth (2019).

A base do Peixe-Boi Marinho, em Cajueiro da Praia, está localizada no Pontal do Socó com a função de cuidar da conservação e monitoramento da população desses animais que vivem em torno do estuário dos rios Timonha e Ubatuba, importante berçário da espécie<sup>44</sup> e aberto ao público. Em relação ao Cajueiro Rei, apesar da descoberta científica, segundo o Guinness Book, o título ainda pertence ao conhecido – nacional e internacionalmente – cajueiro do município de Parnamirim localizado na região metropolitana de Natal/RN (Figuras 25 e 26).

<sup>44</sup> As visitas são abertas ao público no horário comercial de segunda a sexta, e é possível conhecer a história da conservação deste animal, que está ameaçado de extinção no Brasil e no mundo. A base possui um museu com esqueletos de animais marinhos e fluviais, além de materiais para ações educativas de sensibilização aos visitantes (ICMBIO, 2020).

Figura 23 – Vista aérea e entrada do maior Cajueiro do Mundo no Piauí



Fonte: G1 (2020).

Figura 24 – Vista aérea e entrada do maior Cajueiro do Mundo no Piauí



Fonte: Acervo da autora (2019).



Figura 25 – Vista aérea e portal de entrada do maior Cajueiro do Mundo no Rio Grande do Norte



Fonte: PressPoint (2020).

Figura 26 – Vista aérea e portal de entrada do maior Cajueiro do Mundo no Rio Grande do Norte



Fonte: ABIH (2020).

A partir das figuras, nota-se que o poder público e a iniciativa privada não atuam na promoção dos potenciais pontos turísticos, que poderiam complementar a base econômica da região, assim como ocorre no município de Parnamirim, com o seu Cajueiro Rei.

Ainda com relação aos mapas da evolução da mancha urbana, nota-se que a expansão mais expressiva mais recente (2018) vai de encontro ao povoado Barra Grande, localizado no ponto mais a Noroeste, e segue o alinhamento de uma via conservada em pedra tosca, com a presença de casas da população local – pescadores e trabalhadores envolvidos na carcinicultura – e de diversas fazendas de cultivo do camarão marinho. Segundo Strohaecker (2009), esta se trata de uma atividade que demanda uma quantidade significativa de postos de trabalho numa economia pouco diversificada e de baixa qualificação profissional, atraindo contingentes populacionais de regiões vizinhas.

No povoado Barrinha, nas proximidades de Barra Grande já é notória a presença de outros vetores atuantes na (re)produção do espaço urbano, um resort e um condomínio fechado de apartamentos utilizados como segundas residências. Em Barra Grande se concentra um grande número de pousadas, que em sua maioria disponibilizam de poucas unidades habitacionais, mas que conseguem agregar rusticidade com sofisticação, segundas residências com aspectos similares aos das pousadas, bares, restaurantes e escolas de *kitesurf*. Tais equipamentos indicam, de forma expressiva, a atividade turística e a vilegiatura na (re)produção dos espaços urbanos do município, mas com um perfil distinto de Luís Correia, sendo o turista associado a um público alternativo, que busca na natureza, tranquilidade e esporte. A existência de empreendedores leva a um perfil similar aos dos turistas, mas que viram na região a possibilidade de associar uma fonte de renda a um estilo de vida simples.

#### 4.2 Fatores econômicos

Na questão econômica, o foco foi identificar os setores da economia (primário, secundário e terciário) que têm maior representatividade na economia das cidades que compõem a ZC piauiense, assim como analisar indicadores como: Produto Interno Bruto (PIB), Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*), Valor Adicionado Bruto (VAB) total e por setor (agropecuário, serviços e industrial), quantidades de estabelecimento e geração de empregos.

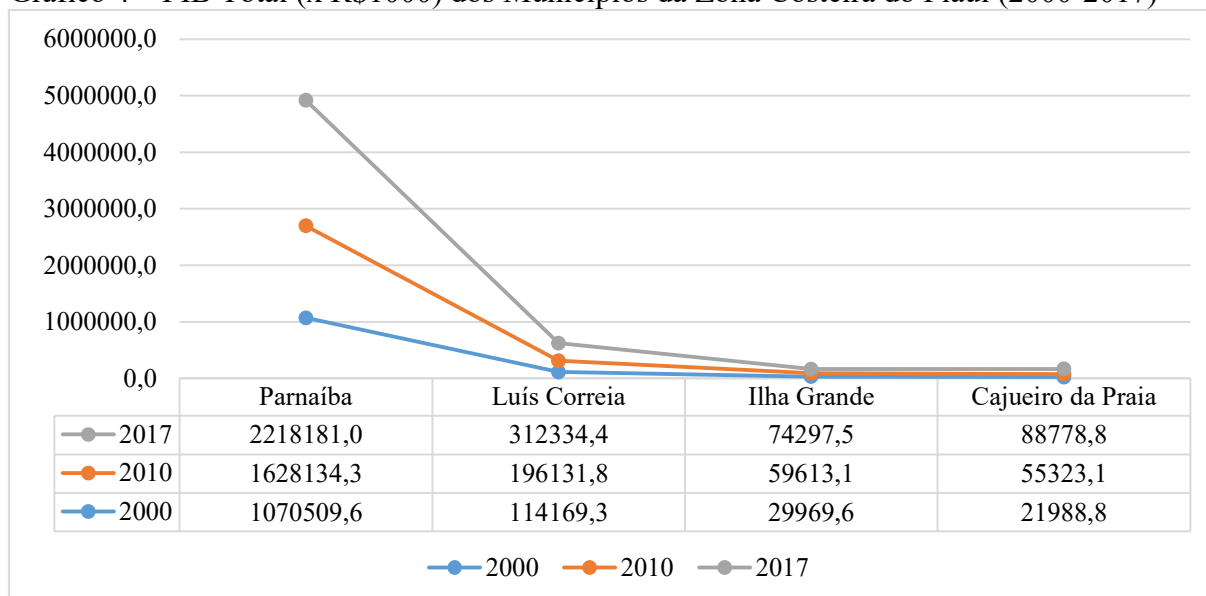
O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano, e se constitui um indicador importante para compreender a economia de um país, estado ou município, apesar de não indicar qualitativamente as condições de vida da população de um determinado território, por expressar a economia, e não a real distribuição de renda entre população.

Entre os municípios da ZC piauiense, do final da década de 1990 a 2016<sup>45</sup>, Parnaíba é o município que concentra o maior PIB, como pode ser observado no Gráfico 4, o que representa um reflexo das heranças do seu passado econômico. Atualmente, Parnaíba possui a segunda maior economia do Estado, sendo ultrapassada apenas pela capital Teresina. Em períodos anteriores à década de 1960, entretanto, era o grande centro comercial do Piauí e possuía o maior PIB do Estado.

---

<sup>45</sup> O recorte temporal em análise abrange as décadas 1990, 2000, 2010 até o ano de 2018. Contudo, os dados do PIB encontrados e disponibilizados em séries temporais do IBGE iniciam-se em no ano de 1999 até o ano de 2017, e por isso optou-se por analisar os dados dos anos 2000, 2010 e 2017, os quais possibilitam analisar o crescimento do PIB nos municípios da ZC piauiense.

Gráfico 4 – PIB Total (x R\$1000) dos Municípios da Zona Costeira do Piauí (2000-2017)



Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010; 2017).

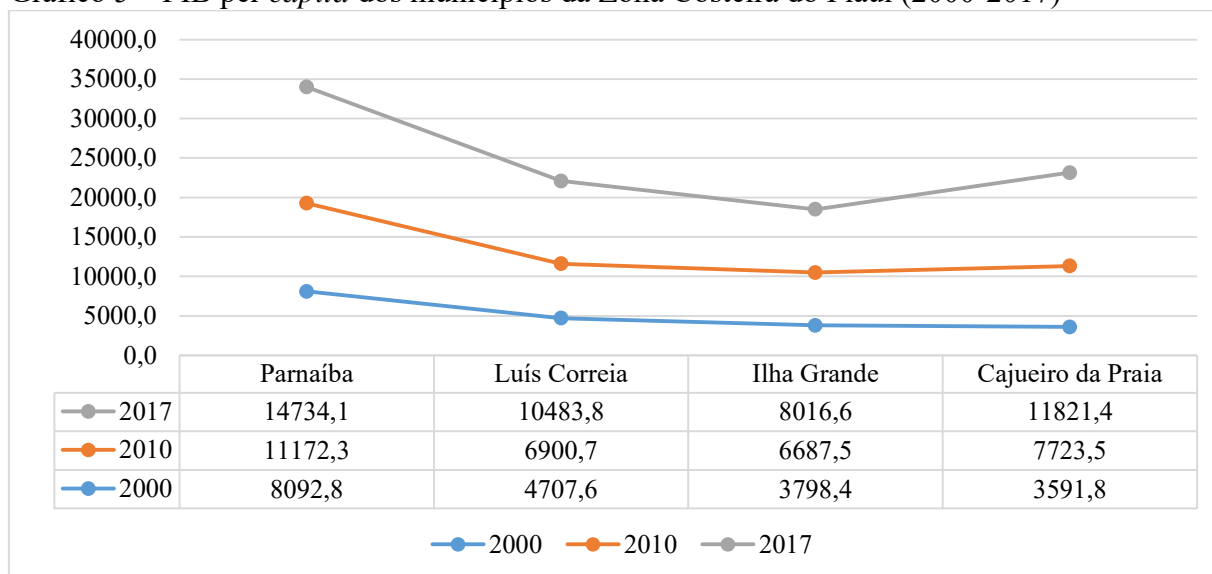
No entanto, mesmo detendo o maior PIB da ZC, Parnaíba é município que apresenta o menor crescimento percentual (107,2%). Luís Correia e Ilha Grande apresentam crescimentos percentuais semelhantes, respectivamente 173,6% e 147,9%, mas que representam um pouco mais da metade do percentual de crescimento do PIB de Cajueiro da Praia (303,7%). Frente a esses dados, tem-se o indicativo que Luís Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia crescem em maior amplitude por oferecerem atividades relacionadas ao ócio, ao lazer e, conseqüentemente, ao turismo. Portanto, seu crescimento está em elevada ascensão na ZC brasileira, principalmente, na nordestina.

O fato de Parnaíba apresentar o menor percentual de crescimento do PIB não significa a redução de sua polaridade ou importância econômica, mas que as segundas residências e o turismo não são as principais atividades que sustentam a economia do município – que anterior à década de 1990 já tinha em seu território uma gama de serviços públicos e privados e uma intensa atividade comercial consolidada.

O PIB *per capita*, resultado da divisão do PIB total pelo número de habitantes de um território em determinado período, é um indicador que revela quanto do total produzido caberia a cada habitante se todos tivessem direito a partes iguais. Porém, não leva em consideração a distribuição desigual de renda, em que alguns são muito ricos e outros extremamente pobres. Todavia, considera-se importante por ter relações com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pois um território com maior PIB *per capita* tende a ter

maior IDH. Dentre os municípios da ZC piauiense, Parnaíba apresenta o melhor índice do PIB *per capita*, apesar de possuir o menor crescimento percentual nas últimas décadas (Gráfico 5).

Gráfico 5 – PIB *per capita* dos municípios da Zona Costeira do Piauí (2000-2017)



Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010; 2017).

A partir do Gráfico 5, nota-se que Cajueiro da Praia é o município que apresenta maior evolução entre 2010 e 2017, com um crescimento aproximado de 229%, seguido de Luís Correia, Ilha Grande e Parnaíba, que tiveram crescimentos de, respectivamente, 122,7%, 111% e 82%. Relacionando esses dados com o crescimento populacional nestes municípios, é possível evidenciar que Cajueiro da Praia e Luís Correia, por pertencerem à ZC, apresentam maior ascensão das segundas residências e do turismo, com significativa parcela populacional de vilegiaturistas, turistas e empresários, que ampliam o PIB total, mas que não residem nesses municípios, resultando assim no crescimento do PIB *per capita*<sup>46</sup>.

De forma distinta, Parnaíba possui o maior PIB total e *per capita* da ZC, mas seus percentuais de crescimento são ínferos quando comparados aos demais municípios costeiros, por neste ocorrer significativo aumento da população residente no período, aproximadamente 17.776 habitantes.

O Valor Adicionado Bruto (VAB), valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região, é a principal medida do tamanho de uma economia, pois são esses valores setoriais, somados aos

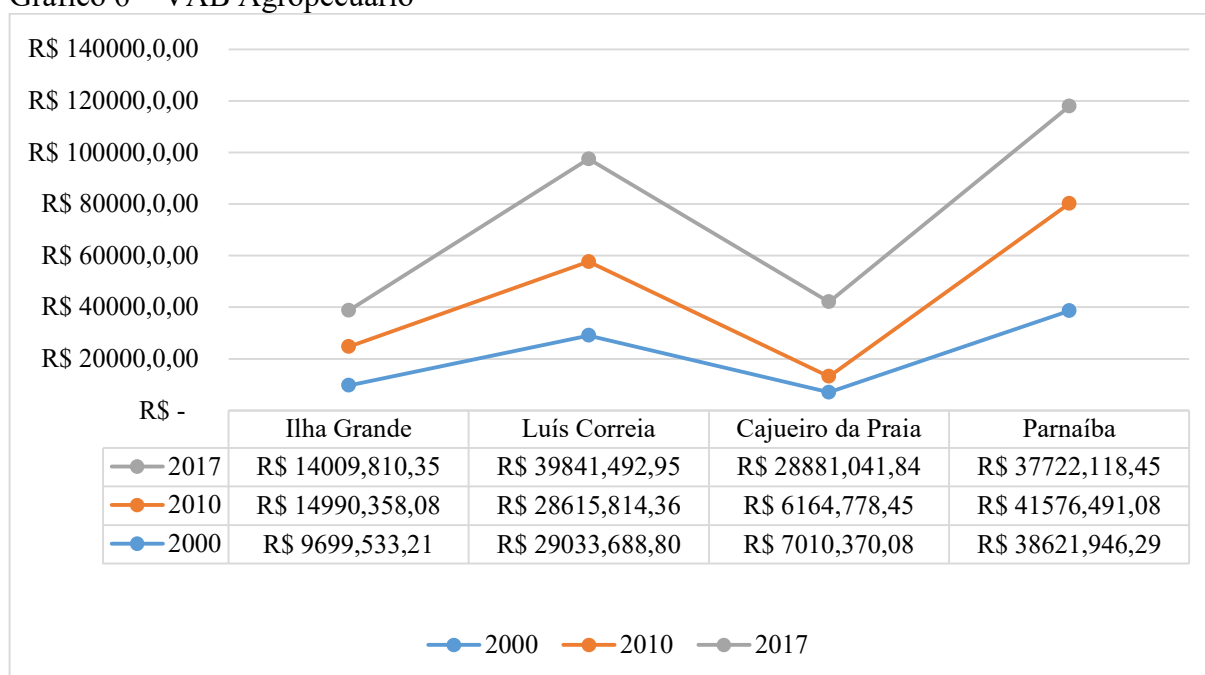
<sup>46</sup> Entre 2000 e 2010, os Censos demográficos mostraram que o crescimento populacional de Cajueiro da Praia foi de apenas 1041 habitantes e em Luís Correia, considerando também o censo de 1991, que revelou uma redução de 429 habitantes, creditada à emancipação de Cajueiro da Praia, em 1997, que antes pertencia a Luís Correia.

impostos, que determinam o PIB de um território. Esse indicador aponta qual setor econômico exerce maior e/ou menor influência na economia e, conseqüentemente, na urbanização de um território. Por isso, é considerado indicador de importante análise para a compreensão dos aspectos urbano-espaciais da ZC piauiense.

Aqui serão analisados três setores da economia: o agropecuário, a indústria e os serviços na busca por evidenciar a ascensão do setor de serviços frente aos demais no contexto da ZC do Estado do Piauí, e analisar as particularidades de cada município do território em estudo.

No que se refere à VAB do setor agropecuário (Gráfico 6), nota-se o crescimento econômico percentual do setor em todos os municípios, sendo Cajueiro da Praia o município de maior destaque por ter crescimento percentual 311%, bem à frente de Ilha Grande e Luís Correia, que têm crescimentos percentuais de 44,4% e 37,2%, respectivamente, sendo Parnaíba o município que apresenta um crescimento negativo de -2,3%.

Gráfico 6 – VAB Agropecuário



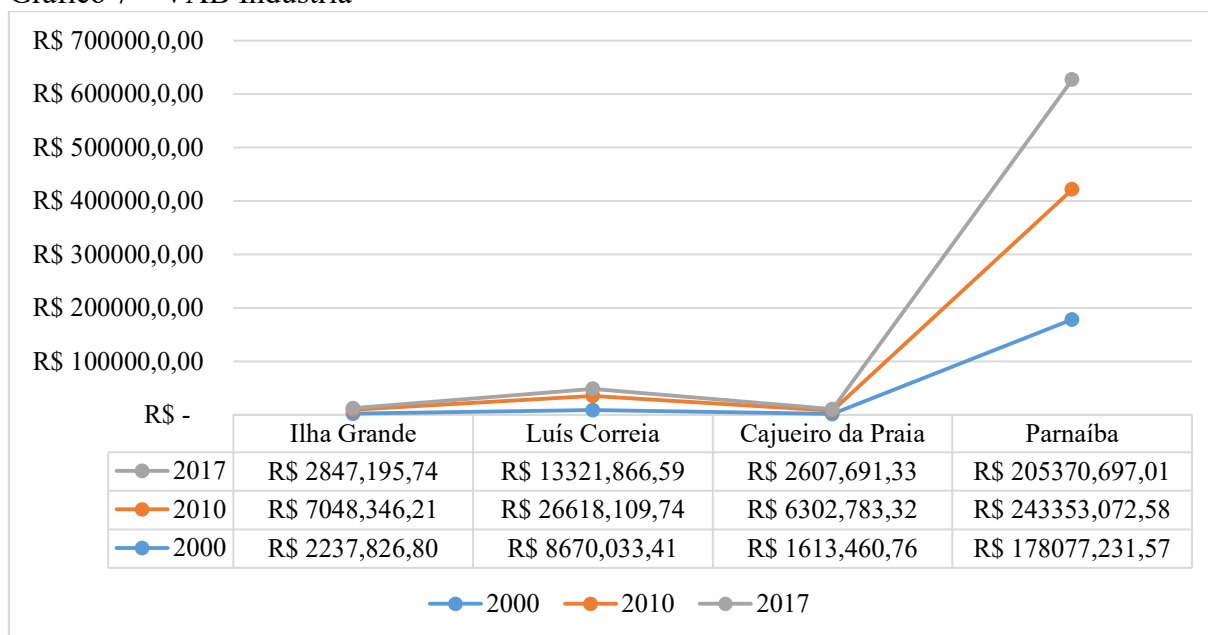
Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010; 2017).

Considerando os valores totais desse setor em toda a ZC, ou seja, a soma do VAB agropecuário de todos os municípios, nota-se que Luís Correia detinha, em 2017, o maior VAB agropecuário do território, equivalente 33%, seguido de Parnaíba (com 31%), Cajueiro da Praia (com 24%) e Ilha Grande (com 11%). Quando se relaciona o VAB agropecuário ao VAB total do município, Cajueiro da Praia e Parnaíba apresentam o maior e o menor

percentual concentrado nesse setor, respectivamente 34% e 2%, ao passo em que Ilha Grande e Luís Correia concentram, nessa ordem, 20% e 14%.

No Setor da indústria, o crescimento percentual do VAB dos municípios costeiros do Piauí entre 2010 e 2017 (Gráfico 7) não apresenta grandes diferenças. Ilha Grande e Parnaíba apresentaram, nesse período, um crescimento de 27,2% e 15,3%, respectivamente, e em Cajueiro da Praia e Luís Correia o crescimento foi, nessa ordem, de 61,6% e 53,6%.

Gráfico 7 – VAB Indústria



Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010; 2017).

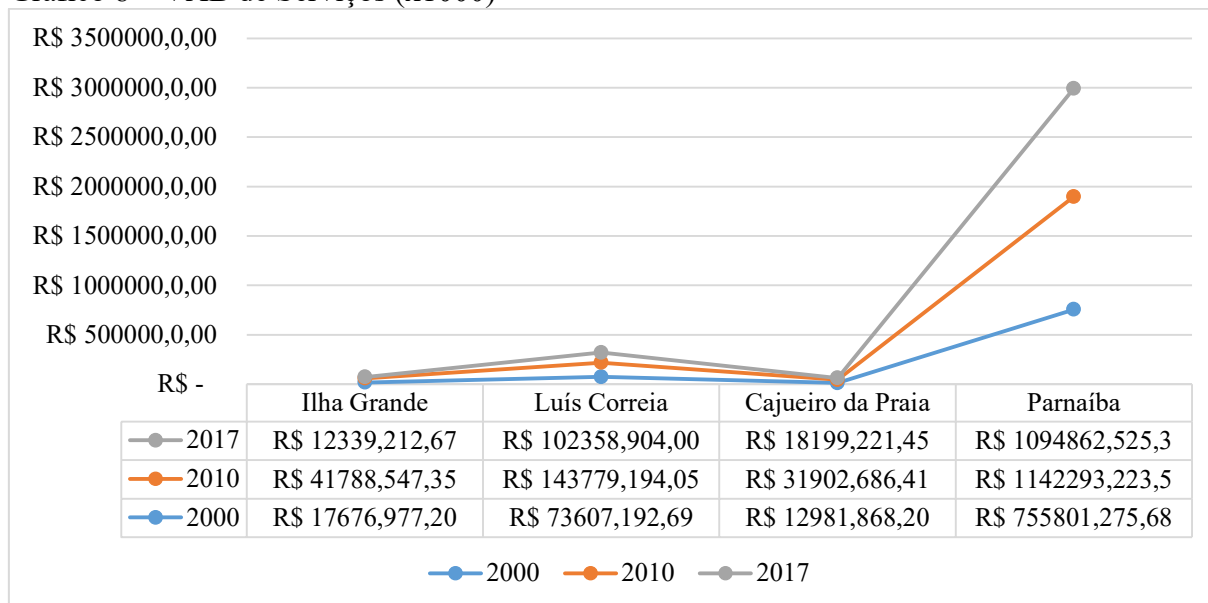
Contudo, tendo como referência os dados de 2017, nota-se que a desproporção é elevada quando se compara os valores totais do VAB da indústria nos municípios da ZC, pois enquanto Parnaíba concentra cerca de 92% do VAB da indústria na ZC piauiense, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia não somam 10% desse total.

No entanto, é válido afirmar que a representatividade do VAB da indústria na ZC piauiense é relativamente baixa, pois em Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia os percentuais desse setor são, respectivamente, 3%, 4% e 4,6% do VAB total de cada município. Em Parnaíba, mesmo detendo mais de 90% deste VAB na ZC, este valor só corresponde a 10,5% do VAB total do município.

Com relação ao VAB de Serviços, entre 2000 e 2017, cujos dados encontram-se no Gráfico 8, nota-se que, apesar de todos os municípios da ZC apresentarem crescimento nesse intervalo de tempo, o aumento mais intenso desses valores ocorreu entre 2000 e 2010. Entre

2010 e 2017, o ritmo de crescimento do VAB dos serviços foi reduzido<sup>47</sup> em todos os municípios, com crescimento negativo de -70,5% em Ilha Grande, de -43% em Cajueiro da Praia, de -28,8% em Luís Correia e de -4,2% em Parnaíba.

Gráfico 8 – VAB de Serviços (x1000)



Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010; 2017).

Contudo, no contexto geral do período em análise, houve crescimento nos valores referentes à VAB de serviços em todos os municípios da ZC piauiense. Parnaíba, Cajueiro da Praia e Luís Correia apresentaram crescimentos percentuais similares – de 44,9%, 40,2% e 39,1%, respectivamente – enquanto em Ilha Grande o percentual de crescimento foi negativo (-30,2%). Partindo do total da VAB de serviços na ZC em 2017, Parnaíba é município que concentra o maior valor, correspondente a quase 90%, seguidos por Luís Correia, com 8,3%, e Cajueiro da Praia e Ilha Grande que, juntos, somam apenas 2,5% do total.

Esse setor é o que possui maior representatividade em Parnaíba e Luís Correia, pois equivale a, respectivamente, 55,8% e 35,2% do VAB total destes municípios. Em Cajueiro da Praia e Ilha Grande, os VAB de Serviços também são relevantes, com 21,6% e 17,6%, mas são inferiores aos valores percentuais referentes ao setor agropecuário.

Dessa forma, mediante todos os dados referente aos VABs total e setoriais apresentados, é verdadeiro afirmar que, na ZC costeira piauiense, os VABs de serviços têm

<sup>47</sup> A redução do ritmo de crescimento da VAB total e do PIB, principalmente no setor de serviços, está presente em todo contexto nacional e é reflexo da crise econômica e política ocorrente no Brasil desde 2014, com reflexos da crise imobiliária dos EUA em 2008. Ambas são marcadas pela valorização do dólar, aumento do número de desemprego, falência de empresas, infraestrutura precária, falta de portos e estradas e, conseqüentemente, pela estagnação da economia.

maior representatividade, seguidos pelo agropecuário que, de modo geral, se desenvolve com técnicas tradicionais utilizando mão de obra familiar com foco na subsistência. O setor da indústria apresenta a menor representatividade da ZC e se limita a ramos alimentícios e extrativistas.

Essa conjuntura indica quais setores da economia são mais representativos na (re)produção de espaços urbanos e na urbanização do território, seja a nível de ZC ou de município, refletindo diretamente no número de empresas e/ou unidades locais (Tabela 17) e na geração de empregos (Tabela 18), em cada setor econômico<sup>48</sup>. A ZC piauiense, entre 1996 e 2017, apresentou um crescimento de 81% no número de empresas, similar ao percentual do Estado no mesmo período (84,5%). Dentre os municípios do território, Cajueiro da Praia teve maior destaque no crescimento percentual com relação ao número de empresas, cerca de 200% – valor bem superior aos dos demais municípios costeiros, Luís Correia, Ilha Grande e Parnaíba, que cresceram, respectivamente, 105%, 75% e 69%.

Tabela 17 – Número de empresas total e por setor nos municípios da Zona Costeira do Piauí (1996-2017)

<b>LOCAL</b>	<b>SETOR</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2017</b>
<b>Piauí</b>	<b>Total</b>	<b>27569</b>	<b>36598</b>	<b>46640</b>	<b>50851</b>
Cajueiro da Praia	Total	*	32	54	96
	Setor Agropecuário	*	6	4	8
	Setor da Indústria	*	10	5	4
	Setor de Serviços	*	11	24	69
Ilha Grande	Total	*	36	65	63
	Setor Agropecuário	*	1	7	7
	Setor da Indústria	*	2	3	6
	Setor de Serviços	*	8	27	28
Luís Correia	Total	173	192	383	355
	Setor Agropecuário	5	7	21	12
	Setor da Indústria	28	16	29	11
	Setor de Serviços	127	124	213	230

<sup>48</sup> O setor agropecuário levará em consideração a soma das empresas e unidades locais, classificadas como atividades econômicas de “Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca”; no da indústria, a soma das empresas classificadas como indústrias extrativas e de transformação, produção e distribuição de eletricidades, gás e água; e no de serviços foram consideradas as empresas cujas atividades são classificadas como construção, comércio – reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos –, alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicações, intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas.



<b>LOCAL</b>	<b>SETOR</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2017</b>
Parnaíba	Total	1758	2154	2900	2979
	Setor Agropecuário	15	20	26	28
	Setor da Indústria	154	214	230	241
	Setor de Serviços	1415	1637	1995	2021

\* Dados oficiais não disponíveis.

Fonte: Adaptada de CEMPRE (IBGE, 1996; 2000; 2010; 2017).

Também é possível observar que o setor terciário, ao longo de todo o recorte temporal, concentra o maior número empresas e que, em 2017, esses percentuais variaram entre 65% e 71%, dentre os municípios da ZC piauiense, com exceção de Ilha Grande, que teve concentração de 44% das empresas no setor.

O crescimento dos empregos formais entre 1996 e 2017 na ZC (Tabela 18) foi de 180,3%, superior ao percentual correspondente ao Estado, de 168,8%. Assim, nota-se que o crescimento do número de empregos formais no Estado e, por extensão, na ZC foi bem superior ao crescimento de empresas, indicando que houve o aumento de empresas de maior porte, que são geradoras de número maior de empregos formais. Nesse indicador, Cajueiro da Praia também apresenta maior crescimento, em torno de 656,6%, seguido de Parnaíba, Ilha Grande e Luís Correia, que apresentaram percentuais de 204%, 110% e 39%.

Tabela 18 – Número de empregos formais total e por setor nos municípios da Zona Costeira do Piauí (1996-2017)

<b>LOCAL</b>	<b>SETOR</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2017</b>
<b>Piauí</b>	<b>Total</b>	<b>189145</b>	<b>232790</b>	<b>427381</b>	<b>508481</b>
Cajueiro da Praia	Total	*	113	443	855
	Setor Agropecuário	*	66	45	203
	Setor da Indústria	*	16	*	*
	Setor de Serviços	*	4	48	315
Ilha Grande	Total	*	241	484	506
	Setor Agropecuário	*	*	22	11
	Setor da Indústria	*	*	4	53
	Setor de Serviços	*	7	49	56
Luís Correia	Total	2187	1934	2523	3034
	Setor Agropecuário	10	80	253	126
	Setor da Indústria	55	61	73	42
	Setor de Serviços	178	242	492	918
Parnaíba	Total	7337	10529	18417	22301
	Setor Agropecuário	118	88	179	414
	Setor da Indústria	880	1342	1984	1763
	Setor de Serviços	3424	5330	10015	11353

\* Dados oficiais não disponíveis.

Fonte: Adaptada de CEMPRE (IBGE, 1996; 2000; 2010; 2017).

Nota-se que, em todos os municípios da ZC piauiense, o setor terciário, dentre os setores analisados, concentra o maior número de empregos formais. Contudo, sobre esse aspecto, é válido ressaltar que em Cajueiro da Praia e Ilha Grande, respectivamente, os setores agropecuários e industriais<sup>49</sup> possuem representatividade similar no setor de serviços, o que põe ainda mais em evidência as diferenças urbano-espaciais entre municípios costeiros do Piauí. A Tabela 18 mostram que Parnaíba tem o maior número de empregos formais concentrados no setor de serviços, cerca de 51% do total do município, enquanto Cajueiro da Praia, Luís Correia e Ilha Grande detêm, respectivamente, cerca de 37%, 30% e 11%.

### 4.3 Fatores sociais

Nesta categoria, as análises de dados serão através de indicadores que refletem aspectos qualitativos, capazes de revelar, mesmo parcialmente, a qualidade de vida da população de um lugar, como: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), saneamento básico e energia. O IDHM<sup>50</sup> é obtido pela média dos três subíndices das dimensões que compõem o índice: longevidade, educação e renda; e varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. De acordo com o Atlas Brasil (ANA, 2013):

- a) o **IDHM Longevidade** é calculado pela esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência.
- b) o **IDHM Educação** é uma composição de dois indicadores: um indicador fornece informação sobre a situação educacional da população adulta e um é referente à população em idade escolar (jovens).
- c) o **IDHM Renda** considera a renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado município, expressa em reais por meio da renda *per capita* municipal.

---

<sup>49</sup> Pelo conhecimento empírico, depreende-se que setor agropecuário e industrial em Cajueiro da Praia e Ilha Grande estejam ligados, respectivamente, pela pesca, carcinicultura e usina eólica

<sup>50</sup> O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira (ANA, 2013).

O Saneamento é o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e a produtividade do indivíduo, bem como facilitar a atividade econômica. No Brasil, o saneamento básico<sup>51</sup> é um direito assegurado pela Constituição (BRASIL, 1988) e definido pela Lei nº 11.445/2007 (BRASIL, 2007), como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais. Contudo, geralmente, é relacionado apenas a serviços de acesso à água potável, à coleta de lixo e ao tratamento de esgotos.

A energia elétrica também se configura como serviço de importância significativa, capaz de promover a qualidade de vida da população, o desenvolvimento econômico e social de um país e, por extensão, de seus municípios. No Brasil, o programa “Luz para Todos”, criado em 2003 por meio do Decreto nº 4.873, foi destinado a prover atendimento em energia elétrica à porção da população rural que ainda não possuía o acesso a este serviço público, por entender que a energia elétrica é um vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, tendo papel relevante na redução da pobreza e na elevação da renda familiar.

No contexto dos municípios da ZC piauiense, esses indicadores e serviços são analisados considerando-se os dados existentes referentes ao intervalo de tempo que se estende da década de 1990 ao ano de 2018, por serem julgados importantes para a compreensão dos aspectos urbano-espaciais do território em estudo.

Quanto ao IDHM dos municípios costeiros (Gráfico 8), Parnaíba apresenta maior índice. Contudo, quando se tem como referência a escala do IDH<sup>52</sup>, todos os municípios da

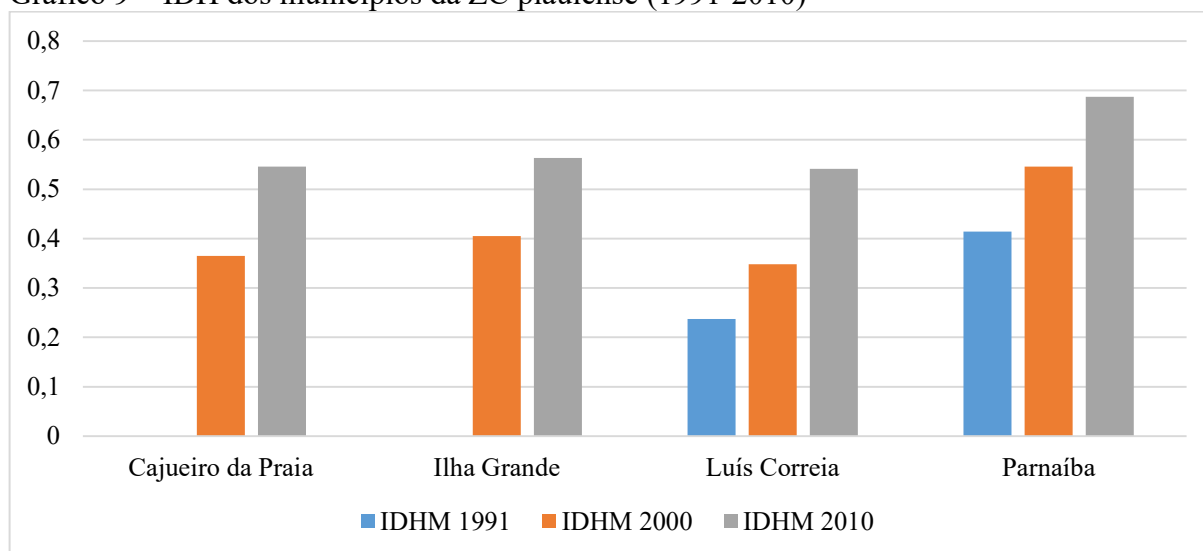
---

<sup>51</sup> Ter saneamento básico é um fator essencial para um país poder ser chamado de desenvolvido. Os serviços de água tratada, coleta e tratamento dos esgotos levam à melhoria da qualidade de vidas das pessoas, sobretudo, na saúde infantil, com redução da mortalidade infantil, melhorias na educação, na expansão do turismo, na valorização dos imóveis, na renda do trabalhador, na despoluição dos rios e preservação dos recursos hídricos, etc.

<sup>52</sup> Segundo o PNUD, o IDHM utiliza as mesmas dimensões IDH Global – saúde, educação e renda –, mas utiliza indicadores que melhor se adaptem à realidade brasileira, dividido em cinco faixas: muito elevado, elevado, médio e baixo. IDHM entre 0-0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,600-0,699: Médio Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,700-0,799: Alto Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,800 e 1: Muito Alto Desenvolvimento Humano. As faixas de Desenvolvimento Humano Municipal não seguem as faixas do IDH Global. Elas foram adaptadas para contextualizar melhor a realidade brasileira. As faixas do IDH Global são divididas em Baixo, Médio, Alto e Muito Alto Desenvolvimento Humano, e seus valores variam a cada ano, pois são calculados a partir dos valores mais baixos e dos mais altos observados nos países. Para o IDHM, elas foram subdivididas em cinco faixas. A faixa “Muito Baixo” do IDHM coincide, de maneira geral, com a faixa “Baixo” do IDH Global. E as faixas “Alto” e “Muito Alto” coincidem com as mesmas faixas do IDH Global. As faixas “Baixo” e “Médio” diferenciam as localidades brasileiras classificadas entre 0,500 e 0,699, de forma a ressaltar as diferenças e a

ZC piauiense se enquadram na escala classificada como IDH médio, caracterizados por serem territórios que têm apresentado melhorias na qualidade de vida da população, principalmente no setor de saúde e educação, mas ainda marcados por desigualdades sociais e econômicas.

Gráfico 9 – IDH dos municípios da ZC piauiense (1991-2010)



Fonte: Adaptado de Atlas Brasil (ANA, 2013).

A partir do Gráfico 9, também, é perceptível que na última década Luís Correia e Cajueiro da Praia apresentaram taxas similares de crescimento, de 55% e 50%, respectivamente – enquanto Ilha Grande, no mesmo período, apresentou um crescimento percentual de 39%, ultrapassando Parnaíba, cujo percentual de crescimento foi de apenas 26%.

Os subíndices do IDHM – longevidade, educação e renda – tiveram seus dados publicados separadamente pela primeira vez em 2010, para acompanhar as modificações metodológicas ocorridas no IDH Global neste período. Assim, é possível identificar, dentre as dimensões que compõem o IDHM, quais possuem maior ou menor representatividade dentre os municípios da ZC piauiense, apontando a dimensão que mais necessita de ações do poder público.

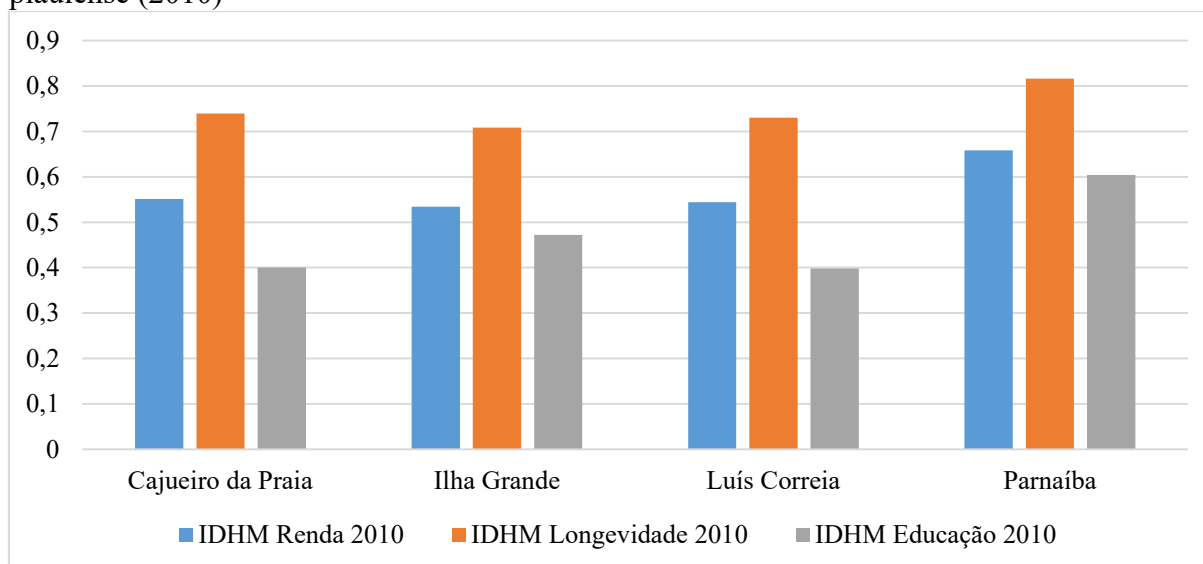
O Gráfico 10 revela que Parnaíba apresenta os maiores índices da ZC em todas as dimensões. Os demais possuem índices similares quando comparadas entre municípios as dimensões longevidade e renda. Porém, em todos os municípios, a educação é a dimensão com menor índice, evidenciando que o IDHM destes pode não revelar a real qualidade de vida de seus habitantes, já que a educação é o indicador que melhor indicador deste aspecto, pois

---

reconhecer os esforços de municípios, UFs, regiões metropolitanas e UDHS que estão mais próximos de "Alto" Desenvolvimento Humano (ATLAS BRASIL, 2013).

influencia diretamente na renda e na expectativa de vida de um indivíduo e, consequentemente, de uma sociedade.

Gráfico 10 – IDHM de Educação, Longevidade e Renda nos municípios da Zona Costeira piauiense (2010)

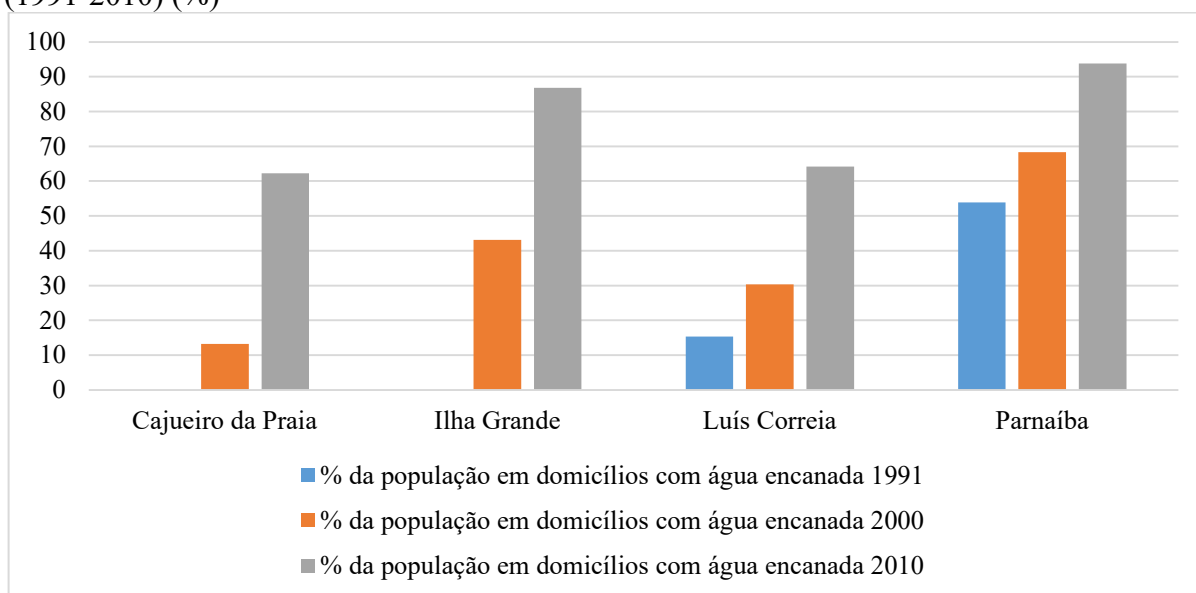


Fonte: Adaptado de Atlas Brasil (ANA, 2013).

Nota-se, também, que o IDHM de longevidade é o subíndice que eleva o índice o IDH dos municípios, que por meio do acesso à água tratada, a vacinas e a tratamentos de saúde disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pode reduzir a taxa de mortalidade e aumentar a expectativa de vida de uma população, sem melhorar significativamente a qualidade.

Com relação ao saneamento básico, como já posto anteriormente, este inclui um conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais. Porém, aqui foram analisados apenas os serviços de acesso à água potável, à coleta de lixo e ao tratamento de esgotos. Com relação aos dados referentes ao acesso à água potável, aqui foram considerados os dados percentuais da população em domicílios com água encanada (Gráfico 11).

Gráfico 11 – População em domicílios com água encanada nos municípios da ZC do Piauí (1991-2010) (%)

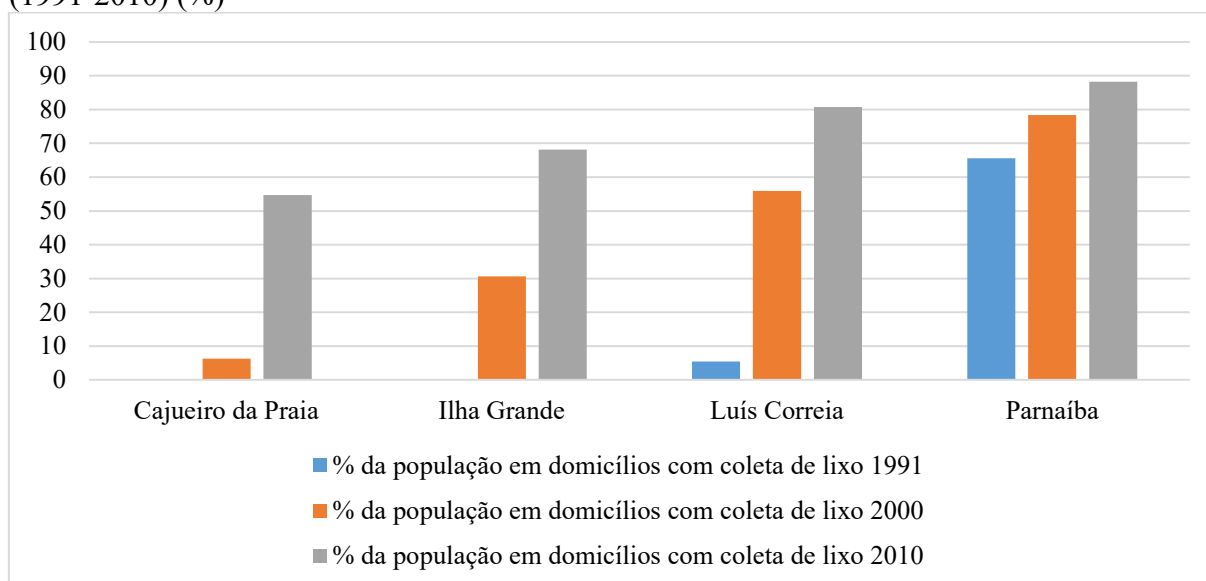


Fonte: Adaptado de Atlas Brasil (ANA, 2013).

No gráfico acima, é perceptível, até o ano de 2000, dentre todos os municípios, que apenas Parnaíba detinha um percentual próximo a 70% dos domicílios com água encanada. Os demais apresentavam percentuais bem abaixo da média nacional, que gira em torno de 82%. Ao longo do tempo, nota-se que houve um elevado crescimento percentual da população em todos os municípios, que passou a ter acesso à água encanada e à potável. Contudo, observa-se que os maiores percentuais estão presentes em Ilha Grande e Parnaíba, pelo que se acredita dever ao fato de ambos os municípios deterem as maiores taxas de urbanização da ZC piauiense. Embora seja notório o aumento da população atendida com água encanada nos municípios de Cajueiro da Praia e Luís Correia, seus percentuais ainda estão muito longe de alcançarem a média nacional, que em 2010 já atingia quase 94% da população.

Quanto à coleta de lixo, é notório, a partir do Gráfico 12, que ao longo do tempo a prestação deste serviço obteve significativo avanço entre os municípios costeiros, seguindo uma tendência similar ao crescimento ocorrente nas taxas de urbanização. Contudo, é importante fazer ressalvas com relação à Ilha Grande, que em 2010 apresentou taxa de urbanização superior a 80%, apesar de o percentual referente à população atendida pela coleta de lixo ser de apenas 68%; e Luís Correia que mesmo com uma taxa de urbanização inferior a 50%, apresentou uma taxa percentual superior a 80%.

Gráfico 12 – População em domicílios com coleta de lixo nos municípios da ZC do Piauí (1991-2010) (%)



Fonte: Adaptado de ONG Trata Brasil (2019).

Cajueiro da Praia foi o município que apresentou maior crescimento percentual entre 2000 e 2010, cerca de 50%, embora seu percentual esteja muito longe do alcance da média nacional, em torno de 97%. Mediante tais dados e as observações de campo, pode-se depreender que Luís Correia e Cajueiro da Praia obtiveram os maiores crescimentos percentuais devido à expansão das segundas residências, apesar de grande parte não estar localizada na zona urbana do município, se encontrando próxima à costa, e do turismo que, mediante o crescimento da demanda, atrai formas urbanas diversas para os espaços litorâneos localizados na zona rural.

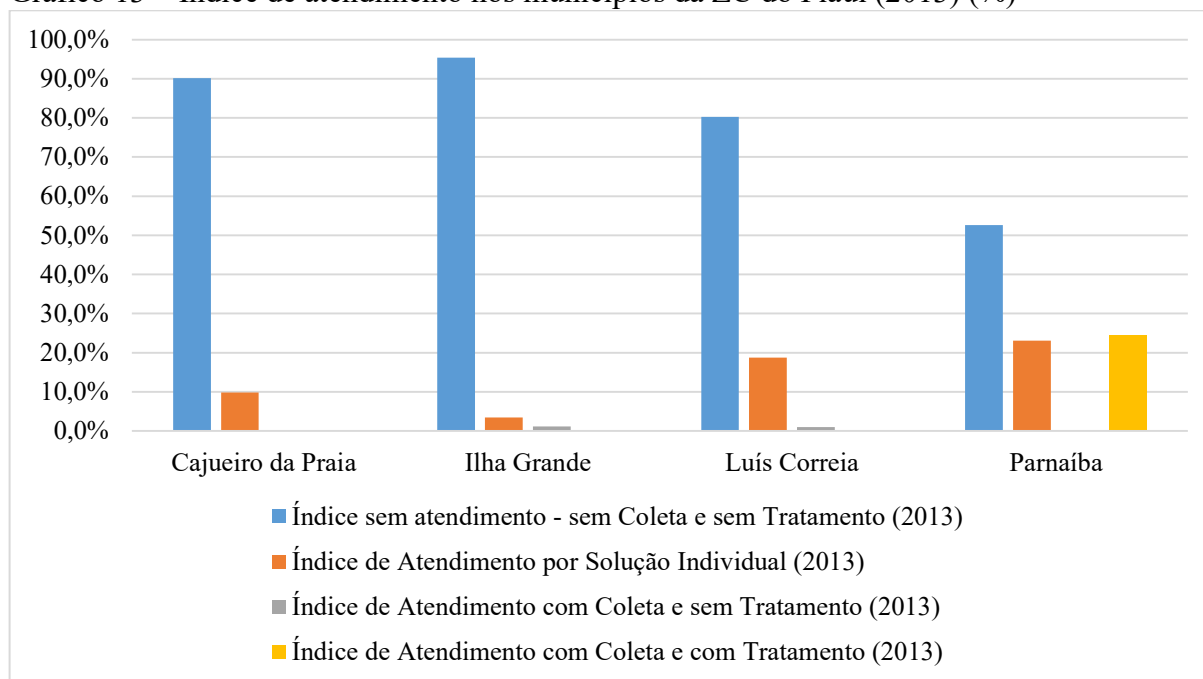
O tratamento de esgoto, entre os serviços inclusos no saneamento básico, é o que apresentou piores índices, apesar de serem baseados em dados de 2013, mais recente que os dados dos demais serviços já citados, requerendo maior atenção. Essa situação é presente em todo contexto nacional, como explica a Agência Nacional de Águas (ANA) sobre o tratamento de esgoto no país:

No Brasil, 43% da população possui seu esgoto coletado e tratado e 12% utilizam-se de solução individual, ou seja, 55% possuem tratamento considerado adequado, 18% têm seu esgoto coletado e não tratado, o que pode ser considerado como um atendimento precário, e 27% não possuem coleta nem tratamento, isto é, sem atendimento por serviço de coleta sanitário. (ANA, 2013, s./p.)

Nos municípios da ZC piauiense, a situação se apresenta com dados mais críticos, como pode ser observado no Gráfico 13. Neste, verifica-se, com exceção de Parnaíba, que

tem 52% da população sem acesso à coleta e tratamento de esgoto – o que já é um percentual preocupante – que nos demais municípios esse percentual ultrapassa 80%.

Gráfico 13 – Índice de atendimento nos municípios da ZC do Piauí (2013) (%)

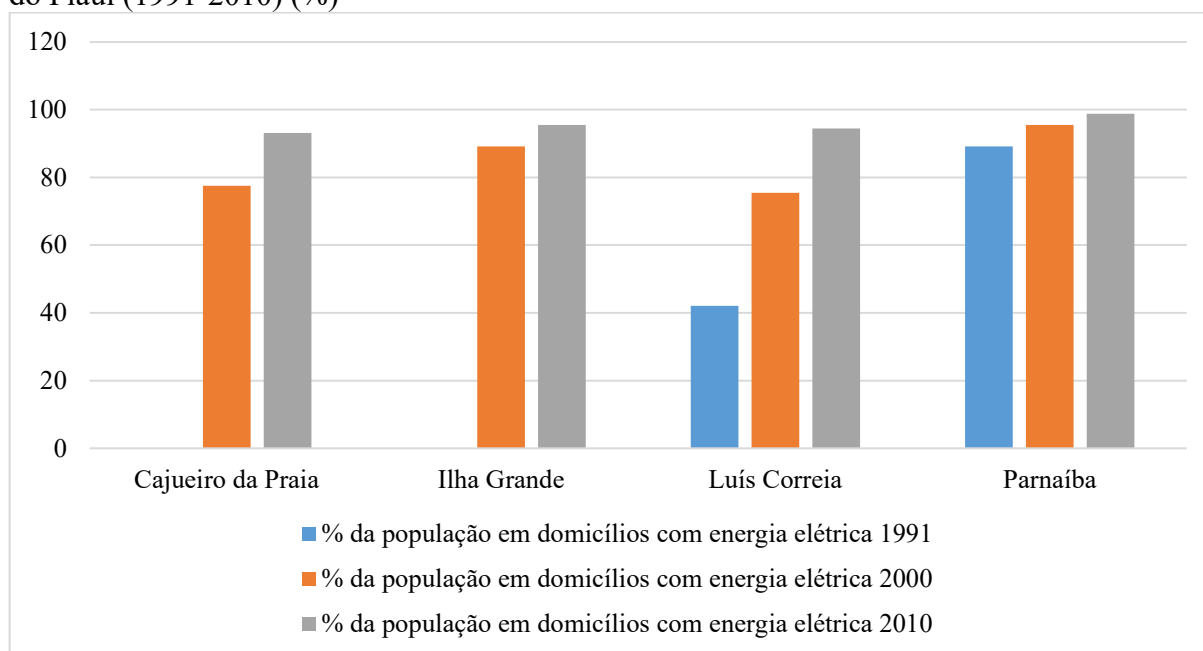


Fonte: Adaptado de Atlas Brasil (ANA, 2013).

Outro dado importante e alarmante que o gráfico acima mostra é com relação ao índice de atendimento com coleta e tratamento de esgoto, que em Parnaíba é de apenas 24%, enquanto os demais municípios não oferecem a nenhuma parcela da população este serviço. Esses dados se revelam assustadores, principalmente pelo fato dos municípios costeiros do Piauí terem total ou parte de seu território inserida numa Área de Proteção Ambiental (APA), a APA do Delta. A energia elétrica é o serviço que atende à maior parcela da população brasileira, cerca de 98,6% do total. Os municípios da ZC piauiense, segundo dados do IBGE (2010), possuem cobertura percentual similar à média nacional, variando entre 93% a 99% (Gráfico 14).



Gráfico 14 – População em domicílios com energia elétrica nos municípios da Zona Costeira do Piauí (1991-2010) (%)



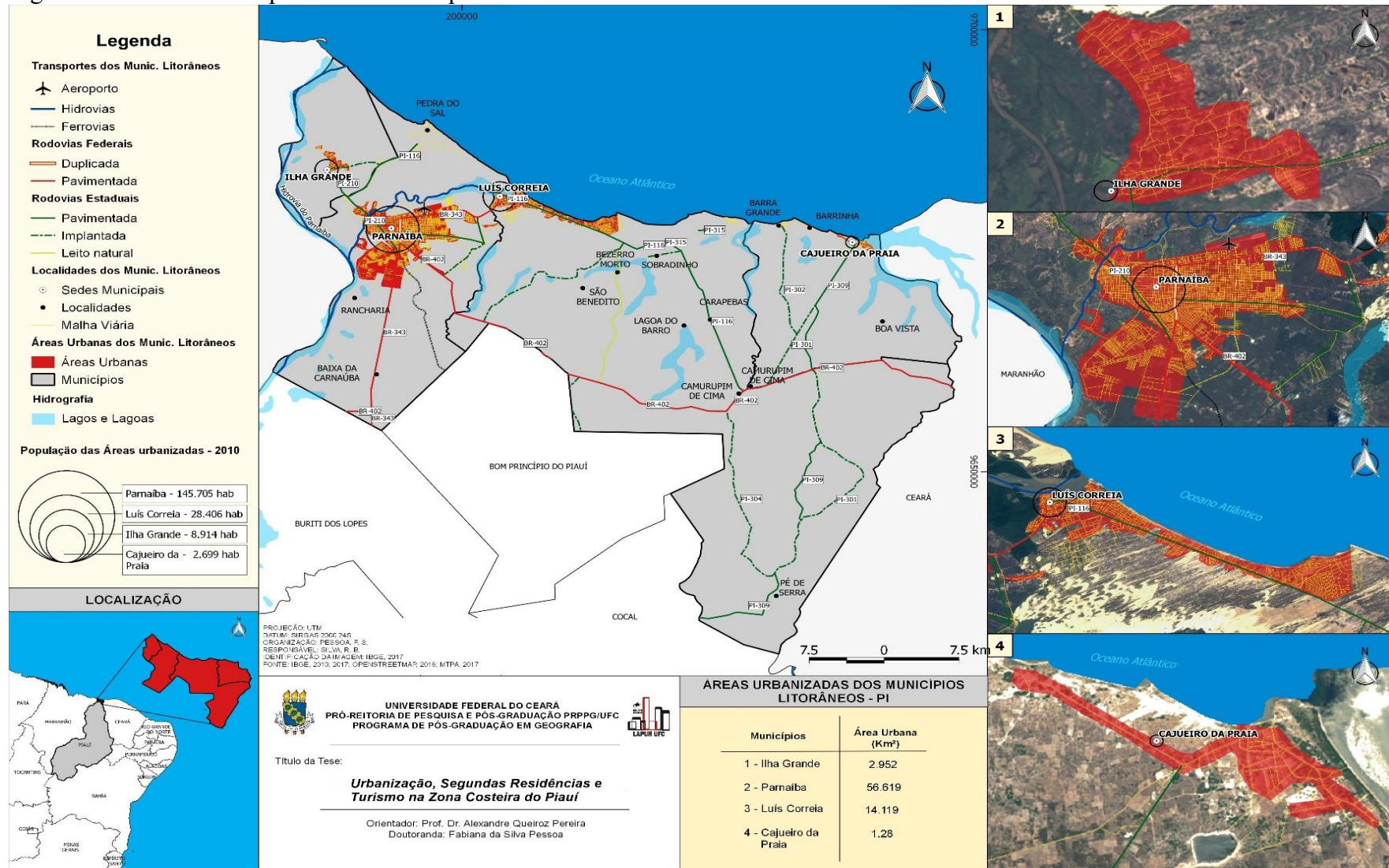
Fonte: Adaptado de Atlas Brasil (ANA, 2013).

#### 4.4 Fatores estruturais/locacionais

Nesta parte da pesquisa será apresentada a rede de transporte e a infraestrutura física (sinalização de acesso; vias, transporte coletivo, limpeza e telecomunicações) da zona urbana e dos espaços litorâneos da ZC piauiense, por estas serem elementos considerados importantes na configuração urbana de um território. Os meios de transporte e/ou as vias por onde esses circulam, em especial as rodovias, são capazes de atrair aglomerações e promover a urbanização ao longo desses eixos. Novaes (1989) conceitua a rede de transporte como um conjunto interligado de rotas específicas, onde circulam os transportes. Sob o âmbito da ciência geográfica, entende-se que a rede é o instrumento que viabiliza a circulação e a comunicação, que agem de forma complementar entre si (RAFFESTIN, 1993), podendo assim existir vários tipos de redes.

As redes de transporte, por exemplo, se apresentam de várias formas, tais como: rede rodoviária, ferroviária, hidroviária e aérea – todas com a mesma função, viabilizar a circulação, de pessoas, mercadorias, etc. e a comunicação. No caso da ZC piauiense, sua população, até a década de 1960, possuía as hidroviárias e a ferrovia como principais redes de transporte do território. Após esse período, mediante a influência de políticas do governo federal, a rede rodoviária passou a predominar.

Figura 27 – Rede de transportes dos municípios da Zona Costeira do Piauí



Fonte: Adaptado de ANTT (2017) e IBGE (2010; 2017).

Entre os municípios da ZC, Parnaíba oferece melhor infraestrutura por deter três modais, com destaque para a rede rodoviária que, além das vias de acesso, BR 343 (acesso principal para Teresina), 402 (acesso para os Estados do Maranhão e Ceará), e pelas rodovias estaduais PI 116 e 210, possui também de um terminal rodoviário que disponibiliza linhas de ônibus intermunicipais e interestaduais regulares; aéreo, por possuir um terminal aeroportuário que opera com voos regulares; e as hidroviárias, utilizadas principalmente por pescadores e para a atividade turística. As ferroviárias, símbolo da modernidade na primeira metade do século XX, foram desativadas na segunda metade do mesmo século.

Nos demais municípios predomina, também, a rede rodoviária, mas esta oferece menor infraestrutura por ter vias mais estreitas, com buracos e com a presença de animais na pista. Com relação aos terminais rodoviários, Luís Correia possui um no centro da cidade, próximo a hotéis e pousadas, e outros serviços. Ilha Grande, por seu turno, apesar de linhas de ônibus intermunicipais regulares, não possui terminal rodoviário. Por último, em Cajueiro da Praia há um terminal rodoviário próximo ao povoado onde está localizada a praia de Barra Grande, distante cerca de 15km da sede do município, construído recentemente, mas que, devido à falta de manutenção, já se encontra com a infraestrutura comprometida.

Com relação à infraestrutura física, as informações foram obtidas em pesquisa de campo, realizada em janeiro de 2020, a partir da qual foram efetuadas observações *in loco* e entrevistas com moradores. A pesquisa ocorreu no entorno das principais vias de acesso para as sedes e para as praias dos quatro municípios, em 16 localidades, onde se concentram um maior número de formas urbanas, principalmente residências e serviços, com o objetivo de identificar a estrutura física (sinalização de acesso; vias, transporte coletivo, limpeza e telecomunicações) existente nessas áreas (Quadro 5).

No que se refere à estrutura de sinalização, verificou-se, ao longo de todas as vias de acesso e no entorno das localidades, a presença de placas indicando o percurso correto para a sede e para as praias. Contudo, na Pedra do Sal foi observado um número reduzido de placas e a ausência de sinalização horizontal, que torna o acesso perigoso, principalmente durante a noite, pois o motorista não tem referência se está em sua via ou na via contrária.

Com relação às vias, é correto afirmar que todas as localidades são atendidas com vias de fácil acesso, em grande parte asfaltadas, mas com manutenção precária. A PI-116, que liga a sede de Parnaíba à Praia Pedra do Sal, e também dá acesso ao município de Ilha Grande, possui o trecho muito precário, por ser estreito, com muitos buracos, animais na pista, falta de sinalização horizontal e poucas placas, além da ausência de fiscalização de trânsito.

Quadro 5 – Infraestrutura física no entorno das vias de acesso à sede e às localidades com praias dos municípios da ZC Piauiense

Infraestrutura		Municípios/Localidades															
		Ilha Grande			Parnaíba				Luís Correia				Cajueiro da Praia				
		Centro	Tatus	Baixão	Pedra do Sal	Centro	Av. São Sebastião	Floriópolis	Centro	Atalaia	Peito de Moça	Coqueiro	Maramar	Macapá	Centro	Barrinha	Barra Grande
Sinalização de Acesso	Sinalizado	X	X	X	X	X	X	X					X	X	X	X	X
	Sinalização Precária								X	X	X	X					
	Sem Sinalização																
Vias	Terra e/ou piçarra																
	Pedra Tosca													X	X	X	
	Asfalto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Transporte Coletivo	Ônibus	X							X						X		X
	Alternativo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X
Limpeza	Capina	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Coleta Semanal de Lixo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Limpeza com Varredores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X
Telecomunicações	Rede de Telefonia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X			
	Telefones Públicos	X				X			X					X			
	Internet	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O acesso à sede do município de Ilha Grande e ao Porto dos Tatus (porto principal de acesso ao Delta do Parnaíba) possui vias estreitas, mas bem pavimentadas e sinalizadas. Do Centro de Parnaíba a Luís Correia, passando pela Av. São Sebastião e seguindo pela BR-343, as vias apresentam boa infraestrutura, pois são largas, asfaltadas e iluminadas. Na PI-116, o intervalo localizado em Luís Correia, paralelo à costa litorânea do município, onde estão localizados a maior parte dos hotéis e pousadas, além bares e restaurantes, apresenta trechos precários mediante a presença de muitos buracos. Outrossim, em alguns trechos próximos às vias de acesso das praias de Maramar e Macapá, há a invasão de dunas na via, o que requer maior atenção dos motoristas.

Para as praias de Maramar e Macapá, as vias são amplas e pavimentadas, mas com presença frequente de animais. A via de acesso a Cajueiro da Praia tem início na BR-402, próximo da divisa do Piauí com o Ceará, distante 30km da sede e de Barra Grande. É asfaltada, contudo, estreita, e possui a presença de buracos e animais. Barrinha está localizada na costa entre a sede do município e Barra Grande, cujo acesso é por via de pedra tosca.

Com relação ao transporte coletivo, todos os municípios e localidades são atendidos com linhas intermunicipais e alternativas. Com exceção de Cajueiro da Praia, os municípios e localidades possuem vários horários disponíveis de transporte alternativo (tipo van), que atendem tanto à população que deseja ir para Parnaíba, como a que deseja fazer o caminho contrário, seja para as localidades de Luís Correia ou Ilha Grande, possibilitando o transporte de banhistas que não possuem automóveis.

Contudo, as três empresas de alternativos que fazem linha para as localidades de Cajueiro da Praia, passando por Luís Correia, com destino final a Parnaíba, oferecem apenas um horário de partida pela manhã e um horário para retorno à tarde, de segunda a sábado. Nota-se que o transporte alternativo visa atender à população que necessita chegar a Parnaíba, seja para estudar, trabalhar ou resolver algo, e retornar no fim da tarde, impossibilitando a condução de possíveis turistas não possuidores de automóveis particulares.

Além do transporte alternativo, Cajueiro da Praia também é atendido por uma grande empresa de ônibus que faz linha para Teresina e possui dois pontos de embarque e desembarque na agência localizada no centro de município e na rodoviária de Barra Grande, localizada em área de pouco ou nenhum movimento, sem sinal de celular ou rede de internet, telefone público ou guichê de informações. Este se encontra ao lado de um posto da Polícia Militar, que geralmente se encontra fechado.

Quanto à limpeza, todos os municípios possuem serviços de capina, limpeza com varredores e coleta semanal de lixo pelo menos duas vezes na semana. Contudo, relatos de

moradores e proprietários de pousadas, narram a necessidade de contratar pessoas para realizar a capina em espaços públicos, devido à frequência insuficiente de tal serviço promovido pela prefeitura.

Com relação às telecomunicações, em todas as localidades há poucos telefones públicos, que geralmente não funcionam. Contudo, com exceção de Maramar, Macapá, Barra Grande e Barrinha, todas as demais localidades disponibilizam de rede de telefonia móvel. A internet, nessas localidades, se faz presente via satélite, rádio e/ou fibra ótica, mas geralmente é compartilhada entre por residências e/ou estabelecimentos privados.

#### **4.5 Fatores institucionais**

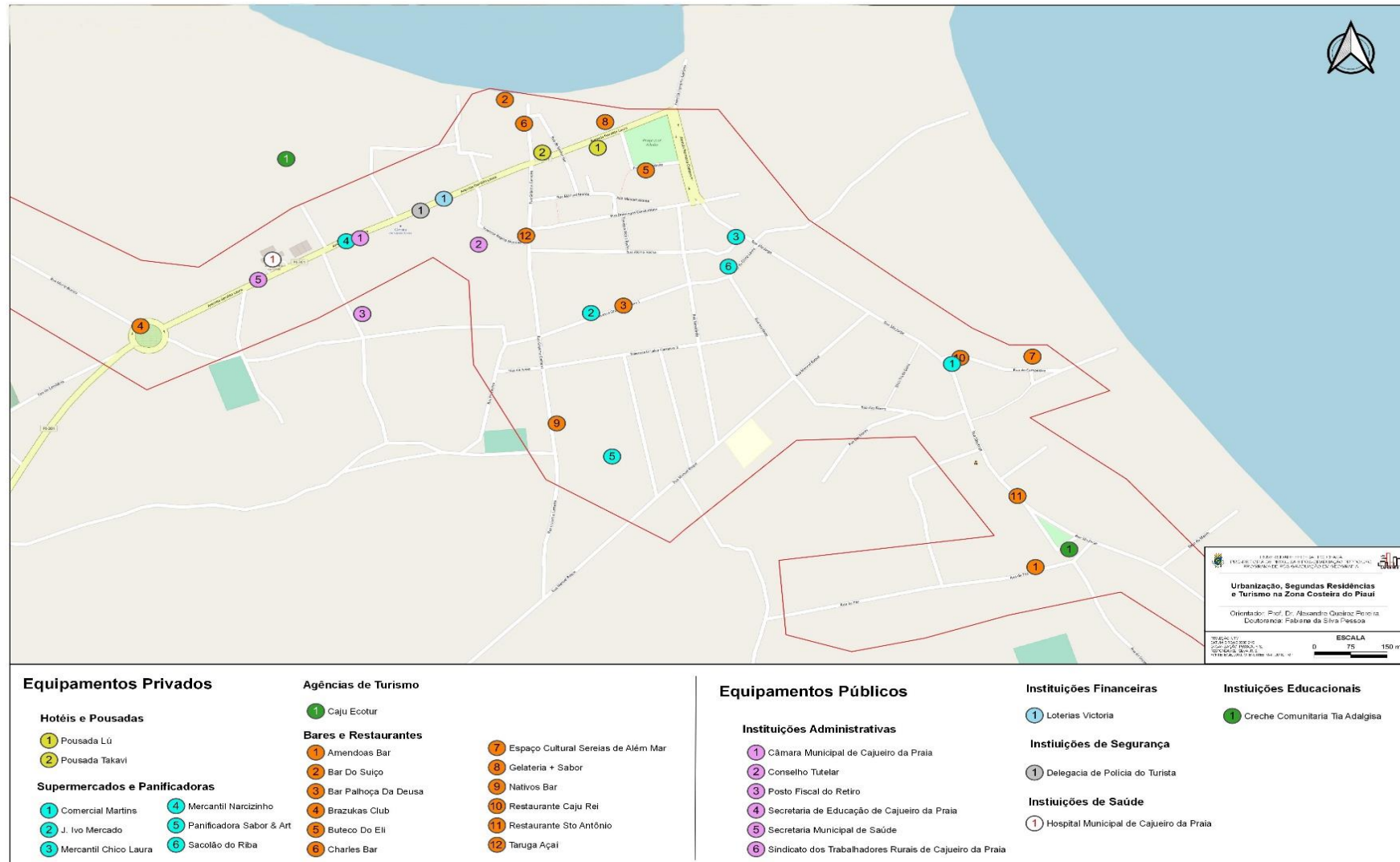
Os fatores institucionais compreendem a análise da existência e a importância de serviços públicos e privados, comércio, instituições de ensino e estabelecimentos de saúde, que são de fundamental importância ao estudo da urbanização ocorrente na ZC piauiense. Para mostrar a existência desses equipamentos, foi realizada uma pesquisa de campo em conjunto com uma busca no Google Maps para identificá-los nos mapas de equipamentos urbanos dos municípios em estudo. Esta busca teve por objetivo apresentar tais informações de forma detalhada e por isso foram elaborados mapas individuais de cada município da ZC, sendo que em Luís Correia e Cajueiro da Praia, por possuírem equipamentos dispersos ao longo de toda a costa, e Parnaíba por concentrar uma gama de equipamentos e/ou serviços, estes foram representados por dois mapas cada.

Quanto a Luís Correia e Cajueiro da Praia, um mapa faz alusão à sede e/ou a zona urbana estabelecida em legislação municipal e o outro se refere aos espaços litorâneos localizados na zona rural, mas que detêm inúmeros equipamentos principalmente voltados à atividade turística. Em Parnaíba, um mapa é referente aos equipamentos urbanos públicos, enquanto o outro é alusivo aos equipamentos urbanos privados.

Nas Figuras 25 e 26, são apresentados os mapas referentes ao Município de Cajueiro da Praia, a partir dos quais se pode observar que os equipamentos públicos estão concentrados na sede e são representados por instituições administrativas municipais, além de uma delegacia e um hospital municipal de pequeno porte. Quanto aos equipamentos privados, estes se limitam a bares e restaurantes e comércios de pequeno porte. *In loco* também foi identificada uma agência do Banco Bradesco, Correios e Lotérica, além de uma escola de Ensino Fundamental e outra de Ensino Médio.

Na Figura 28, em que é apresentado o mapa referente aos espaços litorâneos localizados na zona rural, podem ser evidenciadas dezenas de pousadas e casas de veraneio, além de bares, restaurantes e outros pequenos comércios – todos voltados para a atividade turística e de lazer – que têm como principal atrativo os ventos fortes apropriados para a prática do *kitesurf*, que atrai uma grande quantidade de turistas estrangeiros. Esse público tem atraído empresários do sul e sudeste brasileiro, bem como estrangeiros, europeus, que geralmente adotam um estilo de vida alternativo por apreciarem a natureza e a prática do *kite* e viram no local a possibilidade de fonte de renda associada ao estilo de vida.

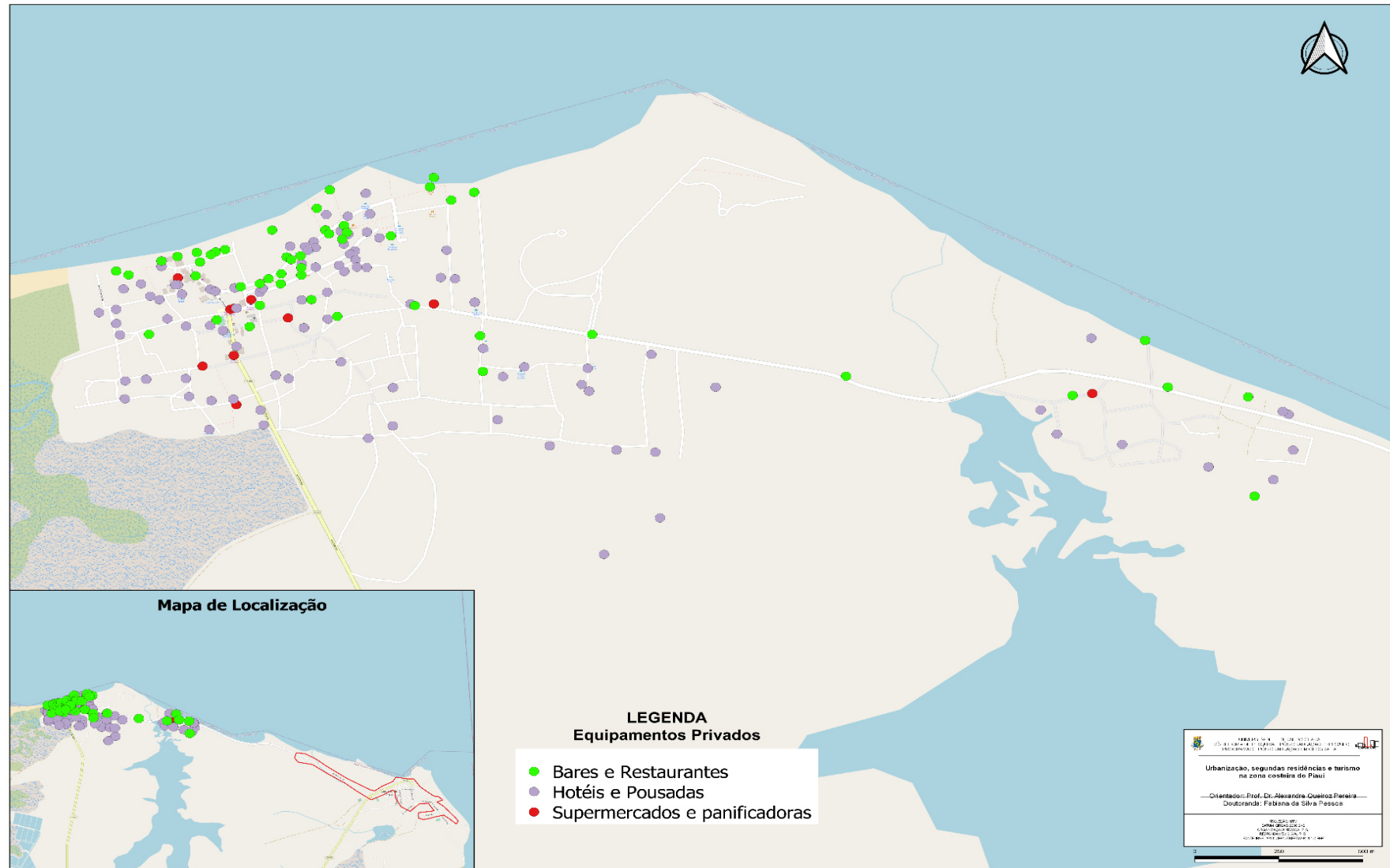
Figura 28 – Mapa dos equipamentos urbanos na sede do Município de Cajueiro da Praia/PI



Fonte: Adaptado de Google Maps (2019).



Figura 29 – Mapa dos equipamentos urbanos nos espaços litorâneos da zona rural de Cajueiro da Praia/PI



Fonte: Adaptado de Google Maps (2019).

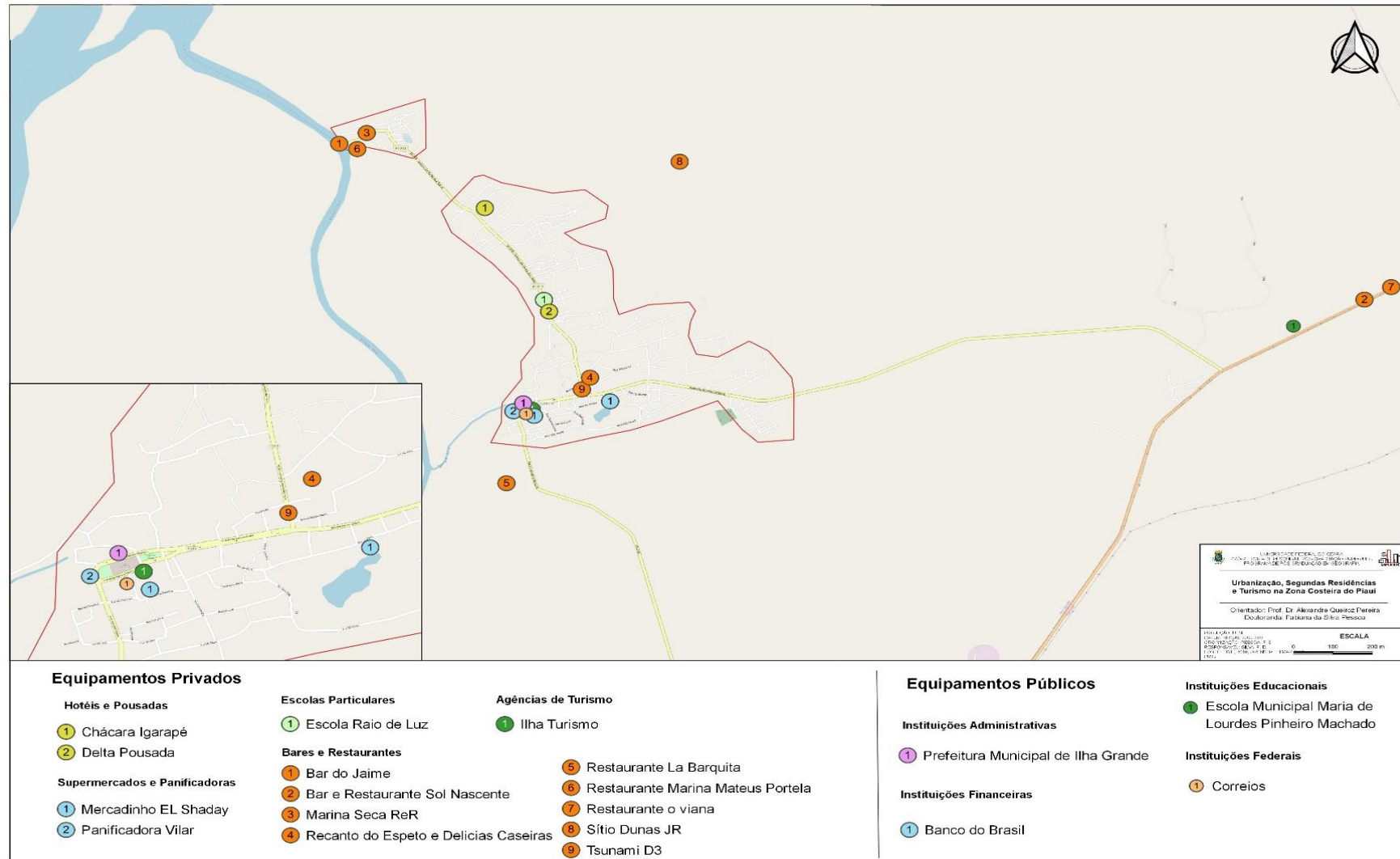
Em Ilha Grande, representada no mapa da Figura 30, foram identificados poucos equipamentos ao longo do município, concentrados na sede e no entorno do Porto dos Tatus. Na sede estão localizadas a prefeitura e as demais instituições administrativas e municipais, além das escolas de Ensino Fundamental e Médio. Na data da pesquisa de campo, foi identificada a estrutura de uma agência dos Correios, que se encontrava desativada há alguns meses devido a um assalto ocorrido no local. Quanto aos estabelecimentos privados, a maioria se trata de bares e restaurantes no entorno do Porto dos Tatus e agências de turismo, que oferecem passeios ao Delta do Parnaíba.

Luís Correia, principalmente na sede, já detém de maior infraestrutura com supermercados, hotéis, pousadas e até estabelecimentos de saúde de âmbito privado. Neste setor também é importante destacar a concentração de barracas de praia, localizadas na orla de Atalaia, além de bares, restaurantes e colônia de férias concentradas na PI-116, paralela à orla, ainda no trecho da zona urbana do município. O setor público de Luís Correia também detém de um maior número de equipamentos, se comparado a Cajueiro da Praia e Ilha Grande, dentre eles, instituições administrativas do município, agências bancárias, hospital, delegacia e instituições de ensino infantil, fundamental, médio e superior (Figura 29).

No mapa da Figura 29, referente aos espaços litorâneos da zona rural do município, também há a presença de muitos equipamentos urbanos, em geral pertencentes ao setor privado, voltados principalmente para banhistas e turistas, como: *resorts*, hotéis, pousadas, bares e restaurantes, além de muitas casas de veraneio, aqui também denominadas de domicílios de uso ocasional.

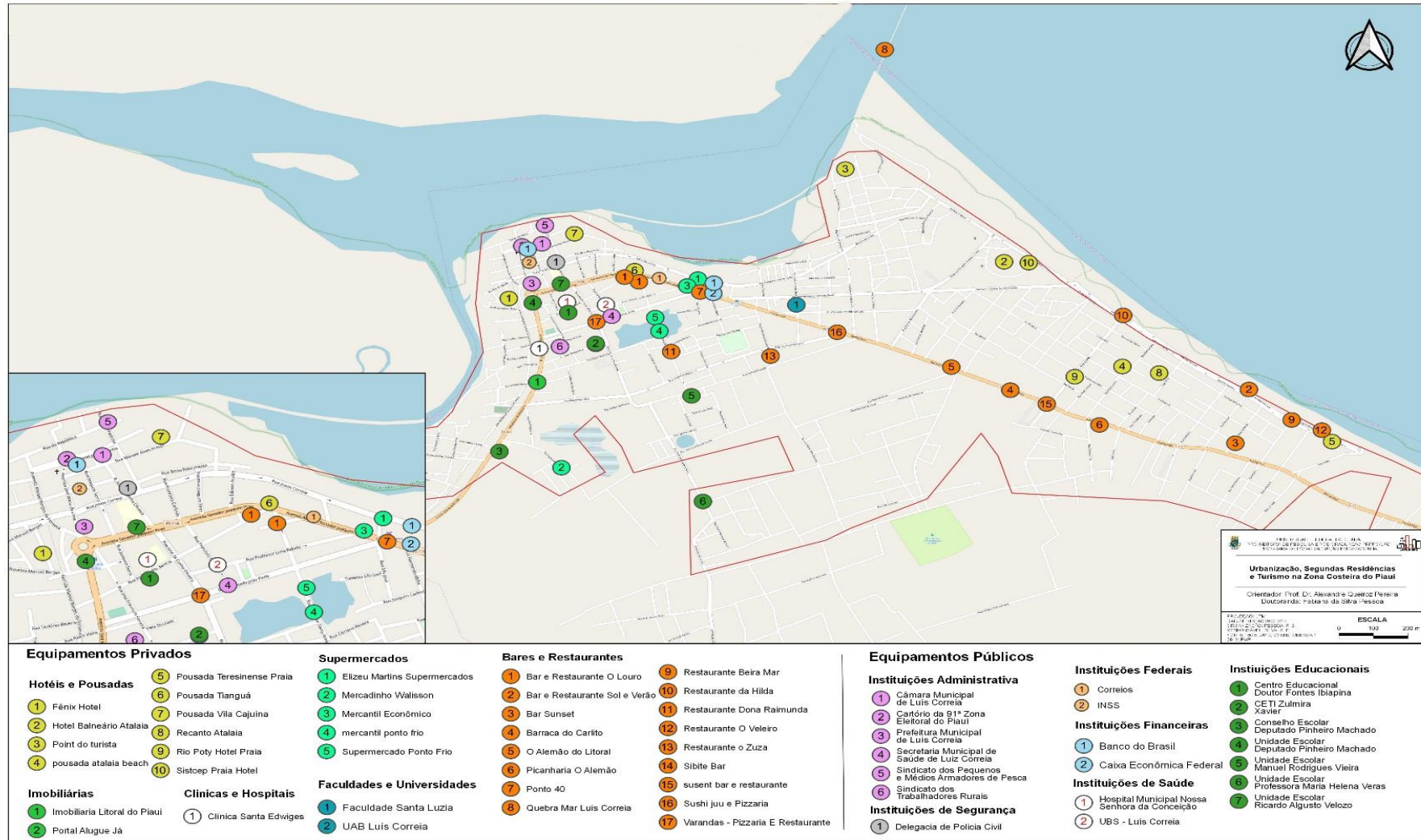
Dentre os mapas de equipamentos urbanos dos municípios da ZC, Parnaíba apresenta a maior quantidade e diversidade de serviços. No setor público, esses equipamentos (Figura 30) são representados por órgãos e/ou agências de nível federal como INSS, IBGE, Receita Federal, Polícia Federal, IBAMA, dentre outros. Na escala Estadual há a presença de vários órgãos que atendem todo o extremo norte do Estado como, Secretarias de Segurança, de educação, de fazenda, cartórios eleitorais e instituições de saúde que oferecem serviços de alta, média e baixa complexidade, etc. e na Municipal são representados, principalmente, pelas Unidades básicas de Saúde (UBS), Centros de referência e assistência social (CRAS). Outros equipamentos de destaque, oferecidos pelo setor público, são as instituições de Ensino Superior, Médio e Fundamental.

Figura 30 – Mapa dos equipamentos urbanos do Município de Ilha Grande/PI



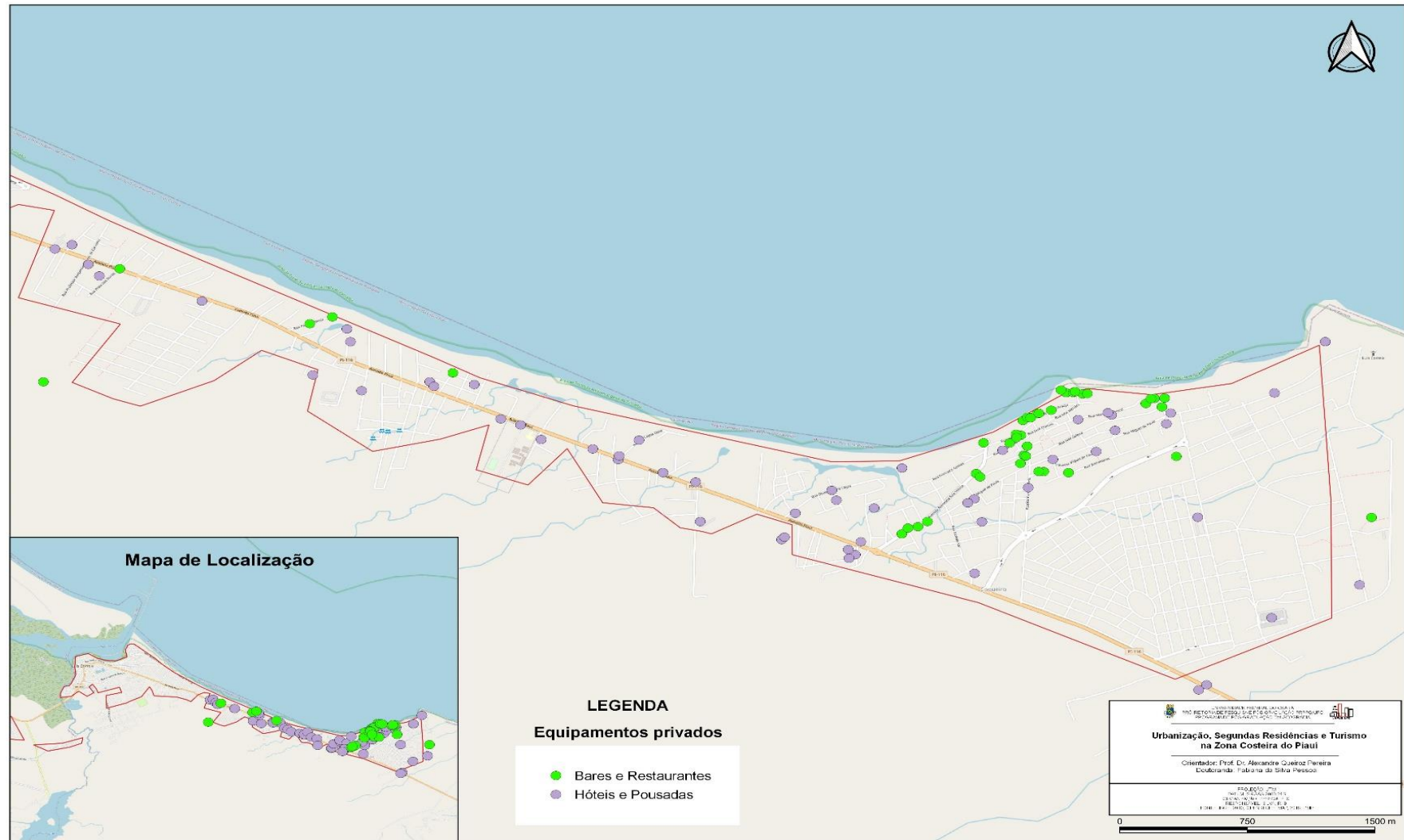
Fonte: Adaptado de Google Maps (2019).

Figura 31 – Mapa dos equipamentos urbanos na sede do Município de Luís Correia/PI



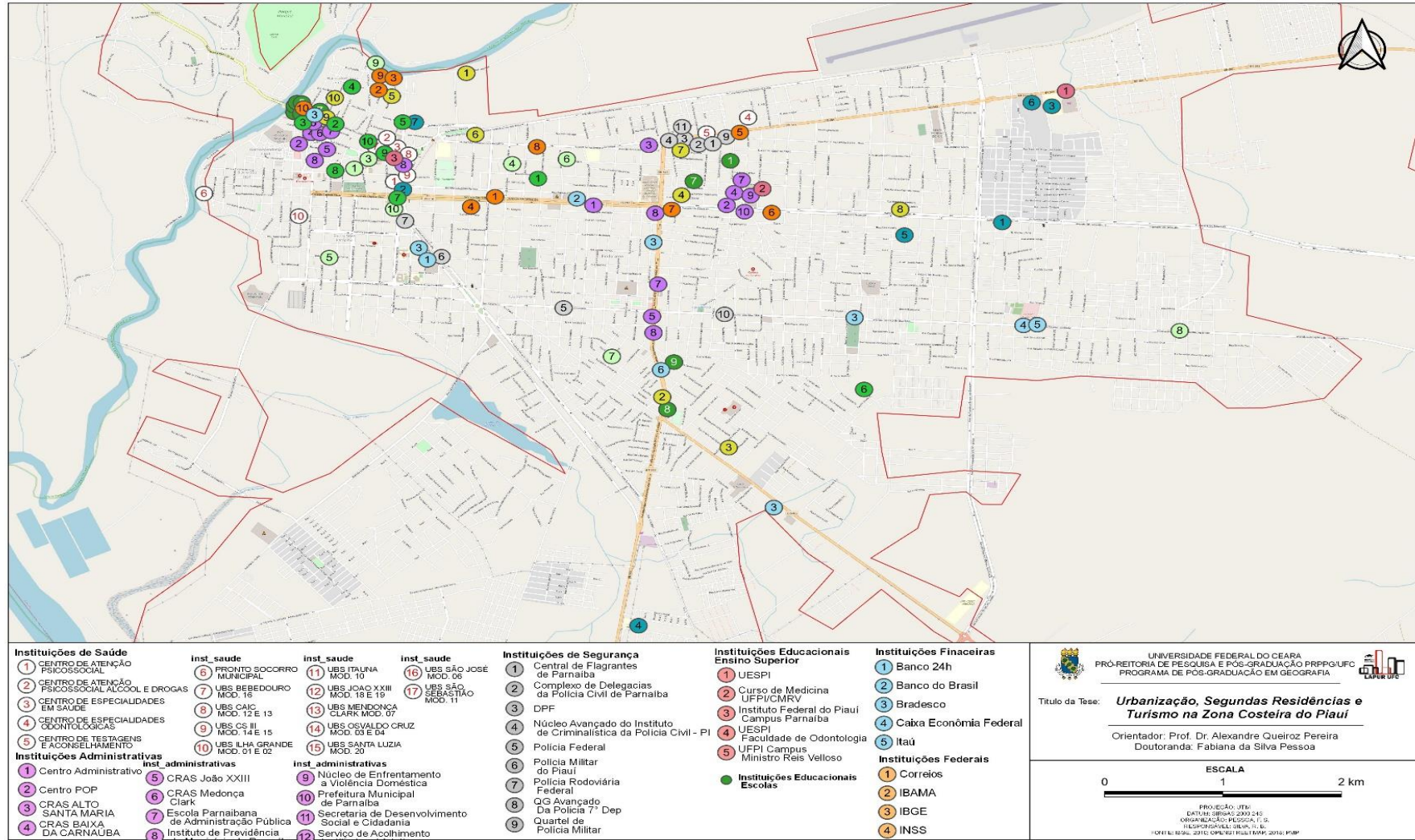
Fonte: Adaptado de Google Maps (2019).

Figura 32 – Mapa dos equipamentos urbanos nos espaços litorâneos da zona rural de Luís Correia/PI



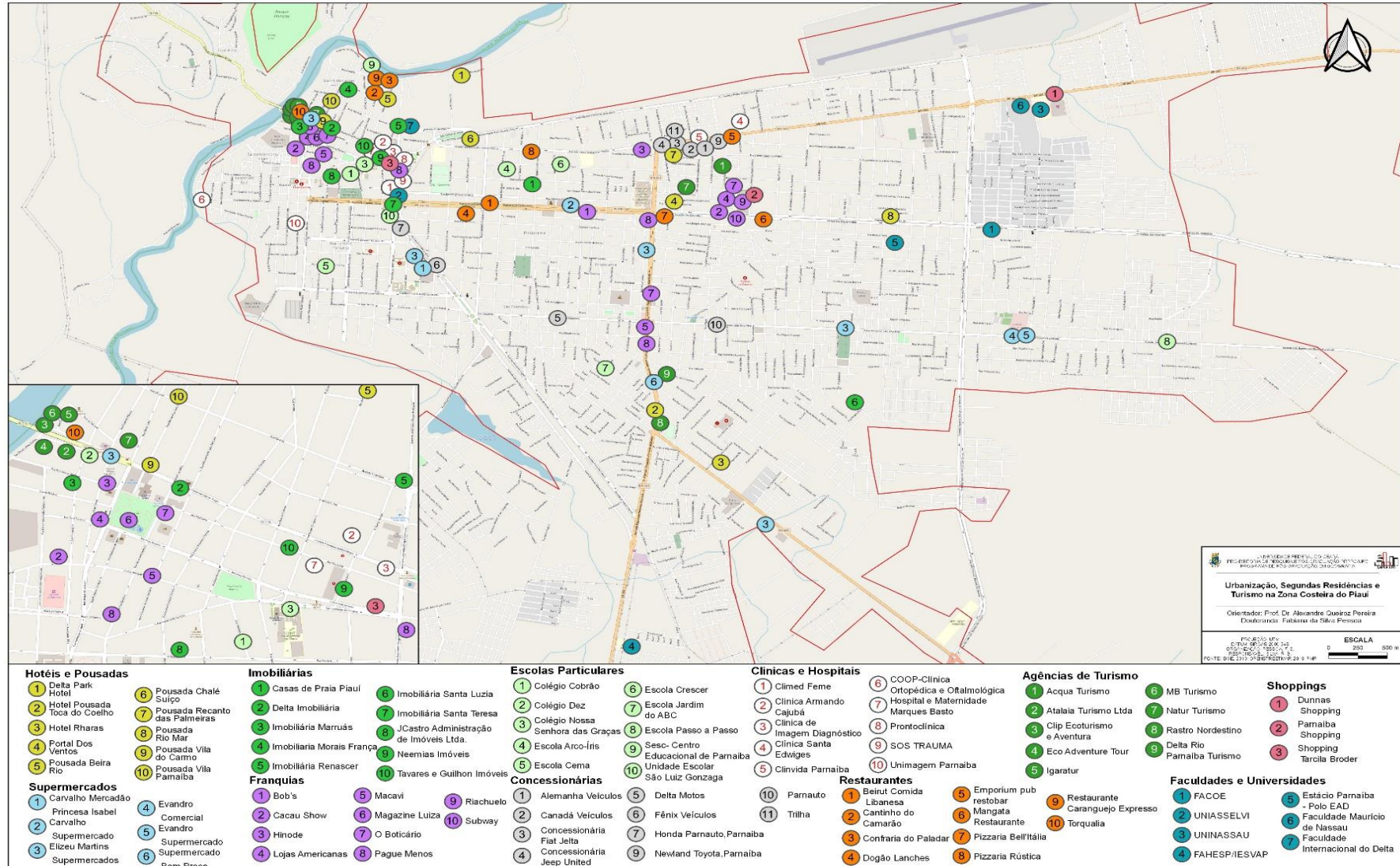
Fonte: Adaptado de Google Maps (2019).

Figura 33 – Mapa dos equipamentos urbanos públicos do Município de Parnaíba/PI



Fonte: Adaptado de Google Maps (2019).

Figura 34 – Mapa dos equipamentos urbanos privados do Município de Parnaíba/PI



Fonte: Adaptado de Google Maps (2019).

Dentre os mapas de equipamentos urbanos dos municípios da ZC, Parnaíba apresenta a maior quantidade e diversidade de serviços. No setor público, esses equipamentos (Figura 33) são representados por órgãos e/ou agências de nível federal como, INSS, IBGE, Receita Federal, Polícia Federal, IBAMA, dentre outros. Na escala Estadual, há a presença de vários órgãos que atendem todo o extremo norte do Estado, como Secretarias de Segurança, de educação, de fazenda, cartórios eleitorais e instituições de saúde que oferecem serviços de alta, média e baixa complexidade, etc., enquanto que na Municipal são representados, principalmente, pelas Unidades básicas de Saúde (UBS), Centros de referência e assistência social (CRAS). Outros equipamentos de destaque oferecidos pelo setor público são as instituições de Ensino Superior, Médio e Fundamental.

Quanto aos equipamentos existentes no setor privado (Figura 34), Parnaíba está muito à frente dos municípios da ZC do Estado, com filiais de supermercados de rede nacional e regional, e matriz de redes de comércio atacadistas e varejistas, e imobiliárias, que atendem demandas de todo extremo norte do Estado e de alguns municípios vizinhos localizados no Estado do Maranhão. Além do comércio, os serviços de saúde oferecidos pelo setor privado também são referência para todos os municípios que fazem parte Planície Costeira, assim como para alguns municípios do Maranhão, por oferecerem atendimento de alta, média e baixa complexidade.

As instituições de ensino, principalmente as faculdades, também atraem um grande número de alunos de cidades vizinhas, e se configuram como equipamento urbano importante que atrai uma gama de outros serviços, voltados para atender esse público, como bares, restaurantes, quitinetes, dentre outros. Parnaíba também possui *shoppings*, reflexo do comércio e do poder de compra da população da cidade e entorno, e dezenas de pousadas e hotéis direcionados para o turismo de negócio, já que os mesmos, em geral, são utilizados por empresários, representantes comerciais e profissionais liberais ao longo de todo o ano, principalmente, em dias úteis.

Assim, os dados e cenários apresentados ao longo deste capítulo revelam que os municípios da ZC piauiense, mesmo com intensidades distintas, mostram que é crescente a urbanização ao longo deste território. Seguindo uma tendência ocorrente na ZC nordestina, esses processos têm atraído novos vetores, que induzem ainda mais a urbanização, além dos aspectos urbanos espaciais, com destaque para as atividades voltadas para o lazer, as segundas residências e o turismo.



## **5 SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E TURISMO: AS PRÁTICAS MARÍTIMAS MODERNAS NA URBANIZAÇÃO DA ZONA COSTEIRA PIAUIENSE**

A ZC do Piauí, com 66 km de extensão de linha de costa, mesmo não sendo um destino turístico com características de um grande balneário se conecta a uma tendência nacional e passa por sucessivas dinâmicas de ocupação a partir das práticas marítimas modernas, as quais permitem, especialmente através da vilegiatura marítima por meio das segundas residências e do turismo, novas formas de uso e ocupação do território costeiro do Estado, principalmente na zona urbana e nos espaços litorâneos os quais correspondem neste estudo espaços distintos, mas interligados e que sofrem alterações urbanas contínuas que promovem a urbanização destes.

Num contexto geral, os territórios costeiros brasileiros, especialmente aqueles detêm nestes territórios regiões metropolitanas, possuem características de grandes balneários turísticos que, junto à vilegiatura marítima e ao turismo, se agregam inúmeras atividades econômicas promovidas pela iniciativa privada, como o setor imobiliário, o comércio, meios de hospedagem, bares, restaurantes, dentre outros, e pelo estímulo do poder público por meio de políticas de incentivo ao turismo e a implantação de infraestrutura, que juntos reconfiguram toda a dinâmica urbana da ZC.

No caso do Piauí, a ZC do Estado está distante da capital, sendo o polo urbano deste território um centro sub-regional importante, Parnaíba, mas distante de possuir um potencial para a metropolização. É neste contexto que se justifica a importância de pesquisar sobre as práticas marítimas modernas e a urbanização que estas promovem sobre o território da ZC piauiense. Por essa razão é que o presente capítulo objetivou analisar a atuação das segundas residências e do turismo como influenciadores da urbanização e/ou formas urbanas na ZC piauiense, e organizado em três subcapítulos: (i) Segundas residências; (ii) Turismo; e (iii) O território usado: uma análise integrada dos vetores que induzem a urbanização nos municípios da Zona Costeira.

Assim, foi apresentado no primeiro subcapítulo um olhar sobre a (re)produção do espaço urbano pelas segundas residências; o perfil do vilegiaturista e/ou proprietário e um tópico que coloca em questão o município de Parnaíba, no segundo subcapítulo um olhar sobre a (re)produção do espaço urbano pelo turismo e pontuado o perfil dos empreendedores e turistas e no terceiro e último subcapítulo foi apresentada uma análise integrada dos vetores que induzem a urbanização nos municípios da Zona Costeira, buscando destacar as

peculiaridades e relações existentes entre os municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia.

### 5.1 Segundas residências

Em busca de lazer, várias pessoas se deslocam sozinhas ou em grupo, seja de amigos ou família, para outros lugares próximos ou distantes de onde residem. Na contemporaneidade, apesar da diversidade de destinos que oferecem atividades voltadas para o lazer em territórios continentais, são as áreas litorâneas que atraem um grande fluxo de pessoas que buscam tais atividades. Esse fenômeno, denominado de Maritimidade, que faz referência ao “conjunto de relações de uma população com o mar” (CLAVAL, 1996, *apud* DANTAS, 2010, p. 15), transforma as áreas litorâneas em espaços de grande valor social para as sociedades modernas e pós-modernas.

Essa valorização se consolida frente à propagação das práticas marítimas modernas, correspondentes às novas possibilidades de uso dos espaços litorâneos pela sociedade, como: as práticas terapêuticas, práticas de recreação e de lazer, os banhos de mar, as caminhadas, a vilegiatura e o turismo litorâneo (DANTAS; PEREIRA; PANIZZA, 2008; DANTAS, 2010), e incorpora nesse processo a lógica capitalista, que aqui será analisada a partir das segundas residências e das atividades turísticas, com ênfase na ZC piauiense.

Neste capítulo, o foco é interpretar o processo de urbanização induzido pelas segundas residências no território costeiro da ZC piauiense, aqui entendidas como habitação utilizada para visitas esporádicas com o objetivo principal de realizar práticas voltadas para o ócio e o lazer. Na contemporaneidade, as segundas residências se apresentam como componentes da urbanização capazes de proporcionar lazer, e que, incorporadas à lógica capitalista, interferem na (re)produção de espaços urbanos.

Este vetor, em escala global, tem sido objeto de estudo da Geografia e de ciências afins, as quais comprovam que este processo ocorre de forma mais intensa em áreas costeiras e se estende para além dos grandes centros urbanos. No Brasil, este é facilmente observado a partir de dados coletados e disponibilizados pelo IBGE, nos censos demográficos classificados como domicílios de uso ocasional e em pesquisas científicas diversas, promovidas, em geral, por programas ou grupos de estudos sobre turismo, vilegiatura marítima, maritimidade, práticas marítimas modernas, dentre outros.

Nesta pesquisa, cujo objetivo primaz é analisar os vetores que atuam com veemência na urbanização da ZC piauiense, considera-se, a partir de uma constatação empírica, que as

segundas residências são um vetor importante na (re)produção de espaços urbanos deste território, pois estes estão na ZC e compõem a ZC. Por esta razão, julga-se importante analisar a atuação das segundas residências como componentes da urbanização e provedoras de formas urbanas na ZC a partir da análise das características, expansão e perfil dos proprietários das segundas residências na ZC piauiense.

E ressaltando que a análise retome às categorias de análise – urbanização, território usado e processos – baseadas especialmente sob um viés miltoniano para interpretar o processo de urbanização induzido pelas segundas residências na ZC piauiense, uma vez que Milton Santos (2012a) entende que o território é fruto de um espaço de produção e de relações, também sujeitas a ele. Essa perspectiva entende o território como um híbrido de materialidade e imaterialidade, e que por essa razão o território deve ser estudado considerando a forma como está sendo usado, pois isso permite entender como a sociedade, fenômenos, lógicas globais e fluxos usam e constroem o território.

Considerando tal pensamento, inicialmente será apresentado um olhar sobre o elementos fixos e materiais – as segundas residências –, identificando áreas, bairros ou praias dos municípios da ZC piauiense que detinham uma maior concentração desses componentes, buscando evidenciar em quais trechos era perceptível a consolidação, expansão e estagnação do vetor e quais tipos de DUO – casas, condomínios e apartamentos – predominantes nestes. Posteriormente, os dados resultantes da aplicação dos questionários aos proprietários e/ou ocupantes das segundas residências, com o intuito de identificar o perfil destes, e tentar investigar o papel desta forma de uso do território vinculado às classes sociais de consumo e organização do território, serão organizados e analisados.

### **Um olhar sobre a (re)produção do espaço urbano pelas segundas residências**

Com o intuito de visualizar o movimento nas segundas residências e traçar uma visão geral e comparativa entre os municípios, associada ao conhecimento empírico da responsável por esta pesquisa, foi possível evidenciar *in loco* que, dentre os municípios costeiros, Luís Correia é o que apresenta, de forma mais incisiva, a ocorrência e a construção de segundas residências, sejam em lotes comuns ou em condomínios fechados de casas e/ou apartamentos (Figuras 35, 36 e 37).

Figura 35 – Casa de veraneio em Luís Correia/PI



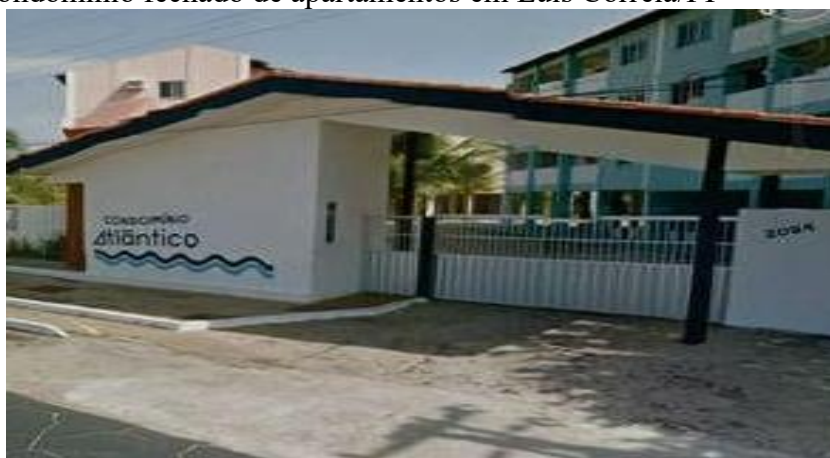
Fonte: Viva Mapio (2020).

Figura 36 – Casa em condomínio fechado em Luís Correia/PI



Fonte: Booking (2020).

Figura 37 – Condomínio fechado de apartamentos em Luís Correia/PI



Fonte: Booking (2020).

Em Parnaíba, mesmo obtendo o segundo maior número de DUO da ZC, não fica claro onde há uma maior ocorrência de segundas residências, por estas não possuírem

características físicas que as diferencie das demais residências de uso permanente. Contudo, acredita-se que estas estejam concentradas no entorno da BR-343, tanto na entrada da cidade (acesso a Teresina), quanto na saída (acesso a Luís Correia), onde foram construídos vários empreendimentos imobiliários na última década, cujos lançamentos sempre ocorreram em períodos de alta temporada, especialmente no período do carnaval e no mês de julho, períodos com o maior fluxo de turistas no litoral piauiense.

Em Cajueiro da Praia é nítido que as segundas residências estão concentradas em áreas próximas à praia de Barra Grande, mas em números significativamente menores comparados aos identificados em Luís Correia. Nos demais espaços litorâneos do município predominam residências de uso permanente, geralmente, pertencentes a pescadores e seus familiares. Em Ilha Grande também foi possível visualizar algumas poucas unidades de DUO de estruturas bem simples, próximas à PI-116, acesso à praia Pedra do Sal.

Posteriormente, foi realizada uma outra observação de campo, nos dias 12 e 13 de janeiro de 2019, nos municípios de Ilha Grande e Parnaíba, e nos dias 19 e 20 do mesmo mês e ano, em Luís Correia e Cajueiro da Praia, com um olhar mais criterioso e em contato com a população local para identificar as áreas de maior concentração de DUO, bem como observar como estas se caracterizam quanto à consolidação, expansão e estagnação, e aos tipos de domicílios.

Em Ilha Grande, além do que já havia sido constatado na observação anterior, alguns moradores relataram que na zona urbana do município também há segundas residências. Contudo, o objetivo de aquisição destas está relacionado às mudanças de um futuro próximo, como relata o Morador 1: “Tenho um tio que comprou recentemente uma casa aqui pertinho da minha, por que ele tá perto de se aposentar e disse que vem morar perto da família quando se aposentar, por enquanto ele só vem nas férias e passa o mês quase todo”. Então, com base nos relatos dos moradores, é verdadeiro afirmar que os proprietários de segundas residências no município, em geral, possuem vínculos familiares e/ou afetivos neste lugar.

Dando continuidade ao objetivo da pesquisa de campo, *in loco* não foi identificado nenhum condomínio residencial, seja de uso permanente ou ocasional, mas apenas algumas casas não aglomeradas, depreendendo que as segundas residências no município de Ilha Grande se caracteriza como estagnado, não tendo representatividade como um vetor urbano que atrai formas urbanas ou que promove urbanização neste território. Poucos DUO foram identificados, geralmente, possuindo características simples e sem sofisticação, dando a entender que pertencem a pessoas que já possuíam vínculo com região através de relações

familiares e/ou amigos, cujos lotes ou residências foram adquiridos a preços baixos ou através de heranças.

De modo geral, na observação da sede do município e no Porto dos Tatus, não foi possível identificar segundas residências. As diversas residências existentes nessas áreas se caracterizavam como primeiras, cujas moradias pertencem a pescadores, artesãos e a outras pessoas que vivem de forma direta e/ou indireta de atividades econômicas diversas realizadas no Delta.

Parnaíba, apesar de ser o município que possui o segundo maior número de segundas residências na ZC piauiense, não permitiu identificar de forma fácil visualmente, isto é, *in loco*, onde se concentravam tais residências. Na segunda observação de campo foi possível identificar cerca de uma dezena de segundas residências (Figura 38), localizadas no entorno da PI-116, próximas à praia e ao povoado Pedra do Sal, cujo perfil é similar às segundas residências de Ilha Grande por existir um vínculo familiar e afetivo do proprietário em relação a este território, segundo relatos dos moradores.

Figura 38 – Segundas residências na Praia Pedra do Sal – Parnaíba/PI



Fonte: Acervo da autora (2020).

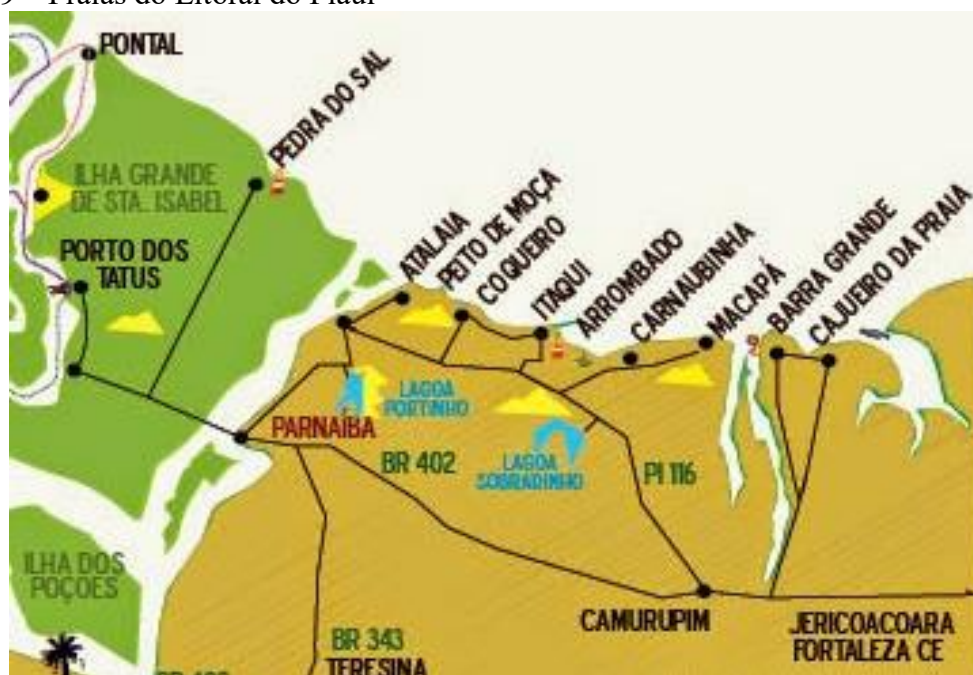
Para identificar as demais áreas com maior concentração de segundas residências no município, foram realizadas entrevistas em seis imobiliárias, três construtoras e quatro condomínios, a partir das quais foram entrevistados corretores e vendedores de imóveis, funcionários ou residentes dos condomínios, para identificar as áreas de onde as segundas residências se apresentam como um fenômeno consolidado, em expansão ou estagnado, e os perfis dos domicílios e proprietários, discutidos ao final deste subcapítulo.

Ao que se refere às segundas residências no município de Luís Correia, além das considerações feitas na primeira observação de campo, também foi possível observar que na zona urbana do município, composta pela área sede e/ou centro e entorno, compreendendo

também o entorno da Praia de Atalaia, se concentra a maior quantidade de segundas residências de todo o litoral, configurando-se, pois, como uma área consolidada por esses equipamentos devido à elevada concentração existente desde a década de 1990 e, ao mesmo tempo, estagnada mediante a presença de muitas casas antigas e abandonadas.

Segundo relatos da comunidade, as inúmeras casas abandonadas, deterioradas e com aparentes problemas estruturais são pertencentes, em geral, a pessoas que já faleceram, cujos herdeiros, por falta de consenso entre si, de recursos e/ou por não mais residirem no Estado, não deram continuidade à manutenção das mesmas. Outra informação importante, obtida na comunidade, é o fato de grande parte dessas residências estar localizada em terras pertencentes à União, ou seja, que não possuem documentação reconhecida legalmente, o que dificulta a negociação das mesmas.

Figura 39 – Praias do Litoral do Piauí



Fonte: Litoral Tour (2020).

Outra comunidade do município de Luís Correia que se configura como uma área consolidada é a Comunidade do Coqueiro, antiga vila de pescadores, construída no entorno da Praia do Coqueiro, onde foi possível identificar muitas residências antigas de estrutura simples, limpas e com boa infraestrutura, algumas com placas de aluguel por temporada, e diversas casas de luxo. Na pesquisa de campo, foi possível observar que as casas, em sua maioria, não estavam abandonadas; e que, segundo relatos de alguns moradores, a maior parte

deles pertence a pessoas que residem em Parnaíba, sendo, portanto, segundas residências com mais frequência.

As áreas onde foram observadas diversas casas e condomínios fechados, novos e em construção, próximas da praia Peito de Moça, no entorno da PI-116, cujas terras possuem registros de imóveis, o que facilita a construção, a venda e o financiamento das segundas residências. Essas edificações também foram observadas no Complexo Barramares, localizado próximo à praia de Itaqui. O entorno das praias de Maramar e Macapá também se configura como área de expansão de segundas residências, sendo possível observar algumas casas de veraneio, novas e em construção, em lotes individuais, sem a presença de condomínios.

No município de Cajueiro da Praia também se pode identificar as segundas residências, que estão concentradas no entorno da Praia de Barra Grande, mas em menor quantidade das identificadas em Luís Correia. Estas possuem características simples, rústicas e, ao mesmo tempo, aconchegantes (Figura 40). *In loco*, foi identificado apenas um condomínio de apartamentos em construção, localizado no povoado e praia de Barrinha, entre Barra Grande e a sede do município. Na sede foram notadas apenas residências de moradores da localidade.

Figura 40 – Segunda residência em Barra Grande – Cajueiro da Praia/PI



Fonte: Férias Brasil (2019).

Na vila de Barra Grande há algumas residências construídas a mais de trinta anos. Contudo, a expansão e a valorização das segundas residências é um processo recente, que ocorre mediante a expansão da prática do *kitesurf*, e que nos últimos anos tem se direcionado também para o entorno da praia da Barrinha. Em geral, os lotes de dessas segundas residências foram adquiridos por meio da população local a preços baixos, mas sem



documentação legal, já que as terras localizadas no entorno das praias são pertencentes à União.

Mediante a observação dos espaços urbanos, é notório que a produção das segundas residências não é homogênea e impacta diretamente no território da ZC piauiense. De modo geral, elas apresentam mais sofisticação do que os domicílios de uso permanente, o que pode ser corroborado pelo padrão das residências, tamanho dos lotes, localização, dentre outros aspectos de infraestrutura e localização. O Quadro 6 expõe, de forma sucinta e comparativa, as distinções dos espaços urbanos ao longo da ZC piauiense e da organização do território imposto pelas segundas residências.

Quadro 6 – Distinções dos espaços urbanos ao longo da ZC piauiense

Segundas Residências		Municípios / Localidades															
		Ilha Grande			Parnaíba				Luís Correia					Cajueiro da Praia			
		Centro	Tatus	Baixão	Pedra do Sal	Centro	Av. São Sebastião	Floriópolis	Centro	Atalaia	Peito de Moça	Coqueiro	Maramar	Macapá	Centro	Barrinha	Barra Grande
Tipos	Casas individuais				X			X	X	X	X	X	X	X			X
	Condomínios de apartamentos					X	X			X	X					X	
	Condomínios de casas						X	X		X	X						
Características do imobiliário	Simple			X	X				X	X	X	X	X	X			X
	Rústico				X						X	X	X	X			X
	Moderno						X	X			X	X				X	
Estado de conservação	Ruim				X				X	X							
	Bom			X	X	X			X	X	X	X	X	X			X
	Ótimo				X		X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
Acessibilidade (tipos de vias)	Areia			X	X		X			X	X	X	X	X			X
	Pedra tosca						X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
	Asfáltica			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Proximidade de equipamentos e serviços	Bares e restaurantes					X	X	X	X	X	X	X	X	X			X
	Padarias e/ou lanchonetes					X	X	X	X	X		X					X
	Mercadinhos e/ou					X	X		X	X							X
	Serviços bancários					X	X		X								X
Proximidade da praia	Até 2 km				X					X	X		X	X		X	X
	Entre 2 a 5 Km				X				X	X	X	X	X	X			X
	Entre 5 a 10 Km			X													
	Acima de 10 Km			X		X	X	X									

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A partir do Quadro 6 depreende-se que o perfil arquitetônico e as formas como as segundas residências se expressam no espaço são distintas e não contíguas ao longo dos espaços urbanos do território, e que Luís Correia é município que apresenta maior variedade deste tipo de componente. Todavia, apesar da mistura dos tipos imobiliários, é possível identificar áreas com concentração de um imobiliário mais simples e/ou de melhor qualidade, e também áreas em decadência onde se concentram residências em desuso – fato comum, já que a segunda residência é um patrimônio familiar que ao longo do tempo, mediante a transição de gerações, pode não mais interessar. Esse fato, entretanto, não impede uma renovação no uso do território mediante a implantação de outras demandas.

### **O perfil do vilegiaturista e/ou proprietário**

A elaboração do questionário aplicado aos vilegiaturistas, sejam eles proprietários, familiares, amigos ou turistas, buscou, a partir de dados gerais do entrevistado sobre Idade, Sexo, Escolaridade, Profissão, Renda familiar mensal, Local de origem e Meio de transporte, bem como por meio da sua relação com a segunda residência, Motivos para aquisição da segunda residência, Permanência, Frequência, Relação contratual com o imóvel, Disponibilização do imóvel a terceiros e Locais que costumam visitar durante a permanência. Outrossim, o questionário buscou também a desses sujeitos quanto à percepção no que diz respeito à ZC piauiense – quanto aos Pontos positivos, Pontos negativos, as Formas pelas quais tomaram conhecimento da área e a Infraestrutura, buscando entender os movimentos comuns (os fluxos), pois a urbanização é o conteúdo, mas não se limita aos objetos e/ou formas, e inclui as pessoas, as relações sociais, as classes sociais e o poder de compra. É a partir do encontro destes elementos nos lugares que se desenvolve uma prática social, estreitamente vinculada com a dimensão da urbanização.

Assim, entende-se que, em conjunto, aos dados estatísticos do IBGE e a observação de campo, bem como a análise dos dados obtidos nos questionários aplicados, permitem depreender sobre como as segundas residências estão vinculadas à dimensão da urbanização e na (re)produção dos espaços urbanos.

Os questionários, organizados em duas categorias – dados do vilegiaturistas e percepção sobre a ZC piauiense – foram aplicados em 133 DUO, localizados nos espaços urbanos dos municípios costeiros do Estado, com exceção de Parnaíba. Os

números correspondem a 12 DUO em Cajueiro da Praia, 4 em Ilha Grande e 117 em Luís Correia, ultrapassando um pouco a amostra pré-estabelecida de cada município, obtida através de cálculo amostral. Quanto ao gênero dos vilegiaturistas/proprietários, responsáveis pelos imóveis, foram entrevistados 58 mulheres e 75 homens. Deste dado é correto depreender que a maioria dos chefes de família responsáveis pela aquisição do domicílio é do sexo masculino. Contudo, em números, a quantidade de proprietários do sexo feminino se apresenta, em parte, de equilibrada se comparada ao número de gênero masculino, como mostra a Tabela 19.

Tabela 19 – Número de vilegiaturistas/proprietários entrevistados por gênero e município

<b>Município/Sexo</b>	<b>Cajueiro da Praia</b>	<b>Ilha Grande</b>	<b>Luís Correia</b>	<b>Total</b>
Feminino	5	2	51	<b>58</b>
Masculino	7	2	66	<b>75</b>
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>117</b>	<b>113</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

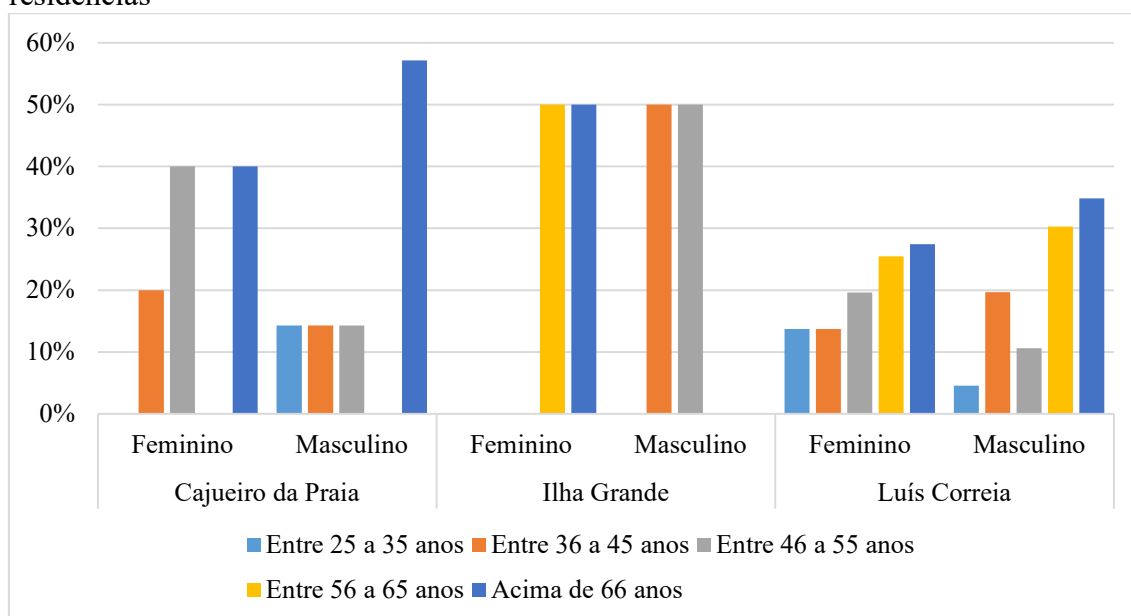
Outra consideração a ser feita antes da apresentação e discussão dos resultados é que dentre os 133 DUO onde foram aplicados os questionários, apenas em 11 domicílios, todos localizados em Luís Correia, os vilegiaturistas afirmaram estar em imóvel alugado. Apenas 3 deles alugaram o imóvel por intermédio de redes sociais, não sendo citada nenhuma plataforma especializada em locação de casas de veraneio por temporada. Os demais disseram que a locação foi intermediada por indicação de parentes ou amigos e que já tiveram contato com o proprietário. Em outros 7 domicílios, os vilegiaturistas afirmaram ser parentes próximos – irmãos, sobrinhos, filhos – do proprietário e, por isso, foi possível coletar dados do proprietário do domicílio. Mediante esse cenário, é correto afirmar que, de modo geral, os dados obtidos na aplicação de questionários são referentes aos vilegiaturistas que são proprietários das segundas residências localizadas na ZC do Estado.

Quanto aos dados referentes à primeira categoria, “dados do vilegiaturistas”, a partir de cruzamento de dados, foram produzidos seis gráficos, denominados: (i) Perfil etário e de gênero dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências; (ii) Nível de escolaridade por gênero dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências; (iii) Profissões dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências; (iv) Renda familiar mensal dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências; (v) Origem dos

vilegiaturistas/proprietários de segundas residências; e (vi) Principais meios de transporte dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências.

O Gráfico 15, apresenta um cruzamento de dados sobre faixa etária e gênero dos vilegiaturistas. Nele é possível observar que em Cajueiro da Praia e Luís Correia as propriedades encontram-se registradas em nome dos chefes da família, que em sua maioria são do sexo masculino. Contudo, não há uma significativa diferença com relação aos gêneros dos proprietários.

Gráfico 15 – Perfil etário e de gênero dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A partir desse gráfico, depreende-se que a maioria dos vilegiaturistas/proprietários das segundas residências, dentre todos os municípios analisados, são do sexo masculino e possuem, em geral, idade superior a 56 anos. Esse perfil também é similar aos vilegiaturistas/proprietários do sexo feminino. Mas, ao observar individualmente os dados de cada município, é possível pontuar as particularidades dos mesmos. Como já visto, Luís Correia é o município, dentre os demais da ZC, em que as segundas residências se apresentam como vetor significativo na urbanização desde períodos anteriores à década de 1990. Isso justifica, em parte, o fato de 60% dos vilegiaturistas/proprietários possuírem idades superiores a 56 anos, associado ao fato de que 60% dos entrevistados no município adquiriram seus imóveis há cerca de 30 anos atrás – dado observado *in loco* e destacado adiante.

Tais informações divergem um pouco do perfil dos proprietários de DUO em Ilha Grande e, principalmente, em Cajueiro da Praia, cujos donos com idades acima de 56 anos representam 50% dos proprietários de segundas residências, mas com tempo de aquisição inferior a 20 anos. Nesse contexto, compreende-se que essas divergências podem ser explicadas pelo fato de Luís Correia ser um município mais antigo, cujas práticas marítimas modernas já se faziam presentes desde o final da década de 1920, mediante a implantação da ferrovia que ligava Parnaíba a Amarração, atual Luís Correia. Essa estrutura permitiu que a população parnaibana usufruísse dos banhos de mar, como práticas de lazer. Sobre esse ocorrido, Vieira (2009) cita as memórias de infância de Carlos Araken, que relembra período de férias quando os parnaibanos rumavam em direção a Amarração:

[...] na busca dos banhos de mar ou dos festejos religiosos. Carlos Araken, em tom nostálgico, lembra das “férias de junho em Amarração”, pois considerava “uma aventura gostosa a viagem de trem Parnaíba/Amarração”: A “Maria Fumaça” brilhando e fumegante, soltando fagulhas pela chaminé, os vagões que formavam o comboio; primeiro o carro de carga e logo os de 1ª e 2ª classe. Às 17 hs o trem apitava anunciando a partida. Os últimos retardatários, carregados de pacotes de pães e biscoitos, escapando pelos dedos, eram empurrados para o vagão. (ARAKEN, *apud* VIEIRA, 2009, p. 8)

Cajueiro da Praia e Ilha Grande, apesar de terem sido originados de antigas vilas de pescadores, só foram emancipados no final da década de 1990. Cajueiro da Praia passou a ter notoriedade somente a partir da descoberta desse território por praticantes do *kitesurf*<sup>53</sup>, por ter características naturais favoráveis – vento e clima quente – para tal prática. Nos últimos anos, a prática do *kitesurf* tem sido o elemento-chave que vem propiciando a expansão da vilegiatura marítima e turismo concentrados na praia de Barra Grande, atraindo um grande público nacional e, principalmente, internacional, adepto da prática durante o período dos ventos, que tem início no de mês de julho e se estende até dezembro.

Ilha Grande, mesmo sendo o principal portal de entrada do Delta do Parnaíba, o maior delta em mar aberto das Américas, e estar contido em um roteiro turístico internacional que atrai a atenção de turista de várias partes do planeta (que buscam conhecer e apreciar as riquezas peculiares do Delta), tem como base econômica o extrativismo vegetal e animal. Este município oferece pouquíssimas opções de serviços

---

<sup>53</sup> Segundo Tremea (2010), o *kitesurf* é uma prática relativamente recente e data do final década de 1990, sendo em 1998 o 1º campeonato Mundial de *kitesurfing*, em Maui no Havai.

públicos e privados – como bancos, correios, hotéis, bares, restaurantes, entre outros – e não atrai vilegiaturistas com interesses de se hospedar ou adquirir uma segunda residência<sup>54</sup> no município, a não ser aqueles que possuem algum vínculo familiar neste território.

Apesar das distinções descritas, o gráfico aponta que o patrimônio é adquirido por pessoas que já constituíram família, que possuem uma estabilidade profissional e, conseqüentemente, um padrão de renda já consolidado. Estas, pela frequência sazonal que utilizam o imóvel, geram fluxo, criam vínculos e (re)produzem o território.

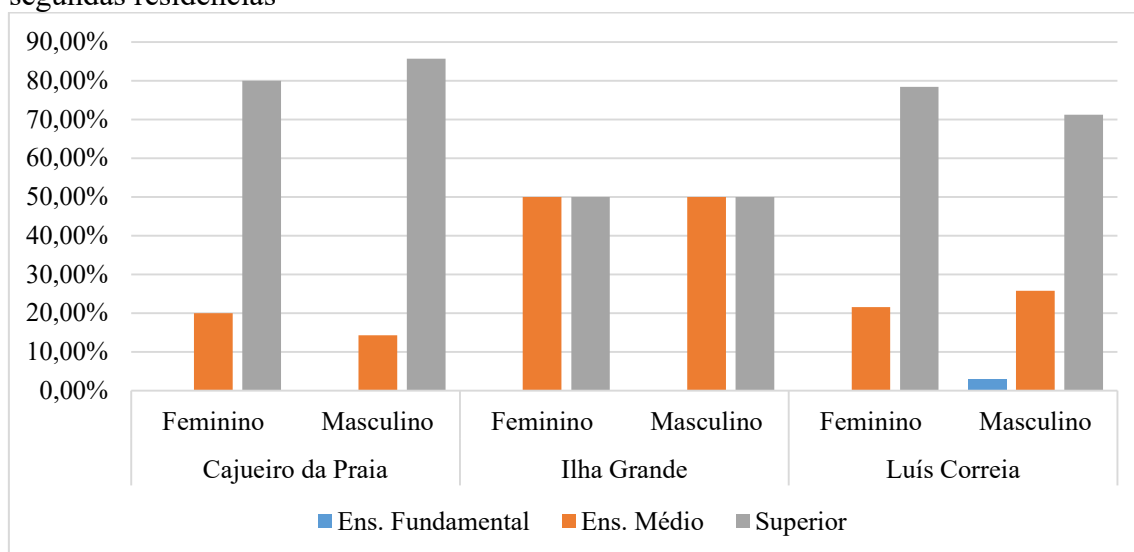
Com relação à escolaridade dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências, o Gráfico 16 aponta que a maior parcela dos proprietários de segundas residências, cerca de 74% do total, possui Ensino Superior, seguido de 23% dos proprietários com nível médio e apenas 2% dos proprietários concluíram apenas o Ensino Fundamental. Em Cajueiro da Praia, esse percentual dos proprietários com nível superior ultrapassa 83%.

Desse modo, pode-se inferir que aquisição de uma segunda residência está relacionada ao padrão de vida e ao poder aquisitivo dos proprietários que, em geral, se eleva mediante o aumento do nível de escolaridade, independente do gênero. Esta análise vai ao encontro de estudos de diversos cientistas que pesquisam sobre a relação entre poder aquisitivo e escolaridade, os quais afirmam que “um melhor nível do poder aquisitivo é reflexo da maior escolaridade” (MELO; FERREIRA; TEIXEIRA, 2014, p. 4).

---

<sup>54</sup> Os vilegiaturistas ou turistas que visitam o Delta do Parnaíba geralmente se hospedam em Parnaíba, distante 20km da sede de Ilha Grande, que oferece diversas opções de hospedagens e serviços.

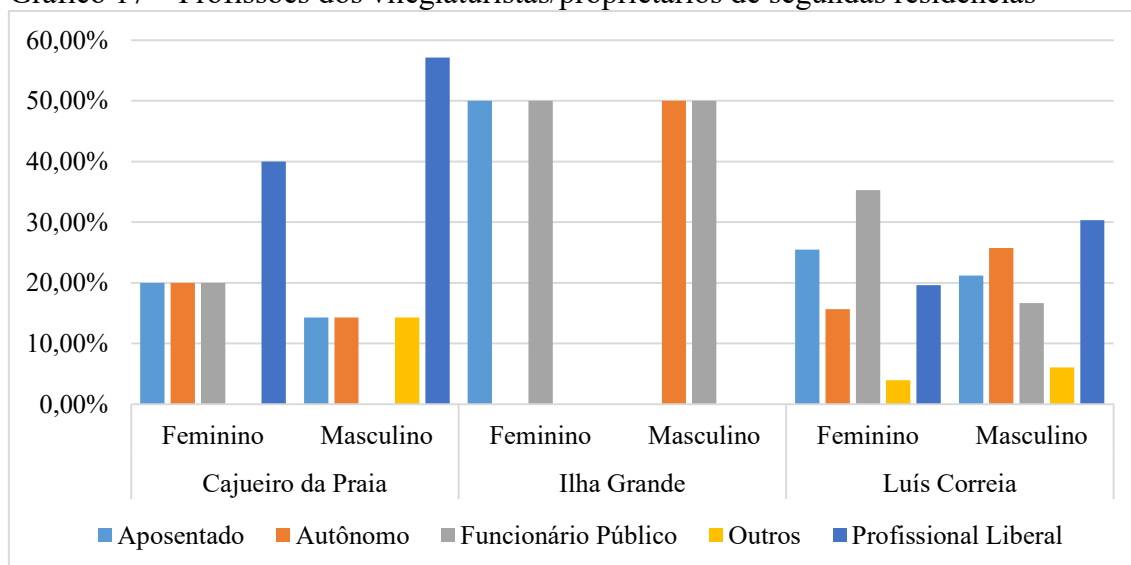
Gráfico 16 – Nível de escolaridade por gênero dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No que tange às profissões dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências, conforme está representado no Gráfico 17, há certo equilíbrio. Contudo, os profissionais em maior número são os classificados como profissionais liberais (médicos, advogados, dentistas, dentre outros), equivalente a cerca de 31% do total de entrevistados, seguidos por funcionários públicos (27%), aposentados (26%) e autônomos (24%).

Gráfico 17 – Profissões dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências



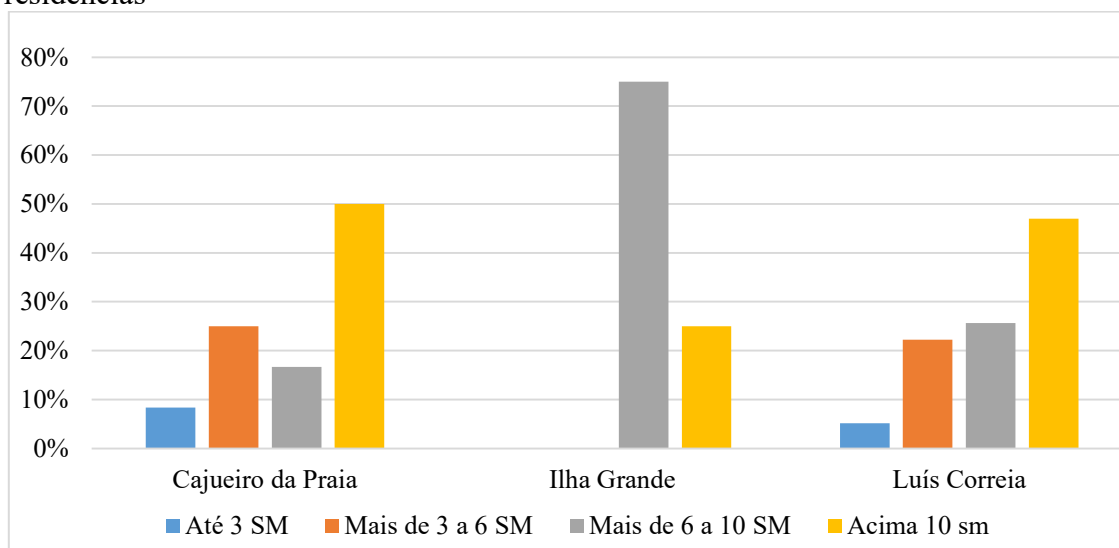
Fonte: Elaborado pela autora (2019).



A partir do Gráfico 17 também é perceptível uma diferença nos perfis dos proprietários com relação ao gênero, pois os sujeitos entrevistados do sexo feminino, em maior proporção, são funcionários públicos (34,5%) ou aposentados (26%), e em menor proporção há profissionais liberais (21%), autônomos (15%) e apenas 3,5% que se enquadram em outras categorias profissionais. Com relação aos proprietários entrevistados do sexo masculino, a maior parcela é de profissionais liberais (32%) ou autônomos (23%), enquanto os aposentados, funcionários públicos e outros representam, respectivamente, 21%, 17% e 7%.

Em relação à renda familiar, que está associada às categorias profissionais dos proprietários, o Gráfico 18 expõe que, de modo geral, há um predomínio da classe acima de dez salários mínimos (47%), seguidos dos intervalos de seis a dez salários (25,6%), três a seis salários (22,2%) e até três salários em 5,1% dos entrevistados. Porém, é possível evidenciar que em Cajueiro da Praia e Luís Correia há uma maior heterogeneidade no que se refere às categorias profissionais e renda familiar, se comparado a Ilha Grande, cujas classes apresentam aspectos mais homogêneos.

Gráfico 18 – Renda familiar mensal dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

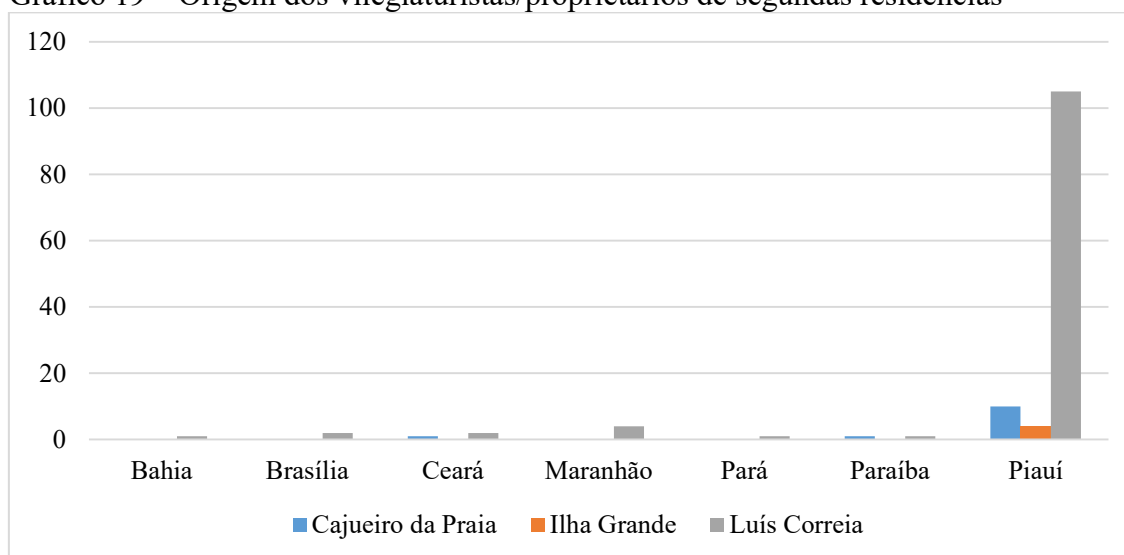
Nesses aspectos – profissionais e de renda familiar – o perfil dos vilegiaturistas/proprietários das segundas residências em estudo se assemelha, em parte, ao estudo de Gomes (2013, p. 177) sobre a vilegiatura marítima em Tibau, RN, o qual mostrou que o maior grupo de vilegiaturistas em Tibau “corresponde aos funcionários

públicos e aposentados, que juntos correspondem a 54,6% dos entrevistados ... e de fato, são fiéis à prática da vilegiatura marítima”.

Na ZC piauiense, o presente estudo, mostrou que esse grupo – funcionários públicos e aposentados – corresponde a 53% dos entrevistados. Nesse íterim, é importante ressaltar o destaque de outro grupo, os profissionais liberais (31% dos entrevistados), que afirmaram possuir renda superior a 10 SM, apresentando, assim, um perfil de escolaridade e renda mais elevado do que o identificado em Tibau-RN, que, Segundo Gomes, do total de entrevistados cerca de 49% afirmaram possuir nível superior, sendo que “18% revelaram receber acima de 7 salários mínimos, enquanto 38% disseram receber entre um e dois salários mínimos e 27% entre três a quatro salários” (GOMES, 2013, p. 180).

No que diz respeito ao local de origem (Gráfico 19), cerca de 90% dos proprietários de segundas residências são piauienses e residem no próprio Estado, principalmente em Teresina e Parnaíba. Outros 7,6% são naturais de outros Estados, mas em sua maioria, residem atualmente no Piauí e apenas 2,4% têm naturalidade e residência primaz em outras regiões do país.

Gráfico 19 – Origem dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências



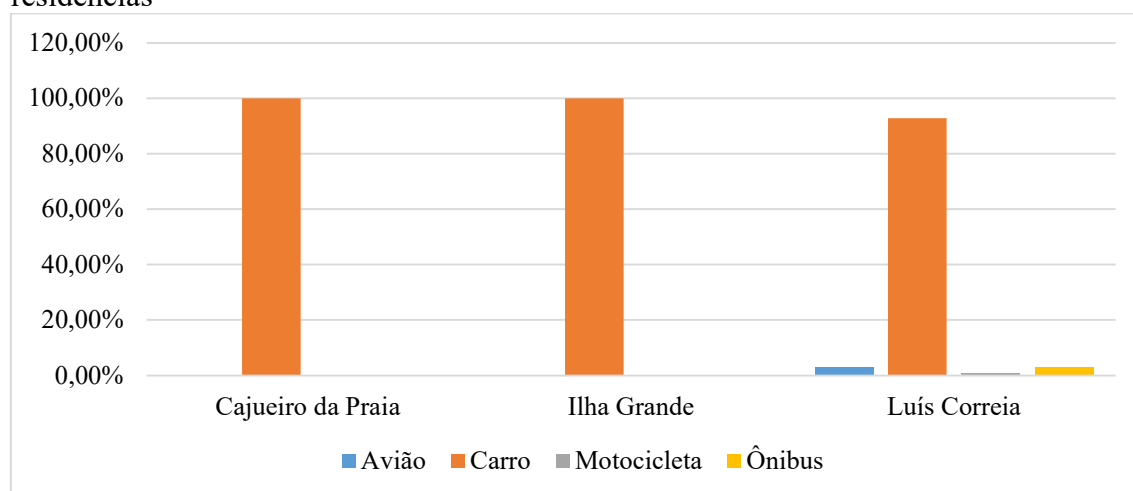
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quanto a esse aspecto, é notória a similaridade da relação que as cidades piauienses possuem, principalmente do Norte do Estado, com os municípios da ZC do Piauí, e especialmente Luís Correia, com a relação de Mossoró-RN e entorno, com os espaços litorâneos de Tibau-RN. Todavia, os dados se contrapõem, em parte, dos

vilegiaturistas e proprietários de segundas residências localizadas em regiões metropolitanas nordestinas, como mostra o estudo de Pereira (2012), que revela a significativa influência dos vilegiaturistas alóctones – não originário do país – na produção de espaços urbanos através do vetor das segundas residências nas regiões metropolitanas do Nordeste brasileiro.

No Gráfico 20, que faz referência aos meios de transporte utilizados pelos vilegiaturistas/proprietários dos DUO no percurso entre a primeira e segunda residência, nota-se que quase 100% dos entrevistados utilizam o carro como principal meio para chegar até a segunda residência. Destes, apenas cerca de 8% dos entrevistados afirmaram utilizar outro meio transporte, como ônibus, motocicleta ou avião, sendo que os três entrevistados que utilizam o avião relatam que optam desembarcar em Teresina por haver mais opções de voos e passagens com preços mais acessíveis. Assim, eles alugam um carro para chegar em seu DUO, pela dificuldade logística (horário, frequência e distância do ponto de ônibus) para utilizar o transporte coletivo.

Gráfico 20 – Principais meios de transporte dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências



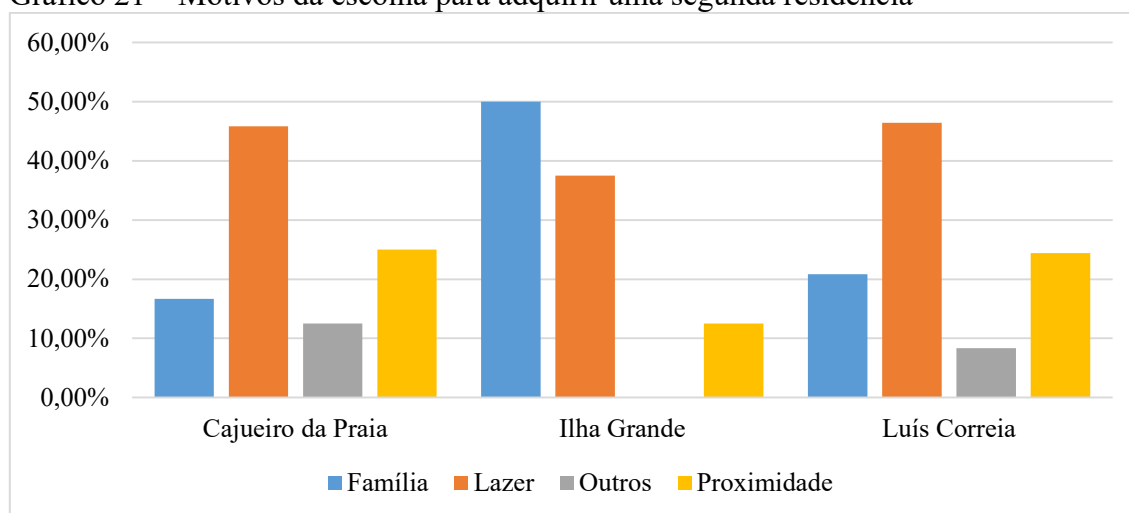
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Neste contexto, as informações dos entrevistados convergem com dados obtidos *in loco*, através da observação de campo, onde alguns moradores relataram sobre as condições precárias relacionadas à segurança e à manutenção dos veículos, além das poucas opções de horários disponíveis. Assim, depreende-se que o meio de transporte utilizado pelos vilegiaturistas está diretamente relacionado ao perfil dos proprietários das segundas residências na ZC piauiense, cuja aquisição está relacionada ao lazer, mas considerando também o tempo-livre, o custo e a distância, “uma vez que seus usuários

precisam estabelecer certa regularidade entre saídas, chegadas e retornos às cidades de origem e destino” (COSTA; LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 5). Tal logística é facilitada quando há a disposição de um veículo particular.

No Gráfico 21 estão os motivos responsáveis pela aquisição da segunda residência no litoral piauiense. Neste, infere-se que os principais motivos para obtenção da segunda residência foi o lazer (46%), seguido da proximidade (24%), família (21,5%), entre outros (8,5%). Assim, é verdadeiro afirmar na ZC piauiense a vilegiatura marítima é um vetor predominante, enquanto o turismo residencial ainda se apresenta como processo tímido, mas com potencial para expansão.

Gráfico 21 – Motivos da escolha para adquirir uma segunda residência



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Corroborando essa ideia, Kaltenborn (1998) e Costa, Lopes, Rodrigues (2017) diferenciam, respectivamente, os motivos do vilegiaturista e do turista para a aquisição de uma segunda residência: o primeiro tem como objetivo a proximidade com a natureza, mudança de vida, descanso físico e mental e/ou estar com a família, enquanto o segundo possui motivações e razões variadas que respondem às suas próprias necessidades, desejos e expectativas.

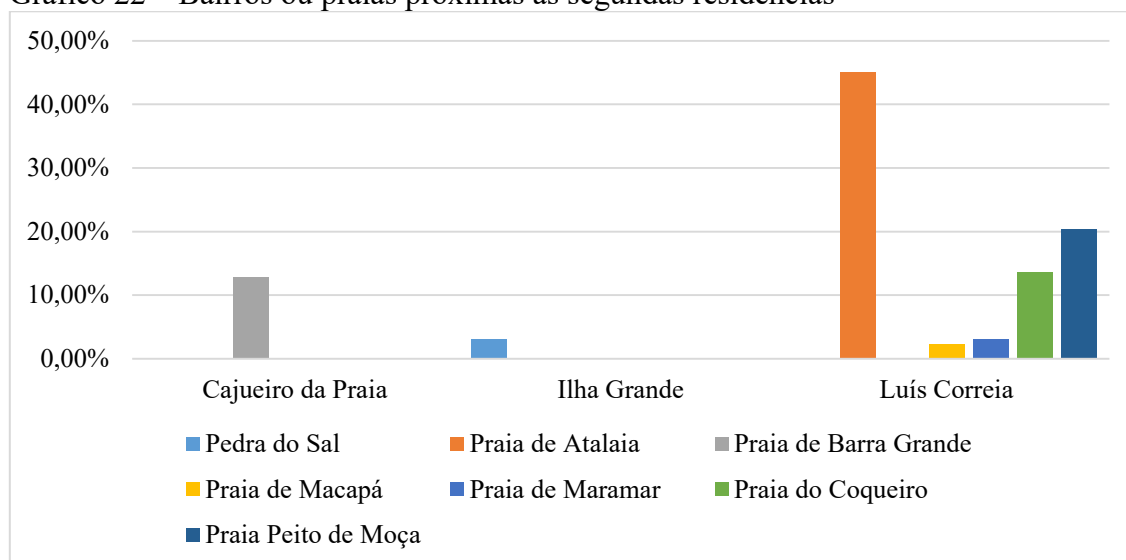
No Gráfico 21 observa-se que as áreas com maior concentração de segundas residências encontram-se nos municípios de Luís Correia, no entorno das praias de Atalaia, Peito de Moça e Coqueiro, ao passo em que Cajueiro da Praia, estas se encontram no entorno da Praia de Barra Grande.

Como já pontuado anteriormente, desde o final do primeiro quartel do século XX, parte dos espaços litorâneos do atual município de Luís Correia já era utilizada pela

população abastada de Parnaíba para o lazer e, conseqüentemente, para a vilegiatura marítima. Ao longo tempo, os estudos diversos e, nas últimas décadas, os dados oficiais do IBGE sobre DUO confirmam a expansão das segundas residências no município.

Contudo, a concentração de DUO em Luís Correia também pode ser justificada pela infraestrutura urbanística, que engloba variados equipamentos urbanos, pela proximidade com Parnaíba, fácil acesso e custo benefício. Em Cajueiro da Praia, o vetor das segundas residências é relativamente recente, e o principal atrativo desse território está associado à prática do *kitesurf*, que atrai durante todo o segundo semestre, período dos ventos, inúmeros turistas estrangeiros que buscam hospedagens em pousadas. Estas, por sua vez, são um seguimento expansão no município, juntamente, com bares e restaurantes.

Gráfico 22 – Bairros ou praias próximas às segundas residências

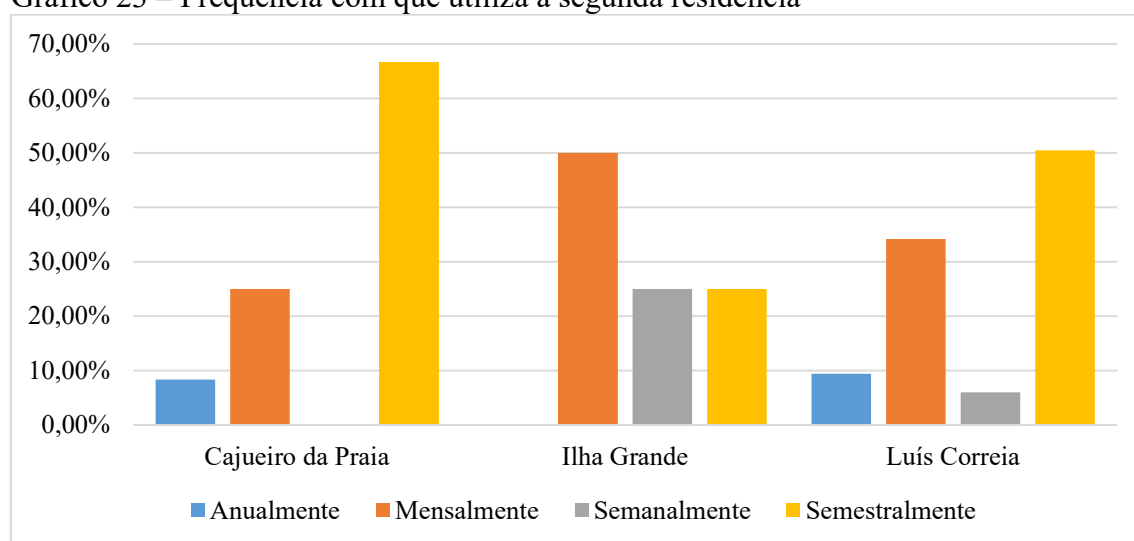


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Assim, é correto afirmar que os vilegiaturistas/proprietários de segundas residências na ZC piauiense frequentam esses domicílios de forma recorrente, principalmente, no período de férias (Gráfico 23). No Brasil, as férias geralmente estão relacionadas a dois períodos do ano, o que corrobora o fato de 50,4% dos entrevistados afirmarem que, geralmente, frequentam seus DUO uma vez por semestre e 8,3% afirmarem que utilizam o DUO uma vez ao ano, já que o objetivo principal, além do lazer, é estar em família e/amigos. Outros 21% afirmaram que frequentam seus DUO em torno de quatro vezes ao ano, considerando uma regressão bimestral, no período de férias e feriados prolongados.

Os demais (14,3%) afirmaram utilizar os DUO com maior frequência, pelo menos uma vez por mês, durante os fins de semana. Mas, *in loco*, foi possível verificar que estes vilegiaturistas residiam em cidades vizinhas do município onde estava localizada a segunda residência, cujas distâncias variam entre 20 a 70km. No Gráfico 23 é possível perceber que esse contexto é mais recorrente nos municípios de Ilha Grande e Luís Correia, onde os entrevistados, em geral, residem em Parnaíba, reforçando a tese de estudiosos anteriormente citados de que a aquisição e frequência com que utilizam um DUO estão diretamente relacionadas à distância deste à primeira residência.

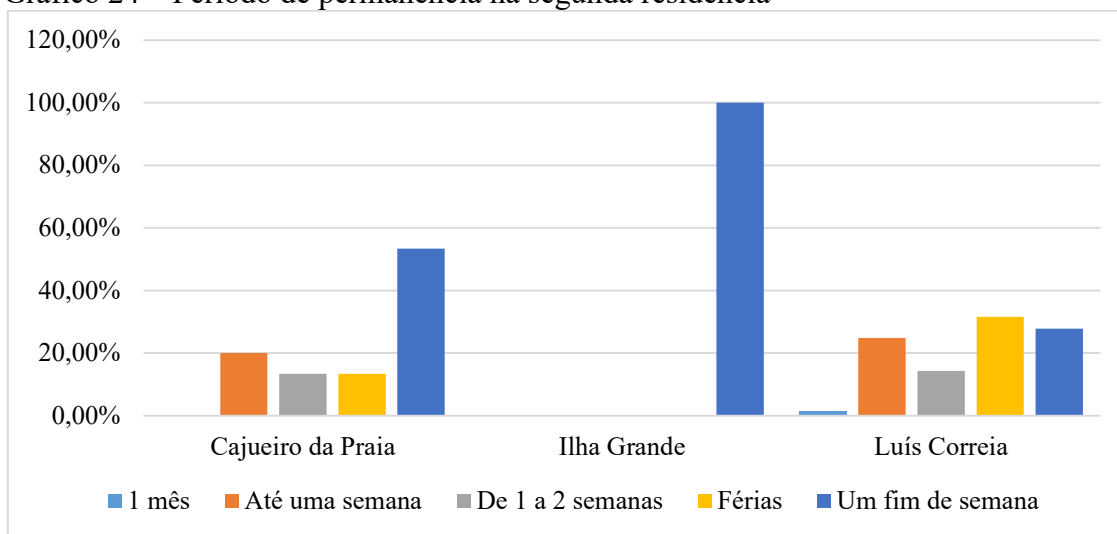
Gráfico 23 – Frequência com que utiliza a segunda residência



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em complemento aos dados anteriores, o Gráfico 24 expõe em detalhes os dados referentes às afirmações dos entrevistados quanto ao período de permanência na segunda residência. Desse modo, observa-se que há maior predomínio do fim de semana (32%), seguidos das férias (29%), e entre 3 a 4 dias (21%) – dados que reforçam ainda mais a relação entre aquisição, distância e frequência de regresso do DUO.

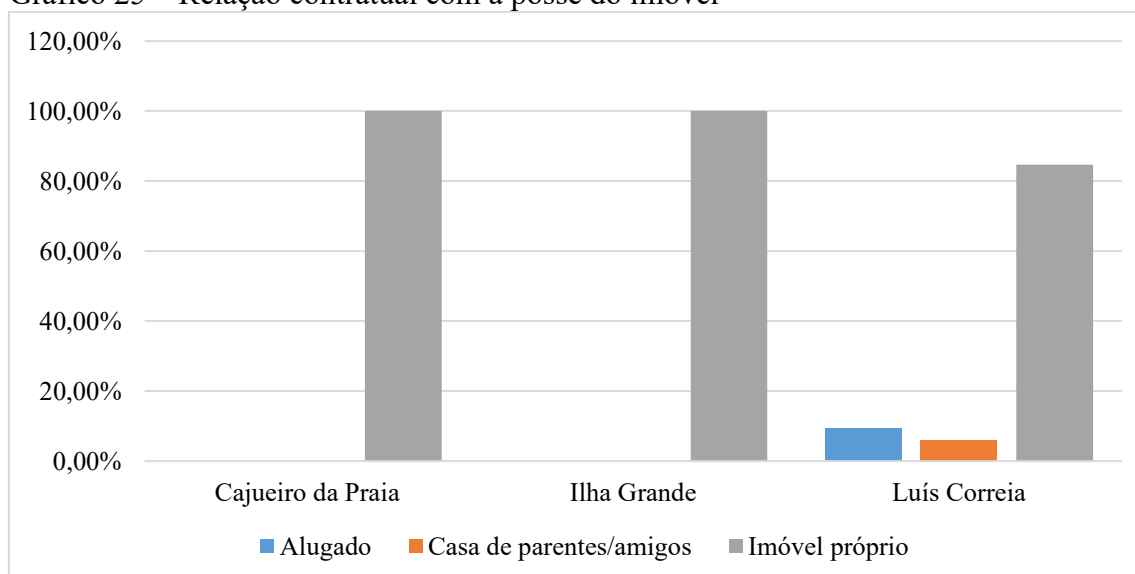
Gráfico 24 – Período de permanência na segunda residência



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em relação à posse do imóvel, o Gráfico 25 reforça as considerações realizadas no início desta seção, relacionadas ao fato da vilegiatura marítima na ZC piauiense ser praticada predominantemente pelos proprietários de segundas residências. O referido gráfico mostra que 87% dos entrevistados são proprietários do imóvel; 8% afirmaram estar em imóvel alugado para o final de semana; e apenas 5% afirmaram estar em casa de parentes ou de amigos. Quanto a esses dados, julga-se importante relatar que, *in loco*, em apenas quatro residências os presentes tinham alugado o imóvel por telefone ou redes sociais; os demais afirmaram que o aluguel foi intermediado por parentes ou amigos que conheciam o proprietário.

Gráfico 25 – Relação contratual com a posse do imóvel



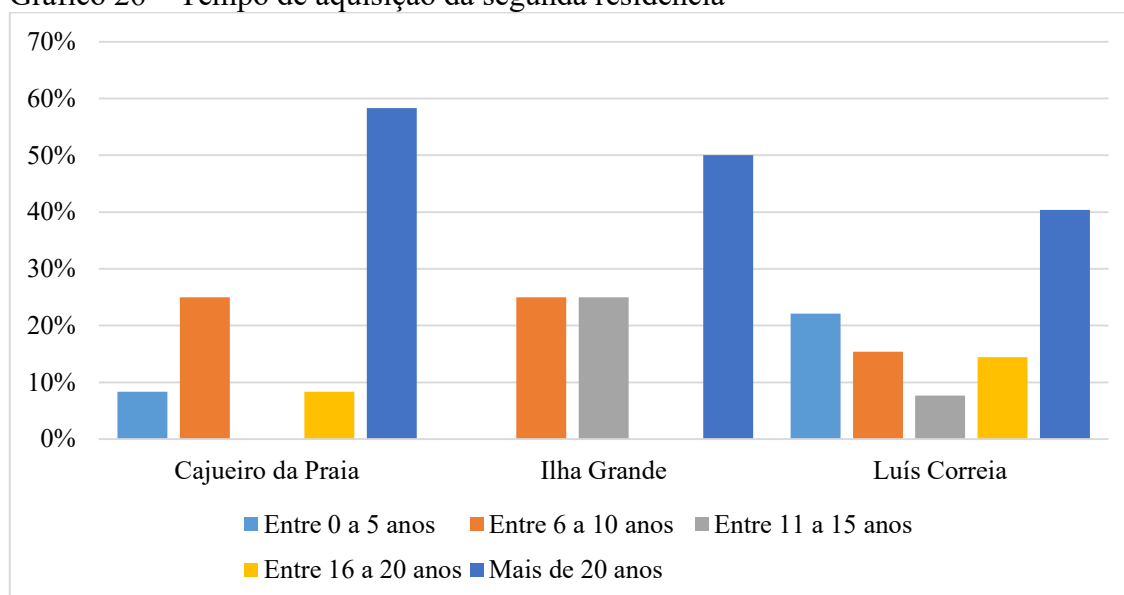
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Diante desse cenário, é possível depreender que, majoritariamente, os proprietários de segundas residências na ZC piauiense não adquiriram o imóvel visando uma rentabilidade, mas priorizando o lazer que beneficiasse familiares e amigos próximos. Isso se contrapõe ao contexto da maior parte da ZC brasileira e, por extensão, da nordestina, cujo avanço crescente das segundas residências está atrelado à associação entre o lazer, o turismo e renda, onde:

[...] os investidores do setor imobiliário lucram com os novos negócios nos espaços litorâneos de lazer criando produtos e absorvendo a demanda de frequentadores da praia e/ou investidores. Assim, a lógica da segunda residência não está restrita exclusivamente ao domicílio para lazer e uso do tempo livre, mas também um negócio com alta rentabilidade. (CORRÊA, 2016, p. 295)

O Gráfico 26, que apresenta o tempo de aquisição dos imóveis, mostra que 42,5% dos proprietários possuem essas residências há mais de vinte anos, e que outros 33% adquiriram a residência “entre 16 a 20 anos”, enquanto, no período “entre 11 a 15 anos”, a aquisição de segundas residências foi de apenas 7,5%.

Gráfico 26 – Tempo de aquisição da segunda residência



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Contudo, nota-se que a última década apresentou um crescimento na aquisição desse tipo de residência, representando cerca de 37,5% do total. Assim, depreende-se que as segundas residências são um vetor em ascensão na ZC do Estado,

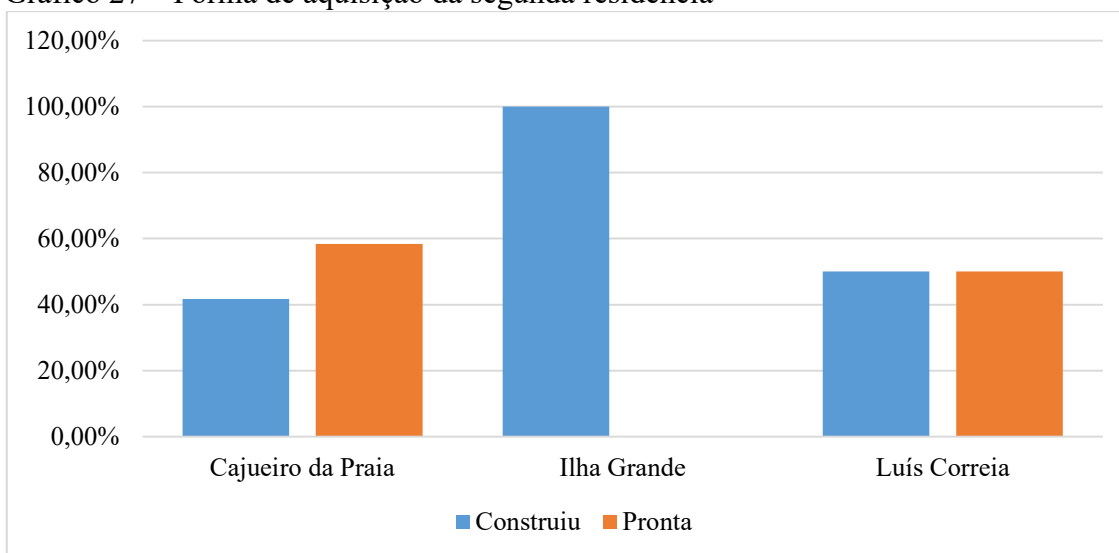


principalmente, nos espaços litorâneos de Luís Correia, onde esse crescimento está diretamente relacionado às políticas públicas, principalmente, as promovidas pela esfera nacional de promoção do turismo e, especialmente, de aquisição habitacional, através da facilidade de financiamento do imóvel.

Em complemento à relação contratual e ao tempo de aquisição do domicílio, o Gráfico 27 mostra a forma de aquisição – se o proprietário comprou pronto ou construiu<sup>55</sup>. Nesse caso, 50% dos entrevistados indicaram que a casa foi comprada pronta, enquanto os outros 50% afirmaram que a casa foi construída, e que os lotes ou residências foram adquiridos, em geral, através da venda realizada pela população local ou de conhecidos. Dos entrevistados, apenas 9% afirmaram ter adquirido o imóvel através de construtoras ou imobiliárias.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, a partir da pesquisa direta, foi possível verificar que aquisição de DUO por construtoras e imobiliárias é uma modalidade recente, que é reflexo das políticas públicas que facilitam a compra e pagamento destes domicílios. Esta também se dá pelo investimento de capital privado imobiliário, especialmente, em Luís Correia, que permite o financiamento destes imóveis direto pela construtora.

Gráfico 27 – Forma de aquisição da segunda residência



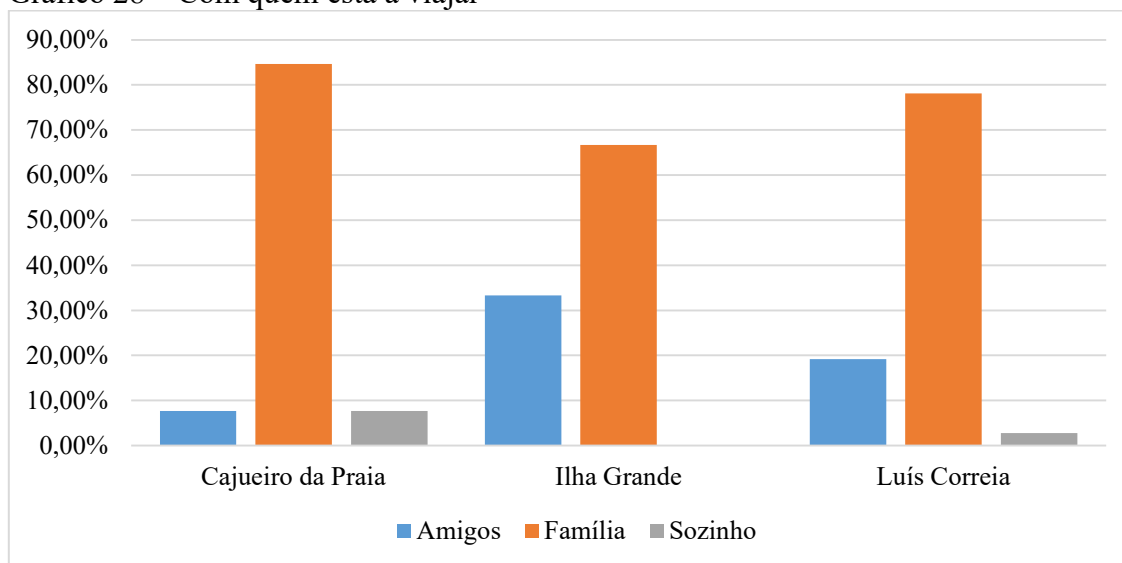
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No Gráfico 28 podem ser observadas as respostas dadas ao questionamento acerca da companhia para viajar. Dentre os entrevistados, 97,5% afirmaram viajar com

<sup>55</sup> Com relação a essa questão só responderam aqueles que afirmaram ser proprietários ou parentes próximos que corresponde a 92% dos entrevistados.

a família. Deste total, 11,3% também relataram sobre a companhia de amigos no DUO. Apenas 2,5% dos entrevistados afirmaram que, em geral, viajam sozinhos por questão de trabalho. Estes dados reforçam a finalidade da aquisição da segunda residência na ZC piauiense, que corresponde a uma demanda tradicional cujo objetivo é o lazer do proprietário e de seus familiares e amigos.

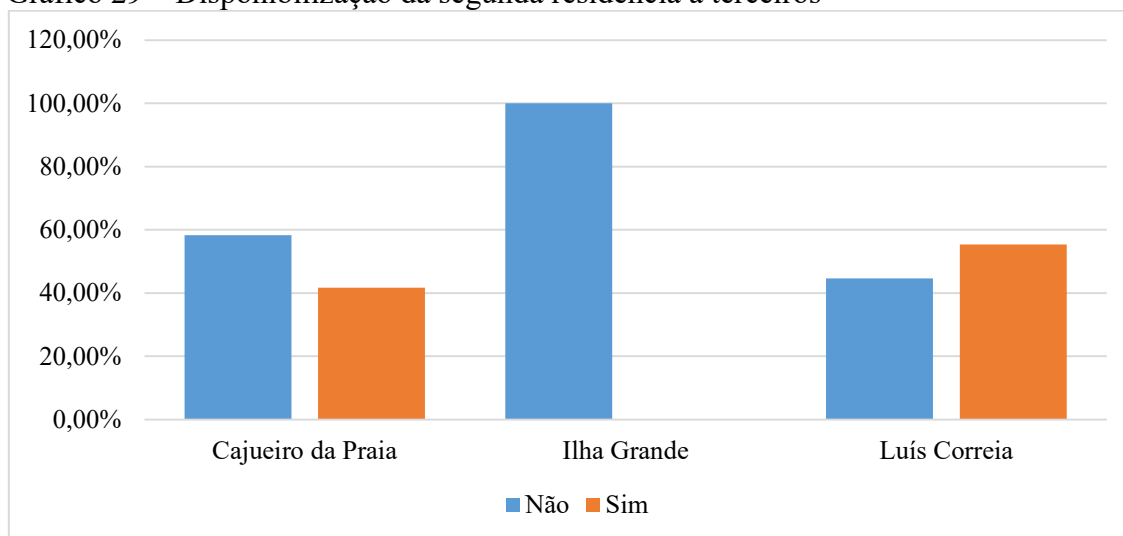
Gráfico 28 – Com quem está a viajar



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

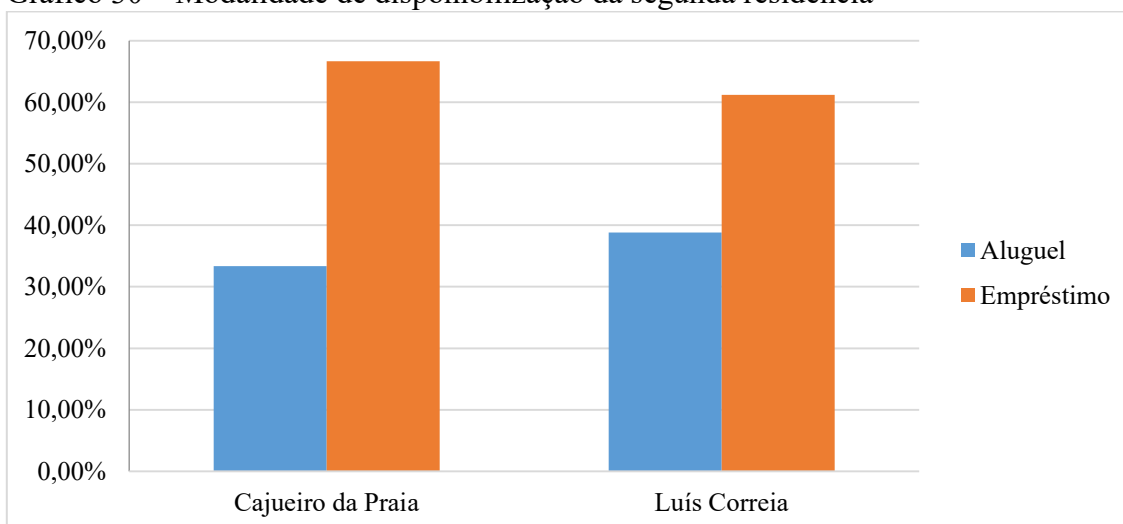
Quando questionados sobre “se disponibilizam o seu imóvel a terceiros”, 55,4% dos entrevistados afirmaram que sim, em detrimento de 44,6%, que indicaram não disponibilizarem seu imóvel para uso de terceiros. Quando se questionou apenas àqueles entrevistados que afirmaram disponibilizar seus imóveis a terceiros, 60% afirmaram disponibilizá-los por meio de empréstimo, ao passo em que 36% disponibilizam por meio de aluguel, e 4% disponibilizam por ambas as modalidades.

Gráfico 29 – Disponibilização da segunda residência a terceiros



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Gráfico 30 – Modalidade de disponibilização da segunda residência



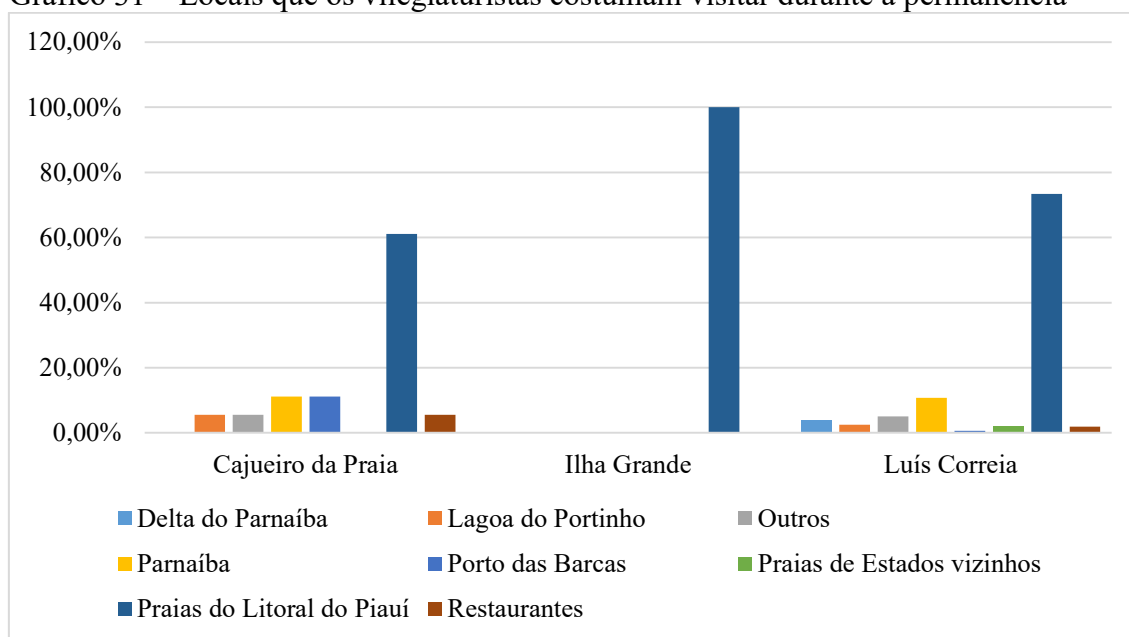
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Estes dados, apresentados nos Gráficos 29 e 30 indicam a finalidade da segunda residência destinada, principalmente, ao do lazer do proprietário e de seus familiares, aspecto já percebido anteriormente, bem como sinalizam a ausência de empresas especializadas em alugar casas por temporadas que deem garantia de assistência do domicílio ao proprietário, ou seja, uma empresa<sup>56</sup> que se responsabilize pela divulgação, aluguel, limpeza, entrega e recebimento do domicílio, além das questões burocráticas, de contrato, pagamento de talões, dentre outros.

<sup>56</sup> *In loco*, só foi identificada uma empresa, cujo proprietário possui uma rede de contatos (em torno de 20 pessoas) com os proprietários de segundas residências no litoral do Piauí, mas com muitas limitações, principalmente de divulgação, promove a intermediação entre vilegiaturistas ou turista e proprietário do DUO.

No que concerne aos locais visitados durante a permanência na hospedagem, foi quase unânime as afirmações que se referiam às praias. Entretanto, evidencia-se que, apesar dos municípios costeiros possuírem diversos pontos turísticos, além de grande potencialidade, poucos entrevistados fizeram referência a outros locais.

Gráfico 31 – Locais que os vilegiaturistas costumam visitar durante a permanência



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Estes dados resultam de fatores diversos, dentre os quais se destaca o fato de que a maioria dos proprietários de segundas residências reside na capital Teresina, que não está localizada no litoral, onde geralmente se deslocam para o litoral em períodos de grande fluxo de vilegiaturistas e turistas – férias e feriados prolongados. De igual forma, os serviços do ramo de alimentação – padarias, bares, restaurantes, dentre outros – não possuem infraestrutura física e nem capacidade de atendimento, por deterem de poucos profissionais, cuja maioria não possui nenhum tipo de qualificação.

Uma vilegiaturista corrobora esse dado afirmando: “quando a gente vem para a praia, a gente traz tudo de casa, e como nesse período é tudo lotado, é uma demora para fazer um pedido, demora mais ainda para chegar e quando vem a conta é um absurdo, e ainda tem lugar que não aceita cartão, por isso a gente resolve trazer e fazer tudo aqui em casa”.

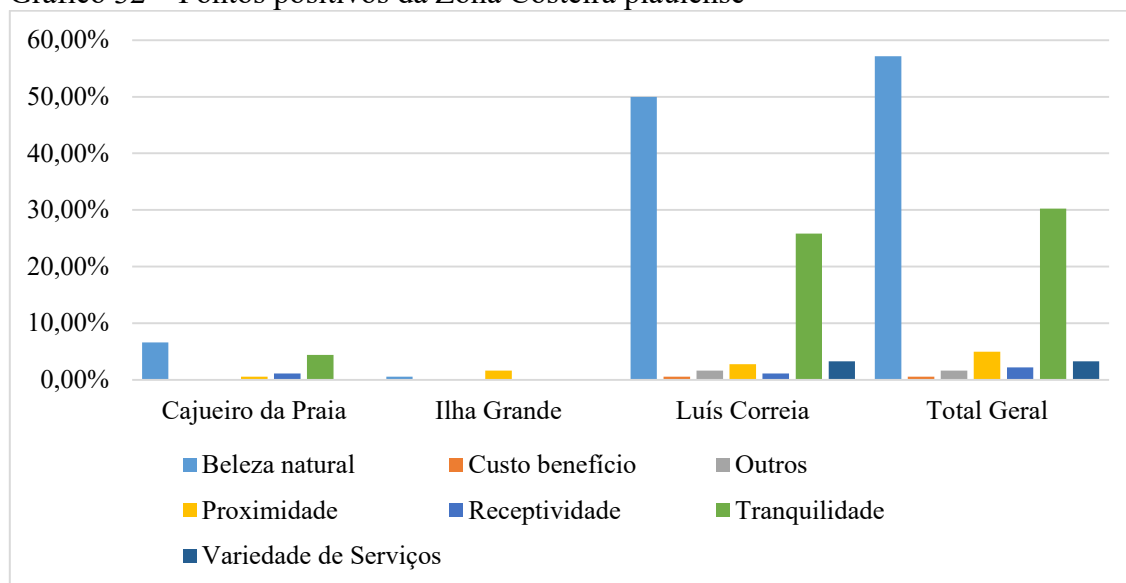
O segundo local mais visitado, segundo os entrevistados, é a cidade de Parnaíba, que costuma também ser visitada no período da noite. Porém, o grande atrativo desta

cidade não se resume aos pontos turísticos, mas engloba as opções de serviços como: *shoppings*, cinema, bares, restaurantes, *food trucks*, entre outros. Esse fato está diretamente relacionado às informações obtidas no Gráfico 33, que ressalta os pontos negativos da ZC do Estado, principalmente, os referentes às poucas opções de serviços durante o período noturno. O Delta do Parnaíba, apesar da beleza, não oferece atividades convidativas para se realizar com frequência, pois o roteiro e atrativos são os mesmos a cada passeio.

Na categoria “percepção sobre a ZC piauiense” as questões objetivavam identificar a percepção dos vilegiaturistas/proprietários de segundas residências sobre a ZC do Estado quanto aos seus aspectos positivos e negativos, bem como quanto a como tomaram conhecimento da área e como avaliam a infraestrutura do território no geral. Considerando tal objetivo, os resultados obtidos estão organizados em quatro gráficos: (i) Pontos positivos; (ii) Pontos negativos; (iii) Meio por qual tomaram conhecimento da área e (iv) Como avaliam a infraestrutura do território.

O Gráfico 32, que apresenta, de modo geral, a percepção dos entrevistados sobre os pontos positivos da ZC piauiense, aponta em destaque a beleza natural (58%) e a tranquilidade-segurança (30%), seguidos da proximidade (4%), variedade de serviços (3%) e outros (2%), que fazem referência ao fácil acesso, culinária, práticas esportivas, voos e custo benefício. Quanto aos aspectos negativos (Gráfico 33), os entrevistados deram maior ênfase à infraestrutura (98,5%) e à qualidade dos serviços (13,5%), seguidos pelo pouco movimento noturno (6,7%), poucos serviços oferecidos (4,5%) e segurança (3%).

Gráfico 32 – Pontos positivos da Zona Costeira piauiense

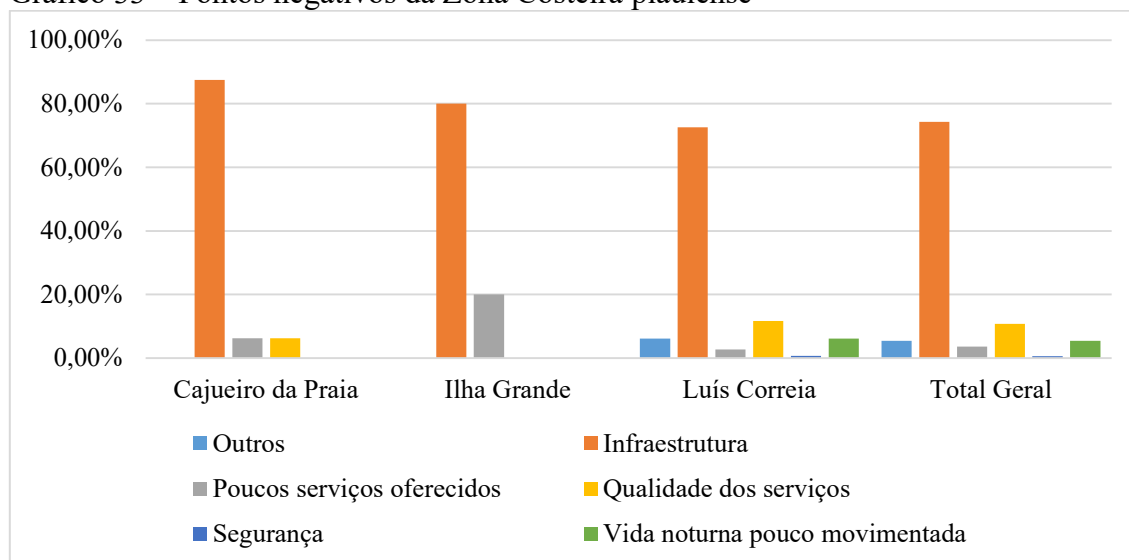


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Através do Gráfico 32 é correto depreender, dentre outros aspectos, que a ZC piauiense possui grande beleza natural, pois, além do mar, possui de um rico santuário ecológico que compreende o Delta do Parnaíba, inúmeras e belas lagoas, dunas e praias limpas, que por estarem distantes da capital do Estado, recebem uma pequena carga de lixo e esgotos. Cumpre ressaltar o clima quente e os ventos propícios para realização de variadas atividades esportivas no mar, rios, lagoas, praias e dunas.

Mediante esse cenário natural, a grande parcela dos entrevistados citou a beleza natural, geralmente, associada à relativa “tranquilidade”, citada por alguns entrevistados que faziam referência à segurança, comparada, por exemplo, com a capital e outros centros. O contraste com principal aspecto negativo do território (Gráfico 33), citado por quase todos os entrevistados, se deu pela infraestrutura – manutenção das vias de acesso, inexistência de um sistema de drenagem urbana para evitar a presença de áreas alagadas, sistema de distribuição de água e energia e limpeza e/ou capina das ruas.

Gráfico 33 – Pontos negativos da Zona Costeira piauiense



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

De modo geral, é verdadeiro afirmar que os espaços urbanos da ZC piauiense possuem grande potencial natural capaz de atrair agentes econômicos – vilegiaturistas, proprietários de segundas residências, agentes imobiliários e empresários desejosos em investir na região –, mas a ausência de infraestrutura básica, aquela que está sob a responsabilidade do poder público, se coloca como aspecto negativo da região por não conseguir atender, de modo satisfatório, a esses agentes.

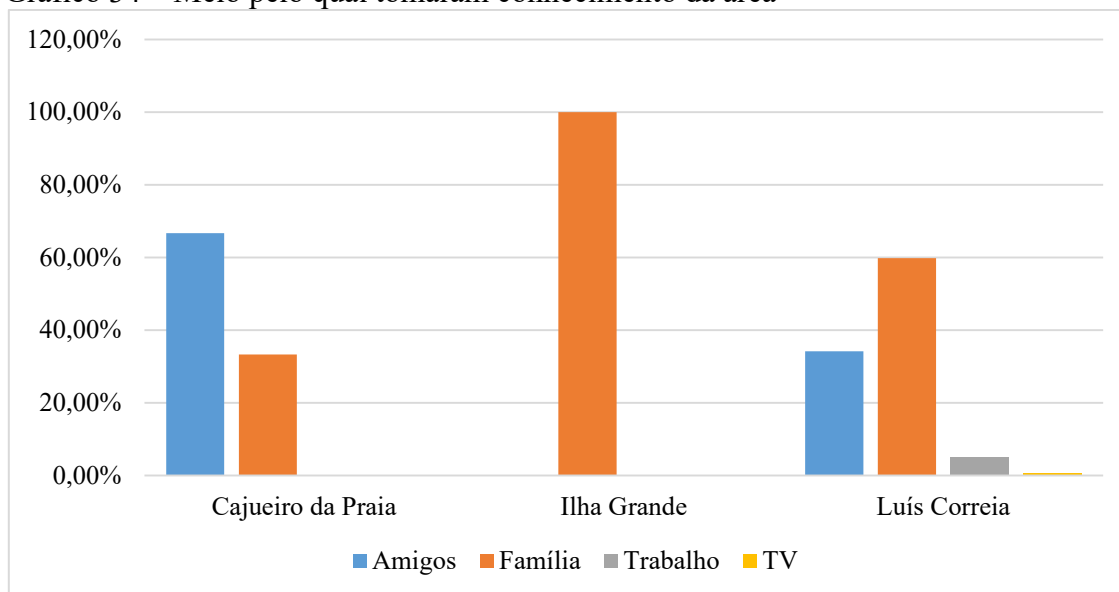
Além da ineficácia do poder público, os entrevistados também apontaram aspectos negativos relacionados à iniciativa privada, referindo-se à qualidade do atendimento e à variedade de serviços. Na observação *in loco* é evidente a ausência da qualificação dos proprietários dos estabelecimentos de serviços e, principalmente, de seus funcionários. A fala do proprietário de pousada X justifica, em parte, tal cenário:

“A maioria desses ‘pequenos empresários’ seja dono de pousada, restaurante ou outro estabelecimento não vivem só do turismo, se não passavam fome. O turismo aqui é basicamente janeiro, carnaval, julho e alguns feriados prolongados ... assim, é complicado ter funcionários qualificados, pois eles só trabalham na alta temporada ... além de que, a maioria das pessoas aqui recebem auxílio do governo e não querem que a gente assine a carteira ... aí fica difícil a gente investir em algo que não é a nossa principal fonte de renda, é apenas um complemento”.

Quanto ao meio pelo qual tomou conhecimento sobre a ZC piauiense, através do Gráfico 34 é possível notar que 58,6% dos entrevistados indicaram a família. A maioria

relatou que frequenta a região desde a infância ou juventude, e outros 36% fizeram referência a amigos, seguidos do trabalho (4,5%) e TV (0,8%).

Gráfico 34 – Meio pelo qual tomaram conhecimento da área



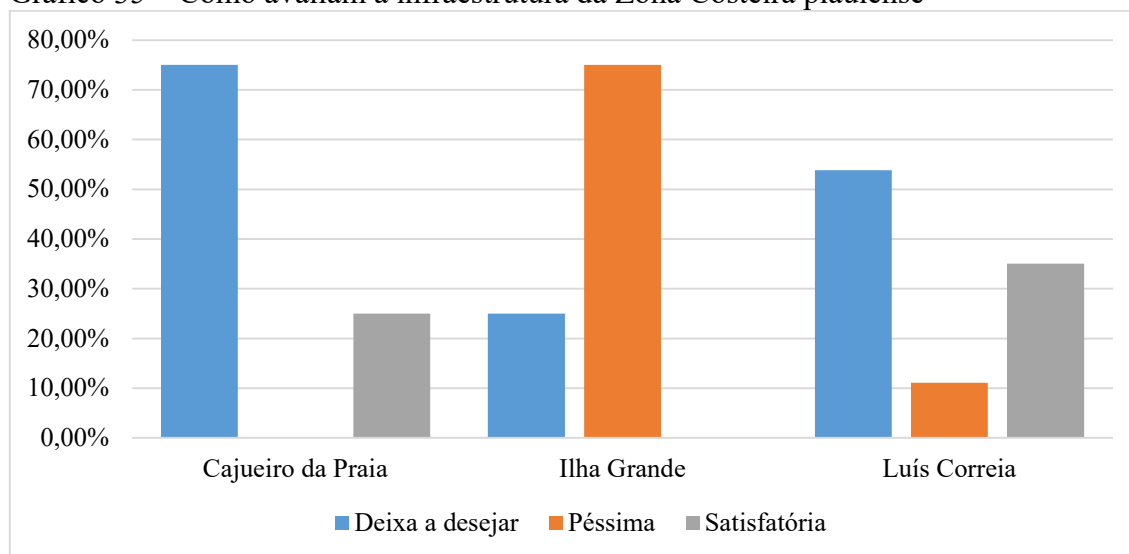
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A partir desses dados, infere-se que a ZC piauiense detém de grande beleza natural, sendo considerada “um paraíso ecológico”, um destino pouco divulgado nas mídias, e com uma logística de linhas aéreas deficitária, que atualmente se limita a um voo por semana partindo de Campinas-SP, com destino a Parnaíba-PI. Essa limitação transforma a ZC piauiense em um destino desconsiderado por muitos vilegiaturistas e turistas de outras regiões brasileiras ou de outros países, que optam por outros destinos que ofereçam uma boa logística de tempo e deslocamento.

Assim, essa conjuntura justifica, em parte, o fato da ZC piauiense ter como público principal os piauienses, especialmente, os que residem no norte do Estado e que frequentam a região com familiares e/ou amigos há um longo tempo, com o objetivo de buscar o lazer e descanso proporcionados pela beleza e tranquilidade que a região oferece. No que tange à avaliação da infraestrutura do território, o Gráfico 35 aponta que cerca de 55% dos entrevistados informaram que a infraestrutura da região deixa a desejar, enquanto outros 33% a consideram satisfatória e os demais (12%) a julgaram péssima.



Gráfico 35 – Como avaliam a infraestrutura da Zona Costeira piauiense



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Temos então que os vilegiaturistas/proprietários de segunda residência não consideraram a infraestrutura da região como a principal motivação para aquisição de uma segunda residência, e sim o lazer, o descanso e a proximidade da primeira residência. Este contexto revela a necessidade de investimentos nas condições físicas dos espaços urbanos de todos os municípios da ZC piauiense e, por extensão, a necessidade de atrair investimentos e melhorias promovidas pela iniciativa privada com relação à infraestrutura física do estabelecimento e da qualificação profissional, que resultaria consequentemente na melhoria do atendimento ao público.

### **Parnaíba em questão**

A metodologia inicialmente proposta para a análise do vetor “segundas residências” nos espaços urbanos dos municípios da ZC piauiense, com o objetivo de analisar as características, a expansão e o perfil dos proprietários das segundas residências deste território, só foi possível de ser realizada nos municípios de Cajueiro da Praia, Ilha Grande e Luís Correia. Em Parnaíba, por ser uma cidade mais complexa, com múltiplas funções e com um imobiliário também diverso, as segundas residências estão diluídas na paisagem e se confundem com os domicílios de uso permanente. Por essa razão, foi necessário utilizar procedimentos metodológicos distintos para alcançar o mesmo objetivo pretendido aos demais municípios.

Neste município, os informantes-chave foram representantes de imobiliárias, construtoras e condomínios fechados, cujos dados foram obtidos por meio de entrevistas (ANEXO). Nestas, estes foram questionados sobre a ocorrência, expansão e áreas de concentração das segundas residências no município de Parnaíba e o perfil geral dos proprietários. Quanto ao perfil dos proprietários, as questões fizeram referência às motivações para aquisição de uma segunda residência no município, a renda média familiar, qual a área de atuação profissional destes proprietários e o local da primeira residência.

A partir destas entrevistas foi possível identificar as potencialidades do setor imobiliário e, por extensão, das segundas residências, identificando suas áreas de ocupação recente e o perfil de seus proprietários, pois os informantes-chave tiveram contato direto e/ou indireto com os proprietários desses domicílios e assim foram capazes de informar sobre a ocorrência das segundas residências no município de Parnaíba.

O conteúdo das entrevistas foi analisado a partir da técnica “análise de conteúdo”, seguindo a etapas técnicas propostas por Bardin (2006): i) Pré-análise; ii) Exploração do material; e iii) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação, para definir categorias que respaldam a temática-chave do estudo. Segundo Silva e Fossá (2015, p. 8)<sup>57</sup>, “A opção pela análise categorial se respalda no fato de que é a melhor alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos”.

Seguindo tal técnica, a análise de conteúdo das entrevistas resultou na formação de quatro categorias finais: (i) atrativos do município para aquisição de uma segunda residência; (ii) público-clientes: profissões dos proprietários de segundas residências; (iii) Origem/1º residência e (iv) Áreas de concentração.

Quadro 7 – Categorias de análise do perfil dos proprietários de segundas residências em Parnaíba

Categorias Finais	Categorias Iniciais
-------------------	---------------------

<sup>57</sup> Silva e Fossá (2015) são autoras do artigo *Análise de Conteúdo: Exemplos de Aplicação da Técnica para a análise de Dados Qualitativos*, o qual apresenta, de forma descritiva e sistemática, um modelo de condução da análise de conteúdo em um estudo qualitativo, baseado nas etapas técnicas propostas por Bardin (2006).

<b>1. Atrativos do município para aquisição de uma segunda residência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demanda estudantil</li> <li>• Crescimento econômico</li> <li>• Ampliação do setor terciário</li> <li>• Potencial econômico e turístico da região</li> <li>• Potencial de expansão do setor imobiliário</li> <li>• Perfil da cidade: quantidade de habitantes, renda per capita, região de influência sobre municípios e Estados vizinhos</li> </ul>
<b>2. Classe profissional dos proprietários de segundas residências</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudantes</li> <li>• Funcionários públicos</li> <li>• Profissionais liberais</li> <li>• Empresários</li> <li>• Aposentados</li> </ul>
<b>3. Origem/primeira residência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Teresina</li> <li>• Maranhão</li> <li>• Ceará</li> <li>• Brasília (vínculo familiar)</li> <li>• Sul e Sudeste</li> <li>• Pará</li> <li>• Estrangeiros</li> </ul>
<b>4. Áreas de concentração/expansão das segundas residências</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bairro João XXIII (BR-343)</li> <li>• BR-343 (acesso Teresina)</li> <li>• BR-343 (acesso a Luís Correia)</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Na categoria “Atrativos do município para aquisição de uma segunda residência”, todos entrevistados representantes das imobiliárias fizeram referência especial à demanda estudantil e/ou expansão das universidades, diferentemente dos representantes de construtoras e condomínios, cuja ênfase foi a dada a funcionários públicos, empresários e aposentados. Nesse contexto é importante ressaltar que as imobiliárias, apesar de oferecerem serviços de vendas e locações de imóveis, este último representa o serviço de maior demanda e, por esta razão, as respostas atendem melhor aos serviços de locação, mesmo as perguntas tendo como referência a aquisição de uma segunda residência. As construtoras, por sua vez, oferecem serviços de venda de lotes e residências em loteamentos e condomínios e, por essa razão, a demanda por tal serviço envolve um público, em geral, distinto das imobiliárias. Mas, quando ambas focam na mesma atividade, a venda de lotes e/ou imóveis, os perfis dos clientes de ambos os setores são similares.

Ainda em referência à primeira categoria do Quadro 7, foi possível depreender a partir das entrevistas que o setor imobiliário está em ascensão na cidade, mas o foco principal não são as segundas residências, apesar destas ocorrerem em números significativos, como revelam os dados do IBGE (2010), pois os motivos de aquisição não estão relacionados, em primeira instância, ao lazer ou veraneio.

A vilegiatura marítima, ou melhor, as práticas marítimas modernas aparecem como uma boa consequência de se obter uma segunda residência em Parnaíba, sendo que os objetivos primazes estão relacionados ao trabalho, aos estudos dos filhos, à saúde, e ao fato de ser uma cidade “pequena”, mas com infraestrutura, tranquila e que oferece melhor qualidade de vida e “ainda fica próxima da praia”.

A ascensão do setor imobiliário como um todo, não se limitando apenas aos DUO, é evidente no município ao se observar os loteamentos lançados nos últimos anos, além do aumento do número de imobiliárias e da chegada de filiais de construtoras de grande porte, cuja matriz se localiza em outros Estados e/ou regiões brasileiras. Corroborando essa linha de pensamento, um entrevistado – gerente de imobiliária – afirmou que “na década de 1990, havia em Parnaíba umas quatro imobiliárias”; sendo que atualmente, através de pesquisa de campo sob auxílio de informações disponíveis no Google, identificou-se, em Parnaíba, 19 imobiliárias e 9 construtoras, além de dezenas de corretores imobiliários que não estão vinculados a uma empresa.

Na categoria “Classe profissional dos proprietários de segundas residências”, foi possível identificar o perfil profissional dos proprietários de segundas residências, a partir do qual se pode inferir sobre a renda mensal familiar destes. Nesta categoria é correto afirmar que a maioria dos proprietários são funcionários públicos, que trabalham em Parnaíba ou em cidades vizinhas, e que optam por adquirir uma segunda residência – um ponto de apoio – em Parnaíba pela infraestrutura que a mesma possui.

Seguido destes, se sobressaem os empresários e profissionais liberais que, mediante o crescimento econômico e populacional da cidade, veem nesta, além da qualidade de vida, oportunidades de negócios, mas que em um primeiro momento adquirem a residência como um investimento e ponto de apoio, considerando que em um breve espaço de tempo o objetivo é torna-la a primeira residência. Nesse ínterim, os aposentados também têm destaque na fala dos entrevistados, que afirmam que esses adquirem uma segunda residência em Parnaíba na busca de uma melhor qualidade de vida. Os entrevistados afirmam que, em geral, esse grupo relata que seus planos são “em

breve, residir na cidade”, já que a mesma possui uma boa infraestrutura, oferece variados serviços e ainda é uma cidade segura e próxima da praia.

Na categoria “Origem/primeira residência”, nota-se que os proprietários de segundas residências, em sua grande maioria, residem no próprio Estado do Piauí, principalmente na capital Teresina. Segundo os entrevistados, há um grande número de maranhenses que residem em municípios vizinhos e veem a necessidade de ter uma residência em Parnaíba para servir como ponto de apoio da família, seja para questões de trabalho, saúde, educação dos filhos, dentre outras motivações.

O Ceará, segundo os entrevistados, também é um polo de origem relevante dos proprietários de segundas residências no município, mas, geralmente, a motivação da aquisição do domicílio está vinculada à educação e/ou trabalho, pois, com relação aos serviços e ao lazer, o Ceará possui vários centros maiores e/ou equivalentes à Parnaíba, distribuídos por todo o Estado, sendo também detentor de uma das maiores parcelas do território costeiro do país.

Brasília também se apresenta como destino de origem de grande representatividade, uma vez que os entrevistados explicam que a grande maioria dos brasileiros que adquirem uma residência em Parnaíba possui vínculos familiares na mesma. O Sul e Sudeste do país, além de estrangeiros, também são citados como locais de origem dos clientes, contudo, estes adquirem a casa para utilizá-la como residência primaz ou para investimentos de curto, médio ou longo prazo.

Quanto à categoria “Áreas de concentração/expansão das segundas residências”, os entrevistados, de forma unânime, responderam que seria no entorno da BR-343, seja na entrada da cidade, acesso a Teresina; ou na saída, acesso a Luís Correia e suas praias, principalmente no bairro João XXIII, localizado à margem dessa via. Contudo, essas áreas de concentração de segundas residências coincidem com as áreas de expansão da cidade, e que devido ao fato de ser acesso a Luís Correia, já possuía certa infraestrutura, como vias com pavimentação asfáltica, ser próximas às redes de distribuição de água e energia, além dos preços mais acessíveis dos lotes ou residências, se comparada as áreas residenciais já consolidadas, e da facilidade de pagamento, podendo ser financiadas pela própria construtora ou pelos bancos. Também é possível o benefício de programas habitacionais do Governo Federal, como o “Minha casa, minha vida”.

Essas novas áreas de expansão também foram induzidas pela ação do poder público ao implantarem equipamentos urbanos importantes como o aeroporto, o Tribunal de Justiça, o IFPI, além de facilitarem a implantação de outros equipamentos

privados, como *shopping*, faculdade e, principalmente, loteamentos (residenciais e condomínios), que agregaram valor aos lotes, implantando infraestrutura própria de calçamento, água e energia, sem a contrapartida da prefeitura.

Com relação aos condomínios, é importante ressaltar que a maioria destes empreendimentos em Parnaíba é composta por quitinetes ou casas com, no máximo, dois quartos destinados para locação. São localizadas, em geral, no entorno da UFDPAR e das Avenidas Pinheiro Machado (BR-343) e São Sebastião, sendo ocupadas, principalmente, por estudantes e por profissionais que moram sozinhos. Os condomínios residenciais, cujas residências foram adquiridas por meio de compra, são geralmente compostos de casas com, no máximo, vinte unidades, localizadas no entorno da Av. São Sebastião e da BR-343 (acesso a Luís Correia), nas áreas de expansão recente da cidade, concentrados nos bairros Reis Veloso, Frei Higinio, Catanduvas e João XXIII.

Portanto, mediante observação de campo e análise de conteúdo, é correto afirmar que as segundas residências em Parnaíba se difere dos demais municípios do território costeiro do Piauí. Pois, apesar de todos os municípios ao longo desta pesquisa apresentarem suas particularidades quanto as características e funções das segundas residências, em Parnaíba esse vetor se distingue com veemência dos demais mediante as motivações para aquisição de um DUO, pois mesmo tendo parte do seu território banhado pelo mar, a finalidade primaz da residência não é o lazer e o descanso: esta seria uma motivação secundária.

## **5.2 Turismo**

O território é uma das categorias geográficas de suma importância para o entendimento do espaço e das relações nele existentes. Nesse sentido, Cruz (2005) explica que o uso do território implica na análise de sua configuração, constituição e apropriação ao longo do tempo, que são evidenciados a partir do dinamismo econômico-social e da infraestrutura existente. Diante deste dinamismo, ou seja, da

sucessão dos meios geográficos, é possível contar a história do território e seu uso, tratado por Santos (2005) como “território usado”.

Na ZC piauiense, a partir de uma constatação empírica, o turismo se configura uma atividade econômica que envolve a implantação de objetos (meios de hospedagens, bares, restaurantes, estabelecimentos comerciais diversos, infraestrutura) e ações (os fluxos de pessoas e capital), que são frutos de uma prática social, em geral, vinculada ao lazer. Os turistas fazem uso do espaço e o consomem; conseqüentemente, transformam o território que, por sua vez, possui caráter administrativo e político, sendo nele realizadas ações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Assim, entende-se que o turismo é:

um processo que interessa à sociedade e à natureza, e, por essa razão, está vinculado de forma muito estreita aos objetivos da Geografia enquanto ciência que se propõe a interpretar os arranjos espaciais da superfície terrestre e a decodificar toda a complexidade de seu dinamismo. (CONTI, 2003, p. 68)

Na contemporaneidade, o turismo se apresenta como um fenômeno complexo, multidimensional, que suscita definições variadas por compreender aspectos de diferentes naturezas: econômicas, sociais, ambientais, culturais, psicológicas, dentre outras; e “compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001, p. 38).

Independente da finalidade, é correto afirmar que a atividade turística perpassa por um prognóstico de transporte, alojamento, recreação, alimentação e outros atendimentos das necessidades de viajantes, domésticos ou internacionais, desde a chegada até a saída de uma cidade, estado ou país. Ou seja, envolve uma infinidade de setores que, quando bem executados, incitam o consumo de mais pessoas por diversas motivações, resultando num sistema cíclico a partir do qual:

O turista busca satisfazer as suas necessidades e desejos por meio de novas experiências com o turismo, enquanto os prestadores de serviços almejam a obtenção do lucro financeiro com esse ramo de atividade. Por sua vez, a comunidade onde se localiza o destino turístico visa a geração de empregos e à promoção do intercâmbio cultural, ao passo que os agentes do governo consideram o turismo como um setor que gera riqueza e desenvolvimento para a região que o compreende. (FERREIRA, *apud* COLANTUONO, 2015, p. 32-33)

É neste contexto que o Estado passa a intervir na promoção do Turismo, adequando-se ao conjunto de recursos – naturais, históricos, tecnológicos, culinários, entre outros – que o território é capaz de oferecer aos turistas. Na Europa, por exemplo, o grande atrativo turístico da maior parte de seus países está vinculado às identidades históricas que, por meio do planejamento e ação do Estado, passaram a arquiteta, compondo e promovendo sua identidade nacional em níveis locais e globais. Assim, estabelecem um vínculo entre a identidade nacional e turismo. Neste sentido, Amaral explica que:

Este vínculo entre identidade nacional e turismo nunca mais foi dissolvido. Os grandes apelos de mercado, ou seja, os destinos internacionais consolidados são exatamente aqueles que conseguem esta ligação de forma mais inequívoca e clara. Estes são os casos célebres de Egito, Grécia, Espanha, França, Alemanha e Itália. Em cada um destes países, cuja economia do turismo é bastante longa, os ícones identitários estão estabelecidos no inconsciente coletivo da humanidade e cada produto – um queijo, uma torrada, uma canção, um vestígio arqueológico – torna-se imediatamente espelho da personalidade do país. Consequentemente, para o turista, tudo “cheira a história”, tudo é cercado de magia e atração irresistíveis. Esta sensação resulta de uma longa trajetória de promoção de identidade nacional, utilizando-se das mais variadas mídias, dentre as quais vieram a somar-se, no século XX, o cinema e a televisão (AMARAL, 2015, p. 34-35).

Contrapondo-se em parte da identidade histórica dos países europeus, baseada no passado, nos EUA a ideologia de identidade nacional está orientada para o futuro e a atividade turística, seguindo tal identidade, é estimulada por grandes parques temáticos, hotéis esplendorosos, cassinos estupendos, megaeventos televisionados, etc., que se baseiam na tecnologia, na novidade e no futuro. Neste ínterim, o planejamento e as estratégias de gestão do turismo são baseados na “ideia de qualidade total dos serviços, associação íntima entre publicidade e vendas, a agressividade competitiva dos destinos turísticos, os altos investimentos em infraestrutura” (AMARAL, 2015, p. 36), que serviram de referência e inspiração a diversos países interessados em compor destinos turísticos, principalmente, internacionais.

No Brasil, a identidade nacional associada à atividade turística está atrelada aos diversos e variados recursos paisagísticos vendidos internacionalmente como “paraíso tropical”. Ao longo do século XX, seguindo tendências globais da atividade turística, várias estratégias políticas de gestão foram implementadas no país, dentre elas:



- a) O decreto-lei nº 1.915 de 1939, que instituiu a Divisão do Turismo, considerada um organismo oficial de turismo da administração pública federal, extinta em 1946;
- b) O decreto-lei nº 2.440 de 1940, instituído para tratar exclusivamente das agências de viagens;
- c) O decreto-lei nº 44.863 de 1958, que criou a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR)<sup>58</sup> que representou, segundo Dias (2003), o primeiro esforço para a articulação de uma política nacional de turismo, extinta em 1962;
- d) O decreto-lei nº 55 de 1966, que criou o Conselho Nacional de Turismo e Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)<sup>59</sup>;
- e) O decreto-lei nº 1.191 de 1971, que criou o Fundo Geral do Turismo (FUNGENTUR), responsável por investimentos privados e na infraestrutura;
- f) A lei nº 8.181 de 1991, que substituiu a EMBRATUR pelo Instituto Brasileiro de Turismo, cujas atribuições são formular, coordenar e executar a Política de Turismo no país;
- g) O Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) de 1992, criado pelo Instituto Brasileiro de Turismo, cujo plano de ação deveria ser desenvolvido entre 1992-1994, considerado o primeiro passo para uma efetiva implantação de uma política nacional;
- h) O Programa Nacional de Municipalização do Turismo<sup>60</sup> (PNMT) de 1996, criado com o objetivo de promover uma gestão descentralizada do turismo.
- i) O PRODETUR – NE de 1991, criado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) com o objetivo de fomentar o turismo no Nordeste por meio

---

<sup>58</sup> Segundo Dias (2003, p. 129), dentre as atribuições da COMBRATUR estavam: a) a coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e ao afluxo do estrangeiro; b) o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas; c) a simplificação e a padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e aos seus bens, recursos pessoais, meios de transporte e hospedagem; d) a promoção e o estímulo, por todos os meios a seu alcance, dos planos e equipamentos turísticos, especialmente os que se referem à construção e à remodelação de hotéis; e) a criação de serviços e instalações que ampliem e completem as zonas turísticas; f) a realização, com a colaboração dos Estados e Municípios, do inventário das áreas de interesse turístico existentes no país, a fim de ser levantado o patrimônio natural, com a finalidade de proteger, por meio de legislação adequada, a paisagem e outros motivos considerados como atração turística.

<sup>59</sup> A EMBRATUR assumiria o papel de normatizar as empresas prestadoras de serviços turísticos, facilitando incentivos fiscais à construção de equipamentos e serviços, além de executar as diretrizes que norteiam a atividade de turismo (VIEIRA, 2011).

<sup>60</sup> Segundo Dias (2003), o PNMT visava implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os estados e municípios de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa.

de infraestrutura básica, instalação de equipamentos urbanos e oferta de serviços públicos;

- j) O PRODETUR II dá Continuidade do PRODETUR – NE I, que incorpora novos instrumentos e conceitos relativamente ao primeiro programa que permitirão avanços ao setor e incluindo também os polos turísticos do norte de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo, lançado em 2001;
- k) O Ministério do Turismo (MTUR) de 2003, composto pela Secretaria de Políticas de Turismo, a Secretaria de Programas de Desenvolvimento e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR);
- l) O Plano Nacional de Turismo referente ao período 2003-2007 com a proposta de fazer do turismo um gerador de renda, cujo principal plano de ação é o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) que tem como objetivo principal a identificação de regiões turísticas, além da integração dos municípios e a criação de roteiros turísticos;
- m) O PRODETUR Nacional é criado em 2008 com o objetivo de fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional, buscando, com isso, a geração de emprego e renda, em especial para a população local;
- n) O Plano Nacional de Turismo (PNT) de 2007, planejado para os anos 2007-2010, baseada numa gestão política participativa e descentralizada, ordenadas em macroprogramas<sup>61</sup> para desenvolver o turismo a partir do potencial de cada região;
- o) O Plano Nacional do Turismo (PNT) referente ao período de 2013-2016 que responde as demandas e define as contribuições do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza. Tem como base o Documento Referencial “Turismo no Brasil 2011-2014” e destaca, no âmbito da gestão, as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro.

---

<sup>61</sup> Os Macroprogramas são: 1 – Planejamento e Gestão; 2 – Informação e Estudos Turísticos; 3 – Logística de Transportes; 4 – Regionalização do Turismo; 5 – Fomento à Iniciativa Privada; 6 – Infraestrutura Pública; 7 – Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos; 8 – Promoção e Apoio à Comercialização; e 9 – Turismo Sustentável e Infância.

Nota-se que, ao longo do século XX e início do século XXI, foram inúmeras as iniciativas do poder público, através de políticas públicas, que objetivaram o desenvolvimento do turismo no país, mas “somente com belas paisagens, sem aporte estrutural e um marco regulatório eficiente, não foram capazes de satisfazer às exigências dos viajantes nacionais e estrangeiros” (COLANTUONO, 2015, p. 38). Nesse sentido, Furtado (2000, p. 78) expõe que o Brasil:

Apesar de contar com um acervo de hábitos, culturas e tradições, além de possuir recursos naturais incomparáveis, qualidades capazes de transformar um potencial turístico em produto de qualidade a ser comercializado nas prateleiras das operadoras e agências de viagens, o Brasil até há pouco tempo, jamais se preocupara em planejar, lapidar e embalar convenientemente a sua matéria-prima turística.

A mudança deste cenário, segundo diversos estudos desta temática, só ocorreu a partir da década de 1990, especificamente no ano de 1994, com a elevação do turismo à categoria do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, que permitiu um maior desenvolvimento do setor em aliança com a iniciativa privada. Silva e Silva (2012, p. 2012, p. 276) afirmam que esse cenário levou o Brasil a ingressar em uma nova era, que se consolidou com quatro macroestratégias:

1 – Melhorar a infraestrutura básica das regiões turísticas; 2 – Capacitar profissionais para ampliar a qualidade dos serviços prestados para tornar-se competitivos; 3 – Modernizar a legislação para adequá-la à realidade do mercado mundial de viagens e turismo; 4 – Fortalecer a imagem do Brasil no exterior através de companhias de marketing e promoções nos principais mercados emissores.

Na escala do Nordeste, as ações governamentais de promoção ao turismo são implementadas a nível estadual desde a década de 1960 e priorizam as áreas litorâneas, principalmente as capitais, tendo, longo do tempo, alcançado fluxos cada vez mais intensos. Porém, é na década de 1990, mediante uma política nacional baseada numa gestão política participativa e descentralizada, e com investimentos específicos do turismo através do PRODETUR/NE I e II, associada ao processo de urbanização, que a atividade turística ganhou notoriedade no cenário nacional e internacional mediante a infraestrutura implantada pelo poder público e a participação da iniciativa privada, em geral, de origem estrangeira, responsável pela implantação de grandes empreendimentos hoteleiros e/ou turísticos.

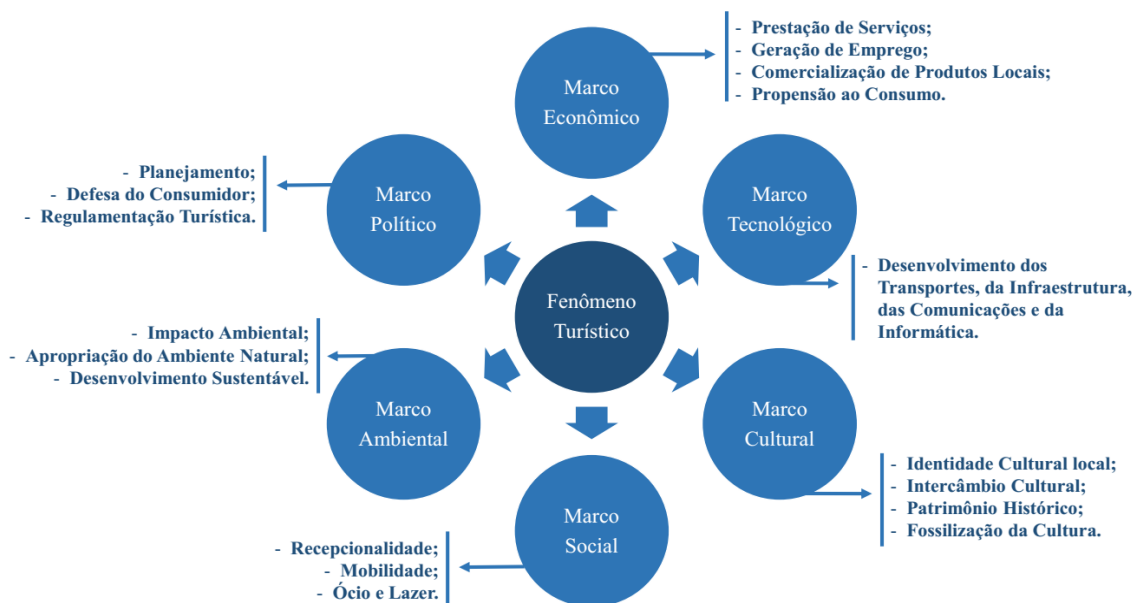
Frente a esse contexto, Dantas (2010, p. 48) explica que o turismo litorâneo se destaca como um dos principais vetores econômicos da região Nordeste e atrai políticas econômicas desenvolvimentistas, recursos públicos, privados e fluxos turísticos, principalmente, nas capitais e metrópoles nordestinas:

A crença nos benefícios do turismo provoca no Nordeste um boom turístico, alicerçado por políticas de valorização das zonas de praia e centradas nas capitais, transformadas em pontos de recepção e de distribuição de fluxo turístico. Volume de investimentos aplicados aponta o turismo litorâneo como um dos principais vetores econômicos da região Nordeste, a exigir adoção de políticas econômicas de desenvolvimento que culminaram no fortalecimento da racionalidade de organização do espaço díspare na região Nordeste de outrora.

Assim, o turismo (notadamente litorâneo) e sua articulação com outros setores econômicos se apresentou na região nordeste como uma solução econômica, pois atraiu planejamento, recursos e infraestrutura, financiada pela esfera governamental e pelos investimentos da iniciativa privada. Esses esforços geraram empregos e promoveram a urbanização e uma dinâmica econômica em espaços não propícios às atividades econômicas tradicionais, como o agronegócio, a indústria, dentre outros (ARAÚJO, 2015).

Notadamente, o turismo deve ser entendido como um fenômeno “de experiências vividas de maneiras e desejos diferentes por parte dos seres envolvidos, tanto pelos turistas quanto pelos empreendedores do setor” (PANOSO NETTO, 2005, p. 30), e que pela amplitude de escalas (global, nacional, regional e local), pela diversidade de atrativos e pela constante mutação do fenômeno pela própria sociedade, sua definição na atualidade é complexa. No âmbito das ciências ditas sociais há o rompimento da compreensão reducionista do turismo como uma atividade econômica, passando a ser tratada como um fenômeno social de ampla complexidade (MATOS, 2013).

Matos (2013), objetivando apresentar a complexidade do turismo, elaborou um compêndio esquemático (Figura 41) sobre o alcance do fenômeno social, sobretudo, no que tange à interligação com outros marcos sociais, como política, tecnologia, cultura e economia, ressaltando os aspectos específicos de participação destes na construção turística na atualidade.



Fonte: Matos (2013, p. 70).

Assim, entende-se que o turismo é um fenômeno amplo e complexo e, apesar de ocorrer em escala global, em geral, seguindo a lógica da globalização, cada território possui suas particularidades – naturais, históricas, tecnológicas – que, através da iniciativa do poder público e/ou da iniciativa privada e do fluxo de turistas, produz e reproduz novos espaços urbanos mediante a implantação de infraestrutura e/ou formas urbanas, mesmo em territórios legalmente instituídos como rurais.

Seguindo tal raciocínio, é que se apresenta o foco do presente subcapítulo, que é compreender a atuação do vetor turismo como elemento da urbanização da ZC piauiense, considerando a observação e pesquisa de campo e a análise dos resultados obtidos com aplicação de questionários. Neste processo, foram identificados, respectivamente, os tipos, perfis e áreas de ocupação e concentração dos meios de hospedagem. Através da aplicação de questionários com proprietários e/ou funcionários de meios de hospedagem, buscou-se identificar o perfil dos proprietários e dos meios de hospedagem – infraestrutura, serviços oferecidos e o perfil dos turistas que utilizam esses estabelecimentos, além dos relatos destes sobre a ZC piauiense – para, a partir destes elementos, entender o movimento e as práticas sociais, ou seja, os usos do território ou o território usado.

Tratando da relação entre o uso do território e o turismo, Cruz (2003, p. 12) explica que:

[...] a intensificação do uso do território de dada porção do espaço geográfico leva a introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Entre esses objetos, destacam-se os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração e de prestação de serviços e a infraestrutura de lazer.

Tal afirmação reforça a relação existente entre turismo, espaço e território. Na ZC piauiense, apesar de estar inserido em planos e políticas públicas regionais e nacionais, especialmente em seus espaços litorâneos, ainda prevalecem as praias sem grandes intervenções sobre o espaço físico das mesmas. Segundo Moraes (2006), as praias piauienses, a partir de critérios geoeconômicos e tendo em vista a geração de subsídio para a implantação do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, numa visão macro, caracterizam-se por possuírem baixa densidade demográfica (58hab/km<sup>2</sup>), com aumento progressivo no sentido leste. Estas são classificadas como balneário em consolidação, ocupada por população tradicional, e isolada ou semi-isolada (sem ocupação). Moraes (2006, p. 38) explica que:

- a) Praias de balneário em consolidação – se caracterizam por terrenos a beira-mar não totalmente ocupados, população fixa pequena e sazonalidade na ocupação, predominância de segundas residências e presença de poucos equipamentos de turismo, paisagem ainda não totalmente com antropismo, presença de vegetação, contaminação baixa ou inexistente. Exemplos: áreas turísticas de ocupação recente, fronteira urbana de cidades pequenas etc.;
- b) Praias ocupadas por população tradicional – se caracterizam por terrenos da beira-mar pouco ocupados, com habitações rústicas, população pequena e semi-isolada, atividades de subsistência predominantes, gêneros de vida tradicionais, presença de vegetação original, baixo antropismo da paisagem, contaminação baixa ou inexistente. Exemplos: áreas indígenas, vilas caiçaras, remanescentes de quilombos etc.;
- c) Praias isoladas ou semi-isoladas – se caracterizam por ter terrenos da beira-mar não ocupados, inexistência de população residente, paisagem com alto grau de originalidade, inexistência de contaminação. Exemplos: praias desertas, áreas de difícil acesso etc.

Segundo as características explicitadas por Moraes (2006), há, aproximadamente, 14 anos não correspondem à realidade atual, apesar das poucas alterações se comparada às praias costeiras das capitais nordestinas, por exemplo. Contudo, várias são as atividades econômicas e os usos presentes neste território, dentre eles o turismo, que pode ser realizado sob diversas vertentes, com destaque para o turismo “sol e praia”, o ecológico e o histórico cultural.

## Um olhar sobre a (re)produção do espaço urbano pelo turismo

A partir da observação de campo ao longo dos espaços urbanos da ZC piauiense, foi possível identificar diversos equipamentos voltados para o turismo, com destaque para hotéis e/ou pousadas, restaurantes, bares e barracas de praia, como aponta o Quadro 8. Em termos quantitativos, os tipos de equipamentos em maior número são as pousadas<sup>62</sup>, em geral, de pequeno e médio porte. Os hotéis<sup>63</sup> estão concentrados em Parnaíba, mas se fazem presentes no entorno das praias de Atalaia, Peito de Moça e Coqueiro.

Em campo foram identificadas 18 colônias de férias<sup>64</sup> (Figura 42), todas localizadas em torno das áreas urbanas mais antigas de Luís Correia, em geral, bem próximas da praia e de outros serviços de bares, restaurantes e comércios, por se configurarem como uma opção barata e alternativa de lazer para seus associados, que possuem transporte particular ou não, facilitando a logística de locomoção.

Figura 42 – Colônias de Férias dos servidores do Estado do Piauí e dos servidores da Prefeitura Municipal de Teresina

---

<sup>62</sup> De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de meios de Hospedagem (SBClass), as pousadas são empreendimentos de característica horizontal, compostos de, no máximo, 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs. Aqui foram divididas em três categorias – pequena (até 10 UH), média (de 11 a 20 UH) e de grande porte (de 21 a 30 UH).

<sup>63</sup> O hotel é classificado como um estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária.

<sup>64</sup> Colônia de Férias é um tipo de estabelecimento de meio de hospedagem que atende um público muito específico, que faz parte de uma entidade, associação, sindicato e etc., restrita aos associados e seus dependentes.



Fonte: Acervo da autora (2019).



Quadro 8 – Equipamentos turísticos nos espaços urbanos da Zona Costeira do Piauí

Equipamentos Turísticos		Municípios/Localidades															
		Ilha Grande			Parnaíba			Luís Correia					Cajueiro da Praia				
		Centro	Tatus	Baixão	Pedra do Sal	Centro	Av. São Sebastião	Floriópolis	Centro	Atalaia	Peito de Moça	Coqueiro	Maramar	Macapá	Centro	Barrinha	Barra Grande
Meios de Hospedagem	Hotéis					X	X	X		X	X	X					
	Pousadas	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Colônia de Férias								X	X	X						
	Resorts												X			X	
	Hostel					X	X		X								X
Alimentação	Supermercado					X	X		X								
	Restaurantes		X		X	X	X	X	X	X	X	X			X		X
	Bares		X		X	X	X	X		X	X	X					
	Padaria	X				X	X		X			X			X		X
	Barraca de praia				X					X	X	X	X	X	X	X	X
Componentes de Apoio e Diversão de Turistas	Centro de informação ao turista					X											
	Agências de turismo					X	X										
	Agências de passeios turísticos	X	X			X											
	Parque temático ou aquático																
	Boates						X										

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em números reduzidos, há os *resorts*<sup>65</sup> (2 unidades) e os *hostels*<sup>66</sup> (7 unidades), que possuem perfis bem distintos e que seguem a lógica de localização dos demais espaços costeiros do Nordeste, sendo o primeiro voltado para turistas de alto poder aquisitivo, geralmente acompanhados pela família, em áreas mais isoladas; enquanto os segundos, em maior parte, localizam-se em áreas centrais de Parnaíba e Luís Correia, voltados para turistas jovens que andam sozinho ou com amigos, e possuem acomodações simples e compartilhadas.

No setor de alimentação, Parnaíba e Luís Correia detêm mais opções, sendo que a primeira se destaca quanto aos supermercados, padarias, bares e restaurantes, e a última se sobressai quanto às barracas de Praia. O setor “componentes de apoio e diversão dos turistas” é marcado pela ausência destes equipamentos na maioria dos municípios que, de modo geral, estão concentrados nas localidades centrais de Parnaíba.

Destas observações é possível apontar que os municípios da ZC piauiense possuem diversos equipamentos turísticos, desigualmente distribuídos ao longo dos seus espaços urbanos. Parnaíba, apesar de não ser uma cidade voltada para o lazer, considerando os resultados da análise das segundas residências, possui a maior variedade de equipamentos turísticos, enquanto os demais municípios, mesmo possuindo uma maior demanda turística, têm pouca variedade de serviços. Neste ínterim, Ilha Grande se destaca por ter agências de turismo que oferecem passeios ao Delta, ao passo em que em Luís Correia e em Cajueiro da Praia há uma concentração de meios de hospedagem e serviços de alimentação – bares, restaurantes e barracas de praia.

Essa configuração de distribuição de equipamentos turísticos indica um movimento e um contínuo fluxo de turistas entre os municípios durante sua estadia, que durante o dia aproveitam as praias e os passeios ao delta. Durante a noite, o fluxo se direciona para Parnaíba, que oferece variadas opções de lazer distintas dos demais municípios como: bares, restaurantes, lanchonetes, *shopping*, cinema, boliche, dentre outros. Estes equipamentos de lazer, junto aos equipamentos de serviços, saúde e educação, transformam Parnaíba em um centro polarizador de serviços tipicamente urbanos, e também em um ponto de encontro e de dispersão de turistas que se movimentam, que consomem e que usam e transformam o território.

---

<sup>65</sup> Os *resorts* são hotéis com infraestrutura de lazer e entretenimento que dispõe de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento;

<sup>66</sup> *Hostels* são um tipo de hospedagem com preços mais acessíveis, com quartos compartilhados, geralmente localizados em áreas centrais ou próximas de ambientes naturais, em geral, procurados por viajantes jovens de diferentes nacionalidades.

## O Perfil dos empreendedores e turistas

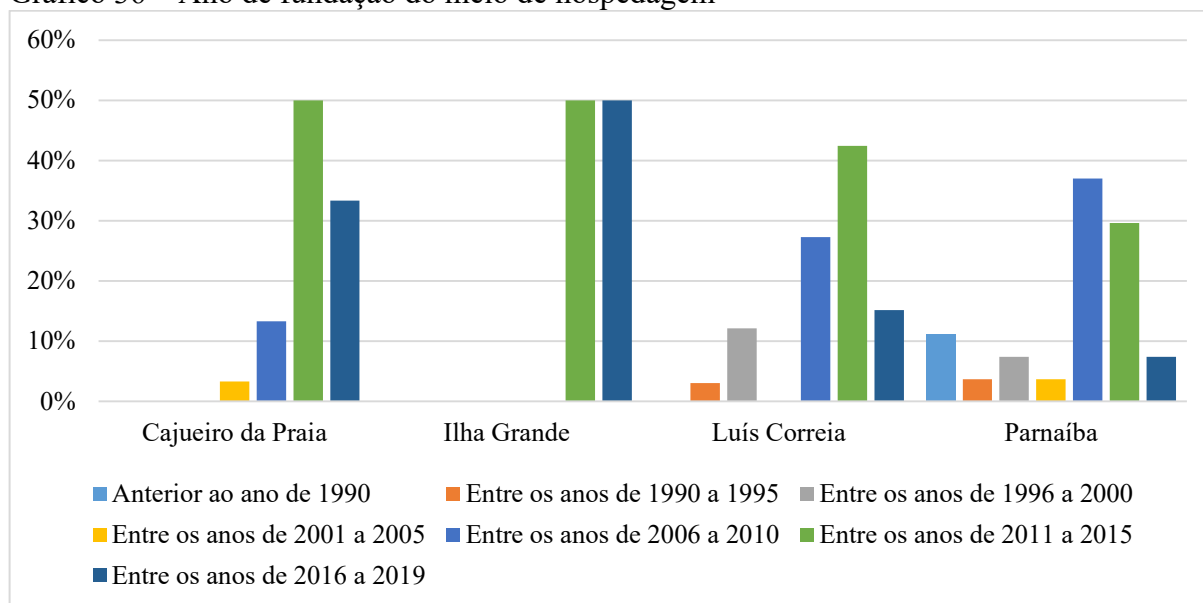
O turismo é composto por diversos prestadores de serviços que, juntos, permitem a realização e o desenvolvimento pleno da atividade. Dentre esses prestadores, os meios de hospedagem se destacam como um dos setores mais importantes para o desenvolvimento da atividade turística, pois viabiliza a permanência dos turistas na localidade visitada, seja a lazer ou a negócio, atendendo suas necessidades e permitindo a expansão desta atividade (CRUZ; BORGES, 2006). Segundo Cooper *et al.* (2001), a hospedagem é o maior setor dentro da economia turística, caracterizado por uma extrema heterogeneidade, podendo oferecer desde serviços básicos como estadia e alimentação, até serviços luxuosos para o descanso do hóspede, passando por serviços e instalações para a realização de reuniões, conferências e transações de negócios, além de recreação e entretenimento.

Os meios de hospedagem variam quanto à estrutura e o foco de atuação, e assumem papel importante dentro da atividade turística com reflexos importantes para a economia e para a estrutura urbana do território onde está inserido. É neste sentido que se julga importante compreender os perfis dos meios de hospedagem presentes na ZC piauiense, pois eles permitem entender o turismo como um componente da urbanização, que induz esse processo através do uso do território.

O perfil ou os “dados sobre o meio de hospedagem” da ZC piauiense são aqui apresentados a partir dos gráficos intitulados: (i) Ano de fundação do meio de hospedagem; (ii) Quantidade de unidades habitacionais dos meios de hospedagem; (iii) Ampliação dos meios de hospedagem; (iv) Período da ampliação do meio de hospedagem; (v) Serviços oferecidos no meio de hospedagem; (vi) Meios de divulgação dos meios de hospedagem; (vii) Meio de reserva; (viii) Capacitação ou atualização dos funcionários; (ix) Parcerias com outras empresas; (x) Atrativo do meio de hospedagem; (xi) Categoria do meio de hospedagem.

Com o Gráfico 36, a partir dos dados apresentados, é possível depreender que na ZC piauiense, em períodos que antecederam a década de 1990, havia uma quantidade significativa de meios de hospedagem, as quais estavam concentradas em Luís Correia e, principalmente, em Parnaíba. Porém, nota-se que, no decorrer da década de 1990, e na primeira metade da década de 2000, a implantação de novos estabelecimentos de hospedagem ocorre de forma acanhada em todos os municípios da ZC.

Gráfico 36 – Ano de fundação do meio de hospedagem



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Neste recorte temporal, Luís Correia se sobressai frente aos demais municípios, sendo atendida com recursos governamentais para oferecer uma melhor infraestrutura com o intuito de promover o turismo na região, através da manutenção e extensão de vias asfálticas que dão acesso ao litoral e por meio da implantação de colônias de férias. São diversas as colônias de férias, construídas pelo Estado e por sindicatos de diversas categorias de trabalhadores, todas localizadas em Luís Correia como opções de turismo e lazer dos trabalhadores com mais valores acessíveis.

No Piauí, segundo Anchieta Correia<sup>67</sup>, em entrevista com Francisco Correia (2015) foi no governo de Alberto Silva, tanto no primeiro mandato (1971-1975), quanto no segundo (1987-1991), que o Piauí deu os primeiros passos na política de fomento ao turismo, e que no litoral foi representado pela:

[...] a construção e operação do Atalaia Motel, na praia de mesmo nome, em Luiz Correia, litoral do Piauí. Ali o Governo também foi pioneiro, construindo um empreendimento rústico, mas funcional, motivando as possibilidades turísticas do litoral piauiense. E a PIEMTUR [...] administrou aquele empreendimento que posteriormente deu origem ao novo hotel construído no mesmo local, cuja obra teve início na segunda gestão do mesmo governador. (CORREIA, 2015, p. 56)

<sup>67</sup> José de Anchieta Santos Correia, administrador de Empresas e jornalista, exerceu o cargo de diretor presidente da PIEMTUR nos períodos de 1973 a 1979 e 1986 a 1988, além de presidente da Rede Integrada de Hotéis e Motéis do Piauí (RIMO) e presidente da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (C.T.I.). Jornalista, foi o primeiro editor de turismo do Jornal O DIA e Jornal da Manhã, coordenador do Departamento de Turismo da SUDENE em Recife, e assessor da Secretaria de Indústria Comércio e Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI).

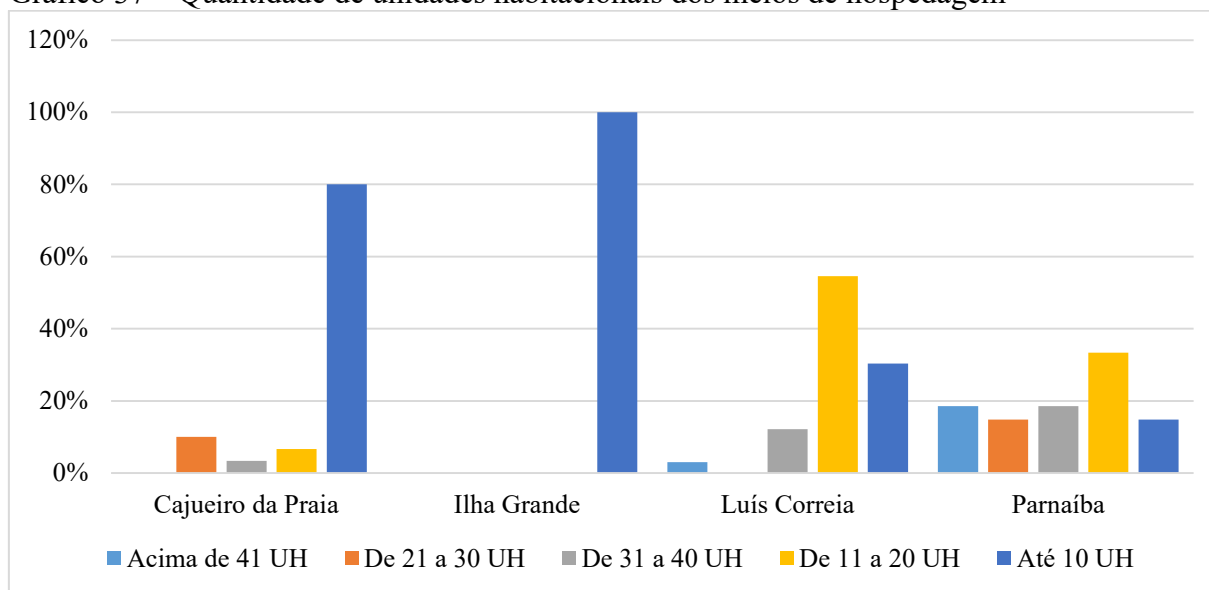
Assim, nota-se que a ação do poder público no fomento à atividade turística não se mostrou eficaz por não ser capaz de atrair outros investimentos e melhorar a infraestrutura deste território, mesmo diante do surgimento de políticas regionais e federais, a exemplo do PRODETUR, cujo objetivo era fomentar o turismo, especialmente, em territórios costeiros da região Nordeste.

De acordo com o Gráfico 36, o crescimento do número de estabelecimentos de meios de hospedagem ocorreu a partir da segunda metade da década de 2000, com destaque para Parnaíba, a qual é beneficiada em 2007 com a expansão da Universidade Federal do Piauí, que passou oferecer diversos cursos de nível superior, disponibilizando centenas de vagas. Essas ofertas atraíram estudantes vindos de outros municípios do Piauí e de diversos Estados do Brasil, gerando uma grande demanda de meios de hospedagem.

Nos demais municípios da ZC piauiense, o maior crescimento ocorreu a partir de 2010, principalmente, em Cajueiro da Praia, que na atualidade se estabelece como principal foco do turismo do Estado Piauí, vinculado diretamente com a prática do *Kitesurf*, e em Ilha Grande, devido ser a porta de entrada para os passeios do Delta do Parnaíba. Apesar do crescimento no número de estabelecimentos, no Gráfico 37, nota-se que estes estabelecimentos são de pequeno porte, com até 20 Unidades Habitacionais (UH). Parnaíba concentra a grande parte dos meios de hospedagem, que possuem mais de 41 UH, sendo que a maioria dos estabelecimentos possui um número de UH superior a 11. Em Cajueiro da Praia e Ilha Grande, os estabelecimentos, em geral, não ultrapassam 10 UH. Luís Correia oferece diversas opções de estabelecimentos de pequeno e médio porte que, em geral, não ultrapassam 40 UH.

Esses dados dão indicativos de que o público dos meios de hospedagem em Cajueiro da Praia e Ilha Grande busca privacidade e tranquilidade, já que os hóspedes passam grande parte do tempo no estabelecimento, principalmente em Cajueiro da Praia, onde os meios de hospedagem ficam bem próximos da praia. Estes, em geral, oferecem natureza, rusticidade e tranquilidade, já que hospedam poucos hóspedes e que o meio de hospedagem não se restringe a apenas um dormitório.

Gráfico 37 – Quantidade de unidades habitacionais dos meios de hospedagem

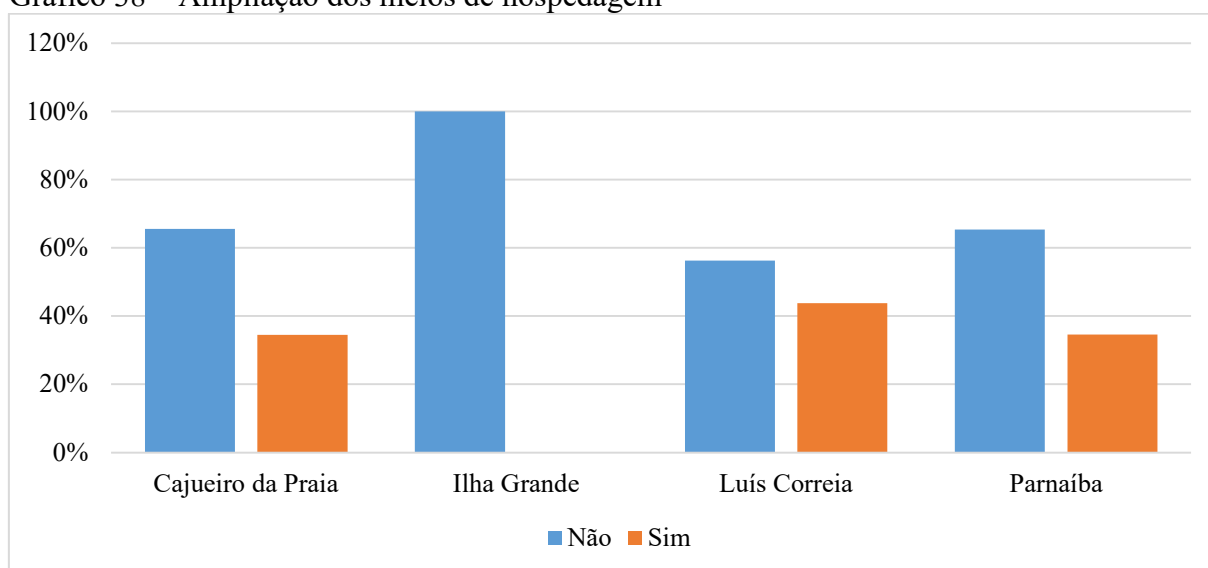


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os dados referentes a Parnaíba oferecem indicativos distintos, pois são meios de hospedagem consideravelmente distantes da praia, com mais unidades habitacionais e, conseqüentemente, com um maior número de hóspedes que, em geral, estão na cidade a negócio ou a trabalho, e veem o estabelecimento como um dormitório e/ou ponto de apoio. Dos dados referentes a Luís Correia depreende-se que, em razão da cidade não oferecer variados serviços, e os meios de hospedagem, em geral, estarem localizados bem próximos à praia, os turistas buscam banhos de mar, lazer ou recreação onde os estabelecimentos ofereçam quartos menores, muito próximo um dos outros, com um número maior de hóspedes, porém, com preços mais acessíveis.

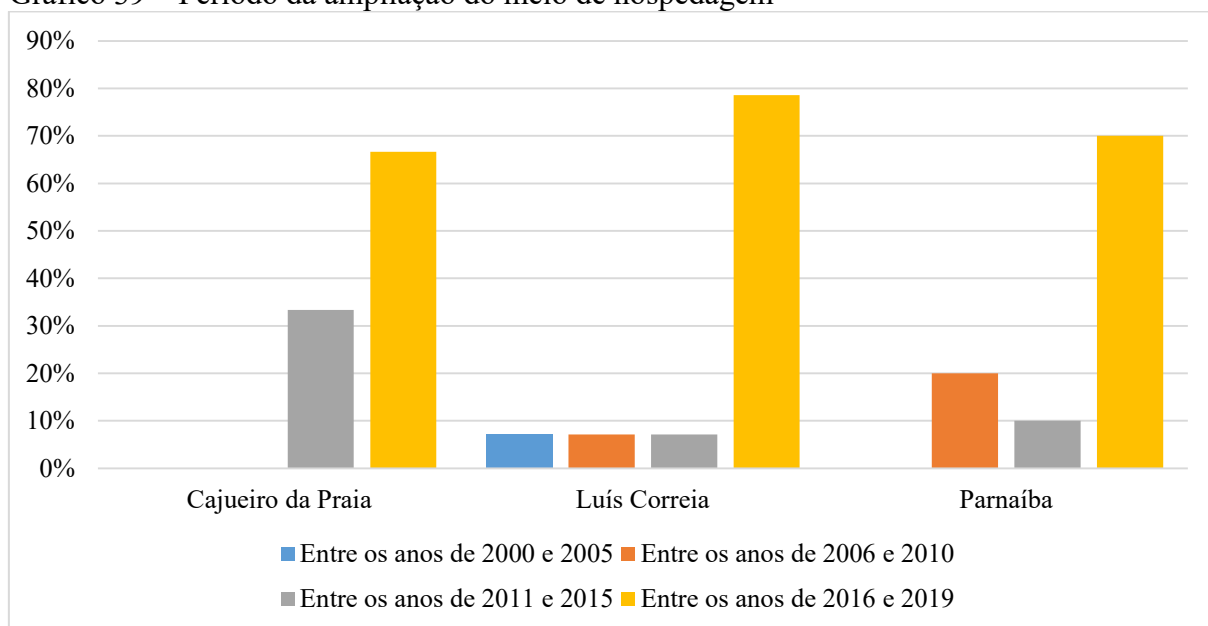
Com relação à ampliação dos meios de hospedagem, evidencia-se, a partir dos Gráficos 38 e 39 que, em todos os municípios, a maioria dos estabelecimentos não teve nenhuma ampliação após sua fundação. Os que passaram por esse processo, o mesmo ocorreu em geral, a partir de 2011, mas, principalmente, a partir de 2016. Destas informações, é correto pensar que as ampliações destes estabelecimentos ocorreram mediante o aumento da demanda turística, que levou a se sobressair aqueles que buscaram melhorar a qualidade de seus serviços, geralmente, por meio de consultoria e qualificação profissional.

Gráfico 38 – Ampliação dos meios de hospedagem



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Gráfico 39 – Período da ampliação do meio de hospedagem

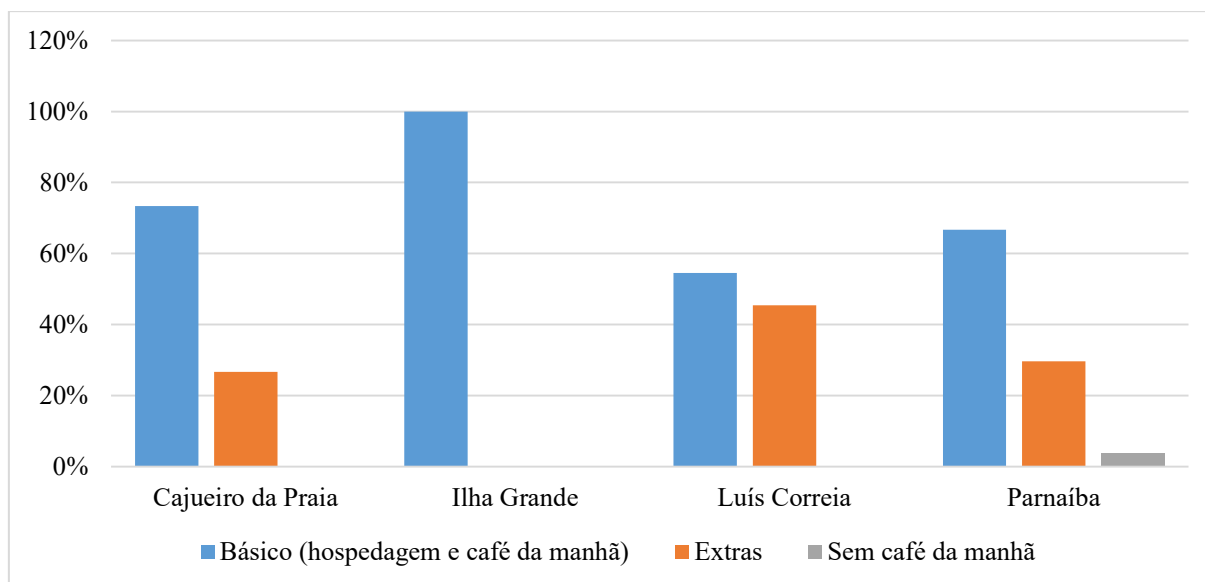


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como se observa no Gráfico 40, a maioria dos meios de hospedagem oferece apenas serviços considerados básicos (hospedagem e café da manhã) e possui, em geral, uma piscina pequena no estabelecimento. Esse cenário não converge com atual contexto do turismo, especialmente o litorâneo, que demanda aos meios de hospedagem, além de uma administração e/ou gestão eficaz, outros serviços que estabeleçam um diferencial do meio de hospedagem, como padrões de conforto, de decoração/ambientação e de atrativos, num contexto de competitividade social em franca expansão (salões de convenções e eventos,

piscinas, saunas, centros de estética, academias, atividades de lazer, lojas, serviços técnicos e/ou tecnológicos) (PERAZZOLO; SANTOS; PEREIRA, 2010).

Gráfico 40 – Serviços oferecidos no meio de hospedagem



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

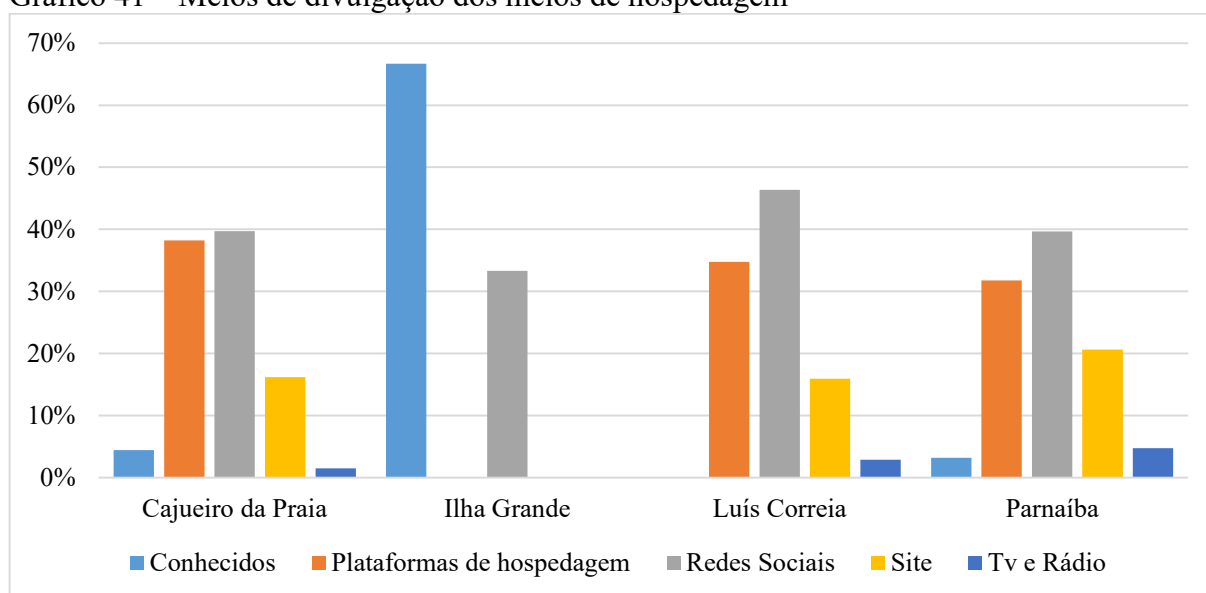
Com relação à divulgação dos meios de hospedagem (Gráfico 41), os entrevistados, em geral, apontaram dois ou mais meios utilizados para a divulgação do estabelecimento, sendo que os principais são as redes sociais e as plataformas de hospedagem, havendo também uma representatividade, ainda pequena, contudo importante, de estabelecimentos que possuem *sites* próprios de divulgação e reserva. A utilização de *sites* e meios de comunicação como TV e rádio favorece significativamente para o *marketing* do meio de hospedagem e do território onde está localizado. Contudo, considerando a ZC piauiense, essas iniciativas de *marketing* ocorrem geralmente de forma pontual e individual, não apresentando todo potencial turístico desse território.

Contudo, a utilização significativa de redes sociais e plataformas de hospedagem se configura como um meio de divulgação importante. Nesse cenário, a Diretora de estratégia e gestão de mídias, em palestra na Abav, Tatiana Lobão, explica que:

O sucesso dos negócios no ambiente digital está no relacionamento com os clientes e na plataforma apropriada para cada tipo de negócio e clientelas específicas. Informações claras e diálogo com o consumidor dão credibilidade ao ambiente virtual e facilitam a venda final do produto ou destino, que é o objetivo principal do negócio. (MTUR, 2016, s./p.)



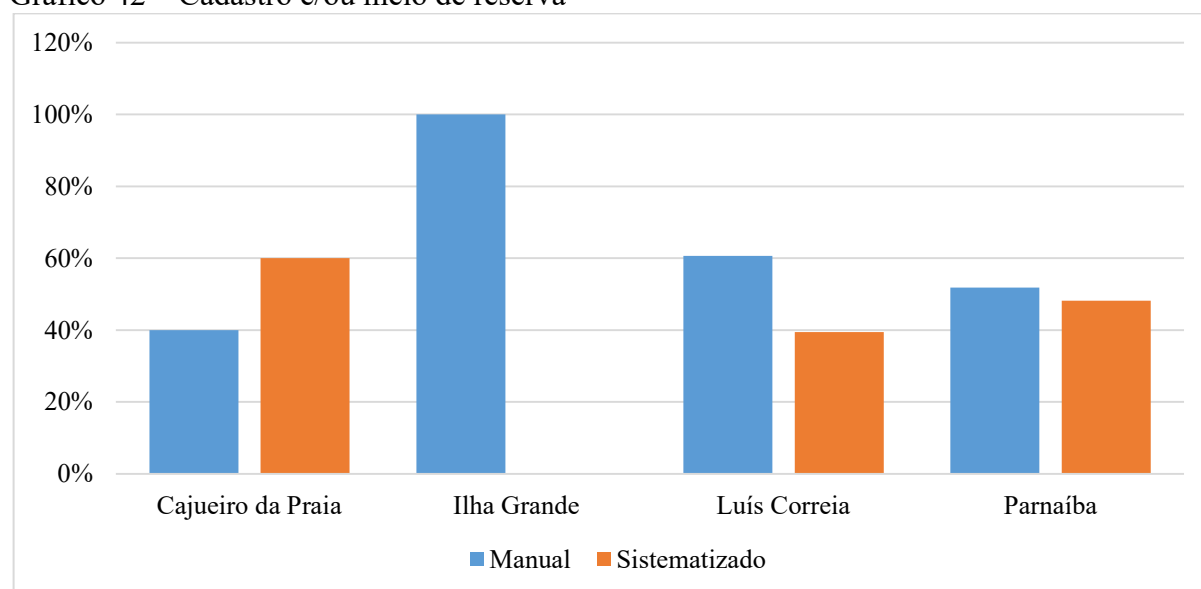
Gráfico 41 – Meios de divulgação dos meios de hospedagem



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Mesmo a grande parte dos meios de hospedagem utilizando de produtos tecnológicos para divulgar o estabelecimento, a maior parte destes ainda usa do método manual para realizar reservas e cadastros de seus clientes. O Gráfico 42 mostra que, dentre os municípios costeiros, apenas em Cajueiro da Praia o número de meios de hospedagem que utilizam um modelo sistematizado de cadastro e reserva é superior aos meios que utilizam a forma manual. Assim, esses dados indicam o turismo na ZC piauiense ainda ocorre com uma pequena participação de profissionais especializados na promoção desta atividade.

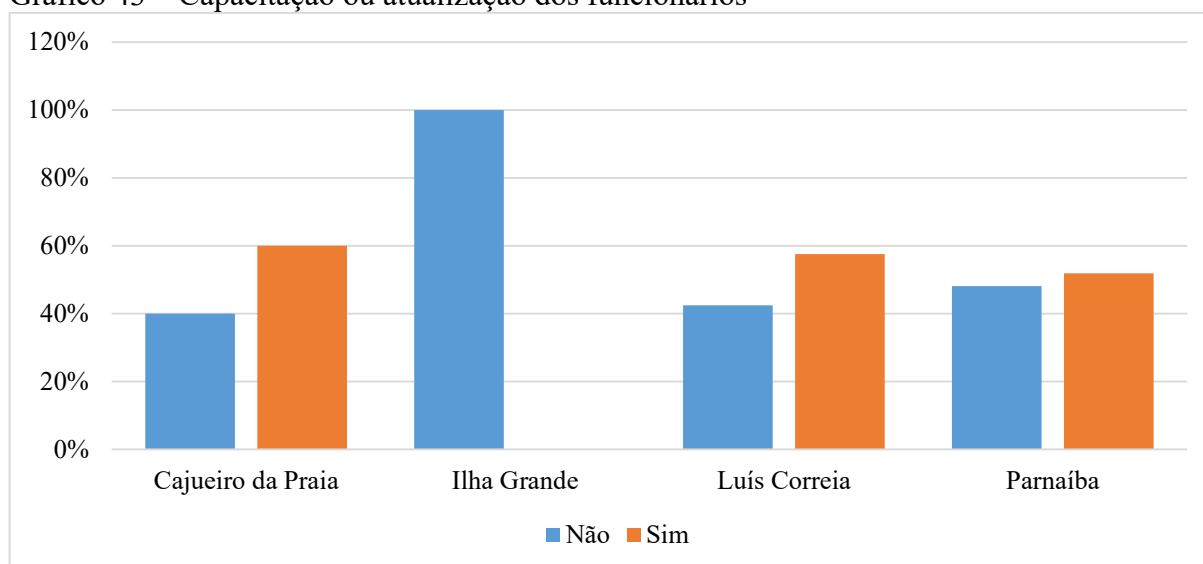
Gráfico 42 – Cadastro e/ou meio de reserva



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Corroborando tal afirmação, o Gráfico 43 mostra que uma parcela significativa dos proprietários de estabelecimentos de meios de hospedagem não investe na capacitação ou atualização de seus funcionários, o que revela a forma amadora com que é realizada a atividade turística neste.

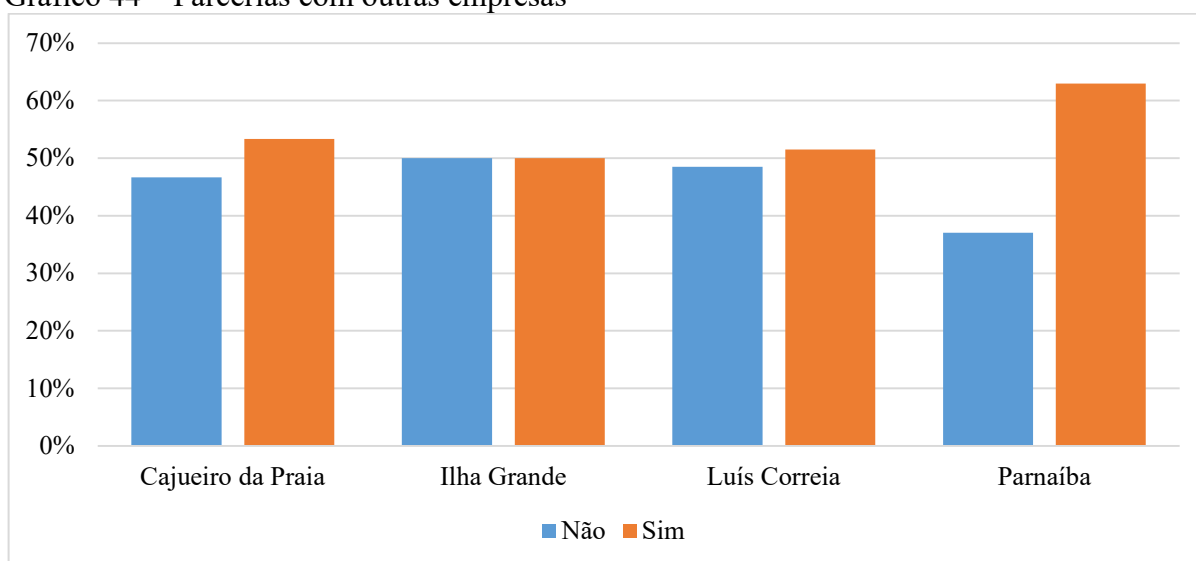
Gráfico 43 – Capacitação ou atualização dos funcionários



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Esse amadorismo também é reforçado quando se observa o Gráfico 44, que mostra que, dentre os meios de hospedagem, quase a metade deste funcionam sozinhos, ou seja, não possuem parcerias com agências de passeios turísticos, padarias, restaurantes, academias, entre outros. Com relação aos estabelecimentos, cujos entrevistados afirmaram haver parcerias, em geral estas estão limitadas ao contato com agências de turismo que realizam passeios no Delta do Parnaíba.

Gráfico 44 – Parcerias com outras empresas

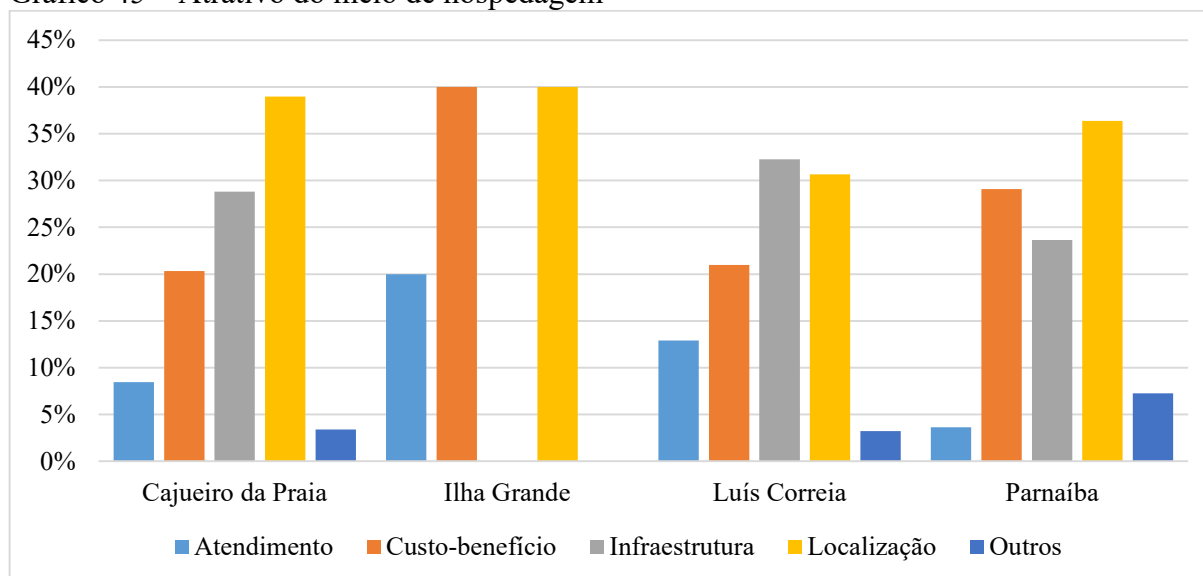


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em relação aos atrativos oferecidos pelos meios de hospedagem (Gráfico 45), os maiores percentuais dos entrevistados apontaram a localização, infraestrutura e o custo-benefício. O atendimento, um elemento diferencial em qualquer negócio, não é visto como prioridade, ou seja, não é um atrativo do estabelecimento. Como afirma Barbosa, em uma edição de janeiro de 2015, do jornal “Diário do Turismo”:

Hoje, por mais que a empresa esteja extremamente estruturada e que a marca esteja adequadamente exposta, um desvio na reputação pode ser fatal. Assim, manter o nome sem reclamações ultrapassa investimentos na área de marketing. O consumidor é implacável com os deslizes das empresas e dependendo da gravidade da situação, impactará diretamente nas vendas e até mesmo em uma desvalorização financeira de seus produtos e serviços. Para as pequenas e médias empresas a importância do atendimento se torna ainda mais relevante. A marca de uma pequena empresa não é tão divulgada como as das grandes corporações, assim, a repercussão de um atendimento inadequado pode ser desastrosa (BARBOSA, 2014, s./p.).

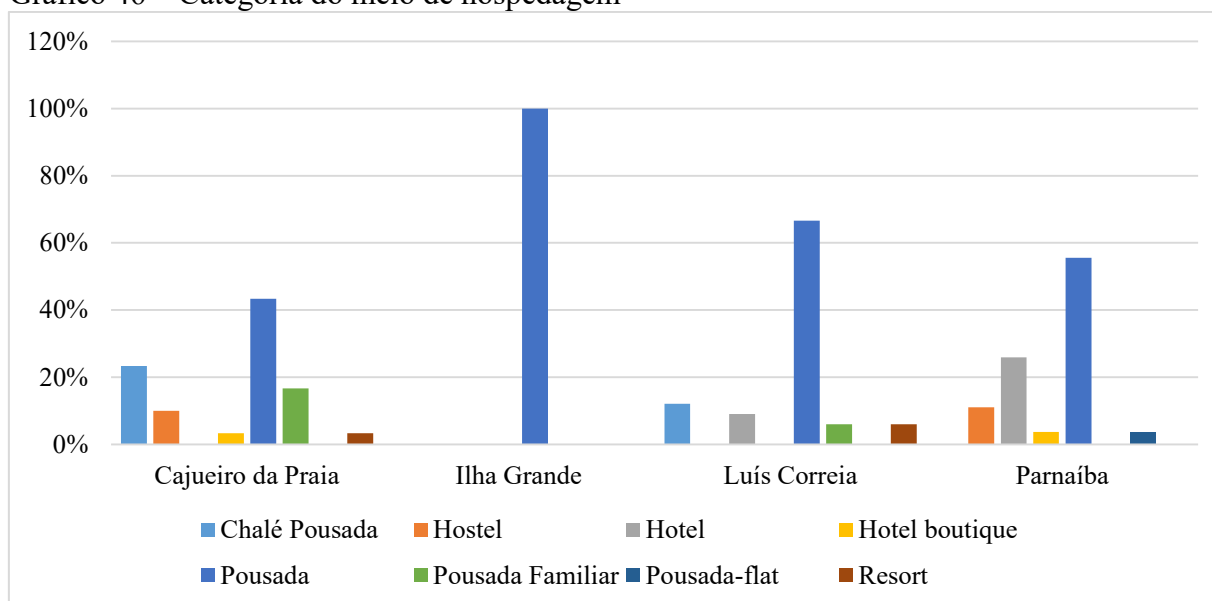
Gráfico 45 – Atrativo do meio de hospedagem



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Apesar de serem estabelecimentos, em maioria, de pequeno e médio porte, como aponta o Gráfico 46, estas são empresas que precisam priorizar o atendimento e a qualidade dos serviços oferecidos para atrair clientes, os quais, antes de realizar uma reserva, pautam estes estabelecimentos através das avaliações<sup>68</sup> feitas nas plataformas de hospedagem por outros hóspedes ao término de sua estada no local.

Gráfico 46 – Categoria do meio de hospedagem



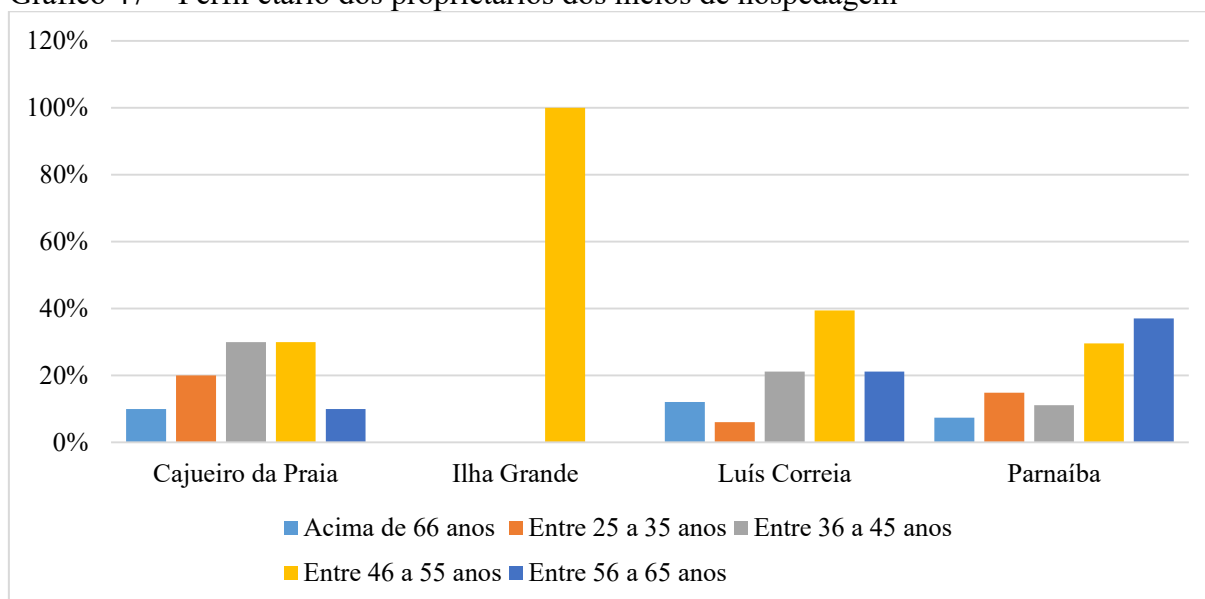
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

<sup>68</sup> A avaliação se dá pela pontuação em números (0 a 10), além de comentários descritivos sobre os seguintes aspectos: limpeza, conforto, comodidade, funcionários, custo-benefício, wi-fi e localização.

Então, esse conjunto de dados aqui apresentados sobre o perfil dos estabelecimentos dos meios de hospedagem da ZC piauiense, além da ausência de ações efetivas do poder público, também refletem o perfil dos proprietários destes meios de hospedagem, principalmente, em relação ao perfil etário, nível de escolaridade e formação profissional. Este perfil, apresentado nos gráficos a seguir, compõe a categoria “dados dos proprietários”.

A partir do Gráfico 47, que revela o perfil etário dos proprietários dos meios de hospedagem da ZC piauiense, é possível notar distinções entre os municípios. Em Parnaíba predominam proprietários com idades que variam entre 56 a 65 anos, enquanto em Luís Correia e Ilha Grande se sobressaem os que possuem idades entre 46 a 55 anos. Assim, dentre os municípios costeiros, Cajueiro da Praia é aquele que apresenta um perfil mais jovem, onde se sobressai um perfil etário que varia entre 25 a 55 anos.

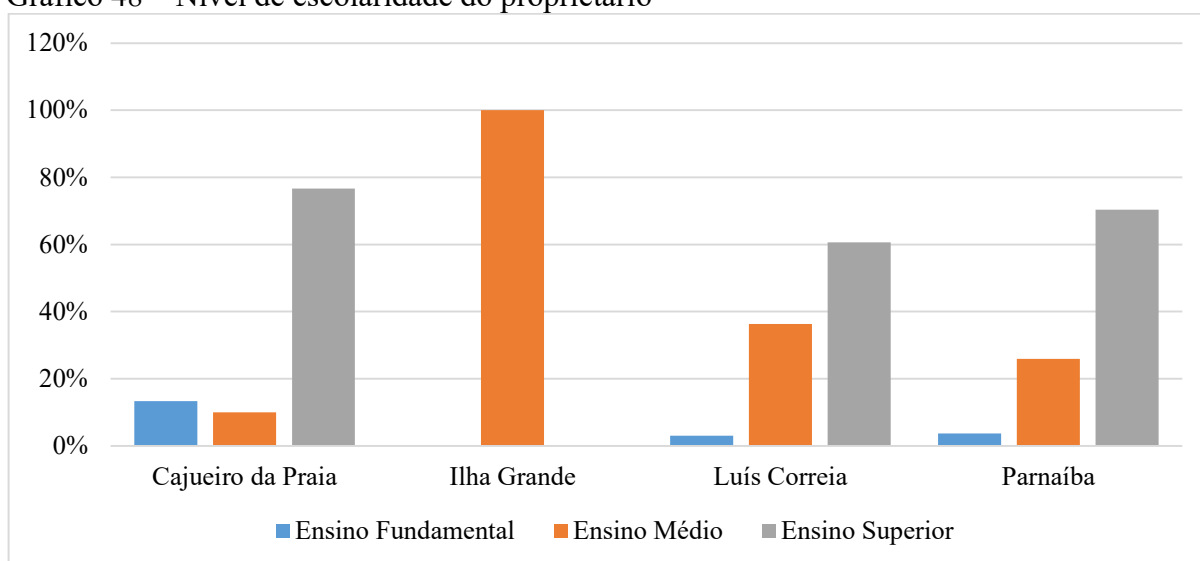
Gráfico 47 – Perfil etário dos proprietários dos meios de hospedagem



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Cajueiro da Praia também se destaca quanto ao nível de escolaridade do proprietário (Gráfico 48) onde, segundo os dados obtidos na pesquisa, quase 80% dos proprietários possuem formação de nível superior. Em Parnaíba e Luís Correia, esse percentual equivale, respectivamente, em torno de 70% e 60% em relação aos proprietários que possuem curso superior. Em Ilha Grande, 100% dos proprietários possuem o Ensino Médio.

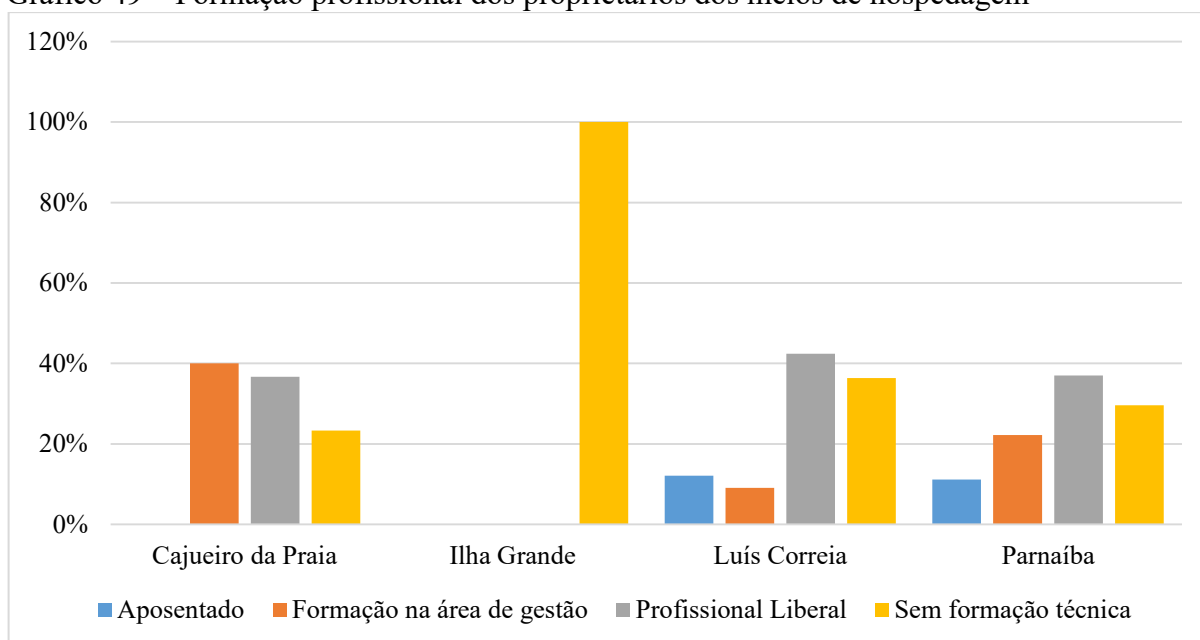
Gráfico 48 – Nível de escolaridade do proprietário



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quanto à área de formação dos profissionais desses proprietários, observa-se que, em Cajueiro da Praia, além da maior parte dos proprietários possuir cursos superiores, cerca de 40% desses possuem formação afim às áreas de gestão, como: artes, administração, ciências contábeis, relações públicas, publicidade, gastronomia, etc. Outros quase 40% dos proprietários encontram-se na categoria de profissionais liberais, que possuem formação em medicina, direito, engenharia civil, fisioterapia, entre outras.

Gráfico 49 – Formação profissional dos proprietários dos meios de hospedagem



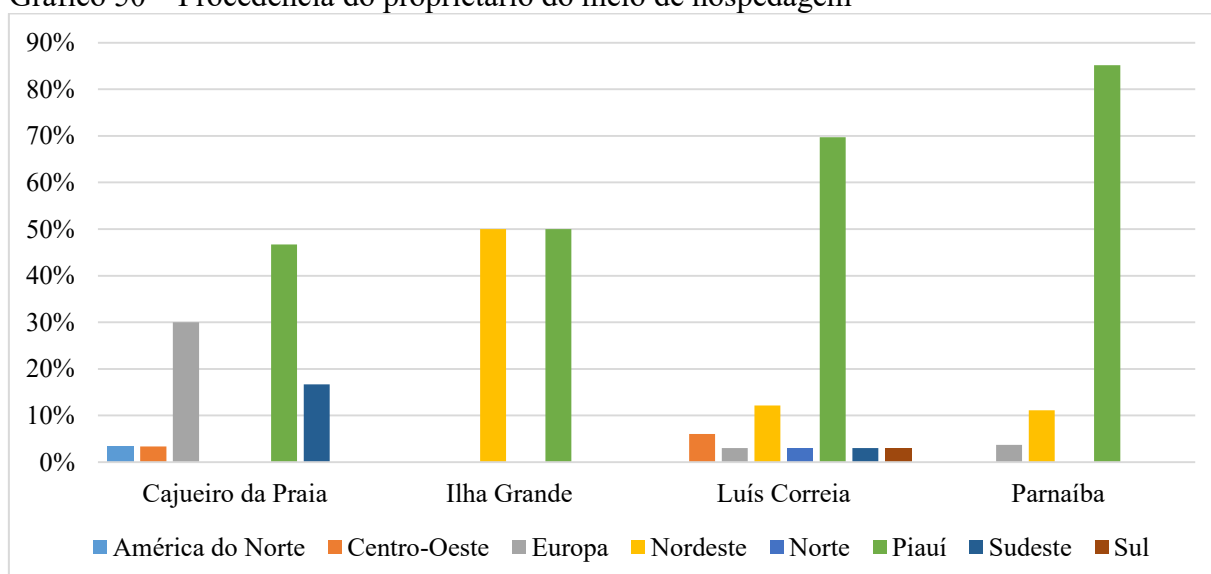
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em Parnaíba e Luís Correia, apesar da maioria dos proprietários dos meios de hospedagem possuir curso superior, a maior parcela destes se enquadram na categoria de profissional liberal, cujas formações não são afins à gestão de um negócio. Outra diferença importante a ser considerada, observada *in loco*, é o fato de que os proprietários dos meios de hospedagem de Cajueiro da Praia têm seu estabelecimento como fonte de renda, mas essa renda está associada a um estilo de vida desejado pelo proprietário, como relata um dos entrevistados: “Eu sou kitesurfista, gosto desse tipo de vida: sol, praia, vento, pé na areia, tranquilidade. E vi aqui a possibilidade de ter uma fonte de renda e viver do jeito que gosto”.

Diferentemente do que ocorre em Parnaíba e Luís Correia, onde a maior parcela dos proprietários possui uma outra fonte de renda, o meio de hospedagem é apenas o complemento dessa renda. Observou-se *in loco* que, em Parnaíba, Luís Correia e Ilha Grande, a grande parcela dos proprietários já possuía residência ou terreno em localização estratégica, fato que somado com a expansão da universidade e o crescente comércio na cidade (no caso de Parnaíba e do turismo em Luís Correia e Ilha Grande) permitiu a visualização da possibilidade de um negócio, uma renda extra.

Quanto à procedência dos proprietários dos meios de hospedagem, Cajueiro da Praia se diferencia dos demais municípios, como revela o Gráfico 50, onde cerca de 35% dos proprietários são estrangeiros (europeus e norte-americanos) e 20% são de outras regiões do Brasil (Sudeste-sul e Centro-Oeste). Os demais proprietários são procedentes da região Nordeste, principalmente de cidades do Piauí, com destaque para Teresina, Parnaíba e Cajueiro da Praia.

Gráfico 50 – Procedência do proprietário do meio de hospedagem



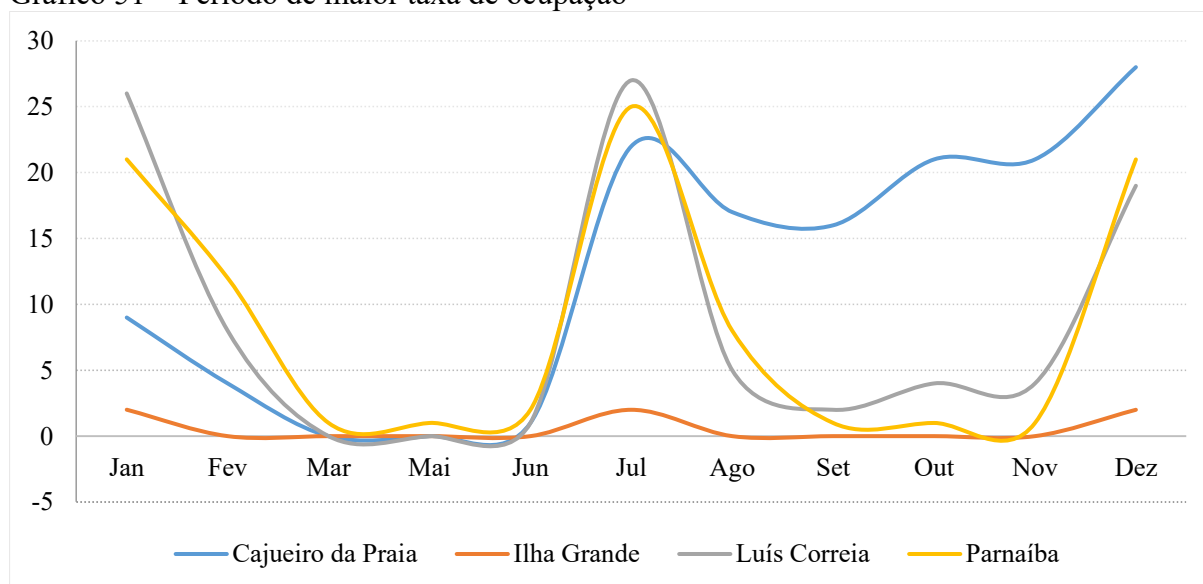
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba os proprietários dos meios de hospedagem, em sua grande maioria, são procedentes do próprio Estado do Piauí, especialmente de Teresina, Parnaíba e de outros municípios do Norte do Estado. Quanto a esse aspecto, nesses municípios, é importante ressaltar que, *in loco*, foi percebido que os proprietários procedentes de outras regiões brasileiras e de outros Estados nordestinos, anteriores à instalação do estabelecimento, possuíam vínculos, seja familiar ou de trabalho, com este território.

Então, frente às diversas leituras sobre turismo, além do conhecimento empírico do território em estudo, acredita-se que esses perfis dos estabelecimentos e dos proprietários influenciam diretamente na forma como a atividade turística se desenvolve e promove a produção e reprodução de espaços urbanos na ZC piauiense. Nessa perspectiva, a categoria “o turismo na Zona Costeira piauiense” apresenta dados referentes aos períodos de maior taxa de ocupação, eventos que promovem o aumento da taxa de ocupação, ações do poder público que beneficiam o setor, além das dificuldades e, conseqüentemente, dos meios de hospedagem.

No Gráfico 51 pode-se perceber que os meses que coincidem com as férias escolares (janeiro, julho e dezembro) são os períodos com maior notoriedade, em todos os municípios da ZC piauiense, quanto às taxas de ocupação dos meios de hospedagem. Contudo, é possível observar que Cajueiro da Praia apresenta um certo equilíbrio nos fluxos de turistas ao longo de todo o segundo semestre (de julho a dezembro). Segundo os entrevistados, isso se dá em razão do período dos ventos, propício para prática do *kitesurf* (principal atrativo de Cajueiro da Praia), além de coincidir com o período das férias na Europa.

Gráfico 51 – Período de maior taxa de ocupação

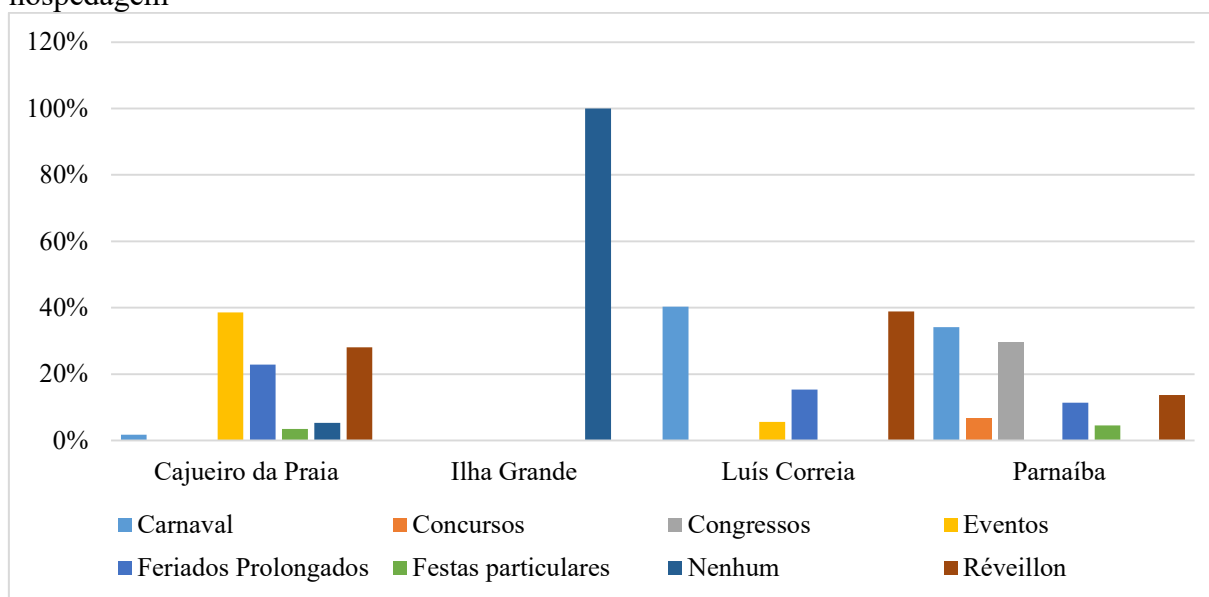


Fonte: Elaborado pela autora (2019).



Além do período de férias escolares, em vários destinos turísticos são promovidos eventos como festivais, *shows*, feiras, festejos, dentre outros, com o intuito de atrair uma gama de turistas e, assim, fomentar a economia da região nos mais diversos segmentos, dentre eles: bares, restaurantes, meios de hospedagem, artesanato e etc. Nesse sentido, foi questionado aos entrevistados quais eventos ocorrentes na ZC piauiense promoviam um aumento da taxa de ocupação dos meios de hospedagem (Gráfico 52).

Gráfico 52 – Eventos que promovem o aumento da taxa de ocupação dos meios de hospedagem



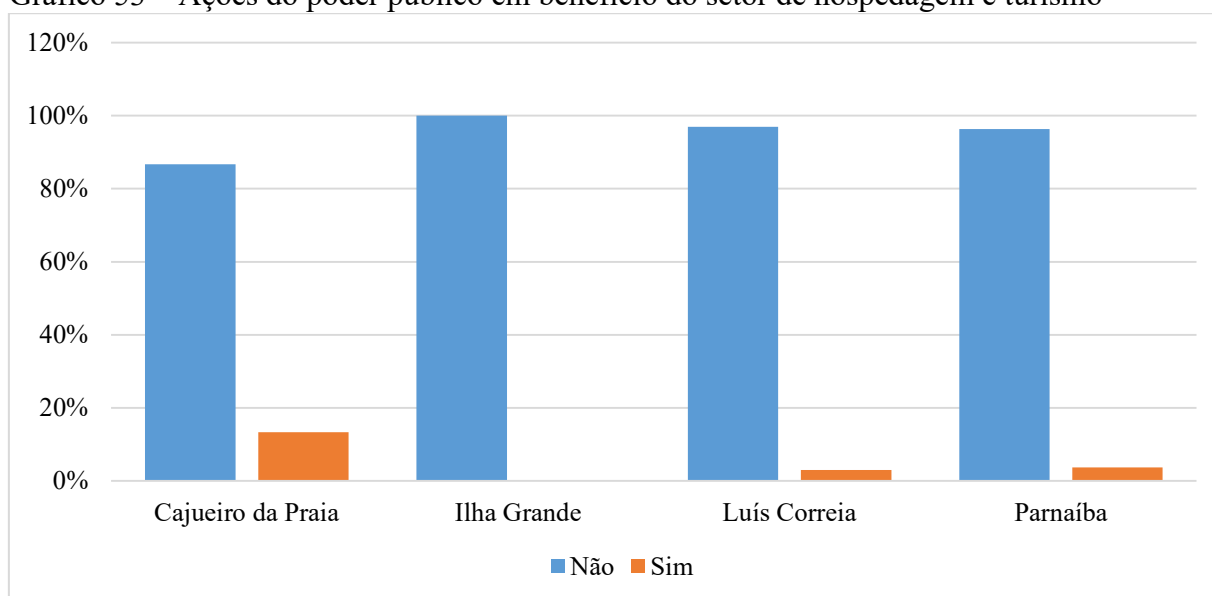
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em geral, os entrevistados apontaram dois ou mais eventos, sendo o *réveillon* e os feriados prolongados citados como eventos em evidência na maioria dos municípios da ZC, com exceção de Ilha Grande. O Carnaval, de acordo com o referido gráfico, tem notoriedade apenas em Luís Correia e Parnaíba. Neste último município citado, os entrevistados apontaram diversos eventos, geralmente, ligados às universidades, como congressos, seminários, colóquios, jogos universitários, além dos concursos. Por ser um subcentro regional no Piauí, a instituição geralmente é utilizada em vestibulares e concursos a nível federal e estadual, como um polo de aplicação de provas. Cajueiro da Praia é o único município da ZC costeira que se destaca em relação à promoção de eventos voltados para um turismo de lazer e esporte, com destaque para os campeonatos de *kitesurf*, feiras gastronômicas e festivais de música.

Quando questionados sobre a existência de ações efetivas do poder público que beneficiassem o setor de hospedagem e turismo (Gráfico 53), os entrevistados, quase que por

unanimidade em todos os municípios, afirmaram que não há ações efetivas que beneficiem o setor. Nessa questão, um deles afirmou que: “benefício não, mas burocracia para podermos regularizar nosso estabelecimento, sim”. Nesse sentido, muitos entrevistados compartilham desse mesmo pensamento. Os entrevistados que disseram haver ações do poder público destacaram a coleta de lixo durante 2 ou 3 dias na semana e a segurança, com a existência de um policiamento contínuo.

Gráfico 53 – Ações do poder público em benefício do setor de hospedagem e turismo

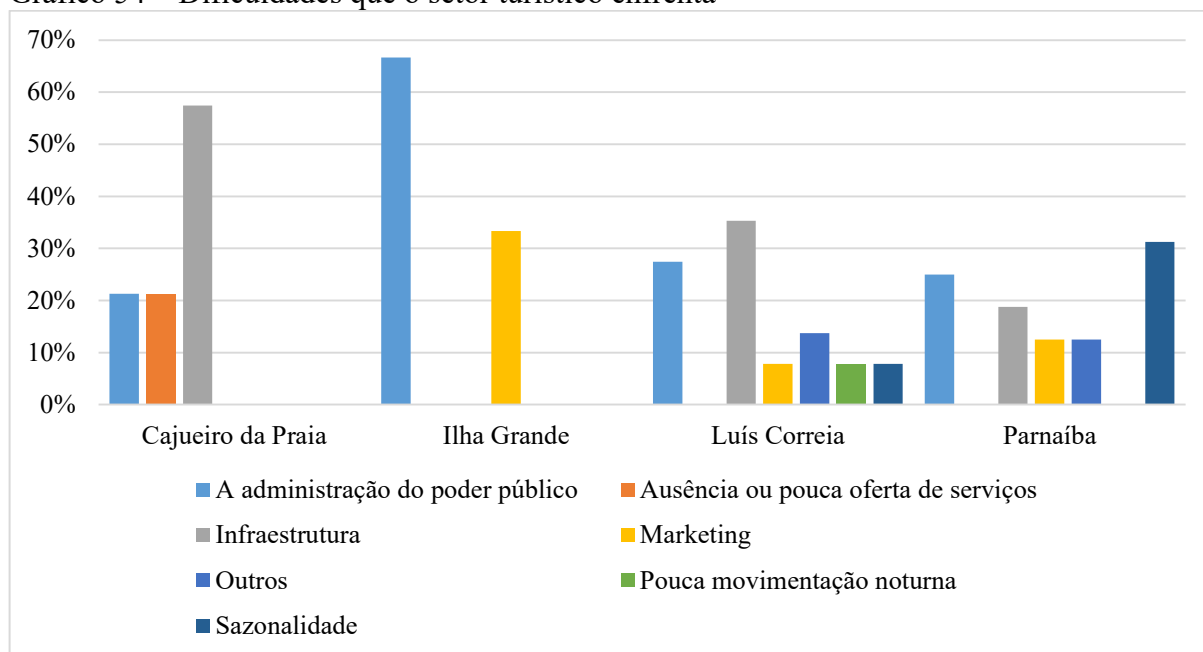


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como já discutido anteriormente, o desenvolvimento do turismo envolve diretamente planejamento e ações adequadas e efetivas do poder público, que também devem estar alinhadas à iniciativa privada para que ocorram de forma positiva e beneficiem todos os envolvidos, principalmente, a população local. Nesse sentido, os entrevistados foram questionados sobre as principais dificuldades que o setor turístico enfrenta na ZC piauiense (Gráfico 54), os quais indicaram duas ou mais respostas.

Em todos os municípios, os entrevistados apontaram que as principais dificuldades do setor estão relacionadas à má ou ausente administração do poder público, refletidas, principalmente, na infraestrutura da região, relativas à manutenção das vias de acesso às praias, especialmente no período das chuvas, na falta constante de água e energia, na capina, na sinalização, na promoção de eventos, dentre outros. De forma particular a cada município, nota-se que em Parnaíba os entrevistados, além da administração e infraestrutura, destacam a sazonalidade, o *marketing* e outros (voos e poucos atrativos turísticos).

Gráfico 54 – Dificuldades que o setor turístico enfrenta



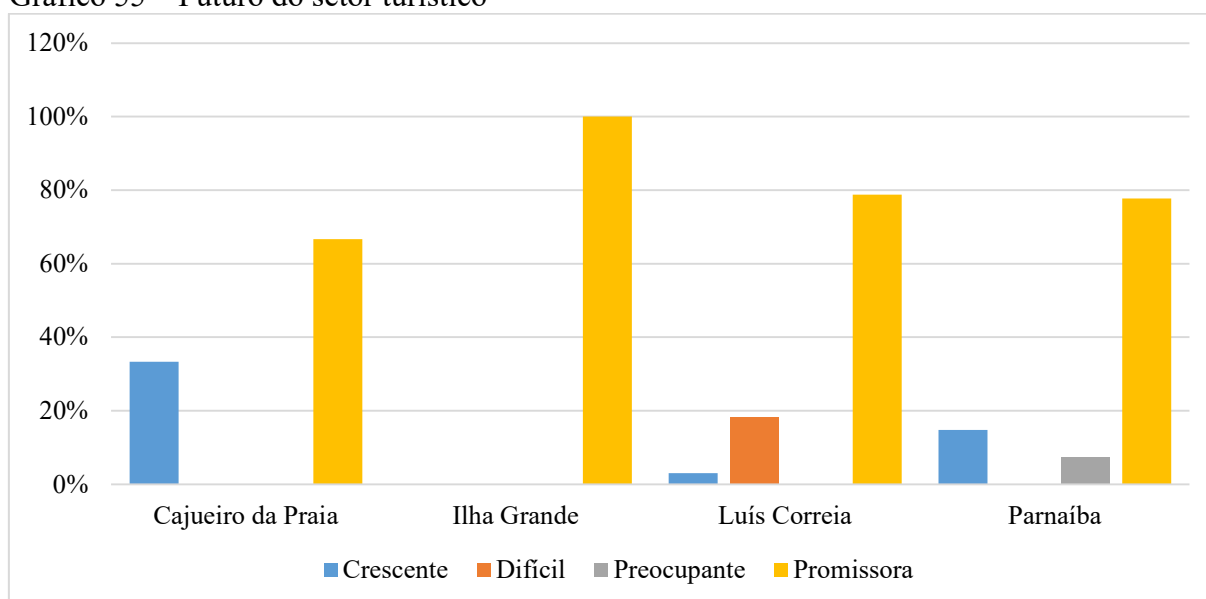
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em Luís Correia, os entrevistados também compartilham das mesmas dificuldades relatadas pelos entrevistados de Parnaíba, mas acrescentam a pouca movimentação noturna da cidade, com poucos estabelecimentos de alimentação disponíveis nesses horários, e sem estabelecimentos oferecendo música vivo. Também mencionaram que as barracas de praias estavam fechadas, que a iluminação é precária, sendo necessário os turistas irem a Parnaíba em busca de tais serviços.

Em Cajueiro da Praia também está em evidência a ausência ou pouca oferta de serviços em geral, como estabelecimentos bancários, sinal de celular, transportes, comércio, estabelecimentos de saúde, além da não efetividade dos serviços públicos, relacionadas à falta de água encanada e, constante falta de energia. Destaca-se, também, abandono do posto policial e da rodoviária de Barra Grande.

Após serem apontadas todas essas dificuldades, os entrevistados foram questionados sobre o futuro da atividade turística na ZC piauiense (Gráfico 55), que em sua maioria apontou que essa região possui potencial, ou seja, é promissora. Contudo, estes também reconhecem que as potencialidades desse território costeiro serão melhor aproveitadas se houver uma gestão eficaz e efetiva por parte do poder público. No contexto atual, um percentual significativo dos entrevistados de Cajueiro da Praia (em torno de 35%) afirmou que a atividade é crescente, mas que esse crescimento é devido ao esforço e à união dos estabelecimentos privados.

Gráfico 55 – Futuro do setor turístico

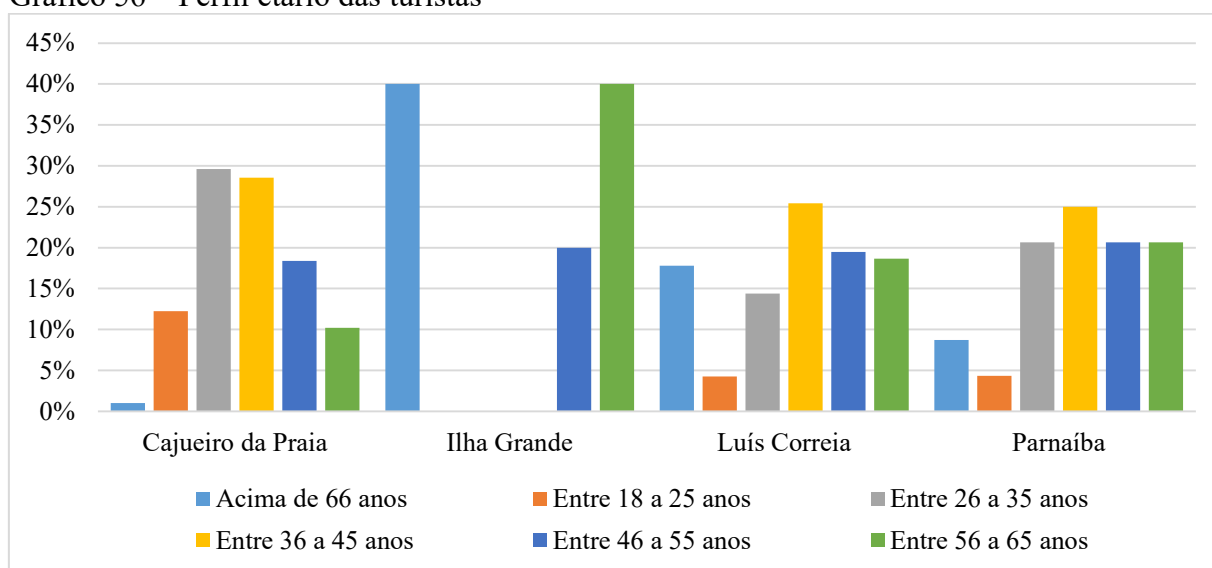


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Nesta fase de aplicação de questionários ocorrentes nos meios de hospedagem também se buscou identificar o perfil do turista que utiliza estes meios de hospedagem. Para alcançar tal objetivo, foram feitos questionamentos sobre o perfil etário, sexo, escolaridade, categoria profissional, procedência, renda mensal familiar, meios de transporte que utilizam, demanda turística, atrativos, permanência, frequência, com quem estão viajando e o principal meio de reserva. A partir das respostas de tais questionamentos, foram elaborados gráficos, apresentados a seguir, e inseridos na categoria “Perfil do turista”, a partir do quais é possível evidenciar os perfis dos turistas de cada município da ZC piauiense.

Quanto ao perfil etário dos turistas, apresentado no Gráfico 56, nota-se uma certa similaridade entre Parnaíba e Luís Correia, em que os perfis etários nestes dois municípios são bem variáveis, contudo, em ambos se sobressaem os turistas com idades entre 26 a 65 anos, sendo que neste último também está em evidência os turistas com idade superior a 66 anos. Em Ilha Grande destaca-se, principalmente, a presença de turistas da “melhor idade”, acima de 56 anos. Cajueiro da Praia, por sua vez, se distingue em parte, por estar em destaque um perfil mais jovem, que varia entre 18 a 55 anos.

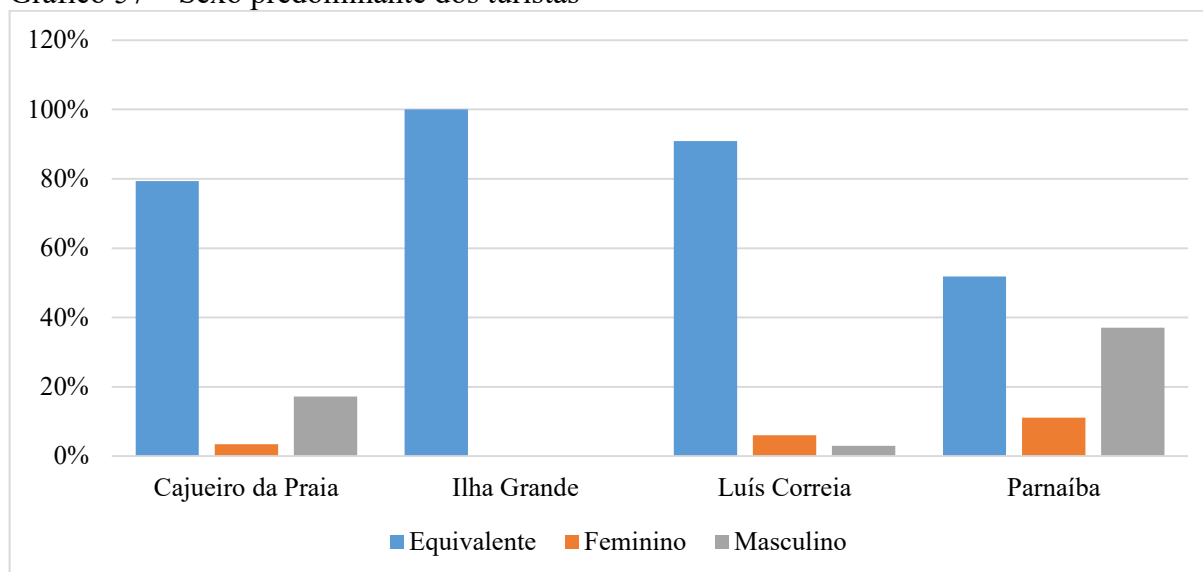
Gráfico 56 – Perfil etário das turistas



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Com relação ao sexo, devido à grande parcela dos turistas buscar lazer com seus parceiros e/ou em família, a maior parte dos entrevistados afirmou que há um significativo equilíbrio de gênero. Contudo, explicaram que, dentre os que viajam sozinhos ou com amigos, se sobressaem os do sexo masculino, no caso de Cajueiro da Praia, devido à prática do *kitesurf* – esporte predominantemente masculino. No caso de Parnaíba, a faixa etária apresentada se deve ao trabalho de representantes comerciais, onde também predomina o gênero masculino. Nesse cenário, Luís Correia se distingue dos demais por serem comuns os relatos de que ali se hospedam juntas mãe, filhas, sobrinhas e irmãs, prevalecendo o sexo feminino.

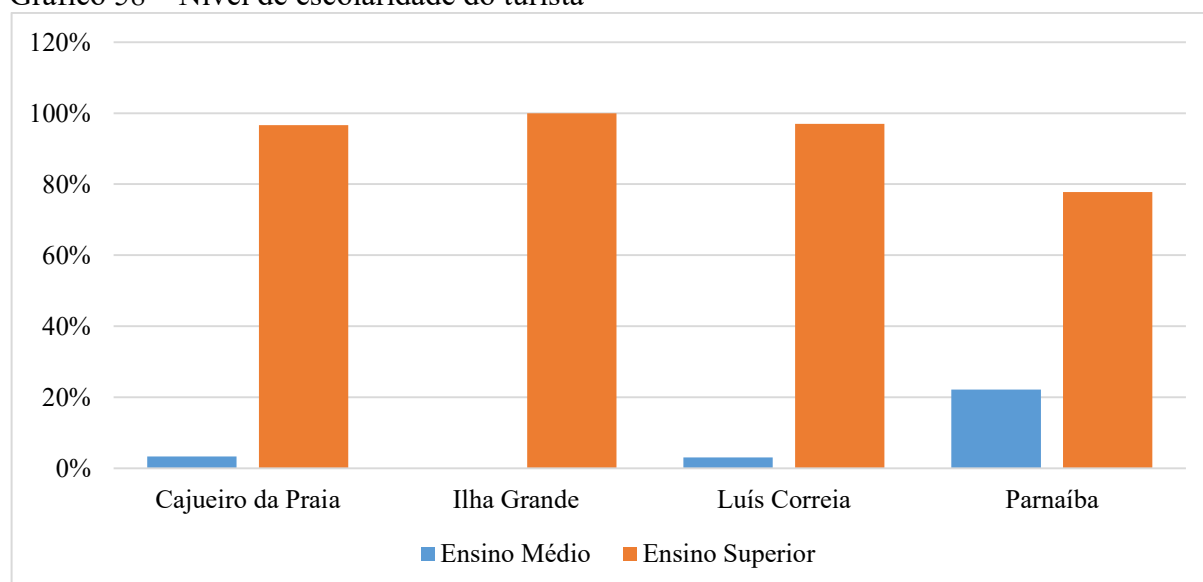
Gráfico 57 – Sexo predominante dos turistas



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Referente ao nível de escolaridade do turista (Gráfico 58), os entrevistados puderam indicar mais de uma resposta, contudo, foram unânimes em afirmar que a maior parcela dos turistas possui curso superior. Entretanto, também é comum a presença de turistas somente com o Ensino Médio, principalmente em Parnaíba, onde há vários representantes comerciais que estão na cidade a trabalho, os quais possuem, muitas das vezes, apenas esse grau de escolaridade.

Gráfico 58 – Nível de escolaridade do turista

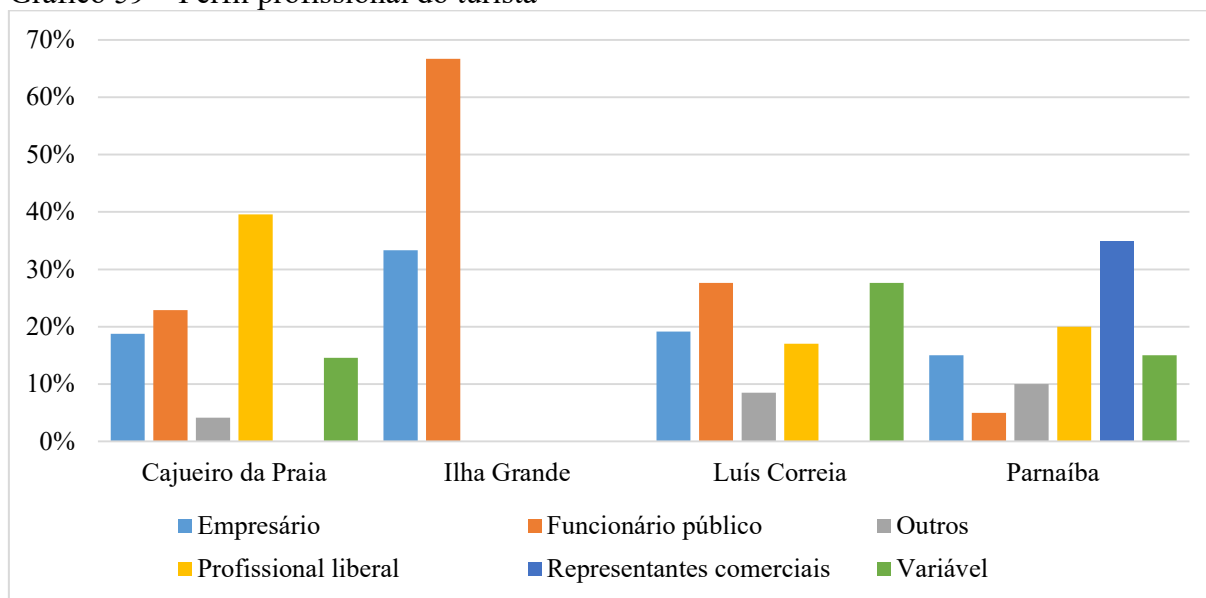


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Referente ao perfil profissional do turista (Gráfico 59), muitos dos entrevistados afirmaram a haver um perfil bem variável, pois possuem formações diversas. Mas, como é

possível observar neste gráfico, cada município apresenta suas particularidades. Por exemplo, Parnaíba, por se destacar no turismo de negócio, pontua em evidência os representantes comerciais, profissionais liberais geralmente vinculados a algum conselho profissional e os empresários.

Gráfico 59 – Perfil profissional do turista



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

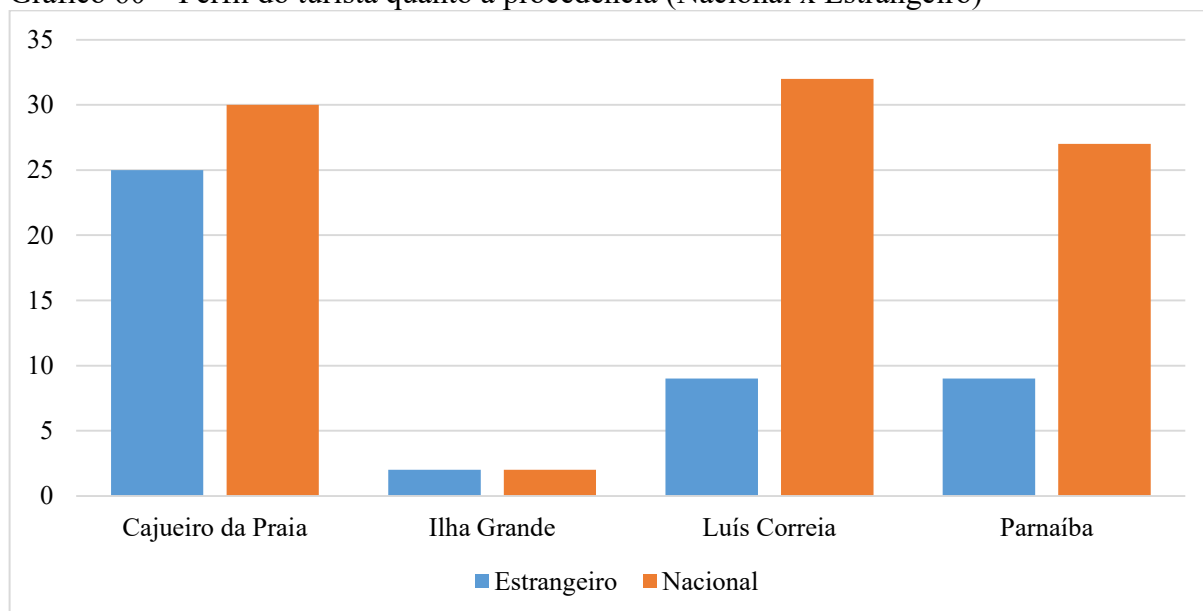
Em Luís Correia e Ilha Grande, onde prevalece o turismo voltado para o ócio e o lazer, se destaca a presença de profissionais que se declaram como funcionários públicos (em geral, professores e policiais ativos ou aposentados) e autônomos (micro, pequenos e médios empresários e/ou empreendedores). Em Cajueiro da Praia se destacam profissionais liberais, especialmente médicos, advogados e engenheiros, funcionários públicos e empresários, com perfis distintos de Luís Correia e Ilha Grande, cujo foco é o turismo recreativo (lazer e esporte).

Quanto à procedência dos turistas, buscou-se conhecer o perfil do turista estrangeiro e do nacional. Como aponta o Gráfico 60, os meios de hospedagem de Parnaíba e Luís Correia, segundo os entrevistados, geralmente recebem turistas nacionais cuja procedência, em sua maioria, é nordestina, principalmente dos Estados vizinhos, Maranhão e Ceará, e do próprio Estado do Piauí. Os poucos estabelecimentos que destacaram a presença de turistas estrangeiros evidenciaram a presença de europeus, principalmente da Itália, Espanha e Portugal, e de latino-americanos, principalmente da Argentina, Colômbia e Venezuela (Gráfico 61).

Em Ilha Grande e Cajueiro da Praia, nota-se uma significativa presença de estrangeiros nestes estabelecimentos que, em geral, são procedentes de países da Europa, especialmente da Itália, Espanha, Alemanha, Bélgica, dentre outros. Quanto aos turistas nacionais (Gráfico 62), há um destaque de piauienses, principalmente de Teresina, e de outros municípios localizados no norte do Estado. Mas em Cajueiro da Praia, além dos piauienses, também é notória a presença de turistas procedentes de outros Estados nordestinos, especialmente do Ceará, Maranhão e Pernambuco, e do Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro).

Em Luís Correia também prevalece a presença de turistas nacionais, em sua maioria procedentes de municípios piauienses, principalmente da capital Teresina, e dos Estados nordestinos vizinhos, Maranhão e Ceará. Contudo, também se destaca turistas de outras regiões do Brasil, como Centro-Oeste (principalmente de Brasília) e do Norte (Tocantins e Pará). Quanto aos turistas estrangeiros, foi possível observar, *in loco*, que estes geralmente ficam hospedados nos meios de hospedagem localizados nas praias de Maramar e Macapá, localizadas ao lado da Praia de Barra Grande, em Cajueiro da Praia, também propícias para a prática do *kitesurf*, em sua maioria procedentes de países europeus (Holanda, Alemanha, Croácia, Itália, etc.).

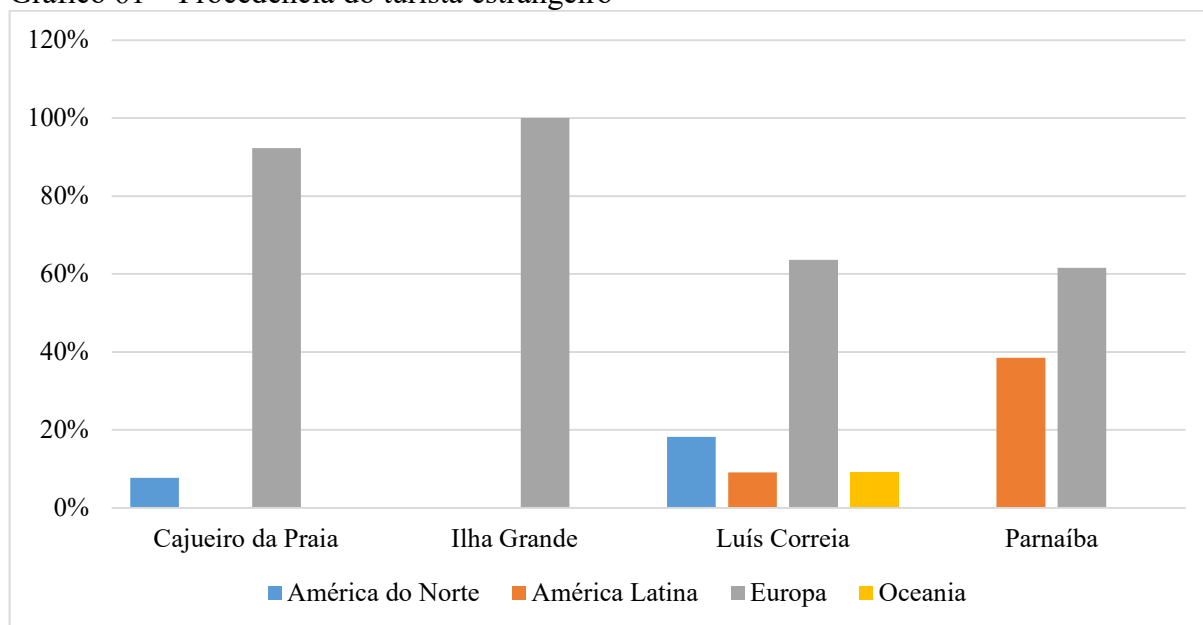
Gráfico 60 – Perfil do turista quanto a procedência (Nacional x Estrangeiro)



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

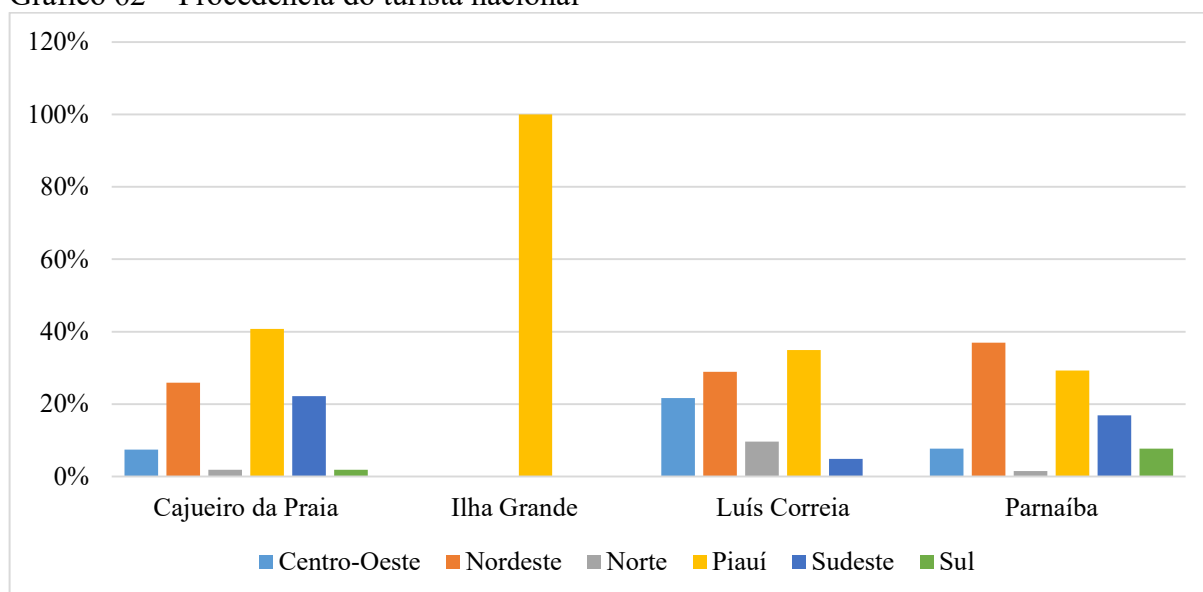


Gráfico 61 – Procedência do turista estrangeiro



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Gráfico 62 – Procedência do turista nacional

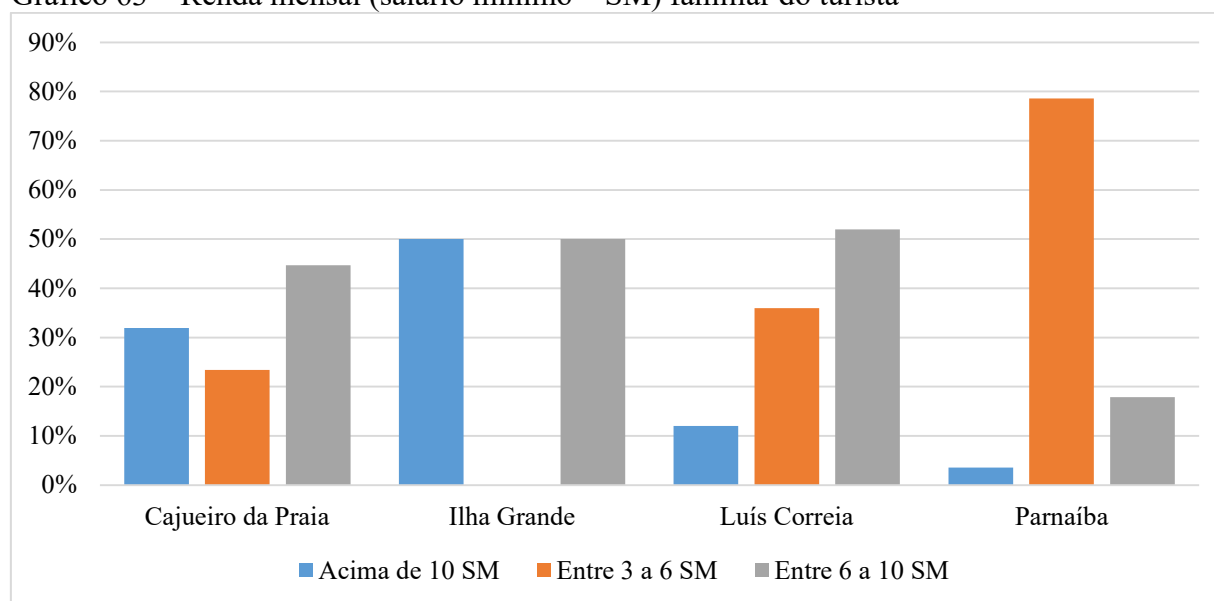


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No que diz respeito à renda familiar (Gráfico 63), os proprietários disseram que eles não coletam dados referentes à renda, mas existem alguns aspectos observados, com destaque para formação e profissão exercida e o meio de transporte utilizado. Desses aspectos pode-se depreender um perfil de renda. Então, baseado nas percepções dos entrevistados, foi traçado um perfil da renda familiar desses turistas, sendo que os entrevistados puderam apontar mais de uma opção.

De modo geral, foram identificadas três opções pré-determinadas nos questionários – entre 3 a 6 salários mínimos (SM), entre 6 a 10 SM e acima de 10 SM. Contudo, em cada município esse perfil apresenta suas particularidades. Em Parnaíba, a maior parte das indicações dos entrevistados aponta que a grande parcela de turistas que se hospedam nestes meios de hospedagem possui renda entre 3 a 6 SM; em Luís Correia e Cajueiro da Praia se sobressaem os turistas que têm renda familiar variando entre 6 a 10 SM. Ilha Grande, em termos percentuais, apresentou o perfil de renda familiar mais elevado, entendendo que, por ser frequentada por estudiosos e funcionários públicos com idades acima de 56 anos, já possuem uma estabilidade financeira, com rendas entre 3 a 6 SM e acima de 10 SM.

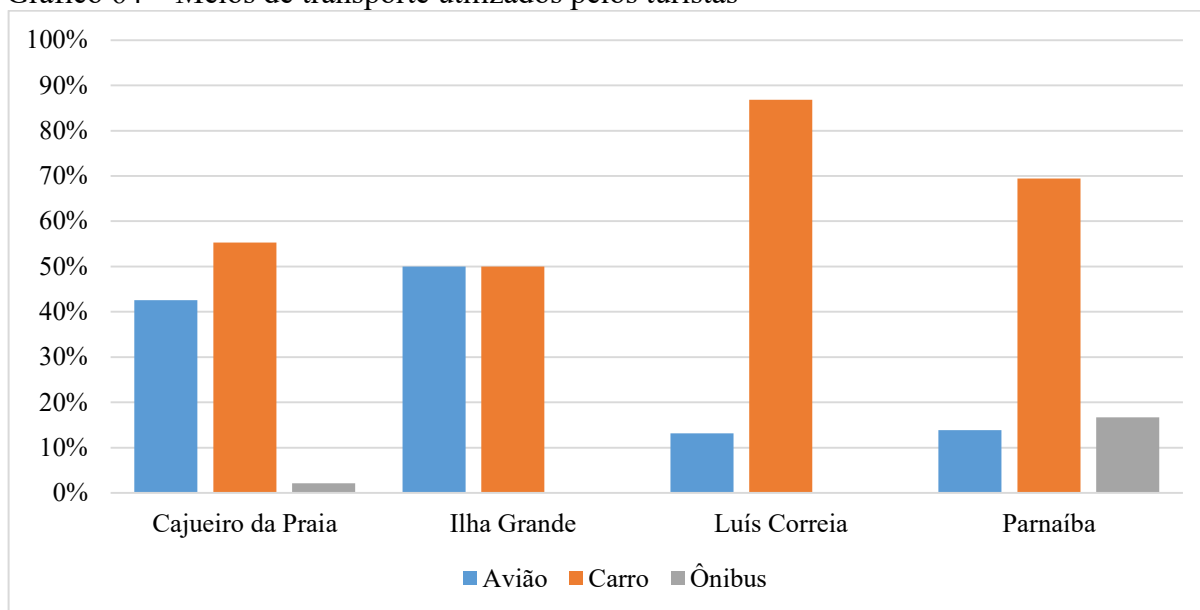
Gráfico 63 – Renda mensal (salário mínimo – SM) familiar do turista



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quando se trata dos meios de transporte utilizados pelos turistas (Gráfico 64), os entrevistados afirmaram que, quase em sua totalidade, os turistas nacionais utilizam carro, mas ressaltaram que, principalmente, os que vêm do Sudeste do país utilizam o avião como meio de transporte até Fortaleza ou Teresina, e em seguida alugam um carro para se deslocar até algum dos municípios da ZC piauiense. Em relação aos turistas estrangeiros, estes utilizam o avião até um aeroporto mais próximo, desembarcando em Fortaleza ou São Luís, alugando carros para chegarem à ZC piauiense. Em menor recorrência, utilizam os ônibus.

Gráfico 64 – Meios de transporte utilizados pelos turistas

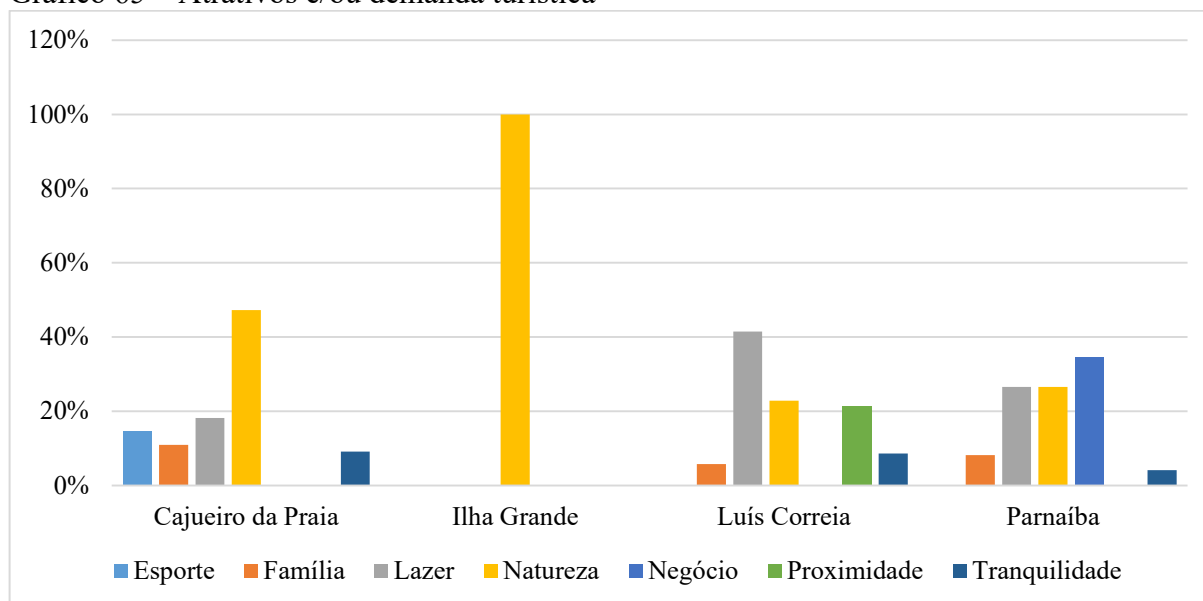


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Parnaíba, por possuir uma maior infraestrutura de meios de transporte coletivos e de aluguel (táxi, carros de aplicativos), bem como maior número de turistas nacionais, que geralmente estão na cidade a trabalho, possui maior índice de utilização de ônibus pela melhor logística da viagem. Por viajarem sozinhos, é mais barato e menos cansativo, além da possibilidade de viajar durante a noite, otimizando o tempo da viagem. Quanto aos turistas estrangeiros, como relatado por alguns entrevistados, em sua maioria são mochileiros que buscam realizar viagens mais econômicas, utilizando, para tanto, de ônibus para chegar à cidade.

Segundo os entrevistados, os atrativos ou as demandas turísticas são diversas, mas a natureza se sobressai em todos os municípios, principalmente em Ilha Grande, devido ao fato de este município ter em seu território o Porto dos Tatus, ponto de saída para os passeios do Delta do Parnaíba. Em Parnaíba, como já foi observado em gráficos anteriores, os negócios e/ou trabalho são a demanda com maior destaque. O lazer também é demanda significativa em Luís Correia (também associada à proximidade), bem como em Parnaíba e Cajueiro da Praia, vinculados ao esporte, ou seja, à prática do *kitesurf* (Gráfico 65).

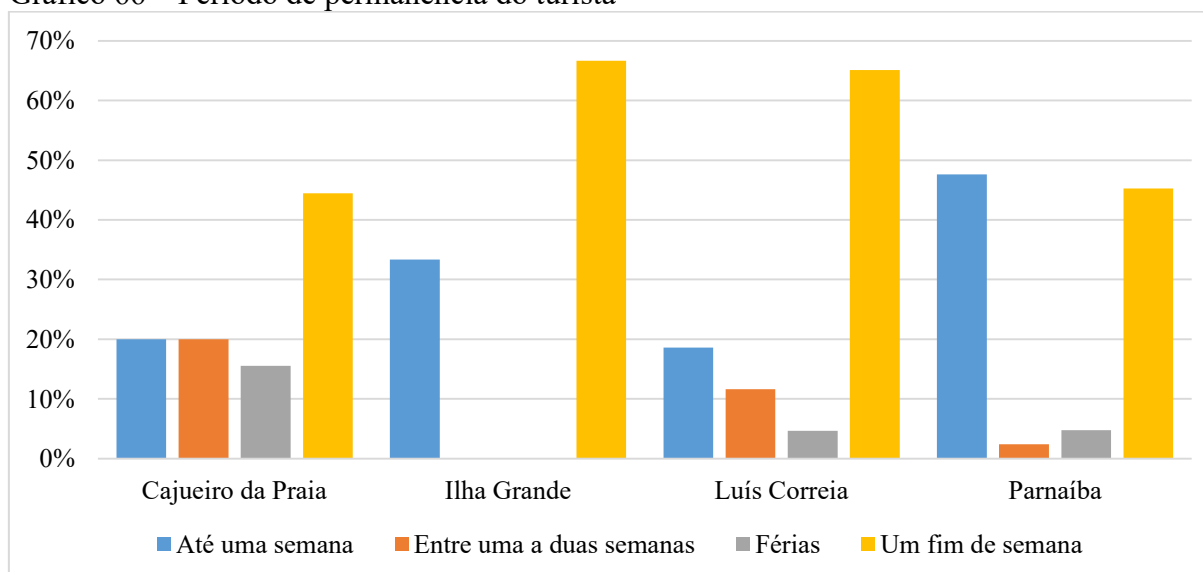
Gráfico 65 – Atrativos e/ou demanda turística



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em relação ao período de permanência do turista no meio de hospedagem, os entrevistados, em todos os municípios, evidenciaram que as estadias da maior parcela dos turistas é um fim de semana. Contudo, *in loco*, foi possível identificar peculiaridades em cada município. Em Cajueiro da Praia, os entrevistados explicaram que os turistas nacionais, geralmente permanecem um final de semana ou entre três e quatro dias quando se trata de um feriado prolongado. No caso dos estrangeiros, em quase sua totalidade, permanecem entre uma e duas semanas. De forma semelhante ocorre em Ilha Grande, onde a permanência varia de acordo com a procedência do turista, se nacional ou estrangeiro.

Gráfico 66 – Período de permanência do turista

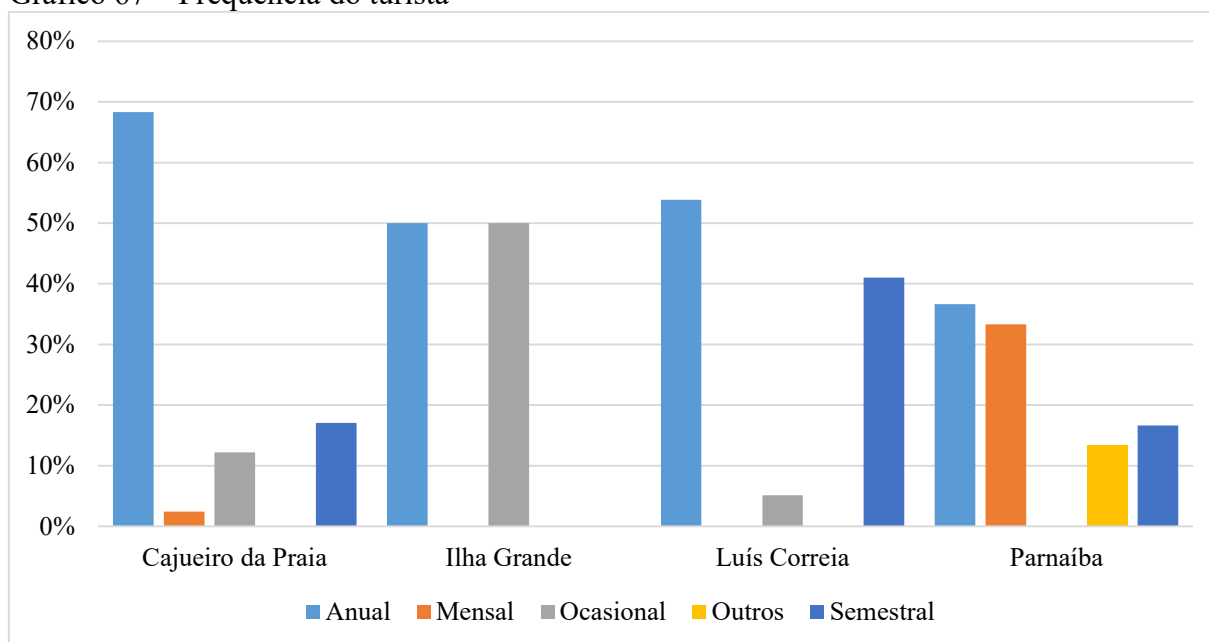


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em Luís Correia prevalecem os turistas que permanecem no estabelecimento de hospedagem durante um fim de semana, e entre três e quatro dias quando se trata de feriados prolongados. Parnaíba diverge dos demais, pois uma parcela significativa dos turistas permanece no estabelecimento em torno de três a cinco dias, mas durante a semana, ou seja, em dias úteis.

Em relação à frequência do turista, os entrevistados apontam que aqueles residentes próximos dos municípios da ZC piauiense costumam retornar ao território entre uma ou duas vezes por ano. Contudo, no caso de Ilha Grande, os entrevistados relatam que os turistas estrangeiros, em especial, frequentam o estabelecimento de forma ocasional, enquanto os nacionais já têm uma certa fidelidade, e retornam ao estabelecimento geralmente uma vez por ano. Em Parnaíba, os dados reforçam o predomínio do turismo de negócio ou trabalho, onde os turistas, em geral, retornam ao estabelecimento mensalmente ou entre duas e três vezes por semestre, o que no Gráfico 67 faz referência a “Outros”.

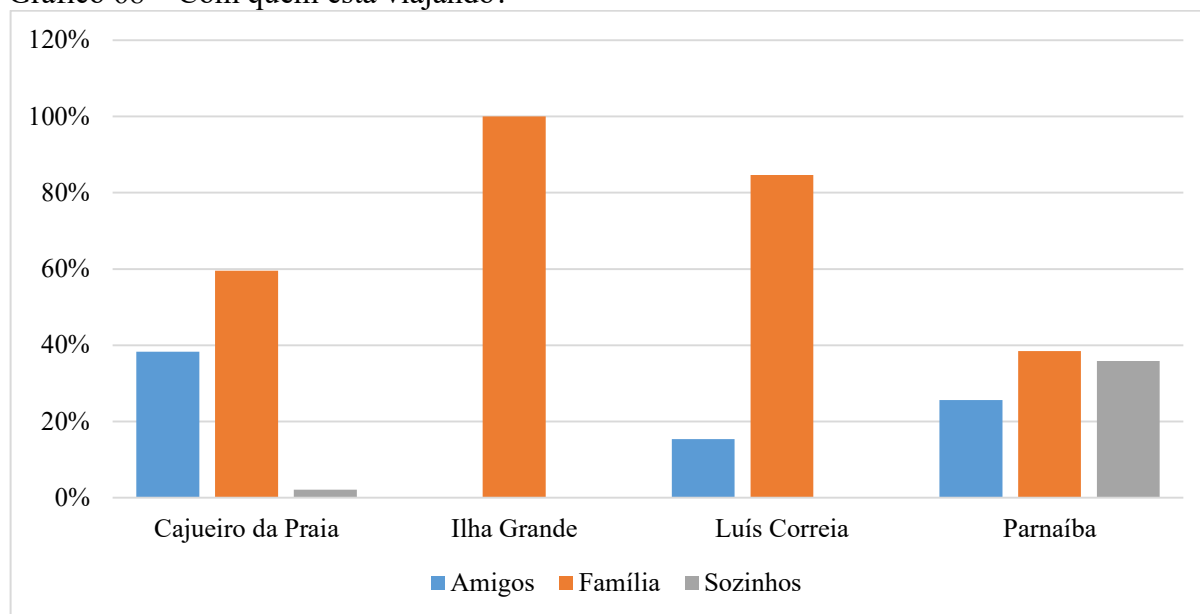
Gráfico 67 – Frequência do turista



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quando se trata das companhias dos turistas (Gráfico 68), segundo os entrevistados, a família se sobressai frente aos demais em todos os municípios. No entanto, em Parnaíba os turistas que viajam sozinhos ou na companhia de amigos também são significativamente recorrentes. Em Cajueiro da Praia também é importante ressaltar que os turistas que viajam na companhia de amigos pontuam uma parcela significativa.

Gráfico 68 – Com quem está viajando?

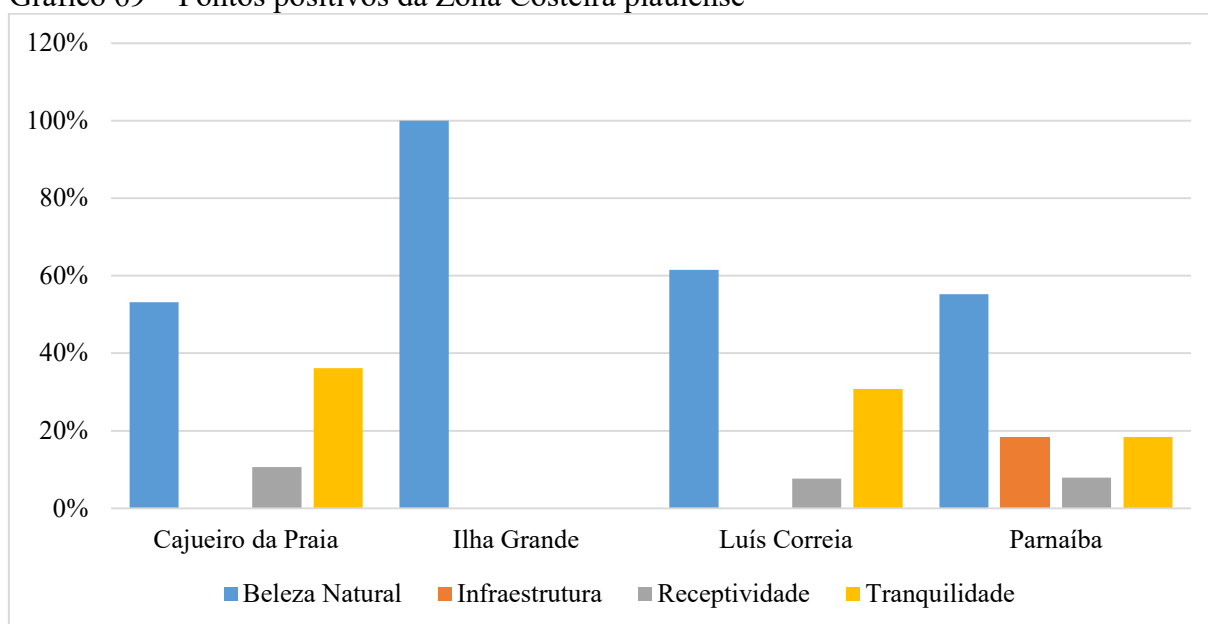


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No último bloco de questões direcionadas aos entrevistados está enquadrada a categoria “relatos dos turistas sobre a ZC piauiense”. Neste, as questões referem-se aos relatos dos turistas em relação aos pontos positivos, pontos negativos, meios pelo qual tomaram conhecimento da área, como avaliam a infraestrutura e se pretendem retornar.

O Gráfico 69 apresenta as principais opções apontadas pelos entrevistados, sendo a beleza natural o principal aspecto citado pelos turistas como ponto positivo, por serem praias de ondas calmas, limpas e a natureza ainda prevalecer no território. A tranquilidade, a sensação de segurança e também a pouca poluição sonora e visual são vistas como um aspecto positivo da ZC piauiense. Entre os entrevistados dos meios de hospedagem, Parnaíba, diferentemente dos demais municípios em estudo, se destaca pela sua infraestrutura, mesmo sendo uma cidade com cerca de 150 mil habitantes, pois detém uma diversidade de serviços disponibilizados tanto pelo setor público, quanto pelo privado.

Gráfico 69 – Pontos positivos da Zona Costeira piauiense

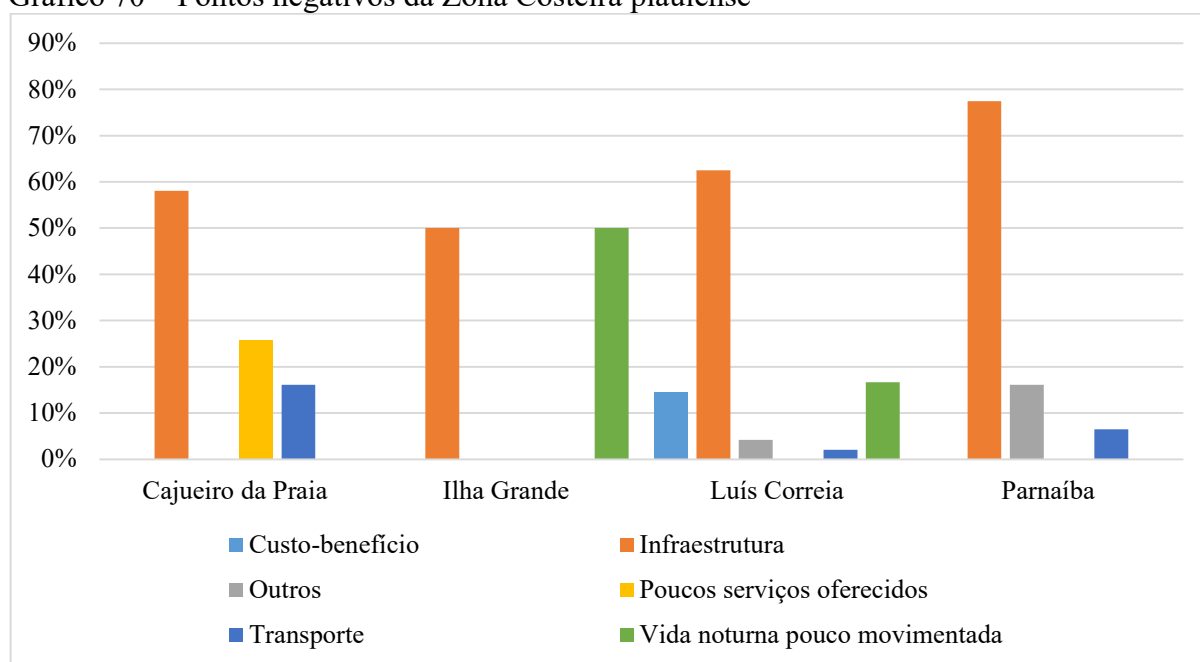


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No que se refere aos pontos negativos (Gráfico 70), os entrevistados, em todos os municípios, afirmam que a grande maioria dos turistas elogia as belezas e as potencialidades da região, mas pontua que é necessário investir mais em infraestrutura – fornecimento eficaz de água, energia, ruas e vias de acesso à praia, melhorar a sinalização e realizar manutenções contínuas nos pontos turísticos do território, além de oferecer mais opções e/ou atrativos turísticos.

Em Ilha Grande e Cajueiro da Praia, a pouca movimentação noturna, ou seja, as poucas ou inexistentes opções de bares, restaurantes, boates, música ao vivo, diversão em geral, durante a noite, mesmo em períodos de alta temporada, é vista pelos turistas como um aspecto negativo nestes municípios costeiros. Os meios de transporte, ou seja, as poucas linhas de ônibus e voos, e os poucos horários disponíveis também são queixas recorrentes dos turistas, principalmente dos que frequentam Cajueiro da Praia.

Gráfico 70 – Pontos negativos da Zona Costeira piauiense

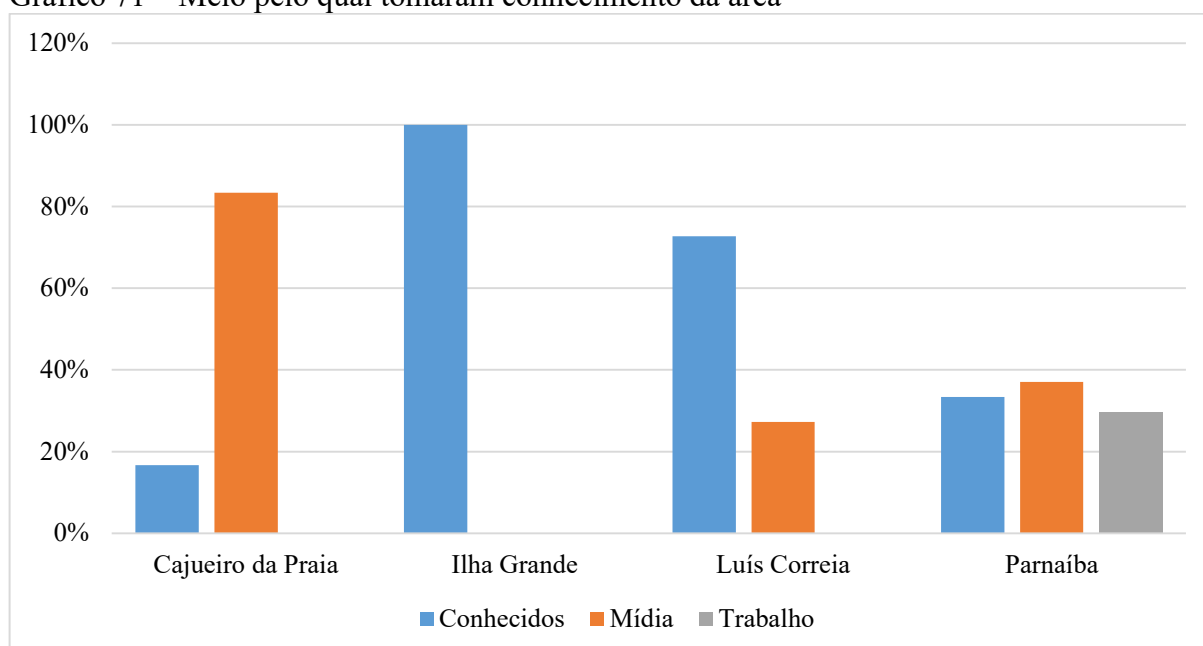


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quanto aos meios pelos quais os turistas tomaram conhecimento da ZC ou de algum município desse território (Gráfico 71), os dados divergem de acordo com cada município. Em Ilha Grande e Luís Correia se sobressaem as indicações de amigos e familiares que visitaram o local anteriormente. Quanto a Cajueiro da Praia, os entrevistados afirmam que cerca de quase 80% dos turistas tiveram conhecimento deste município, especificamente, da praia de Barra Grande, através de diversas mídias sociais. Em Parnaíba, esses meios se apresentam em percentuais equivalentes entre conhecidos, mídias e trabalho.



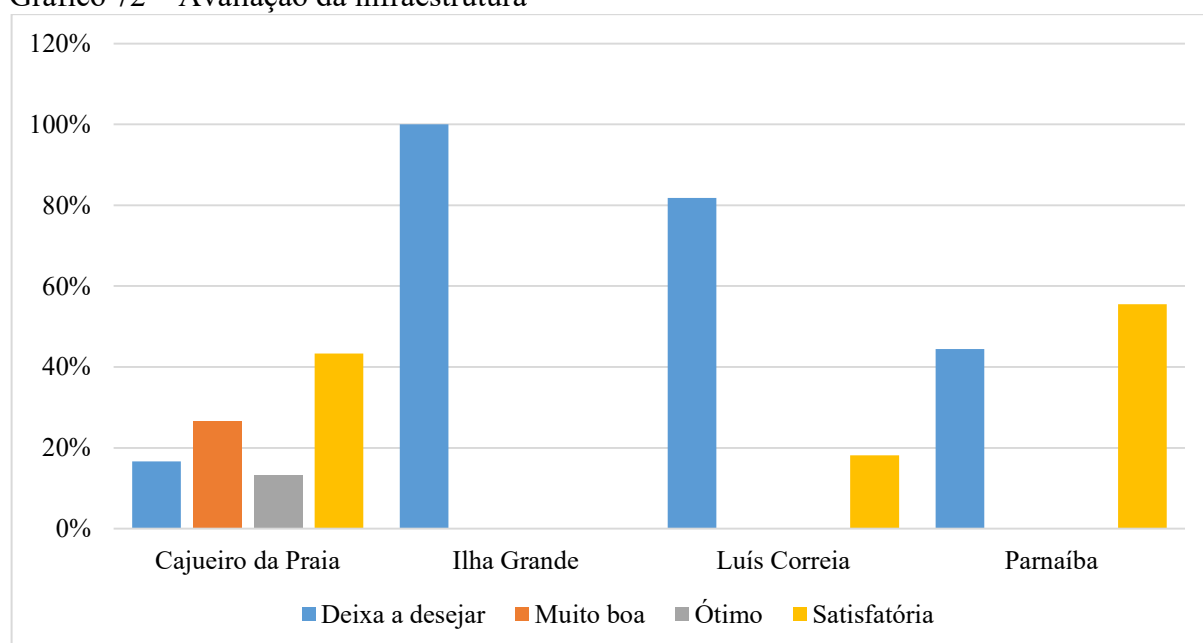
Gráfico 71 – Meio pelo qual tomaram conhecimento dá área



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quanto à avaliação da infraestrutura, os entrevistados afirmam que há uma grande parcela de turistas que relata que a infraestrutura da ZC, em geral, deixa a desejar. Contudo, em Parnaíba, os entrevistados explicam que a maioria dos turistas que estão na cidade pela primeira vez considera sua infraestrutura satisfatória, já que a imagem que tinham de Parnaíba, por estar no Piauí, era de pobreza, uma vez que o Estado é conhecido especialmente pelos seus problemas e não pelas belezas que tem a oferecer.

Gráfico 72 – Avaliação da infraestrutura



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Nesse aspecto, segundo os entrevistados, Cajueiro da Praia é o município com melhor avaliação, pois a maioria dos turistas relata de forma positiva a infraestrutura da área turística. Contudo, os entrevistados explicam que a infraestrutura que agrada aos turistas é a resultante do esforço das pousadas, bares e restaurantes, ou seja, a promovida pela iniciativa privada e não pelo poder público.

No entanto, mesmo frente aos aspectos negativos desta ZC, especialmente pela necessidade de melhorias na infraestrutura deste território, os entrevistados dizem que são poucos os turistas que visitam o território costeiro ocasionalmente, ou seja, a grande parcela dos turistas, nacionais ou estrangeiros, geralmente retorna.

### **5.3 O Território usado: uma análise integrada dos vetores que induzem a urbanização nos municípios da Zona Costeira**

Após a coleta, tabulação e leitura dos dados referentes aos vetores indutores do atual processo de urbanização ocorrente na ZC piauiense, é necessário retomar as categorias miltonianas de análise do território, em especial, o território usado e a configuração territorial. Estas permitiram analisar os usos do território a partir de mediações teórico-práticas entre os objetos e as ações que intensificam/diversificam os espaços urbanos costeiros do Piauí a partir das práticas sócioespaciais, das segundas residências e do turismo, dentre outros múltiplos usos do território. Almada (2014, p. 13) aponta que:

Com a configuração territorial e território usado, Milton Santos nos forneceu ferramentas para analisar o espaço geográfico dentro da dimensão processo, estrutura, forma e função, pois acrescentou a análise do território elementos da renovação geográfica, a contradição dialética materialista, sem negar a importância da base material do território, da geografia clássica, porém sem cair na armadilha de um espaço ceifado de movimento, atemporal, acrítico, da *new geography*.

Nesse ínterim, nota-se que o conjunto de vetores e variáveis que promovem a urbanização da ZC piauiense não atua de forma isolada: “eles fazem-se numa combinação interdependente, formando uma trama complexa, compreensível a partir da totalidade [...] estabelecendo entre elas suas ligações e nexos” (DANTAS, 2016, p. 197-198). Assim, “o que interessa discutir é, o território usado, sinônimo de espaço geográfico” (SANTOS; SILVEIRA, 2016, p. 20), entendendo que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, de espaço habitado” (SANTOS, 2012a, p. 138). Assim, este se configura como uma trama solitária e indissociável entre objetos e ações em

constante movimento, que transformam o território usado e a configuração territorial de um território em um período.

Frente a essa discussão, reforça-se a escolha destas categorias para a compreensão da urbanização e das dinâmicas urbanas ocorrentes na ZC, pois, a partir destas:

[...] é possível entender a complexidade do espaço, enquanto um conjunto indissociável de objetos e ações, e movimento oriundo dos processos que estão estruturando o espaço. A cada momento da história o espaço possui uma realidade material, aqui identificada como configuração territorial e essa só é passível de análise a partir de seus usos, a partir do território usado. O espaço é em movimento, ou seja, suas formas e funções estão constantemente em transformação, a cada nova forma de se usar o território criam-se novas formas ou refuncionalizam-se as antigas, ou seja, para cada território usado há uma configuração territorial específica. (ALMADA, 2014, p. 13-14)

Frente a tais considerações, julga-se se importante associar aos resultados deste estudo as categorias de análise do espaço – forma, função, estrutura e processo –, pois são elementos indispensáveis para entender as complexas e mutáveis relações entre a existência e reprodução social que atuam na configuração de um território e nos seus diversos usos. Segundo o pensamento de Santos (1998), a forma é o aspecto visível, os objetos criados e recriados pelos homens, portanto, geográficos. A função é uma atividade ou tarefa referente a um conjunto de formas. A estrutura é a inter-relação de todas as partes do todo, isto é, o modo de organização do espaço, que é determinado pelas ações e relações humanas e é perpassado pelas várias instâncias da realidade social, como a espacial. Por sua vez, o processo é uma ação contínua, implicando mudanças, sendo, em outras palavras, a história posta em tela pelos homens.

Assim, entende-se que tais categorias, apesar de constituírem termos distintos, são indissociáveis entre si quando o objetivo é compreender a totalidade do modo de organização do espaço ou da configuração de um território, pois, de forma concomitante, atuam no processo de (re)produção do espaço. Por meio destas categorias, é possível apreender o movimento da totalidade espacial, as marcas da sociedade na natureza e as relações sociais ocorrentes em um território que é usado pela sociedade, pelo poder público e pelas empresas.

Compartilhando de um raciocínio similar, Santos e Silveira (2016, p. 247) afirmam que, “quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política”. Assim, o território usado:

é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial. (SANTOS *et al.*, 2000, p. 2)

Sob este olhar, serão apresentados, a seguir, mapas sínteses de cada município da ZC, que permitirão uma análise conjunta/integrada dos vetores aqui analisados como elementos da urbanização costeira piauiense. Nesses são apontados os principais usos do território de cada município, que apesar de serem autônomos, estão integrados tanto na esfera política, quanto nas esferas econômicas e sociais, que em conjunto (re)produzem, por meio de atividades econômicas e de relações sociais, os espaços urbanos da ZC piauiense.

### **Ilha Grande**

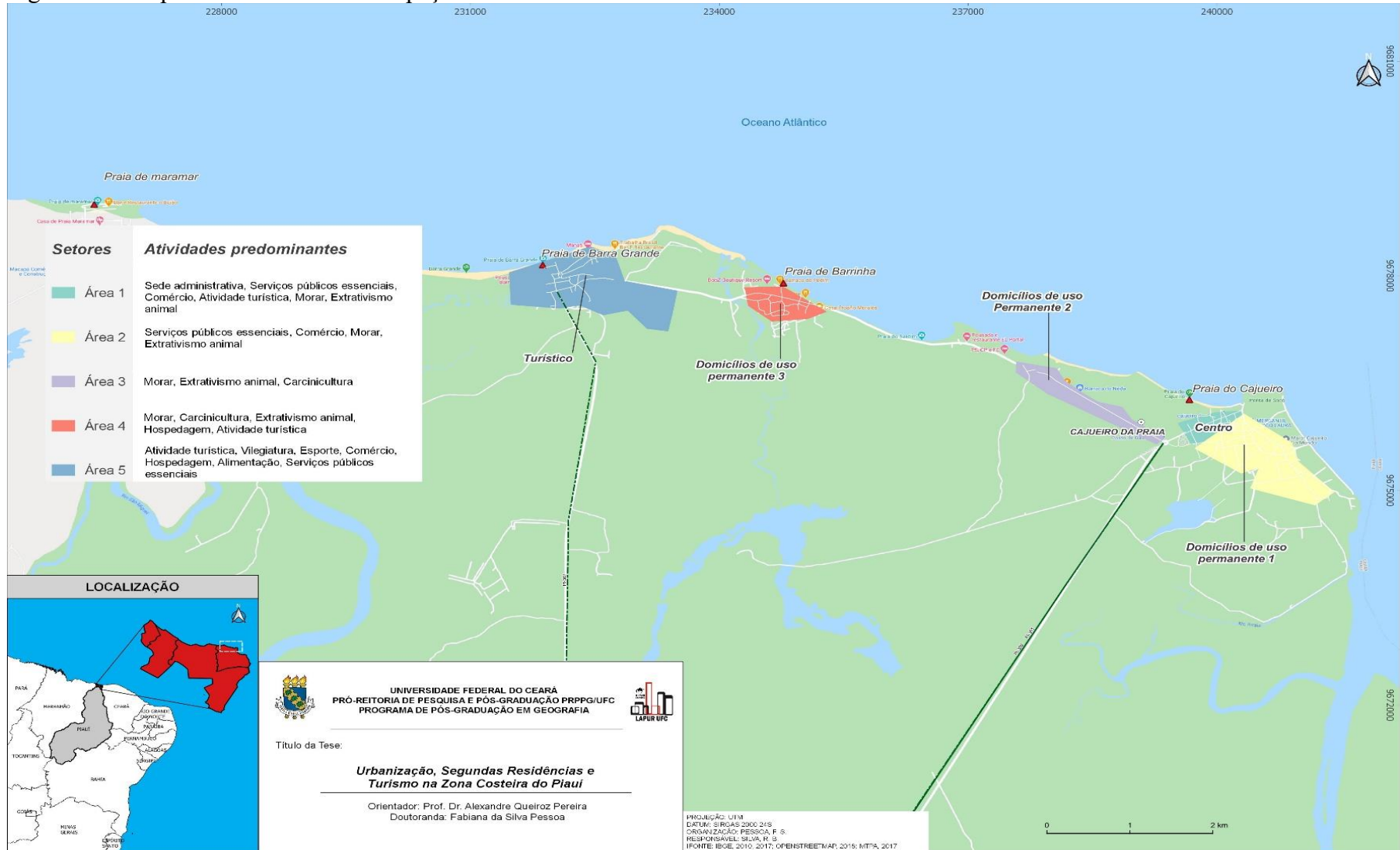
Ilha Grande é um município de pequena extensão territorial, com apenas 134,32km<sup>2</sup>, que segundo estimativas do IBGE (2019) possui 9.426 habitantes, com densidade demográfica de 70 hab/km<sup>2</sup> e uma taxa de urbanização de 83,5% (IBGE, 2010). Foi criado em janeiro de 1997, através da Lei Estadual de nº 4680, abrangendo a porção noroeste da Ilha Grande de Santa Isabel, a maior do Delta do Parnaíba. Sua ocupação e formação territorial está vinculada a Parnaíba e às atividades econômicas desenvolvidas ao longo do tempo, com destaque para as fazendas de gado, o charque, a navegação, o extrativismo e, num contexto mais recente, o artesanato e o turismo.

Dentro do território da ZC piauiense, Ilha Grande possui suas particularidades, que são resultados de diversos condicionantes, e tem seus espaços urbanos (re)produzidos mediante novas demandas, associadas a processos que atraem um conjunto de ações e remodelam as formas e estruturas, promovendo mudanças nas relações sociais e gerando novos usos do território. Considerando os dados, a observação de campo e as análises dos vetores urbano-espaciais, foi elaborado um mapa indicando os espaços urbanos dos municípios e os seus principais usos (Figura 43).

Neste mapa é possível observar que o município possui parte da costa litorânea do Estado, mas não possui ocupação urbana notória nesta área. Sua população está concentrada no interior, às margens de canais fluviais – Riacho do Baixão e Rio dos Morros – e, apesar das elevadas taxas de urbanização e densidade demográfica, a maior parcela do seu território é marcada pelo predomínio da vegetação nativa e dunas móveis. Os espaços urbanos do município estão ligados por vias terrestres a outros territórios por meio de uma via Estadual, a

PI-210, que junto com a PI-116, liga às sedes dos municípios de Ilha Grande e Parnaíba; bem como duas vias municipais denominadas Estrada para os Tatus e Av. Martins Ribeiro, sendo a primeira a via de ligação entre a sede do município ao Bairro Tatus, e a segunda, à via que liga a sede ao Povoado Labino e à PI-116, acesso à praia Pedra do Sal – ambos localizados em Parnaíba.

Figura 43 – Mapa dos usos atuais dos espaços urbanos de Ilha Grande



Fonte: Adaptado de IBGE (2010; 2017), Open Street Map (2018) e Portal Brasileiro de Dados Abertos (2017).

As citadas vias possuem pavimentação asfáltica, mas apresentam vários trechos em situações precárias, com buracos e sem sinalização, que se agravam durante o período chuvoso, dificultando o tráfego e aumentando a ocorrência de acidentes de trânsito. Quanto aos usos dos espaços urbanos, nota-se a fragmentação, a pouca diversidade e distinções entre os espaços observados.

Associando as informações, entende-se que são as novas demandas – o turismo, a produção de energia eólica e o fluxo de cotidiano de pessoas pelas vias terrestres – o que tem promovido a expansão dos espaços urbanos do município. Os dados revelam que a expansão do tecido urbano se intensificou com a inserção do município em um roteiro turístico divulgado internacionalmente – a rota das emoções – e com as características geográficas do município para geração de energia eólica – uma tendência mundial de busca de novas alternativas de energia “limpa” – que geraram novos fluxos, implantaram novas estruturas e propiciaram a revitalização de antigas estruturas e estradas.

Portanto, nota-se o surgimento de novas demandas e de novos usos que não excluem os “velhos”, praticados especialmente pela população local – o extrativismo vegetal e animal e o artesanato –, mas que alteram as relações socioespaciais e, conseqüentemente, a configuração dos espaços urbanos do município. Tal expansão ocorre mediante a inserção de novas estruturas e melhorias das vias de acesso, que permitiram um adensamento no fluxo de pessoas, mercadorias e de veículos que requerem ampliação da malha viária, infraestrutura, serviços e qualificação de mão de obra. Estes geralmente são incentivos oferecidos pelo poder público para atrair capital da iniciativa privada.

No caso de Ilha Grande, os dados populacionais e econômicos e os mapas de evolução da mancha urbana e de usos do território indicam que o crescimento das áreas urbanas está intimamente associado à dinâmica socioeconômica da localidade, apresentando pouca diversidade de usos, poucas ações do poder público, sendo as atividades, em maior proporção, desenvolvidas pela população local ou advindas de cidades vizinhas através de serviços turísticos, do artesanato e do extrativismo. E menor proporção, são atividades desenvolvidas por empresas de capital nacional através de parques eólicos, mas todas produzem nos espaços urbanos uma diversidade de práticas complexas e conflitantes que estão refletidas nas diferentes formas de uso e apropriação do solo.

A partir dos dados censitários, mapas e observação de campo, nota-se que a configuração do território de Ilha Grande se distingue da dos demais municípios costeiros do Nordeste, mesmo fazendo parte de um roteiro turístico e detendo grande potencial para realização do turismo ecológico. Essas configurações distintas dizem respeito a alguns dos

principais vetores contemporâneos no processo de ocupação/urbanização da ZC costeira brasileira, expressos na disseminação do fenômeno da segunda residência (veraneio marítimo), e no desenvolvimento da atividade turística por meio dos estabelecimentos de hospedagem (MORAES, 2007).

Outra observação importante é o fato de que, mesmo mediante a expansão da malha urbana do município num contexto recente, nestes espaços predominam ruas e becos sem traçados regulares – tortos, estreitos, sem saída e com a ausência de calçadas, ciclovias e acostamento – o que indica um crescimento “espontâneo”, ou seja, sem planejamento. Tal situação também é evidente no principal ponto de movimento de turistas – o Porto dos Tatus, que é considerado como:

[...] ponto de muito movimento; embarque e desembarque de turistas e de pessoas residentes no Delta, que estudam em Ilha Grande ou Parnaíba; entrada e saída de mercadorias e de produtos agrícolas, de pescadores, de pessoas de Ilha Grande que trabalham em roças nas ilhas do Delta ou no outro lado do rio e, por fim, entrada diária de caranguejos e pescados. (SILVA, M. M. M., 2013, p. 65)

Entretanto, esse local se configura sem nenhuma infraestrutura adequada – estrutura, segurança e conforto – para atender à demanda que utiliza o local, sejam turistas ou a população local. O Porto dos Tatus é um simples e pequeno cais e em seu entorno encontram-se pequenos estabelecimentos – estacionamento de automóveis, oficina de reparo de embarcações, pequenos armazéns, 3 bares e restaurantes, 2 marinas, 1 pousada familiar, 1 mercadinho e 2 barraquinhas de artesanato. Conforme Marília Natasha de Freitas Silva (2013, p. 67), com exceção dos bares e restaurantes, das marinas, da pousada e do mercadinho,

[...] tudo evidencia abandono, improvisação, conflito entre o uso privado e o uso coletivo, caracterizando-o como infraestrutura que carece de melhoramentos, não apenas para atender às necessidades das populações locais, mas, sobretudo, para viabilizar o aproveitamento das potencialidades turísticas da região.

No ano de 2016, o governo do Estado lançou uma maquete eletrônica com o projeto de construção do Porto dos Tatus, por meio da Secretaria de infraestrutura do Estado – SEINFRA (Figura 44) contendo um terminal de recepção para turistas, um mirante com plataforma de acessibilidade, banheiros públicos com acessibilidade, administração, píer com passarela de madeira para embarque e desembarque de turistas, portal de entrada e iluminação. Porém, que até o presente momento, esta “não saiu do papel”.



Figura 44 – Projeto do Novo Porto dos Tatus em Ilha Grande



Fonte: SETRANS (2016).

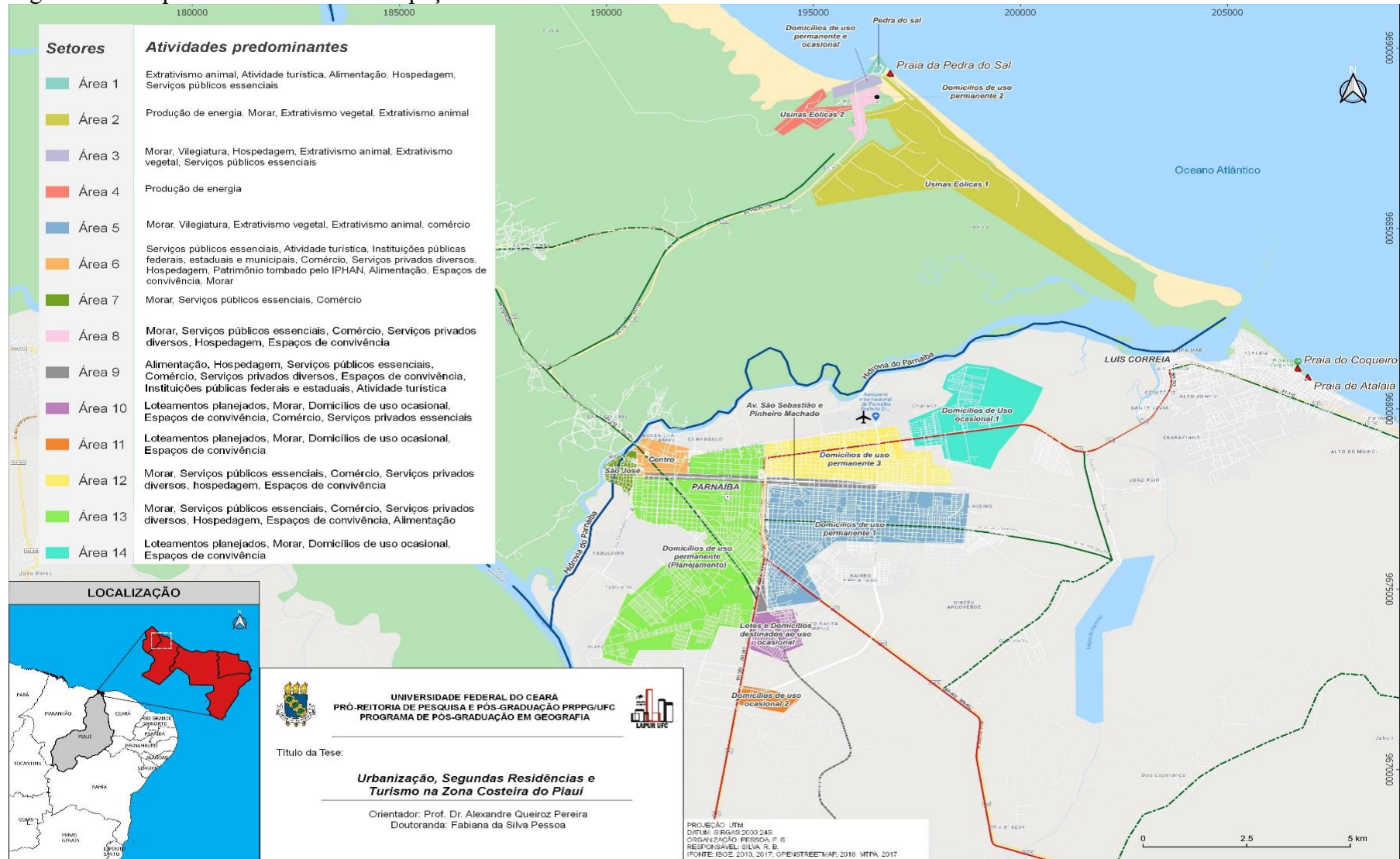
Tais discussões evidenciam que, apesar dos condicionantes e das particularidades do município, a (re)produção dos espaços urbanos e os usos são complexos e contraditórios, e se expandem sem planejamento urbano, ambiental e social, onde é notória a necessidade de a ação poder público ocorrer de forma mais efetiva e sustentável, contemplando ações que consigam aproveitar as potencialidades do território, mas atendendo, de forma conjunta e integrada, os condicionantes ambientais, sociais, econômicos e políticos existentes neste território.

## **Parnaíba**

Parnaíba, como já exposto ao longo de toda a pesquisa, exerce a função de centro urbano da ZC do Estado por concentrar em seus espaços urbanos um elevado número de atividades comerciais e de serviços, e por essa razão é a área para onde converge o tráfego de transportes – particulares, coletivos, intermunicipais e interestaduais. É o ponto de encontro de pessoas que residem em outros Estados e municípios que buscam serviços institucionais, de saúde, educação, comercial e lazer, ao mesmo tempo em que se estabelece como um centro de dispersão de turistas e/ou vilegiaturistas que, em geral, chegam à cidade para posteriormente se dirigirem aos seus destinos – Delta e/ou as Praias de Luís Correia e Cajueiro da Praia.

Como aponta o mapa da Figura 45, e os demais dados censitários já apresentados, Parnaíba, dentre os municípios costeiros, é aquele com maior população, maiores taxas de urbanização e densidade demográfica, e uma maior diversidade de usos do território.

Figura 45 – Mapa dos usos atuais dos espaços urbanos de Parnaíba



Fonte: Adaptado de IBGE (2010; 2017), Open Street Map (2018) e Portal Brasileiro de Dados Abertos (2017).

Observa-se, pois, que as maiores parcelas dos espaços urbanos usados estão concentradas à margem direita do rio Igarçu – primeiro braço do delta do Parnaíba pertencente ao território piauiense – e no entorno das principais vias federais, estaduais e municipais que dão acesso a Luís Correia, Cajueiro da Praia, Teresina e aos Estados do Maranhão e do Ceará. Contudo, é importante ressaltar que, no entorno da costa litorânea do município, onde se localiza a comunidade Pedra do Sal, também há a presença de diversos agentes produtores destes espaços, que o utilizam como meio de subsistência (a pesca, barracas de praia, bares, restaurantes, pousadas e principalmente residências de uso permanente), bem como para a produção de energia eólica (parques eólicos) e lazer (banhos de mar e prática do *surf*).

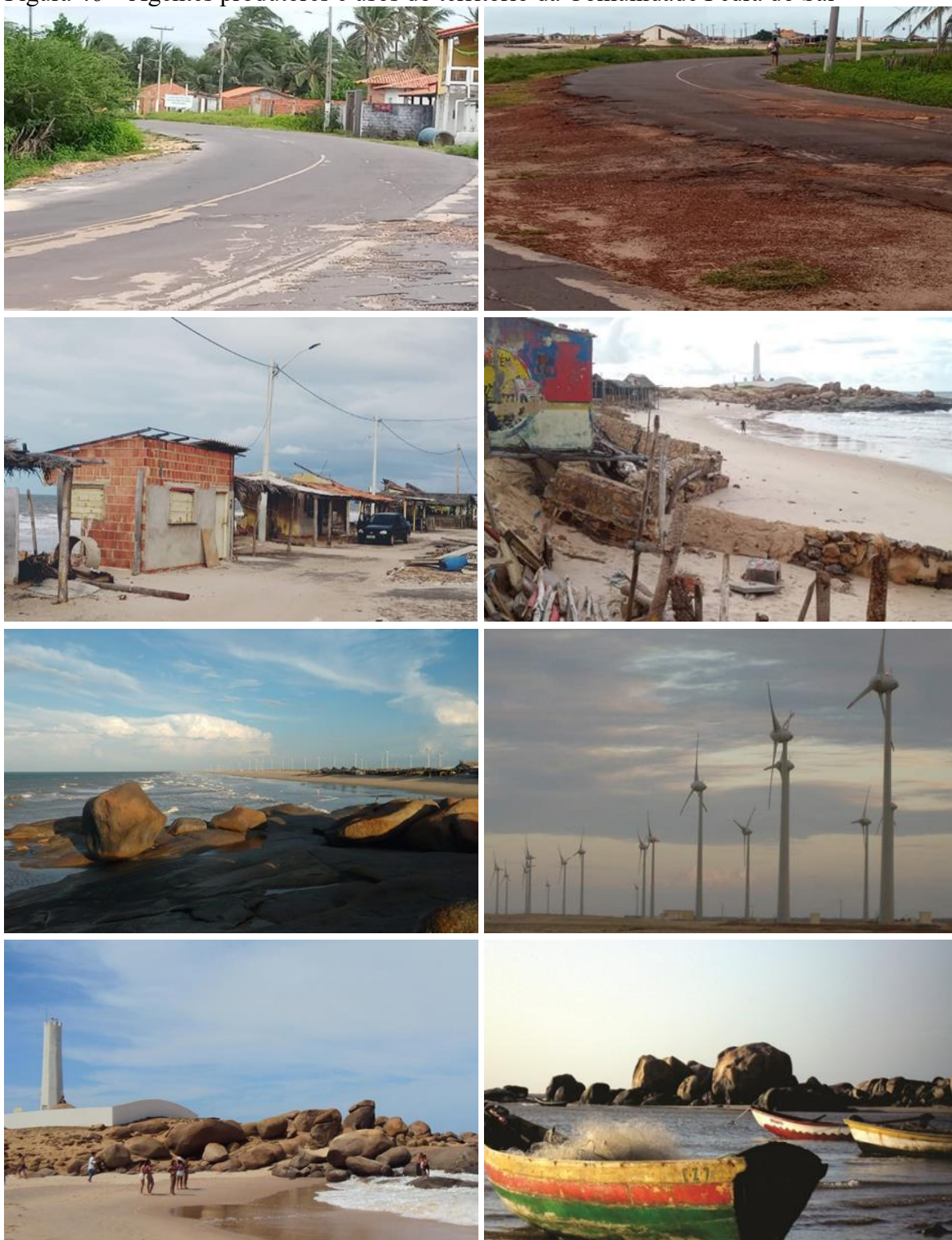
A comunidade Pedra do Sal, localizada às margens da praia de mesmo nome, única praia pertencente a Parnaíba, apesar de estar localizada na área rural do município, é marcada por diversas formas, estruturas e fluxos urbanos. Isso ocorre mesmo a despeito da infraestrutura precária do território, principalmente quanto às vias, barracas de praia, residências, bares e restaurantes (Figura 46). Nesta região vivem, principalmente, famílias que vivem da pesca artesanal no mar e em lagoas adjacentes, da criação extensiva de gado e da venda de frutos locais e alimentos na praia, em barracas, bares e restaurantes, sendo o extrativismo uma prática complementar de renda e fonte de alimento pelo consumo das frutas nativas (SILVA, 2013).

A comunidade também é marcada por conflitos entre a população local e as grandes empresas de produção de energia e de empreendimento turístico que, respectivamente, estão instaladas e em processo de instalação, causando inúmeras consequências ambientais através da retirada da vegetação nativa, extinção de alguns animais, barulhos ocasionados pelos aerogeradores do parque eólico<sup>69</sup>, especulação imobiliária, entre outros (SILVA; LIMA; BAPTISTA, 2018).

---

<sup>69</sup> Em geral, as turbinas dos aerogeradores da praia de Pedra do Sal despertam admiração e curiosidade dos turistas, sendo que muitas pessoas olham o parque eólico como um símbolo de energia limpa e associam a cenários energéticos ecologicamente corretos, enquanto outras (como a comunidade local) reagem negativamente à nova paisagem. A geração de emprego também é questionada, uma vez que a comunidade não possui mão de obra especializada, esses empregos se restringem somente à construção dos parques eólicos (SILVA; LIMA; BAPTISTA, 2018).

Figura 46 – Agentes produtores e usos do território da Comunidade Pedra do Sal



Fonte: Acervo da autora (2020).

Apesar dos diversos usos presentes nos espaços litorâneos de Parnaíba e da paisagem exuberante, contendo importante geodiversidade, denota-se abandono, improvisado e ausência de ações efetivas do poder público mediante a infraestrutura precária das ruas, casas, barracas de praia, bares, restaurantes e a baixa qualificação profissional dos moradores, que contrasta

com os parques eólicos. Estes, com exceção da fase de implantação da estrutura para receber os aerogeradores, não utilizam a mão de obra local, ou seja, não geram renda para a comunidade e ainda produzem impactos ambientais e sociais, como:

O desaparecimento de lagoas naturais que se formam com a junção das águas das chuvas e das marés, e que se constituem em um dos meios de sobrevivência dos pescadores que pescam peixes e camarões para garantir o sustento da família ... o desmatamento de árvores frutíferas, como muricizeiro e o cajueiro... o desmatamento e a degradação causada no transporte dos equipamentos para a usina, além do ruído gerado pelo sistema eólico ao girar suas pás no período da noite. Outra questão bem marcante na praia, oriunda da inserção do parque, é a transformação da paisagem natural da área, pois esta é considerada por moradores e turistas como um ambiente rústico e diferencial das demais praias do litoral piauiense, entrando em contraste, assim, com a nova remodelação estética da faixa praial, com a presença dos aerogeradores. (SILVA *et al.*, 2006, p. 63-64)

A parte continental do município é onde se concentra a maior parcela da população, de serviços e, conseqüentemente, de usos. Com exceção da Área 6 – denominada no mapa de Centro – onde concentra uma grande parcela das instituições públicas e serviços, além do comércio, nas demais áreas concentra-se o uso residencial, sendo que as margens das vias principais – Av. São Sebastião, Av. Pinheiro Machado, Rua Caramuru, Av. João Silva Filho e das BRs-343 e 402 – há grande diversidade de serviços comerciais (padarias, supermercados, salões, lojas, oficinas, hotéis, pousadas, farmácias, *shoppings*, postos de combustíveis, dentre outros), de saúde (clínicas e hospitais), de educação (escolas e universidades), lazer (bares, restaurantes, boates, cinemas, etc.), entre outros.

Esse conjunto de serviços e usos indicam dinâmicas nas formas, estruturas e funções, que, por seu turno, constituem um novo processo que altera as relações sociais e, conseqüentemente, a configuração do território, atraindo novos usos (não necessariamente extinguindo os velhos usos), que remodelam os espaços urbanos do município. Esse cenário indica a existência de diversos agentes produtores do espaço com interesses diversos e que disputam entre si espaços urbanos. Assim, estabelecem novos usos, impõem novas funções, implantam novas formas capazes de atender as atuais demandas e geram fluxos de pessoas e mercadorias em diversas escalas, especialmente, a nível intraurbano e regional.

As áreas de expansão mais recentes são marcadas, especialmente, pela ação do setor imobiliário, promovido por via de ações do poder público, com os programas “Minha Casa, Minha Vida”, PAC, e da iniciativa privada por meio do capital imobiliário de empresas de atuação local, regional, nacional e internacional através da implantação de grandes empreendimentos – loteamentos, residenciais, condomínios e hotéis.

Estas ações e infraestruturas promovem transformações e expansão dos espaços urbanos que, em geral, denotam planejamento por apresentarem traçados regulares, ruas largas, vias com acostamento e pavimentação asfáltica ou poliédrica (havendo a possibilidade de, em algumas, ter a presença de ciclo faixas). Tais empreendimentos indicam o crescimento da demanda por imóveis, que por sua vez apontam para o crescimento de serviços, empregos, oportunidades de negócios que atraem pessoas, investidores de setores mais dinâmicos, especialmente o terciário, e geram fluxos sociais e econômicos em diversas escalas, mas com destaque para o regional.

Quanto às residências de uso ocasional, apesar dos dados censitários apontarem para a ocorrência deste vetor no município, em campo não é possível identificar tal ocorrência. Pela multiplicidade de funções e pelas relações mais complexas, as segundas residências estão diluídas em meio às residências de uso permanente. Mas, como apontam os dados apresentados no subcapítulo referente às segundas residências, estes tipos de domicílios são mais recorrentes nas novas áreas de expansão, principalmente, nos empreendimentos residenciais localizados às margens da BR-343, tanto em direção a Luís Correia, quanto a Teresina, resultando na especulação imobiliária, e, mais uma vez, na remodelação do território e dos seus usos.

### **Luís Correia**

Luís Correia é o município da ZC com as maiores extensões territoriais e linha de costa do Estado, mas com baixas taxas de urbanização (44,5%) e densidade demográfica (28,1 hab/km<sup>2</sup>). Seus espaços urbanos estão concentrados nas proximidades da foz do Rio Igaracu, onde, no passado, estava localizado o Porto de Amarração. Atualmente, concentra os domicílios de uso permanente e a população natural do município ao longo dos espaços litorâneos, seguindo o alinhamento da costa marítima. Neste último, é possível observar espaços urbanos de ocupação contínua e “isolada”, entre espaços vazios, com casas, barracas de praia, mercadinhos, bares, restaurantes e pousadas ligadas aos demais espaços urbanos por meio de vias com pavimentação, a exemplo das comunidades do Macapá e Maramar, às margens das praias de mesma denominação, da Praia do Arrombado e de Carnaubinha. Luís Correia detém cerca de quase 50% da costa litorânea do Estado, que é extremamente importante para os moradores, por utilizarem de forma direta e/ou indireta os recursos disponíveis em seu entorno como fonte de renda e/ou subsistência, com destaque para a atividade e para o extrativismo vegetal, de forma complementar.

Mas é a partir do lazer, dos banhos de mar e do ócio, ou seja, das práticas marítimas modernas, por meio das segundas residências e do turismo, onde há a notoriedade dos principais usos dos espaços urbanos do município, que suas atividades se destacam, apesar do formato incipiente, se comparado a outros destinos turísticos da região Nordeste (como Jericoacoara, no Ceará, ou Barreirinhas, no Maranhão).

O mapa da Figura 46, junto aos dados censitários e os obtidos em pesquisa direta, apontam que a organização dos espaços urbanos de Luís Correia, antes mesmo da década de 1990, ocorria por meio da vilegiatura marítima e do turismo, tendo como base a utilização de segundas residências, hotéis e/ou pousadas que, ao mesmo tempo, provocavam “uma forma de assentamento urbano que ocasiona a redução dos espaços destinados a outras atividades econômicas, que são próprias dos moradores locais, como a agricultura e extrativismo” (MARTINS FILHO, 2014, p. 81).

Assim, estes usos promovem transformações e expansão dos espaços urbanos de forma desordenada, mediante a grande demanda por terrenos e casas para a realização da prática da vilegiatura e, conseqüentemente, da especulação imobiliária dos terrenos próximos ao mar. Considerando um olhar empírico, a pesquisa direta e, também, os estudos de Marília Natasha de Freitas Silva (2013) e Martins Filho (2014), pode-se afirmar que o crescimento urbano de Luís Correia é desordenado, sem planejamento urbano e participativo, cujo agravante principal desse cenário é o fato de que:

O Serviço do Patrimônio da União, a Prefeitura Municipal e as pessoas que reivindicam a posse de parte da área costeira ainda não chegaram a um acordo que possibilite correção de distorções existentes e que favoreça o ordenamento urbanístico. Esta situação é motivada no fato de não existir uma definição segura das áreas de domínio da União (apesar da legislação vigente) e onde a Prefeitura pode legislar, a fim de fornecer as licenças para construções e definir a política do uso e ocupação do solo de forma que possibilite o crescimento territorial ordenado e sem conflitos de usos. Enquanto as questões se encaminham através da justiça, os problemas se avolumam com rapidez, gerando danos ao município. Esse conflito vem ocasionando uma espécie de duplicidade administrativa, que torna difícil qualquer estratégia de planejamento, sem que haja um entendimento entre o governo municipal e a União. (SILVA, M. N. F., 2013, p. 132)

Figura 47 – Mapa dos usos atuais dos espaços urbanos de Luís Correia



Fonte: Adaptado de IBGE (2010; 2017), Open Street Map (2018) e Portal Brasileiro de Dados Abertos (2017).



Dessa forma, entende-se que os espaços urbanos de Luís Correia, especialmente os localizados próximos às praias, são transformados de forma irregular e ilegal, e geram conflitos de ordem ambiental, estrutural e social frente à relação entre os velhos e novos usos do território. Neste contexto, Borges e Gonçalves (2018, p. 20) também evidenciam que as segundas residências e o turismo se instalam nos espaços urbanos de Luís Correia de modo contraditório, pois:

ao mesmo tempo em que se evidencia como sinônimo de desenvolvimento, representado pela urbanização, as infraestruturas que se constroem ou os postos de trabalho criados, também se mostra como estopim para conflitos e alterações nas formas de reprodução social de grupos como pescadores e agricultores locais.

Nesta conjuntura, também denota-se que os serviços públicos e privados – institucionais, educação, saúde, comércio e etc. – são pouco diversos e até mesmo inexistentes, demonstrando a dependência extrema do município em relação a Parnaíba, agravada por sua pequena influência e força econômica, exemplificada por Maria Majaci Moura da Silva (2013): (i) Saúde, por possuir hospital pouco equipado e de pequeno porte; (ii) Educação em nível superior, por não possuir nenhuma instituição deste nível; (iii) Comércio e abastecimento, por possuir apenas pequenos mercados concentrados na sede, com preços superiores aos cobrados em Parnaíba; (iv) Serviços em geral, por possuir poucas opções.

As segundas residências, o turismo e a dependência de Parnaíba apontam para um fluxo de pessoas e mercadoria, mesmo que este ocorra de forma mais intensa nos períodos de férias e finais de semana com feriados prolongados, mas que induzem, através do consumo, das práticas de lazer e da vilegiatura, a urbanização e a (re)produção dos espaços urbanos do município.

### **Cajueiro da Praia**

Cajueiro da Praia é o município da ZC piauiense que, na contemporaneidade, mais tem ganhado notoriedade a nível local e regional e, especialmente, a nível nacional e internacional, devido às suas características naturais – clima, vento, vegetação e mar – propícias para a prática do *kitesurf*. Esta prática se configura como a principal motivação que atrai um grande número de turistas, especialmente os europeus que frequentam a região

durante o “período dos ventos” (de agosto a dezembro), e inserem o litoral do Piauí em um destino turístico internacional.

Este cenário tem gerado novos usos e expandido os espaços urbanos no município, mas deixando uma nítida a segregação socioespacial e econômica. Tal afirmação é confirmada a partir da observação do Mapa da Figura 48, que aponta os usos dos espaços urbanos do município de Cajueiro da Praia e indica um processo de urbanização não contíguo, concentrados próximos à costa e espacialmente isolados, mas ligados por vias de acesso terrestre com pavimentação. O mapa da referida figura também aponta para uma heterogeneidade de usos entre os espaços urbanos, onde a população local está em maior concentração na sede do município e em seu entorno, e também no entorno das vias de acesso ao município, mas em localidades rurais. De modo geral, Cajueiro da Praia possui características de cidades pequenas, com poucos serviços e com grande dependência de um centro regional (no caso Parnaíba), apontando para uma economia local baseada em atividades do setor primário – agricultura, extrativismo e pecuária.

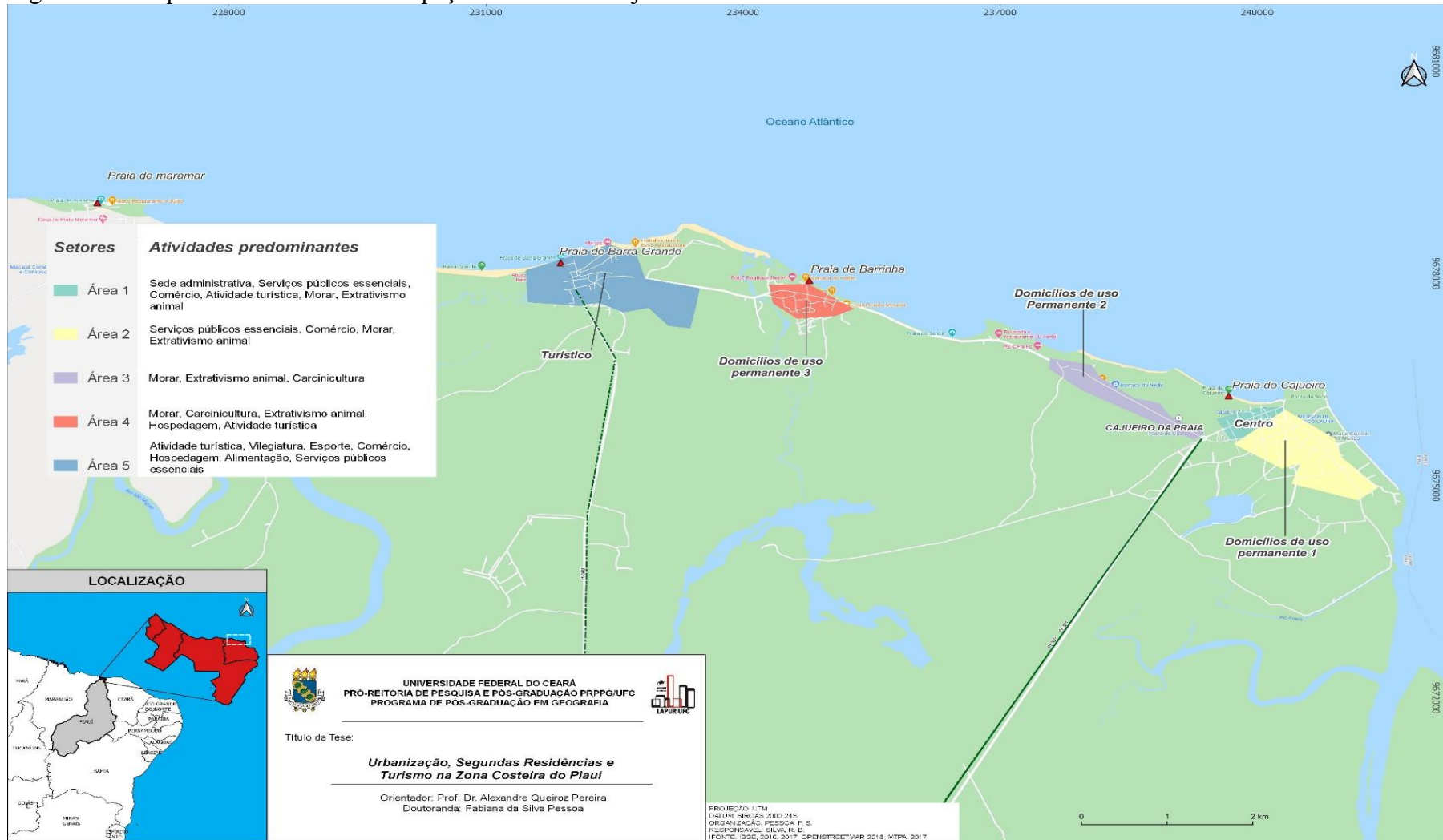
No entanto, o povoado Barra Grande se difere consideravelmente dos demais espaços urbanos do município. A localidade é marcada por um grande fluxo de turistas e vilegiaturistas, que buscam ócio, lazer e, principalmente, a prática de esportes de desporto aquático, como o *kitesurf*. Ela está localizada à beira mar, a cerca de 15km da sede, mas é marcada pelos usos voltados para o turismo e para a vilegiatura. Essas demandas e usos têm atraído para esta área inúmeros empreendedores de naturalidades e nacionalidades distintas, que buscam, além de uma fonte de renda, um estilo de vida simples, em um lugar tranquilo e em contato direto com a natureza.

Esse entendimento é baseado nas dezenas de pousadas localizadas em Barra Grande, com número de unidades habitacionais reduzido, onde o proprietário mora no local ou em seu entorno, apontando para a existência de serviços personalizados e exclusivos de atendimento aos hóspedes e um local com pouco movimento e, conseqüentemente, com maior tranquilidade. No entanto, é importante ressaltar a existência de grandes empreendimentos – *resorts* e condomínios de apartamentos – em poucas unidades, especialmente nas proximidades de Barra Grande, na comunidade de Barrinha, também localizada à beira-mar, mas sendo considerada uma área de expansão recente para o turismo e segundas residências.

Contudo, é em Barra Grande onde se concentra o maior número de estabelecimentos privados, em geral, voltados para atender uma demanda turística – hotéis, pousadas, bares, restaurantes, dentre outros. Esses estabelecimentos, juntamente com o fluxo de pessoas,

mercadorias, serviços e capital, têm promovido uma notória especulação imobiliária nos terrenos e/ou habitações próximos da praia.

Figura 48 – Mapa dos usos atuais dos espaços urbanos de Cajueiro da Praia



Fonte: Adaptado de IBGE (2010; 2017), Open Street Map (2018) e Portal Brasileiro de Dados Abertos (2017).

Esse cenário, frente às demandas existentes, os fluxos e os usos dos espaços urbanos de Cajueiro da Praia, justifica a intensificação no processo de urbanização ocorrente no município e a (re)produção de seus espaços urbanos, que geram conflitos socioespaciais e problemas ambientais no território, que também está inserido numa área de proteção ambiental – a APA do Delta. E, por essa razão, os usos e a (re)produção dos espaços deve ocorrer partindo do princípio do planejamento e da sustentabilidade, e especialmente entender o turismo como uma atividade alternativa capaz de promover a melhoria da qualidade de vida da população local.

## 6 CONCLUSÃO

A definição dos caminhos percorridos para concluir tal pesquisa foi marcada por diversas análises e questões que resultaram em constantes alterações no percurso metodológico pré-estabelecido para alcançar a viabilidade do desenvolvimento da pesquisa, a realidade encontrada no recorte espacial em estudo e para contemplar os objetivos propostos. Dentre as várias análises e questões que surgiram ao longo do estudo, compreendeu-se que o processo de urbanização da ZC piauiense, apesar de ser um território relativamente pequeno, tanto com relação à linha de costa, quanto de extensão territorial, com baixa densidade demográfica e características físicas homogêneas, ocorre de forma distinta entre os municípios que compõem este território.

Cada município possui suas particularidades históricas, sociais, políticas e econômicas, sendo que os vetores promotores da urbanização atuam em distintas intensidades. Por essa razão, a presente pesquisa mostrou dados, análises e discussões referentes não apenas território costeiro como um todo, mas colocando em evidência suas partes, ou seja, todos os municípios que constituem este território para melhor evidenciar a heterogeneidade entre eles, apesar das diversas características em comum.

Quanto às características comuns, foi possível evidenciar que a sede das cidades de todos os municípios da ZC piauiense tem sua ocupação e formação defronte aos rios, mesmo tendo parte de seus territórios banhada pelo mar. Contudo, foi possível observar que, em todos os municípios, as formas e/ou elementos urbanos não estão restritos às sedes das cidades, ou seja, ao que a legislação delimita como zona urbana. Estas formas e elementos se estendem pelos espaços litorâneos que, em geral, estão localizados no que legalmente está estabelecido como zona rural, e resultam na (re)produção de espaços urbanos que se estendem para além dos limites da cidade.

Esse cenário é relativamente comum em territórios costeiros tropicais, especialmente, os localizados no Nordeste do Brasil. No entanto, quando se trata da ZC do Piauí, é importante ressaltar que esta possui as menores parcelas territoriais e populacionais em relação aos demais territórios costeiros do Brasil e, por extensão, do Nordeste; além de estar distante cerca de 300km da capital do Estado, mas com grau de urbanização superior a 80%, similar aos demais territórios costeiros da região Nordeste. Aqui, denota-se que a urbanização e, conseqüentemente, a (re)produção dos espaços urbanos na Zona Costeira podem ser resultado da atuação de variados vetores, mas, na contemporaneidade, a vilegiatura marítima e o turismo se configuram como uma nova tendência de urbanização em territórios costeiros,

que se estendem para além dos limites das capitais e regiões metropolitanas, estando presentes também em pequenas e médias cidades, seja em suas sedes e/ou espaços litorâneos.

Nesse sentido, delimitou-se como objeto de estudo os espaços urbanos da ZC piauiense que inclui a zona urbana dos municípios e os seus espaços litorâneos. Nas zonas urbanas, a urbanização é promovida por vetores comuns às cidades, especialmente, os serviços públicos e privados relacionados à saúde, à educação e ao comércio, além de serem os espaços com maior concentração populacional. Já nos espaços litorâneos, os vetores preponderantes estão direta ou indiretamente relacionados às práticas marítimas modernas, como a vilegiatura marítima, resultantes na expansão das segundas residências, e ao turismo, sendo refletidos no aumento de meios de hospedagem e outros serviços e/ou estabelecimentos voltados para o atendimento de turistas e vilegiaturistas.

É frente a tal contexto que a presente tese retrata uma pesquisa construída a partir dos principais vetores promotores da urbanização e, conseqüentemente, de (re)produção dos espaços urbanos ao longo da ZC piauiense, na qual se buscou evidências a respeito das especificidades da urbanização neste território, condicionada por fenômenos globais de ordens sociais e econômicas, relativos aos aspectos urbano-espaciais, às segundas residências e ao turismo.

Assim, o primeiro aspecto conclusivo desta pesquisa, partindo de uma análise comparativa de dados referentes a alguns aspectos urbano-espaciais, às segundas residências e ao turismo entre os territórios costeiros do Nordeste brasileiro, refere-se à percepção de que a ocupação e (re)produção dos espaços urbanos da ZC nordestina não são contínuas, mas, de modo geral, apresentam concentrações populacionais com claro perfil urbano. Nesse quadro, a vilegiatura marítima, através das segundas residências, associadas à construção civil e ao mercado imobiliário, bem como o turismo são, atualmente, os principais vetores atuantes nestes territórios, independentemente de estarem ou não inseridos em uma região metropolitana, tornando-se áreas potencialmente geradoras de renda diferencial.

No que diz respeito à ZC piauiense, quanto aos aspectos urbano-espaciais, além das características já citadas referentes ao pequeno contingente populacional e às reduzidas extensões territoriais e de linha de costa, é relevante destacar sua densidade demográfica, relativamente superior à de Estados detentores das maiores parcelas do território costeiro e com grande contingente populacional, assim como seu grau de urbanização, superior a 80%.

Quanto aos DUOs ou segundas residências, a ZC piauiense detém apenas 7% dos DUO do Estado, estando a maior parte destes domicílios localizada no interior do Estado,

especialmente na capital Teresina, diferentemente do que ocorre nos demais territórios costeiros nordestinos, que concentram a maior parcela dos DUOs dos Estados.

Referente ao turismo, fazendo uma relação entre os dados obtidos no CADASTUR e o conhecimento empírico do território, é notório que a grande parcela dos meios de hospedagem, bares, restaurantes e guias turísticos não está cadastrada, com exceção das agências de turismo, apesar da obrigatoriedade. Essas características revelam que a atividade turística na ZC piauiense ainda não é desenvolvida por gestores e profissionais da área, que conhecem a importância deste cadastro para o direcionamento de políticas e ações de desenvolvimento da atividade neste território.

De modo geral, conclui-se que a ZC piauiense apresenta índices crescentes de urbanização e, mesmo com pequeno contingente populacional, possui elevada densidade demográfica e grau de urbanização. No que diz respeito à sua beleza natural preservada, inserida parcialmente na APA do Delta, observa-se que essa decorre não de planejamentos e ações efetivas voltadas para a promoção de um destino turístico, mas da ausência ou pouca efetividade das ações do poder público e seus gestores e pela pouca qualificação técnica dos empreendedores do setor, além da frágil comunicação entre poderes públicos (municipal, estadual e federal) e iniciativa privada – fatores que, somados, contribuem para a preservação do local, pela pouca interferência humana.

Partindo para uma segunda questão, referente às atividades econômicas que promoveram a urbanização da ZC piauiense, é evidente a íntima relação dentre os diversos ciclos econômicos desenvolvidos em Parnaíba com a urbanização ocorrente em todo o território costeiro do Estado. Parnaíba, ainda sob o *status* de vila, abrangia territorialmente toda a Zona Costeira piauiense e, ao longo do tempo, principalmente no entorno de sua sede, concentrou inúmeros serviços públicos e privados, configurando-se, então, como o centro polarizador no norte do Estado, assim exercendo grande influência na urbanização dos demais municípios costeiros do Piauí.

Contudo, mesmo sendo considerada como um destino turístico pelo Ministério do Turismo, a cidade não se configura como propriamente turística, voltada especialmente para o lazer. Entende-se que, por ser uma cidade média e por deter boa infraestrutura, oferecendo diversos serviços públicos e privados – de baixa, média e alta complexidade – nos setores de educação, saúde e comércio, Parnaíba acaba por atrair um grande fluxo de turistas que buscam estes serviços – mas não simplesmente o lazer, sendo este uma atividade secundária.

Esse cenário é reforçado pela gestão municipal, que não direcionou a atividade a uma secretaria própria. Para o planejamento e as ações estratégicas voltadas para a atividade



turística, Parnaíba possui uma superintendência, na qual a gestão é realizada por profissionais que não têm nenhuma capacitação técnica da área, como por exemplo, um turismólogo.

Uma terceira questão pesquisada é com relação aos aspectos urbano-espaciais dos municípios inseridos na ZC piauiense. Estes possuem uma proximidade espacial e de fácil acesso entre eles, contudo, suas diferenças urbano-espaciais são significativas quanto a aspectos populacionais, econômicos, sociais, estruturais/locacionais e institucionais, mesmo compondo uma mesma região de desenvolvimento com interesses e potencialidades similares. Na pesquisa, de modo geral, é notório que nas últimas três décadas todos os municípios que compõem a ZC costeira piauiense apresentaram crescimento populacional, elevação nas taxas de urbanização e na densidade demográfica, e expandiram a mancha urbana em seus territórios, mas é o município de Parnaíba o que apresenta maior destaque em todos esses aspectos.

Com relação aos aspectos econômicos, Parnaíba detém o maior PIB dentre os municípios da ZC. Todavia, é o que possui menor crescimento percentual (488%), mas com destaque para o setor de serviços, especialmente os voltados para o comércio, a educação e a saúde. Cajueiro da Praia é o que apresenta maior destaque, com um crescimento percentual do PIB total de 1046%, entre 2000 e 2017, seguidos por Luís Correia (677%) e Ilha Grande (603%), sendo que, nestes, o setor de maior crescimento é o de serviços (os voltados para a atividade turística).

Com relação aos aspectos sociais, Parnaíba apresenta os melhores índices relativos ao IDHM. Entretanto, os demais municípios da ZC do Piauí, nas últimas décadas (entre 1991-2010), têm apresentado significativo crescimento percentual, elevados principalmente nos subíndices de longevidade e renda; mostrando a necessidade de se investir mais em educação, pois este é indicador que reflete melhor na qualidade de vida de um indivíduo e de uma sociedade.

Quanto aos aspectos estruturais/locacionais, na ZC piauiense predomina a rede rodoviária, com vias pavimentadas que permitem o fácil acesso a todos os municípios do território. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo mediante a existência de vias pavimentadas, estas possuem manutenção precária quanto à sinalização de acesso, à qualidade das vias e à limpeza destas. Relativo ao transporte interestadual e intermunicipal, estes são atendidos por linhas e empresas fixas, apesar de serem reduzidas, mas cumpre lembrar que a presença do transporte coletivo só ocorre no município de Parnaíba. No que diz respeito às telecomunicações, a internet é um meio presente em todos os municípios, seja na sede e/ou nos espaços litorâneos; os telefones públicos são quase inexistentes em todo o território e as

redes de telefonia não possuem cobertura que atenda com eficiência todos os espaços urbanos do recorte em estudo.

Referente aos aspectos institucionais, as sedes municipais e em seu entorno concentram os serviços públicos e uma diversidade de serviços privados que, em sua maioria, estão localizados em Parnaíba. Em Luís Correia e Cajueiro da Praia, a maior parcela dos estabelecimentos – bares, restaurantes e meios de hospedagens – encontra-se nos espaços litorâneos localizados nas zonas rurais. Em Ilha Grande, os serviços, sejam públicos ou privados, na sede ou nos espaços litorâneos, são poucos representativos.

Outra questão analisada ao longo da pesquisa foi com relação às segundas residências, em como estas promovem a urbanização ao longo da ZC piauiense. Nesta questão, o que se propôs hipoteticamente obteve significativa validade: as segundas residências da ZC piauiense ocorrem paralelamente às formas urbanas implantadas, atraindo e (re)produzindo espaços urbanos ao longo dos espaços litorâneos piauienses, sendo destinadas ao ócio e lazer dos proprietários e de seus amigos e familiares, e não como um investimento. Mas é importante destacar que, no caso de Parnaíba, as segundas residências não estão nos espaços litorâneos, mas no entorno da sede e seus proprietários as utilizam com grande frequência, pois, em geral, seu foco é ser utilizada como ponto de apoio. Assim, é geralmente vinculada ao trabalho, ou para num futuro próximo se tornar a primeira residência, e não para o ócio ou lazer.

A última questão em análise foi “como o turismo se caracteriza na ZC piauiense como promotor de urbanização e/ou formas urbanas”? Neste íterim, é indiscutível o grande potencial turístico existente na ZC piauiense, seja quanto aos seus aspectos históricos e/ou naturais. No entanto, a não efetividade de ações do poder público voltadas para a atividade turística e a forma secundária como é tratado o turismo pelos os empreendedores, seja de bares e restaurantes ou de proprietários de meios de hospedagem, dentre outros, tornam o turismo nos municípios da ZC piauiense sazonal, restrito aos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro. Os turistas são advindos principalmente da capital Teresina e de outros municípios do Estado.

Esse cenário é distinto da realidade de Cajueiro da Praia, especificamente, do entorno da Praia de Barra Grande, onde a atividade turística é marcante durante todo o segundo semestre, iniciando com as férias escolares no Brasil em julho, e tendo continuidade com o público europeu a partir de agosto até dezembro, em geral, praticantes do *kitesurf*.

Para concluir, a pesquisa aponta diversos pontos-chave, como o fato da ZC piauiense deter um conjunto de ecossistemas protegidos, diversos, singulares e endêmicos. A paisagem

demonstra dinâmicas naturais e que a (re)produção dos seus espaços segue, em parte, tendências globais, nacionais e regionais, mas não possui a dimensão de grandes balneários turísticos, a exemplo dos balneários do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia. Apesar da existência de algumas poucas unidades de grandes empreendimentos, estas não configuram os espaços litorâneos piauienses como espaços de expansão para tais empreendimentos.

De modo geral, o turismo e o retorno à segunda residência se configuram como uma visita sazonal, feita em fins de semana por famílias ou por grupos próximos. Não há complexos, *resorts* ou eventos com multiplicidade de atrações de atividades e atrativos turísticos. As entrevistas e os questionários realizados nesta pesquisa pontam outro grau de especificidades, e demonstram que não uma dimensão quantitativa de percentuais a se seguir, mas a observação atenta do pesquisador sobre tendências e incidências.

Os municípios analisados são diferentes em termos de urbanização e espaços urbanos, o que pode ser reforçado pela descontinuidade – fragmentação do tecido urbano –, e neles se singularizam, também, a escala da aglomeração, os fluxos, o consumo e o movimento de pessoas que buscam serviços, praias, ócio e lazer. Entretanto, apesar dessas diferenças, esses elementos se integram, não podendo ser explicados sozinhos ou isoladamente. Parnaíba e Ilha Grande estão inclusas nesse peculiar cenário de urbanização, mesmo que ambas não sejam cidades à beira-mar.

É nesse sentido, portanto, que se buscou discutir a categoria de ZC, pois o processo de urbanização, seja pelos aspectos socioespaciais, pelas segundas residências ou pelo turismo não se restringe à zona de praia ou à orla: a urbanização litorânea está ligada a toda uma malha consistente de aspectos sociais, históricos, culturais, econômicos, entre outros, bem como às tendências que se referem a tudo o que se pode envolver cidades praianas e próximas à beira-mar. O que se observou, no contexto específico desta pesquisa, é que a escolha de ZC piauiense como destino de lazer e descanso se dá em mediante o vínculo existente com Parnaíba, que é a origem dos segundos residentes, dos vilegiaturistas e a base dos demais municípios costeiros.

Outros pontos, por não terem sido o foco da pesquisa, e por isso discutidos de forma menos profunda, indicam elementos para futuras pesquisas relacionados à comunicação e à integração entre os agentes (re)produtores dos espaços urbanos da ZC do estado; além de poderem vir a auxiliar projetos que promovam a integração da população local, a partir da capacitação e conscientização do turista e dos vilegiaturistas, ou de forma que chame a atenção do poder público e de investidores.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, C. M. S.; TOMAZZONI, E. L. Turismo de segundas residências: turismo e análise dos conflitos territoriais no destino de matinhos (litoral do Paraná, Brasil). **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 6, n. 1, p. 143-162, jan. 2017.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Atlas Brasil: abastecimento urbano de água: panorama nacional**. Brasília: ANA, 2013.
- AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES. **Relatório Anual 2017**. Brasília, DF: ANTT, 2017. Disponível em: <https://www.antt.gov.br/documents/860252/862899/Relat%C3%B3rio+Anual+2017.pdf/7dbf8c30-73c6-762a-66c4-2a3f97f5fdb8?t=1591905680373>. Acesso em: 9 nov. 2019.
- ALENCASTRE, J. M. P. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1974.
- ALMADA, J. A. B. Do território ao território usado: uma reflexão sobre a categoria de análise do espaço geográfico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014. **Anais [...]**. Vitória: CBG, 2014. p. 1-14.
- ALMANAQUE da Parnaíba. Parnaíba: Typografia Gadêlha, 1937.
- ALMEIDA, L. Q.; CORRÊA, A. C. de B. Dimensões da negação dos rios urbanos nas metrópoles brasileiras: o caso da ocupação da rede de drenagem da planície do Recife, Brasil. **Geo UERJ**, [s. l.], ano 14, v. 1, n. 23, p. 114-135, 2012.
- ALVES, V. E. L. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 55-76, jul./dez. 2003.
- ANUÁRIO estatístico do Piauí: o litoral. Teresina: [s.n.],1993.
- ARAÚJO, C. P. **Terra à vista!** o litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ARAÚJO, E. F. **As políticas públicas do turismo e os espaços litorâneos na região metropolitana de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- ARAÚJO, E. F. **Políticas governamentais e metropolização no Nordeste brasileiro: apontamentos espaciais nas cidades de João Pessoa (PB), Maceió (AL) e Aracaju (SE)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- ARAÚJO, H. C. Associação Comercial de Parnaíba. In: NASCIMENTO, F. A. S. *et al.* (org.). **Fragmentos históricos: Experiências de pesquisa no Piauí**. Parnaíba: SIEART, 2005. p. 92-93.

ARAÚJO, H. C. M. Associação Comercial de Parnaíba (ACP): contribuições no contexto socioeconômico de Parnaíba. *In: NASCIMENTO, F. de A. de S. et al. (org.). Fragmentos históricos: Experiências de pesquisa no Piauí.* Parnaíba: Sieart, 2005. p. 1-248.

ARAÚJO, J. L. L. (coord.). **Atlas escolar do Piauí: geo-histórico e cultural.** João Pessoa: Grafset, 2010.

ARAÚJO, L. L. B. **Turismo regional no litoral do Nordeste brasileiro.** Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

ARRUDA JÚNIOR, P. Análise Tridimensional da Proteção da Zona Costeira: O Cenário Brasil-Portugal-EUA, suas Nuances e Obstáculos. *In: CONGRESSO SOBRE PLANEAMENTO E GESTÃO DAS ZONAS COSTEIRAS DOS PAÍSES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA, 8., 2015. Anais [...].* Aveiro: Tipografia Minerva Central, 2015.

ASSIS, L. F. **Entre o turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade – Camocim/CE.** Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ASSIS, N. P. D.; CINTRA, J. P. O mappa geográfico da Capitania do Piauí, de Antonio Galluzzi. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2016. Anais [...].* Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 63-72. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemu/seus/crch/simposio2016/pdf/5NiviaAssis-JorgeCintra\\_3SBCH.pdf](https://www.ufmg.br/rededemu/seus/crch/simposio2016/pdf/5NiviaAssis-JorgeCintra_3SBCH.pdf). Acesso em: 7 nov. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS. Hotéis associados. 2020. Disponível em: <http://www.abihrn.com.br/>. Acesso em: 7 out. 2020.

AZEVEDO, A. Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. **Terra Livre**, [s. l.] n. 10, p. 23-78, jan./jul. 1992.

BANCO DO NORDESTE (BNB). As fontes renováveis de energia solar e eólica no Nordeste: oportunidades para novos negócios & inovação. **Informe técnico ITENE**, [s. l.] ano 9, n. 5, 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Relatório final do PRODETUR NE.** Brasília: BNB, 2005.

BAPTISTA, J. G. **Geografia física do Piauí.** 2. ed. Teresina: Comepi, 1981.

BAPTISTA, J. G. **Mapas geohistóricos.** Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

BAPTISTA, M. P. C. **Amarras e desamarras: cotidiano e modernização em amarração no litoral do Piauí (1880-1930).** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

- BARBOSA, L. G. M. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: Relatório Brasil**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- BARBOSA, R. **O atendimento adequado em 13 passos**. Administradores.com, 2014. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/o-atendimento-adequado-em-13-passos>. Acesso em: 21 out. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BECKER, B. K. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e impacto na região costeira**. Brasília: MMA, 1995.
- BELLUZZO, L. G. M.; ALMEIDA, J. S. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BLOG DO SILVA. Disponível em: [blogdobsilva.com.br](http://blogdobsilva.com.br). Acesso em: 1 jan. 2016.
- BOOKING. Disponível em: [Booking.com](http://Booking.com). Acesso em: 7 out. 2020.
- BOSI, A. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21 out. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 311, de 02 de março de 1938**. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 abr. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm). Acesso em: 20 out. 2020.
- BRITO, P. H. T. H. P. **Arquitetura e Urbanismo do período Colonial na cidade de Pedro II (PI)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- BURATO, J. A. **A Ditadura no gatilho: reflexões sobre a violência policial militar**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações Públicas) – Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2015.
- CADASTUR. Disponível em: [www.cadastur.turismo.gov.br](http://www.cadastur.turismo.gov.br). Acesso em: 16 out. 2020.
- CAMARGO, H. L. Fundamentos multidisciplinares do turismo: história. In: TRIGO, L. G. G. (org.). **Turismo como aprender, como ensinar**. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2001. p. 33-85.
- CARLOS, A. F. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTRO, C. **A coluna Prestes no Piauí**. 2. ed. v. 90. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2008.

CASTRO, L. L. C. O. **Projeto expedições para o turismo e ação em Santo Amaro do Maranhão**: Contribuições para a Construção das Políticas Públicas Municipais de Turismo. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

CERQUEIRA, M. D. F. **Entre trilhos e dormentes**: a estrada de ferro central do Piauí na história e na memória dos parnaibanos (1960-1980). Teresina: SEDUC PI, 2015.

CERVO, A. L. Meios e Resultados do Pragmatismo em Política Externa. *In*: CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: UNB, 2012. p. 425-456.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COLANTUONO, A. C. de S. O processo histórico da atividade turística mundial e nacional. **Cadernos da Fucamp**, [s. l.], v. 14, n. 21, p. 30-41, 2015.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR (CIRM). **2º Plano nacional de gerenciamento costeiro (PNGC II)**. Brasília: MMA, 1997.

CONTI, J. B. Ecoturismo, paisagem e Geografia. *In*: RODRIGUES, A. A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil**: Possibilidades e Limites. São Paulo: Contexto, 2003. p. 59-69.

CONVIVER URBANISMO. Disponível em: <http://www.conviverurbanismo.com.br/parnaiba>. Acesso em: 7 out. 2020.

COOPER, C. *et al.* **Turismo, princípios e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORBIN, A. **O território do vazio**: A praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORRÊA, L. H. S. A segunda residência como indutora da urbanização em áreas litorâneas na contemporaneidade. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 291-307, 2016.

CORREIA, F. S. **Turismo no Piauí**: aprendendo com a história. Teresina: Ed. do Autor, 2015.

COSTA, A. J.; LOPES, R. M. R.; RODRIGUES, J. F. Segunda Residência na dinâmica urbana e turística da cidade de Portalegre (Rio Grande do Norte/RN, Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2017.

COSTA, F. A. P. **Cronologia histórica do estado do Piauí**: Jornal do Recife. 1909. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/acer-vo-digital/capitanias/piaui/>. Acesso em: 20 out. 2020.

COSTA, F. A. P. **Cronologia histórica do estado do Piauí**: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República. v. 2. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

COSTA, H. A. **Mosaico da sustentabilidade em destinos turísticos: cooperação e conflito de micro e pequenas empresas no roteiro integrado Jericoacoara – Delta do Parnaíba – Lençóis Maranhenses**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.

CRUZ, R. C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, jul./dez. 2005.

CRUZ, R. C. A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 92-107.

CRUZ, S. H. R. Turismo na ilha de cotijuba sob a percepção de seus residentes. **Turismo em Análise**, v. 7, n. 1, p. 79-92, 1996.

CRUZ, M. A. A.; BORGES, M. P. e. Os meios de hospedagem de pequeno porte de Águas de São Pedro (SP) e sua importância para o Turismo Local. **Turismo: Visão e Ação**, v. 8, n. 2. p. 273-282, 2006.

DANTAS, A. Circuito espacial de produção e lugar. **Sociedade e Território**, v. 28, n. 1, p. 193-199, ago. 2016.

DANTAS, E. W. C. A cidade e o comércio ambulante: o caso de fortaleza em evidência. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 11, p. 187-210, 2011.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade dos trópicos: por uma geografia do litoral**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

DANTAS, E. W. C. O mar e o marítimo nos trópicos. **GEOUSP**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 63-76, 2004.

DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q.; PANIZZA, A. Urbanização litorânea e vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas brasileiras. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 5, n. 8, p. 14-34, 2008.

DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q. Reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos. *In*: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; LIVRAMENTO, M. C. (orgs.). **Turismo imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 71-84.

DATASUS. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>. Acesso em: 21 out. 2020.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Exército se prepara para iniciar estudos sobre litígio entre Ceará e Piauí**. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pais/exercito-se-prepara-para-iniciar-estudos-sobre-litigio-entre-ceara-e-piaui-1.2115589>. Acesso em: 8 out. 2020.



DIAS, C. M. M. **O outro lado da história:** o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí – 1789-1850. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

DIAS, R. L.; OLIVEIRA, R. C. Zoneamento geoambiental do litoral sul do Estado de São Paulo. **Geografia**, Rio Claro, v. 38, n. 2, p. 371-383, 2013.

DIAS, R. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

ENDRES, A. V. **As políticas de turismo e os novos arranjos institucionais na Paraíba/Brasil.** Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ESTRELA DA MANHÃ CONSTRUTORA. Disponível em: <http://estreladamanha.com.br/>. Acesso em: 7 out. 2020.

FÉRIAS BRASIL. Disponível em: [www.feriasbrasil.com.br](http://www.feriasbrasil.com.br). Acesso em: 7 out. 2020.

FIGUEIREDO, D. M. F. **O monumento habitado:** a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio: o caso de Parnaíba. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

FINGER, A. E. *et al.* **Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba.** Cadernos do Patrimônio Cultural do Piauí. v. 2. Teresina: Superintendência do IPHAN no Piauí, 2010.

FONSECA, M. A. P.; LIMA, R. M. M. A segunda residência no contexto da atividade turística. Quando estamos falando de um alojamento turístico? *In:* FONSECA, M. A. P (org.). **Segunda residência, lazer e turismo.** Natal: EDUFRN, 2012.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (CEPRO). **Macrozoneamento costeiro do estado do Piauí.** Teresina: Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí, 1996.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (CEPRO). **Piauí em números:** situação socioeconômica: Piauí. 8. ed. Teresina: Teresina: Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí, 2011. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/201104/CEPRO06\\_aff9b5f5a6.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201104/CEPRO06_aff9b5f5a6.pdf). Acesso em: 7 out. 2019.

FURTADO, L. I. **Introdução ao turismo no Brasil.** Cadernos Técnicos de Turismo. Rio de Janeiro: Infobook, 2000.

G1 PIAUÍ. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/>. Acesso em: 7 out. 2020.

GANDARA, G. S. Espaço/tempo vivido: patrimônio ambiental da cidade Parnaíba/PI. **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 3, p. 1109-1136, set./dez. 2014.

GANDARA, G. S. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GOBO, K.; ZETTERMANN, A.; CALADO, F. Regime ditatorial militar, interesse nacional e política externa brasileira: insulamento e aproximações. **Conjuntura Global**, v. 7, n. 3, p. 335-351, 2018.

GOMES, F. V. A Gestão da Zona Costeira Portuguesa. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, Lisboa, v. 7, n. 2, p. 83-95, fev. 2007.

GOMES, I. R. **Vilegiatura além da metrópole: urbanização em Tibau (RN)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/>. Acesso em: 15 out. 2020.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 15 out. 2020.

GRUBER, N. L. S. *et al.* Geografia dos sistemas costeiros e oceanográficos: subsídios para a gestão integrada da zona costeira. **Gravel**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 81-89, jan. 2003.

HENRIQUES, E. B. As Relações entre Turismo e Cidade. *In*: HENRIQUES, E. B. **A Lisboa Turística: Entre o Imaginário e a Cidade**. Lisboa: Colibri, 1996.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 9, n. 194, p. 1-7, ago. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estático do Brasil**. v. 75. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: [geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_para\\_fins\\_de\\_levantamentos\\_estatisticos/censo\\_demografico\\_2010/mapas\\_municipais\\_estatisticos/](https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/). Acesso em: 7 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico: População**. Brasília: SIDRA IBGE, 1970. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202>. Acesso em: 19 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico: População**. Brasília: SIDRA IBGE, 1980. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202>. Acesso em: 19 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**: População. Brasília: SIDRA IBGE, 1990. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202>. Acesso em: 19 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**: População. Brasília: SIDRA IBGE, 2000. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202>. Acesso em: 19 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**: População. Brasília: SIDRA IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202>. Acesso em: 19 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do cadastro central de empresas (CEMPRE)**. Brasília: SIDRA IBGE, 1996. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 19 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do cadastro central de empresas (CEMPRE)**. Brasília: SIDRA IBGE, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 19 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do cadastro central de empresas (CEMPRE)**. Brasília: SIDRA IBGE, 2006. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 19 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do cadastro central de empresas (CEMPRE)**. Brasília: SIDRA IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 19 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do cadastro central de empresas (CEMPRE)**. Brasília: SIDRA IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 19 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa da população com referência a 1º de julho de 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=3097>. Acesso em: 16 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento de 1920**. Rio de Janeiro: IBGE, 1920. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: IBGE, 1872. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Provincia%20do%20Piauh%20.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Provincia%20do%20Piauh%20.pdf). Acesso em: 16 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento de 31 de dezembro de 1900**: quadros do trabalho preliminar. Rio de Janeiro: IBGE, 1900. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc341.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc341.pdf). Acesso em: 16 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Séries Históricas**. 2020. Disponível em: [https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=1&no=6&nome=municipios](https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=1&no=6&nome=municipios). Acesso em: 7 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Subsídios ao planejamento da área nordestina**: Cidade de Parnaíba. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tendências demográficas**: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos de 1940 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Termo de referência**: elaboração da revisão do plano de manejo da área de proteção ambiental delta do Parnaíba. Brasília: MMA, 1998. Disponível em: [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/termo\\_de\\_referencia\\_planodemanejo\\_2017.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/termo_de_referencia_planodemanejo_2017.pdf). Acesso em: 12 fev. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII**: Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Brasília: IPHAN, 2008. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/files/volume\\_parnaiba/pi\\_conjunto\\_historico\\_e\\_paisagistico\\_de\\_parnaiba.pdf](http://portal.iphan.gov.br/files/volume_parnaiba/pi_conjunto_historico_e_paisagistico_de_parnaiba.pdf). Acesso em: 17 fev. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo escolar da Educação Básica, 2016**. Brasília: MEC, 2017.

KALTENBORN, B. P. Effects of sense of place on responses to environmental impacts: A study among residents in Svalbard in the Norwegian high Arctic. **Applied Geography**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 169-189, 1998.

KNOX, M. B. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

LAVALLE, C. *et al.* **Coastal Zones: Policy alternatives impacts on European Coastal Zones 2000-2050**. Luxembourg: JRC Technical Notes, 2011. Disponível em: [https://ec.europa.eu/environment/enveco/impact\\_studies/pdf/land\\_use\\_modelling%20adaptation\\_activities\\_coastal.pdf](https://ec.europa.eu/environment/enveco/impact_studies/pdf/land_use_modelling%20adaptation_activities_coastal.pdf). Acesso em: 12 maio 2020.

LEFEBVRE, H. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza, 1970.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1975.

LEMAY, M. **Coastal and marine management on the caribbean and South America coastal zone**. n. 121. Washington: Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, 1998.

LIMA, E. M.; LIMA, I. M. M. F. Evolução das questões fronteiriças no leste do Piauí. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA E GESTÃO TERRITORIAL*, 5., 2016. **Anais [...]**. Fortaleza: UFC, 2016.

LIMONAD, E. **Os Lugares da urbanização**: o caso do interior fluminense. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LITORAL TOUR. Disponível em: <http://litoraltour.blogspot.com/2014/?m=1>. Acesso em: 16 out. 2020.

LOTEAMENTO MORADA DOS VENTOS PARNAÍBA. Disponível em: <https://www.facebook.com/moradadosventosphb>. Acesso em: 7 out. 2020.

MACEDO, S. S. Litoral urbanização: ambientes e seus ecossistemas frágeis. **Meio Ambiente: Paisagem, Ambiente, Ensaio**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 151-232, dez. 1999.

MARTINS FILHO, J. **Dinâmica espacial e condicionantes para o desenvolvimento dos serviços ligados ao turismo no Piauí**: uma leitura geográfica da organização do espaço litorâneo. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MASCARENHAS, F. N. B. **Inovadores parnaibanos**: a produção do jornal Inovação em Parnaíba de 1977 a 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

MATOS, F. O. **Formação e limitações regionais do plano de desenvolvimento sustentável da região turística do meio-norte (BRASIL)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

MAVIGNIER, D. S. **No Piauí, na terra dos Tremembés**. Parnaíba: SIEART, 2005.

MAVIGNIER, D. S.; MOREIRA, A. M. **Conhecendo história e geografia do Piauí**. Parnaíba: Gráfica Ferraz, 2007.

MELO, N. B. A. L. **O Ecletismo parnaibano**: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX. Teresina: EDUFPI, 2011.

MELO, N. C. V.; FERREIRA, M. A. M.; TEIXEIRA, K. M. D. Condições de vida dos idosos no Brasil: uma análise a partir da renda e nível de escolaridade. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 25, n. 1, p. 4-19, 2014.

MEMÓRIA ESTATÍSTICA DO BRASIL. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministério da Fazenda, 1890. Disponível em: <http://archive.org/stream/censosynop1890demogr#page/n10/mode/2up>. Acesso em: 16 out. 2020.

MENDES, F. I. V. **Associação comercial de Parnaíba: lutas e conquistas**. Parnaíba: EDUFPI, 1994.

MENDES, F. I. V. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MENDES, F. I. V. Formação econômica. *In*: SANTANA, R. N. M. (org.). **Piauí: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas**. Teresina: Fundapi, 1995. p. 55-81.

MENDES, F. I. V. Formação Política. *In*: SANTANA, R. N. M. (org.). **Piauí: Formação – Desenvolvimento Perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.

MENDES, F. I. V. **Educação e sociedade: da colonização à Primeira República**. Parnaíba: UFPI, 2001.

MENDES, F. I. V. **Parnaíba: educação e sociedade (da colonização ao fim do Estado Novo)**. Parnaíba: SIEART, 2007.

MENDES, F. I. V. **Porto de Amarração: histórico de um sonho**. Parnaíba: SIEART, 2008.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Indicadores da zona costeira e marinha**. Brasília: MMA, 2014. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/219/\\_arquivos/populao\\_zona\\_costeira.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/219/_arquivos/populao_zona_costeira.pdf). Acesso em 14 maio 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **MMA divulga municípios da zona costeira**. Brasília: MMA, 2018. Disponível em: <https://mma.gov.br/informma/item/15352-definidos-munic%C3%ADpios-da-zona-costeira.html>. Acesso em: 19 out. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Portaria nº 461, de 17 de dezembro de 2018**. Brasília: MMA, 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55445013/do1-2018-12-17-portaria-n-461-de-13-de-dezembro-de-2018-55444930](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55445013/do1-2018-12-17-portaria-n-461-de-13-de-dezembro-de-2018-55444930). Acesso em: 20 out. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Zoneamento ecológico-econômico do Baixo Rio Parnaíba**. Brasília: MMA, 2007. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/\\_arquivos/baixopar\\_relatorio\\_completo.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/baixopar_relatorio_completo.pdf). Acesso em: 26 out. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Zoneamento ecológico-econômico do Baixo Rio Parnaíba: Relatório Preliminar: Fase de Diagnóstico**. Brasília: MMA, 2001. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/65148/1/DIAGNOSTICO-PRELIMINAR.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Relação anual de informações sociais (RAIS):** Ano 2017. Disponível em <http://trabalho.gov.br/rais>. Acesso em: 5 abr. 2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Turismo de sol e praia:** Orientações Básicas. 2. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2010. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_de\\_Sol\\_e\\_Praia\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Sol_e_Praia_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Turismo e mídias digitais:** redes sociais impulsionam vendas e destinos. Brasília: MTUR, 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7135-turismo-e-m%C3%ADdias-digitais-redes-sociais-impulsionam-vendas-e-destinos.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, A. C. R. **Classificação das praias brasileiras por níveis de ocupação:** Proposta de uma tipologia para os espaços praias: Subsídios para um projeto de gestão. Brasília: MMA; MPO, 2006.

MORAES, A. C. R. **Os Impactos da política urbana sobre a zona costeira.** Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente, 1995.

MOTT, L. **Piauí colonial:** População, economia e sociedade. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSK, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: potencial e desafios. **Rac**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul. 2011.

MULLER, D. M. **Crescimento urbano:** um instrumento de análise aplicado ao vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1974.

NASCIMENTO, F. A. **A censura e o rádio no Piauí.** Brasília: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/ultimas-noticias/192-observanordeste/observanordeste/2072-hh-a-censura-e-o-radio-no-piaui>. Acesso em: 20 out. 2020.

NOVAES, A. G. **Sistemas logísticos:** transporte, armazenagem e distribuição física de produtos. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.

NUNES, M. C. P.; ABREU, I. G. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. M. (org.). **Piauí:** Formação, desenvolvimento, perspectivas. Teresina: Halley, 1995. p. 83-111.

OLIVEIRA, J. M. R.; COSTA, C. R. R. lazer, urbanização e valorização do espaço: a expansão das segundas residências e as dinâmicas do mercado imobiliário no litoral do Piauí. In: XVIII Encontro nacional de geógrafos, 2016, São Luís. **Anais [...].** São Luís: p. 1-10. Disponível em: <https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Carlos-Rerisson-Rochada-CostaII.pdf>. Acesso em: 1 set. 2019.

- OLIVEIRA, M. A.; NASCIMENTO, F. A. Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo: O processo de modernização e intervenção do Estado Autoritário. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005. p. 1-7.
- OLIVEIRA, M. R. L.; NICOLODI, J. L. A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla: uma análise sob a ótica do poder público. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 89-98, abr. 2012.
- OLX. Disponível em: <https://pi.olx.com.br/regiao-de-teresina-e-parnaiba/terrenos/loteamento-conviver-parnaiba-residence-494590310>. Acesso em: 15 out. 2020.
- OPEN STREET MAP. Disponível em: <https://www.openstreetmap.org/#map=4/-15.13/-53.19>. Acesso em: 15 out. 2020.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
- PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (PBMC). **Impacto, vulnerabilidade e adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas: Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas**. Rio de Janeiro: PBMC; COPPE UFRJ, 2016.
- PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo: Teoria e epistemologia**. São Paulo: ALEPH, 2005.
- PASSOS, C. **Cada rua sua história**: Parnaíba. Parnaíba: Edição do autor, 1982.
- PAULA NETO, A. **A carreira marítima Parnaíba-Lisboa (finais do século XVIII): 1779-1798**. Teresina: EDUFPI, 2000.
- PERAZZOLO, O. A.; SANTOS, M. M. C.; PEREIRA, S. Meios de Hospedagem no Contexto do Turismo: Considerações sobre o Acolhimento e a Formação Profissional. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul: Saberes e fazeres do turismo: interfaces, 6., 2010. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2010.
- PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia: a vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.
- PEREIRA, A. Q. Das cidades às metrópoles litorâneas. **GEOUSP**, [s. l.], v. 31, p. 5-15, 2012.
- PEREIRA, A. Q. Urbanization-metropolization and Holiday resorts on the northeast coast of Brazil. **Mercator**, Fortaleza, v.14, p. 107-121, 2015.
- PEREIRA, A. Q. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará: Fortaleza em Aquiraz**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- PESSOA, F. S. **Rio Parnaíba, planejamento e gestão: Interfaces das cidades de Teresina (PI) e Timon (MA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.



PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90. *In*: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (orgs). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. p. 11-38.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DO DELTA (PDITS). **Costa do Delta**. Teresina: PRODETUR, 2012.

PONTES, L. M. V.; ALBUQUERQUE, E. L. S.; MEDEIROS, C. N. **A questão dos limites municipais do estado do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2012.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. Disponível em: [https://dados.gov.br/data set](https://dados.gov.br/data-set). Acesso em: 16 out. 2020.

PRESSPOINT. Disponível em: <http://www.presspoint.ufrn.br/>. Acesso em: 7 out. 2020.

QUEIROZ, T. J. M. **Os literatos e a república**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina, EDUFPI, 1998.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In*: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. **Territórios e territorialidade**: teorias processo e conflitos. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 17-35.

RAMOS, D. R. **A invenção da praia e a produção do espaço**: dinâmicas de uso e ocupação do litoral do ES. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

RÊGO, J. M. A. N. **Dos sertões aos mares**: História do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950). Tese (Doutorado em História) – Curso de História Social, Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ROCHA, A. M. O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DO PIAUÍ. *In*: CONSTRUINDO SABERES PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E DA DEMOCRACIA: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA/UFRN, 10., 2015. **Anais** [...]. Natal: UFRN, 2015. p. 1-10.

RODRÍGUEZ, J. J.; LORA, N. J. W. **Análisis regional de la situación de la zona marina costera centroamericana**. Washington: Inter-American Development Bank, 1998.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: São Paulo: Papirus, 1997.

SANTANA, M. C. B. **Discursos, desejos e tramas**: o comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

SANTANA, R. M. (org.). **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

SANTANA, R. M. **Evolução histórica da economia piauiense: Movimento Renovação Cultural**. Teresina: Cultura, 1964.

SANTOS, C. N. C. **Entre o litoral sul de Sergipe e o litoral norte da Bahia: onde as políticas territoriais se encontram**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SANTOS, F. C. V. *et al.* O Potencial do Birdwatching na Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba (Piauí, Brasil). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 12, n. 5, p. 854-865, 2019.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2012a.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo. EDUSP, 2013.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. **Geosul**, Florianópolis, a. 3, n. 5, p. 85-100, 1988.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2012b.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2012c.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1998.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Ed. EDUSP, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO MARANHÃO. Disponível em: <http://www.turismo.ma.gov.br/>. Acesso em: 19 out. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO DE ALAGOAS. Disponível em: <http://www.sedetur.al.gov.br/>. Acesso em: 19 out. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE SERGIPE. Disponível em: [https://www.se.gov.br/setur/setur\\_home](https://www.se.gov.br/setur/setur_home). Acesso em: 19 out. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES DO PIAUÍ. Disponível em: <http://www.setrans.pi.gov.br/index.php>. Acesso em: 7 out. 2020.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/>. Acesso em: 19 out. 2020.

SECRETARIA DE TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <http://setur.rn.gov.br/>. Acesso em: 7 out. 2020.

SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA PARAÍBA. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-turismo-e-desenvolvimento-economico>. Acesso em: 19 out. 2020.

SECRETARIA DE TURISMO E LAZER DE PERNAMBUCO. Disponível em: <http://www.setur.pe.gov.br/web/setur>. Acesso em: 19 out. 2020.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ. Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/>. Acesso em: 7 out. 2020.

SECRETARIA DO TURISMO DO CEARÁ. Disponível em: <https://www.setur.ce.gov.br/>. Acesso em: 19 out. 2020.

SILVA FILHO, O. P. **Carnaúba, pedra e barro na capitania de São José do Piauí**. 3. ed. Belo Horizonte: Rona, 2007.

SILVA, A.; FOSSÁ, H. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015.

SILVA, B. R. V.; LIMA, I. M. M. F.; BAPTISTA, E. M. C. Geodiversidade e geoturismo na Praia Pedra de Sal, Parnaíba (PI): valores, aspectos socioambientais e estratégias. In: SILVA, F. J. L. T.; AQUINO, R. P.; AQUINO, C. M. S. (orgs.). **Questões socioambientais urbanas no Piauí: diferentes enfoques**. Teresina: EDUFPI, 2018. p. 50-72.

SILVA, J. B. Região metropolitana de Fortaleza. In: J. BOZARCHIELLO DA SILVA, T. C. CAVALCANT; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**, Fortaleza, Brasil: Demócrito Rocha, 2007. p. 101-124.

SILVA, J. S. R.; SILVA, S. G. Breve Histórico do Turismo e uma Discussão sobre a Atividade no Brasil. **Conexão Eletrônica**, [s. l.], v. 9, n. 1/2, p. 271-280, 2012.

SILVA, K. O. **A residência secundária no Brasil: dinâmica espacial e contribuições conceituais**. São Paulo: Livraria da Física, 2012.

SILVA, M. M. M. **O Turismo nas ondas do litoral e das políticas públicas do Piauí**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, M. N. F. Empreendimentos Turísticos Imobiliários no litoral metropolitano de Fortaleza. In: PEREIRA, A. Q. *et al.* (orgs.). **Maritimidade na metrópole: Estudos sobre Fortaleza/CE**. Porto Alegre: Liro, 2013. p. 100-127.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUSA, R. S. O processo de estruturação da economia piauiense: a pecuária como objeto geográfico. In: FAÇANHA, A. C.; CUNHA, M. A (orgs.). **Piauí, desenvolvimento territorial e escalas abordagem**. Teresina: EDUFPI, 2016.

SOUZA, C. F.; MULLER, D. M. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

SOUZA, G. S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2013. Disponível em: [http://www.cdpc.org.br/antigo/segunda\\_versao\\_gabriel.pdf](http://www.cdpc.org.br/antigo/segunda_versao_gabriel.pdf). Acesso em: 7 fev. 2020.

SOUZA, M. L. Introdução: a “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun., 2009.

STROHAECKER, T. M. **Macrodiagnóstico da zona costeira e marinha do Brasil: dinâmica populacional**. Dinâmica Populacional. Brasília: MMA, 2009. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80247/Macrodiagnostico/3.SPMacrodiagnostico%20Dinamica%20Populacional\\_p59-74.PDF](https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80247/Macrodiagnostico/3.SPMacrodiagnostico%20Dinamica%20Populacional_p59-74.PDF). Acesso em: 13 out. 2019.

TOURINHO, M. A. C. **Por dentro da história: mulheres operosas no mundo do comércio em Parnaíba**. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

TRATA BRASIL. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/>. Acesso em: 21 out. 2020.

TREMEA, V. W. **Descrição do comportamento da força do kite em relação ao seu posicionamento e ao deslocamento da barra de controle**. Monografia (Graduação em Educação Física) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TULIK, O. **Turismo e meio de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2011.

US COMMISSION ON MARINE SCIENCE, ENGINEERING AND RESOURCES. **Coastal Zone Threats and Management. 1969**. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/publications/92-826-5409-5/page035new.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

VERAS, N. L. O. **Práticas de saúde e modernidade na cidade de Parnaíba, Piauí (1850 a 1930): um estudo arqueológico**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2014.

VIEIRA, A. R. M. **Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís/MA**. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Curso de Mestrado Profissional em Turismo, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

VIEIRA, L. R. **Caminhos de ferro**: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

VIEIRA, L. R. Paisagens (re)criadas: legado da ferrovia na cidade de Parnaíba, 1916-1960. *In*: NASCIMENTO, F. A. do; MONTE, R. L. (orgs.). **Cidade e memória**. Teresina: EDUFPI; Imperatriz: Ética, 2009. p. 149-170.

VIVA MAPIO. Disponível em: <https://vivamapio.com/>. Acesso em: 7 out. 2020.

YÁZIGI, E. **Civilização urbana, planejamento e turismo**: discípulos do amanhecer. São Paulo: Contexto, 2003.

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA PROPRIETÁRIOS DE SEGUNDAS RESIDÊNCIAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓREITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



O presente questionário faz parte de uma pesquisa de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará. Intitulada “Piauí se abre para o mar: elementos do processo de urbanização litorânea” esta pesquisa objetiva analisar como os vetores urbanos atuantes na Zona Costeira piauiense determinam a configuração do processo de urbanização e valorização de seus espaços litorâneos. Ao preencher o questionário, você não precisará se identificar. A sua participação será de fundamental importância para a realização deste trabalho!

### Questionário para proprietários de segundas residências

#### Dados do entrevistado:

1. **Idade:** \_\_\_\_\_

2. **Sexo:**  Masculino  Feminino

3. **Escolaridade:**

Ens. Fundamental  Ens. Médio  Superior  Pós-graduação

4. **Profissão:** \_\_\_\_\_

5. **Renda familiar mensal:**

até 3 SM\*  Mais 3 a 6 SM  Mais 6 a 10 SM  Acima de 10 SM

\*Salário Mínimo

6. **Local de origem:** \_\_\_\_\_

7. **Meio de transporte:**

Ônibus  Carro  Motocicleta  Outros: \_\_\_\_\_

#### Da relação com a segunda residência:

8. **Motivos da escolha para adquirir uma segunda residência no litoral do Piauí (atrativo):**

Proximidade  Lazer  Família  Outros: \_\_\_\_\_

9. **Permanência:**

Um fim de semana  Férias  Feriados prolongados  Outros: \_\_\_\_\_

**10. Em que momentos costuma regressar a casa de veraneio?**

Festivais. Quais? \_\_\_\_\_  Férias  Finais de semana em geral

Outros \_\_\_\_\_

**11. Frequência:**

Semanalmente  Mensalmente  Semestralmente  Anualmente

Ocasionalmente \_\_\_\_\_

**12. Relação contratual com a posse do imóvel:**

Hotéis/Pousadas  Casa de parentes/amigos  Imóvel próprio

Outros \_\_\_\_\_

(se imóvel próprio) Há quanto tempo possui esta residência: \_\_\_\_\_ (se  
imóvel próprio) comprou pronta ou construiu? \_\_\_\_\_

(caso tenha construído) De quem adquiriu os lotes? \_\_\_\_\_

**13. Possui segunda residência em outra localidade?**

Não  Sim \_\_\_\_\_

**14. Com quem estar a viajar:**

Sozinho  Amigos  Família  Outros \_\_\_\_\_

**15. Disponibiliza o imóvel a terceiros:**

Não  Sim ( Empréstimo ou  Aluguel \_\_\_\_\_)

**16. Locais que costuma visitar durante a permanência: \_\_\_\_\_****Dados sobre a Zona Costeira piauiense****17. Pontos positivos:**

\_\_\_\_\_

**18. Pontos negativos:**

\_\_\_\_\_

**19. Como tomou conhecimento da área:**

\_\_\_\_\_

**20. Como avalia a infra-estrutura do local:**

Péssima  Deixa a desejar  Razoável  Satisfatória  Muito boa  Ótima

## APÊNDICE B - ENTREVISTA COM PROPRIETÁRIOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓREITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



O presente questionário faz parte de uma pesquisa de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará. Intitulada “Piauí se abre para o mar: elementos do processo de urbanização litorânea” esta pesquisa objetiva analisar como os vetores urbanos atuantes na Zona Costeira piauiense determinam a configuração do processo de urbanização e valorização de seus espaços litorâneos. Ao preencher o questionário, você não precisará se identificar. A sua participação será de fundamental importância para a realização deste trabalho!

### Entrevista com proprietários de meios de hospedagem

#### Dados sobre o meio de hospedagem

1. Ano de fundação:
  - Anterior ao ano de 1990
  - Entre os anos de 1990 a 1995
  - Entre os anos de 1996 a 2000
  - Entre os anos de 2001 a 2005
  - Entre os anos de 2006 a 2010
  - Entre os anos de 2011 a 2015
  - Entre os anos de 2016 a 2018
2. Quantidade de unidades habitacionais
3. Já houve ampliação?  Sim  Não
4. Se sim, qual o ano?
  - Anterior ao ano de 1990
  - Entre os anos de 1990 a 1995
  - Entre os anos de 1996 a 2000
  - Entre os anos de 2001 a 2005
  - Entre os anos de 2006 a 2010



- Entre os anos de 2011 a 2015
  - Entre os anos de 2016 a 2018
5. Quais serviços oferecidos?
- Básico c/ café
  - Básico s/ café
  - Extra, Quais? \_\_\_\_\_
6. Quais meios de divulgação do estabelecimento?
- Redes sociais (Facebook, Instagram e WhatsApp)
  - Tv e Rádio
  - Plataformas de Hospedagem (Booking, Trivago, Hotel Urbano, entre outros)
  - Panfletos
  - Outros. Quais? \_\_\_\_\_
7. Principais meios de reserva?
- Telefone
  - WhatsApp
  - Plataformas de hospedagem
  - Sistema computadorizado próprio
  - Email
  - Apenas presencial
- 7.1 Qual a forma de cadastro?
- Manual
  - Sistematizado
8. Há investimento na capacitação e/ou atualização profissional dos funcionários?
- Sim    Não
- 8.1. Se sim, quais? \_\_\_\_\_
9. Possui parcerias com outras empresas?
- Sim    Não
- 9.1. Se sim, quais? \_\_\_\_\_
10. Qual o atrativo do meio de hospedagem?

- Localização
- Preço
- Infraestrutura
- Atendimento
- Outros \_\_\_\_\_

**Dados do proprietário:**

11. Idade: \_\_\_\_ 12. Sexo:  Masculino  Feminino

13. Escolaridade:

- Ens. Fundamental
- Ens. Médio
- Superior
- Pós-graduação

14. Profissão/Qualificação profissional: \_\_\_\_\_

15. Procedência: \_\_\_\_\_

16. Quais os motivos fizeram o proprietário investir no ramo turístico? E qual as razões para a escolha do local?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Dados do entrevistado:**

17. Idade: \_\_\_\_ 18. Sexo:  Masculino  Feminino

19. Escolaridade:

- Ens. Fundamental
- Ens. Médio
- Superior
- Pós-graduação

20. Profissão/Qualificação profissional: \_\_\_\_\_

21. Procedência: \_\_\_\_\_

22. Quais motivos o fizeram investir no ramo da atividade turística? E qual as razões para a escolha do local?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Sobre o turismo na Zona Costeira piauiense**

23. Qual o período com maior taxa de ocupação?

- Janeiro
- Fevereiro
- Março
- Abril
- Maio
- Junho
- Julho
- Agosto
- Setembro
- Outubro
- Novembro
- Dezembro

24. Quais eventos promovem o aumento da taxa de ocupação?

\_\_\_\_\_

25. Quais as principais ações do poder público que beneficiam diretamente o setor hoteleiro?

\_\_\_\_\_

26. Que dificuldades o setor enfrenta na região?

\_\_\_\_\_

27. Qual o futuro da atividade turística na região?

\_\_\_\_\_

**Perfil do turista**

28. Idade: \_\_\_\_\_

29. Sexo:  Masculino  Feminino  Equivalente

30. Escolaridade:

Ens. Fundamental  Ens. Médio  Superior  Pós-graduação

**31. Profissão:** \_\_\_\_\_

**32. Procedência:** \_\_\_\_\_

**33. Renda mensal familiar:**

até 3 SM\*  Mais 3 a 6 SM  Mais 6 a 10 SM  Acima de 10 SM

\*Salário Mínimo

**34. Meio de transporte:**

Avião  Ônibus  Carro  Motocicleta  Outros: \_\_\_\_\_

**35. Demanda turística:**

Lazer  Família  Natureza  Outros: \_\_\_\_\_

**36. Motivos da escolha (atrativo):**

Proximidade  Lazer  Família  Natureza  Outros: \_\_\_\_\_

**37. Permanência:**

Um fim de semana  2 a 3 dias durante a semana  3 a 4 dias durante a semana

Férias  Outros: \_\_\_\_\_

**38. Frequência:**

Semanal  Quinzenal  Mensal  Bimestral  Trimestral  Semestralmente

Anualmente  Ocasionalmente \_\_\_\_\_

**39. Com quem estar a viajar:**

Sozinho  Amigos  Família  Outros \_\_\_\_\_

**40. Meio de reserva:**

Telefone  Aplicativos de reserva  Outros \_\_\_\_\_

**Principal relato dos turistas sobre a Zona Costeira**

**41. Pontos positivos do local:**

\_\_\_\_\_

**42. Pontos negativos do local:**

\_\_\_\_\_

**43. Como tomou conhecimento da área:**

\_\_\_\_\_

**44. Como avalia a infra-estrutura do local:**

Péssima  Deixa a desejar  Razoável  Satisfatória  Muito boa  Ótima

**45. Pretende retomar:**

Sim  Não. Porque: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C - ENTREVISTA COM PROPRIETÁRIOS DE IMOBILIÁRIAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓREITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



O presente questionário faz parte de uma pesquisa de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará. Intitulada “Piauí se abre para o mar: elementos do processo de urbanização litorânea” esta pesquisa objetiva analisar como os vetores urbanos atuantes na Zona Costeira piauiense determinam a configuração do processo de urbanização e valorização de seus espaços litorâneos. Ao preencher o questionário, você não precisará se identificar. A sua participação será de fundamental importância para a realização deste trabalho!

### Entrevista com proprietários de imobiliárias

#### Dados do entrevistador

Nome do entrevistador: \_\_\_\_\_

Local de aplicação: \_\_\_\_\_ Data/horário: \_\_\_\_\_

Dia da semana: \_\_\_\_\_

#### Dados do entrevistado:

1. Idade: \_\_\_\_ 2. Sexo:  Masculino  Feminino

3. Escolaridade:

Ens. Fundamental  Ens. Médio  Superior  Pós-graduação

4. Profissão/Qualificação profissional: \_\_\_\_\_

5. Procedência: \_\_\_\_\_

#### Dados sobre atividades imobiliárias

6. Há quanto tempo a imobiliária atua na região?

\_\_\_\_\_

7. Porque decidiu abrir negócio em Parnaíba?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. Quais os principais clientes?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9. Qual a origem dos clientes?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10. Qual o tamanho médio dos lotes vendidos e o preço por m<sup>2</sup>?

---

---

**11.** Que tipo de lotes comercializam?

---

---

**12.** Quais os bairros que concentram segundas residências?

---

---

**13.** Quais as políticas e ações promovidas pela setor público incentivam a expansão urbana na cidade e setor imobiliário?

---

---

---

**14.** Que dificuldades enfrenta o setor na região?

---

---

---

**15.** Deste a década de 1990 é notório a valorização do m<sup>2</sup> na cidade? Quais as razões dessa valorização?